JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Câmara Municipal de Barão de Melgaço 5
Câmara Municipal de Canarana 5
Câmara Municipal de Paranatinga 5
Câmara Municipal de Poconé 5
Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste 6
Câmara Municipal de São José do Povo 6
Câmara Municipal de São José do Xingu 6
Câmara Municipal de Vale de São Domingos 6
Câmara Municipal de Várzea Grande 6
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis 7
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 10
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu-MT 56
Prefeitura Municipal de Água Boa 57
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 58
Prefeitura Municipal de Alto Garças 60
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 61
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 69
Prefeitura Municipal de Apiacás 73
Prefeitura Municipal de Araguaiana 74
Prefeitura Municipal de Araguainha 74
Prefeitura Municipal de Arenápolis 75
Prefeitura Municipal de Aripuanã 75
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 78
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 81
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 86
Prefeitura Municipal de Brasnorte 88
Prefeitura Municipal de Cáceres 88
Prefeitura Municipal de Campinápolis 93
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 94
Prefeitura Municipal de Campo Verde 109
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 110
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 112
Prefeitura Municipal de Canarana 113
Prefeitura Municipal de Carlinda 114
Prefeitura Municipal de Castanheira 120
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 120
Prefeitura Municipal de Cláudia 120
Prefeitura Municipal de Cocalinho 122
Prefeitura Municipal de Colíder 125
Prefeitura Municipal de Colniza 130
Prefeitura Municipal de Comodoro 134
Prefeitura Municipal de Confresa 135
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 138
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 139
Prefeitura Municipal de Cuiabá 141
Prefeitura Municipal de Diamantino 141
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 146
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 148
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 148
Prefeitura Municipal de Itanhangá 149
Prefeitura Municipal de Itaúba 171

Prefeitura Municipal de Itiquira 171
Prefeitura Municipal de Jaciara 173
Prefeitura Municipal de Jangada 174
Prefeitura Municipal de Jauru 183
Prefeitura Municipal de Juara 184
Prefeitura Municipal de Juruena 185
Prefeitura Municipal de Juscimeira 196
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 196
Prefeitura Municipal de Luciara 200
Prefeitura Municipal de Marcelândia 202
Prefeitura Municipal de Matupá 202
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 224
Prefeitura Municipal de Nobres 226
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 232
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 233
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 269
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 272
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 274
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 276
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 278
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 279
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 282
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 283
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 284
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 295
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 300
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 301
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 304
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 317
Prefeitura Municipal de Paranatinga 318
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 319
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 321
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 336
Prefeitura Municipal de Poconé 337
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 337
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 338
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 340
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 342
Prefeitura Municipal de Poxoréu 343
Prefeitura Municipal de Querência 345
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 345
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 347
Prefeitura Municipal de Rio Branco 347
Prefeitura Municipal de Rondolândia 347
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 353
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 354
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 355
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 356
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 365
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 365
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 367
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 368
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 369
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 371
Prefeitura Municipal de São José do Povo 372
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 373
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 377
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 382
Prefeitura Municipal de Sorriso 385
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 389
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 406
Prefeitura Municipal de Torixoréu 407
Prefeitura Municipal de União do Sul 407

Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 412
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 414
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 417
Prefeitura Municipal de Vila Rica 469

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

CONVITE N. 0002/2023

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público o resultado do procedimento licitatório Convite nº 002/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de software de Gestão Pública, envolvendo os sistemas de contabilidade pública, tesouraria, planejamento e execução orçamentária, recursos humanos, folha de pagamento, compras, licitações, patrimônio, almoxarifado e protocolo, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referencia n. 002/2023 e anexos, cujo certame teve como vencedora a empresa **POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA – ME,** com o valor de **R$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais),** por ter atendido a todos os requisitos do Convite e anexos e apresentado a menor proposta de preços.

Barão de Melgaço - MT, 1º de agosto de 2023.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Presidente da CPL

O Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas por meio da Lei Orgânica do Município e em cumprimento aos dispositivos legais supracitados e informações constante nos autos do **Processo n. 002/2023**, **HOMOLOGA/ADJUDICA** o procedimento licitatório **Convite n. 002/2023.**

Barão de Melgaço - MT, 1º de agosto de 2023.

MÁRCIO CATARINO DA CRUZ AQUINO

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PAUTA DA ORDEM DO DIA

Consta da Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 07 de agosto de 2023, as 19h:

ORDEM DO DIA:

Ø Discussão e votação do Projeto de Lei nº 59/2023

Ø De 15 de junho de 2023.

Ø Institui, no âmbito do município de Canarana – MT, as normas e os procedimentos aplicáveis à regularização fundiária urbana – REURB, conforme Lei Federal nº 13,465, de 11 de julho de 2017, e dá outras providências

Ø Autoria: Executivo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Orçamento e Finanças, Obras, Serviços Públicos e Transporte, Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Previdência, Esporte e Lazer.

Sala de Sessões, 04 de agosto de 2023.

Rafael Govari

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

PORTARIA Nº 81/2023 - NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 81/2023

FERNANDES ANTONIO CARLINI, Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga MT., no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica Nomeada no cargo de **ASSESSOR LEGISLATIVO** a Senhora **LUANA ANJOS DE MELO.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Paranatinga MT., 03 de agosto de 2023.

Gabinete da Presidência

Fernandes Antonio Carlini

Presidente do Biênio

2023/2024

Publique-se

Cumpra-se

Afixe a

PORTARIA Nº 80/2023 - NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 80/2023

FERNANDES ANTONIO CARLINI, Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga MT., no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica Nomeado no cargo de **ASSESSOR LEGISLATIVO** o Senhor **LUIZ FELIPE SACRAMENTO MIRANDA.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Paranatinga MT., 03 de agosto de 2023.

Gabinete da Presidência

Fernandes Antonio Carlini

Presidente do Biênio

2023/2024

Publique-se

Cumpra-se

Afixe a

CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO DE Nº 420 DE 11 DE JULHO DE 2023.

DECRETO LEGISLATIVO DE Nº 420 DE 11 DE JULHO DE 2023.

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO POCONEANO A GILBERTO GOMES DE FIGUEIREDO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR ITAMAR LOURENÇO DA SILVA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º A Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, concede o Título de Cidadão Poconeano a**GILBERTO GOMES DE FIGUEIREDO.**

Parágrafo único. O presente título vem demonstrar a gratidão do povo poconeano para com o ilustre homenageado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Poconé/MT., 12 de julho de 2023.

Vereador Itamar Lourenço da Silva

Presidente

Vereador Sérgio Paula Assunção

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

EDITAL № 027/2023

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

№ 027/2023

A câmara Municipal de Santo Antônio do Leste – MT através do seu presidente **Sr. Luciano Nascimento Silva**, em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais, torna público os seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2023

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATADA:

POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA - ME

CNPJ nº: 33.929.416/0001-48 Telefone: 65 98436 - 1957 Endereço:Rua Ceará, nº 42, Bairro: CPA II Morada da Serra CEP: 78.055-558 CUIABÁ - MATO GROSSO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE INTEGRADO EM GESTÃO CONTÁBIL E ADMINISTRATIVO, atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste.

VALOR TOTAL:R$50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), sendo R$ 4.200,00 mensal.

RESPALDO LEGAL: Identificação e descrição do dispositivo legal da Lei 8.666/1993

Santo Antônio do Leste - MT, 04 de agosto de 2023.

Luciano Nascimento Silva

Presidente CMSAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N°. 12/2023

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a pedido, a servidor da Câmara Municipal de São José do Povo, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

ARTIGO 1° - CONCEDER 30 dias de LICENÇA PRÊMIO a pedido ao servidor **OSMAR BORGES DE ALMEIDA,** referente ao período aquisitivo de **01/06/2018 a 01/06/2023**, que serão gozadas do dia **04 de agosto a de 2023 ao dia 02 de setembro de 2023.**

ARTIGO 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

São José do Povo, 04 de agosto de 2.023.

GENÉSIO GOMES FEITOSA

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
PORTARIA Nº 43/2023

PORTARIA Nº 43/2023 São José do Xingu – MT, 01 de Agosto de 2023

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO, ENCARREGADO DE SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato grosso, Senhor Valdomiro Lima Luz, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º- Fica através desta Nomeada **Srª Luziane Pereira da Silva**no cargo, encarregado de serviços da Câmara Municipal de São José do Xingu-MT.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 01 DE AGOSTO DE 2.023

_____

VALDOMIRO LIMA LUZ

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

DE SÃO JOSE DO XINGU -MT

REGISTRE-SE E PÚBLIQUE-SE

EM, 01 DE AGOSTO DE 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
DECRETO Nº 03/2023

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, Sra. **Sônia Rubio da Rocha**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º do Regimento Interno;

DECRETA

Art. 1º. Fica **DECRETADO** Ponto Facultativo, nesta SEGUNDA-FEIRA, dia 07 de agosto de 2023, em virtude do Feriado de SÃO DOMINGOS DE GUSMÃO do dia 08 de agosto do corrente ano.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Vale de São Domingos/MT, 04 de agosto de 2023.

Sônia Rubio da Rocha

Presidente da Câmara de Vereadores

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 361/2023

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR a servidora ADRIANA CRISTINA DOS SANTOS, CPF: 008.(...) - 73, para o cargo em comissão de Assessor do Procurador Jurídico.

Art. 2.º- Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 04 de agosto de 2023.

Ver. Pedro Paulo Tolares

Presidente

Ver. Denival Rodrigues Galibert

1º Secretário

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO-CODER X C S M COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO QUE SE FAZ AO CONTRATO N° 041/2023, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 007/2023, PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO: ÓLEO DIESEL COMUM, GASOLINA COMUM, ETANOL E ÓLEO DIESEL S10, EM BOMBA DE PROPRIEDADE DA PROPONENTE OU POR ELA INDICADA, PARA ATENDER A DEMANDA DO SETOR DE FROTA DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS – CODER.

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS - CODER, Empresa Pública, devidamente inscrita sob o CNPJ/MF de nº 03.940.848/0001-99, com sede na Avenida Dr. Paulino de Oliveira, nº 1.411, Jardim Marialva, Rondonópolis, Mato Grosso, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **ALFREDO VINICIUS AMOROSO** e a senhora **RITA PODENCIANO**, respectivamente, Diretor Presidente e Diretora Administrativa e Financeira da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS - CODER,** no uso das atribuições legais e regulamentares, considerando o disposto no artigo 173, § 1º, inc. I e II e artigo 37, inc. II, da Constituição Federal, artigo 13º do Estatuto Social da Companhia e demais normas aplicáveis à espécie, pelos princípios basilares que regem a Administração Pública tais como**: Princípio da Legalidade, Princípio da continuidade dos serviços Público, Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado, Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público, dentre outros explícitos e implícitos na Constituição Federal de 1988**, bem como pela prerrogativa e sujeições por meio de cláusulas exorbitantes expressamente prevista, vem unilateralmente APOSTILAR a atualização ao contrato supracitado, pelos fundamentos a seguir expostos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO APOSTILAMENTO

Constitui objeto do presente termo de apostilamento a correção do contrato nº 041/2023, celebrado por **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS - CODER**, Empresa Pública, devidamente inscrita sob o CNPJ/MF de nº 03.940.848/0001-99 e **C S M COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA** inscrita no CNPJ 03.965.940/0001-03, com sede administrativa na Rua Rio Branco, 197 Centro na cidade Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.700-200, representado pelo sócio Sr. JULIO YUKIO SATO, inscrito no CPF nº 502.XXX.XXX-91, portador da Carteira de Identidade nº 62XXX2 SSP/MT, que versa sobre a contratação de empresa para realizar **O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO: ÓLEO DIESEL COMUM, GASOLINA COMUM, ETANOL E ÓLEO DIESEL S10, EM BOMBA DE PROPRIEDADE DA PROPONENTE OU POR ELA INDICADA, PARA ATENDER A DEMANDA DO SETOR DE FROTA DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS – CODER**, pelas normas que regem a espécie, resolve unilateralmente apostilar o contrato nº 041/2023 mediante cláusulas e condições seguinte para atualizar o item 7.6 do contrato em comento:

ONDE SE LÊ:

7.6. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, após a realização definitiva dos itens entregues, após 30 (trinta) dias contados a partir da data de entrega da Nota Fiscal (ELETRÔNICA), conforme exigência prevista no Artigo 198-A-5-2, inciso I, do RICMS (Regulamento do ICMS) a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais dos itens, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do objeto da Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis - CODER; solicitante, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da empresa vencedora da licitação, sendo o pagamento intransferível para outra conta.

LEIA-SE

7.6. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, após a realização definitiva dos itens entregues, após 30 (trinta) dias contados a partir da data de entrega da Nota Fiscal (ELETRÔNICA), conforme exigência prevista no Artigo 198-A-5-2, inciso I, do RICMS (Regulamento do ICMS) a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais dos itens, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do objeto da Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis - CODER; solicitante, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da empresa vencedora da licitação, sendo o pagamento intransferível para outra conta**, CONTUDO, EM FACE AO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, FICA INADIMITIDO A SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTOS DE PRODUTOS OBJETO DO CONTRATO ANTES DO PRAZO DE 90 DIAS, CONFORME PRECEITUA O ARTIGO 78, INCISO XV DA LEI DE LICITAÇÕES Nº 8.666/93.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo de Apostilamento altera o disposto no item 7.6 do contrato n° 041/2023, conforme dispõe o artigo 65, § 8o da Lei 8.666/93 e demais normas que regem a espécie:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

*§ 8o A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, **as atualizações**, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento*. (**grifei**)

Nesse diapasão, adua o artigo 58, inciso I, do mesmo diploma legal:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, **a prerrogativa de**: (**grifei**)

I - **Modificá-los, unilateralmente**, **para melhor adequação às finalidades de interesse público**, **respeitados os direitos do contratado**; (**grifei**)

Nesse interim é imperioso demonstrar o Julgamento do Tribunal de Contas do Mato Grosso, publicado no Diário Oficial de Contas-DOC-TCE/MT, Nº 1352, em 04 de maio de 2018:

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2018 - INTERESSADO: CENTRAL VEÍCULOS E COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA. REF: DECISÃO FINAL SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO

(...)

Neste teor, cabe destacar **que os contratos administrativos diferem daqueles regidos pelo direito privado pela presença das cláusulas exorbitantes**, que se constituem em **prerrogativas instituídas pelo legislador em benefício do interesse público que prevalece sobre os interesses particulares**. Dentre as cláusulas exorbitantes encontra-se o direito reservado à Administração Pública de aplicar penalidades ao contratado pela inexecução total ou parcial do objeto contratual. O objetivo do texto é refletir sobre o poder-dever da Administração Pública de sancionar o particular que descumpre as obrigações contratuais, tendo em vista a indisponibilidade do interesse público.

O regime jurídico da Administração Pública é formado por prerrogativas e sujeições, sendo que as primeiras advêm do princípio da supremacia do interesse público e as últimas são provenientes do princípio da indisponibilidade do interesse público. Ambos os princípios

encontram-se atuantes tanto no regime jurídico-administrativo quanto nas relações jurídicas da Administração Pública submetidas ao regime de Direito Privado. Da mesma forma, os contratos da "Administração" são o gênero, bastando que a Administração seja parte, ao passo que os contratos administrativos são espécie, caracterizados por: regime de direito público, no qual a Administração encontra-se presente como poder público; finalidade pública; procedimento legal; natureza intuitu personae; natureza de contrato de adesão; presença de cláusulas exorbitantes. O doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua contrato administrativo como sendo "um tipo de avença travada entre a Administração e terceiros na qual, por força de lei, de cláusulas pactuadas ou do tipo de objeto, a permanência do vínculo e as condições preestabelecidas assujeitam-se a cambiáveis imposições de interesse público, ressalvados os interesses patrimoniais do contratante privado." A bem da verdade, mesmo em contratos firmados pela Administração Pública sob regime de direito privado, **nunca há igualdade entre o poder público e o particular, haja vista a prevalência do interesse público**, nesse sentido temos lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"Por isso, deve ser aceita com reservas a afirmação de que no contrato administrativo a posição entre as partes é de verticalidade (o que é verdadeiro) e, no contrato privado celebrado pela Administração, a posição das partes é de horizontalidade, o que não é inteiramente verdadeiro, quer pela submissão do Poder Público a restrições inexistentes no direito comum, quer pela possibilidade de lhe serem conferidas determinadas prerrogativas, por meio de cláusulas exorbitantes expressamente previstas. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 2004, p. 247).

As cláusulas exorbitantes instabilizam a relação jurídica, na medida em que conferem a uma das partes – a Administração – poderes e prerrogativas sem correspondência dentre os direitos do particular contratado. Conforme assevera a doutrinador Maria Sylvia Zanella Di Pietro, tais cláusulas "seriam ilícitas nos contratos entre particulares, por encerrarem prerrogativas ou privilégios de uma das partes em relação à outra."

Embora as cláusulas exorbitantes pudessem ser consideradas cláusulas leoninas em um contrato de direito privado, no regime jurídico-administrativo tais prerrogativas são lícitas, previstas em lei, e encontram fundamento no interesse público. **O particular que não deseja se subjugar às cláusulas exorbitantes deverá abster-se de firmar contratos administrativos com o poder público, pois, ainda que tais cláusulas não estejam expressas no edital licitatório e no contrato elas poderão ser aplicadas**, vez que decorrentes de lei e do princípio da supremacia do interesse público. Entretanto, neste caso, está previsto em ambos os instrumentos. (**grifei**)

Ademais, em que pese a referida cláusula exorbitante de 90 (noventa) dias de atraso para pagamento não estar expressa no instrumento convocatório e no contrato, conforme entendimento supracitado do TCE/MT, ainda assim, tais cláusulas poderão ser aplicadas, vez que decorrentes de lei e do princípio da supremacia do interesse público. Havendo conflito entre o prazo de pagamento expresso em Lei Federal e o previsto no edital, deve prevalecer o primeiro, em homenagem, ademais, à prerrogativa da Administração de anular os próprios atos, quando eivados de vício que os torne ilegais (enunciado n. 473 da Súmula do STF).

No presente caso, o erro material contido no edital do certame não se presta a assegurar a aquisição de direito tampouco de tornar idôneo o prazo para pagamento não versado em lei.

Dessa forma, não é cabível qualquer justificativa acerca de ausência de pagamento por parte da Companhia, posto que somente seria permitida a suspensão no fornecimento dos produtos no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias, conforme dispõe o inciso XV do art. 78 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(...)

XV - **o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento**, **ou parcelas destes,** já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

A necessidade de manutenção do equilíbrio financeiro dos contratos administrativos é situada, pelo Prof. Hely Lopes Meirelles, como uma das denominadas cláusulas exorbitantes. Devemos, entretanto, observar que não se trata, aqui, de prerrogativa da Administração e sim, contrariamente, de uma restrição à atuação desta. Ocorre que, embora possa a Administração, como vimos, alterar unilateralmente o objeto e as condições de execução dos contratos administrativos, modificando suas cláusulas ditas regulamentares ou de serviço, deve ser garantida ao contratado a impossibilidade de alteração, por ato unilateral, das cláusulas econômico-financeiras do contrato (art. 58, §§ 1º e 2º).

Assim, a equação financeira originalmente fixada quando da celebração do contrato deverá ser respeitada pela Administração. Esta terá que proceder, sempre que houver alteração unilateral de alguma cláusula regulamentar, aos ajustamentos econômicos necessários à manutenção do equilíbrio financeiro denotativo da relação encargo - remuneração inicialmente estabelecida para o particular como justa e devida (art. 65, § 6º).

Pois bem, em relação aos contratos administrativos, a doutrina sempre defendeu a inoponibilidade, contra a Administração, desta exceção do contrato não cumprido, ou seja, não seria lícito ao particular interromper a execução da obra ou do serviço objeto do contrato, mesmo que a Administração permanecesse sem pagar pela obra ou pelo serviço. Invoca-se, para justificar tal prerrogativa, o princípio da continuidade do serviço público.

Esta posição extremamente rigorosa em prejuízo do contratado acabou sendo substancialmente atenuada pela Lei 8.666. Atualmente, somente podemos falar em uma relativa ou temporária inoponibilidade da exceção do contrato não cumprido. Isso porque a oposição, pelo particular, desta cláusula implícita, passou a ser expressamente autorizada quando o atraso do pagamento pela Administração seja superior a 90 (noventa) dias, possibilitando este atraso, ainda, a critério do contratado, a rescisão por culpa da Administração com indenização do particular (inciso XV de seu art. 78).

Por último, devemos notar que, no caso de inadimplemento do particular, a Administração sempre pode arguir a exceção do contrato não cumprido em seu favor e, automaticamente, deixar de cumprir suas obrigações para com o particular inadimplente, restando ao contratado inadimplente as sanções contidas no contrato em epígrafe:

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. A empresa Contratada ficará sujeita as seguintes penalidades caso deixar de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas:

10.2. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo contratado caracterizará a inadimplência, sujeitando-o às seguintes penalidades:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CIA;

10.2.4. Declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Salienta-se que o referido Apostilamento se fundamenta no próprio contrato entre as partes em comento, onde a **CODER** fará o devido apostilamento do processo e informará aos Proponentes a nova ordem de registro:

9.9. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9.10. Não cumprir as obrigações decorrentes do contrato;

(...)

9.12. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no contrato ou nos pedidos dela decorrentes.

9.13. - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a **CODER** fará o devido **apostilamento** do processo e informará aos Proponentes a nova ordem de registro. (**grifei**)

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ficam ratificadas e inalteradas as demais clausulas e condições do Contrato Original que por este Apostilamento não foram alteradas e/ou modificadas. Assim, seja este termo publicado para conhecimento e surja seus efeitos legais

Publique-se

Cumpra-se

Rondonópolis, 04 de agosto de 2023.

ALFREDO VINICIUS AMOROSO RITA DE CÁSSIA PODENCIANO DE SOUZA

Diretor Presidente Diretora Administrativa e Financeira

VALESKA MACHADO MARTINS POSSAMAI

Diretora Jurídica

OAB/MT 18.268

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 010/2023

TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 010/2023

CREDENCIAMENTO Nº 001/2023- INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2023

ADJUDICO o procedimento licitatório da modalidade de **CREDENCIAMENTO Nº 001/2023 -INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023, "CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de realização consultas médicas especializadas, de exames de imagens para apoio a diagnósticos, exames especializados complementares e procedimentos cirúrgicos**,tendo em vista os cumprimentos legais, a favor da empresa:**CENTRO MEDICO REGIONAL DE TANGARA DA SERRA LTDA – CNPJ/MF nº 24.383.635/0001-83,** sediada na Rua Antonio Hortolani, nº 327, Setor N Centro, CEP: 78.300-000 – Tangara da Serra – MT, com valor estimativo global deR$ 254.695,37 (Duzentos e Cinquenta e Quatro Mil Seiscentos e Noventa e Cinco Reais e Trinta e Sete Centavos).

Em conformidade com o item 7 **-** Da Distribuição Dos Serviços do edital de credenciamento 7.1 “A distribuição dos serviços será de acordo com o número de credenciados, quantidade unitária dos itens e a necessidade da Central de Regulação de cada município consorciados, podendo se necessário, serem redistribuídos durante a vigência do credenciamento”, ou seja, caso houver outros pedidos de credenciamentos para as mesmas especialidades solicitadas pelas empresas declaradas aptas nesta sessão e posteriormente homologadas, os quantitativos e valor global serão redistribuídos.

Tangará da Serra/MT, 04 de Agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 010/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 010/2023

CREDENCIAMENTO Nº 001/2023 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2023

Sr. RAFAEL MACHADO, Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE, situado à Rua Arlindo Nogueira Gomes, 127-N, Bairro Jardim Tanaka, Tangará da Serra-MT, CEP 78.302-082, pessoa jurídica de direito público, torna público para conhecimento de todos os interessados que em conformidade com o julgamento e valores adjudicados:

HOMOLOGA o processo licitatório da modalidade de **CREDENCIAMENTO Nº 001/2023 -INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023, “CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de realização consultas médicas especializadas, de exames de imagens para apoio a diagnósticos, exames especializados complementares e procedimentos cirúrgicos”** que teve nesta data CREDENCIADAS as seguintes empresas:

CENTRO MEDICO REGIONAL DE TANGARA DA SERRA LTDA – CNPJ/MF nº 24.383.635/0001-83, sediada na Rua Antonio Hortolani, nº 327, Setor N Centro, CEP: 78.300-000 – Tangara da Serra – MT. A empresa solicitou credenciamento para os seguintes itens:

ITEM	CÓD.	CÓD. TCE	OUTROS PROCEDIMENTOS	UNIDAD	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
66	5139	TCEMT0000229	Exame Endoscopia digestiva Alta com ou sem sedação - (Com Biopsia se indicado)	UN.	613	R$ 415,49	R$ 254.695,37
			SUB-TOTAL ESTIMADO.....				**R$ 254.695,37**
Na descrição dos itens 53 a 83 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Agendamento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde conforme disponibilidade do procedimento pretendido. procedimento a ser realizado em clinica/hospital do próprio credenciado ou em alguma unidade de saúde de qualquer município consorciado, mediante acordo prévio entre as partes interessadas. Item 66: Incluso sedação se necessário.							
			TOTAL GERAL ESTIMADO.....				**R$ 254.695,37**

Em conformidade com o item 7 **-** Da Distribuição Dos Serviços do edital de credenciamento 7.1 “A distribuição dos serviços será de acordo com o número de credenciados, quantidade unitária dos itens e a necessidade da Central de Regulação de cada município consorciados, podendo se necessário, serem redistribuídos durante a vigência do credenciamento”, ou seja, caso houver outros pedidos de credenciamentos para as mesmas especialidades solicitadas pelas empresas declaradas aptas nesta sessão e posteriormente homologadas, os quantitativos e valor global serão redistribuídos.

Tangará da Serra/MT, 04 de Agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2023

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 017/2023

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, inscrito no CNPJ/MF nº 02.997.711/0001-08, com sede administrativa na Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, CEP 78530-000, Fone (66) 3575-1757, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. PASCOAL ALBERTON, **RESOLVE** registrar os preços da empresa: **R C MACCARI- ME**,inscrita no CNPJ/MF nº 05.121.635/0001-60, Inscrição Estadual nº 13.211.266-3, com sua sede na Avenida Jatobá, n° 89, Escritório Fundos, Bairro Centro, CEP 78520-000, na Cidade de Guarantã do Norte/MT, telefone (66) 3552-1259, e-mail supermercadomaccari01@hotmail.com, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Sr. RUI CLAUDIO MACCARI, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 590446 e do CPF nº 395.173.491-49, residente na Avenida Jatobá, nº 89, Bairro Centro, CEP 78520-000 – Guarantã do Norte/MT.

Conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no **Edital nº 016/2023** do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2023**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8. 538, de 06 de outubro de 2015, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS, DESERTOS E FRACASSADOS NO PE N° 010/2023, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COZINHA DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, sob a gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto,constantes no termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, conforme especificações detalhadas e descritas pelo item 2 abaixo.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência, que acompanhou o Edital da licitação, são estimadas.

2. DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, DA QUANTIDADE E DO PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo:

2.2. FORNECEDOR REGISTRADO

EMPRESA: **R C MACCARI-ME**		
CNPJ N°: 05.121.635/0001-60	I.E. N°: 13.211.266-3	
ENDEREÇO: Avenida Jatobá, Escritório Fundos.	N°: 89	BAIRRO: Centro
CIDADE: Guarantã do Norte/MT	CEP: 78520-000	
TELEFONE: (66) 3552-1259	E-MAIL: supermercadomaccari01@hotmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: RUI CLAUDIO MACCARI		
ITENS:		

R. C. MACCARI-ME						
Cód.	**Descrição**	**Marca**	**Un.**	**Qtd.**	**Valor un.**	**Valor total**
8402	AMEIXA - VERMELHA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA.	IN NATURA	KG	250	R$ 25,65	R$ 6. 412,50
4200	BANANA - NANICA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	IN NATURA	KG	850	R$ 9,92	R$ 8. 432,00
169	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, COM TAMANHO UNIFORME DEVENDO SER GRAUDA. EMBALADA EM SACOS PLÁSTICOS. ROTULAGEM MINIMA DE PESO E DATA DE PROCESSAMENTO.	IN NATURA	KG	800	R$ 9,09	R$ 7. 272,00
1272	BATATA LISA DE PRIMEIRA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM LESÕES FÍSICAS OU MECÂNICAS.	IN NATURA	KG	3500	R$ 8,47	R$ 29. 645,00
1407	BERINGELA TIPO COMUM, BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, FIRME E INTACTA, SEM LESÕES.	IN NATURA	KG	500	R$ 13,19	R$ 6. 595,00
6499	CARNE BOVINA - TIPO PATINHO, PEÇA INTEIRA, RESFRIADO, E NO MÁXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, EMBALADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATOXICO INSPECIONADA PELO SIF.	FRIALTO	KG	3500	R$ 42,16	R$ 147. 560,00
6038	CARNE BOVINA TIPO COSTELA, KILO, CONGELADA OU RESFRIADA, COR PRÓPRIA, SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, AUSÊNCIA DE PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM ATÓXICA DE FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE FLEXÍVEL E RESISTENTE.	FRIALTO	KG	2900	R$ 27,01	R$ 78. 329,00
8299	CARNE SUINA - TIPO PALETA, PICADA, RESFRIADA, ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATOXICO.	FRIGO WEBER	KG	3000	R$ 23,07	R$ 69. 210,00
331	CENOURA KG, GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO, FRESCO, SEM PARTES ESTRAGADAS, TAMANHO PROPORCIONAL A ESPÉCIE, AUSÊNCIA SUJIDADES, LARVAS OU PARASITAS.	IN NATURA	KG	2000	R$ 10,05	R$ 20. 100,00
5296	CHÁ - ERVA DOCE, CONSTITUIDO DE FRUTOS DE ESPECIMES VEGETAIS DE BOA QUALIDADE, DE COR PRÓPRIA, COM ASPECTO CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, 250 G.	BARÃO	PC 250 G	800	R$ 12,66	R$ 10. 128,00
5305	COUVE - TIPO MANTEIGA, FRESCA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LA.	IN NATURA	MAÇO	2000	R$ 5,67	R$ 11. 340,00
8303	ERVILHA VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, INTEIRA, IMERSA EM LÍQUIDO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES.	FUGINI	LATA 280G	150	R$ 6,15	R$ 922,50

5328	LEITE LONGA VIDA - DESNATADO, TEOR DE MATÉRIA GORDA MÍNIMO 0,5%, RECIPIENTE HERMÉTICO EM CAIXA ALUMINIZADA. (CAIXA C/ 12 EMBALAGENS DE 1 LT).	VENCEDOR	CX 12 UN	250	R$ 83,50	R$ 20.875,00
358	LEITE LONGA VIDA-INTEGRAL, TEOR DE MATERIA GORDA MINIMO 3%, RECIPIENTE HERMETICO EM CAIXA ALUMINIZADA. (CAIXA C/ 12 EMBALAGENS DE 1 LT)	VENCEDOR	CX 12 UN	550	R$ 79,60	R$ 43.780,00
8328	MAIONESE CREMOSA, 40 KCAL POR COLHER DE SOPA (12 G) COM ÔMEGAS 3 E 6 PROVENIENTES ÁGUA, ÓLEO VEGETAL, OVO PASTEURIZADO, AMIDO MODIFICADO, VINAGRE, AÇUCAR, SAL, SUCO DE LIMÃO, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO, ESTABILIZANTE GOMA XANTANA, CONSERVADOR ÁCIDO SÓRBICO, ANTIOXIDANTES BHA, BHT E ÁCIDO CÍTRICO, SEQUESTRANTE EDTA CÁLCIO DISSÓDICO, CORANTE NATURAL PÁPRICA E AROMATIZANTE.NÃO CONTÉM GLÚTEN ALÉRGICOS: CONTÉM OVO E DERIVADOS DE SOJA. MÍNIMO 1,6KG - (SIMILAR OU SUPERIOR A HELLMANNS)	FUGINI	SACHE	300	R$ 25,02	R$ 7.506,00
6530	MAMÃO FORMOSA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	IN NATURA	KG	600	R$ 14,97	R$ 8.982,00
6532	MASSA PARA LASANHA PRE-COZIDA - COMPOSTA DE FARINHA OU SEMOLA, OVOS E DEMAIS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, DE COR AMARELADA, COM SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E CORANTES ARTIFICIAIS, ACONDICIONADA EM SACOS PRÓPRIOS, 500G.	DONA BENTA	PC 500 G	1200	R$ 9,60	R$ 11.520,00
5340	MAXIXE - VERDE, DE BOA QUALIDADE, MADURO, GRAUDO	IN NATURA	KG	500	R$ 13,27	R$ 6.635,00
8407	MELÃO - AMARELO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTECTA E FIRME.	IN NATURA	KG	350	R$ 13,32	R$ 4.662,00
412	POLVILHO AZEDO PACOTE MÍNIMO 1KG DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. LIVRE DE MOFOS, BOLORES, FORMAÇÃO DE GRUMOS, SUJIDADES E PARASITAS. EMBALAGEM INTEGRAS.	PINDUCA	KG	50	R$ 18,17	R$ 908,50
413	POLVILHO DOCE PACOTE MÍNIMO 1KG DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. LIVRE DE MOFOS, BOLORES, FORMACAO DE GRUMOS, SUJIDADES E PARASITAS. EMBALAGEM INTEGRAS.	PINDUCA	KG	200	R$ 13,35	R$ 2.670,00
VALOR TOTAL		**R$ 503.484,50**				

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados.

3. DO VALOR

3.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

3.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do **PRODUTO/SERVIÇO.**

3.3. É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas.

3.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

3.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços.

3.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

4. DA VALIDADE

4.1. A presente Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência.

4.3. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP

5.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Consórcio Intermunicipal de Saúde.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado.

5.3. Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao Consórcio.

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

6. DA VINCULAÇÃO LEGAL

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei nº 8.666/93, bem como todas as alterações posteriores.

7. DA FISCALIZAÇÃO

77.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da presente Ata de Registro de Preços/Contrato serão feitos pela servidora **LUANY GARRIDO SOARES - ATO NORMATIVO Nº 31/2023 – COORDENADORA DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA** designada pelo Consórcio, através da **PORTARIA Nº 096/2023**, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, competindo-lhe tomar todas as providências, de modo a assegurar que este seja executado de acordo com as cláusulas avençadas.

7.1.1. Nos casos em que houver necessidade de substituição do fiscal, esta se dará por meio de decisão do Ordenador de Despesa.

7.1.2. Em havendo ausência justificada, o acompanhamento e a fiscalização se darão por servidor indicado pelo fiscal quando do seu afastamento.

7.1.3. No exercício da fiscalização, o responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato, poderá, a critério do Contratante, emitir relatórios circunstanciais, devidamente vistados pela Contratada.

7.2. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.2.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o Fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

8. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue a Fornecedora a respectiva **Autorização de Fornecimento**, indicando o local de entrega, objeto e quantitativo requisitado.

8.1.1. O Objeto desta ARP terá que ser entregue no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, localizado na Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, na cidade de Peixoto de Azevedo/MT.

8.2. A cada fornecimento ou período, o **Órgão Gerenciador** providenciará a expedição da Autorização de Fornecimento.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por e-mail, conforme informações constantes na Proposta de Preços.

8.3. Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos de até **15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS**, logo após a contratada receber a ordem de entrega (requisição), sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

8.5. Fica a critério do **Órgão Gestor** a aceitação de eventuais pedidos formais e justificados de prorrogação de prazo de entrega.

9. DO RECEBIMENTO

9.1. Os **PRODUTOS** serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade, ressalvada a hipótese do artigo 74 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. O recebimento definitivo perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

9.3. Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

9.4. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior à registrada, independente de anuência da Fornecedora.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

10.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**;

10.1.2. Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos;

10.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros;

10.1.4. Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor;

10.1.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços;

10.1.6. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

10.1.7. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida;

10.1.8. Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições;

10.1.9. A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.10. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros;

10.1.11. A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não exime a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço;

10.2.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão);

10.2.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes;

10.2.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor;

10.2.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP;

10.2.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP;

10.2.6. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações;

10.2.7. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

10.2.8. Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;

10.2.9. Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo para reposição;

10.2.10. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição.

11. DO REAJUSTAMENTO E DAS REVISÕES DE PREÇOS

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art. 19 da lei federal n° 7.892/2013, **é vedado** qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

11.2. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.3. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, conforme segue:

11.3.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

11.3.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

11.3.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.3.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.3. A revisão negociada de valores, para cima ou para baixo, poderá ocorrer de ofício ou a pedido do licitante signatário, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO, nas seguintes condições:

11.3.1. Para cima, visando manter o equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta, nos termos do artigo 65, § 6º, da Lei 8.666/93, desde que demonstrada por meio de planilhas de preços, cópias de notas fiscais que demonstrem por parte do fornecedor que houve aumento de preços por parte da indústria, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de fato superveniente ou de difícil previsão;

11.3.2. Para baixo, quando a Administração verificar que o preço registrado se encontra substancialmente superior ao praticado no mercado.

11.4. Não será aceita como justificativa para o reequilíbrio econômico financeiro apenas a variação cambial do dólar, será necessário comprovar o preço equivalente na época da proposta e o preço atual solicitado, por meio de cópias de notas fiscais.

12. DO CANCELAMENTO DA ATA

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

V. O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

VI. O Fornecedor que não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII. Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência;

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados com base na Legislação em vigor:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Consórcio.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, desde que devidamente comprovados tais fatos.

12.5. Nahipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva ARP.

13. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

13.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa ou interromper o prazo, no caso de qualquer irregularidade, vício ou imperfeição no fornecimento.

13.2. O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.

13.2.1. O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.

13.3. Todos os tributos incidentes sobre os **PRODUTOS** deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

13.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como nome e número da agência e o número da conta corrente, na qual se executará o depósito bancário para pagamento, repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

13.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

13.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito.

14.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização.

14.3. O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, e não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis.

14.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor.

14.5. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

15. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

15.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do consórcio, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / **https://diariomunicipal.org/mt/amm)** e no Diário de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT (diário eletrônico / **http://www.tce.mt.gov.br)**.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora às multas, constantes no caput e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Proposta Vencedora, na forma seguinte:

17.1.1. Quanto à obrigação da assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso.

17.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

17.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, incisos I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora.

17.3. Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades:

17.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade (02) dois anos; e,

17.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos.

17.4. A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com este Consórcio pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

17.5. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Consórcio, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município sede do consórcio, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

17.6. As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

17.7. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

17.8. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas neste item e subitens anteriores, desta ata, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

17.9. As multas previstas neste item, quando não houver notas em aberto do fornecedor para efetuar o desconto, deverão ser recolhidas em guia própria, ou efetuar o deposito em conta bancária indicada pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública.

18.2. O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

18.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

19.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e achado conforme, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo/MT, 03 de julho de 2023.

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE DO CISVP

ÓRGÃO GESTOR

_____

R C MACCARI

05.121.635/0001-60

RUI CLAUDIO MACCARI

EMPRESÁRIO

FORNECEDOR REGISTRADO

33º TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2023

33º TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2023

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, pelo seu Presidente, ratifica a contratação da empresa **R C MACCARI ME,** o valor de **R$ 14.980,00 (QUATORZE MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS),**

Tudo com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, tendo como objeto a seus incisos, para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA AQUISIÇÃO DE 1000 (MIL) KG DE PÃO FRANCES, visando suprir as necessidades do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo e do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, em atendimento ao Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto.

Peixoto de Azevedo/MT, 04 de agosto de 2023

Presidencia do CISVP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2023

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 019/2023

Pelo presente instrumento o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, inscrito no CNPJ/MF nº 02.997.711/0001-08, com sede administrativa na Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, CEP 78530-000, Fone (66) 3575-1757, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, doravante denominado Órgão Gestor, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. PASCOAL ALBERTON, RESOLVE registrar os preços da empresa:

FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 22.803.038/0001-35, Inscrição Estadual nº 106372963, com sede na Avenida Liberdade, Quadra 161, Lote 40, Sn°, Bairro Jardim Buriti Sereno, CEP 74.943-400, na Cidade de Apardecida de Goiânia/GO, telefone: (62) 3983-6888, e-mail: femap.hospitalar@gmail.com, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Sra. ANA PAULA EVANGELISTA DA MATA, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3647896 SPTC/GO e do CPF nº 898.022.841-49, residente na Rua 11 D, Sn°, Quadra 138, Lote 7, Bairro Setor Garavelo, CEP 74. 930-210, na Cidade de Aparecida de Goiânia/GO.

Conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital nº 021/2023 do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2023, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ORTESE E PROTESE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO CIRURGICO DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, sob a gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, constantes no termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, conforme especificações detalhadas e descritas pelo item 2 abaixo.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência, que acompanhou o Edital da licitação, são estimadas.

2. DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, DA QUANTIDADE E DO PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo:

2.2. FORNECEDOR REGISTRADO

EMPRESA: FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ N°: 22.803.038/0001-35

I.E. N°: 106372963

ENDEREÇO: Avenida Liberdade, Quadra 161,

Lote 40,

N°: Sn°

BAIRRO: Jardim Buriti Sereno

CIDADE: Apardecida de Goiânia/GO

CEP: 74.943-400

TELEFONE: (62) 3983-6888

E-MAIL: femap.hospitalar@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: ANA PAULA EVANGELISTA DA MATA

ITENS:

Item

Descrição

Marca

Und. medida

Quant.

Valor unitário

Valor total

1

FIO METALICO LISO (KIRSCHNER) 3,0MM

ORTOBIO

un

50

R$ 14,02

R$ 701,00

2

FIO METALICO LISO (KIRSCHNER) 3,5MM

ORTOBIO

un

50

R$ 14,02

R$ 701,00

3

PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 10 MM

ORTOBIO

un

100

R$ 17,31

R$ 1.731,00

4

PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 12MM

ORTOBIO

un

100

R$ 17,32

R$ 1.732,00

5

PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 14 MM

ORTOBIO
un
200
R$ 17,32
R$ 3.464,00
6
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 16MM
ORTOBIO
un
200
R$ 17,32
R$ 3.464,00
7
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 18MM
ORTOBIO
un
200
R$ 17,32
R$ 3.464,00
8
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 20MM
ORTOBIO
un
200
R$ 17,32
R$ 3.464,00
9
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 22 MM
ORTOBIO
un
200
R$ 17,32
R$ 3.464,00
10
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 24MM
ORTOBIO
un
200
R$ 17,32
R$ 3.464,00
11
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 26 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 17,32
R$ 2.598,00
12
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 28 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 17,32
R$ 2.598,00
13
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 30 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 17,30
R$ 2.595,00
14
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 32 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 17,32
R$ 2.598,00
15
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 34 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 17,32
R$ 2.598,00
16
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 36 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 17,32
R$ 2.598,00
17
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 40 MM
ORTOBIO
un
50
R$ 17,31
R$ 865,50
18
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 45 MM
ORTOBIO
un
100
R$ 17,01
R$ 1.701,00

19
PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 50 MM
ORTOBIO
un
100
R$ 17,01
R$ 1.701,00
20
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 14MM
ORTOBIO
un
150
R$ 20,70
R$ 3.105,00
21
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 16 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 20,17
R$ 3.025,50
22
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 18 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 20,21
R$ 3.031,50
23
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 20 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 19,76
R$ 2.964,00
24
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 22 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 20,38
R$ 3.057,00
25
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 24 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 20,17
R$ 3.025,50
26
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 26 MM
ORTOBIO
un
160
R$ 20,58
R$ 3.292,80
27
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 28 MM
ORTOBIO
un
165
R$ 20,66
R$ 3.408,90
28
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 30 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 20,26
R$ 3.039,00
29
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 32 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 20,17
R$ 3.025,50
30
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 34 MM
ORTOBIO
un
155
R$ 20,38
R$ 3.158,90
31
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 36 MM
ORTOBIO
un
150
R$ 20,37
R$ 3.055,50
32
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 38 MM
ORTOBIO
un
140

R$ 20,38
R$ 2.853,20
33
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 40 MM
ORTOBIO
un
155
R$ 20,70
R$ 3.208,50
34
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 42 MM
ORTOBIO
un
200
R$ 19,87
R$ 3.974,00
35
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 44 MM
ORTOBIO
un
200
R$ 19,82
R$ 3.964,00
36
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 46 MM
ORTOBIO
un
200
R$ 20,17
R$ 4.034,00
37
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 48 MM
ORTOBIO
un
100
R$ 20,17
R$ 2.017,00
38
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 50 MM
ORTOBIO
un
100
R$ 20,17
R$ 2.017,00
39
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 52 MM
ORTOBIO
un
100
R$ 20,17
R$ 2.017,00
40
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 54 MM
ORTOBIO
un
60
R$ 20,17
R$ 1.210,20
41
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 56 MM
ORTOBIO
un
60
R$ 20,17
R$ 1.210,20
42
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 58 MM
ORTOBIO
un
60
R$ 20,26
R$ 1.215,60
43
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 60 MM
ORTOBIO
un
60
R$ 20,17
R$ 1.210,20
44
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 65 MM
ORTOBIO
un
60
R$ 20,70
R$ 1.242,00
45
PARAFUSO CORTICAL 4,5 X 70MM
ORTOBIO
un
60
R$ 20,70
R$ 1.242,00
46
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 12 MM
ORTOBIO

un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
47
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 16 MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
48
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 20 MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,70
R$ 1.535,00
49
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 22 MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
50
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 24 MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,51
R$ 1.525,50
51
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 26 MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,70
R$ 1.535,00
52
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 28 MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,64
R$ 1.532,00
53
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 30 MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
54
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 40 MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,72
R$ 1.536,00
55
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 45 MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
56
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 50 MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,72
R$ 1.536,00
57
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X25MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
58
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X30MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
59
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X35MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,35
R$ 1.517,50
60

PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X40MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,35
R$ 1.517,50
61
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X45MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
62
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X50MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,72
R$ 1.536,00
63
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X60MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,70
R$ 1.535,00
64
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X65MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,70
R$ 1.535,00
65
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X70MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
66
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X75MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
67
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X80MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
68
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X85MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,72
R$ 1.536,00
69
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X90MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,72
R$ 1.536,00
70
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X95MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
71
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X40MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
72
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X45MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
73
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X50MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71

R$ 1.535,50
74
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X55MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
75
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X60MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
76
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X65MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
77
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X70MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
78
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X75MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
79
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X80MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
80
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X85MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
81
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X90MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
82
PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6,5X95MM
ORTOBIO
un
50
R$ 30,71
R$ 1.535,50
83
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X14MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
84
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X16MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
85
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X18MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
86
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X20MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
87
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X22MM
ORTOBIO
un

35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
88
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X24MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
89
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X26MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
90
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X28MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
91
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X30MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
92
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X35MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
93
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X40MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
94
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X45MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
95
PARAFUSO ESPONJOSO RT 4,0X50MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
96
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X40MM
ORTOBIO
un
35
R$ 30,71
R$ 1.074,85
97
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X45MM
ORTOBIO
un
30
R$ 30,71
R$ 921,30
98
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X50MM
ORTOBIO
un
30
R$ 30,71
R$ 921,30
99
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X55MM
ORTOBIO
un
30
R$ 30,71
R$ 921,30
100
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X60MM
ORTOBIO
un
30
R$ 30,71
R$ 921,30
101
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X65MM

ORTOBIO
un
30
R$ 30,71
R$ 921,30
102
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X70MM
ORTOBIO
un
30
R$ 30,71
R$ 921,30
103
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X75MM
ORTOBIO
un
30
R$ 30,71
R$ 921,30
104
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X80MM
ORTOBIO
un
30
R$ 30,71
R$ 921,30
105
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X85MM
ORTOBIO
un
30
R$ 30,71
R$ 921,30
106
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X90MM
ORTOBIO
un
30
R$ 30,71
R$ 921,30
107
PARAFUSO ESPONJOSO RT 6,5X95MM
ORTOBIO
un
30
R$ 30,71
R$ 921,30
108
PLACA 1/3 TUBO 3,5 PF 10 FUROS
ORTOBIO
un
50
R$ 60,00
R$ 3.000,00
109
PLACA 1/3 TUBO 3,5 PF 12 FUROS
ORTOBIO
un
50
R$ 60,00
R$ 3.000,00
110
PLACA 1/3 TUBO 3,5 PF 4 FUROS
ORTOBIO
un
50
R$ 60,00
R$ 3.000,00
111
PLACA 1/3 TUBO 3,5 PF 5 FUROS
ORTOBIO
un
50
R$ 60,00
R$ 3.000,00
112
PLACA 1/3 TUBO 3,5 PF 6 FUROS
ORTOBIO
un
50
R$ 60,00
R$ 3.000,00
113
PLACA 1/3 TUBO 3,5 PF 7 FUROS
ORTOBIO
un
50
R$ 70,00
R$ 3.500,00
114
PLACA 1/3 TUBO 3,5 PF 8 FUROS
ORTOBIO
un
50
R$ 70,00
R$ 3.500,00

115
PLACA 1/3 TUBO 3,5 PF 9 FUROS
ORTOBIO
un
50
R$ 70,00
R$ 3.500,00
116
PLACA EM T 3,5 MM 3 X 3
ORTOBIO
un
80
R$ 294,00
R$ 23.520,00
117
PLACA EM T 3,5 MM 3 X 5
ORTOBIO
un
80
R$ 294,00
R$ 23.520,00
118
PLACA EM T 3,5 MM 3X4
ORTOBIO
un
80
R$ 294,00
R$ 23.520,00
119
PLACA EM T 3,5MM 4X4
ORTOBIO
un
80
R$ 294,00
R$ 23.520,00
120
PLACA EM T 3,5MM 4X5
ORTOBIO
un
80
R$ 294,00
R$ 23.520,00
121
PLACA EM T 3,5MM 4X6
ORTOBIO
un
80
R$ 294,00
R$ 23.520,00
122
PLACA GF ESTREITA DCP 06 FUROS
ORTOBIO
un
100
R$ 265,00
R$ 26.500,00
123
PLACA GF ESTREITA DCP 07 FUROS
ORTOBIO
un
100
R$ 265,00
R$ 26.500,00
124
PLACA GF ESTREITA DCP 08 FUROS
ORTOBIO
un
100
R$ 265,00
R$ 26.500,00
125
PLACA GF ESTREITA DCP 09 FUROS
ORTOBIO
un
100
R$ 265,00
R$ 26.500,00
126
PLACA GF ESTREITA DCP 10 FUROS
ORTOBIO
un
100
R$ 265,00
R$ 26.500,00
127
PLACA GF ESTREITA DCP 12 FUROS
ORTOBIO
un
100
R$ 265,00
R$ 26.500,00
128
PLACA GF ESTREITA DCP 14 FUROS
ORTOBIO
un
100

R$ 265,00
R$ 26.500,00
129
PLACA GF ESTREITA DCP 16 FUROS
ORTOBIO
un
100
R$ 270,00
R$ 27.000,00
130
PLACA GF ESTREITA DCP 18 FUROS
ORTOBIO
un
50
R$ 270,00
R$ 13.500,00
131
PLACA GF LARGA DCP 06 FUROS 104MM
ORTOBIO
un
50
R$ 318,00
R$ 15.900,00
132
PLACA GF LARGA DCP 07 FUROS
ORTOBIO
un
80
R$ 318,00
R$ 25.440,00
133
PLACA GF LARGA DCP 08 FUROS
ORTOBIO
un
80
R$ 318,00
R$ 25.440,00
134
PLACA GF LARGA DCP 09 FUROS
ORTOBIO
un
80
R$ 323,00
R$ 25.840,00
135
PLACA GF LARGA DCP 10 FUROS
ORTOBIO
un
80
R$ 318,00
R$ 25.440,00
136
PLACA GF LARGA DCP 12 FUROS
ORTOBIO
un
80
R$ 318,00
R$ 25.440,00
137
PLACA GF LARGA DCP 14 FUROS
ORTOBIO
un
80
R$ 318,00
R$ 25.440,00
138
PLACA GF LARGA DCP 16 FUROS
ORTOBIO
un
80
R$ 284,00
R$ 22.720,00
139
SISTEMA DE FIXAÇÃO EXTERNO DINÂMICO PARA FEMUR - ANVISA 80083650031
ORTOBIO
un
80
R$ 345,00
R$ 27.600,00
140
SISTEMA DE FIXAÇÃO EXTERNO DINÂMICO PARA PUNHO - ANVISA 80083650031
ORTOBIO
un
80
R$ 345,00
R$ 27.600,00
141
SISTEMA DE FIXAÇÃO EXTERNO DINÂMICO PARA RADIO/UMERO T 200-ESTERIL - ANVISA 80083650031
ORTOBIO
un
80
R$ 345,00
R$ 27.600,00
142

SISTEMA DE FIXAÇÃO EXTERNO DINÂMICO PARA TÍBIA - ANVISA 80083650031

ORTOBIO

un

80

R$ 345,00

R$ 27.600,00

Valor total

R$ 890.732,20

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados.

3. DO VALOR

3.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

3.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do PRODUTO/SERVIÇO.

3.3. É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas.

3.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o Órgão Gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

3.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o Órgão Gerenciador ordenará a realização de nova pesquisa de preços.

3.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

4. DA VALIDADE

4.1. A presente Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência.

4.3. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP

5.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Consórcio Intermunicipal de Saúde.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do Órgão Gerenciador, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado.

5.3. Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao Consórcio.

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

6. DA VINCULAÇÃO LEGAL

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei nº 8.666/93, bem como todas as alterações posteriores.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da presente Ata de Registro de Preços/Contrato serão feitas pela servidora VERONI MARIA PANSERA - ATO NORMATIVO Nº 6.568/2015 - DIRETORA ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO designada pelo Consórcio, através da PORTARIA Nº 108/2023, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, competindo-lhe tomar todas as providências, de modo a assegurar que este seja executado de acordo com as cláusulas avençadas.

7.1.1. Nos casos em que houver necessidade de substituição do fiscal, esta se dará por meio de decisão do Ordenador de Despesa.

7.1.2. Em havendo ausência justificada, o acompanhamento e a fiscalização se darão por servidor indicado pelo fiscal quando do seu afastamento.

7.1.3. No exercício da fiscalização, o responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato, poderá, a critério do Contratante, emitir relatórios circunstanciais, devidamente vistados pela Contratada.

7.2. O Órgão Gerenciador ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.2.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o Fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

8. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue a Fornecedora a respectiva Autorização de Fornecimento, indicando o local de entrega, objeto e quantitativo requisitado.

8.1.1. O Objeto desta ARP terá que ser entregue no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, localizado na Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, na cidade de Peixoto de Azevedo/MT.

8.2. A cada fornecimento ou período, o Órgão Gerenciador providenciará a expedição da Autorização de Fornecimento.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por e-mail, conforme informações constantes na Proposta de Preços.

8.3. Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos de até 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS, logo após a contratada receber a ordem de entrega (requisição), sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

8.5. Fica a critério do Órgão Gestor a aceitação de eventuais pedidos formais e justificados de prorrogação de prazo de entrega.

9. DO RECEBIMENTO

9.1. Os PRODUTOS serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade, ressalvada a hipótese do artigo 74 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. O recebimento definitivo perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

9.3. Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

9.4. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior à registrada, independente de anuência da Fornecedora.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

10.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pelo Órgão Gestor;

10.1.2. Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos;

10.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros;

10.1.4. Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor;

10.1.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços;

10.1.6. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

10.1.7. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida;

10.1.8. Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições;

10.1.9. A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.10. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros;

10.1.11. A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não exime a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas.

10.1.12. O GANHADOR DO CERTAME DEVERÁ FORNECER OS SEGUINTES MATERIAIS EM CONSIGNAÇÃO.

CAIXA PEQUENOS FRAGMENTOS

CAIXA GRANDES FRAGMENTOS

CAIXA FIXADOR TUBO A TUBO

CAIXA DHS E DCS

CAIXA HASTE DE TIBIA MULTIPLOS BLOQUEIOS

CAIXA HASTE DE FEMUR RETROGADA E ANTEROGRADA

CAIXA PFN CURTO

CAIXA PFN LONGO

CAIXA CANULADO 3,5; 4,5; 7,0; HEBERT - 1 UNIDADE DE CADA

CAIXA DE LIGAMENTO

MONITOR, CAMERA, FONTE DE LUZ, CABO DE FIBRA OTICA E TROCATER, OTICA 30 GRAUS, ARMARIO, SHAVER BASE, PECA DE MAO SHAVER, JOGO DE PINCAS PARA ARTROSCOPIA JOELHO

CAIXA DE PEQUENOS FRAGMENTOS COMPLETA BLOQUEADA

CAIXA DE GRANDES FRAGMENTOS COMPLETA BLOQUEADA

CAIXA VOLAR BLOQUEADA

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço;

10.2.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão);

10.2.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes;

10.2.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor;

10.2.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP;

10.2.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP;

10.2.6. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações;

10.2.7. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

10.2.8. Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;

10.2.9. Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo para reposição;

10.2.10. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição.

11. DO REAJUSTAMENTO E DAS REVISÕES DE PREÇOS

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art. 19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

11.2. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal nº 8. 666/1993.

11.3. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, conforme segue:

11.3.1. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

11.3.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

11.3.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.3.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.3. A revisão negociada de valores, para cima ou para baixo, poderá ocorrer de ofício ou a pedido do licitante signatário, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO, nas seguintes condições:

11.3.1. Para cima, visando manter o equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta, nos termos do artigo 65, § 6º, da Lei 8.666/93, desde que demonstrada por meio de planilhas de preços, cópias de notas fiscais que demonstrem por parte do fornecedor que houve aumento de preços por parte da indústria, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de fato superveniente ou de difícil previsão;

11.3.2. Para baixo, quando a Administração verificar que o preço registrado se encontra substancialmente superior ao praticado no mercado.

11.4. Não será aceita como justificativa para o reequilíbrio econômico financeiro apenas a variação cambial do dólar, será necessário comprovar o preço equivalente na época da proposta e o preço atual solicitado, por meio de cópias de notas fiscais.

12. DO CANCELAMENTO DA ATA

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo Órgão Gerenciador, quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

V. O Fornecedor que não se dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

VI. O Fornecedor que não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII. Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência;

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados com base na Legislação em vigor:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Consórcio.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, desde que devidamente comprovados tais fatos.

12.5. Na hipótese de cancelamento parcial, o Órgão Gestor poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva ARP.

13. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

13.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa ou interromper o prazo, no caso de qualquer irregularidade, vício ou imperfeição no fornecimento.

13.2. O documento de cobrança será emitido em nome do Órgão Gestor, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.

13.2.1. O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.

13.3. Todos os tributos incidentes sobre os PRODUTOS deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

13.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como nome e número da agência e o número da conta corrente, na qual se executará o depósito bancário para pagamento, repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

13.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

13.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito.

14.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo Órgão Gestor para as medidas de regularização.

14.3. O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, e não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Órgão Gestor para as providências cabíveis.

14.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor.

14.5. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

15. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

15.1. O Órgão Gestor efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1. Para eficácia do presente instrumento, o Órgão Gestor providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do consórcio, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm) e no Diário de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT (diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br).

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora às multas, constantes no caput e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Proposta Vencedora, na forma seguinte:

17.1.1. Quanto à obrigação da assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso.

17.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

17.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, incisos I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora.

17.3. Se a Licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades:

17.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade (02) dois anos; e,

17.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos.

17.4. A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com este Consórcio pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

17.5. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Consórcio, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município sede do consórcio, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

17.6. As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

17.7. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

17.8. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas neste item e subitens anteriores, desta ata, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

17.9. As multas previstas neste item, quando não houver notas em aberto do fornecedor para efetuar o desconto, deverão ser recolhidas em guia própria, ou efetuar o deposito em conta bancária indicada pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública.

18.2. O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

18.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Gestor.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

19.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e achado conforme, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no Órgão Gestor nos termos do Art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo/MT, 19 de julho de 2023.

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE DO CISVP

ÓRGÃO GESTOR

_____

FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 22.803.038/0001-35

ANA PAULA EVANGELISTA DA MATA

EMPRESÁRIA

FORNECEDOR REGISTRADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2023

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 019/2023

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, inscrito no CNPJ/MF nº 02.997.711/0001-08, com sede administrativa na Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, CEP 78530-000, Fone (66) 3575-1757, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. PASCOAL ALBERTON, **RESOLVE** registrar os preços da empresa:

KRAUSE COMERCIO DE ARTIGOS ORTOPEDICOS E IMPLANTES LTDA,inscrita no CNPJ/MF nº 03.219.062/0001-87, Inscrição Estadual nº 13.565.166-2, com sede na Rua C, nº 03, Quadra 11, Sala B, Bairro Village Flamboyant, CEP 78035-380, na cidade de Cuiabá/MT, e-mail: ortomaxmt@gmail.com / telefone: (65) 3623-0164 / (65) 99997-1728, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Sr. FREDERICO JOSE SAYAGO KRAUSE NETO, brasileiro, solteiro, empresário, portadora da Cédula de Identidade RG nº 19055714 SSP/MT, e do CPF nº 048.800.491-82, residente na Rua Projetada, nº 1734, Quadra 25, 2ª Etapa, Bairro Jardim Santa Amália, CEP 78.035-675 na cidade de Cuiabá/MT.

Conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no **Edital nº 021/2023** do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2023**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ORTESE E PROTESE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO CIRURGICO DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, sob a gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto,constantes no termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, conforme especificações detalhadas e descritas pelo item 2 abaixo.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência, que acompanhou o Edital da licitação, são estimadas.

2. DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, DA QUANTIDADE E DO PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo:

2.2. FORNECEDOR REGISTRADO

EMPRESA: KRAUSE COMERCIO DE ARTIGOS ORTOPEDICOS E IMPLANTES LTDA	
CNPJ N°: 03.219.062/0001-87	I.E. N°: 13.565.166-2
ENDEREÇO: Rua C, nº 03, Quadra 11, Sala B	N°: 03 BAIRRO: Village Flamboyant
CIDADE: Cuiabá/MT	CEP: 78035-380
TELEFONE: (65) 3623-0164 / (65) 99997-1728	E-MAIL: ortomaxmt@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: FREDERICO JOSE SAYAGO KRAUSE NETO	
ITENS:	

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	ALICATE - DE CORTE DIAGONAL, MEDINDO 10 POLEGADAS	ORTOP	UN	10	R$ 2.759,38	R$ 27.593,80
2	ALICATE - DE CORTE DIAGONAL, MEDINDO 6 POLEGADAS	ORTOP	UN	10	R$ 2.759,38	R$ 27.593,80
3	ANCORA MONTADA COM FIO FIBER	IOL	UN	80	R$ 210,29	R$ 16.823,20
4	ARRUELA LISA 3,5 X 4,0 MM	HEXAGON	UN	50	R$ 8,86	R$ 443,00
5	ARRUELA LISA 4,5 X 6,5 MM	HEXAGON	UN	50	R$ 9,07	R$ 453,50
6	CIMENTO OROPEDICO C-MAXX	CIM TECH	UN	80	R$ 109,62	R$ 8.769,60
7	ENDOBUTTON 15MM	IOL	UN	30	R$ 750,00	R$ 22.500,00
8	ENDOBUTTON 20MM	IOL	UN	30	R$ 750,00	R$ 22.500,00
9	ENDOBUTTON 25MM	IOL	UN	30	R$ 813,75	R$ 24.412,50
10	ENDOBUTTON 30MM	IOL	UN	30	R$ 750,00	R$ 22.500,00
11	EQUIPO 4 VIAS PARA ASTROSCOPIA: - Tamanho: 0,15m x 2,40m; - Uso único; - Livre de látex; - Esterilizado em ETO; - Acompanha luva plástica também conhecida como Luva ou Camisa de Proteção confeccionada em PEAD de 0,15 x 2,40m, para ser utilizada nos cabos da microcâmera, a fim de torná-los estéreis; - Com 4 vias de extensões em PVC cristal atóxico, flexível, com conector perfurante e pinça corta fluxo com regulagem em cada uma das vias, unidas por conector em PVC flexível; - Contém capa de proteção para os conectores perfurante; - As 4 vias são interligadas à em PVC cristal atóxico e flexível, com pinça corta fluxo regulável, uma das extremidades é conectada ao conector 4 vias, e na outra contém um conector flexível para conexão ao instrumental cirúrgico; - Com abraçadeira para auxiliar na conexão com o instrumental cirúrgico.	CLIN MED	UN	100	R$ 30,00	R$ 3.000,00
12	FIO MALEAVEL (DE CERCLAGEM) 0,8MM - ANVISA 10209780005	HEXAGON	UN	100	R$ 145,70	R$ 14.570,00
13	FIO METALICO LISO (KIRSCHNER) 4,0MM	SARTORI	UN	50	R$ 14,11	R$ 705,50
14	FIO METALICO LISO (KIRSCHNER) 4,5MM	SARTORI	UN	20	R$ 14,11	R$ 282,20
15	FIO ROSQUEAVEL 2,5	SARTORI	UN	30	R$ 14,11	R$ 423,30
16	FIO ROSQUEAVEL 3,0	SARTORI	UN	30	R$ 14,11	R$ 423,30
17	FIO ROSQUEAVEL 3,5	SARTORI	UN	30	R$ 14,11	R$ 423,30
18	FIXADOR EXTERNO COM SISTEMA ANGULAR ROTACIONAL	HEXAGON	UN	20	R$ 1.461,94	R$ 29.238,80
19	FIXADOR EXTERNO TUBO A TUBO	HEXAGON	UN	300	R$ 998,99	R$ 299.697,00

20	HASTE BLOQUEADA DE TIBIA 9X340MM	HEXA GON	UN	30	R$ 1. 163,03	R$ 34. 890,90
21	HASTE BLOQUEADA DE TIBIA 9X360MM	HEXA GON	UN	30	R$ 1. 189,58	R$ 35. 687,40
22	HASTE BLOQUEADA DE TIBIA 9X380MM	HEXA GON	UN	30	R$ 1. 189,58	R$ 35. 687,40
23	HASTE BLOQUEADA TIBIA 9 X 300 MM	HEXA GON	UN	30	R$ 1. 163,02	R$ 34. 890,60
24	HASTE DE FEMUR PROXIMAL CURTO (PFN)	HEXA GON	UN	30	R$ 1. 193,12	R$ 35. 793,60
25	HASTE DE FEMUR PROXIMAL LONGO (PFN)	HEXA GON	UN	30	R$ 1. 193,12	R$ 35. 793,60
26	HASTE FLEXIVEL DE ENDER/TEM 1,5 MM COM 500MM	HEXA GON	UN	50	R$ 998,99	R$ 49. 949,50
27	HASTE FLEXIVEL DE ENDER/TEM 2,0 MM COM 500MM	HEXA GON	UN	30	R$ 998,99	R$ 29. 969,70
28	HASTE FLEXIVEL DE ENDER/TEM 2,5 MM COM 500MM	HEXA GON	UN	30	R$ 82,00	R$ 2. 460,00
29	HASTE FLEXIVEL DE ENDER/TEM 3,0 MM COM 500MM	HEXA GON	UN	30	R$ 998,99	R$ 29. 969,70
30	HASTE FLEXIVEL DE ENDER/TEM 3,5 MM COM 500MM	HEXA GON	UN	30	R$ 998,99	R$ 29. 969,70
31	HASTE FLEXIVEL DE ENDER/TEM 4,0 MM COM 500MM	HEXA GON	UN	30	R$ 998,99	R$ 29. 969,70
32	HASTE FLEXIVEL DE ENDER/TEM 4,5 MM COM 500MM	HEXA GON	UN	30	R$ 998,99	R$ 29. 969,70
33	HASTE INTRAMEDULAR FEMORAL LATERAL (D & E) 10X360	HEXA GON	UN	30	R$ 1. 215,20	R$ 36. 456,00
34	HASTE INTRAMEDULAR FEMORAL LATERAL (D & E) 10X380	HEXA GON	UN	30	R$ 1. 215,20	R$ 36. 456,00
35	HASTE INTRAMEDULAR FEMORAL PROXIMAL LONGA 10X340	HEXA GON	UN	30	R$ 1. 211,40	R$ 36. 342,00
36	HASTE INTRAMEDULAR FEMORAL PROXIMAL LONGA 10X360	HEXA GON	UN	30	R$ 1. 211,40	R$ 36. 342,00
37	HASTE INTRAMEDULAR FEMORAL PROXIMAL LONGA 10X380	ORTO SINTESE	UN	30	R$ 1. 211,40	R$ 36. 342,00
38	HASTE RETROGRADA DE FEMUR	ORTO SINTESE	UN	10	R$ 1. 193,12	R$ 11. 931,20
39	HASTE TIBIAL COM BLOQUEIO MULTIDIRECIONAL 10X300	ORTO SINTESE	UN	30	R$ 1. 189,58	R$ 35. 687,40
40	HASTE TIBIAL COM BLOQUEIO MULTIDIRECIONAL 10X320	ORTO SINTESE	UN	30	R$ 1. 189,58	R$ 35. 687,40
41	HASTE TIBIAL COM BLOQUEIO MULTIDIRECIONAL 10X340	ORTO SINTESE	UN	30	R$ 1. 189,58	R$ 35. 687,40
42	HASTE TIBIAL COM BLOQUEIO MULTIDIRECIONAL 10X360	ORTOS INTESE	UN	30	R$ 1. 189,58	R$ 35. 687,40
43	HASTE TIBIAL COM BLOQUEIO MULTIDIRECIONAL 10X380	ORTO SINTESE	UN	30	R$ 1. 189,58	R$ 35. 687,40
44	LÂMINA DE SHAVER 4,5	VOL MED	UN	100	R$ 542,50	R$ 54. 250,00
45	LÂMINA DE SHAVER 5,5	VOL MED	UN	100	R$ 542,50	R$ 54. 250,00
46	PARAFUSO CANULADO AUTO COMPRESSIVO 4,5 30MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
47	PARAFUSO CANULADO AUTO COMPRESSIVO 4,5 35MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
48	PARAFUSO CANULADO AUTO COMPRESSIVO 4,5 40MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
49	PARAFUSO CANULADO AUTO COMPRESSIVO 4,5 45MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
50	PARAFUSO CANULADO AUTO COMPRESSIVO 4,5 50MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
51	PARAFUSO CANULADO AUTO COMPRESSIVO 4,5 55MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
52	PARAFUSO CANULADO AUTO COMPRESSIVO 4,5 60MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
53	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 100MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
54	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 115MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
55	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 120MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
56	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 40MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
57	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 45MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
58	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 50MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
59	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 55MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
60	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 60MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
61	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 70MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
62	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 75MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00

63	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 80MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
64	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 85MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
65	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 90MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
66	PARAFUSO CANULADO ROSCA 19MM 7,0 95MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
67	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 100MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
68	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 105MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
69	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 110MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
70	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 115MM - ANVISA 10209780045	HEX AGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
71	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 120MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
72	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 40MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
73	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 45MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
74	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 50MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
75	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 55MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
76	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 60MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
77	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 65MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 99,29	R$ 9. 929,00
78	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 70MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
79	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 75MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
80	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 80MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
81	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 85MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
82	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 90MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
83	PARAFUSO CANULADO ROSCA 32MM 7,0 95MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9. 796,00
84	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 16MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12. 588,00
85	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 18MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12. 588,00
86	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 20MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12. 588,00
87	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 22MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12. 588,00
88	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 24MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12. 588,00
89	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 26MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12. 588,00
90	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 28MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12. 588,00
91	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 30MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 122,06	R$ 12. 206,00
92	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 35MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12. 588,00
93	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 40MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12. 588,00
94	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 45MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12. 588,00
95	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 3,5 50MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12. 588,00
96	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 4,5 20MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
97	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 4,5 25MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
98	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 4,5 30MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
99	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 4,5 35MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
100	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 4,5 40MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
101	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 4,5 45MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
102	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 4,5 50MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00
103	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 4,5 55MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 108,75	R$ 10. 875,00
104	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 4,5 60MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 108,75	R$ 10. 875,00
105	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 4,5 65MM - ANVISA 10209780045	HEXA GON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11. 167,00

106	PARAFUSO CANULADO ROSCA PARCIAL 4,5 70MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11.167,00
107	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 16MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12.588,00
108	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 18 MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12.588,00
109	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 20MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12.588,00
110	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 22MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12.588,00
111	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 24MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12.588,00
112	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 26MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12.588,00
113	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 28MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12.588,00
114	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 30MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 123,16	R$ 12.316,00
115	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 35MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12.588,00
116	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 40MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12.588,00
117	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 45MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12.588,00
118	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 3,5 50MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 125,88	R$ 12.588,00
119	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 100MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
120	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 105MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
121	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 110MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
122	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 115MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
123	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 120MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
124	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 40MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
125	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 45MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
126	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 50MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
127	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 55MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
128	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 60MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
129	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 65MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
130	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 70MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
131	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 75MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
132	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 80MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
133	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 85MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
134	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 90MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
135	PARAFUSO CANULADO ROSCA TOTAL 7,0 95MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 97,96	R$ 9.796,00
136	PARAFUSO CANULADOAUTO COMPRESSIVO 4,5 65MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11.167,00
137	PARAFUSO CANULADOAUTO COMPRESSIVO 4,5 70MM - ANVISA 10209780045	HEXAGON	UN	100	R$ 111,67	R$ 11.167,00
138	PARAFUSO CORTICAL 3,5 X 38 MM	HEXAGON	UN	150	R$ 17,32	R$ 2.598,00
139	PARAFUSO DE HERBERT EM TITANIO 24MM	HEXAGON	UN	50	R$ 275,03	R$ 13.751,50
140	PARAFUSO DE INTERFERENCIA 0,7X20	ORTOBIO	UN	100	R$ 520,53	R$ 52.053,00
141	PARAFUSO DE INTERFERENCIA 0,7X25	ORTOBIO	UN	80	R$ 520,53	R$ 41.642,40
142	PARAFUSO DE INTERFERENCIA 0,7X30	ORTOBIO	UN	40	R$ 520,53	R$ 20.821,20
143	PARAFUSO DE INTERFERENCIA 0,8X20	ORTOBIO	UN	80	R$ 520,53	R$ 41.642,40
145	PARAFUSO DE INTERFERENCIA 0,8X25	ORTOBIO	UN	80	R$ 520,53	R$ 41.642,40
146	PARAFUSO DE INTERFERENCIA 0,9X20	ORTOBIO	UN	80	R$ 520,53	R$ 41.642,40
147	PARAFUSO DE INTERFERENCIA 0,9X25	ORTOBIO	UN	80	R$ 520,53	R$ 41.642,40
148	PARAFUSO DE INTERFERENCIA 0,9X30	ORTOBIO	UN	80	R$ 520,53	R$ 41.642,40
149	PARAFUSO DE INTERFERENCIA TITANEO 10MM	ORTOBIO	UN	100	R$ 527,59	R$ 52.759,00

150	PARAFUSO DE INTERFERENCIA TITANIO ROSCA ROMBA 0,7X30 - ANVISA 80062900017	ORTO BIO	UN	50	R$ 527,59	R$ 26. 379,50
151	PARAFUSO DE INTERFERENCIA TITANIO ROSCA ROMBA 0,8X20 - ANVISA 80062900017	ORTO BIO	UN	50	R$ 527,59	R$ 26. 379,50
152	PARAFUSO DE INTERFERENCIA TITANIO ROSCA ROMBA 0,8X30 - ANVISA 80062900017	ORTO BIO	UN	50	R$ 520,53	R$ 26. 026,50
153	PARAFUSO DE INTERFERENCIA TITANIO ROSCA ROMBA 0,9X20 - ANVISA 80062900017	ORTO BIO	UN	50	R$ 527,59	R$ 26. 379,50
154	PARAFUSO DE INTERFERENCIA TITANIO ROSCA ROMBA 0,9X25 - ANVISA 80062900017	ORTO BIO	UN	50	R$ 527,59	R$ 26. 379,50
155	PARAFUSO DE INTERFERENCIA TITANIO ROSCA ROMBA 0,9X30 - ANVISA 80062900017	ORTO BIO	UN	50	R$ 527,59	R$ 26. 379,50
156	PARAFUSO DE INTERFERENCIA TITANIO ROSCA ROMBA 0,7X20 - ANVISA 80062900017	ORTO BIO	UN	20	R$ 520,53	R$ 10. 410,60
157	PARAFUSO DE INTERFERENCIA TITANIO ROSCA ROMBA 0,7X25 - ANVISA 80062900017	ORTO BIO	UN	50	R$ 527,59	R$ 26. 379,50
158	PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 10 MM	HEXA GON	UN	50	R$ 30,72	R$ 1. 536,00
159	PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 14 MM	HEXA GON	UN	50	R$ 30,72	R$ 1. 536,00
160	PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 18 MM	HEXA GON	UN	50	R$ 30,72	R$ 1. 536,00
161	PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 X 35 MM	HEXA GON	UN	50	R$ 30,72	R$ 1. 536,00
162	PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6,5X55MM	HEXA GON	UN	50	R$ 30,72	R$ 1. 536,00
163	PINO DE SCHANZ 4,0X120MM - ANVISA 10209780048	HEXA GON	UN	100	R$ 28,45	R$ 2. 845,00
164	PINO DE SCHANZ 6,0X150MM - ANVISA 10209780048	HEXA GON	UN	500	R$ 28,45	R$ 14. 225,00
165	PINO DE SCHANZ 6,0X180MM - ANVISA 10209780048	HEXA GON	UN	500	R$ 28,45	R$ 14. 225,00
166	PINO DE SCHANZ 6,0X200MM - ANVISA 10209780048	HEXA GON	UN	500	R$ 28,45	R$ 14. 225,00
167	PINO ROSCADO 0,35X230MM	HEXA GON	UN	50	R$ 17,16	R$ 858,00
168	PINO ROSCADO 0,35X300MM	HEXA GON	UN	50	R$ 17,16	R$ 858,00
169	PLACA 1/3 TUBO COM BLOQUEIO PF. 10 FUROS 117MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
170	PLACA 1/3 TUBO COM BLOQUEIO PF. 12 FUROS 141MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
171	PLACA 1/3 TUBO COM BLOQUEIO PF. 4 FUROS 45MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
172	PLACA 1/3 TUBO COM BLOQUEIO PF. 6 FUROS 69MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
173	PLACA 1/3 TUBO COM BLOQUEIO PF. 8 FUROS 93MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
174	PLACA BLOQUEADA DE TÍBIA PROXIMAL DE GF 5+11FUROS (D) 225MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
175	PLACA BLOQUEADA DE TÍBIA PROXIMAL DE GF 5+11FUROS (E) 225MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
176	PLACA BLOQUEADA DE TÍBIA PROXIMAL DE GF 5+15FUROS (D) 289MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
177	PLACA BLOQUEADA DE TÍBIA PROXIMAL DE GF 5+15FUROS (E) 289MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
178	PLACA BLOQUEADA DE TÍBIA PROXIMAL DE GF 5+7FUROS (D) 161MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
179	PLACA BLOQUEADA DE TÍBIA PROXIMAL DE GF 5+7FUROS (E) 161MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
180	PLACA BLOQUEADA DE TITANIO SISTEMA MINI/MICROFRAGMENTOS (INCLUI PARAFUROS)	HEXA GON	UN	20	R$ 654,7700	R$ 13. 095,40
181	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+10 FUROS (D) 187MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
182	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+10 FUROS (E) 187MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
183	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+12 FUROS (D) 221MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
184	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+12 FUROS (E) 221MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
185	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (D) 255MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
186	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (E) 255MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
187	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (D) 255MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00

188	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (E) 255MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
189	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (D) 255MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
190	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (E) 255MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
191	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (D) 255MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
192	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (E) 255MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
193	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (D) 255MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
194	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (E) 255MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
195	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (D) 255MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
196	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (E) 255MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
197	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (D) 255MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
198	PLACA BLOQUEADA GF DE TÍBIA ANTEROLATERAL EM L 4+14 FUROS (E) 255MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
199	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+5FUROS (D) 88MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,30	R$ 118.265,00
200	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+5FUROS (E) 88MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,30	R$ 118.265,00
201	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+7 FUROS (D) 120MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,30	R$ 118.265,00
202	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+7 FUROS (E) 120MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,30	R$ 118.265,00
203	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+9 FUROS (D) 152MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
204	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+9 FUROS (E) 152MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
205	PLACA BLOQUEADA GF TROCANTÉRICA 3+10 FUROS 353MM	HEXAGON	UN	80	R$ 2.365,3000	R$ 189.224,00
206	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+7 FUROS (D) 120MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,30	R$ 118.265,00
207	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+7 FUROS (E) 120MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,30	R$ 118.265,00
208	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+9 FUROS (D) 152MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
209	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+9 FUROS (E) 152MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
210	PLACA BLOQUEADA GF TROCANTÉRICA 3+10 FUROS 353MM	HEXAGON	UN	80	R$ 2.365,3000	R$ 189.224,00
211	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+7 FUROS (D) 120MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,30	R$ 118.265,00
212	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+7 FUROS (E) 120MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,30	R$ 118.265,00
213	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+9 FUROS (D) 152MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
214	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+9 FUROS (E) 152MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
215	PLACA BLOQUEADA GF TROCANTÉRICA 3+10 FUROS 353MM	HEXAGON	UN	80	R$ 2.365,3000	R$ 189.224,00
216	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+7 FUROS (D) 120MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,30	R$ 118.265,00
217	PLACA BLOQUEADA GF TIBIA LATERAIS DE SUPORTE L 3+7 FUROS (E) 120MM	HEXAGON	UN	50	R$ 2.365,30	R$ 118.265,00

218	PLACA CONDILAR GF COM BLOQUEIO 14 FUROS (D) 313MM	HEX AGON	UN	50	R$ 2. 365,30	R$ 118. 265,00
219	PLACA CONDILAR GF COM BLOQUEIO 14 FUROS (E) 313MM	HEX AGON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
220	PLACA CONDILAR GF COM BLOQUEIO 6 FUROS (D) 171MM	HEX AGON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
221	PLACA CONDILAR GF COM BLOQUEIO 6 FUROS (E) 171MM	HEX AGON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
222	PLACA CONDILAR GF COM BLOQUEIO 8 FUROS (D) 207MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
223	PLACA CONDILAR GF COM BLOQUEIO 8 FUROS \(E) 207MM	HEXA GON	UN	50	R$ 2. 365,3000	R$ 118. 265,00
224	PLACA DCP RETA 3,5 05 FUROS - ANVISA 10209780037	HEXA GON	UN	50	R$ 198,6000	R$ 9. 930,00
225	PLACA DCP RETA 3,5 06 FUROS - ANVISA 10209780037	HEXA GON	UN	50	R$ 198,6000	R$ 9. 930,00
226	PLACA DCP RETA 3,5 07 FUROS - ANVISA 10209780037	HEXA GON	UN	80	R$ 198,6000	R$ 15. 888,00
227	PLACA DCP RETA 3,5 08 FUROS - ANVISA 10209780037	HEXA GON	UN	80	R$ 198,6000	R$ 15. 888,00
228	PLACA DCP RETA 3,5 09 FUROS - ANVISA 10209780037	HEXA GON	UN	80	R$ 198,5900	R$ 15. 887,20
229	PLACA DCP RETA 3,5 10 FUROS - ANVISA 10209780037	HEXA GON	UN	80	R$ 202,3000	R$ 16. 184,00
230	PLACA DCP RETA 3,5 12 FUROS - ANVISA 10209780037	HEXA GON	UN	80	R$ 202,3000	R$ 16. 184,00
231	PLACA DE COMPRESSÃO E BLOQUEIO PF. RETA 10 FUROS COMBINADOS 152MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
232	PLACA DE COMPRESSÃO E BLOQUEIO PF. RETA 12 FUROS COMBINADOS 180MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
233	PLACA DE COMPRESSÃO E BLOQUEIO PF. RETA 4 FUROS COMBINADOS 68MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
234	PLACA DE COMPRESSÃO E BLOQUEIO PF. RETA 6 FUROS COMBINADOS 96MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
235	PLACA DE COMPRESSÃO E BLOQUEIO PF. RETA 8 FUROS COMBINADOS 124MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
236	PLACA DIAFISE DE CLAVICULA PF COM BLOQUEIO CURVATURA 110MM, 8FUROS (D) 90MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
237	PLACA DIAFISE DE CLAVICULA PF COM BLOQUEIO CURVATURA 110MM, 8FUROS (E) 90MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
238	PLACA DIAFISE DE CLAVICULA PF COM BLOQUEIO CURVATURA 110MM, 9FUROS (D) 116MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
239	PLACA DIAFISE DE CLAVICULA PF COM BLOQUEIO CURVATURA 110MM, 9FUROS (E) 116MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
240	PLACA DIAFISE DE CLAVICULA PF COM BLOQUEIO CURVATURA 70MM, 8FUROS (D) 90MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
241	PLACA DIAFISE DE CLAVICULA PF COM BLOQUEIO CURVATURA 70MM, 8FUROS (E) 90MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
242	PLACA DIAFISE DE CLAVICULA PF COM BLOQUEIO CURVATURA 70MM, 9FUROS (D) 116MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
243	PLACA DIAFISE DE CLAVICULA PF COM BLOQUEIO CURVATURA 70MM, 9FUROS (E) 116MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
244	PLACA DISTAL PARA TIBIA MEDIAL 7+10 FUROS (D) 169MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
245	PLACA DISTAL PARA TIBIA MEDIAL 7+10 FUROS (E) 169MM	HEXA GON	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
246	PLACA DISTAL PARA TIBIA MEDIAL 7+12 FUROS (D) 195MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
247	PLACA DISTAL PARA TIBIA MEDIAL 7+12 FUROS (E) 195MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
248	PLACA DISTAL PARA TIBIA MEDIAL 7+14 FUROS (D) 220MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
249	PLACA DISTAL PARA TIBIA MEDIAL 7+14 FUROS (E) 220MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
250	PLACA DISTAL PARA TIBIA MEDIAL 7+6 FUROS (D) 116MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
251	PLACA DISTAL PARA TIBIA MEDIAL 7+6 FUROS (E) 116MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
252	PLACA DISTAL PARA TIBIA MEDIAL 7+8 FUROS (D) 143MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
253	PLACA DISTAL PARA TIBIA MEDIAL 7+8 FUROS (E) 143MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
254	PLACA EM L DIREITA 14 FUROS	HEXA GO	UN	20	R$ 315,3800	R$ 6. 307,60
255	PLACA EM L DIREITA 16 FUROS	HEXA GO	UN	20	R$ 315,3800	R$ 6. 307,60
256	PLACA EM L ESQUERDA 14 FUROS	HEXA GO	UN	20	R$ 315,3800	R$ 6. 307,60
257	PLACA EM L ESQUERDA 16 FUROS	HEXA GO	UN	20	R$ 315,3800	R$ 6. 307,60
258	PLACA EM T PARA RADIO DISTAL COM BLOQUEIO 4X11 130MM (D)	HEXA GO	UN	30	R$ 353,7100	R$ 10. 611,30

259	PLACA EM T PARA RADIO DISTAL COM BLOQUEIO 4X11 130MM (L)	HEXA GO	UN	30	R$ 353,7100	R$ 10.611,30
260	PLACA EM T PARA RADIO DISTAL COM BLOQUEIO 4X13 150MM (D)	HEXA GO	UN	30	R$ 353,7100	R$ 10.611,30
261	PLACA EM T PARA RADIO DISTAL COM BLOQUEIO 4X13 150MM (L)	HEXA GO	UN	30	R$ 353,7100	R$ 10.611,30
262	PLACA GF ESTREITA DCP 04 FUROS 71MM - ANVISA 10209780037	HEXA GO	UN	80	R$ 273,3400	R$ 21.867,20
263	PLACA GF ESTREITA DCP 05 FUROS 87MM - ANVISA 10209780037	HEXA GO	UN	100	R$ 273,3400	R$ 27.334,00
264	PLACA GF L TIBIA 2X4 DIR - Anvisa: 10209780035	HEXA GO	UN	50	R$ 315,3800	R$ 15.769,00
265	PLACA GF L TIBIA 2X4 ESQ - Anvisa: 10209780035	HEXA GO	UN	50	R$ 313,2500	R$ 15.662,50
266	PLACA GF L TIBIA 2X5 DIR - Anvisa: 10209780035	HEXA GO	UN	50	R$ 315,3800	R$ 15.769,00
267	PLACA GF L TIBIA 2X5 ESQ - Anvisa: 10209780035	HEXA GO	UN	50	R$ 315,3800	R$ 15.769,00
268	PLACA GF L TIBIA 2X6 DIR - Anvisa: 10209780035	HEXA GO	UN	50	R$ 313,2500	R$ 15.662,50
269	PLACA GF L TIBIA 2X6 ESQ - ANVISA 10209780035	HEXA GO	UN	50	R$ 313,2500	R$ 15.662,50
270	PLACA GF L TIBIA 2X8 DIR - Anvisa: 10209780035	HEXA GO	UN	50	R$ 315,3800	R$ 15.769,00
271	PLACA GF L TIBIA 2X8 ESQ - Anvisa: 10209780035	HEXA GO	UN	50	R$ 315,3800	R$ 15.769,00
272	PLACA GF RETA LARGA PESADA BLOQUEADA COM FUROS COMBINADO 08 FUROS 152MM	HEXA GO	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
273	PLACA GF RETA LARGA PESADA BLOQUEADA COM FUROS COMBINADO 10 FUROS 188MM	HEXA GO	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
274	PLACA GF RETA LARGA PESADA BLOQUEADA COM FUROS COMBINADO 12 FUROS 224MM	HEXA GO	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
275	PLACA GF RETA LARGA PESADA BLOQUEADA COM FUROS COMBINADO 14 FUROS 260MM	HEXA GO	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
276	PLACA GF RETA LARGA PESADA BLOQUEADA COM FUROS COMBINADO 16 FUROS 296MM	HEXA GO	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
277	PLACA GF RETA LARGA PESADA BLOQUEADA COM FUROS COMBINADO 18 FUROS 332MM	HEXA GO	UN	50	R$ 2.365,3000	R$ 118.265,00
278	PLACA GF T C/RECUO 2X4	HEXA GO	UN	30	R$ 340,4000	R$ 10.212,00
279	PLACA GF T C/RECUO 2X5	HEXA GO	UN	30	R$ 340,4000	R$ 10.212,00
280	PLACA GF T C/RECUO 2X6	HEXA GO	UN	30	R$ 340,4000	R$ 10.212,00
281	PLACA GF T C/RECUO 2X8	HEXA GO	UN	30	R$ 353,7100	R$ 10.611,30
282	PLACA PARA CLAVICULA DISTAL PF COM BLOQUEIO 8+5 FUROS (D) 78MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
283	PLACA PARA CLAVICULA DISTAL PF COM BLOQUEIO 8+5 FUROS (E) 78MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
284	PLACA PARA CLAVICULA DISTAL PF COM BLOQUEIO 8+7 FUROS (D) 97MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
285	PLACA PARA CLAVICULA DISTAL PF COM BLOQUEIO 8+7 FUROS (E) 97MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
286	PLACA PARA OLÉCRANO PF BLOQUEADA 7+3 (D) 89MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
287	PLACA PARA OLÉCRANO PF BLOQUEADA 7+3 (E) 89MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
288	PLACA PARA OLÉCRANO PF BLOQUEADA 7+4 (D) 106MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
289	PLACA PARA OLÉCRANO PF BLOQUEADA 7+4 (E) 106MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
290	PLACA PARA OLÉCRANO PF BLOQUEADA 7+5 (E) 123MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
291	PLACA PARA OLÉCRANO PF BLOQUEADA 7+5(D) 123MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
292	PLACA PARA OLÉCRANO PF BLOQUEADA 7+6 (D) 140MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
293	PLACA PARA OLÉCRANO PF BLOQUEADA 7+6 (E) 140MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
294	PLACA PARA RADIO DISTAL COM BLOQUEIO	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
295	PLACA PARA UMERO MEDIAL COM BLOQUEIO PF 3+4 (D) 98MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
296	PLACA PARA UMERO MEDIAL COM BLOQUEIO PF 3+4 (E) 98MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
297	PLACA PARA UMERO MEDIAL COM BLOQUEIO PF 3+5 (D) 117MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
298	PLACA PARA UMERO MEDIAL COM BLOQUEIO PF 3+5 (E) 117MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
299	PLACA PARA UMERO MEDIAL COM BLOQUEIO PF 3+6 (D) 137MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00

300	PLACA PARA UMERO MEDIAL COM BLOQUEIO PF 3+6 (E) 137MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
301	PLACA PARA UMERO POSTERIOR LATERAL COM BLOQUEIO PF 3+4 (D) 103MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
302	PLACA PARA UMERO POSTERIOR LATERAL COM BLOQUEIO PF 3+4 (E) 103MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
303	PLACA PARA UMERO POSTERIOR LATERAL COM BLOQUEIO PF 3+5 (D) 122MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
304	PLACA PARA UMERO POSTERIOR LATERAL COM BLOQUEIO PF 3+5 (E) 122MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
305	PLACA PARA UMERO POSTERIOR LATERAL COM BLOQUEIO PF 3+6 (D) 141MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
306	PLACA PARA UMERO POSTERIOR LATERAL COM BLOQUEIO PF 3+6 (E) 141MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
307	PLACA PF GANCHO BLOQUEÁVEL UMERO DISTAL 4 FUROS 63MM	HEXA GO	UN	10	R$ 1. 931,3000	R$ 19. 313,00
308	PLACA PF RECONSTRUCAO RETA 06 FUROS	HEXA GO	UN	50	R$ 315,9800	R$ 15. 799,00
309	PLACA PF RECONSTRUCAO RETA 08 FUROS	HEXA GO	UN	50	R$ 319,3900	R$ 15. 969,50
310	PLACA PF RECONSTRUCAO RETA 10 FUROS	HEXA GO	UN	50	R$ 319,4100	R$ 15. 970,50
311	PLACA PF RECONSTRUCAO RETA 12 FUROS	HEXA GO	UN	50	R$ 319,3900	R$ 15. 969,50
312	PLACA PROXIMAL PARA ÚMERO PF COM BLOQUEIO 9+2 FUROS, 88MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
313	PLACA PROXIMAL PARA ÚMERO PF COM BLOQUEIO 9+3 FUROS, 106MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
315	PLACA PROXIMAL PARA ÚMERO PF COM BLOQUEIO 9+4 FUROS, 124MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
316	PLACA PROXIMAL PARA ÚMERO PF COM BLOQUEIO 9+5 FUROS, 142MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
317	PLACA PROXIMAL PARA ÚMERO PF COM BLOQUEIO 9+6 FUROS, 160MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
318	PLACA PROXIMAL PARA ÚMERO PF COM BLOQUEIO 9+7 FUROS, 178MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
319	PLACA RETA DE COMPRESSÃO 3,5 04 FUROS 49MM - ANVISA 10209780037	HEXA GO	UN	50	R$ 199,4300	R$ 9. 971,50
320	PLACA RETA DE RECONSTRUÇÃO COM BLOQUEIO PF. 8FUROS 124MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
321	PLACA RETA DE RECONSTRUÇÃO COM BLOQUEIO PF. 10FUROS 152MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
322	PLACA RETA DE RECONSTRUÇÃO COM BLOQUEIO PF. 6 FUROS 96MM	HEXA GO	UN	50	R$ 1. 931,3000	R$ 96. 565,00
323	PLACA TIBIA DISTAL PILÃO	HEXA GO	UN	20	R$ 1. 931,3000	R$ 38. 626,00
324	PLACA TREVO GF 10 FUROS	HEXA GO	UN	30	R$ 150,0000	R$ 4. 500,00
325	PLACA TREVO GF 12 FUROS	HEXA GO	UN	30	R$ 150,0000	R$ 4. 500,00
326	PLACA TREVO GF 8 FUROS	HEXA GO	UN	30	R$ 150,0000	R$ 4. 500,00
327	PLACA TREVO LONGA 12MM	HEXA GON	UN	30	R$ 150,0000	R$ 4. 500,00
328	PLACA TREVO LONGA 14MM	HEXA GON	UN	30	R$ 150,0000	R$ 4. 500,00
329	PLACA TREVO LONGA 16MM	HEXA GON	UN	30	R$ 150,0000	R$ 4. 500,00
330	PLACA TREVO PF 10 FUROS	HEXA GON	UN	30	R$ 150,0000	R$ 4. 500,00
331	PLACA TREVO PF 5 FUROS	HEXA GON	UN	30	R$ 150,0000	R$ 4. 500,00
332	PLACA TREVO PF 6 FUROS	HEXA GON	UN	30	R$ 150,0000	R$ 4. 500,00
333	PLACA TREVO PF 7 FUROS	HEXA GON	UN	30	R$ 150,0000	R$ 4. 500,00
334	PLACA TREVO PF 8 FUROS	HEXA GON	UN	30	R$ 150,0000	R$ 4. 500,00
335	PLACA TUBO ÂNGULO 135º DHS 16 FUROS 278MM - ANVISA 10209780047	HEXA GON	UN	50	R$ 829,3100	R$ 41. 465,50
336	PLACA TUBO ÂNGULO 135º DHS 18 FUROS 310MM - ANVISA 10209780047	HEXA GON	UN	50	R$ 829,3100	R$ 41. 465,50
337	PLACA TUBO ÂNGULO 135º DHS 8 FUROS 150MM - ANVISA 10209780047	HEXA GON	UN	50	R$ 829,3100	R$ 41. 465,50
338	PLACA TUBO ÂNGULO 135º DHS 10 FUROS 182MM - ANVISA 10209780047	HEXA GON	UN	50	R$ 829,3100	R$ 41. 465,50
339	PLACA TUBO ÂNGULO 135º DHS 12 FUROS 214MM - ANVISA 10209780047	HEXA GON	UN	50	R$ 829,3100	R$ 41. 465,50
340	PLACA TUBO ÂNGULO 135º DHS 14 FUROS 246MM - ANVISA 10209780047	HEXA GON	UN	50	R$ 829,3100	R$ 41. 465,50
341	PLACA TUBO ÂNGULO 135º DHS 2 FUROS 54MM - ANVISA 10209780047	HEXA GON	UN	80	R$ 829,3100	R$ 66. 344,80
342	PLACA TUBO ÂNGULO 135º DHS 3 FUROS 70MM - ANVISA 10209780047	HEXA GON	UN	50	R$ 823,3200	R$ 41. 166,00
343	PLACA TUBO ÂNGULO 135º DHS 4 FUROS 86MM - ANVISA 10209780047	HEXA GON	UN	50	R$ 779,9300	R$ 38. 996,50

344	PLACA TUBO ÂNGULO 135º DHS 5 FUROS 102 MM - ANVISA 10209780047	HEXAGON	UN	50	R$ 829,3100	R$ 41.465,50
345	PLACA TUBO ÂNGULO 135º DHS 6 FUROS 118MM - ANVISA 10209780047	HEXAGON	UN	50	R$ 829,3100	R$ 41.465,50
346	PLACA TUBO ÂNGULO 95º DCS 12 FUROS 177MM - ANVISA 10209780047	HEXAGON	UN	50	R$ 745,2500	R$ 37.262,50
347	PLACA TUBO ÂNGULO 95º DCS FUROS 305MM - ANVISA 10209780047	HEXAGON	UN	50	R$ 745,2500	R$ 37.262,50
348	PLACA TUBO ÂNGULO 95º DCS 10 FUROS 145MM - ANVISA 10209780047	HEXAGON	UN	50	R$ 745,2500	R$ 37.262,50
349	PLACA TUBO ÂNGULO 95º DCS 14 FUROS 209MM - ANVISA 10209780047	HEXAGON	UN	50	R$ 745,2500	R$ 37.262,50
350	PLACA TUBO ÂNGULO 95º DCS 16 FUROS 241MM - ANVISA 10209780047	HEXAGON	UN	50	R$ 745,2500	R$ 37.262,50
351	PLACA TUBO ÂNGULO 95º DCS 18 FUROS 273MM - ANVISA 10209780047	HEXAGON	UN	50	R$ 745,2500	R$ 37.262,50
352	PLACA TUBO ÂNGULO 95º DCS 4 FUROS 81MM - ANVISA 10209780047	HEXAGON	UN	50	R$ 745,2500	R$ 37.262,50
353	PLACA TUBO ÂNGULO 95º DCS 6 FUROS 97MM - ANVISA 10209780047	HEXAGON	UN	50	R$ 745,2500	R$ 37.262,50
354	PLACA TUBO ÂNGULO 95º DCS 8 FUROS 113MM - ANVISA 10209780047	HEXAGON	UN	50	R$ 745,2500	R$ 37.262,50
355	PLACA VOLAR TITÂNEO BLOQUEADA PF 4+4 (D) 44MM	HEXAGON	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
356	PLACA VOLAR TITÂNEO BLOQUEADA PF 4+4 (E) 44MM	HEXAGON	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
357	PLACA VOLAR TITÂNEO BLOQUEADA PF 5+4 (D) 46MM	HEXAGON	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
358	PLACA VOLAR TITÂNEO BLOQUEADA PF 5+4 (E) 46MM	HEXAGON	UN	50	R$ 1.931,3000	R$ 96.565,00
359	PROTESE DE JOELHO (E) (D)	ORTO SINTESE	UN	20	R$ 4.339,0000	R$ 86.780,00
360	PROTESE DE OMBRO (E) (D)	SARTORI	UN	20	R$ 5.425,0000	R$ 108.500,00
361	PROTESE DE QUADRIL TOTAL CIMENTADA	IMPOL	UN	30	R$ 3.255,0000	R$ 97.650,00
362	PROTESE PARCIAL DE QUADRIL - ACETABULO BIPOLAR	ORTO SINTESE	UN	80	R$ 1.131,0200	R$ 90.481,60
363	PROTESE PARCIAL DE QUADRIL - BLOQUEADOR DE CIMENTO	ORTO SINTESE	UN	80	R$ 35,9400	R$ 2.875,20
364	PROTESE PARCIAL DE QUADRIL - CABEÇA INTERCAMBIAVEL CONV	ORTO SINTESE	UN	50	R$ 552,7900	R$ 27.639,50
365	PROTESE PARCIAL DE QUADRIL - CENTRALIZADOR DISTAL	ORTO SINTESE	UN	50	R$ 134,9900	R$ 6.749,50
366	PROTESE PARCIAL DE QUADRIL - HASTE MULLER INT	ORTO SINTESE	UN	50	R$ 1.122,3200	R$ 56.116,00
367	PRÓTESE PARCIAL PARA CABEÇA DE RÁDIO - DIAM.19X09MM - ANVISA 80083650086	SARTORI	UN	20	R$ 844,5300	R$ 16.890,60
368	PRÓTESE PARCIAL PARA CABEÇA DE RÁDIO - DIAM.19X12MM - ANVISA 80083650086	SARTORI	UN	20	R$ 844,5300	R$ 16.890,60
369	PRÓTESE PARCIAL PARA CABEÇA DE RÁDIO - DIAM.19X15MM - ANVISA 80083650086	SARTORI	UN	20	R$ 844,5300	R$ 16.890,60
370	PRÓTESE PARCIAL PARA CABEÇA DE RÁDIO - DIAM.19X18MM - ANVISA 80083650086	SARTORI	UN	20	R$ 844,5300	R$ 16.890,60
371	SISTEMA DE FIXAÇÃO EXTERNA CIRCULAR TIPO ILIZAROV	SARTORI	UN	50	R$ 1.465,8800	R$ 73.294,00
Valor total						**R$ 17.762.331,70**

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados.

3. DO VALOR

3.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

3.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do **PRODUTO/SERVIÇO.**

3.3. É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas.

3.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

3.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços.

3.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

4. DA VALIDADE

4.1. A presente Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou

inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência.

4.3. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP

5.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Consórcio Intermunicipal de Saúde.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado.

5.3. Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao Consórcio.

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

6. DA VINCULAÇÃO LEGAL

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei nº 8.666/93, bem como todas as alterações posteriores.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da presente Ata de Registro de Preços/Contrato serão feitas pela servidora **LEILIANE MARIA FIRMINO - ATO NORMATIVO Nº 525/2022 – COORDENADORA DE CENTRO CIRÚRGICO** designada pelo Consórcio, através da **PORTARIA Nº 112/2023**, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, competindo-lhe tomar todas as providências, de modo a assegurar que este seja executado de acordo com as cláusulas avençadas.

7.1.1. Nos casos em que houver necessidade de substituição do fiscal, esta se dará por meio de decisão do Ordenador de Despesa.

7.1.2. Em havendo ausência justificada, o acompanhamento e a fiscalização se darão por servidor indicado pelo fiscal quando do seu afastamento.

7.1.3. No exercício da fiscalização, o responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato, poderá, a critério do Contratante, emitir relatórios circunstanciais, devidamente vistados pela Contratada.

7.2. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.2.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o Fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

8. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue a Fornecedora a respectiva **Autorização de Fornecimento**, indicando o local de entrega, objeto e quantitativo requisitado.

8.1.1. O Objeto desta ARP terá que ser entregue no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, localizado na Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, na cidade de Peixoto de Azevedo/MT.

8.2. A cada fornecimento ou período, o **Órgão Gerenciador** providenciará a expedição da Autorização de Fornecimento.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por e-mail, conforme informações constantes na Proposta de Preços.

8.3. Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos de até **10 (DEZ) DIAS CORRIDOS**, logo após a contratada receber a ordem de entrega (requisição), sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

8.5. Fica a critério do **Órgão Gestor** a aceitação de eventuais pedidos formais e justificados de prorrogação de prazo de entrega.

9. DO RECEBIMENTO

9.1. Os **PRODUTOS** serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade, ressalvada a hipótese do artigo 74 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. O recebimento definitivo perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

9.3. Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

9.4. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior à registrada, independente de anuência da Fornecedora.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

10.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**;

10.1.2. Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos;

10.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros;

10.1.4. Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor;

10.1.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços;

10.1.6. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

10.1.7. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida;

10.1.8. Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições;

10.1.9. A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.10. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros;

10.1.11. A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não exime a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas.

10.1.12. O GANHADOR DO CERTAME DEVERÁ FORNECER OS SEGUINTES MATERIAIS EM CONSIGNAÇÃO.

CAIXA PEQUENOS FRAGMENTOS

CAIXA GRANDES FRAGMENTOS

CAIXA FIXADOR TUBO A TUBO

CAIXA DHS E DCS

CAIXA HASTE DE TIBIA MULTIPLOS BLOQUEIOS

CAIXA HASTE DE FEMUR RETROGADA E ANTEROGRADA

CAIXA PFN CURTO

CAIXA PFN LONGO

CAIXA CANULADO 3,5; 4,5; 7,0; HEBERT - 1 UNIDADE DE CADA

CAIXA DE LIGAMENTO

MONITOR, CAMERA, FONTE DE LUZ, CABO DE FIBRA OTICA E TROCATER, OTICA 30 GRAUS, ARMARIO, SHAVER BASE, PECA DE MAO SHAVER, JOGO DE PINCAS PARA ARTROSCOPIA JOELHO

CAIXA DE PEQUENOS FRAGMENTOS COMPLETA BLOQUEADA

CAIXA DE GRANDES FRAGMENTOS COMPLETA BLOQUEADA

CAIXA VOLAR BLOQUEADA

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço;

10.2.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão);

10.2.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes;

10.2.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor;

10.2.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP;

10.2.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP;

10.2.6. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações;

10.2.7. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

10.2.8. Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;

10.2.9. Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo para reposição;

10.2.10. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição.

11. DO REAJUSTAMENTO E DAS REVISÕES DE PREÇOS

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art. 19 da lei federal n° 7.892/2013, **é vedado** qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

11.2. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.3. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, conforme segue:

11.3.1. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

11.3.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

11.3.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.3.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.3. A revisão negociada de valores, para cima ou para baixo, poderá ocorrer de ofício ou a pedido do licitante signatário, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO, nas seguintes condições:

11.3.1. Para cima, visando manter o equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta, nos termos do artigo 65, § 6º, da Lei 8.666/93, desde que demonstrada por meio de planilhas de preços, cópias de notas fiscais que demonstrem por parte do fornecedor que houve aumento de preços por parte da indústria, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de fato superveniente ou de difícil previsão;

11.3.2. Para baixo, quando a Administração verificar que o preço registrado se encontra substancialmente superior ao praticado no mercado.

11.4. Não será aceita como justificativa para o reequilíbrio econômico financeiro apenas a variação cambial do dólar, será necessário comprovar o preço equivalente na época da proposta e o preço atual solicitado, por meio de cópias de notas fiscais.

12. DO CANCELAMENTO DA ATA

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

V. O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

VI. O Fornecedor que não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII. Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência;

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados com base na Legislação em vigor:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Consórcio.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, desde que devidamente comprovados tais fatos.

12.5. Nahipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva ARP.

13. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

13.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa ou interromper o prazo, no caso de qualquer irregularidade, vício ou imperfeição no fornecimento.

13.2. O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.

13.2.1. O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.

13.3. Todos os tributos incidentes sobre os **PRODUTOS** deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

13.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como nome e número da agência e o número da conta corrente, na qual se executará o depósito bancário para pagamento, repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

13.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

13.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito.

14.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização.

14.3. O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, e não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis.

14.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor.

14.5. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

15. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

15.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do consórcio, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / **https://diariomunicipal.org/mt/amm)** e no Diário de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT (diário eletrônico / **http://www.tce.mt.gov.br)**.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora às multas, constantes no caput e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Proposta Vencedora, na forma seguinte:

17.1.1. Quanto à obrigação da assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso.

17.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

17.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, incisos I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora.

17.3. Se a Licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades:

17.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade (02) dois anos; e,

17.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos.

17.4. A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com este Consórcio pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

17.5. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Consórcio, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município sede do consórcio, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

17.6. As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

17.7. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

17.8. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas neste item e subitens anteriores, desta ata, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

17.9. As multas previstas neste item, quando não houver notas em aberto do fornecedor para efetuar o desconto, deverão ser recolhidas em guia própria, ou efetuar o deposito em conta bancária indicada pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública.

18.2. O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

18.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

19.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e achado conforme, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo/MT, 26 de julho de 2023.

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE DO CISVP

ÓRGÃO GESTOR

_____

KRAUSE COMERCIO DE ARTIGOS ORTOPEDICOS E IMPLANTES LTDA

CNPJ: 03.219.062/0001-87

FREDERICO JOSE SAYAGO KRAUSE NETO

EMPRESÁRIO

FORNECEDOR REGISTRADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2023

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 017/2023

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, inscrito no CNPJ/MF nº 02.997.711/0001-08, com sede administrativa na Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, CEP 78530-000, Fone (66) 3575-1757, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. PASCOAL ALBERTON, **RESOLVE** registrar os preços da empresa: **NAKA EXPRESS GENEROS ALIMENTICIOS LTDA**,inscrita no CNPJ/MF nº 28.072.565/0001-01, Inscrição Estadual nº 13.786.514-7, com sede à Avenida Manoel José de Arruda, n°1823, Sala 02, Lote A, Quadra 02, Bairro Costa do Sol, CEP 78.010-900, Cidade Cuiabá/MT, telefone: (65) 9942-4872, e-mail: diretor@nakayamaminisuper.com.br, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Sr. MARIO CEZAR HIDEKI NAKAYAMA, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 781.743-5 SESP PR e do CPF nº 035.840.619-62, residente na Avenida Brasília, n° 2604, Jardim das Américas CEP: 78060-601, na cidade de Cuiabá/MT. Conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no **Edital nº 016/2023** do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2023**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS, DESERTOS E FRACASSADOS NO PE N° 010/2023, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COZINHA DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, sob a gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto,constantes no termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, conforme especificações detalhadas e descritas pelo item 2 abaixo.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência, que acompanhou o Edital da licitação, são estimadas.

2. DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, DA QUANTIDADE E DO PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo:

2.2. FORNECEDOR REGISTRADO

EMPRESA: NAKA EXPRESS GENEROS ALIMENTICIOS LTDA		
CNPJ N°: 28.072.565/0001-01	I.E. N°: 13.786.514-7	
ENDEREÇO: Avenida Manoel José de Arruda, Sala 02, Lote A, Quadra 02,	N°: 1823	BAIRRO: Costa do Sol
CIDADE: Cuiabá/MT	CEP: 78.010-900	
TELEFONE: (65) 9942-4872	E-MAIL: diretor@nakayamaminisuper.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL: MARIO CEZAR HIDEKI NAKAYAMA		
ITENS:		

Cód.	Descrição do item	Marca	Un.	Qtd.	Valor un.	Valor total
7151	AÇÚCAR - OBTIDO DA CANA DE AÇUCAR, TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR, CHEIRO PRÓPRIOS E SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MÍNIMO DE 99,3% P/P, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 0,3% P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO ATOXICO	Doce dia	PCT 2 kg	2600	R$6,87	R$ 17.862,00
VALOR TOTAL		**R$ 17.862,00**				

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados.

3. DO VALOR

3.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

3.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do **PRODUTO/SERVIÇO.**

3.3. É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas.

3.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

3.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços.

3.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

4. DA VALIDADE

4.1. A presente Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência.

4.3. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP

5.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Consórcio Intermunicipal de Saúde.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado.

5.3. Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao Consórcio.

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

6. DA VINCULAÇÃO LEGAL

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa

SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei nº 8.666/93, bem como todas as alterações posteriores.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da presente Ata de Registro de Preços/Contrato serão feitas pela servidora **LUANY GARRIDO SOARES - ATO NORMATIVO Nº 31/2023 – COORDENADORA DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA** designada pelo Consórcio, através da **PORTARIA Nº 095/2023**, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, competindo-lhe tomar todas as providências, de modo a assegurar que este seja executado de acordo com as cláusulas avençadas.

7.1.1. Nos casos em que houver necessidade de substituição do fiscal, esta se dará por meio de decisão do Ordenador de Despesa.

7.1.2. Em havendo ausência justificada, o acompanhamento e a fiscalização se darão por servidor indicado pelo fiscal quando do seu afastamento.

7.1.3. No exercício da fiscalização, o responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato, poderá, a critério do Contratante, emitir relatórios circunstanciais, devidamente vistados pela Contratada.

7.2. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.2.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o Fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

8. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue a Fornecedora a respectiva **Autorização de Fornecimento**, indicando o local de entrega, objeto e quantitativo requisitado.

8.1.1. O Objeto desta ARP terá que ser entregue no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, localizado na Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, na cidade de Peixoto de Azevedo/MT.

8.2. A cada fornecimento ou período, o **Órgão Gerenciador** providenciará a expedição da Autorização de Fornecimento.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por e-mail, conforme informações constantes na Proposta de Preços.

8.3. Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos de até **15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS**, logo após a contratada receber a ordem de entrega (requisição), sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

8.5. Fica a critério do **Órgão Gestor** a aceitação de eventuais pedidos formais e justificados de prorrogação de prazo de entrega.

9. DO RECEBIMENTO

9.1. Os **PRODUTOS** serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade, ressalvada a hipótese do artigo 74 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. O recebimento definitivo perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

9.3. Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

9.4. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior à registrada, independente de anuência da Fornecedora.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

10.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**;

10.1.2. Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos;

10.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros;

10.1.4. Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor;

10.1.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços;

10.1.6. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

10.1.7. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida;

10.1.8. Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições;

10.1.9. A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.10. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros;

10.1.11. A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não exime a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço;

10.2.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão);

10.2.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes;

10.2.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor;

10.2.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP;

10.2.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP;

10.2.6. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações;

10.2.7. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

10.2.8. Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;

10.2.9. Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo para reposição;

10.2.10. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição.

11. DO REAJUSTAMENTO E DAS REVISÕES DE PREÇOS

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art. 19 da lei federal n° 7.892/2013, **é vedado** qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

11.2. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.3. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, conforme segue:

11.3.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

11.3.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

11.3.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.3.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.3. A revisão negociada de valores, para cima ou para baixo, poderá ocorrer de ofício ou a pedido do licitante signatário, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO, nas seguintes condições:

11.3.1. Para cima, visando manter o equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta, nos termos do artigo 65, § 6º, da Lei 8.666/93, desde que demonstrada por meio de planilhas de preços, cópias de notas fiscais que demonstrem por parte do fornecedor que houve aumento de preços por parte da indústria, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de fato superveniente ou de difícil previsão;

11.3.2. Para baixo, quando a Administração verificar que o preço registrado se encontra substancialmente superior ao praticado no mercado.

11.4. Não será aceita como justificativa para o reequilíbrio econômico financeiro apenas a variação cambial do dólar, será necessário comprovar o preço equivalente na época da proposta e o preço atual solicitado, por meio de cópias de notas fiscais.

12. DO CANCELAMENTO DA ATA

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

V. O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

VI. O Fornecedor que não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII. Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência;

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados com base na Legislação em vigor:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Consórcio.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, desde que devidamente comprovados tais fatos.

12.5. Nahipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva ARP.

13. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

13.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa ou interromper o prazo, no caso de qualquer irregularidade, vício ou imperfeição no fornecimento.

13.2. O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.

13.2.1. O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.

13.3. Todos os tributos incidentes sobre os **PRODUTOS** deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

13.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como nome e número da agência e o número da conta corrente, na qual se executará o depósito bancário para pagamento, repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

13.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

13.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito.

14.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização.

14.3. O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, e não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis.

14.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor.

14.5. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

15. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

15.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do consórcio, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / **https://diariomunicipal.org/mt/amm)** e no Diário de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT (diário eletrônico / **http://www.tce.mt.gov.br)**.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora às multas, constantes no caput e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Proposta Vencedora, na forma seguinte:

17.1.1. Quanto à obrigação da assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso.

17.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

17.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, incisos I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora.

17.3. Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades:

17.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade (02) dois anos; e,

17.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos.

17.4. A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com este Consórcio pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

17.5. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Consórcio, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município sede do consórcio, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

17.6. As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

17.7. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

17.8. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas neste item e subitens anteriores, desta ata, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

17.9. As multas previstas neste item, quando não houver notas em aberto do fornecedor para efetuar o desconto, deverão ser recolhidas em guia própria, ou efetuar o deposito em conta bancária indicada pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública.

18.2. O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

18.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

19.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e achado conforme, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo/MT, 03 de julho de 2023.

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE DO CISVP

ÓRGÃO GESTOR

_____

NAKA EXPRESS GENEROS ALIMENTICIOS LTDA

28.072.565/0001-01

MARIO CEZAR HIDEKI NAKAYAMA

EMPRESÁRIO

FORNECEDOR REGISTRADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2023

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 019/2023

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, inscrito no CNPJ/MF nº 02.997.711/0001-08, com sede administrativa na Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, CEP 78530-000, Fone (66) 3575-1757, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. PASCOAL ALBERTON, **RESOLVE** registrar os preços da empresa:

I11 COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA,inscrita no CNPJ/MF nº 37.297.817/0001-83, Inscrição Estadual nº 587.394.580.116, com sede na Avenida 13, n° 261, Bairro Saúde, CEP 13.500-340, na Cidade de Rio Claro/SP, telefone: (19) 3617-1173 / 99660-0111, e-mail: licitacao@i11.com.br, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Sra. SHEILA CRISTINA LOPES GONSALES, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 21.401.751-5 e do CPF nº 221.719.228-000, residente na Avenida 4 PF, n° 162, Bairro Jardim Porto Fino, CEP 13501-698, na Cidade de Rio Claro/SP.

Conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no **Edital nº 021/2023** do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2023**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ORTESE E PROTESE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO CIRURGICO DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, sob a gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto,constantes no termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, conforme especificações detalhadas e descritas pelo item 2 abaixo.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência, que acompanhou o Edital da licitação, são estimadas.

2. DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, DA QUANTIDADE E DO PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo:

2.2. FORNECEDOR REGISTRADO

EMPRESA: I11 COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA		
CNPJ N°: 37.297.817/0001-83	I.E. N°: 587.394.580.116	
ENDEREÇO: Avenida 13	N°: 261	BAIRRO: Saúde
CIDADE: Rio Claro/SP	CEP: 13500-340	
TELEFONE: (19) 3617-1173 / 99660-0111	E-MAIL: licitacao@i11.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL: SHEILA CRISTINA LOPES GONSALES		
ITENS:		

CÓD.	Descrição	Marca	Und.	Qtd.	Valor unitário	Valor total
8454	FIO MALEAVEL (DE CERCLAGEM) 1,0MM - ANVISA 10209780005	lol	UN	100	R$ 99,00	R$ 9.900,00
8424	FIO METALICO LISO (KIRSCHNER) 1,5MM	Minas med	UN	200	R$ 13,99	R$ 2.798,00
8425	FIO METALICO LISO (KIRSCHNER) 2,0MM	Minas med	UN	200	R$ 13,97	R$ 2.794,00
8426	FIO METALICO LISO (KIRSCHNER) 2,5MM	Minas med	UN	100	R$ 13,97	R$ 1.397,00
8423	FIO METALICO LISO (KIRSCHNER) 1,0MM	Minas med	UN	100	R$ 13,95	R$ 1.395,00
VALOR TOTAL		**R$ 18.284,00**				

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados.

3. DO VALOR

3.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

3.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do **PRODUTO/SERVIÇO.**

3.3. É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas.

3.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

3.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços.

3.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

4. DA VALIDADE

4.1. A presente Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou

inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência.

4.3. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP

5.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Consórcio Intermunicipal de Saúde.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado.

5.3. Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao Consórcio.

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

6. DA VINCULAÇÃO LEGAL

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei nº 8.666/93, bem como todas as alterações posteriores.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da presente Ata de Registro de Preços/Contrato serão feitas pela servidora **LEILIANE MARIA FIRMINO - ATO NORMATIVO Nº 525/2022 – COORDENADORA DE CENTRO CIRÚRGICO** designada pelo Consórcio, através da **PORTARIA Nº 111/2023**, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, competindo-lhe tomar todas as providências, de modo a assegurar que este seja executado de acordo com as cláusulas avençadas.

7.1.1. Nos casos em que houver necessidade de substituição do fiscal, esta se dará por meio de decisão do Ordenador de Despesa.

7.1.2. Em havendo ausência justificada, o acompanhamento e a fiscalização se darão por servidor indicado pelo fiscal quando do seu afastamento.

7.1.3. No exercício da fiscalização, o responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato, poderá, a critério do Contratante, emitir relatórios circunstanciais, devidamente vistados pela Contratada.

7.2. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.2.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o Fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

8. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue a Fornecedora a respectiva **Autorização de Fornecimento**, indicando o local de entrega, objeto e quantitativo requisitado.

8.1.1. O Objeto desta ARP terá que ser entregue no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, localizado na Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, na cidade de Peixoto de Azevedo/MT.

8.2. A cada fornecimento ou período, o **Órgão Gerenciador** providenciará a expedição da Autorização de Fornecimento.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por e-mail, conforme informações constantes na Proposta de Preços.

8.3. Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos de até **10 (DEZ) DIAS CORRIDOS**, logo após a contratada receber a ordem de entrega (requisição), sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

8.5. Fica a critério do **Órgão Gestor** a aceitação de eventuais pedidos formais e justificados de prorrogação de prazo de entrega.

9. DO RECEBIMENTO

9.1. Os **PRODUTOS** serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade, ressalvada a hipótese do artigo 74 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. O recebimento definitivo perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

9.3. Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

9.4. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior à registrada, independente de anuência da Fornecedora.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

10.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**;

10.1.2. Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos;

10.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros;

10.1.4. Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor;

10.1.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços;

10.1.6. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

10.1.7. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida;

10.1.8. Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições;

10.1.9. A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.10. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros;

10.1.11. A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não exime a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas.

10.1.12. O GANHADOR DO CERTAME DEVERÁ FORNECER OS SEGUINTES MATERIAIS EM CONSIGNAÇÃO.

CAIXA PEQUENOS FRAGMENTOS

CAIXA GRANDES FRAGMENTOS

CAIXA FIXADOR TUBO A TUBO

CAIXA DHS E DCS

CAIXA HASTE DE TIBIA MULTIPLOS BLOQUEIOS

CAIXA HASTE DE FEMUR RETROGADA E ANTEROGRADA

CAIXA PFN CURTO

CAIXA PFN LONGO

CAIXA CANULADO 3,5; 4,5; 7,0; HEBERT - 1 UNIDADE DE CADA

CAIXA DE LIGAMENTO

MONITOR, CAMERA, FONTE DE LUZ, CABO DE FIBRA OTICA E TROCATER, OTICA 30 GRAUS, ARMARIO, SHAVER BASE, PECA DE MAO SHAVER, JOGO DE PINCAS PARA ARTROSCOPIA JOELHO

CAIXA DE PEQUENOS FRAGMENTOS COMPLETA BLOQUEADA

CAIXA DE GRANDES FRAGMENTOS COMPLETA BLOQUEADA

CAIXA VOLAR BLOQUEADA

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço;

10.2.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão);

10.2.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes;

10.2.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor;

10.2.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP;

10.2.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP;

10.2.6. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações;

10.2.7. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

10.2.8. Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;

10.2.9. Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo para reposição;

10.2.10. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição.

11. DO REAJUSTAMENTO E DAS REVISÕES DE PREÇOS

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art. 19 da lei federal n° 7.892/2013, **é vedado** qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

11.2. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.3. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, conforme segue:

11.3.1. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

11.3.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

11.3.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.3.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.3. A revisão negociada de valores, para cima ou para baixo, poderá ocorrer de ofício ou a pedido do licitante signatário, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO, nas seguintes condições:

11.3.1. Para cima, visando manter o equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta, nos termos do artigo 65, § 6º, da Lei 8.666/93, desde que demonstrada por meio de planilhas de preços, cópias de notas fiscais que demonstrem por parte do fornecedor que houve aumento de preços por parte da indústria, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de fato superveniente ou de difícil previsão;

11.3.2. Para baixo, quando a Administração verificar que o preço registrado se encontra substancialmente superior ao praticado no mercado.

11.4. Não será aceita como justificativa para o reequilíbrio econômico financeiro apenas a variação cambial do dólar, será necessário comprovar o preço equivalente na época da proposta e o preço atual solicitado, por meio de cópias de notas fiscais.

12. DO CANCELAMENTO DA ATA

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

V. O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

VI. O Fornecedor que não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII. Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência;

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados com base na Legislação em vigor:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Consórcio.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, desde que devidamente comprovados tais fatos.

12.5. Nahipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva ARP.

13. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

13.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa ou interromper o prazo, no caso de qualquer irregularidade, vício ou imperfeição no fornecimento.

13.2. O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.

13.2.1. O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.

13.3. Todos os tributos incidentes sobre os **PRODUTOS** deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

13.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como nome e número da agência e o número da conta corrente, na qual se executará o depósito bancário para pagamento, repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

13.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

13.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito.

14.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização.

14.3. O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, e não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis.

14.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor.

14.5. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

15. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

15.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do consórcio, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm) e no Diário de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT (diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br).

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora às multas, constantes no caput e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Proposta Vencedora, na forma seguinte:

17.1.1. Quanto à obrigação da assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso.

17.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

17.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, incisos I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora.

17.3. Se a Licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades:

17.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade (02) dois anos; e,

17.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos.

17.4. A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com este Consórcio pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

17.5. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Consórcio, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município sede do consórcio, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

17.6. As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

17.7. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

17.8. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas neste item e subitens anteriores, desta ata, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

17.9. As multas previstas neste item, quando não houver notas em aberto do fornecedor para efetuar o desconto, deverão ser recolhidas em guia própria, ou efetuar o deposito em conta bancária indicada pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública.

18.2. O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

18.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

19.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e achado conforme, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo/MT, 26 de julho de 2023.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE DO CISVP

ÓRGÃO GESTOR

I11 COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 37.297.817/0001-83

SHEILA CRISTINA LOPES GONSALES

EMPRESÁRIA

FORNECEDOR REGISTRADO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU-MT

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 04/2021

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 04/2021

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida 13 de maio nr 43, CEP: 78.652-000 Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.601.738/0001-30, neste ato representado, na forma de seu Estatuto, pelo Presidente Sr. **Rônio Condão Barros Milhomem, Brasileiro, Casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Confresa – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0875190-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 535.561.191-53**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** A Empresa Exatta Confresa Contabilidade Eireli**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº** 09.566.975/0001-56**,** chamado simplesmente de **CONTRATADO, tendo em vista o** processo licitatório nº 004/2021, CARTA CONVITE nº 01/2021, processo administrativo nº 04/2021, celebram o presente termo aditivo de prorrogação prazo do contrato original 04/2021, pelo que as partes continuam igualmente vinculadas ao Termo de Referência que consta dos autos, bem como sujeitas à Lei Federal nº 8.666/93, às cláusulas a seguir discriminadas, à legislação pertinente aos serviços do objeto, e nos casos omissos, no que couber, ao Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA DO CONTRATO 1.1 – O presente termo aditivo tem por objetivo alterar a clausula Oitava (da vigência do contrato), Rerefente Contratação de empresa especializada na prestação dos seguintes serviços: I - Suporte e assessoria em contabilidade pública com observância das diretrizes da NBC, CASP, PCASP e PIPCP, atendendo os setores de contabilidade, planejamento e patrimônio do órgão; II - Suporte administrativo para os seguintes serviços: Elaboração e organização dos processos licitatórios e contratos; III – Suporte administrativo no setor Recursos humanos, elaboração da folha de pagamento e atos de pessoal tais como: admissão, demissão, férias, atualização cadastro e organização dados e envio de informações do consorcio junto aos sistemas (SEFIP, E-SOCIAL, RAIS, DIRF); IV – Organização de dados e envio das informações junto aos sistemas APLIC, SICONF, LRF; V - Assessoria na análise de peças de planejamento; elaboração de justificativas, defesas e recursos junto ao Tribunal de Contas do Estado, para atender as necessidades do CISAX, Estado de Mato Grosso, cumprindo todas as normas estabelecidas pela Lei n° 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores; tudo conforme especificações do termo de referência. **A vigente do presente termo aditivo do contrato 04/2021, terá seu prazo Prorrogado de 01 de Agosto de 2023 até 31 de Julho de 2024.** O presente termo aditivo justifica-se, considerando que o objeto do contrato original caracteriza-se como serviços contínuos; reitere-se que a prestadora, uma vez investida nos serviços a que se destina, cumpriu, até o presente momento, com o que reza a cláusula primeira (Do Objeto) do contrato original, considerando que existem serviços que transcendem o exercício financeiro, devido às peculiaridades e finalidades de cada objeto; e,

no tocante a obtenção de menor preço, satisfaz economicamente impondo grandes vantagens e condições favoráveis obtidas para Administração publica do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu-MT. Ficando assim comprovado que a prorrogação será mais vantajosa para a administração, nessa mesma linha justifica- se pela não realização de novo certame licitatório, assim assegura e respalda o interesse público da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

8.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no inciso IV do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Conforme item 5.1. da clausula nona do contrato original.

2.1.1 – A alteração promovida por este Termo se deve ao seguinte fator:

A Administração do consórcio se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de vigência do Contrato em epígrafe em razão de serviços serem de caráter continuados de acordo com a lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR

2. 3. 4. 5.

6.1 O valor global para a execução contrato original e de R$ **48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)**, Houve correção no valor original de 3,16% (Três inteiros vírgula dezesseis por cento inteiros) , correspondente ao IPCA acumulado nos últimos doses meses durante o período de vigência contratual, sendo assim o contrato a execução do presente aditivo é de **R$ 49.516,80 (Quarenta e Nove Mil e quinhentos e dezesseis reais e oitenta centavos)** dividido em 12 parcelas de **R$ 4.126,40 (Quatro mil e cento e vinte e seis reais e quarenta centavos)** mensal.

2 3 4 5 5.2 5.3 6.2 - Os pagamentos serão realizados por ordem bancária por meio do Banco do Brasil, creditados na conta do contratado ou cheque nominal ao contratado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS**

6.3 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do consórcio, alocados na seguinte dotação orçamentária.

3 4 5 6

Exercício de 2023

01.001.10.302.0003.2001.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2002.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2003.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2004.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2005.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2006.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2007.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2008.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2009.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

Valor .....
R$ 20.632,00

Exercício de 2024

01.001.10.302.0003.2001.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2002.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2003.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2004.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2005.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2006.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2007.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2008.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

01.001.10.302.0003.2009.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

Valor .....
R$ 28.884,80

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO:

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO:

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme determina o parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

E, estando assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, que vai assinada pelas partes contratantes.

Confresa - MT, 28 de Julho de 2023.

_____

Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu

Presidente Cisax

_____

Exatta Confresa Contabilidade Eireli

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2023

A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pela Portaria Municipal n° 274/2023, torna público o resultado da sessão na data de 03/08/2023, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de postes metálicos, braços de fixação de luminárias em LED e padrões para manutenção da iluminação pública do município de Água Boa – MT, que teve como vencedora a empresa: Inoxidável Estruturas Metálicas Ltda.

Água Boa/MT, 04 de agosto de 2023.

Ivânia Cezira Volpi Agente de Contratação

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com **CNPJ 15.023.898/0001-90**, torna público que requereu junto ao **SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE** a **LP** – Licença Prévia e **LI** – Licença

de Instalação para Implantação de Pavimentação e Drenagem na Estrada Municipal AB-100, com 19,10 Km, situado em zona rural do município de Água Boa – MT.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com **CNPJ 15.023.898/0001-90**, torna público que requereu junto ao **SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE** a **LP** – Licença Prévia e **LI** – Licença de Instalação para Implantação de Pavimentação e Drenagem na Estrada Municipal AB-154, com 3,684 Km, situado em zona rural do município de Água Boa – MT.

FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 021/2023.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto Municipal N° 4.004/2023, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 1738/2005, Decreto nº. 10.024/2019 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 021/2023.

OBJETO: Registro de Preço para a futura e eventual aquisição de 01 (um) veículo zero km, com no mínimo 5 portas e 7 lugares para a Secretaria Municipal de Saúde de Água Boa – MT.

DATA: 21/08/2023

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.comprasnet.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no https://www.comprasnet.gov.br e através do e-mail pregao4@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 04 de agosto de 2023.

_____ Alícia Lopes Maciel Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 02/2023/CMDCA-MT.

Dispõe sobre a criação do Comité de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Boa Vista em Reunião Ordinária, realizada em 03 de Agosto de 2023, no uso de suas atribuições legais garantidas pela LEI MUNICIPAL Nº 657 DE 24 SETEMBRO DE 2021.

CONSIDERANDO a Lei Federal N° 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO a Lei 13.431/17, que Estabelece o Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

CONSIDERANDO que o Decreto N° 9.603 de 10 de Dezembro de 2018 que regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de Abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

CONSIDERANDO que o Decreto Presidencial N.º 9.603/2018, especifica que o sistema de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes com a finalidade de mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no País.

CONSIDERANDO a Lei 13.431/2017, que define ser a escuta especializada um procedimento realizado pelos órgãos da rede de Proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção.

CONSIDERANDO que o Decreto fixou o prazo de 180 dias, a partir de sua publicação, para a criação, preferencialmente no âmbito dos Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes, de um Comité de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n° 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente –CONANDA, que trata sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO que a Resolução N°169/2014 do CONANDA preconiza que o atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes deverá ser realizado, sempre que possível por equipe técnica interprofissional respeitando-se a autonomia técnica no manejo dos procedimentos.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o **Comité de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência**, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/ABV.

Art. 2º - O Comité de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, será composto por 02 representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos e instituições:

I - Polícia Judiciária Civil

II- Polícia Militar

III- Conselho Tutelar

IV- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes de Alto Boa Vista

V-Secretaria Municipal de Saúde

VI- Secretaria Municipal de Educação

VII- Secretaria Municipal de Assistência Social

VIII- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

IX – Secretaria de Esporte

X- Secretaria de Assuntos Indígenas

§ 1° Os respectivos órgãos e instituições terão um prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da publicação desta resolução, para encaminhar ao CMDCA/ABV a indicação dos representantes titulares e suplentes, através de ofício contendo identificação, telefone e e-mail. As referidas indicações devem considerar o perfil técnico e o interesse do profissional com a temática.

§ 2° O titular e o suplente poderão participar das reuniões do Comité Gestor concomitantemente, visando o enriquecimento dos trabalhos e o fomento da discussão sobre a temática dentro das instituições, mantendo o direito ao voto aos 02 (dois) representantes.

§ 3° Em caso de vacância, o respectivo órgão ou entidade deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, encaminhar nova indicação ao CMDCA/ABV, via ofício.

§ 4º As **organizações não governamentais** que tiverem interesse em integrar o Comité deverão, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da publicação desta resolução, encaminhar ao CMDCA/ABV a indicação dos

representantes titulares e suplentes, através de ofício contendo identificação, telefone e e-mail, assim como documento que comprove a relação da entidade com os trabalhos desenvolvidos pelo Colegiado, sendo admitida a participação de 02 (duas) entidades desse segmento na composição do Comitê.

§ 5° Poderão compor o Comité Gestor 02 (dois) profissionais especialistas na área da infância e juventude ou com experiência nas políticas de educação, saúde e assistência social e direitos humanos, os quais deverão, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da publicação desta resolução, encaminhar carta de apresentação ao CMDCA/ABV, contendo dados pessoais e comprovação da especialização ou experiência na área, a qual deve comunicar sobre o seu interesse em compor o Comité.

§ 6° Tendo em vista as especificidades territoriais do município de Alto Boa Vista, também poderá compor o Comitê Gestor 02 (dois) representantes indígenas, os quais poderão ser vinculados diretamente à comunidade dos povos originários ou a entidades públicas ou órgãos não governamentais.

§ 7° O servidor nomeado para compor o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência estará liberado das suas atividades, quando das reuniões e ações relativas à REDE Protege.

Art. 3º O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, definirá um Coordenador e um vice coordenador para responderem sempre que necessário pelo Comitê Gestor e representá-lo.

§1° A função de coordenador e vice coordenador do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência terá a duração de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme deliberação do colegiado, mantendo ao coordenador o direito ao voto de minerva.

Art. 4° Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual o CMDCA/ABV está vinculado, prover a estrutura e os recursos necessários para o funcionamento do Comitê.

Art. 5º As reuniões do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou testemunhas de violência, ocorrerão mensalmente ou de acordo com a necessidade apresentada, conforme deliberação do colegiado.

Art. 6º Cabe ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou testemunhas de Violência, conforme Art. 9º, do Decreto Presidencial n.º 9.603/2018:

I. Articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, aprimorando a integração do referido Comitê.

II. Definir os fluxos de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, observados os seguintes requisitos:

a) os atendimentos à criança ou ao adolescente serão feitos de maneira articulada;

b) a superposição de tarefas será evitada;

c) a cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos será priorizada;

d) os mecanismos de compartilhamento das informações serão estabelecidos;

e) o papel de cada instância ou serviço e o profissional de referência que o supervisionará será definido.

III. Criar grupos intersetoriais locais para discussão, acompanhamento e encaminhamento de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes.

§ 1º O atendimento intersetorial poderá conter os seguintes procedimentos:

I - Acolhimento ou acolhida;

II - Escuta especializada nos órgãos do sistema de proteção;

III - Atendimento da rede de saúde e da rede de assistência social;

IV - Comunicação ao Conselho Tutelar;

II- Definir os fluxos de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, observados os seguintes requisitos:

a) os atendimentos à criança ou ao adolescente serão feitos de maneira articulada;

b) a superposição de tarefas será evitada;

c) a cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos será priorizada;

d) os mecanismos de compartilhamento das informações serão estabelecidos;

e) o papel de cada instância ou serviço e o profissional de referência que o supervisionará será definido;

II- Criar grupos intersetoriais locais para discussão, acompanhamento e encaminhamento de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes.

§ 1º O atendimento intersetorial poderá conter os seguintes procedimentos:

I - Acolhimento ou acolhida;

II - Escuta especializada nos órgãos do sistema de proteção;

III - Atendimento da rede de saúde e da rede de assistência social;

IV - Comunicação ao Conselho Tutelar;

§2º Os serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva, por meio de relatórios, em conformidade com o fluxo estabelecido, preservado o sigilo das informações.

§2º Os serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva, por meio de relatórios, em conformidade com o fluxo estabelecido, preservado o sigilo das informações.

Art. 7° O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência poderá promover campanhas de sensibilização social para identificação das violações de direitos e garantias de crianças e adolescentes e a divulgação dos serviços de proteção e dos fluxos de atendimento, como forma de evitar a violência institucional, conforme prevê o art. 13, parágrafo único, da Lei 13.431/2017.

Art. 8° O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência promoverá a articulação intersetorial da infância e Juventude de Alto Boa Vista - REDE Protege, com o escopo de favorecer a comunicação entre as instituições que compõe o Sistema de Garantia de Direitos, qualificar o atendimento e promover a proteção integral de crianças e adolescentes em situações de violência e violação de direitos.

§ 1° A articulação Intersetorial da Infância e Juventude de Alto Boa Vista - REDE Protege será estruturada em 03 eixos de atuação, desenvolvidos por grupos de trabalho no âmbito do Comitê Gestor, com os seguintes objetivos:

I - Prevenção e Proteção Social em Situações de Violência e Violação de Direitos:

a) Construir vínculos institucionais horizontais de interdependência e complementaridade;

b) Garantir o atendimento especializado de crianças e adolescentes em situações de violência e violação de direitos e o encaminhamento no menor tempo possível para reduzir os danos e prevenir a reincidência;

c) Implementar ações integradas entre as políticas públicas para superação das expressões da questão social que colocam crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;

d) Instituir fluxos e protocolo integrado de atendimento que reduzam a morosidade e vitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;

e) Realizar oficinas e campanhas para a prevenção de situações de violência e violação de direitos de crianças e adolescentes.

II - Educação Permanente dos Agentes Sociais:

a) Fomentar o desenvolvimento de programas de qualificação profissional de forma continuada, para aqueles/as que, de forma direta ou indireta, atendam crianças e adolescentes, objetivando ampliar a percepção acerca das expressões da questão social que comprometem o desenvolvimento de crianças e adolescentes;

b) Incentivar a realização de oficinas de trabalho para discussão e estudos de casos, potencializando o trabalho intersetorial;

III - Núcleo Acadêmico de Pesquisa:

a) Promover e desenvolver a produção de pesquisa acadêmico-científica;

b) Apoiar a publicação e divulgação dos trabalhos;

c) Estimular a participação de discentes, docentes e profissionais técnicos na elaboração de projetos, com temas referentes a crianças, adolescentes e juventude;

d) Acompanhar, monitorar e avaliar as ações da Rede Protege.

Art. 9º Os casos omissos na presente Resolução serão avaliados pelo Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidados e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Art. 10º. Para que não se alegue desconhecimento, é publicado a presente Resolução.

Alto Boa Vista, 03 de Agosto de 2023.

Eliene Moreira Gomes

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Decreto Nº 008/2023 de 03 de fevereiro de 2023

Original Assinado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 170, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

“Dispõe sobre a designação de **Fiscal de Contrato**, e dá outras providências. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o Artigo 67, da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que “Regulamenta o Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”;

CONSIDERANDO o item 2.5 da Norma Interna 10/2011, referente aos Contratos;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n° 151/2023/SIOP, e

R E S O L V E:

Art. 1°. Designar como **Fiscal de Contrato,** do Contrato n° 077/2022, o (s) servidor (es) abaixo descrito (s):

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA
EILY REIFFE CARDOSO DE RESENDE	3095-1

Art. 2°. Revoga-se a Portaria n° 259, de 06 de outubro de 2022.

Art.3°. Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças - MT, 04 de agosto de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 173, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

“Dispõe sobre a designação de **Fiscal de Contrato**, e dá outras providências. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o Artigo 67, da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que “Regulamenta o Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”;

CONSIDERANDO o item 2.5 da Norma Interna 10/2011, referente aos Contratos;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n° 154/2023/SIOP, e

R E S O L V E:

Art. 1°. Designar como **Fiscal de Contrato,** do Contrato n° 082/2022, o (s) servidor (es) abaixo descrito (s):

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA
EILY REIFFE CARDOSO DE RESENDE	3095-1

Art. 2°. Revoga-se a Portaria n° 272, de 25 de outubro de 2022.

Art.3°. Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças - MT, 04 de agosto de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 172, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

“Dispõe sobre a designação de **Fiscal de Contrato**, e dá outras providências. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o Artigo 67, da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que “Regulamenta o Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”;

CONSIDERANDO o item 2.5 da Norma Interna 10/2011, referente aos Contratos;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n° 153/2023/SIOP, e

R E S O L V E:

Art. 1°. Designar como **Fiscal de Contrato,** do Contrato n° 079/2022, o (s) servidor (es) abaixo descrito (s):

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA
EILY REIFFE CARDOSO DE RESENDE	3095-1

Art. 2°. Revoga-se a Portaria n° 262, de 06 de outubro de 2022.

Art.3°. Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças - MT, 04 de agosto de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DO TOMADA DE PREÇO Nº 007/2023.

O Município de Alto garças/MT, torna público o resultado do Julgamento da licitação supramencionada, julgada no dia 3 de agosto 2023, com início às 08:30, tendo como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE ADUELAS SOB O RIO RIBEIRÃO, CÓRREGO BAMBU, RIO FORMA E FORMINHA E CÓRREGO LAJEADINHO, RECURSO PRÓPRIO, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, ESTUDO HIDROLÓGICO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO**. Foi(ram) vencedora(s) a(s) empresa(s): Lote 001 - Itens 211147761, UNS-CONSTRUCOES REFORMAS E ALVENARIAS LTDA inscrita no CNPJ sob o número 11.215.382/0001-97 no valor de R$ 715.198,68(setecentos e quinze mil, cento e noventa e oito reais e vinte centavos). ALTO GARÇAS - MT, 3 de agosto de 2023. MICHELE MORAES AMORIM SCHAEFER – CONDUTORA DE PROCESSOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 171, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

"Dispõe sobre a designação de **Fiscal de Contrato**, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o Artigo 67, da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências";

CONSIDERANDO o item 2.5 da Norma Interna 10/2011, referente aos Contratos;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n° 152/2023/SIOP, e

R E S O L V E:

Art. 1°. Designar como **Fiscal de Contrato,** do Contrato n° 078/2022, o (s) servidor (es) abaixo descrito (s):

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA
EILY REIFFE CARDOSO DE RESENDE	3095-1

Art. 2°. Revoga-se a Portaria n° 261, de 06 de outubro de 2022.

Art.3°. Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças - MT, 04 de agosto de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 078/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 078/2023

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado**JOCAFE ALVES DA CRUZ,** portador (a) do RG nº **2418784-4** SSP/MT e CPF: N°.**044.114.311-30,** residente e domiciliado na RUA B, 16- BAIRRO SÃO PEDRO em ALTO PARAGUAI **- MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais no cargo de **BRIGADISTA EM CARÁTER EMERGENCIAL junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENV. ECONOMICO E MEIO AMBIENTE, com Pareceres Favoráveis** do Controle Interno, Recursos Humanos, Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93 .

2. CLÁUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO.

2.1 – Jornada de trabalho durante a vigência do contrato é **DETERMINADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL responsável pela CONTRATAÇÃO, devendo ser cumprido a carga horária para a qual a CONTRATADA (O) assina o presente CONTRATO.**

2.2 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pela SECRETÁRIA **MUNICÍPAL ,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pela **CONTRATADO (A), podendo o mesmo ser alterado conforme necessidade do MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI -MT E SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO;**

2.3 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo ser realizados os termos aditivos/alterações, por acordo entre as partes CONTRATANTES.

3. – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA (O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.320,00 (HUM MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS) mais PERICULOSIDADE** , sendo o pagamento realizado em conta bancária da **CONTRATADO (A),** coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETARIA MUNICÍPAL , junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Serão descontados no pagamento da **CONTRATADO (A)** os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária ;

4. –CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO.

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração da **CONTRATADO (A)** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5.1. **–** O prazo do presente contrato terá validade de 01**/08/2023**e término de pleno direito em 31**/10/2023,** ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADO (A).**

5.2. O presente contrato poderá ser **RESCINDINDO** antes do término do prazo, por descumprimento pela **CONTRATADO (A)** de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a **CONTRATADO (A)**, quando a prestação dos serviços for insatisfatória, com atrasos, devendo ser cumpridas as determinações legais inclusive constante no **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITO MUNICIPAL e ou ORDENADORA DE DESPESA.

6.- CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2023na seguinte rubrica: 09.001.20.122.0001. 2081-1341- **319004 FONTE 1500 conforme PARECER DA ORDENADORA DE DESPESA – VAILDE LUCIANA DE OLIVEIRA.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS.

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS.

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – A **CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICIPAL,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes.

8.3 – A **CONTRATADO (A)** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em conseqüência do presente contrato são obrigações da **CONTRATADO (A):**a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;b) Trajar adequadamente a prestação dos serviços;c) Realizar os trabalhos de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**;d) Cumprir a carga horária estabelecida.

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **A CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocuparem, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – A **CONTRATADO (A)** é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a **CONTRATANTE** ou a TERCEIROS.

8.9 – A **CONTRATADO (A)** tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLÁUSULA NONA - DA MULTA.

9.1. – Fica fixado o valor da multa correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - A **CONTRATADO (A)** fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE;** o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa, assim como o descumprimento do disposto na CLAUSULA 8ª. Do presente Contrato.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** será realizada por meio de **TERMO ADITIVO,** devidamente assinado pelas partes contratantes, sendo os casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente a **CONTRATANTE,** e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca da **CONTRATANTE.**

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETARIA MUNICIPAL** , responsável pela CONTRATAÇÃO, o qual tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pela **CONTRATADO (A);**

12.2 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela **CONTRATADO (A)** para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, **RENUNCIANDO** a **CONTRATADO (A)**, por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, **04 de agosto** de 202**3**.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	JOCAFE ALVES DA CRUZ
Prefeito Municipal	Contratado (a)

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: CPF:

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 081/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 081/2023

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado**ALLEHANDRO SOUZA DA SILVA,** portador (a) do RG nº **33373990-0** SSP/MT e CPF: N°.**061.780.631.48,** residente e domiciliado na ESTRADA RURAL em ALTO PARAGUAI **- MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais no cargo de **BRIGADISTA EM CARÁTER EMERGENCIAL junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENV. ECONOMICO E MEIO AMBIENTE, com Pareceres Favoráveis** do Controle Interno, Recursos Humanos, Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93 .

2. CLÁUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO.

2.1 – Jornada de trabalho durante a vigência do contrato é **DETERMINADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL responsável pela CONTRATAÇÃO, devendo ser cumprido a carga horária para a qual a CONTRATADA (O) assina o presente CONTRATO.**

2.2 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pela SECRETÁRIA **MUNICÍPAL ,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pela **CONTRATADO (A), podendo o mesmo ser alterado conforme necessidade do MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI -MT E SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO;**

2.3 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo ser realizados os termos aditivos/ alterações, por acordo entre as partes CONTRATANTES.

3. – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA (O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.320,00 (HUM MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS) mais PERICULOSIDADE** , sendo o pagamento realizado em conta bancária da **CONTRATADO (A),** coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETARIA MUNICÍPAL , junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Serão descontados no pagamento da **CONTRATADO (A)** os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária ;

4. –CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO.

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração da **CONTRATADO (A)** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5.1. **–** O prazo do presente contrato terá validade de 01**/08/2023**e término de pleno direito em 31**/10/2023,** ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADO (A).**

5.2. O presente contrato poderá ser **RESCINDINDO** antes do término do prazo, por descumprimento pela **CONTRATADO (A)** de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a **CONTRATADO (A)**, quando a prestação dos serviços for insatisfatória, com atrasos, devendo ser cumpridas as determinações legais inclusive constante no **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITO MUNICIPAL e ou ORDENADORA DE DESPESA.

6.- CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2023na seguinte rubrica: 09.001.20.122.0001. 2081-1341- **319004 FONTE 1500 conforme PARECER DA ORDENADORA DE DESPESA – VAILDE LUCIANA DE OLIVEIRA.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS.

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS.

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – A **CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICIPAL,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes.

8.3 – A **CONTRATADO (A)** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em conseqüência do presente contrato são obrigações da **CONTRATADO (A):**a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;b) Trajar adequadamente a prestação dos serviços;c) Realizar os trabalhos de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**;d) Cumprir a carga horária estabelecida.

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **A CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocuparem, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – A **CONTRATADO (A)** é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a **CONTRATANTE** ou a TERCEIROS.

8.9 – A **CONTRATADO (A)** tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLÁUSULA NONA - DA MULTA.

9.1. – Fica fixado o valor da multa correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - A **CONTRATADO (A)** fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE;** o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa, assim como o descumprimento do disposto na CLAUSULA 8ª. Do presente Contrato.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** será realizada por meio de **TERMO ADITIVO,** devidamente assinado pelas partes contratantes, sendo os casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente a **CONTRATANTE,** e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca da **CONTRATANTE.**

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETARIA MUNICIPAL** , responsável pela CONTRATAÇÃO, o qual tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pela **CONTRATADO (A);**

12.2 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela **CONTRATADO (A)** para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, **RENUNCIANDO** a **CONTRATADO (A)**, por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, **04 de agosto** de 202**3**.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	**ALLEHANDRO SOUZA DA SILVA**
Prefeito Municipal	Contratado (a)

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: CPF:

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 170/2023 DESIGNA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS

PORTARIA 170/2023

"Designa a Comissão para avaliação de Bens Patrimoniais."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT., no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, alínea "I", e o 6º do Decreto-Lei n. 3.365/1941, com a redação que lhe deu a Lei Federal n. 9.785/99, combinado com o art. 3º, inciso II, alínea "c", art. 51, inciso IX, art. 124, inciso I, alínea "d", art. 135, *caput* e parágrafo 1º, todos da Lei Orgânica do Município de Alto Paraguai-MT.;

RESOLVE:

Art. 1º. –Designar a Comissão Especial de Levantamento, Depreciação, Baixa, Elaboração de Memorial Individual dos Bens Patrimoniais e outros serviços necessários à atualização do Patrimônio Público Municipal, composta pelos seguintes servidores:

Ø Marcus Vinicius dos Santos Silva– Mat. 2306, CPF: ***377.57*;**

Ø Edna Pinto do Nascimento – Mat. 1078, CPF: ***920.87*;**

Ø Maria Aparecida de Alm. Oliveira – Mat. 121, CPF: ***846.70*.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria 106 de 15 de maio de 2023 e outras disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de agosto de 2023.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023

REGISTRO DE PREÇO: Nº 016/2023

PROCESSO LICITATÓRIO 040/2023

Objeto: "Registro de preços para futura e eventual aquisição de exames laboratoriais para atender as necessidades e demandas de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Alto Paraguai/MT".

Empresas vencedoras valor total: R$176.489,30 (cento e setenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta centavos): LABORATÓRIO SAO JOAO BATISTA EIRELI CNPJ: 03.648.334/0001-64 com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92 e 93 no valor total de R$176.489,30 (cento e setenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta centavos).

ALTO PARAGUAI - MT, 03 DE AGOSTO DE 2023.

WISLEY RIBEIRO DO AMARAL

PREGOEIRO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 168/2023 CONCEDER ASCENSÃO A DE CARGO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

PORTARIA 168/2023

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe conferem o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar, dinamizar e em conformidade com a Lei Municipal 11/1990, 378/2014, e observando os princípios constitucionais:

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ASCENSÃO de cargo à Srª **KAROLINE FERREIRA DE CAMPOS** portadora do **RG 22871632 SSP/MT e do CPF Nº ***.092.39*****, do cargo em comissão de:

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS-5 – CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO,junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Para o cargo de DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS-5 – CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO,junto à Secretaria Municipal de Receita e Controle.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria 104 de 15 de maio de 2023 e outras disposições em contrário.

Registra-se;

Publica-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de agosto de 2023.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 169/2023 CONCEDER ASCENSÃO A DE CARGO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

PORTARIA 169/2023

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe conferem o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar, dinamizar e em conformidade com a Lei Municipal 11/1990, 264/2010, 378/2014, e observando os princípios constitucionais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Ascensão ao **Servidor Público Municipal MARCUS VINICIUS DOS SANTOS SILVA,** portador do **RG Nº 20630743 SSP/MT e do CPF Nº ***.377.57*****, do cargo em comissão de:

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS-5 – CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO,da Secretaria Municipal de Receita e Controle, para o cargo de:

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS-5 – CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO,junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria 41 de 09 de fevereiro de 2023 e outras disposições em contrário.

Registra-se;

Publica-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de agosto de 2023.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 079/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 079/2023

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado**HUMBERTO ARAUJO DE ALMEIDA,** portador (a) do RG nº **1683955-2** SSP/MT e CPF: N°.**017.408.761.64,** residente e domiciliado na RUA CUIABA, BAIRRO FAZENDA VELHA em ALTO PARAGUAI **- MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais no cargo de **BRIGADISTA EM CARÁTER EMERGENCIAL junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENV. ECONOMICO E MEIO AMBIENTE, com Pareceres Favoráveis** do Controle Interno, Recursos Humanos, Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93 .

2. CLÁUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO.

2.1 – Jornada de trabalho durante a vigência do contrato é **DETERMINADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL responsável pela CONTRATAÇÃO, devendo ser cumprido a carga horária para a qual a CONTRATADA (O) assina o presente CONTRATO.**

2.2 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pela SECRETÁRIA **MUNICÍPAL ,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pela **CONTRATADO (A), podendo o mesmo ser alterado conforme necessidade do MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI -MT E SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO;**

2.3 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo ser realizados os termos aditivos/ alterações, por acordo entre as partes CONTRATANTES.

3. – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA (O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.320,00 (HUM MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS) mais PERICULOSIDADE** , sendo o pagamento realizado em conta bancária da **CONTRATADO (A),** coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETARIA MUNICÍPAL , junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Serão descontados no pagamento da **CONTRATADO (A)** os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária ;

4. –CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO.

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração da **CONTRATADO (A)** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5.1. **–** O prazo do presente contrato terá validade de 01**/08/2023**e término de pleno direito em 31**/10/2023,** ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADO (A).**

5.2. O presente contrato poderá ser **RESCINDINDO** antes do término do prazo, por descumprimento pela **CONTRATADO (A)** de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a **CONTRATADO (A)**, quando a prestação dos serviços for insatisfatória, com atrasos, devendo ser cumpridas as determinações legais inclusive constante no **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITO MUNICIPAL e ou ORDENADORA DE DESPESA.

6.- CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2023na seguinte rubrica: 09.001.20.122.0001. 2081-1341- **319004 FONTE 1500 conforme PARECER DA ORDENADORA DE DESPESA – VAILDE LUCIANA DE OLIVEIRA.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS.

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS.

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – A **CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICIPAL,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes.

8.3 – A **CONTRATADO (A)** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em conseqüência do presente contrato são obrigações da **CONTRATADO (A):**a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;b) Trajar adequadamente a prestação dos serviços;c) Realizar os trabalhos de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**;d) Cumprir a carga horária estabelecida.

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **A CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocuparem, provisoriamente, bens mó-

veis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – A **CONTRATADO (A)** é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a **CONTRATANTE** ou a TERCEIROS.

8.9 – A **CONTRATADO (A)** tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLÁUSULA NONA - DA MULTA.

9.1. – Fica fixado o valor da multa correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - A **CONTRATADO (A)** fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE;** o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa, assim como o descumprimento do disposto na CLAUSULA 8ª. Do presente Contrato.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** será realizada por meio de **TERMO ADITIVO,** devidamente assinado pelas partes contratantes, sendo os casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente a **CONTRATANTE,** e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca da **CONTRATANTE.**

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETARIA MUNICIPAL** , responsável pela CONTRATAÇÃO, o qual tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pela **CONTRATADO (A);**

12.2 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela **CONTRATADO (A)** para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, **RENUNCIANDO** a **CONTRATADO (A)**, por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, **04 de agosto** de 202**3**.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	HUMBERTO ARAUJO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal	Contratado (a)

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: CPF:

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 080/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 080/2023

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado**CARMEN PEREIRA DE MACEDO,** portador (a) do RG nº **15770869** SSP/MT e CPF: N°.**044.756.271.48,** residente e domiciliado na RUA FERNANDO CORREA DA COSTA em ALTO PARAGUAI **- MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais no cargo de **BRIGADISTA EM CARÁTER EMERGENCIAL junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENV. ECONOMICO E MEIO AMBIENTE, com Pareceres Favoráveis** do Controle Interno, Recursos Humanos, Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93 .

2. CLÁUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO.

2.1 – Jornada de trabalho durante a vigência do contrato é **DETERMINADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL responsável pela CONTRATAÇÃO, devendo ser cumprido a carga horária para a qual a CONTRATADA (O) assina o presente CONTRATO.**

2.2 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pela SECRETÁRIA **MUNICÍPAL ,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pela **CONTRATADO (A), podendo o mesmo ser alterado conforme necessidade do MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI -MT E SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO;**

2.3 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo ser realizados os termos aditivos/ alterações, por acordo entre as partes CONTRATANTES.

3. – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA (O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.320,00 (HUM MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS) mais PERICULOSIDADE** , sendo o pagamento realizado em conta bancária da **CONTRATADO (A),** coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETARIA MUNICÍPAL , junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Serão descontados no pagamento da **CONTRATADO (A)** os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária ;

4. –CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO.

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração da **CONTRATADO (A)** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5.1. **–** O prazo do presente contrato terá validade de 01**/08/2023**e término de pleno direito em 31**/10/2023,** ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADO (A).**

5.2. O presente contrato poderá ser **RESCINDINDO** antes do término do prazo, por descumprimento pela **CONTRATADO (A)** de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a **CONTRATADO (A)**, quando a prestação dos serviços for insatisfatória, com atrasos, devendo ser cumpridas as determinações legais inclusive constante no **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITO MUNICIPAL e ou ORDENADORA DE DESPESA.

6.- CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2023na seguinte rubrica: 09.001.20.122.0001. 2081-1341- **319004 FONTE 1500 conforme PARECER DA ORDENADORA DE DESPESA – VAILDE LUCIANA DE OLIVEIRA.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS.

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS.

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – A **CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICIPAL,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes.

8.3 – A **CONTRATADO (A)** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em conseqüência do presente contrato são obrigações da **CONTRATADO (A):**a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;b) Trajar adequadamente a prestação dos serviços;c) Realizar os trabalhos de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**;d) Cumprir a carga horária estabelecida.

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **A CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocuparem, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – A **CONTRATADO (A)** é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a **CONTRATANTE** ou a TERCEIROS.

8.9 – A **CONTRATADO (A)** tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLÁUSULA NONA - DA MULTA.

9.1. – Fica fixado o valor da multa correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - A **CONTRATADO (A)** fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comu-

nicação a **CONTRATANTE;** o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa, assim como o descumprimento do disposto na CLAUSULA 8ª. Do presente Contrato.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** será realizada por meio de **TERMO ADITIVO,** devidamente assinado pelas partes contratantes, sendo os casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente a **CONTRATANTE,** e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca da **CONTRATANTE.**

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETARIA MUNICIPAL** , responsável pela CONTRATAÇÃO, o qual tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pela **CONTRATADO (A);**

12.2 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela **CONTRATADO (A)** para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, **RENUNCIANDO** a **CONTRATADO (A)**, por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, **04 de agosto** de 202**3**.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	CARMEN PEREIRA DE MACEDO
Prefeito Municipal	Contratado (a)

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: CPF:

JURIDICO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 013/2023

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO N.º 013/2023

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) **ALESSANDRA ARAUJO DE ALMEIDA , portador (a) do CPF n. 017.474.661.07 e RG n. 1738537-7 SSP/MT , residente e domiciliado na RUA SANTOS DUMONT, BAIRRO CENTRO e**m **ALTO PARAGUAI - MT**, **RESOLVE** celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO , segundo as clausulas e condições seguintes:

CLÀUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA RESCISÃO.

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão do Contrato n°013/2023, a partir da data do dia 01/08/2023, em conformidade com o protocolo 6757 datado de 03/08/2023 .

CLÁUSULA 2ª. DO DISTRATO.

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de n.º 013/2023, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT,**04 de agosto de 2023.**

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	ALESSANDRA ARAUJO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal	Contratada

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS NÚMEROS 109 A 148/2023

Ata de Registro de Preços N.º 109/2023, Partes: EXITO EMPREENDIMENTOS LTDA; CNPJ: 25.993.540/0001-44; Valor: R$ 396.000,00; Vigência: 14/07/2023 à 13/07/2024; Pregão Presencial Nº 009/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI-MT.

Ata de Registro de Preços N.º 110/2023, Partes: MADEIREIRA E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO ALTO TAQUARI LTDA - EPP; CNPJ: 32.994.337/0001-58; Valor: R$ 14.994,00; Vigência: 17/07/2023 à 16/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 022/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, BEM COMO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 111/2023, Partes: MARCELO SIMONI; CNPJ: 04.664.811/0001-48; Valor: R$ 11.800,00; Vigência: 17/07/2023 à 16/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 022/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, BEM COMO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 112/2023, Partes: MENDONÇA JUNIOR COMERCIAL LTDA; CNPJ: 44.873.952/0001-95; Valor: R$ 5.250,00; Vigência: 17/07/2023 à 16/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 022/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, BEM COMO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 113/2023, Partes: MULTILUZ COMERCIAL LTDA; CNPJ: 31.128.170/0001-80; Valor: R$ 31.993,50; Vigência: 17/07/2023 à 16/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 022/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, BEM COMO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 114/2023, Partes: FIRMINI COMERCIAL LTDA; CNPJ: 45.982.417/0001-35; Valor: R$ 1.799,40; Vigência: 17/07/2023 à 16/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 022/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, BEM COMO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 115/2023, Partes: F LUZ ATACADISTA MATERIAL LTDA; CNPJ: 48.687.778/0001-47; Valor: R$ 20.989,00; Vigência: 17/07/2023 à 16/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 022/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, BEM COMO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 116/2023, Partes: POTENCIAL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA; CNPJ: 07.217.941/0001-20; Valor: R$ 3.421,50; Vigência: 17/07/2023 à 16/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 022/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, BEM COMO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 117 /2023, Partes: BARCELLOS COMERCIO DE PECAS LTDA; CNPJ: 15.100.601/0001-43; Valor: R$ 10.855,05; Vigência: 17/07/2023 à 16/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 022/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, BEM COMO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 118 /2023, Partes: COTEPOSTES POSTES E TRANSFORMADORES ELETRICOS LTDA; CNPJ: 02.507.465/0001-69; Valor: R$ 174,90; Vigência: 17/07/2023 à 16/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 022/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, BEM COMO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 119/2023, Partes: CONSTRUFACIL MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA; CNPJ: 37.509.767/0001-50; Valor: R$ 167.956,50; Vigência: 17/07/2023 à 16/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 022/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, BEM COMO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 120/2023, Partes: DEL VALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA; CNPJ: 37.227.550/0001-58; Valor: R$ 51.525,50; Vigência: 17/07/2023 à 16/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 022/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, BEM COMO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 121/2023, Partes: PISCICULTURA PEIXE BRAVO LTDA; CNPJ: 22.010.255/0001-78; Valor: R$ 55.800,00; Vigência: 18/07/2023 à 17/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 019/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ALEVINOS E FORNECIMENTO DE RACAO PARA PEIXES PARA MANTER AS ATIVIDADES NO LAGO MUNICIPAL POR 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 122/2023, Partes: EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI - ME; CNPJ: 22.025.872/0001-47; Valor: R$ 15.359,00; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 123/2023, Partes: CONTIGO SOLUCOES PARA GESTAO PUBLICA LTDA; CNPJ: 14.065.989/0001-26; Valor: R$ 2.148,00; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 124/2023, Partes: MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA; CNPJ: 50.247.672/0001-74; Valor: R$ 66.963,50; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 125/2023, Partes: M R DA GRACA SOUZA - COMERCIO E REPRESENTACOES; CNPJ: 43.195.850/0001-03; Valor: R$ 40.084,07; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 126/2023, Partes: PEG INFORMATICA LTDA; CNPJ: 01.105.481/0001-62; Valor: R$ 90,00; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 127/2023, Partes: GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA & SERVICOS LTDA; CNPJ: 44.352.658/0001-38; Valor: R$ 300,00; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 128/2023, Partes: COMERCIAL FORTE SERVICOS E VARIEDADES LTDA; CNPJ: 46.786.948/0001-15; Valor: R$ 132.995,20; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 129/2023, Partes: AUGUSTO & COIMBRA LTDA; CNPJ: 30.747.960/0001-80; Valor: R$ 7.685,00; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 130/2023, Partes: LEAO & FERRAZ COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA; CNPJ: 47.123.972/0001-37; Valor: R$ 21.293,29; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 131/2023, Partes: L DE A B DANTAS; CNPJ: 42.726.388/0001-52; Valor: R$ 255,98; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 132/2023, Partes: ESSENCIAL COMERCIO E SERVICOS LTDA; CNPJ: 48.941.593/0001-17; Valor: R$ 13.378,50; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 133/2023, Partes: ALEXANDRE AUGUSTO VIANTE; CNPJ: 32.816.440/0001-08; Valor: R$ 75.399,81; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 134/2023, Partes: J L BERIGO NETO E CIA LTDA - ME; CNPJ: 05.009.647/0001-06; Valor: R$ 1.544,00; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 135/2023, Partes: ERICA DE FATIMA GENTIL; CNPJ: 36.656.877/0001-82; Valor: R$ 25.675,00; Vigência: 21/07/2023 à 20/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 023/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMATICA, PERIFERICOS E INSUMOS DIVERSOS; PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS.

Ata de Registro de Preços N.º 136/2023, Partes: DELTA COMERCIO E SERVICOS LTDA; CNPJ: 48.447.370/0001-06; Valor: R$ 73.660,62; Vigência: 24/07/2023 à 23/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 021/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E OUTROS MATERIAIS (TIPO: DESCARTAVEIS, RECEPIENTES PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, EMBALAGENS DESCARTÁVEIS, ARTIGOS, UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS; ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA; ASSISTENCIA SOCIAL; INDÚSTRIA E COMERCIO; SAUDE E AGRICULTURA.

Ata de Registro de Preços N.º 137/2023, Partes: NAKA EXPRESS GENEROS ALIMENTICIOS LTDA; CNPJ: 28.072.565/0001-01; Valor: R$ 17.091,32; Vigência: 24/07/2023 à 23/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 021/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E OUTROS MATERIAIS (TIPO: DESCARTAVEIS, RECEPIENTES PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, EMBALAGENS DESCARTÁVEIS, ARTIGOS, UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS; ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA; ASSISTENCIA SOCIAL; INDÚSTRIA E COMERCIO; SAUDE E AGRICULTURA.

Ata de Registro de Preços N.º 138/2023, Partes: TREVO DISTRIBUIDOREA E INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA; CNPJ: 09.644.019/0001-45; Valor: R$ 11.713,00; Vigência: 24/07/2023 à 23/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 021/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA,

PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E OUTROS MATERIAIS (TIPO: DESCARTAVEIS, RECEPIENTES PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, EMBALAGENS DESCARTÁVEIS, ARTIGOS, UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS; ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA; ASSISTENCIA SOCIAL; INDÚSTRIA E COMERCIO; SAUDE E AGRICULTURA.

Ata de Registro de Preços N.º 139/2023, Partes: R.P FERRAGENS LTDA; CNPJ: 29.309.583/0001-19; Valor: R$ 5.888,00; Vigência: 24/07/2023 à 23/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 021/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E OUTROS MATERIAIS (TIPO: DESCARTAVEIS, RECEPIENTES PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, EMBALAGENS DESCARTÁVEIS, ARTIGOS, UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS; ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA; ASSISTENCIA SOCIAL; INDÚSTRIA E COMERCIO; SAUDE E AGRICULTURA.

Ata de Registro de Preços N.º 140/2023, Partes: RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA; CNPJ: 47.169.415/0001-57; Valor: R$ 66.580,18; Vigência: 24/07/2023 à 23/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 021/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E OUTROS MATERIAIS (TIPO: DESCARTAVEIS, RECEPIENTES PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, EMBALAGENS DESCARTÁVEIS, ARTIGOS, UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS; ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA; ASSISTENCIA SOCIAL; INDÚSTRIA E COMERCIO; SAUDE E AGRICULTURA.

Ata de Registro de Preços N.º 141/2023, Partes: FASTMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA; CNPJ: 48.778.881/0001-00; Valor: R$ 3.196,51; Vigência: 24/07/2023 à 23/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 021/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E OUTROS MATERIAIS (TIPO: DESCARTAVEIS, RECEPIENTES PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, EMBALAGENS DESCARTÁVEIS, ARTIGOS, UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS; ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA; ASSISTENCIA SOCIAL; INDÚSTRIA E COMERCIO; SAUDE E AGRICULTURA.

Ata de Registro de Preços N.º 142/2023, Partes: NA CONTRAMAO LTDA - ME; CNPJ: 14.111.790/0001-97; Valor: R$ 172.339,43; Vigência: 24/07/2023 à 23/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 021/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E OUTROS MATERIAIS (TIPO: DESCARTAVEIS, RECEPIENTES PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, EMBALAGENS DESCARTÁVEIS, ARTIGOS, UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS; ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA; ASSISTENCIA SOCIAL; INDÚSTRIA E COMERCIO; SAUDE E AGRICULTURA.

Ata de Registro de Preços N.º 143/2023, Partes: DISTRIBUIDORA A C L DE ELETRODOMESTICOS LTDA; CNPJ: 26.289.337/0001-54; Valor: R$ 132.387,18; Vigência: 24/07/2023 à 23/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 021/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E OUTROS MATERIAIS (TIPO: DESCARTAVEIS, RECEPIENTES PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, EMBALAGENS DESCARTÁVEIS, ARTIGOS, UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS; ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA; ASSISTENCIA SOCIAL; INDÚSTRIA E COMERCIO; SAUDE E AGRICULTURA.

Ata de Registro de Preços N.º 144/2023, Partes: AHS COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI; CNPJ: 37.152.127/0001-36; Valor: R$ 3.543,83; Vigência: 24/07/2023 à 23/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 021/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E OUTROS MATERIAIS (TIPO: DESCARTAVEIS, RECEPIENTES PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, EMBALAGENS DESCARTÁVEIS, ARTIGOS, UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO; INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO E VIAÇÃO E OBRAS; ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA; ASSISTENCIA SOCIAL; INDÚSTRIA E COMERCIO; SAUDE E AGRICULTURA.

Ata de Registro de Preços N.º 145/2023, Partes: J SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO; CNPJ: 14.437.315/0001-05; Valor: R$ 285.123,95; Vigência: 26/07/2023 à 25/07/2024; Pregão Presencial Nº 008/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 146/2023, Partes: EMPORIO DO JAO LTDA; CNPJ: 35.267.345/0001-90; Valor: R$ 162.789,85; Vigência: 26/07/2023 à 25/07/2024; Pregão Presencial Nº 008/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 147/2023, Partes: 46.930.868 MATHEUS PEREIRA LOPES; CNPJ: 46.930.868/0001-91; Valor: R$ 28.210,50; Vigência: 26/07/2023 à 25/07/2024; Pregão Presencial Nº 008/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS PELO PERIODO DE 12 MESES.

Ata de Registro de Preços N.º 148/2023, Partes: NA CONTRAMAO LTDA - ME; CNPJ: 14.111.790/0001-97; Valor: R$ 606.171,70; Vigência: 26/07/2023 à 25/07/2024; Pregão Presencial Nº 008/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS PELO PERIODO DE 12 MESES.

PORTARIA Nº 404/2023

"Nomeia a "Comissão Especial de Seleção" e dá outras providências"

MARILDA GAROFALO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear servidores para julgar e conduzir o Processo Licitatório de Inexigibilidade por Chamamento Público na modalidade de Projeto de Concurso do tipo Melhor Técnica, para selecionar instituições sem fins lu-

crativos, qualificadas na celebração de Contrato de Gestão, cujo objeto consiste no gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no âmbito do HOSPITAL MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, os seguintes servidores abaixo relacionados:

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA, inscrita no CPF: 452.139.251-20

MICHEL LUCAS ROCHA SOUZA, inscrito no CPF: 035.720.601-09

ANDRÉ SANTOS MINEIRO, inscrito no CPF: 036.931.951-61

JOSIELI FROES BRIANCINI DA SILVA, inscrita no CPF: 038.901.361-76

Art. 2º - Nomear para realizar a análise da parte Técnica, os seguintes profissionais:

THIAGO SPERANDIO FARIA, médico, CRM/MT 7777

IVONETE LIMA, enfermeira, COREM/MT 226312

Art. 3º - Os trabalhos dos servidores e profissionais ora nomeados, deverão ser executados conforme disposições constantes nas Leis Federais nº 8666/1993 e nº 8.080/1990, Decreto Estadual nº 7.508/2011, Portarias de Consolidação de 2017, regras que regem o Sistema Único de Saúde – SUS, em conformidade com o Art. 199 da Constituição Federal e ainda pelos princípios norteadores da Administração Pública.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 02 de Agosto de 2023.

MARILDA GAROFALO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 262/2023.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar por prazo determinado a Srta. **LEONIRIA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA,** portadora da cédula de identidade nº 2047283-8 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº 029.701.761-65, no cargo de **Professora Nível Superior -** Lei Municipal nº 1.363/2023, lotada na Secretaria Municipal de Educação – Contrato de Prestação de Serviços 162/2023, no período de 04 de Agosto de 2023 à 20 de Dezembro de 2023.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT; 04 de Agosto de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 195/2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o **Sr. ALEXANDRO FRETE DE BRITO,** portador da cédula de identidade nº 001.558.899 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 017.749.881-19, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO IV,** lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 04 de Agosto de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. **162/2023**

CONTRATANTE- **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS**

CONTRATADA – **LEONIRIA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSORA NÍVEL SUPERIOR**

VALOR MENSAL: **R$ 3.070,92 (Três mil e setenta reais e noventa e dois centavos)**

VIGÊNCIA – **04/08/2023 à 20/12/2023.**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 197/2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada a Srta. **SANDRA RIBEIRO DE OLIVEIRA,** portadora da cédula de identidade nº 6457083 SSP/GO e inscrita no CPF sob o nº 844.451.571-04, para exercer o cargo de **COORDENADORA III, lotada na Secretaria Municipal de Administração**.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 04 de Agosto de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 196/2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar a Srta. **SANDRA RIBEIRO DE OLIVEIRA,** portadora da cédula de identidade nº 6457083 SSP/GO e inscrita no CPF sob o nº 844.451.571-04, do cargo de **CHEFE DE SETOR III,** lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 04 de Agosto de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 117/2023 DE 01 DE JULHO DE 2023

PORTARIA Nº 117/2023

De 01 de julho de 2023

REVOGA PORTARIA

O Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 157/2022 de 19/09//2022, que nomeia a Sra. **KEROLLAYNE SHELINE OLIVEIRA MIRANDA,** portador da CI RG **nº 3590237-0** SESP/MT e inscrito no CPF sob o **nº 048.467.761-66**, no cargo de **CHEFE DE SEÇÃO.**

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 01 de julho de 2023.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 122/2023 DE 03 DE JULHO DE 2023

PORTARIA Nº 122/2023

De 03 de julho de 2023

REVOGA PORTARIA

O Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 72/2022 de 05/04//2022, que nomeia a Sra. **SANTANA MARTINS ROSA,** portador da CI RG **nº 2680403-4** SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o **nº 058.487.951-26**, no cargo de **CHEFE DE DIVISAO.**

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 03 de julho de 2023.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00016, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00016, de 04 de Agosto de 2023. Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - ARAGUAIANA - MT Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11. 196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação e Intimação (ITR) GUERINO OTAVIO TASSI 115.758.599-04 9869/ 00141/2023 Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: IRISVAN DUTRA VIEIRA Matrícula: 00001421 Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS / 1232018 Assinatura: Data de afixação: 04/08/2023 Data de desafixação: 19/08/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
PORTARIA Nº.022/2023

O Cidadão Srº. ***ALEX MENDES CLEMENTE,*** Presidente da Câmara Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei etc...

RESOLVE:

CONCEDER à Srª. ***GUIOMAR ALVES DE SOUZA MOURA,*** brasileira, casada, Auxiliar de Agente Administrativa desta Casa de Leis, suas férias que lhes são justas por Lei, sendo elas gozadas no período de **07/08/2023 á 06/09/2023**, **relativas ao período aquisitivo de 01/08/2020 á 31/07/ 2021.**

Portanto, fica a funcionária obrigada a entrar em atividades de suas funções a partir do dia **04/09/2023.**

REGISTRA – SE

PUBLICA – SE E

CUMPRA – SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT. Em, 04 de Agosto de 2023.

ALEX MENDES CLEMENTE

Presidente

DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
PORTARIA Nº.021/2023

O Cidadão Sr. ***ALEX MENDES CLEMENTE,*** Presidente da Câmara Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei etc...

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Srº. ***WAGNER ALMEIDA DE SOUSA,*** brasileiro, casado, Guarda deste poder legislativo municipal, (Trinta) 30 dias de sua Licença Prêmia, que lhes são justas por Lei, sendo gozadas no período de 01/08 á 30/08/2023, referente ao período aquisitivo de 24/11/2014 á 23/11/2019.

Art. 2º. - REGISTRA – SE, PUBLICA – SE E CUMPRA – SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT. Em, 31 de Julho de 2023.

Alex Mendes Clemente

Presidente

DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
PORTARIA Nº 020/2023

O Cidadão Srº ***ALEX MENDES CLEMENTE,*** Presidente da Câmara Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei etc...

RESOLVE:

CONCEDER ao Srª. ***JANNETH THAIS NERY,*** brasileira, solteira, Controladora desta Casa de Leis, suas férias que lhes são justas por Lei, sendo 20 (vinte) dias gozados no período de **01/08/2022 á 20/08/2022** e 10 (dez) dias de Férias Pecuniárias, **relativas ao período Aquisitivo de 10/11/2020 á 09/11/2021.**

Portanto, fica a funcionária obrigada a entrar em atividades de suas funções a partir do dia **31/08/2023.**

REGISTRA – SE

PUBLICA – SE E

CUMPRA – SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT. Em 31 de Julho de 2023.

ALEX MENDES CLEMENTE

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
ERRATA AO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

ERRATA AO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

SITUAÇÃO: PUBLICADO

UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

DATA DE PUBLICAÇÃO: 03 DE AGOSTO DE 2023

PAGINA: 42

EDIÇÃO DE DIÁRIO OFICIAL N°: 4.290

ANO: XVIII

JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

TÍTULO: AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE E AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT

ONDE SE LÊ: R$ 31.770,00 (TRINTA E UM MIL SETECENTOS E SETENTA REAIS).

LEIA-SE: R$ 24.680,00 (VINTE E QUATRO MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS).

P O R T A R I A Nº. 0161 ATÉ 0163/2023

P O R T A R I A Nº. 161/2023

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

E X O N E R A

O Servidor senhor ***Augusto Alves Rodrigues,*** brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Arenápolis, portador da cédula de Identidade **RG nº** 571.623 SSP/MT e **CPF nº**. 411.xxx.xxx-53, Conforme ***Benefício concedido Aposentadoria por Incapacidade Permanente Previd. Nº. 643329222-8***.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 01 dia do mês de Agosto de 2023.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPALP O R T A R I A Nº. 0162/2023

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. EDERSON FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

R E I N T E G R A R

Aservidora da Secretaria Municipal de Educação.

Regiane Alves Nascimento	**03/08/2023**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 3° dia do mês de Agosto de 2023.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 0163/2023

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. EDERSON FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares, a **servidora da Secretaria Municipal de Administração.**

Rosilene Garcia Barroso dos Santos	**Período 2019/2021 (15) dias Regulamentares.**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 3° dia do mês de Agosto de 2023.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 159/2023

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2022 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE Á SETORIZAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DA ZONA

BAIXA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT, EM MEMORIAL DECRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I DO EDITAL. PRORROGAÇÃO PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/08//2023 A 09/10/2023. PRORROGAÇÃO PRAZO DE EXECUÇÃO: 30/08/2023 A 29/10/2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.268/2023

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Art. 144, da Lei Complementar nº 182/2021;

Considerando o Requerido no Memorando nº **696/2023/SME e Deferido da Gestora***;*

RESOLVE:

Art. 1° DESIGNAR, os Professores abaixo relacionados, *lotados na Secretaria Municipal de Educação,* para ministrar horas/aula excedentes, conforme segue:

1	5379 – LUCIENE MARTA DE SOUZA – PROFESSOR 1 – CLASSE B	07 horas semanais Período:01/08/2023 à 20/12/2023	Na Escola Municipal Deoclides Macedo. Devido a alteração da carga horaria na Matriz curricular.
2	897 - MAYDA DENIPOTI DOGAN PROFESSOR 4 - C	20 horas semanais Período:01/08/2023 à 20/12/2023	Na Escola Municipal Professor Wilma Calvi Battisti. Em substituição a professora Helena Leandro que está atuando como Articuladora de Aprendizagem.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de agosto de 2. 023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 156/2023

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 086/2020 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PERFURAÇÃO DE 06 (SEIS) POÇOS SEMI ARTESIANOS, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA E CONFORME PROJETO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. PRORROGAÇÃO PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/08/2023 A 01/12/2023. PRORROGAÇÃO PRAZO DE EXECUÇÃO: 02/08/2023 A 01/12/2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLIADO APÓS CORRECÃO

PORTARIA Nº 16.240/2023

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** III *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, a Sra. **JOSELAINE DE FATIMA ALVES PAES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1148210-9 SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº. 932.041.591-91, para ocupar o Cargo de Carreira de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA - SEDE***, lotada na Secretaria Municipal de Educação,* a partir do dia 01/08/2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 31 de julho de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes da Portaria nº **16. 240/2023** de nomeação referente ao mês 08/2023, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2023.

Aripuanã-MT, aos 31 de julho de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.262/2023

A Prefeita *do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** III *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerimento de *Aposentadoria por Tempo de Contribuição* sob protocolo n° 778/2023 de 27/07/2023;

RESOLVE:

EXONERAR, a **Sra. ROSIMERI MIRTA FISCHER**, solteira, portadora da cédula de identidade nº. 50762831 SESP/PR e inscrita no CPF sob o nº. 537.875.601-49, Efetiva no cargo de Professora, classe "D", 06, 25 horas, matricula nº 127, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Aripuanã/MT, em virtude da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, conforme processo administrativo do **ARIPUANAPREVI, n.º 2023.04.00121P,** a partir de 19/08/2023**.**

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,* com *efeitos a partir de* 19 de Agosto de 2023*, revogados as disposições em contrário*.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de agosto de 2. 023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 16263/2023

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Sra. Rosimeri Mirta Fischer."

A Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003, c/c no art. 70, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº. 180 de 25 de outubro de 2021, que Reestru-

turou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT e art. 40, §5º da CF/88; Lei municipal n.º 182/2021, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreira e remuneração para os profissionais da educação básica; e ainda a Lei nº 212/2023, que versa acerca da recomposição salarial do vencimento base dos Professores da municipalidade.

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à servidora, **Sra. ROSIMERI MIRTA FISCHER**, solteira, portadora da cédula de identidade nº. 50762831 SESP/PR e inscrita no CPF sob o nº. 537.875.601-49, Efetiva no cargo de Professora, classe "D", 06, 25 horas, matricula nº 127, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Aripuanã/MT, contando com **25 anos, 05 meses e 26 dias** de tempo de contribuição, exclusivos na função de magistério, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do **ARIPUANA-PREVI, n.º 2023.04.00121P,** a partir de 19/08/2023, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a partir de 19 de agosto de 2023**, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de agosto de 2. 023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.269/2023

Dispõe sobre a readaptação da servidora **Sandra Regina da Silva,** efetiva no cargo de **Professor** para exercer a função de auxiliar de Direção e Coordenação no desenvolvimento do "Projeto de Leitura" na Escola Municipal São Jose Operário.

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 001/99, Art. 33, Inciso I e com amparo no Artigo** 69, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - READAPTAR a funcionária efetiva Sra. **SANDRA REGINA DA SILVA ARAUJO,** matriculas nº 555 e 2740,brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 962.640 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 629.340. 151-49, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR**, para exercer a função de auxiliar de Direção e Coordenação no desenvolvimento do "Projeto de Leitura" na Escola Municipal São Jose Operário, em conformidade com o que determina o Atestado Médico emitido pelo Dr. Alcimar Bezerra Soares CRM nº. 6368 - MT, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 02/08/2023**.**

Artigo 2º A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor de acordo com o que dispõe o Art.35 da Lei Complementar nº. 001/99.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de agosto de 2. 023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.264/2023

PORTARIA Nº 16.264/2023

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 816/2023 e Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **05 (cinco) dias** por motivo de doença em pessoa da família, para a servidora Sra. **ELISANGELA RUIVO DE OLIVEIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº.212.581 SSP/RR e inscrita no CPF sob o nº. nº.517.654.972-72, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 –C Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de encaminhamento médico (anexo), a partir do dia 30/07/2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de agosto de 2. 023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.265/2023

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Memorando nº 412/2023 e Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **02 (dois) dias** por motivo de doença em pessoa da família, para o servidor Sr. **JOEZER ALVES**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 000.771.537 SSP/RO e inscrito no CPF sob o nº. 772. 921.892-53, ocupante do cargo de Carreira de **Motorista de Caminhão - Sede,** lotado na *Secretaria Municipal de Infraestrutura,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 –C Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de encaminhamento médico (anexo), a partir do dia 27/07/2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de agosto de 2. 023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.267/2023

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Art. 144, da Lei Complementar nº 182/2021;

Considerando o Requerido no Memorando nº 737/2023/SME;

RESOLVE:

TORNAR PARCIALMENTE SEM EFEITO, a **Portaria nº 15.443/2023,** quanto adesignaçãodo professor abaixo relacionado, *lotada na Secretaria Municipal de Educação*,designadopara ministrar horas/aula excedentes, conforme segue a partir de 01/08/2023:

Seq.	Nome	Justificativa	Data
2	3792 - PAULO CIDINEI AMARAL PROFESSOR 2 - CLASSE C	Devido a ampliação de carga horaria na Matriz Curricular da Escola Municipal Deoclides de Macedo	04 horas semanais Período:06/02/2023 à 20/12/2023
3	5381 - DORCELINA M. GRASEL PROFESSOR 1 - CLASSE B	Devido a ampliação de carga horaria na Matriz Curricular da Escola Municipal Deoclides de Macedo	02 horas semanais Período:06/02/2023 à 20/12/2023
4	5379 - LUCIENE MARTA DE SOUZA PROFESSOR 1 - CLASSE B	Devido a ampliação de carga horaria na Matriz Curricular da Escola Municipal Deoclides de Macedo	04 horas semanais Período:06/02/2023 à 20/12/2023
6	5373 - EDVALDO GABRIEL PROFESSOR 1 - CLASSE B	Devido a ampliação de carga horaria na Matriz Curricular da Escola Municipal Deoclides de Macedo	09 horas semanais Período:06/02/2023 à 20/12/2023

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de agosto de 2. 023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
ATO DE RETIFICAÇÃO

A PUBLICAÇÃO NO JORNAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 04 DE AGOSTO DE 2023, ANO XVIII N.º 4.291, PAGINA 121 REFERENTE A PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO N.º 103/2023, ONDE LÊ-SE: "CONTRATO N.º 332/2022", LEIA-SE: "CONTRATO N.º 333/2023".

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 158/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 129/2022 PARA A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 02/2022, DO PREGÃO PRESENCIAL/SRP 33/2021, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BASICOS E EXECUTIVOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E SEUS COMPLEMENTARES EM VIAS URBANAS, EM ATENDIMENTOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ – MT. PRORROGAÇÃO PRAZO DE EXECUÇÃO: 07/08/2023 A 06/11/2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.266/2023

A Prefeita Municipal de Aripuanã**,** no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 736/2023/SME, o qual solicita a concessão de Adicional e Deferido da Gestora;

RESOLVE:

CONCEDER, Adicional de **Insalubridade**, sobre o salário mínimo vigente nacional, para o Cargo Contratado abaixo relacionado, *lotado na Secretaria Municipal de Educação*, a partir do dia 01/08/2023, conforme segue:

NOME	VINCULO	FUNÇÃO
Fernando De Oliveira Gomes	CONTRATO	MOT.ESCOLAR
Leandro Rodrigues Pereira	CONTRATO	MOT.ESCOLAR
Ricardo Alves de Souza	CONTRATO	MOT.ESCOLAR

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de agosto de 2. 023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 157/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 137/2022 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 02 (DOIS) BANHEIROS INFANTIS, COM ÁREA DE 83,01M² NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALBERTINA FELÍCIO DOS SANTOS, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO ARQUITETÔNICO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT. PRORROGAÇÃO PRAZO DE EXECUÇÃO: 03/08/2023 A 02/10/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

1º PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 031/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR FLUVIAL E TERRESTRE NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO - MT, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Aos Trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Gabinete da Prefeita Municipal, foi celebrado o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, tendo de um lado O MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO – ESTADO DE MATO GROSSO, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.563/0001-69**, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na** Rua Augusto Leverger, Nº 1410 Centro**, neste ato representado Excelentíssima Srª Prefeita Municipal MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**, Brasileira, Solteira, Geógrafa, portadora da Cédula de Identidade – Registro Geral nº. 0776021-3 SEJS/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº. 523.201.621-00, residente e domiciliado à Avenida Augusto Leverger nº1. 510 – Centro - Barão de Melgaço – MT CEP: 78190-000**, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa OCEAN TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº17.672.526/0001-10, estabelecida bairro: **SÃO SEBASTIAO**, CEP:

78.820-000, Município de Jaciara, representada neste ato pela Sr. GILSON ARAÚJO DA SILVA, Portador CPF 918.892.271-53, chamado simplesmente de **CONTRATADA,** acordam e ajustam firmar o presente termo aditivo nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1 - Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes acima qualificadas, aceitam aqui consubstanciados, mediante as assinaturas apostas no mesmo, o qual se regerá por suas cláusulas e pela Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo do Contrato 031/2022 por mais 02 (dois) meses.**

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A Administração optou em promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública.

3.2 O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 incisos II da Lei nº. 8.666/93 e nas Cláusulas décima primeira do referido contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas totalmente no exercício de 2023 na seguinte rubrica:

Órgão: 05 - Sec. Municipal de Educação
Unidade: 001 - Sec. Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2068 - Manutenção do Transporte Escolar
Elemento: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 0.1.500.0000000 - Recursos Ordinário.

CLAUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

6.2 Fica eleitos o Foro da Comarca da Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Barão de Melgaço/MT, 01 de maio de 2023.

_____

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

RG: 0776021-3

CPF: 523.201.621-00

_____

OCEAN TRANSPORTES E SERVIÇOS

Gilson Araújo da Silva

Sócio/Proprietário

CONTRATADA

1º PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 027/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR FLUVIAL E TERRESTRE NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO - MT, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Aos Trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Gabinete da Prefeita Municipal, foi celebrado o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, tendo de um lado O MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO – ESTADO DE MATO GROSSO, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.563/0001-69**, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na** Rua Augusto Leverger, Nº 1410 Centro**, neste ato representado Excelentíssima Srª Prefeita Municipal MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**, Brasileira, Solteira, Geógrafa, portadora da Cédula de Identidade – Registro Geral nº. 0776021-3 SEJS/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº. 523.201.621-00, residente e domiciliado à Avenida Augusto Leverger nº1. 510 – Centro - Barão de Melgaço – MT CEP: 78190-000**, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa CARLOS CESAR PADILHA DA SILVA,** inscrita no CNPJ sob o nº 45.821.658/0001-00, estabelecida bairro: **CENTRO**, CEP: 78.1900-000, Município de Barão de Melgaço, representada neste ato pela Sr. CARLOS CESAR PADILHA DA SILVA, Portador CPF 031.253.221-03, chamado simplesmente de **CONTRATADA,** acordam e ajustam firmar o presente termo aditivo nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1 - Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes acima qualificadas, aceitam aqui consubstanciados, mediante as assinaturas apostas no mesmo, o qual se regerá por suas cláusulas e pela Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo do Contrato 027/2022 por mais 02 (dois) meses.**

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A Administração optou em promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública.

3.2 O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 incisos II da Lei nº. 8.666/93 e nas Cláusulas décima primeira do referido contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas totalmente no exercício de 2023 na seguinte rubrica:

Órgão: 05 - Sec. Municipal de Educação
Unidade: 001 - Sec. Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2068 - Manutenção do Transporte Escolar
Elemento: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 0.1.500.0000000 - Recursos Ordinário.

CLAUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

6.2 Fica eleitos o Foro da Comarca da Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Barão de Melgaço/MT, 01 de maio de 2023.

_____

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

RG: 0776021-3

CPF: 523.201.621-00

_____

CARLOS CESAR PADILHA DA SILVA

Carlos Cesar Padilha da Silva

Sócio/Proprietário

CONTRATADA

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 046/2023 | DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE RELÓGIO DE PONTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO/MT.

EMPRESA: STEPHERSON PADILHA COSTA SOARES

CNPJ: **39.837.683/0001-71**

VALOR: **R$ 24.980,00** (vinte e quatro mil novecentos e oitenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, II da Lei Federal 14.133/2021.

Na qualidade de Prefeita do Município de Barão de Melgaço/MT, em observância às minhas atribuições, torna público para conhecimento de todos os interessados que:

RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 023/2023, no bojo do Processo Administrativo nº 047/2023, nos termos do Artigo 75, II da Lei Federal 14.133/2021. **HOMOLOGO** os atos praticados e autorizo ao departamento contábil realizar o processamento normal da despesa oriunda deste ato em conformidade com a Lei Federal n° 4.320/64, cujo ônus correrá à conta de dotação orçamentária constante no orçamento vigente.

DESPACHO

Se for o caso, proceda-se à convocação do proponente para assinar o contrato.

Registra-se. Publique-se o necessário.

Proceda-se ao processamento normal da despesa em conformidade com a legislação pátria.

Município de Barão de Melgaço/MT, 17 de julho de 2023.

_____

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

1º PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 029/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR FLUVIAL E TERRESTRE NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO - MT, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Aos Trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Gabinete da Prefeita Municipal, foi celebrado o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, tendo de um lado O MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO – ESTADO DE MATO GROSSO, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.563/0001-69**, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na** Rua Augusto Leverger, Nº 1410 Centro**, neste ato representado Excelentíssima Srª Prefeita Municipal MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**, Brasileira, Solteira, Geógrafa, portadora da Cédula de Identidade – Registro Geral nº. 0776021-3 SEJS/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº. 523.201.621-00, residente e domiciliado à Avenida Augusto Leverger nº1. 510 – Centro - Barão de Melgaço – MT CEP: 78190-000**, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa FERNANDA G DE QUEIROZ,** inscrita no CNPJ sob o nº27.090.928/0001-60, estabelecida bairro: **ESTIRÃO COMPRIDO**, CEP: 78.190-000, Município de Barão de Melgaço, representada neste ato pela Sr. MARCIO GONÇALVES DE QUEIROZ, Portador CPF 962.371.201-49, chamado simplesmente de **CONTRATADA,** acordam e ajustam firmar o presente termo aditivo nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1 - Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes acima qualificadas, aceitam aqui consubstanciados, mediante as assinaturas apostas no mesmo, o qual se regerá por suas cláusulas e pela Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo do Contrato 029/2022 por mais 02 (dois) meses.**

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A Administração optou em promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública.

3.2 O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 incisos II da Lei nº. 8.666/93 e nas Cláusulas décima primeira do referido contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas totalmente no exercício de 2023 na seguinte rubrica:

Órgão: 05 - Sec. Municipal de Educação
Unidade: 001 - Sec. Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2068 - Manutenção do Transporte Escolar
Elemento: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 0.1.500.0000000 - Recursos Ordinário.

CLAUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

6.2 Fica eleitos o Foro da Comarca da Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Barão de Melgaço/MT, 01 de maio de 2023.

_____

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

RG: 0776021-3

CPF: 523.201.621-00

_____

FERNANDA G DE QUEIROZ

Marcio Gonçalves de Queiroz

Sócio/Proprietário

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 259/2023.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL, SOB ENTREGAS PROGRAMADAS PARA O ANO DE 2023, PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL MILTON PESSOA MORBECK E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA), ADSTRITAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS – MT.

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr. Sivirino Souza dos Santos, conforme Ter-

mo de Transmissão de Mandato publicado no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no dia 20.07.2023, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **Claro Med Equipamentos Medico Hospitalar LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 13.719.523/0001-34, estabelecida na Rua Rio Parana, nº 185, Bairro Jardim do Cafe, na cidade de Cambe - PR, CEP nº 86.185-300 neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor Leonardo Maria Claro, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 104/2023, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL, SOB ENTREGAS PROGRAMADAS PARA O ANO DE 2023, PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL MILTON PESSOA MORBECK E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA), ADSTRITAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. **DOS PREÇOS**

2.1 - O preço para aquisição de medicamentos em geral, sob entregas programadas para o ano de 2023, para atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA), adstritas a Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura Municipal de Barra do Garças – MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
84582	APARELHO RAIOS X, POTÊNCIA APARELHO:50 A 125 KV, TIPO APARELHO:MÓVEL, C/AMPOLAS DE RAIO X, APLICAÇÃO:USO MÉDICO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, FREQUÊNCIA:60 HZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:GERADOR ALTA FREQUÊNCIA, CONTROLE DE KV E MAS, ACI, ADICIONAIS:C/DESCARGA TEMPO CAPACITOR, C/ 300 MAS	UNIDADE	CLEONICE	4,0000	8.350,0000	33.400,00
84585	CÂMARA ESCURA REVELAÇÃO RAIO X, MATERIAL:PLÁSTICO, USO:PORTÁTIL, COMPONENTE:ABERTURA C/ ANGULAGEM, COMPONENTE 1:BASE REMOVÍVEL, ACESSÓRIOS:C/ LUVAS REMOVÍVEIS E VISOR FOTOPROTETOR, ACESSÓRIOS 1: ATÉ 5 RECIPIENTES.	UNIDADE	ESSENCE DENTAL	3,0000	199,9500	599,85
84598	MOBILIÁRIO RADIOLÓGICO, TIPO SUPORTE PARA AVENTAL PLUMBÍFERO DE PAREDE MATERIAL AÇO COMPONENTES COM 2 CABIDES EM AÇO INOXIDÁVEL	UNIDADE	AGIR	4,0000	265,0000	1.060,00
84599	SELADORA EMBALAGEM, MATERIAL: POLIPROPILENO, VOLTAGEM:110/220 V, FUNCIONAMENTO:MANUAL, APLICAÇÃO:VEDAÇÃO ENVELOPE DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONTROLADOR TEMPO DE SOLDA, SELAGEM DE 30 CM	UNIDADE	ESSENCE DENTAL	26,0000	195,0000	5.070,00
Total Fornecedor: R$				**40.129,8500**		

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Decreto nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega dos medicamentos, objeto desta licitação é de até **07 (sete)** DIAS, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Decreto nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

- Designar os Servidores abaixo relacionados como Fiscal e Suplente desta Ata de Registro de Preços, devendo acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente, com rigorosa observância:

Secretaria Municipal de Saúde

Fiscal: Leandro Souz Santos Melo

Suplente: Murilo Martins Batista da Silva

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos objetos licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos medicamentos especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o medicamento licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - Quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - Quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - Quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - Por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - Quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 030/2023 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 104/2023.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 27 de julho de 2023.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: Claro Med Equipamentos Medico Hospitalar LTDA

Proprietária

TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 74 - CÓDIGO 68658 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N°042/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2023.

TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 74 - CÓDIGO 68658 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONTRATO Nº 55/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N°042/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2023.

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu prefeito municipal, Sr. **Sivirino Souza dos Santos**, conforme Termo de Transmissão de Mandato publicado no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no dia 20.07.2023, de Barra do Garças/MT, nos usos de suas atribuições legais, **RESOLVE CANCELAR O ITEM Nº 74 - CÓDIGO 68658 - BROMOPRIDA , DOSAGEM 4 MG/ML, APRESENTACAO GOTAS advindo do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023, a pedido da empresa.**

Firmada com a empresa **MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,**inscrita no CNPJ/MF nº 09.034.672/0001-92**.**

Justificativa: O cancelamento do ITEM 74 - CÓDIGO 68658 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2023 - BROMOPRIDA , DOSAGEM 4 MG/ML, APRESENTAÇÃO GOTAS, apoia-se no fato que a empresa con-

tratada cometeu um erro interno, não observando que o produto havia sido descontinuado pela indústria, a empresa Maeve tinha algumas unidades no estoque, no entanto no momento da nova aquisição foram informados da indisponibilidade do produto. Desta forma, a empresa alega que não foi intencional a participação com esse item dessa forma e deixa expresso sua vontade de não criar transtornos ao processo licitatório.

Fundamentação Legal: O ato supracitado encontra respaldo legal no artigo 21, inciso II, do Decreto Federal nº 7892/2013.

Diante o exposto a partir do dia 04 de Agosto de 2023, fica cancelado o ITEM 74 - CÓDIGO 68658 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2023- BROMOPRIDA , DOSAGEM 4 MG/ML, APRESENTAÇÃO GOTAS, em epígrafe, a pedido da empresa, não subsistindo nenhuma pendência financeira e/ou quaisquer obrigações entre as partes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/MF nº 09.034.672/0001-92.

AVISO LICITAÇÃO PE 042/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 042/2023/PMBG-MT

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº. 19.752/2023, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto Municipal nº.4.601/2021, Decreto Federal nº. 10.024/2019 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Futura e Eventual Aquisição de Microcomputadores e Licença de Microsoft Office, Conforme Condições, Descrições e Especificações Técnicas Contidas neste Termo de Referência e seus anexos para Atendimento da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Barra do Garças

DATA: 17/08/2023.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Garças- MT, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min horas, no site da prefeitura, https://www.barradogarcas.mt.gov.br/, no www.licitanet.com.br e através do e-mail pregao@barradogarcas.mt.gov.br; licitacaobarradogarcas@gmail.com.

Barra do Garças-MT, 04 de agosto de 2023.

Danilson Pereira Brito

Pregoeiro

TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 78017 DO CONTRATO Nº 262/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N°069 /2022 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2022.

TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 78017 DOCONTRATO Nº 262/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N°069 /2022 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2022.

O Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu prefeito municipal, Sr.Prefeito Municipal Sivirino Souza dos Santos, conforme Termo de Transmissão de Mandato publicado no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no dia 20.07.2023, de Barra do Garças/MT, nos usos de suas atribuições legais, **RESOLVE CANCELAR O ITEM 78017 - SALBUTAMOL, DOSAGEM 100MCG/DOSE, FORMA FARMACEUTICA AEROSOL ORALadvindo do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022, MODALIDADE Nº 17/2022, a pedido da empresa.**

Firmada com a empresa **Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares LTDA,**inscrita no CNPJ/MF nº 025.20.829/0001-40**.**

Justificativa: O cancelamento do ITEM 78017 DO CONTRATO 262/2022, SALBUTAMOL, DOSAGEM 100MCG/DOSE, FORMA FARMACEUTICA AEROSOL ORAL, apoia-se no fato de um enfático e imprevisível desabastecimento generalizado no mercado de fornecimento, especialmente público. No dia 19/07/2023 o laborátorio Glenamark, fabricante, projeta para 2024 algum elemento de retomada da produção/fornecimento do item mencionado. A empresa contratada procurou outros fornecedores para solucionar o fornecimento do produto, entretanto não foi minimamente possível encontrar condições materiais para restabelecer os fornecimentos e cumprimento das obrigações contratuais, pois o produto Salbutamol Spray, em sua linha pública, não encontra resultado afirmativo para distribuição.

Fundamentação Legal: O ato supracitado encontra respaldo legal no artigo 21, inciso II, do Decreto Federal nº 7892/2013.

Diante o exposto a partir do dia 04 de Agosto de 2023, fica cancelado o 78017 DO CONTRATO 262/2022, SALBUTAMOL, DOSAGEM 100MCG/DOSE, FORMA FARMACEUTICA AEROSOL ORAL, em epígrafe, a pedido da empresa, não subsistindo nenhuma pendência financeira e/ou quaisquer obrigações entre as partes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares LTDA

CNPJ/MF nº 025.20.829/0001-40.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 017/2023

Objeto	CONTRATAÇÃO DE SHOW BANDA CALYPSO DO PARÁ, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO NO ENCERRAMENTO DA TEMPORADA DA PRAIA DO BOSQUE 2023, no dia 13/08/2023.
Favorecido	Empresa: BANDA CALYPSO DO PARA LTDA CNPJ: 45.502.842/0001-80
Valor Global	R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
Fundamento Legal	Art. 25, III da Lei 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Inexigibilidade nº **139/2023**.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Inexigibilidade nº **139/2023**, Modalidade nº **017/2023** nos termos do Art. 25, III da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Barra do Garças/MT 04 de agosto de 2023.

SIVIRINO SOUZA DOS SANTOS

Prefeito Municipal Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2023

PREGÃO PRESENCIAL N. 26/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2023
PROCESSO 67/2023

Pelo presente instrumento O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa na Avenida Marco Aurelio Fullin, S/N, inscrito no CNPJ sob o nº 04.173.952/0001-68, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 4022620 SSP/GO e CPF 96915862153, com endereço na Rua José Humárcio, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000, **RESOLVE** registrar o preço das empresas **R. L. A. M. ALVESCNPJ: 22.524.001/0002-59,** nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Federal 7.892/13, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 PREGÃO POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA MANIPULAÇÃO DE EXAMES DE IMAGNES E EMISSÃO DE SEUS RESULTADOS (ULTRASSONOGRAFIA).

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Fundamenta-se a presente ARP nos termos da Lei nº 8.666/93 bem como no Decreto Federal 7.892/13, que foi devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA e conforme parecer jurídico anexo, os quais constam nos autos do processo.

3. DAS EMPRESAS VENCEDORAS E DOS PREÇOS CONTRATADOS

3.1. Empresas Vencedoras:

Item	10073 Código	R. L. A. M. ALVES CNPJ: 22.524.001/0002-59 AV MARCO AURELIO FULLIN, SN QUADRA29 - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Telefone: (66) 9930-6741 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	008.014.332	ENDOSCOPIA	UN	500	463,00	231.500,00
2	015.017.283	ULTRASSONOGRAFIA ABDOME INFERIOR MASCULINO	UN	250	198,00	49.500,00
3	015.017.004	ULTRASSONOGRAFIA ABDOMINAL	UN	500	287,00	143.500,00
4	015.017.281	ULTRASSONOGRAFIA BOLSA ESCROTAL	UN	100	252,00	25.200,00
5	015.017.218	ULTRASSONOGRAFIA ENDOVAGINAL	UN	500	203,00	101.500,00
6	015.017.007	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	UN	300	200,00	60.000,00
7	015.017.219	ULTRASSONOGRAFIA MORFOLOGICA	UN	200	349,00	69.800,00
8	015.017.269	ULTRASSONOGRAFIA OBSTRÉTICA (1° TRIM) (VIA EV)	UN	400	200,00	80.000,00
9	015.017.270	ULTRASSONOGRAFIA OBSTRETRICA (1° TRIM) (VIA AB)	UN	400	268,00	107.200,00
10	015.017.271	ULTRASSONOGRAFIA OBSTRETRICA (2° TRIM)	UN	350	201,00	70.350,00
11	015.017.272	ULTRASSONOGRAFIA OBSTRETRICA (3° TRIM)	UN	350	200,00	70.000,00
12	015.017.282	ULTRASSONOGRAFIA PÊNIS	UN	100	249,00	24.900,00
13	015.017.280	ULTRASSONOGRAFIA PROSTATA VIA ABDOMINAL	UN	230	256,00	58.880,00
14	015.017.278	ULTRASSONOGRAFIA RINS E VIAS URINÁRIAS	UN	500	200,00	100.000,00
15	015.017.276	ULTRASSONOGRAFIA TIREÓIDE	UN	50	200,00	10.000,00
		Total do Proponente				1.202.330,00

Ficando negociado o valor total de R$ 1.202.330,00 (UM MILHÃO DUZENTOS E DOIS MIL, TREZENTOS E TRINTA REIAS).

3.2 Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

4. DA PUBLICAÇÃO

4.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

5. DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jesus do Araguaia -MT, em 04 de Agosto de 2023.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

_____

R. L. A. M. ALVES

CNPJ: 22.524.001/0002-59

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2023
Processo de Licitação: 67/2023
Data do Processo: 21/07/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520, 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista de parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – **HOMOLOGAR** a presente licitação nestes termos:

a) Processo nº: 67/2023

b) Licitação nº: 26/2023

c) Modalidade: Pregão Presencial

d) Data Homologação: 04/08/2023

e) Data Adjudicação: 04/08/2023

f) Objeto da Licitação:

PREGÃO POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA MANIPULAÇÃO DE EXAMES DE IMAGNES E EMISSÃO DE SEUS RESULTADOS (ULTRASSONOGRAFIA).

g) Fornecedores Vencedores:

Item	10073 Código	R. L. A. M. ALVES CNPJ: 22.524.001/0002-59 AV MARCO AURELIO FULLIN, SN QUADRA29 - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Telefone: (66) 9930-6741 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	008.014.332	ENDOSCOPIA	UN	500	463,00	231.500,00
2	015.017.283	ULTRASSONOGRAFIA ABDOME INFERIOR MASCULINO	UN	250	198,00	49.500,00
3	015.017.004	ULTRASSONOGRAFIA ABDOMINAL	UN	500	287,00	143.500,00
4	015.017.281	ULTRASSONOGRAFIA BOLSA ESCROTAL	UN	100	252,00	25.200,00
5	015.017.218	ULTRASSONOGRAFIA ENDOVAGINAL	UN	500	203,00	101.500,00
6	015.017.007	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	UN	300	200,00	60.000,00
7	015.017.219	ULTRASSONOGRAFIA MORFOLOGICA	UN	200	349,00	69.800,00
8	015.017.269	ULTRASSONOGRAFIA OBSTRÉTICA (1° TRIM) (VIA EV)	UN	400	200,00	80.000,00
9	015.017.270	ULTRASSONOGRAFIA OBSTRETRICA (1° TRIM) (VIA AB)	UN	400	268,00	107.200,00
10	015.017.271	ULTRASSONOGRAFIA OBSTRETRICA (2° TRIM)	UN	350	201,00	70.350,00
11	015.017.272	ULTRASSONOGRAFIA OBSTRETRICA (3° TRIM)	UN	350	200,00	70.000,00
12	015.017.282	ULTRASSONOGRAFIA PÊNIS	UN	100	249,00	24.900,00
13	015.017.280	ULTRASSONOGRAFIA PROSTATA VIA ABDOMINAL	UN	230	256,00	58.880,00
14	015.017.278	ULTRASSONOGRAFIA RINS E VIAS URINÁRIAS	UN	500	200,00	100.000,00
15	015.017.276	ULTRASSONOGRAFIA TIREÓIDE	UN	50	200,00	10.000,00

		Total do Proponente				1.202.330,00

Ficando negociado o valor total de R$ 1.202.330,00 (UM MILHÃO DUZENTOS E DOIS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 04 de Agosto de 2023.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2023

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

CHAMAMENTO PÚBLICO nº. 004/2023

O MUNICÍPIO DE BRASNORTE - MT, pessoa jurídica de direito público, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria nº 168/2023, torna público para conhecimento dos interessados que retificou o edital do chamamento público nº 004/2023 cujo objeto é a **contratação de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde, na área de atuação de Hospital Geral, com perfil de média e alta complexidade, para a gestão técnica e administrativa, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Municipal de Brasnorte,** nos seguintes termos:

Onde se lê:

1 Equipe técnica da SMS 2 Portaria 236/2023

Leia-se:

1 Comissão especial de seleção: 2 Portaria 427/2023

Por não interferir na formulação de proposta a data da sessão pública ocorrerá no mesmo dia anteriormente informado 10/08/2023 às 08h00min, horário local, no prédio da Prefeitura Municipal de Brasnorte, sala de licitações. Maiores informações poderão ser obtidas junto à comissão permanente de licitação, no Paço Municipal, sito a Rua Curitiba nº 1080, pelo telefone: 066 3592-3200, site: https://www.gp.srv.br/transparencia_brasnorte/serv... e e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br.

Brasnorte – MT. 04 de agosto de 2023.

Thais da Cunha Ferreira Duarte

Suplente - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
ERRATA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

O PREVICÁCERES comunica errata de publicação do extrato do contrato nº 5971/2023 publicado dia 19/07/2023 no jornal oficial eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso ANO XVII Nº 4.279:

ONDE SE LÊ:

Contrato nº 5971/2023

LEIA-SE:

Contrato nº 05/2023

Cáceres, 08 de agosto de 2023.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2023-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 050/2023 – 1Doc.

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto: Registro de Preços para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE **EMULSÃO ASFÁLTICA RL-1C**, SOB RESPONSABILIDADE DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL NA CIDADE DE CÁCERES/MT, na quantidade e especificação detalhada no item 1.1 parte integrante doTERMO DE REFERÊNCIA.

EMPRESAS VENCEDORAS:

EMPRESA	**GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA**
CNPJ	02.351.006/0010-20
ENDEREÇO COMPLETO	Av. Ayrton Senna da Silva (antiga BR 364), KM 16,3 s/n° -Sala "A", Distrito Industrial – Cuiabá/MT, CEP: 78.098-282
REPRESENTANTE LEGAL	Juliane Greca CPF: 027.402.209-52 RG: 3.860.428-7
CONTATO (TELEFONE)	**(41) 2106-8600**
ENDEREÇO ELETRÔNICO	licitacao.ara@grecaasfaltos.com.br

VALOR TOTAL: R$ 712.000,00 (setecentos e doze mil reais)

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA AQUISIÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
04.01	17.512.1013. 2125.0000	3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO	500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Cáceres – MT, 02 de agosto de 2023.

_____

JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

DIRETOR EXECUTIVO

Decreto 1019/2021

Publicado em 30/12/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente)

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2023

PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2023

Para atendimento das condições previstas no instrumento convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como ao Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal torna público os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: Registro de Preços para EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RL-1C**, COM A FINALIDADE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA AUTARQUIA SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, consoante as condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência. AS DESPESAS DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
04-01	17.512.1013.2125.0000	3.3.90.30.00	500

RESOLVE REGISTRAR O PREÇO DA EMPRESA ABAIXO MENCIONADA:

EMPRESA	**GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA**
CNPJ	02.351.006/0010-20
ENDEREÇO COMPLETO	Av. Ayrton Senna da Silva (antiga BR 364), KM 16,3 s/n° -Sala “A”, Distrito Industrial – Cuiabá/MT, CEP: 78.098-282
REPRESENTANTE LEGAL	Juliane Greca CPF: 027.402.209-52 RG: 3.860.428-7
CONTATO (TELEFONE)	(41) 2106-8600
ENDEREÇO ELETRÔNICO	licitacao.ara@grecaasfaltos.com.br

FORNECEDOR: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA							
ITEM	**CÓD TCE**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND**	**QTD.**	**VALOR UNT**	**VALOR TOTAL**
17		Emulsão Asfáltica RL-1C	Própria	UND	200	R$ 3.560,00	R$ 712.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 712.000,00 (setecentos e doze mil reais)							

VALOR GLOBAL DA ATA: R$ R$ 712.000,00 (setecentos e doze mil reais)

Cáceres-MT, 02 de agosto de 2023.

_____

JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

DIRETOR EXECUTIVO

Decreto 1019/2021

Publicado em 30/12/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 008/2020

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, torna público o aditamento na contratação de prestação de serviços:

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVICÁCERES.

CONTRATADO: C.T. DA SILVA EIRELI - EPP

CNPJ: 09.204.423/0001-06.

OBJETO: Terceiro Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Nº 008/2020, que tem como objeto a prestação de serviços de fotocópias preto e branco, fotocópias coloridas e encadernações, para atender a demanda do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres/MT.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR GLOBAL: R$ 2.688,00 (dois mil seiscentos e oitenta e oito reais), pagos conforme execução.

PRORROGAÇÃO A PARTIR: 12/08/2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Cáceres/MT, 03 de agosto de 2023.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

PREVICÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 512 DE 02 DE AGOSTO DE 2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando nº 28.193, de 28 de julho de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Fica inutilizada a numeração do Decreto nº 505, de 31 de julho de 2023.

Parágrafo único. O Decreto citado não foi utilizado para qualquer fim ou pessoa, não havendo assim nenhum prejuízo para esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de agosto de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº518 DE 04/08/2023.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.196/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$581.287,80 distribuídos as seguintes dotações:

02 05 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1303 10.301.1003.2023.0000 SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ 80.465,72

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 2600

1304 10.301.1003.2023.0000 SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ 20.834,71

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 2600

1305 10.301.1003.2023.0000 SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ 26.087,54

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 2621

1306 10.301.1003.2023.0000 SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ 12.067,95

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 2621

1307 10.301.1003.2023.0000 SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ 144.963,57

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 2600

1308 10.301.1003.2023.0000 SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ 148.324,67

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 2600

1309 10.301.1003.2023.0000 SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ 114.663,42

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 2601

1310 10.301.1003.2023.0000 SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ 33.880,22

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 2601

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º serão cobertos com o superávit

financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de agosto de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO N°. 001/2023

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica o Encerramento do Termo de Compromisso para Realização de Estágio de n°. 001/2023, como segue:

CONTRATANTE:INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVICÁCERES.

ESTUDANTE: HERISON ANDRÉ DE OLIVEIRA

OBJETO: Fica rescindido a partir de 31/07/2023, amigavelmente o Termo de Compromisso de Estágio Nº 001/2023, pela conclusão ensino médio, conforme item 12 do referido termo.

Cáceres, 08 de agosto de 2023.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

PREVICÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO N°. 01/2023

Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor Municipal Ser Família de Cáceres, Mato Grosso.

O Comitê Gestor Municipal Ser Família – CSF – de Cáceres, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 12.013, de 26 de janeiro de 2023, e Portaria nº 138 .de 09 de março de 2023.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Comitê Gestor Municipal Ser Família – CSF, realizada em 27 de junho de 2023;

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Regimento Interno do Comitê Gestor Municipal Ser Família, conforme disposto no Anexo Único, desta Resolução.

Art. 2° - O regimento Interno disciplina o funcionamento do Comitê Gestor Municipal Ser Família – CSF de Cáceres, Estado de Mato Grosso, de acordo com a Lei n° 12.013, de 26 de janeiro de 2023.

Art. 3° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, Mato Grosso, 04 de agosto de 2023.

Fabíola Campos Lucas

Presidente Comitê Gestor Municipal Ser Família

AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 55-2023 COM REGISTRO DE PREÇO -MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação serviços de Locação de Veículos com manutenção preventiva e corretiva e seguro total, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.

Empresa Vencedora: LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A – CNPJ: 02.491.558.0001-42– R$ 777.660,00 (Setecentos e Setenta e Sete Mil e Seiscentos e Sessenta Reais).ART CAR VEICULOS LTDA – CNPJ: 23.207454.0001-33 – R$: 817.284,00 (Oitocentos e Dezessete Mil e Duzentos e Oitenta e Quatro Reais) JVS PARTICIPAÇÕES LTDA – CNPJ: 28.28.063.0001-75 – R$: 277.200,00 (Duzentos e Setenta e Sete Mil e Duzentos Reais)

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78.210-906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 04 de Agosto de 2023.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 415/2023

AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 48-2023 COM REGISTRO DE PREÇO -MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em plotagens em veículos, película de controle solar e adesivos para portas e janelas para atender as Secretarias Municipais da Prefeitura de Cáceres MT.

Empresa Vencedora: DIGIFLEX GRAFICA E ETIQUETAS LTDA – CNPJ: 31.709.675/0001-38– R$ 186.170,40 (Cento e Oitenta e Seis Mil e Cento e Setenta Reais e Quarenta Centavos).

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78. 210-906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 04 de Agosto de 2023.

IGOR DE SOUZA OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 415/2023

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILLIDADE Nº 09/2023

Processo Administrativo Digital nº066/2023 – 1Doc
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILLIDADE Nº 09/2023

Interessado: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

OBJETO: Inexigibilidade de licitação, visando a celebração de termo de Termo de Colaboração para Fornecimento de mão de obra dos Catadores, visando promover a limpeza durante o Festival internacional de Pesca Esportiva de Cáceres, em especial a orla e centro histórico.

Fundamento: Lei n° 13.019/2014, Lei n° 12.305/2010 e suas alterações posteriores e Lei Municipal n° 2.367/2013, amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço Público.

C.TCE	FORNECEDOR	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
131551	ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - ASCARC	18	R$1.515,06	R$27.271,24

VALOR TOTAL: R$ 27.271,24 (vinte sete mil, duzentos e setenta e um reais e vinte quatro centavos)

Despesas: As despesas decorrentes da execução da presente Inexigibilidade de Licitação correrão à conta de recursos próprios do orçamento vigente, alocado sob a classificação funcional:

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.01	17.512.1013.2126.0000	3.3.90.39.00 – outros serv.de terceiros- pessoa jurídica	500-Recurso não vinculados a impostos

Adjudico a Inexigibilidade de Licitação, nos termos da Lei n° 13.019/2014, Lei n° 12.305/2010 e suas alterações posteriores e Lei Municipal n° 2.367/2013 e AUTORIZO A DESPESA ACIMA, em concordância com o Plano de Trabalho.

Nos mesmos termos, por estar regular e em consonância com os ditames legais, HOMOLOGO a presente Inexigibilidade, pelos mesmos fundamentos referidos para sua adjudicação, e AUTORIZO O EMPENHO DA RESPECTIVA DESPESA.

Cáceres, MT 04 de agosto de 2023.

_____

JÚLIO CEZAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

Decreto 1019/2021

Publicado em 30/12/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente)

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2023

PROC. ADMINISTRATIVO DIGITAL N° 53/2023

PROMOTORA: **Serviço de Saneamento Ambiental ÁGUAS DO PANTANAL – Autarquia Municipal de Cáceres-MT.**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de **Conexão dedicada e de alta disponibilidade à Internet**, para atender às necessidades do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal – SSAAP, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

PLATAFORMA: **Portal de Compras do Governo Federal: gov.br/compras**

*DATA: **21/08/2023** às* **09h00m** - **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA - DF)**.

OBSERVAÇÃO: A pasta contendo o Edital norteador e seus Anexos poderão ser obtidos digitalmente no **Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal – Autarquia Municipalde Cáceres, Estado de Mato Grosso,** em sua sede, localizada na Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro - CEP 78210-210 – Fones (65) 3221-2002; 3221-2003; na cidade de CÁCERES-MT, baixado nos sites www.aguasdopantanal.eco.br ,**gov.br/compras** e **pncp.gov.br ou solicitando para e-mail *licitacaoaguasdopantanal@gmail.com***

Cáceres-MT, 04 de agosto de 2023.

JULIO CÉZAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

Decreto 1019/2021

Publicado em 30/12/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente)

AVISO DE RESULTADO – CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2023

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, o resultado da realização de licitação na modalidade CHAMADA PÚBLICA, objetivando o **Credenciamento de Médicos** especializados na realização de Perícias Médicas, para avaliação e/ou reavaliação, nos servidores da Prefeitura Municipal de Cáceres, em gozo de licença de tratamento de saúde, bem como para concessão do benefício que envolvam situações funcionais de servidores, além de outras atribuições de ordem previdenciária.Resultado: Considerando que o médico credenciado ALEXANDRE STEFFENS não apresentou todos os documentos conforme exigências do edital, a Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93, declara a licitação **FRACASSADA**.Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ainda através do portal http://www.caceres.mt.gov.br ou pelo email: licitacao@caceres.mt.gov.br. As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 04 de agosto de 2023.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES - AGOSTO/2023

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020. Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020. Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA	LINK DE ACESSO	
03/08/2023 17:30	https://meet.google.com/wjj-rvtd-phs	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
675/2023	Victor Luís Martins de Almeida	Richard Rodrigues da Silva
24.935/2023	Agência de Turismo Porto Belo	Miriele Garcia R. de Lima

DATA E HORA	LINK DE ACESSO	
07/08//2023 17:30	https://meet.google.com/kos-gbnx-sbp	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
13.345/2023	Escritório União	Antônio Carlos Leite
5.965/2023	Exequiel Fuentes Gonzales	Jovanil de Campos

DATA E HORA	LINK DE ACESSO	
10/08//2023 17:30	https://meet.google.com/hex-aksm-ojg	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
14.053/2023	Ricardo Caproni da Silva	Miriele Garcia R. de Lima
13.109/2021	Cartório 2º Ofício	Nycollas/Jovanil/Antônio Carlos/ Richard

DATA E HORA	LINK DE ACESSO	
14/08/2023 17:30	https://meet.google.com/wts-kfqm-xao	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
6.682/2023	João Vilmar dos Santos	Vitor Miguel de Oliveira
9611/2022	Renato Tosta Lima	Nycollas Fernandes Almeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO	
17/08/2023 17:30	https://meet.google.com/rrk-vdyr-mqk	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
5.132/2022	José Martins	Jovanil de Campos
5.153/2023	Vera Oliveira Delu-qui	Richard Rodrigues da Silva

DATA E HORA	LINK DE ACESSO	
21/08/2023 17:30	https://meet.google.com/hjz-wpze-gxt	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
634/2023	Suelen Soares Leite	Miriele Garcia R. de Lima
8.480/2023	Manoel Maria dos Santos	Richard Rodrigues de Lima

DATA E HORA	LINK DE ACESSO	
23/08/2023 17:30	https://meet.google.com/dfo-fgjr-mox	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
3.941/2023	Maria Angélica da Silva	Antônio Carlos Leite
8.522/2023	Fernandes Fraga	Vitor Miguel de Oliveira

DATA E HORA	LINK DE ACESSO	
28/08/2023 17:30	https://meet.google.com/dzx-sjqm-asw	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
24.589/2022	Grupo Art. Cult. Chalana	Nycollas Fernandes Almeida
17.130/2021	Ingrid Anne Schimidt	Antônio Carlos Leite

DATA E HORA	LINK DE ACESSO	
31/08/2023 17:30	https://meet.google.com/atw-rphq-xsr	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
24.177/2022	Raimundo Pereira de Souza	Miriele Garcia R. de Lima

Distribuição da pauta de Setembro.

Cáceres,01 de Agosto de 2023.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, DE 27 DE JULHO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, de 27 de Julho de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
CANDIDO GIMENES	299.642.021-72	9047/00149/2023
JULIANO RODRIGUES DA SILVA	128.692.361-15	9047/00144/2023
JULIANO RODRIGUES DA SILVA	128.692.361-15	9047/00145/2023
LUCIVAL CANDIDO AMARAL	451.964.601-44	9047/00166/2022
SEBASTIAO VIEIRA DE MORAES FILHO	043.725.811-49	9047/00186/2023
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 27/07/2023

Data de desafixação: 11/08/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00012, DE 25 DE JULHO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00012, de 25 de Julho de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
JOSE GERONIMO DE PAULA (ESPÓLIO DE)	369.411.238-34	9047/00038/2022
BENEDICTO DA COSTA NUNES (ESPÓLIO DE)	065.087.741-15	9047/00039/2022
PAULO ROBERTO DE CASTILHO (ESPÓLIO DE)	095.182.409-06	9047/00290/2022
NATALINO RODRIGUES FONTES	022.952.531-87	9047/00304/2022
DALVA PINTO DA SILVA	496.202.231-87	9047/00305/2022
BOINVEST PASTORIL AGRICOLA E INDUSTRIAL LTDA	03.614.610/0001-73	9047/00308/2022
NILZA RAPP PINTO DE ARRUDA	237.695.561-00	9047/00309/2022
GUILHERME CARVALHO RAMOS DE OLIVEIRA E SILVA	976.181.101-82	9047/00029/2023
SILVIA MIURA DE OLIVEIRA	437.441.501-78	9047/00031/2023
CARLOS MAURO CERCI	057.716.179-20	9047/00043/2023
LAURI LORESENTTI DE VARGAS	385.746.759-20	9047/00112/2023
AGROPECUARIA BAIA GRANDE LTDA	36.953.537/0001-13	9047/00114/2023
ROBERVAL BERNARDES CABRINI	045.610.478-08	9047/00314/2023
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 25/07/2023

Data de desafixação: 09/08/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
ATA N° 03/2023 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA.

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 13h45min, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, os membros titulares do Conselho Municipal de Educação se reuniram para eleição de presidente, vice-presidente e secretário(a) do conselho, para mandato de 01 (um) ano conforme legislação. A Assessora Pedagógica, Sra. Zilda Ferreira Guimarães deu início à reunião informando aos membros do Conselho, que o mandato da Presidente Armanda e da vice-presidente Mariozete já expirou, sendo necessário realizar nova eleição da diretoria. A Sra. Zilda abriu espaço para diálogo e manifestação de interesse na composição da nova diretoria. Dentre os membros titulares houve a insurgência dos seguintes nomes: Mariozete Maria da Costa para presidente, Rosely Campos de Oliveira Moura para vice-presidência e Armanda Guedes Parreira para secretária. Colocado em votação, a chapa foi eleita por unanimidade, ficando a composição da nova diretoria do Conselho Municipal de Educação para o mandato de 03/08/2023 a 03/08/2024 da seguinte forma: presidente: MARIOZETE MARIA DA COSTA, CPF: 652.086.231-72; vice-presidente: ROSELY CAMPOS DE OLIVEIRA MOURA, CPF: 452.312.146-04; secretária: ARMANDA GUEDES PARREIRA, CPF: 932.117.916-04. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Gilberto Francisco Ribeiro de Paula, que secretariei esta reunião, encerro esta ata que será assinada pelos presentes.

Mariozete Maria da Costa

Presidente do CME

Rosely Campos de Oliveira Moura

Vice-presidente do CME

Armanda Guedes Parreira

Secretária do CME

Adercino Batista Guimarães

Membro

Zilma Alves Gomes

Membra

Sandra Alves Agostinho

Membra

Zilda Ferreira Guimarães

Assessora Pedagógica

RH
PORTARIA DE Nº. 401 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

´´DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA. **ROSELY CAMPOS DE OLIVEIRA MOURA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.´´

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a criação da Leicomplementar nº 124 de 28 de julho de 2023.

CONSIDERANDO o ofício de nº 392/GPM/2023 protocolado na data 28 de julho de 2023.

RESOLVE: I – Nomear a Sra. Rosely Campos de Oliveira Moura para exercer o cargo de Coordenadora do Cras, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de agosto de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.189 DE 04 DE AGOSTO DE 2023

DECRETO Nº 4.189 DE 04 DE AGOSTO DE 2023

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAMPINÁPOLIS – MT , MANDATO ATÉ 2025."

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o Ofício nº 318/SEMED/2023 de 03 de agosto de 2023;

D E C R E T A

Art.1°. Ficam nomeados os membros para a composição do Conselho Municipal de Educação de Campinápolis - MT, nos seguintes termos:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

- Titular: Armanda Guedes Parreira CPF: 932.117.916-04 (reconduzida);

- Suplente: Waneide de Moraes Gonçalves CPF: 947.531.301-00 (reconduzida);

II - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:

-Titular: Rozangela Raquel de Souza Lopes CPF: 983.418.121-34;

- Suplente: Bruna Mayara de Almeida Stersa CPF: 031.427.191-05;

III- REPRESENTANTES DOS PROFESSORES E DIRETORES ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:

- Titular: Mariozete Maria da Costa CPF: 652.086.231-72 (reconduzida);

-Suplente: Eliene Dias Padilha CPF: 940.403.031-72 (reconduzida);

IV- REPRESENTANTES DOS Professores e Diretores Especialistas em Educação do Ensino da Educação Infantil:

- Tilular: Sebastiana Gomes Ferreira CPF: 862.487.151-49 (reconduzida);

- Suplente: Adercino Batista Guimarães CPF: 424.498.041-53 (reconduzido);

V- REPRESENTANTES DOS Professores e Diretores das Escolas Municipais Indígenas de Ensino Fundamental:

- Titular: Marcelo Emídio da Cruz CPF: 001.422.161-60 (reconduzido);

- Suplente: Zilma Alves Gomes CPF: 882.499.641-87;

VI- REPRESENTANTES DOS Técnicos Administrativos Educacionais das Escolas Municipais:

- Titular: Sandra Alves Agostinho CPF: 894.939.231-34 (reconduzida);

- Suplente: Edina Lucas Machado CPF: 652.075.801-91 (reconduzida);

VII - REPRESENTANTES DO Conselho Tutelar:

-Titular**:** Rosely Campos de Oliveira Moura CPF: 452.312.146-04;

-Suplente: Neide Piaba Bento CPF:854.643.171-04;

VIII- REPRESENTANTES DAS Entidades da Sociedade Civil:

-Titular: Sheila Cristina Martins Marques CPF: 044.807.826-05 (reconduzida).

Art. 2º – Os membros nomeados por meio deste decreto exercerão mandato até abril de 2025, com as atribuições nos termos da legislação correlata.

Art. 3º - Fica homologada a Ata nº 03/2023 do Conselho Municipal de Educação, realizada em 03 de agosto de 2023, a qual promoveu a escolha da nova diretoria com Mandato de 03/08/2023 a 03/08/2024, estando assim, composta:

I. **Presidente**: Mariozete Maria da Costa - CPF: 652.086.231-72

II. **Vice-presidente**: Rosely Campos de Oliveira Moura CPF: 452.312.146-04

III. **Secretária**: Armanda Guedes Parreira CPF: 932.117.916-04

Art. 4º - - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3.905/2022.

Gabinete do Prefeito Municipal, Campinápolis - MT, 04 de agosto de 2. 022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RH
PORTARIA DE Nº. 402 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

´´DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA. **VANDAIRA FRANCISCA DE LIMA SANTOS** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.´´

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a criação da Leicomplementar nº 124 de 28 de julho de 2023.

CONSIDERANDO o ofício de nº 392/GPM/2023 protocolado na data 28 de julho de 2023.

RESOLVE: I – Nomear a Sra. Vandaira Francisca de Lima Santos para exercer o cargo de Coordenadora da Casa de Acolhimento ao Menor, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de agosto de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 165, DE 26 DE JULHO DE 2023.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.407/2022 e Lei Nº 2.369/2022 - LDO.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**		
002	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
13.392.0020.20023	AÇÕES CULTURAIS - DIFUSÃO		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	35.000,00
23.695.0018.20031	APOIO E PROMOÇÃO DO TURISMO, FEIRAS E EVENTOS		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	40.000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.0010.20091	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
3.3.50.00.00.00	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	25.000,00
	TOTAL	R$	100.000,00

Art. 2º. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotação Orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste Decreto onera o limite estabelecido no inciso I do Art. 5º da Lei Orçamentária nº 2. 276/2021-LOA.

05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**	
002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.391.0020.20024	REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS	
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	

1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	35.000,00
23.695.0018.20032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	40.000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.0010.20091	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	25.000,00
	TOTAL	R$	100.000,00

Art. 3º. As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 – LOA.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 26 de julho de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2023

PORTARIA Nº 446, de 26 de maio de 2023.

EMPRESA: ESTRELA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELLI

Trata-se de Processo Administrativo em face da empresa **ESTRELA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELLI.**, por, em tese, haver descumprido cláusulas contratuais durante a execução do contrato.

Às fls. 08, o Memorando CAF. CNP nº 049/2023, onde a fiscal do contrato solicita abertura de processo administrativo pelo fato de a empresa não cumprir com o prazo de entrega de medicamentos estipulado no Pregão Eletrônico nº 137/2022 e Registrado sob nº de Ata 20/2023 desta Prefeitura.

Todas as notas de empenhos forma enviadas pelo e-mail, juntamente com a solicitação de entrega do material, todas devidamente recebidas, conforme fls.01/06.

Aberto o processo administrativo, a empresa foi devidamente citada às fls. 22/23, e as fls.24/25 apresentação da defesa por parte da empresa.

A Comissão, às fls. 29/33, em seu Relatório Final recomendou a adoção das ações segunda disposições contratuais **da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 20/2023**, sendo elas**:**

1 - Aplicação das penalidades de MULTA DE 10% DO VALOR DA ATA e SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM ESTE ÓRGÃO, PELO PERÍODO DE 05 ANOS, nos termos da CLAUSULA DÉCIMA QUINTA DAS PENALIDADES, devido aos danos causados à população municipal, que foi privada de receber o medicamento adequado.

2- CANCELAMENTO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 20/2023 por

descumprimento das condições sem justificativa aceitável, conforme a CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA.

É o breve relato dos fatos.

Passamos a análise jurídica e Decisão.

Inicialmente é necessário analisar as cláusulas contratuais e verificar se houve descumprimento de alguma delas.

A Ata de Registro de Preço nº 20/2023 e Pregão Eletrônico nº 137/2022 foi devidamente assinada pela empresa e prevê na Cláusula Quarta que os medicamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação:

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1. A entrega dos medicamentos deverá ser **feita em até 10 (dez) dias,** contados da solicitação, nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratante e acatado por este Município, em nenhum custo adicional;

4.2. (...)

A Nota de Empenho foi enviada para a empresa nos dias 13/02/2023, no dia 03/03/2023 requerimento via e-mail solicitado a previsão da entrega, e no dia 22/05/2023 notificação, qual não foram cumpridas até a presente data, gerando grande prejuízo ao contratante.

E defesa quanto às condições do fornecimento a empresa alegou:

*"A empresa recebeu mais contatos por telefone e e-mail, no entanto, mediante a não normalização/instabilidade do mercado**, não foi possível que o contrato fosse cumprido."***

*"Especifica que a empresa recorrente, ainda que pese reconhecer os esforços da autoridade competente, em contando as referidas desconformidades apontadas, procurou atender melhor adequar aos ditames legais, entregando a totalidade de 1 (um) de 2 (dois) produtos empenhados (conforme NF 5232). **Porém, não atingiu com sucesso, o evento impeditivo ao cumprimento da obrigação total, no tempo aprazado no referido edital.***

Ressalta-se que, o atraso do recorrente quanto a entrega do produto só fora ocasionado por não ser encontrado no mercado regularmente, e quando encontrado, os preços são completamente inexequíveis e onerosos para cumprimento do contrato."

"**Desta forma, ainda que pese ter havido atraso na entrega do produto conforme prazos previstos no edital, **tais atrasos foram oriundos da falta de matéria prima justificada pelas indústrias e pela escassez do medicamento no mercado."

Verifica-se nos autos que toda alegação ao veio sem um lastro de comprovação, e se motiva como efeito impeditivo, e para isso, a Ata aduz:

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.3. **A falta de quaisquer produtos, ou pedido de desistência, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou sus-**

pensão de sua entrega, sujeita a penalidades previstas nesseinstrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.13. **A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a fornecedora das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA;**

Conforme previsto na Cláusula Décima Quinta fica caracterizada a inexecução da obrigação, vejamos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 (...)

I- Advertência;

II -Multa de 10% o valor da Ata;

III- suspensão temporária do direito de licitar e contratar com este Órgão, por período de até 5 anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002, e até 2 (dois) anos nos casos do artigo 87, III da Lei Federal nº8666/93;

IV -Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do artigo 87, IV da Lei Federal nº8666/93;

(...)

Neste mesmo sentido, também as jurisprudências:

ADMINISTRATIVO – APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL LICITADO – DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO – APLICAÇÃO DE PENALIDADES – SUSPENSÃO – POSSIBILIDADE – ARTS. 86 E 87 DA LEI Nº 8.666/93 – REGULAR PROCESSO ADMINISTRATIVO – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. 1 – Dos documentos constantes dos autos, extrai-se que não obstante ter ocorrido a inexecução parcial do contrato em virtude do atraso na entrega de diversos pedidos, houve ainda a inexecução total do contrato, uma vez que alguns pedidos sequer foram entregues, o que por si só já seria suficiente para a aplicação do art. 87, da Lei nº 8.666/93. 2 – Tanto o processo de suspensão como o de advertência seguira por seu brito normal com amplo direito de defesa e contraditório à impetrante, como se pode ser constatado nos documentos constantes dos autos. 3 – **Uma vez averiguada a inexecução parcial ou total, bem como o atraso injustificado do contrato, condutas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, nasce para o agente administrativo o dever de tomar as providências cabíveis, instaurando devido processo administrativo, a fim de aplicar as sanções preceituadas.** Trata-se a toda vista, de ato vinculado. 4- O regular processo administrativo, com direito a ampla defesa foi devidamente instaurado pela Administração tanto no tocante a aplicação de advertência quanto no tocante a aplicação de suspensão. 5 – A impetrante tinha conhecimento da abertura dos processos, mormente o de suspensão como a própria declara em uma de suas defesas, até porque dele participou desde a sua efetiva abertura até a data da aplicação da sanção de suspensão, portanto não há fundamento a amparar alegação de cerceamento de defesa. 6 – Apelação e remessa necessária providas. Sentença reformada. (TRF-2 – Apelação em Mandado de Segurança AMS 200551010068401 RJ 2005.51.01.006840-1)

Diante do exposto, e por tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo, **ACOLHO PARCIALMENTE A RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DESTE PROCESSO,** e **DECIDO PELA RESCISÃO DA ATA COM APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE CONTRATAR COM ESTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO DE 5 (cinco) ANOS.**

Por fim, determino que seja publicada a presente decisão e que a empresa seja intimada nos e-mails. Aguarde-se o prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente decisão para eventual interposição de recurso.

Em caso de não haver interposição de recurso que seja oficiado os setores competentes para que se proceda a rescisão da ata e para que a penalidade de suspensão seja lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, após, arquive-se os autos.

Cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT 01 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2023

PORTARIA Nº 435, de 24 de maio de 2023.

EMPRESA: HM CIRURGIA LTDA.

Trata-se de Processo Administrativo em face da empresa **HM CIRURGIA LTDA.** por, em tese, haver descumprido cláusulas contratuais durante a execução do contrato.

Às fls. 02/03, o Memorando CAF. CNP nº 048/2023, onde a fiscal do contrato solicita abertura de processo administrativo pelo fato de a empresa não cumprir com o prazo de entrega de medicamentos estipulado no Pregão Eletrônico nº 99/2022 e Registrado sob nº de Ata 376/2022 desta Prefeitura.

Todas as notas de empenhos forma enviadas pelo e-mail, juntamente com a solicitação de entrega do material, todas devidamente recebidas, conforme fls.04/09.

Aberto o processo administrativo, a empresa foi devidamente citada às fls. 43/44 via endereço eletrônico, **NÃO apresentou sua defesa.**

A Comissão, às fls. 46/50 em seu Relatório Final recomendou a adoção das ações segunda disposições da Lei 8.666/93 e lei 10.520/2002, sendo elas**:**

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

É o breve relato dos fatos.

Passamos a análise jurídica e Decisão.

Inicialmente é necessário analisar as cláusulas contratuais e verificar se houve descumprimento de alguma delas.

A Ata de Registro de Preço nº 376/2022 e Pregão Eletrônico nº 99/2022 foi devidamente assinada pela empresa e prevê na Cláusula Quarta que os medicamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação:

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1. A entrega dos medicamentos deverá ser **feita em até 10 (dez) dias,** contados da solicitação, nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratante e acatado por este Município, em nenhum custo adicional;

4.2. (...)

As Notas de Empenhos foram enviadas para a empresa em **1- 03/11/2022- nota nº 14572/2022, 2- 03/11/2022 nota nº 14571/2022, 3- 20/12/2022 nota nº16308/2022, 4- 2012/2022 nota nº 16345/2022, 5- 09/02/2023 nota nº 1622/2023, 6- 30/03/2023 nota nº 4080/2023, 7- 30/03/2023 nota nº 4079/2023.**

Nos dias 03/02/2023 e 06/02/2023 enviado requerimentos via e-mail solicitado a previsão da entrega.

E nos dia 06/03/2023 e 12/04/2023 notificação, qual não foram cumpridas até a presente data, gerando grande prejuízo ao contratante.

Conforme previsto na Cláusula Décima Quinta fica caracterizada a inexecução da obrigação, vejamos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 (...)

I- Advertência;

II -Multa de 10% o valor da Ata;

III- suspensão temporária do direito de licitar e contratar com este Órgão, por período de até 5 anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002, e até 2 (dois) anos nos casos do artigo 87, III da Lei Federal nº8666/93;

IV -Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do artigo 87, IV da Lei Federal nº8666/93;

(...)

Neste mesmo sentido, também as jurisprudências:

ADMINISTRATIVO – APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL LICITADO – DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO – APLICAÇÃO DE PENALIDADES – SUSPENSÃO – POSSIBILIDADE – ARTS. 86 E 87 DA LEI Nº 8.666/93 – REGULAR PROCESSO ADMINISTRATIVO – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. 1 – Dos documentos constantes dos autos, extrai-se que não obstante ter ocorrido a inexecução parcial do contrato em virtude do atraso na entrega de diversos pedidos, houve ainda a inexecução total do contrato, uma vez que alguns pedidos sequer foram entregues, o que por si só já seria suficiente para a aplicação do art. 87, da Lei nº 8.666/93. 2 – Tanto o processo de suspensão como o de advertência seguira por seu brito normal com amplo direito de defesa e contraditório à impetrante, como se pode ser constatado nos documentos constantes dos autos. 3 – **Uma vez averiguada a inexecução parcial ou total, bem como o atraso injustificado do contrato, condutas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, nasce para o agente administrativo o dever de tomar as providências cabíveis, instaurando devido processo administrativo, a fim de aplicar as sanções preceituadas.** Trata-se a toda vista, de ato vinculado. 4- O regular processo administrativo, com direito a ampla defesa foi devidamente instaurado pela Administração tanto no tocante a aplicação de advertência quanto no tocante a aplicação de suspensão. 5 – A impetrante tinha conhecimento da abertura dos processos, mormente o de suspensão como a própria declara em uma de suas defesas, até porque dele participou desde a sua efetiva abertura até a data da aplicação da sanção de suspensão, portanto não há fundamento a amparar alegação de cerceamento de defesa. 6 – Apelação e remessa necessária providas. Sentença reformada. (TRF-2 – Apelação em Mandado de Segurança AMS 200551010068401 RJ 2005.51.01.006840-1)

Diante do exposto, e por tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo, **DEIXO DE ACOLHER A RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DESTE PROCESSO,** e **DECIDO PELA RESCISÃO DA ATA COM APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE CONTRATAR COM ESTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO DE 5 (cinco) ANOS.**

Por fim, determino que seja publicada a presente decisão e que a empresa seja intimada nos e-mails. Aguarde-se o prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente decisão para eventual interposição de recurso.

Em caso de não haver interposição de recurso que seja oficiado os setores competentes para que se proceda a rescisão da ata e para que a penalidade de suspensão seja lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, após, arquive-se os autos.

Cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT 01 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATO Nº 79/2022

Aditivo 01 Contrato nº 79/2022

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **FACILITA – GESTÃO PÚBLICA BRASIL EIRELI – ME**,inscrita no CNPJ sob n° 17.286.917/0001-05,

Objeto: Prorroga-se a vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses, com início em 02 de agosto de 2023 e término em 01 de agosto de 2024.

Valor: R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Programática:

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001. Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.122.0008.20084.3.3.90.35.00.00

Fonte de Recurso: 1.500.1002000

Secretaria: Secretaria de Saúde

Procedimento Licitatório: **Adesão à Ata de Registro De Preços Nº 138/2022, Pregão Presencial Nº 027/2022 da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO PE 132/2022

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 240/2023** DO PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 132/2022.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: ADOLIRAN POLASTRINI DA SILVA & CIA LTDA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto **SUBSTITUIR** o **Sr. Emerson Alves de Abreu,** deixando o **Sr. Ederson Pereira Marques** como agente fiscalizador das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 844/2023, da Secretaria de Municipal de Saúde.

Campo Novo do Parecis - MT, 03 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATO Nº 107/2022

Aditivo 01 Contrato nº 107/2022

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **MASTER ASSISTÊNCIA À SAÚDE EIRELI-ME**, CNPJ/MF 19.521.935/0001-41.

Objeto: Adita-se a quantidade da **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**, dos itens e quantidades relacionados na tabela abaixo, com seus respectivos valores.

Fica aditado em 25% (vinte e cinco por cento) a quantidade de diárias de SERVIÇO DE HOSPEDAGEM na quantidade dos itens a seguir descritos:

Item	Descrição	Qt. Total	Qt. acréscimo	Valor unit
49298	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM, DO TIPO CASA DE APOIO, PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES / ACOMPANHANTES NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ -MT; INCLUSO SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL; FORNECIMENTO DE PELO MENOS 04 (QUATRO) REFEIÇÕES (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, LANCHE E JANTAR); TRANSPORTE Á HOSPITAIS, CLÍNICAS OU OUTROS CENTROS DE TRATAMENTOS, QUANDO HOUVER NECESSIDADE.	**4.000**	**1.000**	R$ 90,00

Valor: R$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Programática:

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.301.0009.20088.3.3.90.34.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.46.008000

Secretaria: Secretaria de Saúde

Procedimento Licitatório: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº031/2022, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS– MT

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 637, DE 02 DE JULHO DE 2023.

AUTORIZA A SERVIDORA **ANELISE DO AMARAL** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 643, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA **TAMILY ALMEIDA MOURA** DO CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO** VINCULADO AO GOVERNO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

Exonerar a partir de 04 de agosto de 2023, a pedido, a servidora **Tamily Almeida Moura**, mat. n° 5398, do cargo em comissão de **Chefe Divisão de Apoio Administrativo**.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 638, DE 02 DE JULHO DE 2023.

AUTORIZA A SERVIDORA **GABRIELLY RIBEIRO HENNING** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO PE 016/2023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164 e 165/2023** DO PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 016/2023.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas:

MOREIRA & CIA LTDA STAR PRIME LTDA ANTONIO TERTULIANO RODRIGUES JUNIOR DIMORVAN DAVI MENEGUSSO PARAFUSOU COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA ALBANI MATTE INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA FERREIRA SOUZA RIO PRETO LTDA FM PECAS E MAQUINAS LTDA MAQUIXANDE INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS E TRANSPORTES LTDA MRO LTDA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto **SUBSTITUIR** o **Sr. Emerson Alves de Abreu,** deixando o **Sr. Ederson Pereira Marques** como agente fiscalizador das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 844/2023, da Secretaria de Municipal de Saúde.

Campo Novo do Parecis - MT, 03 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 35/2023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 35/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL RESGATANDO ALMAS.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao gestor da parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei Federal 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 170, DE 3 DE AGOSTO DE 2023.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.407/2022 e Lei Nº 2.369/2022 - LDO.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0008.20084	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAUDE		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
2.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde-exercício anterior	R$	100.000,00
10.301.0009.20147	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
2.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde-exercício anterior	R$	220.000,00
10.302.0010.20094	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CENTRO DE REABILITAÇÃO		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
2.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde-exercício anterior	R$	20.000,00
	TOTAL	R$	340.000,00

Art. 2º. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste Decreto onera o limite estabelecido no inciso II do Art. 5º da Lei Orçamentária nº 2.407/2022-LOA.

Art. 3º. As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023– LOA.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 3 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO PE 133/2022

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 440/2022** DO PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 133/2022.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto **SUBSTITUIR** o **Sr. Emerson Alves de Abreu,** deixando o **Sr. Ederson Pereira Marques** como agente fiscalizador das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 844/2023, da Secretaria de Municipal de Saúde.

Campo Novo do Parecis - MT, 03 de agsoto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 618, DE 27 DE JULHO DE 2023.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **VIVIANE AMARAL DOS SANTOS.**

Conceder auxílio-doença à servidora municipal **Viviane Amaral dos Santos,** matrícula funcional nº 509, efetiva no cargo de Professora 40h, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais. O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 10/07/2023 até 10/08/2023.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 169, DE 1º DE AGOSTO DE 2023.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.407/2022 e Lei Nº 2.369/2022 - LDO.

DECRETA

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**		
004	DEPARTAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO		
15.451.0005.10016	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO DAS VIAS URBANAS		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	35.000,00
26.782.0005.20047	MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	200.000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0009.10090	AQUISIÇÃO DE VEICULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ATENÇÃO BÁSICA		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.601.3110000.600	Transf. do SUS prov. do gov. federal - investimento - emenda individual - atenção básica	R$	42.000,00
	TOTAL	R$	277.000,00

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Art. 2º. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotação Orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste Decreto onera o limite estabelecido no inciso I do Art. 5º da Lei Orçamentária nº 2. 276/2021-LOA.

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**		
002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
15.452. 0005. 10022	CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA E CEMITÉRIO MUNICIPAL		
4.4.90.00. 00.00	Aplicações diretas		
1.500. 0000000. 000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	135. 000,00
15.451. 0005. 20127	MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO URBANO		
3.3.90.00. 00.00	Aplicações diretas		
1.500. 0000000. 000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	100. 000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.304. 0012. 10051	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
4.4.90.00. 00.00	Aplicações diretas		
1.601. 3110000. 600	Transf. do SUS prov. do gov. federal - investimento - emenda individual - atenção básica	R$	42. 000,00
	TOTAL	R$	277. 000,00

Art. 3º. As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 – LOA.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 1º de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 33/2023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 33/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL RESGATANDO ALMAS.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao gestor da parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei Federal 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 34/2023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 34/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E LIONS CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao gestor da parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei Federal 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 620, DE 27 DE JULHO DE 2023.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **VERA LUCIA DE FREITAS.**

Conceder prorrogação de auxílio-doença à servidora municipal **Vera Lucia de Freitas,** matrícula funcional nº 1330, efetiva no cargo de Professora, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais. O **benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 11/07/2023 até 11/09/2023.**

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 619, DE 27 DE JULHO DE 2023.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA AO SERVIDOR **ALEXANDRE APARECIDO ALVES ALMEIDA.**

Conceder prorrogação de auxílio-doença ao servidor municipal **Alexandre Aparecido Alves Almeida,** matrícula funcional nº 4672, efetivo no cargo de Operador Outras Máquinas, vinculada à Secretaria Municipal de Infraestrutura, com vencimentos integrais. **O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 13/07/2023 até 10/10/2023.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 32/2023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 32/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL RESGATANDO ALMAS.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao gestor da parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei Federal 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 167, DE 1º DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 2.407/2022- LOA e Lei nº 2.369/2022 - LDO.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.304.0012.10051	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.601.3110000.600	Transf. do SUS prov. do gov. federal - investimento - emenda individual - atenção básica	R$	42.000,00

Art.2º. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.304.0012.10051	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.601.0000000.000	Transf. fundo a fundo de rec. do SUS prov. do gov. fed.- bloco de invest.- remuneração de depósitos	R$	42.000,00

A**rt.3º.** O Crédito Adicional aberto no Artigo 1º deste Decreto, não onera o limite estabelecido no art. 5º. e 6º.da Lei Orçamentária nº 2.407/2022, por tratar apenas de alteração de fonte e destinação de recursos, conforme autorização contida no § 1º do art. 24 da Lei Municipal nº 2.369 de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO.

Art.4º. As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023– LOA.

Art.5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 1º de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 30/2023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 30/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DA MELHOR IDADE REVIVER – AGMIR.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao gestor da parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei Federal 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 28/2023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 28/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DE CAMPO NOVO DO PAREICS.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao gestor da parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei Federal 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 22/2023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 22/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DE CAMPO NOVO DO PAREICS.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao gestor da parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei Federal 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 17/2023

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 17/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E CASA DE APOIO A VIDA “CAVERNA DE ADULÃO.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao gestor da parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei Federal 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**,

matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 16/2023

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 16/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ADCANP.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Gestor da Parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CHP 005/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através da Comissão de Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na **INEXIGIBILIDADE / CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2023**, destinada a **Credenciamento** de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas municipais, através de DAM, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados, teve como vencedora a empresa: **COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO SUDOESTE MT/PA-SICREDI SUDOESTE MT/PA,** portadora do **CNPJ 32.995.755/0010-50, BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A,** portadora do **CNPJ 90.400.888/0001-42, ITAU UNIBANCO S.A,** portadora do **CNPJ 60.701.190/0001-04.**

Campo Novo do Parecis-MT, 04 de agosto de 2023.

_____

Gezer Andrade de Assunção

Secretário da Comissão Permanente de Licitações

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 13/2023

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 13/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ADCANP.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Gestor da Parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 44/2023

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO LIONS CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS PARA APOIO FINANCEIRO AO PROJETO "**ATENDIMENTO A PORTADORES DE DEFICIENCIAS VISUAIS**", COM RECURSOS ORIUNDO DE EMENDA PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O artigo 29, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, in verbis:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de **fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais** e os acordos de cooperação **serão celebrados sem chamamento público.**

Considerando a exposição dos motivos exarados pelo LIONS CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS CNPJ, inscrito no CNPJ nº 02.432.218/0001-40, conforme Plano de Trabalho, em conformidade com o artigo 29 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com o LIONS CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS, para apoio financeiro ao projeto "**ATENDIMENTO A PORTADORES DE DEFICIENCIAS VISUAIS**", que tem objetivo a distribuição de lentes oftalmológicas, armações e realizar cirurgias de catarata, no valor de R$ 55.000,00 (cinqüenta e cinco mil reais), a serem pagos em parcelas mensais.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no § 1º do artigo 30 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 21 dias do mês de julho de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 45/2023

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO LIONS CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS PARA APOIO FINANCEIRO AO PROJETO "**ATENDIMENTO A PORTADORES DE DEFICIENCIAS VISUAIS (CONSULTAS OFTALMOLÓGICAS)**", COM RECURSOS ORIUNDO DE EMENDA PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O artigo 29, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, in verbis:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de **fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais** e os acordos de cooperação **serão celebrados sem chamamento público.**

Considerando a exposição dos motivos exarados pelo LIONS CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS CNPJ, inscrito no CNPJ nº 02.432.218/0001-40, conforme Plano de Trabalho, em conformidade com o artigo 29 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com o LIONS CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS, para apoio financeiro ao projeto "**ATENDIMENTO A PORTADORES DE DEFICIENCIAS VISUAIS**", que tem objetivo a realização gratuita de consultas oftalmológicas, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a serem pagos em parcelas mensais.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no § 1º do artigo 30 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 21 dias do mês de julho de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 46/2023

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO LIONS CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS PARA APOIO FINANCEIRO AO PROJETO "**DISTRIBUIÇÃO DE FRALDAS**", COM RECURSOS ORIUNDO DE EMENDA PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O artigo 29, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, in verbis:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de **fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais** e os acordos de cooperação **serão celebrados sem chamamento público.**

Considerando a exposição dos motivos exarados pelo LIONS CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS CNPJ, inscrito no CNPJ nº 02.432.218/0001-40, conforme Plano de Trabalho, em conformidade com o artigo 29 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com o LIONS CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS, para apoio financeiro ao projeto "**DISTRIBUIÇÃO DE FRALDAS**", que tem objetivo de realizar a distribuição de fraldas geriátricas para pacientes idosos e acamados, no valor de R$ 40. 000,00 (quarenta mil reais), a serem pagos em parcelas mensais.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no § 1º do artigo 30 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 21 dias do mês de julho de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 12/2023

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 12/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ADCANP.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Gestor da Parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 11/2023

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 11/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A ASSOCIAÇÃO DE AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Gestor da Parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 10/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ASPCNP.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Gestor da Parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 07/2023

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ADCANP.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Gestor da Parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 053/2023

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 053/2023

Recebimento das propostas: **a partir do dia 07 de agosto de 2023, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 17 de agosto de 2023, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 17 de agosto de 2023, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 17 de agosto de 2023, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de publicações oficiais do**

Município de Campo Novo do Parecis - MT no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado e Jornal Diário de Grande Circulação no Estado.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 04 de agosto de 2023**.**

_____

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO FOMENTO Nº 05/2023

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 05/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS – APAE.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Gestor da Parceria, respaldado no art. 35, § 3º da Lei 13.019/2014, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Termo de Fomento para a servidora **ANELISE DO AMARAL**, matrícula funcional nº 6027, conforme solicitado no memorando nº 543/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 164, DE 26 DE JULHO DE 2023.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.407/2022 e Lei Nº 2.369/2022 - LDO.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**		
002	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON		
14.422.0002.20140	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROCON		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
2.500.0000000.000	Recursos ordinários - exercício anterior	R$	200.000,00
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**		
001	GABINETE DA SECRETARIA DE FINANÇAS		
04.122.0002.10006	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E ESTRUTURAÇÃO DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
2.500.0000000.000	Recursos ordinários - exercício anterior	R$	110.000,00
04.129.0002.20016	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
2.500.0000000.000	Recursos ordinários - exercício anterior	R$	50.000,00
04.129.0002.20018	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
2.500.0000000.000	Recursos ordinários - exercício anterior	R$	40.000,00
	TOTAL	R$	400.000,00

Art. 2º. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste Decreto onera o limite estabelecido no inciso II do Art. 5º da Lei Orçamentária nº 2. 407/2022-LOA.

Art. 3º. As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023– LOA.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 26 de julho de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO PE 089/2022

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348 e 349/2022 e 092 e 093/2023** DO PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 089/2022.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas:

MOREIRA & CIA LTDA EXTRAÇÃO DE AREIA RIO DO SANGUE LTDA BARAO DE PIRACICABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI M4 PRODUTOS PARA SANEAMENTO EIRELI C.K. COMERCIO DE FERRAGENS LTDA LM SUPRIMENTOS LTDA POMPEIA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA COTOVIA COMERCIO LTDA MTS COMERCIO SERVICOS LTDA MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI RM COMERCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA-ME

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto **SUBSTITUIR** o **Sr. Emerson Alves de Abreu,** deixando o **Sr. Ederson Pereira Marques** como agente fiscalizador das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 844/2023, da Secretaria de Municipal de Saúde.

Campo Novo do Parecis - MT, 03 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO PE 096/2022

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 329/2022** DO PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 096/2022.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: MARMORARIA E SERRALHERIA PARECIS EIRELI

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto **SUBSTITUIR** o **Sr. Emerson Alves de Abreu,** deixando o **Sr. Ederson Pereira Marques** como agente fiscalizador das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 844/2023, da Secretaria de Municipal de Saúde.

Campo Novo do Parecis - MT, 03 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO PE 026/2023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 145, 146,147, 148, 149, 150, 151 E 152/2023** DO PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 026/2023.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas:

MOREIRA & CIA LTDA A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO SCL DISTRIBUIDORA LTDA PILAR COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA PARAFUSOU COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA VIA PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA RODRIGUES & ASSIS LTDA MULTUS COMERCIAL LTDA - ME

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto **SUBSTITUIR** o **Sr. Emerson Alves de Abreu,** deixando o **Sr. Ederson Pereira Marques** como agente fiscalizador das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 844/2023, da Secretaria de Municipal de Saúde.

Campo Novo do Parecis - MT, 03 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO PE 064/2022

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 435/2022** DO PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 064/2022.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: R. O. DA SILVA & CIA LTDA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto **SUBSTITUIR** o **Sr. Emerson Alves de Abreu,** deixando o **Sr. Ederson Pereira Marques** como agente fiscalizador das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 844/2023, da Secretaria de Municipal de Saúde.

Campo Novo do Parecis - MT, 03 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 034/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: OESTE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 73.812.521/0002-06

OBJETO: Trata-se da dispensa de licitação de acordo com a Lei nº 8.666/1993, artigo 24, inciso XVII que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de revisão OBRIGÁTORIA de 100.000 km, com troca de óleo/peças, do veículo TRAILBLAZER PREMIER R6A – LTZ D4A GM/CHEVROLET, Placa: RAW-2A56, VB-350, da frota municipal.

DO FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, XVII da Lei n.º. 8.666/93.

VALOR TOTAL:R$ 11.196,23 (onze mil e cento e noventa e seis reais e vinte e três centavos)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO PE 071/2022

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 273/2022** DO PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 071/2022.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: COMERCIO DE EXTINTORES MATO GROSSO LTDA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto **SUBSTITUIR** o **Sr. Emerson Alves de Abreu,** deixando o **Sr. Ederson Pereira Marques** como agente fiscalizador das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 844/2023, da Secretaria de Municipal de Saúde.

Campo Novo do Parecis - MT, 03 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 631, DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

ALTERAR A PORTARIA Nº 1011/2022 QUE NOMEIA A COMISSÃO DE PROTOCOLO MUNICIPAL DE FORNECIMENTO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS ESPECIAIS INDUSTRIALIZADAS (LEITES ESPECIAIS).

Art.1º ALTERAR, o Art. 1ºda portaria nº 1011 de 23 de setembro de 2022, que nomeou os membros da Comissão de Protocolo Municipal de Fornecimento de Fórmulas Nutricionais Especiais Industrializadas (Leites Especiais), ficando com a seguinte composição:

I - Gisele Cristina da Silva Santos – Presidente (Nutricionista).

II – Viviane Alves Fernandes Dias Petry – Farmacêutica – Farmácia Municipal.

III – Sumaia Clotilde Ribeiro Victor – Diretora Deptº Gabinete da Saúde.

IV – Zilda de Souza Rizzotto – Assistente Social – Central de Regulação.

V – Grasiele Matuchake Rezende – Enfermeira – Secretaria Municipal de Saúde.

VI – Alice Viana Garcia da Rosa – Médica – Centro de Especialidades.

VII – Adriana Santos de Lima Silva – Enfermeira –. Centro de Especialidades

VIII – Jucelia Pereira Luz – Secretária Municipal de Saúde.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2023

PORTARIA Nº 496, de 12 de junho de 2023.

EMPRESA: VFB BRASIL TLDA.

Trata-se de Processo Administrativo em face da empresa **VFB BRASIL TLDA.**, por, em tese, haver descumprido cláusulas contratuais durante a execução do contrato.

Às fls. 14/15, o Memorando CAF. CNP nº 052/2023, onde a fiscal do contrato solicita abertura de processo administrativo pelo fato de a empresa não cumprir com o prazo de entrega de medicamentos estipulado no Pregão Eletrônico nº 10/2023 e Registrado sob nº de Ata 56/2023 desta Prefeitura.

Todas as notas de empenhos forma enviadas pelo e-mail, juntamente com a solicitação de entrega do material, todas devidamente recebidas, conforme fls.01/13.

Aberto o processo administrativo, a empresa foi devidamente citada às fls. 44/45, e as fls.46/48 apresentação da defesa por parte da empresa.

A Comissão, às fls. 53/56, em seu Relatório Final recomendou a adoção das ações segunda disposições contratuais **da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 56/2023**, sendo elas**:**

1 - Aplicação das penalidades de MULTA DE 10% DO VALOR DA ATA e SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM ESTE ÓRGÃO, PELO PERÍODO DE 05 ANOS, nos termos da CLAUSULA DÉCIMA QUINTA DAS PENALIDADES, devido aos danos causados à população municipal, que foi privada de receber o medicamento adequado para atendimento.

2- CANCELAMENTO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 56/2023 por

descumprimento das condições sem justificativa aceitável, conforme a CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA.

É o breve relato dos fatos.

Passamos a análise jurídica e Decisão.

Inicialmente é necessário analisar as cláusulas contratuais e verificar se houve descumprimento de alguma delas.

A Ata de Registro de Preço nº 56/2023 e Pregão Eletrônico nº 10/2023 foi devidamente assinada pela empresa e prevê na Cláusula Quarta que os medicamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação:

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1. A entrega dos medicamentos deverá ser **feita em até 10 (dez) dias,** contados da solicitação(por Nota de autorização de Despesa), , salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratante e acatado por este Município, em nenhum custo adicional;

4.2. (...)

As Notas de Empenhos foram enviada para a empresa nos dias **1- 03/04/2023 nº 4266/2023, 2- 03/04/2023 nº4267/2023, 3-03/04/2023 nº4268/2023, 4- 03/04/2023 nº 4264/2023,5- 04/04/2023 nº4286/2023.**

Na data de 17/05/2023 enviado requerimento e notificação via e-mail solicitado a previsão da entrega, qual não foram cumpridas até a presente data, gerando grande prejuízo ao contratante.

E defesa fls. 46/48, quanto às condições do fornecimento a empresa alegou:

"Após todas as fazes do processo licitatório em questão, verificou-se junto a distribuidora parceira a ausência de alguns itens já adquiridos, porém com prazo de entrega para 25 dias, o que ocasionou atraso no cumprimento do contrato.

Por fim, destaca-se, que a Peticionaria vem buscando soluções para diminuir prazo dos itens já solicitados para o atendimento. Fatos expostos, passemos à exposição dos direitos."

Verifica-se nos autos que toda alegação ao veio sem um lastro de comprovação, e se motiva como efeito impeditivo, e para isso, a Ata aduz:

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.4. **A falta de quaisquer produtos, ou pedido de desistência, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou suspensão de sua entrega, sujeita a penalidades previstas nesseinstrumento.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.13. **A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a fornecedora das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA;**

Conforme previsto na Cláusula Décima Quinta fica caracterizada a inexecução da obrigação, vejamos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 (...)

I- Advertência;

II -Multa de 10% o valor da Ata;

III- suspensão temporária do direito de licitar e contratar com este Órgão, por período de até 5 anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002, e até 2 (dois) anos nos casos do artigo 87, III da Lei Federal nº8666/93;

IV -Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do artigo 87, IV da Lei Federal nº8666/93;

(...)

Neste mesmo sentido, também as jurisprudências:

ADMINISTRATIVO – APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL LICITADO – DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO – APLICAÇÃO DE PENALIDADES – SUSPENSÃO – POSSIBILIDADE – ARTS. 86 E 87 DA LEI Nº 8.666/93 – REGULAR PROCESSO ADMINISTRATIVO – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. 1 – Dos documentos constantes dos autos, extrai-se que não obstante ter ocorrido a inexecução parcial do contrato em virtude do atraso na entrega de diversos pedidos, houve ainda a inexecução total do contrato, uma vez que alguns pedidos sequer foram entregues, o que por si só já seria suficiente para a aplicação do art. 87, da Lei nº 8.666/93. 2 – Tanto o processo de suspensão como o de advertência seguira por seu brito normal com amplo direito de defesa e contraditório à impetrante, como se pode ser constatado nos documentos constantes dos autos. 3 – **Uma vez averiguada a inexecução parcial ou total, bem como o atraso injustificado do contrato, condutas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, nasce para o agente administrativo o dever de tomar as providências cabíveis, instaurando devido processo administrativo, a fim de aplicar as sanções preceituadas.** Trata-se a toda vista, de ato vinculado. 4- O regular processo administrativo, com direito a ampla defesa foi devidamente instaurado pela Administração tanto no tocante a aplicação de advertência quanto no tocante a aplicação de suspensão. 5 – A impetrante tinha conhecimento da abertura dos processos, mormente o de suspensão como a própria declara em uma de suas defesas, até porque dele participou desde a sua efetiva abertura até a data da aplicação da sanção de suspensão, portanto não há fundamento a amparar alegação de cerceamento de defesa. 6 – Apelação e remessa necessária providas. Sentença reformada. (TRF-2 – Apelação em Mandado de Segurança AMS 200551010068401 RJ 2005.51.01.006840-1)

Diante do exposto, e por tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo, **ACOLHO PARCIALMENTE A RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DESTE PROCESSO,** e **DECIDO PELA RESCISÃO DA ATA COM APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE CONTRATAR COM ESTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO DE 5 (cinco) ANOS.**

Por fim, determino que seja publicada a presente decisão e que a empresa seja intimada nos e-mails. Aguarde-se o prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente decisão para eventual interposição de recurso.

Em caso de não haver interposição de recurso que seja oficiado os setores competentes para que se proceda a rescisão da ata e para que a penalidade de suspensão seja lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, após, arquive-se os autos.

Cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 02 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2023

PORTARIA Nº 456, de 30 de maio de 2023.

EMPRESA: HOSPVIDA LTDA.

Trata-se de Processo Administrativo em face da empresa **HOSPVIDA LTDA.**, por, em tese, haver descumprido cláusulas contratuais durante a execução do contrato.

Às fls. 004/005, o Memorando CAF. CNP nº 050/2023, onde a fiscal do contrato solicita abertura de processo administrativo pelo fato de a empresa não cumprir com o prazo de entrega de medicamentos estipulado no Pregão Eletrônico nº 099/2022 e Registrado sob nº de Ata 364/2022 desta Prefeitura.

Todas as notas de empenhos forma enviadas pelo e-mail, juntamente com a solicitação de entrega do material, todas devidamente recebidas, conforme fls.006 à 018.

Aberto o processo administrativo, a empresa foi devidamente citada às fls. 024 pelo e-mail cadastrado comercial@hospvidamg.com.br, e ainda, via edital de citação fls. 037/038.

Decorrido prazo legal, sem apresentação da defesa por parte da empresa.

A Comissão, às fls. 039/044, em seu Relatório Final recomendou a adoção das ações segunda a Lei de 8.66/93, sendo elas**: II -Multa de 10% o valor da Ata; III- suspensão temporária do direito de licitar e contratar com este Órgão, por prazo não superior a 2 (dois) anos; IV -Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.**

É o breve relato dos fatos.

Passamos a análise jurídica e Decisão.

Inicialmente é necessário analisar as cláusulas contratuais e verificar se houve descumprimento de alguma delas. A Ata de Registro de Preço nº 364/2022 e Pregão Eletrônico nº 099/2022 foi devidamente assinada pela empresa e prevê na Cláusula Quarta que os medicamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação:

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1. A entrega dos medicamentos deverá ser **feita em até 10 (dez) dias,** contados da solicitação, nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratante e acatado por este Município, em nenhum custo adicional;

4.2. (...)

As Notas de Empenhos foi enviadas para a empresa nos dias 29/11/2022, 20/12/2022, duas em 13/02/2023, e duas em 30/03/2023 não foram cumpridas conforme a ata, gerando prejuízo ao contratante, caracterizando assim a inexecução da obrigação, conforme previsto na Cláusula Décima Quinta:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 (...)

I- Advertência;

II -Multa de 10% o valor da Ata;

III- suspensão temporária do direito de licitar e contratar com este Órgão, por período de até 5 anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002, e até 2 (dois) anos nos casos do artigo 87, III da Lei Federal nº8666/93;

IV -Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do artigo 87, IV da Lei Federal nº8666/93;

(...)

Neste mesmo sentido, também as jurisprudências:

ADMINISTRATIVO – APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL LICITADO – DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO – APLICAÇÃO DE PENALIDADES –

SUSPENSÃO – POSSIBILIDADE – ARTS. 86 E 87 DA LEI Nº 8.666/93 – REGULAR PROCESSO ADMINISTRATIVO – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. 1 – Dos documentos constantes dos autos, extrai-se que não obstante ter ocorrido a inexecução parcial do contrato em virtude do atraso na entrega de diversos pedidos, houve ainda a inexecução total do contrato, uma vez que alguns pedidos sequer foram entregues, o que por si só já seria suficiente para a aplicação do art. 87, da Lei nº 8.666/93. 2 – Tanto o processo de suspensão como o de advertência seguira por seu brito normal com amplo direito de defesa e contraditório à impetrante, como se pode ser constatado nos documentos constantes dos autos. 3 – **Uma vez averiguada a inexecução parcial ou total, bem como o atraso injustificado do contrato, condutas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, nasce para o agente administrativo o dever de tomar as providências cabíveis, instaurando devido processo administrativo, a fim de aplicar as sanções preceituadas.** Trata-se a toda vista, de ato vinculado. 4- O regular processo administrativo, com direito a ampla defesa foi devidamente instaurado pela Administração tanto no tocante a aplicação de advertência quanto no tocante a aplicação de suspensão. 5 – A impetrante tinha conhecimento da abertura dos processos, mormente o de suspensão como a própria declara em uma de suas defesas, até porque dele participou desde a sua efetiva abertura até a data da aplicação da sanção de suspensão, portanto não há fundamento a amparar alegação de cerceamento de defesa. 6 – Apelação e remessa necessária providas. Sentença reformada. (TRF-2 – Apelação em Mandado de Segurança AMS 200551010068401 RJ 2005.51.01.006840-1)

Diante do exposto, e por tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo, **ACOLHO PARCIALMENTE A RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DESTE PROCESSO**, e **DECIDO PELA MULTA DE 10% DO VALOR DA ATA, E PELA RESCISÃO DA ATA COM APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE CONTRATAR COM ESTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS.**

Por fim, determino que seja publicada a presente decisão e que a empresa seja intimada nos e-mails. Aguarde-se o prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente decisão para eventual interposição de recurso.

Em caso de não haver interposição de recurso que seja oficiado os setores competentes para que se proceda a rescisão da ata e para que a penalidade de suspensão seja lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, após, arquive-se os autos.

Cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT 05 julho de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 636, DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

ALTERAR A PORTARIA Nº 930/2022 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO GRUPO CONDUTOR DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - RAPS.

Art.1º ALTERAR, a Portaria nº 930 de 23 de agosto de 2022, que nomeia os membros do Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, ficando com a seguinte composição:

Representante: Central Regulação Municipal.

Titular: Higor Adrian dos Santos Francisco, CPF: xxx.595.102-xx;

Suplente: Zilda de Souza Rizzotto, CPF: xxx.416.601-xx.

Representante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Titular: Ana Carla Ferreira Picalho, CPF: xxx.470.621-xx;

Suplente: Maíra Geovana Lesciuk Pereira, CPF: xxx.160.880-xx.

Representante: Vigilância Epidemiológica.

Titular: Priscila Cristina Silva de Souza Mirande, CPF: xxx.766.371-xx;

Suplente: Mirlane Barbosa Silva, CPF: xxx.744.902-xx.

Representante: **Centro de Especialidades**

Titular: Adriana Santos de Lima Silva, CPF: xxx.032.952-xx;

Suplente: Alice Viana Garcia da Rosa, CPF: xxx.120.151-xx.

Representante: Atenção Primária à Saúde– APS

Titular: Gizelle Perin, CPF: xxx.775.850-xx;

Suplente: Tailaê Jaquel EickhoffK wiatkowski, CPF: xxx.465.810-xx.

Representante: Instituto São Lucas Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I.

Titular: Renata dos Santos Silva, CPF: xxx.551.851-xx;

Suplente: Nome: Monica Cristina da Costa, CPF: xxx.017.927-xx.

Representante: Conselho Municipal de Saúde – CMS.

Titular: Marcos Rufino da Cunha, CPF: xxx.935.081-xx;

Suplente: Alice Mendes Miranda Vieira, CPF: xxx.505.646-xx.

Representante: SAMU 192

Titular: Elaine Aparecida da Silva, CPF: xxx.489.361-xx;

Suplente: Grasiele Matuchake de Oliveira, CPF: xxx.198.611-xx.

Representante: Unidade Descentralizada de Reabilitação D Aquino Correa – UDR.

Titular: Jamille Silva de Oliveira, CPF: xxx.755.321-xx;

Suplente: Sumaia Clotilde Ribeiro Victor, CPF: xxx.515.811-xx.

Representante: Hospital Municipal Euclides Horst.

Titular: Michele Léia da Silva, CPF: xxx.763.641-xx;

Suplente: Ana Cláudia Saito, CPF: xxx.770.339-xx.

Representante: Secretaria de Assistência Social.

Titular: Mariane Costa Moreira, CPF: xxx.137.026-xx.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO PE 002/2023

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 037/2023** DO PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 002/2023.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: VIDRACARIA CAMPO NOVO LTDA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto **SUBSTITUIR** o **Sr. Emerson Alves de Abreu,** deixando o **Sr. Ederson Pereira Marques** como agente fiscalizador das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 844/2023, da Secretaria de Municipal de Saúde.

Campo Novo do Parecis - MT, 03 de agosto de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
DECRETO Nº. 076, DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A FOLGA COMPENSATÓRIA DE SERVIDORES MUNICIPAIS, QUE PRESTAREM SERVIÇO NA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CAMPO VERDE/MT.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o procedimento para a concessão de 01 (um) dia de folga compensatória aos servidores públicos municipais que forem convocados e efetivamente prestarem serviço na Eleição para Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Campo Verde/MT.

§1º. A concessão do adicional de dispensa do serviço é condicionada à apresentação, à unidade de Recursos Humanos do respectivo órgão ou entidade, de declaração que comprove a prestação de serviço como mesário, presidente de seção ou membro da Comissão Especial das Eleições de Escolha dos Conselheiros Tutelares de Campo Verde/MT.

Art. 2º. A fruição do dia de dispensa adquirido em decorrência do disposto neste decreto ocorrerá sem prejuízo do salário, vencimento, ajuda de custo para alimentação ou qualquer outra vantagem a que o servidor fazer jus.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, 03 de agosto de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE COMPRAS
CREDENCIAMENTO N° 009/2023 INEXIGIBILIDADE 027/2023

***CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO E ENGENHARIA CIVIL* VISANDO ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS E DEMAIS ÓRGÃOS COMPETENTES DESTA MUNICIPALIDADE.**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento da empresa: **ENIGMA CONSTRUÇÕES E CURSOS LTDA, CNPJ Nº 45.079.989/0001-09**, prestar os serviços de Elaboração de Projetos do tipo Estrutural em Concreto Armado, Elaboração de Projetos de Estrutura Metálica, Elaboração de Projetos Hidráulicos Água Fria e Água Quente, Elaboração de Projetos de Esgoto, Elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio, Elaboração de Projetos Elétricos com entrada de energia de baixa tensão, Elaboração de Projetos de SPDA, Elaboração de Projetos de Rede de Lógica, Elaboração de Projetos de Instalação de GLP, Elaboração de Projetos Arquitetônicos, conforme descritos no edital, sendo Credenciamento nº 009/2023, processo de Inexigibilidade nº 027/2023. Campo Verde – MT, 04 de agosto de 2023. - Hélida B. M. P. Hübner - Presidente da CPL.

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE DESCREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO N. 007/2022 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAS JURÍDICAS para atuar na PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO IMOBILIARIA DE IMOVEIS URBANOS RURAIS PARA LOCAÇÃO para atender às demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Campo Verde –MT. A Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **DESCREDENCIAMENTO da empresa REURBIS CONSULTORIA MINAS GERAIS LTDA – CNPJ Nº 40.671.657/0001-03**, nos serviços de Avaliação de Aluguel, atendendo requerimento da empresa e protocolado nesta data 27/07/2023. Campo Verde, 04 de agosto de 2023 Hélida B. M. P. Hubner - Presidente da CPL.

SETOR DE COMPRAS
CREDENCIAMENTO N° 009/2023 INEXIGIBILIDADE 027/2023

***CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO E ENGENHARIA CIVIL* VISANDO ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS E DEMAIS ÓRGÃOS COMPETENTES DESTA MUNICIPALIDADE.**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento da empresa: **SM DE OLIVEIRA LTDA , CNPJ Nº 46.291.268/0001-20**, prestar os serviços de Elaboração de Projetos do tipo Estrutural em Concreto Armado, Elaboração de Projetos de Estrutura Metálica, Elaboração de Projetos Hidráulicos Água Fria e Água Quente, Elaboração de Projetos de Esgoto, Elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio, Elaboração de Projetos Elétricos com entrada de energia de baixa tensão, Elaboração de Projetos de SPDA, Elaboração de Projetos de Rede de Lógica, Elaboração de Projetos de Instalação de GLP, Elaboração de Projetos Arquitetônicos, conforme descritos no edital, sendo Credenciamento nº 009/2023, processo de Inexigibilidade nº 027/2023. Campo Verde – MT, 04 de agosto de 2023. - Hélida B. M. P. Hübner - Presidente da CPL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: FUTURA COMÉRCIO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS LTDA

Objeto: **Aquisição de recursos educacionais recreativos e pedagógicos.**

Valor: R$ 6.386,74 (seis mil, trezentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos).

Vigência do Contrato: 03 de agosto de 2023 a 31 de outubro de 2024.

Data de Assinatura: 03 de agosto de 2023.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2023

CONCURSO PÚBLICO, EDITAL N.º 001/2023 DE 07 DE AGOSTO DE 2023. O Prefeito do Município de Campo Verde, Estado do Mato Grosso, Sr. ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Constituição Federal; na Lei Municipal n.º 152/1992; Lei Complementar n.º 057/2015; Lei Municipal n.º 1.166/2006 e Lei Municipal n.º 1.225/2006; bem como nas legislações pertinentes em vigor, até a sua publicação, e suas alterações, e na legislação citada nos itens abaixo, torna público o Edital N.º 001/2023, contendo as normas, rotinas e procedimentos que regem o Concurso Público destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura de Campo Verde - MT, em conformidade com a oferta de vagas constante do Anexo II do referido Edital, para atuação junto as Secretarias da Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT. O concurso público será regido por seu Edital, seus Anexos e eventuais posteriores retificações e complementações; instruções normativas, comunicados, avisos e notas oficiais no endereço eletrônico do concurso e as orientações do Cartão de Confirmação de Inscrição, dos Editais de Convocações, das Capas das Provas e do Cartão de Respostas. Sua execução caberá ao INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS - INSTITUTO SELECON, instituição com atuação em âmbito nacional, especializada em concursos públicos, contratada pela PRE-

FEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT, para a organização e execução do certame, com a supervisão e fiscalização da Comissão Especial Organizadora do Concurso Público, conforme Portaria N.º 468 de 28 de Junho de 2023. A íntegra do Edital de Abertura do presente Concurso Público poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de Campo Verde, no site oficial da Prefeitura - www.campoverde.mt.gov.br - e no site da empresa organizadora e executora - www.selecon.org.br -. Campo Verde-MT, 07 de Agosto de 2023; ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Campo Verde e JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO, Presidente da Comissão Especial Organizadora do Concurso Público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

INEGIXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2023 CREDENCIAMENTO Nº 01/2023 RELAÇÃO ATUALIZADA DE CREDENCIADOS

INEGIXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2023

CREDENCIAMENTO Nº 01/2023

RELAÇÃO ATUALIZADA DE CREDENCIADOS

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio – MT, CEP 78. 319-000, torna público a relação de Credenciados no Processo de Credenciamento nº 01/2023, Chamamento Público para Credenciamento de **pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços profissionais na área da saúde** nas condições estabelecidas no Edital, sendo credenciados:

RELAÇÃO DE CREDENCIADOS

Médicos	
Credenciados.	CNPJ/MF/ CPF
SERVIÇOS MEDICOS GONSALVES LTDA	CNPJ/MF 43.961/463/ 0001-22
INSTITUTO MEDICO DRA GESSICA CIRIACO LTDA	CNPJ/MF 46.541.614/ 0001-81
THAYNA P DE OLIVEIRA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	CNPJ/MF 48.900.177/ 0001-70
MEDICANDO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	CNPJ/MF 21.474.357/ 0001-84
THAYRINE D. M. BARBOSA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	CNPJ/MF 48.818.424/ 0001-94
TIAGO COSTA CALIXTO SERVIÇOS MEDICOS LTDA	CNPJ/MF 39.311.174/ 0001-00
LOPES SERVIÇOS MEDICOS LTDA	CNPJ/MF 42.848.071/ 0001-99
MAYSA CABRAL MACEDO SOARES LTDA	CNPJ/MF 43.596.498/ 0001-00
I L FERNANDES LTDA	CNPJ/MF 44.601.766/ 0001-05

ENFERMEIROS	
Credenciados.	CNPJ/MF/ CPF
FLAVIO LUCAS DA SILVA GABERT	CPF 029.221.812-51
GEISIANE SANDRA RODRIGUES	CPF 026.167.562-18
EDINEIA MAGALHAES SANTOS	CPF 989.805.641-04
DANUBIA KELLY CAMPOS DA SILVA	CPF 022.193.402-28
SOELANE DA SILVA SANTOS	CPF 056.393.903-60
RODRIGO DE JESUS ALVES DA LUZ	CPF 000.202.252-45
JENIFER SOUZA DE ALMEIDA	CPF 004.228.811-80
INDIANARA GOMES FERREIRA	CPF 062.066.391-00
TECH SALUS TECNOLOGIA EM SAUDE LTDA	CNPJ/MF 49.637.855/0001-17
LIGIA ALVES MARTINS	CPF 027.509.142-21

TECNICO EM ENFERMAGEM	
Credenciados.	CNPJ/MF/ CPF
EMERSON RODRIGUES ANTUNES	CPF 800.628.652-34
ADRIELE AVILA SOARES	CPF 021.063.921-09
ALEXANDRE RODOLFO WEBER	CPF 986.876.702-49
SIDNEIA SILVA ALMEIDA	CPF 040.097.221-26
CARLOS DANIEL DOS SANTOS SILVA	CPF 074.437.961-02
LUIS FELIPE DE SOUSA	CPF 083.615.463-08

TECNICO EM RADIOLOGIA	
Credenciados.	CNPJ/MF/ CPF
RUSSEN DUTRA OEREIRA	CPF 764.131.602-68

SERVIÇO DE TECNICO EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA	
Credenciados.	CNPJ/MF/ CPF
JULIANO SALVADOR DA SILVA	CPF 025.543.291-76
EDIMAR OLIVEIRA DOS ANJOS	CPF 949.575.332-53

Informações através do fone (65) 3387 - 2800.

Campos de Júlio – MT 03 de agosto de 2023.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto nº 09/2023

PORTARIA Nº. 154, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

EXONERA OCUPANTE QUE MENCIONA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso II da Lei Complementar nº. 1, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação da servidora autuada sob nº. 4722/2023, de 04 de agosto de 2023,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora **LUANA TAVARES DA SILVA,**inscrita noCPF sob nº 020.***.***-03,do cargo de provimento em comissão de Assessor de Atendimento ao Público, nomeada através da Portaria nº. 275, de 10 de setembro de 2021.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 07 de agosto de 2023.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 275, de 10 de setembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

EXTRATO DO 1° ADITIVO CONTRATO N° 239/2022.

ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

OBJETO: Serviços de Mecânico de Maquinas Pesadas

DO ADITAMENTO: Prorrogação do Prazo de Vigência Contratual

DO PRAZO: Prorrogado por mais 12 meses, de 04/08/2023 a 03/08/2024.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº 06/2022, Edital de Credenciamento nº 03/2022, Processo de compra n° 32/2022.

PARTES: MUNICIPIO DE CAMPOS DE JULIO/CREDENCIANTE e ARLILSON NOBRE AZEVEDO/ CREDENCIADO

Fernando Martins da Silva / Fiscal de Contratos

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N° 153/2023

ESPÉCIE: SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTAS COM AGENCIAMENTO DE COMBUSTIVEIS.

OBJETO: Rescinde o Contrato de nº 153/2023, Unilateral apartir de 04.08. 2023.

ASSINAM: MUNICIPIO DE CAMPOS DE JÚLIO/RESCINDENTE/ C. V. MOREIRA LTDA/RESCINDIDO.

Fernando M. da Silva/Fiscal de Contratos.

PORTARIA Nº. 155, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE AFASTAMENTO AO SERVIDOR QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DE SEU PAI.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 156, inciso II, alínea "b" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a certidão de óbito corroborando o falecimento de pai do servidor adiante nominado,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço ao servidor **LEONARDO ELLVANGER DOS SANTOS**, admitido na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Ouvidor, através da Portaria nº. 122/2013, pelo prazo de cinco dias consecutivos, contados a partir da data do falecimento de seu pai, ocorrido no dia 30 de julho do fluente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 30 de julho de 2023.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

RESOLUÇÃO Nº 006/2023/CMDCA

Dispõe sobre a eleição suplementar, conforme Lei nº 1.659, de 24 de março de 2023, Art. 30 § 8º ao 10.

CONSIDERANDO o uso de suas atribuições que lhe confere a Municipal nº 1.659 de 24 de março de 2023.

CONSIDERANDO a reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 1º de agosto, Ata nº069/2023/CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado por unanimidade a eleição suplementar simplificada em cumprimento ao disposto na Lei nº 1.659/2023, tendo em vista que os conselheiros suplentes eleitos na eleição suplementar realizada em abril de 2023 terem manifestado não ter interesse em assumir o pleito.

Parágrafo Único: As condições para realização de eleição suplementar será determinada em edital próprio.

Campos de Júlio, 1º de agosto de 2023

Luiz Ricardo de Souza Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 20/2023

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 20/2023

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto nº 09/2023, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de consultoria para envio do APLIC mensal ao TCE.

Contratado: STANDARDSOFT SISTEMAS LTDA, CNPJ/MF nº 26.301. 398/0001-90.

Valor global: R$ 53.975,40.

Fundamento Legal: art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dispensa de Licitação nº 20/2023, Processo Administrativo nº 101/2023 e Processo de Compra nº 95/2023.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a Dispensa de Licitação em tela, nos termos do despacho exarado no processo licitatório, da justificativa apresentada e do parecer jurídico, em consonância com o art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Campos de Júlio - MT, 02 de agosto de 2023.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto nº 09/2023

PORTARIA

PORTARIA Nº. 153, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

EXONERA OCUPANTE QUE MENCIONA DO CARGO EFETIVO DE GARI

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 74, da Lei Complementar nº. 1, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação do servidor autuado sob nº. 4692/2023, de 03 de agosto de 2023,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor **THIAGO SABALHO EZEQUIEL,** inscrito noCPF sob nº. 032.***.***-08,do cargo efetivo de Gari, nomeado através da Portaria nº. 088, de 06 de agosto de 2008.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 3 de agosto de 2023.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 088, de 06 de agosto de 2008., declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do artigo 74 da Lei Complementar nº. 1, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº 168, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DEFINE O CALENDÁRIO FISCAL PARA A COBRANÇA DO IPTU E TAXA DE LIXO PARA TERRENOS BALDIOS, ESTABELECE NORMAS PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais previstas no artigo 148, inciso I, da Lei Orgânica Municipal (LOM);

CONSIDERANDO o disposto no inciso I, do artigo 156 da Constituição Federal de 1988, e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 134 e seguintes da Lei Municipal Complementar nº 009/2022 e Lei 1.602/2022.

D E C R E T A

Art. 1º O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do município relativo ao exercício de 2023 será cobrado de acordo com as normas constantes do Código Tributário Municipal, Planta Genérica de Valores e Cadastro Imobiliário Municipal.

Art. 2º Para efeito de lançamento e cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), serão atribuídos valores venais aos lotes e suas edificações, nos termos do artigo 123 da Lei Complementar Municipal nº 009/2022, considerando a planta de valores estabelecida na Lei 1.602, de 20 de dezembro de 2022.

Art. 3º Para pagamento do tributo a que se refere o presente Decreto, o contribuinte poderá quitar o IPTU (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) em cota única ou parcelado, de acordo com os critérios estabelecidos abaixo:

I - Para a opção de pagamento tempestivo em Cota Única até o dia 30/08/2023 o contribuinte terá direito a 20% (Vinte por Cento) de desconto sobre o valor do imposto;

II - Para opção de pagamento parcelado poderá ser fracionado em até 3 (três) cotas iguais, com valor mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) por parcela, mediante solicitação do contribuinte para o referido parcelamento, cuja data limite para apresentar o pedido e até 30/08/2023;

III - As datas de vencimento das cotas para optante pelo parcelamento são:

a) 1ª parcela para o dia 30 de agosto de 2023; b) 2ª parcela para o dia 28 de setembro de 2023; c) 3ª parcela para o dia 30 de outubro de 2023.

Art. 4º O não pagamento da referida taxa na data prevista no art. 3º deste Decreto, sujeita o contribuinte aos seguintes acréscimos definidos no art. 134 Código Tributário Municipal (Lei Complementar 009/2022):

I - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do imposto corrigido;

II - juros de 1% (um por cento) sobre o valor do imposto corrigido.

Art. 5º O contribuinte deverá emitir o seu carne do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano) em cota única ou parcelado da seguinte forma:

I-Preferencialmente no link https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-358/main.faces, que também estará disponível no portal da prefeitura;

II - No caso de impossibilidade de acesso eletrônico, poderá ser efetuado pessoalmente pelo proprietário titular do domínio útil, ou possuidores a qualquer título, junto ao Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Av. Valdir Masutti, 779-W – Bairro Bom Jardim, Campos de Júlio – MT.

Art. 6º Nos termos do parágrafo 1º do artigo 304, da Lei Complementar Municipal nº 009/2022, os imóveis que não possuírem os imóveis que não possuam serviço de água e esgoto terão a cobrança da taxa de lixo vinculados ao boleto de recolhimento do IPTU com o mesmo prazo e condições para o recolhimento do tributo.

Art. 7º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023

Objeto:	Aquisição de produtos de limpeza para piso, **EMERGENCIAL**, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer Turismo e Cultura de Canabrava do Norte pelo período de 30 (trinta) dias.
Favorecido:	**S3M Empreendimentos Comerciais e Serviços EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.805.780/0001-51;
Prazo de Execução:	30 (trinta) dias;
Valor Global:	R$ 3.051,15 (três mil, cinquenta e um reais e quinze centavos);
Fundamento Legal:	Art. 24, inciso II da Lei n°. 8.666/93.
Justificativa:	Anexa nos autos do processo de Dispensa de Licitação nº. 029/2023.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 029/2023, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Canabrava do Norte-MT, em 04 de Agosto de 2023.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 013/2023 - CMDCA- CANABRAVA DO NORTE – MT, 03 DE AGOSTO DE 2023

Resolução Nº 013/2023 - CMDCA- Canabrava do Norte – MT, 03 de agosto de 2023

Resolução n.013/2023

A Comissão especial de acompanhamento do processo de escolha unificado para conselheiro/a tutelar de Canabrava do Norte/MT representada por seu presidente Evandro Vieira Souza, em conformidade com as diretrizes elencadas no bojo do edital nº 001/2023 e da Lei Municipal N° 1.361, /2023, de 06 de março de 2023, torna público a divulgação do ensalamento para realização da avaliação psicológica objetiva do processo de escolha unificado para conselheiro/a tutelar, conforme segue adiante:

DATA	**06/08/2023 – (DOMINGO)**
HORARIO	**14h às 18h** **HORARIO DE BRASILIA**
LOCAL	**ESCOLA MUNICIPAL CANAÃ** **AV ULISSES GUIMARAES, S/N, CENTRO**

O candidato deverá comparecer munido semente de: I. documento de identidade original;

Os portões dos estabelecimentos de aplicação de prova serão fechados, impreterivelmente, as 14 horas (horário de Brasília) não sendo permitido ingresso de candidato ao local de realização da prova após esse horário.

Candidato/a	Sala	Horário
1. Anny Karollyny Birino Cesar	09	14h às 18h – Vespertino
2. Fernanda Martins Sousa	09	14h às 18h – Vespertino
3. Hayla Ludmila Bonatto Ramos	09	14h às 18h – Vespertino
4. Lueide Rodrigues da Silva	09	14h às 18h – Vespertino
5. Maria Bernadete Viana Nunes	09	14h às 18h – Vespertino
6. Rael Coelho Gomes	09	14h às 18h – Vespertino
7. Silvania Costa Porto	09	14h às 18h – Vespertino
8. Sulani Rodrigues Correa dos Santos	09	14h às 18h – Vespertino

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canabrava do Norte – MT, 03 de agosto de 2023.

Comissão Especial do Processo Unificado para Conselheiro Tutelar

Canabrava do Norte/MT – 2023

Evandro Vieira Souza

Presidente da Comissão

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. 1.196, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DECRETO N. 1.196, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

"ESTABELECE O VALOR DA TERRA NUA (VTN), POR HECTARE, DO IMÓVEL RURAL DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA NO NORTE-MT, PARA FINS DE DECLARAÇÃO, COBRANÇA E FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR)".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Instrução Normativa RFB n° 1877, de 14 de março de 2019, que dispõe sobre a prestação de informações sobre o Valor da Terra Nua (VTN) à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; e

CONSIDERANDO que fica definido os valores da Terra Nua por hectare do imóvel rural, para fins de declaração e fiscalização do Imposto Territorial Rural-ITR 2023, do município de Canabrava do Norte seguindo o Laudo Técnico de Avaliação da Terra Nua (VTN), elaborado no exercício de 2022;

CONSIDERANDO que o Município de Conquista D'Oeste deverá informar os Valores da Terra Nua por hectare (VTN/ha), para fins de atualização do Sistema de Preço de Terras (SIPT) da Receita Federal do Brasil (RFB),

CONSIDERANDO o levantamento do Engenheiro Agrônomo/Téc. em Agricultura, o Sr. João Paulo Spuri Donato, CPF: 387.130.018-76, CREA – MT 030159 e conforme a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART n. 1220200015406.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidos os Valores da Terra Nua (VTN), do município de Canabrava do Norte seguindo o Laudo Técnico de Avaliação da Terra Nua (VTN), elaborado no exercício de 2022, por hectare, dos imóveis rurais localizados no Município de Canabrava do Norte/MT para o **exercício de 2023**, para fins de declaração, cobrança e fiscalização do Imposto Territorial Rural – ITR, conforme segue:

CLASSE DE USO	OPTIDÃO AGRICOLA	VTN/ha
CLASSE I	Lavoura Aptidão Boa	R$ 13.530,20
CLASSE II	Lavoura Aptidão Regular	R$ 9.913,50
CLASSE III	Lavoura Aptidão Restrita	R$ 6.250,10
CLASSE IV	Pastagem Plantada	R$ 6.145,00
CLASSE V	Silvicultura ou Pastagem Natural	R$ 3.220,60
CLASSE VI	Preservação a Fauna ou Flora	R$ 2.550,00

Parágrafo único. Os valores médios foram definidos com base na Norma Técnica ABNT 14.653 e utilizou-se do Método Comparativo Direto de dados de mercado com fatores de homogeneização, por meio do tratamento dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes das informações coletadas.

Art. 2° O contribuinte deverá efetuar a Declaração do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) tendo por base as informações descritas no artigo 1° deste Decreto sobre o VTN, pois, caso contrário, a declaração estará inconsistente e poderá sofrer a fiscalização pela Receita Federal do Brasil (RFB) e posterior notificação para ajuste, podendo acarretar multa para o proprietário rural.

Art. 3º Os valores definidos são os preços mínimos, por hectare, considerados como referência para Valorização de Terra Nua (VTN) no Município de Canabrava do Norte/MT, devendo ser observado como valor máximo aquele praticado pela valorização do mercado.

Art. 4º Os valores definidos não obrigam os contribuintes para fins de negociação no mercado.

Art. 5° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canabrava do Norte – MT, em 04 de Agosto de 2023.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 022/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 022/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT** E A EMPRESA **CONSÓRCIO ATENAS.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87**,** doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONSÓRCIO ATENAS**, inscrita no CNPJ:48.019.170/0001-44, estabelecida na Rua da Bahia nº 2727, loja 01, sala 15, Bairro Lourdes, Cidade/Estado**:** Belo Horizonte – MG, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Anderson Teixeira, ocupando o cargo de Sócio Diretor, RG nº M4325957 e CPF nº 683.901.226-34,e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira, inciso 3.27, referente ao **Processo Administrativo nº 016/2023 – Adesão nº 006/2023.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira - Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 02/02/2024,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2022, e ainda por necessidade de manter o contrato vigente para futuras aquisições de brinquedos pedagógicos pela educação, justificando assim a prorrogação pretendida.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000 no orçamento anual de 2023 e seguintes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 022/2023,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana, 31 de Julho de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CONSÓRCIO ATENAS

ANDERSON TEIXEIRA

CPF nº 683.901.226-34

CONTRATADA

CINTIA DE ALMEIDA RAIMUNDO

PORTARIA Nº 090/2023

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

Cpf Cpf

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 196/2022

1º TERMO ADITIVOao Contrato Nº 196/2022, firmado com a empresa **LUCILENE SILVA DO NASCIMENTO** para o **ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA AV. PARANÁ ATÉ A MT 109**.

Pelo presente instrumento contratual, **O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **LUCILENE SILVA DO NASCIMENTO**, inscrita no CNPJ Nº 37. 900.581/0001-28, e Inscrição Estadual sob n.º 13.826.044-3, estabelecida a Rua Afonso Pena, 693, Sala 15, Bairro Quilombo, Cidade de Cuiabá-MT, representada neste por Lucilene Silva do Nascimento, brasileira, solteira, empresária, portador do RG n.º 1208833-1 SESP/MT e do CPF nº. 864. 230.291-72, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de preços nº 001/2022**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 196/2022** que tem por objeto o **ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA AV. PARANÁ ATÉ A MT 109**, Cláusula Quarta - do Prazo da Execução da Obra e Vigência do Contrato, inciso 4.1.

1.2 – Fica acrescido o total de **270 (Duzentos e setenta) dias o prazo de vigência do contrato,** estendendo-se **até 30/04/2024.**

CLAUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Incisos II e III da Lei 8.6366 de 21 de junho de 1993.

2.2 – Conforme justificativa apresentada pelo fiscal do contrato, lotado no departamento de engenharia do município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original, 1º e 2º aditivos permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUARTA - DOMICÍLIO E FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana-MT, 28 de Julho de 2023.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

LUCILENE SILVA DO NASCIMENTO

LUCILENE SILVA DO NASCIMENTO

CPF nº. 864.230.291-72

CONTRATADA

DIEGO FERREIRA DA SILVA

Portaria nº 069/2022 de 01/02/2022

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF n.º CPF n.º

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO Nº 190/2023

DECRETO Nº 190/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **DESIGNADAS** as Senhoras **ROSANGELA TATSCH E SILVA** e **ANA LÚCIA DA SILVA DO PRADO,** para desempenharem a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 06 de julho de 2023, e a Senhora QUEILA DA SILVA suplente:

I – Pregão Presencial n.º 017/2022;

II – Contrato n° 032/2023;

III – Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pão francês, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social de acordo com a Lei n.º 1.349/2022.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 201/2023

DECRETO Nº 201/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **DESIGNADOS** os servidores abaixo relacionados**,** para desempenharem as funções de Fiscais de Ata de Registro de Preços e seus respectivos suplentes, a partir do dia 10 de julho de 2023.

Secretaria de Educação

Titular: Maria Lúcia de Souza da Silva

Suplente: Sandra Cristina Costa

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Ivonete Salete Jacques

Suplente: Érica Marcieli Furlan de Pedri de Campos

Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Adriana de Freitas

Suplente: Icnnem Beatriz Maffei Souza

Secretaria de Assistência Social

Titular: Gislaine de Carvalho

Suplente: Queila da Silva

Secretaria de Saúde

Titular: Elen Cristina Martines Rosa

Suplente: Elizangela Lopes de Oliveira

I. Pregão Eletrônico n.º 032/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 095/2023; III. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS, FECHAMENTOS PARA TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS E JOGO DE MESA E CADEIRAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA - MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 04 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 202/2023

DECRETO Nº 202/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **DESIGNADOS** os servidores abaixo relacionados**,** para desempenharem as funções de Fiscais de Ata de Registro de Preços e seus respectivos suplentes, a partir do dia 10 de julho de 2023.

Secretaria de Educação

Titular: Elaine Batista Costa de Souza

Suplente: Maria Lúcia de Souza da Silva

Secretaria de Saúde

Titular: Elizangela Lopes de Oliveira

Suplente: Marcos Vinícius da Silva Reis

Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Leandro Tragino Costa

Suplente: Adriana de Freitas

I. Pregão Eletrônico n.º 033/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 096/2023; III. Ata de Registro de Preço n° 097/2023; IV. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NOVOS EXTINTORES E RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, PLACAS DE SINALIZAÇÃO E SUPORTES, PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 04 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 192/2023

DECRETO Nº 192/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **DESIGNADOS** os Senhores **JOÃO FERNANDO FERREIRA NOGUEIRA** e **LEANDRO TRAGINO COSTA,** para desempenharem a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 14 de julho de 2023, e a Senhora IVONETE SALETE JACQUES suplente:

I – Pregão Eletrônico n.º 031/2023;

II – Contrato n° 034/2023;

III – Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de 01 (um) caminhão tipo cavalo mecânico zero km e 01 (um) reboque prancha dois eixos zero km comprimento mínimo 9,30 metros, estrutura plana, através do convênio 912961/2021 com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 203/2023

DECRETO Nº 203/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o servidor **LEANDRO TRAGINO COSTA,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preços, a partir do dia 11 de julho de 2023, e JOSÉ ROBERTO LINARES suplente.

I. Pregão Eletrônico n.º 029/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 098/2023; III. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de tijolos de 6 furos de 23,5cm para atender a demanda da Secretaria de Obras do Município de Carlinda - MT **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 193/2023

DECRETO Nº 193/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a Senhora **IVONETE SALETE JACQUES,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 27 de julho de 2023, e a Senhora ERICA MARCIELI FURLAN DE PEDRI DE CAMPOS suplente:

I – Inexigibilidade de Licitação n.º 004/2023;

II – Contrato n° 035/2023;

III – Objeto: "Contratação de show artístico com a Empresa Camylle Viola Produções, para a realização de evento cultural no dia 28 de julho de 2023, com Camylle Viola, na 17ª festa do Agricultor".

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 191/2023

DECRETO Nº 191/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **IVONILDO LIMA BARBOSA,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 07 de julho de 2023, e a Senhora ELEN CRISTINA MARTINES ROSA suplente:

I – Dispensa de Licitação nº 017/2023;

II – Contrato n° 033/2023;

III – Objeto: Aquisição de Serviço especializado de fabricação e instalação de barras de aço inox para manutenção de piscina do Centro para Tratamento Aquático do município de Carlinda/MT.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 204/2023

DECRETO Nº 204/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **DESIGNADOS** os servidores abaixo relacionados**,** para desempenharem as funções de Fiscais de Ata de Registro de Preços e seus respectivos suplentes, a partir do dia 12 de julho de 2023.

Secretaria de Saúde

Titular: Elen Cristina Martines Rosa

Suplente: Elaine Juviniano de Lima

Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Leandro Tragino Costa

Suplente: Adriana de Freitas

Secretaria de Assistência Social

Titular: Ana Lúcia da Silva do Prado

Suplente: Tatiane Rocha Cerqueira da Silva

I. Pregão Eletrônico n.º 025/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 099/2023; III. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 04 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 205/2023

DECRETO Nº 205/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a servidora **ELEN CRISTINA MARTINES ROSA,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preços, a partir do dia 25 de julho de 2023, e ELIZANGELA LOPES DE OLIVEIRA suplente.

I. Pregão Eletrônico n.º 021/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 100/2023; III. Ata de Registro de Preço n° 101/2023; IV. Ata de Registro de Preço n° 102/2023; V. Ata de Registro de Preço n° 103/2023; VI. Ata de Registro de Preço n° 104/2023; VII. Ata de Registro de Preço n° 105/2023; VIII. Ata de Registro de Preço n° 106/2023; IX. Ata de Registro de Preço n° 107/2023; X. Ata de Registro de Preço n° 108/2023; XI. Ata de Registro de Preço n° 109/2023; XII. Ata de Registro de Preço n° 110/2023; XIII. Ata de Registro de Preço n° 111/2023; XIV. Ata de Registro de Preço n° 112/2023; XV. Ata de Registro de Preço n° 113/2023; XVI. Ata de Registro de Preço n° 114/2023; XVII. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo hospitalar, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 04 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 199/2023

DECRETO Nº 199/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o servidor **MATEUS PEREIRA DE OLIVEIRA,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preços, a partir do dia 27 de junho de 2023 e MARIA LÚCIA DE SOUZA DA SILVA suplente.

I. Pregão Presencial n.º 007/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 093/2023; III. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço na elaboração, execução e acompanhamento de projetos e processos de segurança contra incêndio e pânico em eventos temporários atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Educação Departamento de Cultura do Município de Carlinda-MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2023

De conformidade com o disposto no artigo 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL.**

VALOR GLOBAL: R$20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

*Sendo R$8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) pagos no exercício do ano de **2023** e R$11.900,00 (onze mil e novecentos reais) pagos no exercício do ano de **2024**.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

EMPRESA CONTRATADA: RENASCER – CENTRO DE REABILITAÇÃO DE ÁLCOOL E DROGAS LTDA inscrita no CNPJ nº 42.546.436/0001-20

Carlinda - MT, 04 de Agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 198/2023

DECRETO Nº 198/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a servidora **INVONETE SALETE JACQUES,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preços, a partir do dia 22 de junho de 2023, e ÉRICA MARCIELI FURLAN DE PEDRI DE CAMPOS suplente.

I. Pregão Eletrônico n.º 028/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 092/2023; III. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na confecção de camisetas personalizadas para atender a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo do Município de Carlinda - MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 197/2023

DECRETO Nº 197/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **DESIGNADOS** os servidores abaixo relacionados**,** para desempenharem as funções de Fiscais de Ata de Registro de Preços e seus respectivos suplentes, a partir do dia 16 de junho de 2023.

Secretaria de Saúde

Titular: Emily da Rosa

Suplente: Elen Cristina Martines Rosa

Secretaria de Educação

Titular: Emily da Rosa

Suplente: Sandra Cristina Costa

Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Emily da Rosa

Suplente: Icnnem Beatriz Maffei Souza

Secretaria de Assistência Social

Titular: Emily da Rosa

Suplente: Gislaine de Carvalho

I. Pregão Presencial n.º 006/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 091/2023; III. Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de internet via fibra óptica para atender as Secretarias do Município de Carlinda-MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 196/2023

DECRETO Nº 196/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **DESIGNADOS** os servidores abaixo relacionados**,** para desempenharem as funções de Fiscais de Ata de Registro de Preços e seus respectivos suplentes, a partir do dia 07 de junho de 2023.

Secretaria de Saúde

Titular: Elen Cristina Martines Rosa

Suplente: Claudemir Luiz Gomes

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Érica Marcieli Furlan de Pedri de Campos

Suplente: Ivonete Salete Jacques

I. Pregão Eletrônico n.º 022/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 089/2023; III. Ata de Registro de Preço n° 090/2023; IV. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSETICIDA E FUNGICIDA; ADUBOS, FERTILIZANTES E SEMENTES; ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM; E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL E LESMICIDA PARA ATENDER OS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL NO COMBATE AO CONTROLE DA PRAGA MOLUSCOS LESMAS E CARAMUJOS. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 195/2023

DECRETO Nº 195/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a servidora **GISLAINE DE CARVALHO,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preços, a partir do dia 16 de maio de 2023 e ANA LÚCIA DA SILVA DO PRADO suplente.

I. Pregão Eletrônico n.º 019/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 087/2023; III. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos para compor kits de enxoval para bebê, para a concessão de benefício – auxílio natalidade, destinado a atender as gestantes assistidas pela Secretaria Social do Município de Carlinda-MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 206/2023

DECRETO Nº 206/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a servidora **ÉRICA MARCIELI FURLAN DE PEDRI DE CAMPOS,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Re-

gistro de Preços, a partir do dia 27 de julho de 2023, e MARIA LÚCIA DE SOUZA DA SILVA suplente.

I. Pregão Presencial n.º 008/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 115/2023; III. Ata de Registro de Preço n° 116/2023; IV. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de mesas e cadeiras de plástico para atender as necessidades da Secretaria de Educação – Departamento de Cultura do Município de Carlinda-MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 04 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 207/2023

DECRETO Nº 207/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a servidora **MARIA LÚCIA DE SOUZA DA SILVA,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preços, a partir do dia 02 e agosto de 2023, e MARIA SUZANA BERNARDO DE OLIVEIRA suplente.

I. Pregão Eletrônico n.º 038/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 117/2023; III. Ata de Registro de Preço n° 118/2023; IV. Ata de Registro de Preço n° 119/2023; V. Ata de Registro de Preço n° 120/2023; VI. Ata de Registro de Preço n° 121/2023; VII. Ata de Registro de Preço n° 122/2023; VIII. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros e fórmulas alimentares para merenda escolar, em atendimento às Escolas Municipais de Carlinda – MT, no ano letivo de 2023/2024. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 04 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 194/2023

DECRETO Nº 194/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o servidor **IVONILDO LIMA BARBOSA,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preços, a partir do dia 11 de maio de 2023 e ELEN CRISTINA MARTINES ROSA suplente.

I. Pregão Eletrônico n.º 020/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 085/2023; III. Ata de Registro de Preço n° 086/2023; IV. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos para manutenção e limpeza da piscina do centro para tratamento aquático do Município de Carlinda-MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 189/2023

DECRETO Nº 189/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **LEANDRO TRAGINO COSTA,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 06 de julho de 2023, e o Senhor JOSÉ RODRIGUES DIAS suplente:

I – Dispensa de Licitação nº 016/2023;

II – Contrato n° 031/2023;

III – Objeto: Aquisição de peças e manutenção de escavadeira hidráulica maraca SANY modelo SY215C com a finalidade de manter garantia de fábrica do maquinário.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 200/2023

DECRETO Nº 200/2023

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **DESIGNADOS** os servidores **JOÃO FERNANDO FERREIRA NOGUEIRA** e **LEANDRO TRAGINO COSTA,** para desempenharem as funções de Fiscais de Ata de Registro de Preços, a partir do dia 30 de junho de 2023, e IVONETE SALETE JACQUES suplente.

I. Pregão Eletrônico n.º 031/2023; II. Ata de Registro de Preço n° 094/2023; III. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de 01 (um) caminhão tipo cavalo mecânico zero km e 01 (um) reboque prancha dois eixos zero km comprimento mínimo 9,30 metros, estrutura plana, através do convênio 912961/2021 com o Ministério da Agricultura, Pecuá-

ria e Abastecimento (MAPA). **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de agosto de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 37/2023

O Município de Castanheira/MT torna público que fará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 37/2023,** do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM"** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CA-1, ATENDENDO O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT**, sessão marcada para o dia 22/08/2023 às 08h:00min. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 04 de agosto de 2023.

MAYARA CAROLINA DOS SANTOS

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°106/2023

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N° 31/2023

O MUNICIPIO DE CASTANHEIRA/MT TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL - 31/2023, tendo como OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA, FRESA E CORTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS, PERTENCENTE AO** MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT. CONFORME A SEGUIR, as empresas vencedoras: **LUCAS MALESKI 05159064176 CNPJ/CPF Nº 23.437.331/0001-99**, com o **VALOR TOTAL R$ R$ 337.943,00 (Trezentos e trinta e sete mil e novecentos e quarenta e três reais)** a empresa**MARISA GODOI DE S. VELHO PECAS E SERVICOS CNPJ/CPF Nº 36.034.297/0001-53,** com o **VALOR TOTAL R$ 182.297,50 (Cento e oitenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)** a empresa **BRUNO LAURENTI 04330205122 CNPJ/CPF Nº 43.034.673/0001-75,** com o **VALOR TOTAL R$ 50.900,00 (Cinquenta mil e novecentos reais)** a empresa **JONES VANDERLEI MACHADO 04043942133 CNPJ/CPF Nº 47.189.053/0001-66**, com o **VALOR TOTAL R$ R$ 28.750,00 (Vinte e oito mil e setecentos e cinquenta reais).**

Castanheira-MT, 04 de agosto de 2023.

MAYARA CAROLINA DOS SANTOS

PREGOEIRA DESIGNADA

Portaria N° 106/2023

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 45/2023

Dispensa N° 45/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRONOMETRAGEM ELETRÔNICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE AMADOR, DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT.

Contratada: **ANA PAULA GAVILAN LEAL LTDA - ME**

CNPJ nº: **33.978.328/0001-36**

Valor: **R$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais)**

Data da declaração: 04 de agosto de 2023. Pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

Data da ratificação: 04 de agosto de 2023. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 90 dias.

Base legal: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Castanheira MT, 04 de agosto de 2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 45/2023

A Presidente da CPL torna público que realizou a **DISPENSA Nº 45/2023**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRONOMETRAGEM ELETRÔNICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE AMADOR, DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** que será firmada com a empresa: **ANA PAULA GAVILAN LEAL LTDA - ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 33.978.328/0001-36**, com o valor global de **R$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais).**

Castanheira - MT, 04 de agosto de 2023.

MAYARA CAROLINA DOS SANTOS

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA N°105/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL ao MENOR VALOR GLOBAL, tendo por objeto o "Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Refeições do Tipo Marmitex para atendimento das Secretarias de Saúde e Administração", nos termos da Lei 10.520/2002, a realizar-se no dia 17 DE AGOSTO DE 2023 (QUINTA-FEIRA) - 09:00 hs - MT. Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Rua Tiradentes, nº 166, Centro, das 08:00 às 11h e das13:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (065) 3301-1570. Chapada dos Guimarães-MT, 04 de agosto de 2023.**

MARIANA CAROLLINE SOARES CARDOSO

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 129/2023/LIC/SEMAD

DATA: 01 de Agosto de 2023.

SÚMULA: Nomeia a servidora **SHEILA YOTZCHETZ,** como fiscal de Ata de Registro de Preço**e** dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia a servidora **SHEILA YOTZCHETZ** CPF n° ***. 243.079-**, como Fiscal de Ata de Registro de Preço abaixo relacionado;

ATA:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
048/2022	**COMERCIAL MENDONCA LTDA.**	**REGISTRO PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PREDIAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CLÁUDIA - MT.**

Art.2°Nomeia a servidora **VALDENICE GALELLI** e inscrito no CPF n° ***. 408.740 -**, como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

01 de Agosto de 2023

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 128/2023/LIC/SEMAD

DATA: 07 de Julho de 2023.

SÚMULA: Nomeia a servidora **SHEILA YOTZCHETZ,** como fiscal de Ata de Registro de Preço**e** dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia a servidora **SHEILA YOTZCHETZ** CPF n° ***. 243.079-**, como Fiscal de Ata de Registro de Preço abaixo relacionado;

ATA:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
046/2022	**MUDAR COM DE MAT DE CONST FERR E EPIS LTDA ME.**	**REGISTRO PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PREDIAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CLÁUDIA - MT.**

Art.2°Nomeia a servidora **VALDENICE GALELLI** e inscrito no CPF n° ***. 408.740 -**, como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

07 de Julho de 2023

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 125/2023/LIC/SEMAD

DATA: 28 de Julho de 2023.

SÚMULA: Nomeia a servidora **MARINETE JUDITE MARÇAL,** como fiscal de Ata de Registro de Preço**e** dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia a servidora **MARINETE JUDITE MARÇAL** CPF n° ***. 919. 841-**, como Fiscal de Ata de Registro de Preço abaixo relacionado;

ATA:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
051/2022	**ELETRO FRIO AR CONDICIONADO EIRELI**	**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICINADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA - MT.**

Art.2°Nomeia a servidora **Kátia Cilene da Silva** e inscrito no CPF n° ***. 422.391-**, como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

28 de Julho de 2023

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 127/2023/LIC/SEMAD

DATA: 07 de Julho de 2023.

SÚMULA: Nomeia a servidora **SHEILA YOTZCHETZ,** como fiscal de Ata de Registro de Preço**e** dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia a servidora **SHEILA YOTZCHETZ** CPF n° ***. 243.079-**, como Fiscal de Ata de Registro de Preço abaixo relacionado;

ATA:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
045/2022	**CACIQUE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA – EPP.**	**REGISTRO PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PREDIAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CLÁUDIA - MT.**

Art.2°Nomeia a servidora **VALDENICE GALELLI** e inscrito no CPF n° ***. 408.740 -**, como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

07 de Julho de 2023

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 126/2023/LIC/SEMAD

DATA: 07 de Julho de 2023.

SÚMULA: Nomeia a servidora **SHEILA YOTZCHETZ,** como fiscal de Ata de Registro de Preço**e** dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia o servidor **SHEILA YOTZCHETZ** CPF n° ***. 243.079-**, como Fiscal de Ata de Registro de Preço abaixo relacionado;

ATA:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
041/2022	**IVAN GUIA LEMOS DA SILVA E CIA LTDA ME.**	**REGISTRO PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PREDIAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CLÁUDIA - MT.**

Art.2°Nomeia o servidor **VALDENICE GALELLI** e inscrito no CPF n° ***. 408.740 -**, como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

07 de Julho de 2023

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 012/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 012/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 07 – REGISTRO DE PREÇO

GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

FORNECEDOR: MATHEUS OLIVEIRA CASTELO

CNPJ: 36.889.334/0001-05

Objeto: A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de locação de veículos para uso no transporte escolar de alunos devidamente matriculados nas redes municipal de educação no município de Cocalinho/MT, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura período de março a dezembro de 2023, totalizando 160 (cento e sessenta) dias letivos, do tipo menor preço por item, **por km rodado**

Valor total de **R$ 1.966.831,20** (Um milhão, novecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e 20 centavos).

Os preços unitários estão publicados no site www.cocalinho.mt.gov.br

DATA DA VIGENCIA: 02/05/2023 a 02/05/2024

DATA DA ASSINATURA: 02/05/2023

Cocalinho – MT 02 de maio de 2023

DÉCIMO SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

DÉCIMO SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº. 676 - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº. 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar, contador, Brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua do bosque no setor cidade nova, portador Rg nº1734269 – 4 e CPF: 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**,

Considerando a solicitação da Empresa CONTRATATADA AUTO POSTO KARAJAS LTDA, inscrito no CNPJ: 20.416.774/0001-05 com sede situada na avenida Hermano ribeiro da silva s/n°, quadra 06 lote 1,2,3,5,6,7,8,10, centro Cocalinho -MT, embasada na alínea "d", Inciso II § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, onde prevê o realinhamento dos preços de materiais a qualquer tempo desde de que esteja previsto em contrato,

Considerando que as reduções hora mencionados estão comprovados com tabelas da própria ANP, através da Petrobras autorizou uma redução no percentual do ETANOL, redução no percentual do OLEO DIESEL S 500 e redução no percentual do OLEO DIESEL S 10, com previsão na ata de registro de preço, na cláusula décima primeira do Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº 029/2022.

R E S O L V E:

1 – O presente termo de apostilamento refere-se à alteração do valor atual registrado na ARP 029/2022, constatado nos autos do processo 143/2022 e Clausulas, através de pesquisas no site ANP e Petrobrás, que houve alterações nos valores praticados no mercado.

PRODUTOS	VALOR(RS/TO) REFERÊNCIA	VALOR (R$) REDUÇÃO	VALOR (R$) AUMENTO
ETANOL/ÁLCOOL	R$ 4,49	R$ 4,37	
GASOLINA	R$ 6,27		
OLEO DIESEL S 10	R$ 6,52	R$ 6,18	
OLEO DIESEL S 500	R$ 6,42	R$ 6,08	

2 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições anteriores acordadas na Ata de Registro de Preços nº 029/2022, vinculada ao Processo Administrativo 143/2022, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

3 – Este instrumento entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 12 dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e três

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

DÉCIMO QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

DÉCIMO QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº. 676 - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº. 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar,

contador, Brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua do bosque no setor cidade nova, portador Rg nº1734269 – 4 e CPF: 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**,

Considerando a solicitação da Empresa CONTRATATADA AUTO POSTO KARAJAS LTDA, inscrito no CNPJ: 20.416.774/0001-05 com sede situada na avenida Hermano ribeiro da silva s/n°, quadra 06 lote 1,2,3,5,6,7,8,10, centro Cocalinho -MT, embasada na alínea "d", Inciso II § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, onde prevê o realinhamento dos preços de materiais a qualquer tempo desde de que esteja previsto em contrato,

Considerando que as reduções hora mencionados estão comprovados com tabelas da própria ANP, através da Petrobras autorizou uma redução no percentual da GASOLINA, redução no percentual do OLEO DIESEL S 500 e redução no percentual do OLEO DIESEL S 10, com previsão na ata de registro de preço, na cláusula décima primeira do Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº 029/2022.

R E S O L V E:

1 – O presente termo de apostilamento refere-se à alteração do valor atual registrado na ARP 029/2022, constatado nos autos do processo 143/2022 e Clausulas, através de pesquisas no site ANP e Petrobrás, que houve alterações nos valores praticados no mercado.

PRODUTOS	VALOR(RS/TO) REFERÊNCIA	VALOR (R$) REDUÇÃO	VALOR (R$) AUMENTO
ETANOL/ÁLCOOL	R$ 4,23		
GASOLINA	R$ 6,35	R$ 6,27	
OLEO DIESEL S 10	R$ 6,98	R$ 6,78	
OLEO DIESEL S 500	R$ 6,88	R$ 6,68	

2 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições anteriores acordadas na Ata de Registro de Preços nº 029/2022, vinculada ao Processo Administrativo 143/2022, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

3 – Este instrumento entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 13 dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e três

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

DÉCIMO QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

DÉCIMO QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº. 676 - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº. 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar, contador, Brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua do bosque no setor cidade nova, portador Rg nº1734269 – 4 e CPF: 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**,

Considerando a solicitação da Empresa CONTRATATADA AUTO POSTO KARAJAS LTDA, inscrito no CNPJ: 20.416.774/0001-05 com sede situada na avenida Hermano ribeiro da silva s/n°, quadra 06 lote 1,2,3,5,6,7,8,10, centro Cocalinho -MT, embasada na alínea "d", Inciso II § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, onde prevê o realinhamento dos preços de materiais a qualquer tempo desde de que esteja previsto em contrato,

Considerando que os aumentos e reduções hora mencionados estão comprovados com tabelas da própria ANP, através da Petrobras autorizou um aumento no percentual do ETANOL, redução no percentual do OLEO DIESEL S 500 e redução no percentual do OLEO DIESEL S 10, com previsão na ata de registro de preço, na cláusula décima primeira do Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº 029/2022.

R E S O L V E:

1 – O presente termo de apostilamento refere-se à alteração do valor atual registrado na ARP 029/2022, constatado nos autos do processo 143/2022 e Clausulas, através de pesquisas no site ANP e Petrobrás, que houve alterações nos valores praticados no mercado.

PRODUTOS	VALOR(RS/TO) REFERÊNCIA	VALOR (R$) REDUÇÃO	VALOR (R$) AUMENTO
ETANOL/ÁLCOOL	R$ 4,23		R$ 4,49
GASOLINA	R$ 6,27		
OLEO DIESEL S 10	R$ 6,78	R$ 6,52	
OLEO DIESEL S 500	R$ 6,68	R$ 6,42	

2 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições anteriores acordadas na Ata de Registro de Preços nº 029/2022, vinculada ao Processo Administrativo 143/2022, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

3 – Este instrumento entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e três

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

DÉCIMO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

DÉCIMO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº. 676 - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº. 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar, contador, Brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua do bosque no setor cidade nova, portador Rg nº1734269 – 4 e CPF: 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**,

Considerando a solicitação da Empresa CONTRATATADA AUTO POSTO KARAJAS LTDA, inscrito no CNPJ: 20.416.774/0001-05 com sede situada na avenida Hermano ribeiro da silva s/n°, quadra 06 lote 1,2,3,5,6,7,8,10, centro Cocalinho -MT, embasada na alínea "d", Inciso II § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, onde prevê o realinhamento dos preços de materiais a qualquer tempo desde de que esteja previsto em contrato,

Considerando que os aumentos hora mencionados estão comprovados com tabelas da própria ANP, através da Petrobras autorizou um aumento no percentual da GASOLINA, aumento no percentual do ETANOL, aumento no percentual do OLEO DIESEL S 500 e aumento no percentual do OLEO DIESEL S 10, com previsão na ata de registro de preço, na cláusula décima primeira do Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº 029/2022.

R E S O L V E:

1 – O presente termo de apostilamento refere-se à alteração do valor atual registrado na ARP 029/2022, constatado nos autos do processo 143/2022 e Clausulas, através de pesquisas no site ANP e Petrobrás, que houve alterações nos valores praticados no mercado.

PRODUTOS	VALOR(RS/TO) REFERÊNCIA	VALOR (R$) REDUÇÃO	VALOR (R$) AUMENTO
ETANOL/ÁLCOOL	R$ 4,10		R$ 4,23
GASOLINA	R$5,80		R$ 6,35
OLEO DIESEL S 10	R$ 6,89		R$ 6,98
OLEO DIESEL S 500	R$ 6,79		R$ 6,88

2 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições anteriores acordadas na Ata de Registro de Preços nº 029/2022, vinculada ao Processo Administrativo 143/2022, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

3 – Este instrumento entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 03 dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e três

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

DECIMO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

DECIMO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº. 676 - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº. 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar, contador, Brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua do bosque no setor cidade nova, portador Rg nº1734269 – 4 e CPF: 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**,

Considerando a solicitação da Empresa CONTRATATADA AUTO POSTO KARAJAS LTDA, inscrito no CNPJ: 20.416.774/0001-05 com sede situada na avenida Hermano ribeiro da silva s/n°, quadra 06 lote 1,2,3,5,6,7,8,10, centro Cocalinho -MT, embasada na alínea "d", Inciso II § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, onde prevê o realinhamento dos preços de materiais a qualquer tempo desde de que esteja previsto em contrato,

Considerando que os aumentos e reduções hora mencionados estão comprovados com tabelas da própria ANP, através da Petrobras autorizou um aumento no percentual da GASOLINA, redução no percentual do ETANOL, redução no percentual do OLEO DIESEL S 500 e redução no percentual do OLEO DIESEL S 10, com previsão na ata de registro de preço, na cláusula décima primeira do Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº 029/2022.

R E S O L V E:

1 – O presente termo de apostilamento refere-se à alteração do valor atual registrado na ARP 029/2022, constatado nos autos do processo 143/2022 e Clausulas, através de pesquisas no site ANP e Petrobrás, que houve alterações nos valores praticados no mercado.

PRODUTOS	VALOR(RS/TO) REFERÊNCIA	VALOR (R$) REDUÇÃO	VALOR (R$) AUMENTO
ETANOL/ÁLCOOL	R$ 4,18	R$ 4,10	
GASOLINA	R$5,55		R$ 5,80
OLEO DIESEL S 10	R$7,40	R$ 7,16	
OLEO DIESEL S 500	R$ 7,30	R$ 7,06	

2 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições anteriores acordadas na Ata de Registro de Preços nº 029/2022, vinculada ao Processo Administrativo 143/2022, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

3 – Este instrumento entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 01 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e três

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

DECIMO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

DECIMO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº. 676 - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº. 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar, contador, Brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua do bosque no setor cidade nova, portador Rg nº1734269 – 4 e CPF: 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**,

Considerando a solicitação da Empresa CONTRATATADA AUTO POSTO KARAJAS LTDA, inscrito no CNPJ: 20.416.774/0001-05 com sede situada na avenida Hermano ribeiro da silva s/n°, quadra 06 lote 1,2,3,5,6,7,8,10, centro Cocalinho -MT, embasada na alínea "d", Inciso II § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, onde prevê o realinhamento dos preços de materiais a qualquer tempo desde de que esteja previsto em contrato,

Considerando que os aumentos hora mencionados estão comprovados com tabelas da própria ANP, através da Petrobras autorizou um aumento no percentual da GASOLINA, aumento no percentual do ETANOL, aumento no percentual do OLEO DIESEL S 500 e aumento no percentual do OLEO DIESEL S 10, com previsão na ata de registro de preço, na clausula decima primeira do Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº 029/2022.

R E S O L V E:

1 – O presente termo de apostilamento refere-se à alteração do valor atual registrado na ARP 029/2022, constatado nos autos do processo 143/2022 e Clausulas, através de pesquisas no site ANP e Petrobrás, que houve alterações nos valores praticados no mercado.

PRODUTOS	VALOR(RS/TO) REFERÊNCIA	VALOR (R$) REDUÇÃO	VALOR (R$) AUMENTO
ETANOL/ÁLCOOL	R$ 4,03		R$ 4,18
GASOLINA	R$5,45		R$ 5,55
OLEO DIESEL S 10	R$7,20		R$ 7,40
OLEO DIESEL S 500	R$ 7,12		R$ 7,30

2 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições anteriores acordadas na Ata de Registro de Preços nº 029/2022, vinculada ao Processo Administrativo 143/2022, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

3 – Este instrumento entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte e três

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 013/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 013/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/23 – REGISTRO DE PREÇO

GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

FORNECEDOR: GERAÇÃO-CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. ME

CNPJ: 06.332.201/0001-72

Objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na execução de projeto de regularização fundiária e demarcação urbanística nos termos da Lei nº 13.465/2017, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Administração.

Valor total de **R$: 730.000,00** (Setecentos e trinta mil reais).

Os preços unitários estão publicados no site www.cocalinho.mt.gov.br

DATA DA VIGENCIA: 30/03/2023 a 30/03/2024

DATA DA ASSINATURA: 30/03/2023

Cocalinho – MT 30 de março de 2023

DÉCIMO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

DÉCIMO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº. 676 - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº. 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar, contador, Brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua do bosque no setor cidade nova, portador Rg nº1734269 – 4 e CPF: 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**,

Considerando a solicitação da Empresa CONTRATATADA AUTO POSTO KARAJAS LTDA, inscrito no CNPJ: 20.416.774/0001-05 com sede situada na avenida Hermano ribeiro da silva s/n°, quadra 06 lote 1,2,3,5,6,7,8,10, centro Cocalinho -MT, embasada na alínea “d”, Inciso II § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, onde prevê o realinhamento dos preços de materiais a qualquer tempo desde de que esteja previsto em contrato,

Considerando que os aumentos e reduções hora mencionados estão comprovados com tabelas da própria ANP, através da Petrobras autorizou uma redução no percentual do OLEO DIESEL S 500 e redução no percentual do OLEO DIESEL S 10, com previsão na ata de registro de preço, na cláusula décima primeira do Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº 029/2022.

R E S O L V E:

1 – O presente termo de apostilamento refere-se à alteração do valor atual registrado na ARP 029/2022, constatado nos autos do processo 143/2022 e Clausulas, através de pesquisas no site ANP e Petrobrás, que houve alterações nos valores praticados no mercado.

PRODUTOS	VALOR(RS/TO) REFERÊNCIA	VALOR (R$) REDUÇÃO	VALOR (R$) AUMENTO
ETANOL/ÁLCOOL	R$ 4,10		
GASOLINA	R$5,80		
OLEO DIESEL S 10	R$7,16	R$ 6,89	
OLEO DIESEL S 500	R$ 7,06	R$ 6,79	

2 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições anteriores acordadas na Ata de Registro de Preços nº 029/2022, vinculada ao Processo Administrativo 143/2022, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

3 – Este instrumento entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 22 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e três

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 36/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ALEXSANDRO GARCIA DA SILVA – MAT.: 6380

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **36/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.404,09 (seis mil quatrocentos e quatro reais e nove centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 58/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ANA PAULA FREITAS DE FARIAS – MAT.: 6936

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **58/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$3.357,85 (três mil quinhentos e cinquenta e sete e oitenta e cinco centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 48/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ANDRIELLE DAYANE SILVA PIRES DE MELO – MAT. : 6921

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **48/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.072,15 (quatro mil e setenta e dois reais e quinze centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 72/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ARTENISA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA – MAT.: 6459

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **72/2023**, rescisão término do contrato de trabalho.

VALOR RESCISÓRIO: R$5.295,94 (cinco mil duzentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavo)

DATA:21 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 117/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: CRISTIANE GOMES DA SILVA MAT.: 6504

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **117/2023**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.469,33 (seis mil quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavo)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 179/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: DAIANA THAIZ DA SILVA SOARES – MAT.: 6485

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **179/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.498,94 (seis mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação.

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 49/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: DAIANE ELIAS DOS SANTOS – MAT.: 6922

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **49/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.072,15 (quatro mil e setenta e dois reais e quinze centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 5/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: DANIELA AMANDA EVARISTO SILVA – MAT.: 6855

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **5/2023**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.211,11 (seis mil duzentos e onze reais e onze centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 27/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: DANIELE ROSA DE OLIVEIRA – MAT.: 6370

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **27/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.604,09 (seis mil seiscentos e quatro reais e nove centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 32/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ELIANE DA SILVA BANCI BASSIQUETE – MAT.: 6394

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **32/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.604,09 (seis mil seiscentos e quatro reais e nove centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 38/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO:ELIANNA DA SILVA LUCENA – MAT.: 6905

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **38/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.786,43 (quatro mil setecentos e oitenta seis reais e quarenta e três centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 27/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ERICA REGINA CAETANA BARBOSA – MAT.: 6880

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **27/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$6.770,99 (seis mil setecentos e setenta reais e noventa e nove centavos).

DATA:20 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 54/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: FATIMA SGOTI – MAT.: 6926

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **54/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.072,15 (quatro mil e setenta e dois reais e quinze centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 206/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: FERNANDA SANTANA DE JESUS – MAT.: 6493

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **206/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.466,92 (seis mil quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 37/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: FRANCIELE DA COSTA MARQUES – MAT.: 6389

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **37/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$8.175,35 (oito mil cento e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 168/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: GABRIELE CHAGAS KRUEGER – MAT.: 6508

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **168/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.442,01 (seis mil quatrocentos e quarenta e dois reais e um centavo)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 42/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: GLEICE JANE DOS SANTOS – MAT.: 6910

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **42/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.786,43 (quatro mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e três centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 21/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: IVANA MARCIA PEDON – MAT.: 6874

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **21/2023**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.116,26 (seis mil cento e dezesseis reais e vinte e seis centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 172/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: JANA RUBIA COLHADO – MAT.: 6511

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **172/2022**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.086,49 (quatro mil e oitenta e seis reais e quarenta nove centavos)

DATA:03 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 44/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: JANE MARIA DO CARMO – MAT.: 6912

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **43/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.786,43 (quatro mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e três centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 188/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: JANISLEI CRISTINA PIRES – MAT.: 6620

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **188/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.484,97 (seis mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 21/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: JULIANA ZANCANI BRANDAO – MAT.: 6400

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **21/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.404,09 (seis mil quatrocentos e quatro reais e nove centavos).

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 176/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: KEROLAYNNE ALVES DOS REIS – MAT.: 6488

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **176/2023**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.498,94 (seis mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 51/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LAIANA REBOUÇAS RAMIRO – MAT.: 6924

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **51/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$3.832,15 (três mil oitocentos e trinta e dois reais e quinze centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 22/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LAURA DOS SANTOS LIMA – MAT.: 6401

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **22/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.484,97 (seis mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 175/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LAYLLA BENICIO BAEZ – MAT.: 6489

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **175/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.498,94 (seis mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 43/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LETICIA MELO DA SILVA ANDRADE – MAT.: 6620

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **43/2023**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$4.691,58 (quatro mil seiscentos e noventa um reais e cinquenta e oito centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 59/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LINDALVA FELIX – MAT.: 6937

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **59/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$3.346,45 (três mil trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 181/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LUZIA HERRERO SANTI – MAT.: 6502

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **181/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.404,09 (seis mil seiscentos e quatro reais e nove centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 35/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LUZIA OLIVEIRA DE ARAUJO – MAT.: 6894

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **35/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$5.500,73 (cinco mil e quinhentos reais e setenta e três centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 57/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: MARIA ELZA FERREIRA DA ROCHA – MAT.: 6931

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **57/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.072,15 (quatro mil e setenta e dois reais e quinze centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 47/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: MEIRE HELEN DA SILVA AQUINO – MAT.: 6920

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **47/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.072,15 (quatro mil e setenta e dois reais e quinze centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 184/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: NADIA MARIA VILLA – MAT.: 6498

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **184/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.124,09 (seis mil cento e vinte quatro reais e nove centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 41/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: NILDA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS – MAT.: 6620

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **41/2023**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$2.462,96 (dois mil quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa seis centavos)'

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 198/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: PATRICIA MARIA DA SILVA – MAT.: 6538

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **198/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.428,18 (seis mil quatrocentos e vinte e oito reais e dezoito centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 189/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: RAFAELLE POLIANA GARCIA DE OLIVEIRA – MAT.: 6495

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **189/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.498,94 (seis mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 11/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ROSANIA LIMA SANTI – MAT.: 6863

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **11/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$6.212,00 (seis mil duzentos e doze reais)

DATA:17 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 40/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ROSENILDA MULINARI – MAT.: 6907

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **40/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.786,43 (quatro mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e três reais)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 185/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ROSIMEIRE DIAS TADIOTTO – MAT.: 6499

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **185/2022**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$7.526,70 (setecentos e quinhentos e vinte e seis reais e setenta centavos)

DATA:21 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 210/202

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: SABRINA MILCHELLE DE SOUZA – MAT.: 6490

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **210/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.498,94 (seis mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 50/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: SANGELA SILVA DOS SANTOS – MAT.: 6923

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **50/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.072,15 (quatro mil e setenta e dois reais e quinze centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 55/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: SELMA DE JESUS OLIVEIRA – MAT.: 6928

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **55/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.072,15 (quatro mil e setenta e dois reais e quinze centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 32/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: SUZIANE DOS SANTOS DE OLIVEIRA ALMEIDA BISPO MAT.: 6891

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **32/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$5.500,73 (cinco mil quinhentos e reais e setenta e três centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 52/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: TAINARA PEREIRA BARBOSA CONTE – MAT.: 6925

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº.**52/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$4.072,15 (quatro mil e setenta e dois reais e quinze centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 39/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: VALDINEIA TEIXEIRA DIAS RUBENS – MAT.: 6620

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **39/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.366,97 (seis mil trezentos e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 5/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: VANESSA APARECIDA MENOSSI PETINI – MAT.: 6612

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **5/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.404,09 (seis mil quatrocentos e quatro reais e nove centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 33/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: VANESSA CRISTINA DE SOUZA GONZALES – MAT.: 6892

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **33/2023**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$5.500,73 (cinco mil quinhentos reais e setenta e três centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 150/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: VANILDA PEREIRA DE CARVALHO – MAT.: 6447

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **150/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.498,94 (seis mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos).

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: /2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: VANILDA PEREIRA DE CARVALHO – MAT.: 6447

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **150/2022**, rescisão por iniciativa do empregado

VALOR RESCISÓRIO: R$6.498,94 (seis mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos).

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 60/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: VILMA SOUSA ALVES – MAT.: 6940

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **60/2023**, rescisão por iniciativa do empregador

VALOR RESCISÓRIO: R$3.357,85 (três mil trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos)

DATA:14 de julho de 2023

SECRETARIA: Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
PORTARIA Nº 305/2023

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Colíder Estado de Mato Grosso**, Sr. HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Relatório da Equipe Multidisciplinar, as atas 05/2023 e 07/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, **Marlene Aparecida Fonseca**– Matrícula 252, **Edna Aparecida Plens** – Matrícula 402 e **Lucineia Aparecida Pereira Dos Reis** – Matrícula 3125 para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Sindicância, incumbida de apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do processo administrativo nº 5445/2023, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2°. AFASTAR**,** preventivamente a servidora M.R.S do exercício do cargo, conforme o art. 174, da Lei Municipal n° 2.408/2010.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos desta comissão é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual prazo quando as circunstâncias o exigirem, consoante estabelece o art. 172, parágrafo único, da Lei Municipal nº 2.408/2010.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 31 de julho de 2023.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 099/2021.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Contratado: **AGROPECUÁRIA NOSSA SENHORA DA MEDALHA MILAGROSA LTDA**. Instrumento Vinculante: **Adesão nº 012/2021**. Objeto: **Aquisição de prenhezes para atender aos produtores de leite da agricultura familiar do município de Colíder/MT, promovendo o melhoramento genético do rebanho leiteiro através do Programa Mato Grosso Produtivo - LEITE**. **ACRÉSCIMO DE VALOR:** Fica acrescentado a Cláusula Segunda do contrato original, o valor **R$ 10.750,00 (dez mil, setecentos e cinquenta reais)**. **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** Fica acrescentada na Cláusula Terceira – do prazo de vigência do Contrato Original, o acréscimo de **90 (noventa) dias** terminando o prazo de vigência do contrato em **02 de novembro de 2023**. **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Transfere-se o saldo no valor de **R$ 10.750,00** para o **Cód. Red. 1098.** Data de Assinatura: 10/07/2023.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AUTO DE DEMARCAÇÃO URBANÍSTICA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 001/2023 (ART.19-LEI Nº13.465/20217)

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER que o terreno urbano denominado como **"BAIRRO DA TORRE"** da **"GLEBA CAFEZAL"**, neste Município, com **matricula 24.095** do 1º CRI de Colíder/MT, dentro dos seguintes limites e confrontações:

DESCRIÇÃO DA PARCELA:GAW-M-0219-55º 27' 57',371"-10º 47' 40, 675"-293,4- GAW-M-0217-149º,48'-136,32-Área Pública-Quadra 156. GAW-M 0217-55º 27' 55, 115"-Gato, GAW-M-0216-55º 27'58,424"-10º47'46,381"-292,53-GAW-M-0218-328º 52'-179,51-Lote 663.GAW-M-0218-55º 28' 01,478"-10º47' 41,379"-288 18- GAW-M-0219-80º 09'-126,63-Estrada Dr. José Antônio Paço. Todas as coordenadas aqui descritas estão goorreferenciadas ao Sistema de Geodésico Brasileiro e encontra-se representadas no Sistema de coordenadas geodésicas (Latitude, Longitude e Altitudes Geodésicas).

Área registrada no Registro de Imóveis do Município de Colíder sob a matrícula nº 24.095- em nome do município de Colíder FOI DEMARCADO pelo município de Colíder conforme planta, memorial descritivo, certidão de Registro Imobiliário, que seguem anexos e integram o presente **Auto de Demarcação para fins**

de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, nos termos da Lei Federal nº13.465, de 11 de julho de 2017.

Na qualidade de requerente e promovedora da regularização fundiária deste parcelamento implantado do imóvel ora demarcado e com a finalidade de identificar seus ocupantes, qualificar a natureza e o tempo das respectivas posses, esta municipalidade se compromete, oportunamente, a concluir a devida regularização prevista na Lei Federal nº13.465.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 31 DE JULHO DE 2023.

_____

HEMERSON LOURENÇO MAXIMO

Prefeito Municipal de Colíder

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 039/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: OXIGENIO DOIS IRMÃOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.657.269/001-97, sediada à Estrada Lucilia, Núcleo Colonial Celeste, nº 150, lote 150 A-9, bairro Angélica, zona rural, Sinop/MT, CEP 78559-899, neste ato representada por seu sócio administrador **Sr. AILTON JOSÉ ALVES**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 010/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 21.679.098/0001-25, com sede na Rua Roberto Carlos Braga, nº 51, Centro, Sorriso/MT, neste ato representada por seu representante legal, **JOSÉ ROBERTO VIEIRA**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 003/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: E. C. ZOCANTE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 10.525.132/0001-90, com sede à Avenida das Sibipirunas n. 3040, 1º andar, Setor Residencial Sul, na cidade de Sinop-MT, CEP 78550-029, neste ato representada pelo **SR. CARLOS HENRIQUE COLLI ZOCANTE**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 065/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.009.871/0001-31, com sede à Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1731, sala 04, bairro Bosque da Saúde, Cuiabá/MT, CEP 78050-000, neste ato representada por seu sócio proprietário **SR. WALDEMAR GIL CORREA BARROS**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 002/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: APOIO CENTRO INTEGRADO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS LTDA, inscrita no CNPJ n. 08.878.857/0001-10, sediada à Rua Barão de Melgaço, nº 2.350, sala 402, bairro Centro Sul, Cuiabá-MT, CEP 78020-800, neste ato representado por seu sócio administrador **Sr. ALEXANDRE JOSE DE SOUZA LOPES**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 014/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: E. C. ZOCANTE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 10.525.132/0001-90, com sede à Avenida das Sibipirunas n. 3040, 1º andar, Setor Residencial Sul, na cidade de Sinop-MT, CEP 78550-029, neste ato representada pelo **SR. CARLOS HENRIQUE COLLI ZOCANTE**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 006/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: URSA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.628.908/0001-38, sediada à Rua Dr. Pedro Rangel, nº 577, sala 05, bairro São João, Itajaí/SC, CEP 88.304-430, neste ato representado por sua sócia administradora **Sra. MARCIA VALERIA OLIVEIRA SANTOS NAKANISHI**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 04/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 011/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: JOSE FAGUNDES GUIMARÃES DUMONT, portador do CPF sob o nº 477.***.***-34 , e RG de nº.2*****4 SSP/**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 036/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: MT GEO SERVIÇOS E INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n ° 09.602.880/0001-40, sediada na Rua Barão de Melgaço, 2754 14º Andar, Sala 1403, Centro-Sul, Cuiabá-MT, por intermédio do seu representante legal **SR. MARCOS ROBERTO ALVES**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 016/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: PENTAGONO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA- ME com endereço a Rua Primaveras , N° 129, Centro Nova Mutum MT , CEP: 78-450-000 , inscrita sob o CNPJ de n.º 19.697.300/0001-08, neste ato representado pelo (a) sócio administrador(a) senhora **INDIANARA GUISOLFI OLBERMANN**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 015/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: I7 SOLUÇÕES EM GESTÃO PÚBLICA EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 16.580.980/0001-89, com sede à Avenida João Batista Francio, nº 1.750, sala 204/05, 2º andar, bairro Recanto dos Pássaros, Sorriso/MT, CEP 78890-000, neste ato representada por sua sócia administradora S**RA. CAMILLA MELLA**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 110/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.360.305/0001-04, sediada em Setor Bancário Sul Quadra 04, Bloco A, 34, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 04344-902, neste ato representada por sua Gerente Geral de Rede A3435MT – AG Juína/MT, SRA. **TATIANA COSTA MEDINA DA SILVA**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 108/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: A. F. DE SOUSA AUTO PEÇAS, inscrita no CNPJ nº 43.925.572/0001-94, com sede na Rod MT 206, s/n, bairro Setor Industrial, Colniza/MT, CEP 78335-000, por intermédio de seu representante legal **ANDRE FRANCISCO DE SOUSA**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 105/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: URBANÍSTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI, inscrita sob CNPJ nº 11.352.553/001-20, com sede à Rua Poxoréu, nº 204, bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-600, neste ato representado por seu sócio administrador **Sr. ALUISIO DIAS DE SOUZA**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 04/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 109/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: VIVÁ PROJETOS & CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.979.234/0001-98, com sede na Avenida do Contorno, nº 270, Centro, nesta cidade de Colniza-MT, por intermédio de seu representante legal **APARECIDA MARIA DA COSTA**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 075/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: VIVÁ PROJETOS & CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.979.234/0001-98, com sede na Avenida do Contorno, nº 270, Centro, nesta cidade de Colniza-MT, por intermédio de seu representante legal **APARECIDA MARIA DA COSTA**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 04/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 087/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: SÓ NATAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.474.065/0001-53, sediada à Avenida Fernando Correa da Costa, nº 2168, bairro Jardim Petrópolis, Cuiabá/MT, CEP 78070-000, neste ato representada por sua sócia **Sra. DAIANE BALERINI BOCARDI**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 028/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: VITORIA ODONTO CLINICA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.949.267/0001-86, sediada no município de Colniza-MT na Avenida Osvaldo Tomazzi, n° 186, bairro Centro, neste ato representada pelo Sr. **JOÃO GABRIEL MENEGUCCI DOMINGUES PEREIRA**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 04/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/08/2023

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 18-2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 18-2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2022

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no art. 80, III da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO que foi homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2022, através do DECRETO Nº. 015/GP/2023, de 30 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

RESOLVE:

ART. 1º - CONVOCAR os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2022, para contratação imediata, temporária e emergencial no preenchimento de vagas nos termos do ANEXO I deste Edital.

ART. 2º - Os candidatos ora convocados neste Edital deverão apresentar os seguintes documentos no momento da contratação.

* REGISTRO GERAL (RG);

*CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF);

* TÍTULO ELEITORAL E COMPROVANTE DE QUITAÇÃO ELEITORAL;

* CARTEIRA DE TRABALHO;

* PIS / PASEP SE HOUVER, CASO NÃO TENHA * FAVOR INFORMAR;

* CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO;

* HISTÓRICO ESCOLAR E CERTIFICADO (OBS. AUTENTICADO);

* RESERVISTA (HOMENS);

* ATESTADO MÉDICO (FÍSICO E MENTAL);

* DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO PÚBLICO;

* DECLARAÇÃO DE BENS;

* COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;

*COMPROVANTE DE HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO;

*REGISTRO DE CONSELHO REGIONAL (NO CASO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS);

* CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS;

* CÓPIA DO CPF DOS DEPENDENTES;

* CARTEIRA DE VACINA DOS FILHOS MENORES DE 07 ANOS;

* DECLARAÇÃO ESCOLAR DOS FILHOS MAIORES DE 07 ANOS;

* CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DOS ÚLTIMOS 05 ANOS;

APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DE CRIMES ELEITORAIS;

WWW.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA FEDERAL – SUBSEÇÃO DE MATO GROSSO;

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA ESTADUAL DE MATO GROSSO, PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIAS;

cidadao.tjmt.jus.br/servicos/certidaonegativa/

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA MILITAR;

WWW.stm.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-c...

* CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS POR SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO POR MEIO DE CERTIDÃO NO ÂMBITO ESTADUAL E FEDERAL.

* QUALIFICAÇÃO CADASTRAL DO ESOCIAL http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

* APRESENTAR DADOS BANCÁRIOS DE CONTA CORRENTE OU SALARIAL NO BANCO DO BRASIL;

* NÚMERO DE TELEFONE E EMAIL;

* CPF DO CONJUGE;

Colniza/MT, 04 de agosto de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CARGO: SERVIÇOS GERAIS			
NOME	**DATA NASC.**	**PONT.**	**RES.**
SIRLEY ALBINO DE ABREU	10/07/1980	20,0	6

Colniza/MT, 04 de agosto de 2023.

milton de souza amorim

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 091/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: SANTOS TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.491.258/0001-94, com sede à Rua Goiás, nº 67, bairro Cidade Alta, Colniza/MT, CEP 78335-000, neste ato representado por seu sócio **Sr. ABRAÃO AGUSTINHO DOS SANTOS**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 04/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 002/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: CONTEGO CONSULTORIA LTDA, CNPJ Nº 35.898. 517/0001-24, endereço Avenida Juscelino Kubitscheck , nº 350, 2º andar, Centro, Cidade Joinville –SC, tendo como representante legal **SRº: RUAN DIEGO BATISTA**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 090/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: ANTONIO TERTULIANO RODRIGUES JUNIOR-ME, inscrita no CNPJ nº 22.120.115/0001-52, sediada à Rua República da Argentina, nº 589, 201b, bairro Jardim Tropical, Cuiabá/MT, CEP 78065-198, neste ato representado por seu sócio **Sr. ANTONIO TERTULIANO RODRIGUES JUNIOR**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 089/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: AG CALDAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.748.138/0001-50, sediada à Rua Darcy Vargas, nº 51, bairro Nova Suissa, Belo Horizonte/MG, CEP 30421-093, neste ato representado por seu sócio **Sr. ANDERSON GOUTHIER CALDAS**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 02/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2023

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 056/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: MOACYR MANDADORI ME, inscrita no CNPJ n. 14.974. 505/0001-61, sediada à Avenida Mato Grosso, nº 784-N, setor 1, quadra 12, lote RT 2B, bairro Eixo Com.1, no Município de Juína/MT, CEP 78320-000, neste ato representado por seu sócio Sr. **MOACYR MANDADORI**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a inserção de cláusula para aplicação da nova sistemática de retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 005/GP/2023 de 10 de janeiro de 2023

DATA DA EMISSÃO: 04/08/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/08/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2023

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeiro **Vanderson da Silva santos**, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E GRAXAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, VISANDO AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM E IRÃO COMPOR A FROTA DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas (HORARIO DE BRASILIA) do dia **21/08/2023**, na sala de licitação localizada Centro Integrado De Apoio ao Cidadão Comodorense – C.I.A.C.C – Rua Rio de Janeiro, 280 E, Bairro Tertulia. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 08:00 às 17:00 horas.

Comodoro – MT, 04 de Agosto de 2023.

Vanderson da Silva Santos

Pregoeiro – Portaria 460/2023

CONTRATO Nº130/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº130/2023

DATA: 02/08/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COMODORO/MT

CONTRATADA: R. Z. DE SOUZA

OBJETO: LOCAÇÃO PALCO 12X10 EM TRELIÇAS DE ALUMÍNIO, PISO ANTIDERRAPANTE EM COMPENSADO NAVAL DE 18 MM ALTURA MÍNIMA DO PISO DE 1,65M, ACOMPANHA 2 CAMARIM 4X4 EM CHAPA METÁLICA ONDULADA, COM 1 AR CONDICIONADO CADA DE NO MÍNIMO 7.500 BTUS, E 40 METROS DE GRADIL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE TENDA 4,5X 4,5 MTS, COM LONA BRANCA, ANTICHAMAS, PROTEÇÃO UV, INCLUSO MONTAGEM E DESMONTAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO INDIVIDUAL, PORTÁTIL, COM MONTAGEM, UNIDADE DE MANUTENÇÃO DIÁRIA E DESMONTAGEM, EM POLIETILENO, COM TETO TRANSLUCIDO, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,16M DE FRENTE X 1,22 FUNDO X 2,10 DE ALTURA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO E O DEPARTAMENTO DE CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA COM SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, PALCO E TENDAS.

CONTRATO Nº131/2023

CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº131/2023

DATA: 03/08/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COMODORO/MT

CONTRATADA: ROBERTO RODRIGUES DE LIMA – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS NO PRÉDIO DO NOVO PAÇO MUNICIPAL, CONFORME SEGUE ABAIXO:

ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
01	137,36 m²	METRO QUADRADO	FORNECIMENTO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO COMPLETA DE PERSIANAS VERTICAIS, TECIDO/POLIESTER, NA COR CINZA MÉDIO, CONFORME DIMENSÕES ESPECIFICADAS NO **ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**.	R$ 127,90	R$ 17.568,34
VALOR TOTAL R$ 17.568,34					

DOTAÇÃO: 03.04.2.102.3.3.90.39.00.00.00.00 (2500) OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (195)

CONTRATO Nº128/2023

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Nº128/2023

DATA: 02/08/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COMODORO/MT

CONTRATADA: MARIA APARECIDA RIBEIRO PINTO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER AOS PROGRAMAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE, PNAPE, PNAC, PANI E AEE, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA SEXTA, TODOS DE ACORDO COM O EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº001/2023 E PROJETO DE VENDA, OS QUAIS FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE ANEXAÇÃO OU TRANSCRIÇÃO.

CONTRATO Nº129/2023

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Nº129/2023

DATA: 02/08/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COMODORO/MT

CONTRATADA: COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES AS RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE COMODORO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER AOS PROGRAMAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE, PNAPE, PNAC, PANI E AEE, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA SEXTA, TODOS DE ACORDO COM O EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº001/2023 E PROJETO DE VENDA, OS QUAIS FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE ANEXAÇÃO OU TRANSCRIÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2023 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 011/2023 CHAMAMENTO PUBLICO PARA CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de CONFRESA -MT, comunica aos interessados que realizará credenciamento de empresa para o **Objeto: PROCESSO LICITATÓRIO, NA MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA, PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS E PLANTAS ORNAMENTAIS PARA SER UTILIZADO NO PROJETO DE JARDINAGEM A SER REALIZADO NAS PRAÇAS E CANTEIROS DAS AVENIDAS DESTE MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT,** sendo o**INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 11/08/2023, ficando** o edital em aberto para credenciamento à demais interessados. Local para credenciamento: AV. 13 de Maio, 215 (ao lado da Eureka Contabilidade), Centro na cidade de Confresa-MT**)**, nos seguintes horários: **das 08:00h às 11:00h e das 13:30h às 17:30h (Horário OFICIAL DE BRASILIA-DF).** O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, no e-mail: licitaconfresa@hotmail.com, de segunda à sexta-feira, tel. Contato **(66) 3564-1818 RAMAL 31.**

Confresa-MT, 04 de AGOSTO de 2023.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Presidente da C.P.L.

PORTARIA Nº008/2023.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 154/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 046/2023

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT, ONDE SERÁ UTILIZADO PARA INSTALAÇÃO DO ALMOXARIFADO CENTRAL, PRÉDIO LOCALIZADO NA RUA MATO GROSSO, Nº106, LOTE 09, QUADRA 28, CENTRO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 5 MESES – 04/08/2023 A 04/01/2024.

VALOR: R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais).

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT, CNPJ n° 37.464.716/0001-50.

LOCADOR: JOSÉ DIVINO MONTALVÃO, CPF nº 130.359.591-53.

DATA: CONFRESA, 04 DE AGOSTO DE 2023.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº192/2023 ADM DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAIS DE CONTRATO,** abaixo discriminado.

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOSÉ ALDEIR DA SILVA MEDEIROS CPF Nº 582.001.261-53	ANA CÉLIA DE SOUZA LIMA CPF Nº 770.696.921-53	-

CONTRATO	77/2023	CPF	VALOR
CONTRATADA	*JOSÉ DIVINO MONTALVÃO*	130.359.591-53	**R$ 20.000,00**
OBJETO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT, ONDE SERÁ UTILIZADO PARA INSTALAÇÃO DO ALMOXARIFADO CENTRAL, PREDIO LOCALIZADO NA RUA MATO GROSSO, Nº106, LOTE 09, QUADRA 28, CENTRO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	5 MESES – 04/08/2023 A 04/01/2024		

Art. 2º - O Departamento de Compras/Setor de Tributos e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 04 de Agosto de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº191/2023 ADM DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAIS DE CONTRATO,** abaixo discriminado.

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA CPF: 023.742.401-00	JOSÉ DOMINGOS DE CASTILHO CPF: 083.338.662-04	-

CONTRATO	76/2023	CNPJ	VALOR
CONTRATADA	*D E S COMERCIO E SERVICOS ARTIGOS CULTURAIS E ENTRETENIMENTO LTDA*	03.945.121/0001-02	**R$ 59.000,00**
OBJETO	SERVIÇOS DE SHOW (BANDA) PELA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PARA ATENDER AO EVENTO DIA DO EVANGELICO QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 19 E 20 DE AGOSTO DE 2023, CONFORME FESTIVIDADES DO CALENDÁRIO MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	30 DIAS – 04/08/2023 A 03/09/2023		

Art. 2º - O Departamento de Compras/Setor de Tributos e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 04 de Agosto de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 163/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 012/2023

OBJETO: SERVIÇOS DE SHOW (BANDA) PELA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PARA ATENDER AO EVENTO DIA DO EVANGELICO QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 19 E 20 DE AGOSTO DE 2023, CONFORME FESTIVIDADES DO CALENDÁRIO MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 DIAS – 04/08/2023 Á 03/09/2023.

VALOR: R$ 59.000,00 (Cinquenta e Nove Mil Reais).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT, CNPJ n° 37.464.716/0001-50.

CONTRATADA: D E S COMERCIO E SERVICOS ARTIGOS CULTURAIS E ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ n° 03.945.121/0001-02.

DATA: CONFRESA, 04 DE AGOSTO DE 2023.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 404/2023 DE 31 DE JULHO DE 2023.

Portaria 404/2023 de 31 de Julho de 2023.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RECEBIDO EM CEDÊNCIA. E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, CONSIDERANDO o Termo de Convênio/Cessão de Servidor 011/2023 de 31/07/2023 entre os Municípios de Confresa-MT e Quatro Barras-PR e Ofício 359/CGPMC/2023 de 17/07/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. CIDIANE APARECIDA GARCIA, portadora do CPF/MF 023.621.119-62 e RG 66376672 DGPC/GO, residente e domiciliada no município de Quatro Barras-PR para exercer o cargo de PROF LIC PL EM PEDAGOGIA, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - A referida cessão terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses com início em 12/07/2023, podendo ser prorrogada por igual período mediante termo aditivo e interesses das partes.

Art. 3º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 12/07/2023.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 31 de Julho de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
RESULTADO DA PROVA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA-CONSELHO TUTELAR

Resultado da Prova de Avaliação Técnica

Candidato	CPF	Específica	Português	Discursiva	Total
Thays Iara Lopes dos Santos	042.716.131/26	54	12	16	82
Divina Aparecida de Lima Martins	956.604.291/49	48	14	14	76
Gilson Lopes de Almeida	467.315.121/68	51	16	9	76
Rutimar Lopes de Carvalho Dantas	832.004.441/34	48	8	16	72
Ângela Luiz Martins Borba	476.923.911/49	54	8	10	72
Maria Selma da Conceição Dias	896.171.261/68	39	14	18	71
Ana Cecilia Martins Campos Gomes	016.429.171/76	39	12	14	65
Ana Catia Mendes dos Santos Mota	028.261.131/27	33	14	16	63
Ivanduy Agno Silva Bezerra	280.767.613/87	42	10	8	60
Ederson da Cunha	900.883.521/53	51	6	3	60
Deusileia Nascimento Silva	046.195.241/66	42	8	10	60
Tatiana Gomes de Oliveira dos Santos	024.150.131/88	36	10	9	55
Arileia Alves Pinheiro	342.112.608/98	33	10	7	50
Laureni Rodrigues dos Santos	495.949.581/20	36	8	2	46

Comissão Organizadora

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº125/2023
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº029/2023

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2023

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 029/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS-SRP.

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de CONFRESA/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº029/2023**, conforme segue:

OBJETO: PROCESSO LICITATÓRIO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PILAR/VIGA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO PARA USO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

ADJUDICADOS/HOMOLOGADOS:

EMPRESAS:

CASTELO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

CNPJ: 20.525.962/0001-71

ENDEREÇO: AV. MARCAL CARLOS DA CUNHA, S/N

ESQ. CLAUDIR ROCHA , Nº22

BAIRRO: CIDADE NOVA

CEP:78.652-000

CIDADE : CONFRESA-MT

Fone:66-3564-1603 ou 66-98417-2001

Email : construtoracastelo1@gmail.com

Vencedora em todos os itens do certame no valor global de **R$ 1.405. 320,00** (Hum Milhão Quatrocentos e Cinco Mil Trezentos Vinte Reais).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

CONFRESA-MT, 04 de AGOSTO de 2023.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA Nº007/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATOS
PORTARIA N.º 137/2023

“Designa Fiscal de Contrato Administrativo.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da Lei n.º 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal n.º 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) MAYLA CLICIA DA SILVA FARIAS, matrícula n.º 1038, para atuar como fiscal titular do contrato administrativo e SANDRA FRANCO LEMES MOTA, matrícula n.º 1304, para atuar como fiscal substituto do contrato.

Parágrafo Único - Cujo objeto é a aquisição de tecidos e aviamentos, conforme o processo administrativo n.º 542/2022 e Contrato Administrativo n. º 067/2023.

Art. 2º - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 8.666/93.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 4º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Conquista D’Oeste/MT, 04 de agosto de 2023.

_____

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATOS
PORTARIA N.º 135/2023

“Designa Fiscal de Contrato Administrativo.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da Lei n.º 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal n.º 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) CELIA ROMUALDO DA COSTA REIS, matrícula n.º 86, para atuar como fiscal titular do contrato administrativo e MIRNE MARIA ROMUALDO, matrícula n.º 75, para atuar como fiscal substituto do contrato.

Parágrafo Único - Cujo objeto é a aquisição de tecidos e aviamentos, conforme o processo administrativo n.º 542/2022 e Contrato Administrativo n. º 066/2023.

Art. 2º - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 8.666/93.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 4º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Conquista D’Oeste/MT, 04 de agosto de 2023.

_____

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 136/2023

PORTARIA Nº 136/2023

“Designa Fiscal de serviço técnico de engenharia.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93;

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora IZABELLA SANTOS SPESSOTO, matrícula 1348, portador da cédula de identidade sob o nº ********, expedida pela SSP/MT e do CPF: **********, para atuar como fiscal de serviço técnicos de topografia, demarcação, percolação, sondagem e análise de solo, conforme o processo administrativo 600/2023 e Contrato Administrativo 065/2023**.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do serviço de engenharia, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete da Prefeita, em 04 de agosto de 2023.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 065/2023-PMCO/MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 600/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 30/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE TOPOGRAFIA, DEMARCAÇÃO, PERCOLAÇÃO, SONDAGEM E ANÁLISE DE SOLO.

BASE LEGAL: Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT. – CNPJ n.º 04.219.688/0001-56.

CONTRATADA: GEOQI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA - CNPJ n.º 24.604.722/0001-13.

VIGÊNCIA: Início em 07/08/2023 e encerramento em 07/08/2024.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CÓD. REDUZIDOS: Código reduzido: 602, 605 e 630.

VALOR CONTRATADO: R$ 70.013,09 (setenta mil e treze reais e nove centavos).

FISCALIZAÇÃO: IZABELLA SANTOS SPESSOTO, matrícula n.º 1348.

ASSINATURA: 03 de agosto de 2023.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT E GEOQI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA, OZIEL LAZARO BARRA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PORTARIA N.º 172/2023.

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família aos Servidores Públicos Municipais que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais; e, com amparo no art. 112, c/c o art. 114, da Lei Complementar Municipal n.º 019/2005, que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Cotriguaçu-MT, assim como nos documentos médicos encaminhados ao Departamento de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família aos Servidores Públicos Municipais que seguem abaixo relacionados, da presente Portaria:

Servidor	Matrícula	Início	Fim
Sandro Trettel da Silva	875	07/06/2023	07/06/2023

Art. 2.º Os documentos médicos, passam a fazer parte integrante da presente Portaria, e devem constar dos assentos funcionais dos referidos servidores, de forma digitalizada ou física.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, de 04 de agosto de 2023.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N° 177/2023

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o disposto no art. 28 da Lei Municipal 522/2007, de 22 de outubro de 2007, que dispõe sobre o Código Disciplinar.

Considerando a necessidade administrativa;

RESOLVE

Artigo 1°. INSTAURAR **Instrução Sumária nº 003/2023**, para apuração dos fatos descritos pelo Ofício nº014/SMS/2023 Cotriguaçu, o qual descreve falta injustificada sem comunicação antecipada pela plantonista do Hospital Municipal de Cotriguaçu.

Artigo 2° - Designar os servidores **Andreia Anesi de Quadros,** Servidora Efetiva para o cargo de Especialista em Saúde - Fisioterapeuta, **Marciela Torquato Estácio,** Servidora Efetiva para o cargo de Especialista em Saúde - Fisioterapeuta e **Nilceia Berger Amaral,** Servidor Efetivo para o cargo de Agente de Serviços em Saúde, para sob presidência do último, constituírem Comissão.

Artigo 3° - O prazo para concluir os trabalhos será de acordo com os prazos dispostos no Código Disciplinar.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 04 de agosto de 2023.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 026/2023 PROCESSO 052/2023

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 026/2023 através da plataforma **COMPRASBR https://comprasbr.com.br/**, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**. "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E GÁS DE COZINHA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA MERENDA ESCOLAR E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO DISTRITO DE OURO VERDE DOS PIONEIROS**

(AGROVILA)". Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.024/2019 e demais legislações aplicáveis. Abertura do certame se dará: O início de recebimento de propostas e habilitação ocorrerá à **Partir do dia 04 de agosto de 2023 às 09:00 horas, até o dia 21 de agosto de 2023 às 08h45min (HORÁRIO DE BRASILIA). O início da disputa ocorrerá no dia 21 de agosto de 2023 às 09:00horas (HORÁRIO DE BRASILIA)**. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail **licitacaocotri@gmail.com**ou no site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**e **https://comprasbr.com.br/**. Cotriguaçu-MT, 03 de agosto de 2023.

Gislaine de Souza Silvestre Krieser

Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

N° 03/2023

PROCESSO N° 004/2023

SERVIÇO: "Contratação de empresa para a compra de material para manutenção de infraestrutura predial para reparos na sala de funcionamento do instituto municipal dos servidores públicos de Cotriguaçu PREVI – COTRI.''

FORNECEDOR: COTRISSERRA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

CNPJ: 07.256.802/0001-06

VALOR: R$ 3.973,04 (TRES MIL NOVECENTOS E SETENTA E TRES REAIS E QUATRO CENTAVOS)

FORMA DE PAGAMENTO: GLOBAL MEDIANTE A ENTREGA DE MATERIAIS E ATESTO DO FISCAL DE CONTRATOS.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO E ADJUDICO como vencedora a empresa, COTRISSERRA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CNPJ: 07.256.802/0001-06 nas condições acima citadas e acolhidas pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Cotriguaçu-MT, 07 de agosto de 2023.

Leocádia Gomes Padilha

Diretora Executiva – PREVI COTRI

Portaria 007/2021

EDITAL DE DESISTÊNCIA/RENUNCIA N° 021/2023

Considerando que o Edital de Convocação estabeleceu o prazo de 10 dias para o envio da documentação necessária à Prefeitura Municipal, para posse no Processo Seletivo 001/2023.

Considerando o não envio da documentação necessária à Prefeitura Municipal de Cotriguaçu os abaixo relacionados são reconhecidos como desistentes nas vagas oferecidas, reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Convocado	Cargo
AMANDA NAIARA PEREIRA SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO
ALESSANDRA DE SOUZA TANINATO SILVA	PROFESSOR /PEDAGOGO
ELLEN APARECIDA RODRIGUES RAMIRES	PROFESSOR /PEDAGOGO
LILIAN PEREIRA SOUZA	PROFESSOR/PEDAGOGO
MARIA DE FÁTIMA PACHECO DA SILVA	PROFESSOR /PEDAGOGO
VANDA GONÇALVES TEIXEIRA ARAÚJO	PROFESSOR/PEDAGOGO

Cotriguaçu-MT, 04 de agosto de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 044/2023

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO**,** no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 001/2023 e, que deverão ENVIAR POR MEIO ELETRÔNICO EM ANEXO ÚNICO no prazo de 10 (Dez) dias, a contar desta data, no endereço rh@cotriguacu.mt.gov.br a fim de assumirem suas funções, na conformidade da Lei, **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores (quando exigido);

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

Comprovante de Qualificação Cadastral expedido pelo sistema e-social. Exame Admissional

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 04 de agosto de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE

SIMONE MACEDO DE OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO DO 4º TERMO ADITIVO DE PRAZO E QUANTIDADE DO CONTRATO N° 064/2020

ONDE LE-SE:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula do prazo, prorrogando a partir de **04 de agosto de 2023 até 04 de agosto de 2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA DO ADITIVO - VALOR: O valor total global do contrato passa de R$ 1.065.976,20 (um milhão, sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais e vinte centavos) para R$ 1.421.959,56 (um milhão, quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

LEIA-SE:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula do prazo, prorrogando a partir de **05 de agosto de 2023 até 05 de agosto de 2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA DO ADITIVO - VALOR: O valor total global do contrato passa de R$ 1.065.976,20 (um milhão, sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais e vinte centavos) para R$ 1.554.075,60 (um milhão, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setenta e cinco reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA DO ADITIVO – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes do Contrato as quais serão respeitadas pelas partes.

Cotriguaçu-MT, 04 de agosto de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 008/2022/PMC 1ª REPUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078.865/2022

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMGE**, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria SMGE nº 360/2023, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá, no dia 07 de março de 2023, torna público para conhecimento dos interessados o **CANCELAMENTO d**a licitação na modalidade **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 008/2022PMC 1ª REPUBLICAÇÃO**, do processo administrativo nº 078/865/2022 que tem por objeto o "**CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL, DEVIDAMENTE INSCRITO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, COM A FINALIDADE DE PREPARAR, ORGANIZAR, DIVULGAR E CONDUZIR A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ, POR MEIO DE LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO, DE ACORDO COM O DECRETO FEDERAL Nº 21.981, DE 19/10/1932, BEM COMO DA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21/06/1993 E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**", conforme motivos constantes na C.I. Nº 203/2023/SMGE, que segue acostado aos autos para conhecimento.

Assim sendo, será publicado novo edital, oportunamente divulgado através do Diário da Gazeta Municipal de Cuiabá.

Cuiabá, 04 de agosto de 2023.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

RESOLUÇÃO Nº 10/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 126/94 e alterado pelas Leis nº 141/94 e nº 619/06, de 14 de março de 1994.

Considerando o artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual nº 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012; e

Considerando a terceira reunião extraordinária realizada no 13 de julho de 2023.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar **PROPOSTA** para reforma de UBS do Programa Requalifica UBS e Aquisição e Material Permanente para Atenção especializada, que se encontram cadastradas no sistema de informação Ministério da Saúde – SISMOB – Sistema de Monitoramento de Obras, PROPOSTA N°11939.9060001/23-005: Reforma da ESF PEDREGAL – Valor R$ 639.565,00

Essa resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 13 de julho de 2023.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº10 de 13 de julho de 2023, do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT.

Marineze de Araújo Meira

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 097/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE OBRAS CIVIS PARA DESMONTAGEM E MONTAGEM DE BARRACÃO PRÉ-MOLDADO PARA PRENSAGEM E ARMAZENAMENTO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: **02 (DOIS) MESES.**

VALOR: R$ 114.027,14 (Cento e quatorze mil Vinte e sete reais e Quatorze centavos).

CONTRATADO: **CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇOS ALPHA 3 LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 48.151.795/0001-65.

CONTRATANTE: **MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL**

DIAMANTINO/MT, 04 DE AGOSTO DE 2023.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA A QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: **06 (SEIS) MESES.**

VALOR: **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).**

CONTRATADO: **FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR PUBLICO ESTADUAL - FAESP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.226.390/0001-85.

CONTRATANTE: **MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL**

DIAMANTINO/MT, 03 DE AGOSTO DE 2023.

RESOLUÇÃO Nº 12/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 126/94 e alterado pelas Leis nº 141/94 e nº 619/06, de 14 de março de 1994.

Considerando o artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual nº 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012; e

Considerando a terceira reunião extraordinária realizada no 13 de julho de 2023.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar **PROPOSTA** para reforma de UBS do Programa Requalifica UBS e Aquisição e Material Permanente para Atenção especializada, que se encontram cadastradas no sistema de informação Ministério da Saúde – SISMOB – Sistema de Monitoramento de Obras, PROPOSTA N° 11939.9060001/23-003: Reforma da ESF RURAL – Valor R$ 567.211,00.

Essa resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 13 de julho de 2023.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº 12 de 13 de julho de 2023, do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT.**Marineze de Araújo Meira**

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO DO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2023

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT, torna público que realizara a abertura de processo licitatório, na modalidade **Pregão Presencial n° 020/2023**, que tem objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE JARDINAGEM E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO/MT.** A abertura dos envelopes será realizada em 21**/08/2023, às 08:00 horas,** na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT.

O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br.

Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 04 de Agosto de 2023.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

RESOLUÇÃO Nº 11/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 126/94 e alterado pelas Leis nº 141/94 e nº 619/06, de 14 de março de 1994.

Considerando o artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual nº 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012; e

Considerando a terceira reunião extraordinária realizada no 13 de julho de 2023.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar **PROPOSTA** para reforma de UBS do Programa Requalifica UBS e Aquisição e Material Permanente para Atenção especializada, que se encontram cadastradas no sistema de informação Ministério da Saúde – SISMOB – Sistema de Monitoramento de Obras, PROPOSTA N° 11939.9060001/23-004: Reforma da ESF PÉ BRANCO – Valor R$ 694.800,00.

Essa resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 13 de julho de 2023.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº11 de 13 de julho de 2023, do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT.

Marineze de Araújo Meira

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT

RESOLUÇÃO Nº 09/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 126/94 e alterado pelas Leis nº 141/94 e nº 619/06, de 14 de março de 1994.

Considerando o artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual nº 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;e

Considerando a terceira reunião extraordinária realizada no 13 de julho de 2023.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar **PROPOSTA** para reforma de UBS do Programa Requalifica UBS e Aquisição e Material Permanente para Atenção especializada, que se encontram cadastradas no sistema de informação Ministério da Saúde – SISMOB – Sistema de Monitoramento de Obras, Proposta N° 11939.9060001/23-002: Reforma da ESF BURITI – Valor de R$ 694.800,00.

Essa resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 13 de julho de 2023.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº09 de 13 de julho de 2023, do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT.

Marineze de Araújo Meira

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT

REGULAMENTO DO CONCURSO PARA ESCOLHA DA RAINHA AGRODIAMANTINO 2023

TÍTULO I – DO OBJETIVO

Art. 1º –O Concurso disciplinado por este Regulamento fica a cargo da realização e organização da Prefeitura Municipal de Diamantino. O Concurso, tem como objetivo a eleição da Rainha, da **AGRODIAMANTINO 2023**, que se realizará em etapa única, no dia 26 de agosto de 2023, no espaço da Praça São Benedito, localizado na Av. Mun. Dr. Marzavão de Siqueira, Diamantino/MT.

§1º – As eleitas terão como objetivo de sua representatividade, divulgar a edição da **AGRODIAMANTINO 2023** e seus valores sociais, históricos e culturais.

§2° A data da realização do evento poderá ser alterada de acordo com a necessidade da Comissão Organizadora do Evento.

TÍTULO II - DAS INSCRIÇÕES

Art. 2º - Poderão inscrever-se para o concurso candidatas que atenderem os seguintes requisitos:

I - Ter idade mínima de 18 anos de idade, completos;

II - Não estar grávida no momento da inscrição;

III - Ser Cidadã Diamantinense ou residir no município por um período de no mínimo 01 ano;

IV – Sexo feminino;

V - Poderão participar do concurso candidatas que concorreram em edições anteriores, exceto as candidatas eleitas Rainha em uma das edições da festa da AGRODIAMANTINO;

VI – Não ter parentesco, natural ou civil, de primeiro e segundo graus, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim, com qualquer membro do corpo de jurados;

VII – Todas as candidatas inscritas deverão participar dos ensaios preparatórios, para o concurso, a critério da comissão organizadora, sob pena de desclassificação. Assim como, ter disponibilidade para participar da **AGRODIAMANTINO 2023**;

VIII - Não possuir nenhum vínculo ou compromisso com qualquer agência ou empresa que, de alguma maneira venha a prejudicar ou impedir o cumprimento dos compromissos durante o concurso e o reinado da vencedora;

IX – Se dispuser por escrito a cumprir as obrigações constantes do Concurso, estando presente em eventos quando solicitado pela Prefeitura Municipal de Diamantino, independente do prazo, assim como no concurso que elegerá a sua sucessora, deixando o título e reinado passando a faixa à respectiva eleita;

X – Os critérios trabalhados, será: Ter simpatia, desenvoltura, elegância, comunicação, personalidade e postura social;

XI - Autorizar o uso de fotos, imagens, som e nome para toda publicidade e quaisquer fins comerciais relacionados a Prefeitura Municipal de Diamantino e **AGRODIAMANTINO 2023**, sem cobrança de cachê, até a sucessão.

XII - Desfilar vestindo os trajes determinados pela Comissão Organizadora do evento;

XIII - A Comissão Organizadora reserva-se no direito de cancelar as candidaturas das interessadas que não preencherem os requisitos exigidos neste edital.

Art. 3º - As inscrições para o Concurso da **AGRODIAMANTINO 2023,** acontecerão no período de **09** a **15 de agosto 2023 (dias úteis),** na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, sito Rua Quintino Bocaiúva, nº. 121, Bairro Centro de Diamantino/MT, compreendendo o horário das **07h00 às 13h00.**

Art. 4º - No ato do preenchimento da ficha de inscrição a candidata deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Cópia da carteira de identidade, ou outro documento com foto (sujeitos à conferência);

II - Cópia do comprovante de residência (sujeita à conferência);

III – 01 foto, sendo 01 (uma) foto de rosto, (para as pessoas que trazerem a foto não será devolvida, pois ficará nos arquivos do concurso) se houver a necessidade no momento da inscrição a comissão organizadora viabilizará meios para a impressão da foto;

IV – No momento da inscrição a candidata deverá assinar um **Termo de compromisso** de não participar de qualquer outro concurso similar até a realização do Evento de Escolha da **Rainha AGRODIAMANTINO 2023**, sujeita a desclassificação;

XV – As candidatas assinarão um **Termo de Compromisso,** de que deverão participar dos ensaios preparatórios, dias e horários estabelecidos pela coordenação do desfile, para a final – sob pena de desclassificação;

XVI – Caso alguma das candidatas selecionadas desista e não queira mais participar, sem apresentar um motivo justo, ficará impossibilitada de participar de qualquer outro concurso de mesma natureza promovido pela Prefeitura de Diamantino, em havendo patrocínio de qualquer espécie, a mesma devolverá o 50% do valor destinado ao patrocínio investido em sua candidatura.

TÍTULO III - DO CONCURSO

Art. 5º - O resultado final do Concurso apontará os seguintes títulos:

I – RAINHA AGRODIAMANTINO 2023;

II – 1ª. Princesa AGRODIAMANTINO 2023;

III – 2ª. Princesa AGRODIAMANTINO 2023;

Art. 6º - As vencedoras dos títulos apontados no artigo anterior serão definidas através de escolha do júri presencial. Os integrantes do júri serão escolhidos pela Comissão Organizadora da Escolha da Rainha **AGRODIAMANTINO 2023**.

Parágrafo Único - As candidatas que atingirem a maior pontuação, estará na final, concorrendo aos títulos estabelecidos no Art. 5 **º**, incisos I, II, III.

Art. 7º - As vencedoras, classificadas por ordem decrescente dos votos recebidos, receberão os seguintes prêmios:

1º. Lugar Rainha AGRODIAMANTINO 2023: **R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais)**, prêmio da organização;

2º. Lugar 1ª. Princesa AGRODIAMANTINO 2023: **R$ 1.000,00 (Hum mil reais),** premiação extra da organização;

3º. Lugar 2ª. Princesa AGRODIAMANTINO 2023: **R$ 500,00 (Quinhentos reais),** premiação extra da organização;

Art. 8º - As eleitas receberão no ato da eleição, 80% do prêmio. Os demais 20% serão pagos no último dia do Evento, desde que tenha cumprido todos os compromissos com a **AGRODIAMANTINO 2023**.

Art. 9º – A candidata comprometer-se-á a acatar as determinações e programas estabelecidos pela Organização do Evento da **AGRODIAMANTINO 2023.**

Art. 10º – Caso as candidatas eleitas sejam chamadas para compromissos e se negarem a cumprir por qualquer motivo injustificado ou considerando também qualquer imprevisto que venha a impossibilitar a presença da mesma por motivos adversos, perderão o título, sendo chamada a candidata de classificação subsequente.

Art. 11º- As eleitas **AGRODIAMANTINO 2023**, deverão participar de todos os dias da programação da feira recepcionando autoridades, imprensa, convidados, visitantes e turistas, de acordo com a solicitação dos representantes da **AGRODIAMANTINO 2023.**

TÍTULO IV - DO JULGAMENTO

Art.12º - Durante os desfiles serão avaliados os seguintes critérios:

I - Beleza Plástica (Corporal e Facial);

II - Desenvoltura de passarela;

III – Simpatia;

IV – Desenvoltura com dança;

V – Criatividade individual;

§1° - Em caso de empate, o voto de desempate será do presidente da mesa julgadora, levando em conta os critérios: Apresentação, Simpatia, Beleza; Se ainda assim houver empate será realizado sorteio pela Comissão Organizadora.

§ 2º - Da decisão do júri não caberá qualquer recurso, considerando que será votação aberta.

TÍTULO V – PRÉ SELEÇÃO E ESCOLHA DAS FINALISTAS

Art. 13º - As candidatas terão que participar de ensaios preparatórios oferecidos gratuitamente pela Organização do Evento;

§1º – Haverá 3 (Três) entradas, sendo elas:

a. 1ª Entrada: Short jeans e a camiseta do evento, com chapéu, podendo ser bota. (Look Casual);

b. 2ª. Entrada: Vestido; (Esporte fino);

c. 3ª. Entrada: Calça, camisa xadrez ou lisa, chapéu, cinto e bota. (Look Country).

§2° Os trajes do desfile, são de responsabilidade da candidata.

Art. 14º - Serão escolhidas no máximo 15 (quinze) candidatas, que participarão do Concurso de Escolha da Rainha **AGRODIAMANTINO 2023**, em se havendo mais que o número de candidatas estipulados será realizado a classificatória.

Art. 15º - As botas e chapéu ficarão sob a responsabilidade das **CANDIDATAS**, assim como maquiagem e cabelos para os eventos realizados até a data da Escolha da **RAINHA AGRODIAMANTINO 2023**.

§ 1º - O profissional responsável pela produção visual (cabelo, unha e maquiagem) das candidatas fica a cargo das participantes.

§ 2º - O horário para chegada ao recinto do Evento no dia do concurso será definido pela Comissão Organizadora. Caso seja descumprido, acarretará penalidades definidas pelos organizadores.

§ 3º - Os apetrechos (berrante, chicote, laço, etc.) para apresentação no desfile também ficará sob a responsabilidade da candidata.

TÍTULO VI – DA COMISSÃO

Art. 16º A comissão organizadora do Evento Escolha da Rainha AgroDiamantino, será composta por funcionários da Prefeitura Municipal de Diamantino, abaixo elencado, e serão responsáveis pela prática de todos os atos necessários para a realização do evento;

Parágrafo Único – Caberá a comissão organizadora zelar pelo cumprimento das normas aqui expostas, bem como resolver possíveis casos omissos;

Comissão Organizadora:

Gilson da Silva – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;

Carlos Henrique Loureiro Granja – Secretaria de Cultura e Turismo;

Raquel Pinho – Secretaria de Cultura e Turismo;

Flávio Vinícius da Silva Souza – Secretaria de Cultura e Turismo;

Joyce Gomes Pinheiro – Secretaria de Cultura e Turismo;

Andressa Lavínia Nunes Miranda – Secretaria de Cultura e Turismo;

Jéssica Rosana Schizmanski Chassot - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;

Natália Pereira Magalhães - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;

Ana Cristina dos Santos - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;

Anna Clara Capistrano – Superintendência de Comunicação.

TÍTULO VII– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º - É essencial às candidatas, bem como às eleitas, terem pontualidade, respeito e consideração com todos os envolvidos no evento. Em dias de ensaio comparecer 15 minutos de antecedência do horário marcado.

Art. 18º Havendo alterações nas condições citadas neste regulamento, antes, durante ou após a realização do Concurso, deverá a candidata avisar imediatamente à comissão organizadora do evento, e tais infringências poderão resultar na sua desclassificação.

Art. 19º As fichas de inscrição, bem como, as fichas de avaliação dos jurados e classificação, ficarão arquivadas pela Comissão Organizadora e não serão divulgadas e nem de acesso às candidatas e à sociedade civil.

Art. 20º Os ensaios serão restritos às candidatas, sendo proibida a presença de amigos e familiares.

Art. 21º No dia do evento, não será permitida a entrada de parentes e ou amigos (as) das candidatas no camarim.

Art. 22º As candidatas selecionadas na etapa de pré-classificação ficam obrigadas, a participar das etapas até o final. A vencedora do Concurso fica obrigada a participar do Concurso seguinte, no qual entregará o Cargo e passará a faixa para a candidata vencedora do mesmo.

Art. 23º A candidata eleita a Rainha neste Concurso não poderá concorrer no ano seguinte.

Art. 24º A Candidata, ao preencher e assinar a **Ficha de Inscrição** declara conhecer e concordar com o **Regulamento Oficial do Concurso**, e se comprometer a cumpri-lo integralmente, sob pena de ter a inscrição cancelada sem qualquer direito a indenização e, se eleita de perda da representatividade.

Art. 25º Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela organização do Concurso.

Diamantino, 04 de agosto de 2023.

GILSON DA SILVA

Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

Responsável pelo Evento Garota AgroDiamantino 2023

CARLOS HENRIQUE LOUREIRO GRANJA

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Responsável pelo Evento Garota AgroDiamantino 2023

AVISO DE PRORROGAÇÃO E 1º RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2023

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT, torna público que a abertura do referido processo licitatório, na modalidade **Pregão Presencial n° 032/2023**, que tem objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SERRALHERIA PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE ESPORTE DE DIAMANTINO/MT.** Fica **PRORROGADA** para o dia **17/08/2023, às 08:00 horas,** na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT, devido a necessidade de adequações no edital. Informo ainda que o referido edital será retificado.

O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br.

Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 04 de Agosto de 2023.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

RESOLUÇÃO Nº 08/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 126/94 e alterado pelas Leis nº 141/94 e nº 619/06, de 14 de março de 1994.

Considerando o artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual nº 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

Art. 1º - Aprovar credenciamento da Equipe Multiprofissional na Atenção Primaria a Saúde do município de Diamantino.

Essa resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 28 de junho de 2023.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº08 de 28 de junho de 2023, do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT.

Marineze de Araújo Meira

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT

ERRATA DA PORTARIA Nº 185/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. MANOEL LOUREIRO NETO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, informa que tendo em vista o erro de grafia na publicação da Portaria 185/2023, publicado na Edição nº 4.238, de 22 de Maio de 2023, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, a presente ERRATA serve para retificar,

Onde se lê:

PORTARIA Nº 185/2023

"Dispõe sobre a criação da Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar a realização da AGRODIAMANTINO."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr.**MANOEL LOUREIRO NETO**,no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e,

Art. 1º- Fica constituído Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar a realização do evento AGRODIAMANTINO, sendo que passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: A comissão será composta por:

COORDENAÇÃO GERAL

a) Carlos Henrique Loureiro Granja

b) Raquel Valéria Siqueira Pinho

c) Joice Gomes Pinheiro

EQUIPE FINANCEIRA

a) Marineides Nogueira Leide Araújo

b) Louise Almeida Godoes

c) Odair Barbosa

IMPRENSA

a) Anna Clara Capistrano Lima

b) Sandra Helena de Carvalho

c) Jhon Wallisson Oliveira da Silva

d) Sidney Cerdeira

JURÍDICO

a) Ricardo Augusto Mendes

b) Camila Souza

ESTRUTURAL

a) Tássia Almeida Godoes

b) Alexandre Souza da Silva

c) Suiberto Lessa Junior;

d) Andressa Lavínia Nunes Miranda

e) Kelthon Patrick Santos Magalhães

f) Avelino Coelho

EXECUTIVA

a) Edvaldo Carnauba de Amorim

b) Miltinho Criveleto

c) Juçara R. Magalhães

d) Anna Clara Capistrano Lima

e) Mylene Wirgues Paese

ENTRETENIMENTO

a) Camila Souza

b) Tássia Almeida Godoes

c) Flavio Vinicius da Silva Souza

PRODUÇÃO

Um representante de cada secretaria:

a) Secretaria de administração

b) Secretaria de Ação Social

c) Secretaria de Fazenda;

d) Secretaria de infraestrutura

e) Secretaria de esporte e lazer

f) Secretaria de saúde e vigilância

g) Secretaria de educação

h) Secretaria de desenvolvimento e cidade

i) Secretaria de agricultura

j) Secretaria de cultura e turismo

k) Gabinete

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de maio de 2023.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

Onde se lê:

PORTARIA Nº 185/2023

"Dispõe sobre a criação da Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar a realização da AGRODIAMANTINO."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr.**MANOEL LOUREIRO NETO**,no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e,

Art. 1º- Fica constituído Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar a realização do evento AGRODIAMANTINO, sendo que passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: A comissão será composta por:

COORDENAÇÃO GERAL

a) Carlos Henrique Loureiro Granja

b) Raquel Valéria Siqueira Pinho

c) Joice Gomes Pinheiro

EQUIPE FINANCEIRA

a) Marineides Nogueira Leite de Araújo

b) Louise de Almeida Godoes

c) Odair de Souza Barbosa

IMPRENSA

a) Anna Clara Capistrano Lima

b) Juliano Patrick da Costa Santos

c) John Wallisson Oliveira da Silva

JURÍDICO

a) Jumara Pereira do Bonfim

b) Camila A. Souza Silva

ESTRUTURAL

a) Thássia Caroline de Almeida Godoes

b) Alexandre Souza da Silva

c) Suiberto Lessa Junior

d) Kelthon Patrick Santos Magalhães

e) Avelino C. Coelho Bezerra

EXECUTIVA

a) Edvaldo Carnauba de Amorim

b) Milton M. Criveleto

c) Mylene Wirgues Paese

ENTRETENIMENTO

a) Sidney Cerdeira de Melo

b) Andressa Lavínia Nunes Miranda

c) Flavio Vinicius da Silva Souza

PRODUÇÃO

Um representante de cada secretaria:

a) Secretaria Municipal de Administração

b) Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Cidadania

c) Secretaria Municipal de Fazenda

d) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

e) Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

f) Secretaria Municipal de Saúde

g) Secretaria Municipal de Educação

h) Secretaria de Meio Ambiente e Cidade

i) Secretaria Municipal de Agricultura

j) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

k) Gabinete

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de maio de 2023.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 294/2023

DATA: 04 DE AGOSTO DE 2023

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidor Municipal, para responder pela **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N° 039/2021** e demais aditivos, **GEOVANA SOUSA LAGES,** brasileira, inscrita no CPF sob nº 042.849.751-96, RG nº 2306440-4 SSP-MT, ocupante do cargo de Assessora De Departamento De Engenharia, matrícula nº 2510, bem como pela **FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA** decorrente deste, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE DESENVOLVIMENTO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO URBANA, PARA DIVERSAS RUAS E AVENIDAS, SENDO CENTRO E BAIRROS NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT, Conforme Contrato.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO QUARTO DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2023.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 048/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 048/2023

DATA ASSINATURA: 04 DE AGOSTO DE 2023

CREDOR: S.S. SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA

VIGÊNCIA: 02 DE NOVEMBRO DE 2023

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 020/2023

VALOR: R$ 57.000,00(CINQUENTA E SETE MIL REAIS)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE REDE BAIXA TENSÃO E MONTAGENS DE ILUMINAÇÃO DE LED NOS POÇOS ARTESIANOS NO MUNICIPIO DE FELIZ NATAL – MT.

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 049/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 049/2023

DATA ASSINATURA: 04 DE AGOSTO DE 2023

CREDOR: TECKLINK TELECOM EIRELI

VIGÊNCIA: 30 DE NOVEMBRO DE 2023

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2023

VALOR: R$ 7.992,00 (SETE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LINK DE ACESSO À INTERNET VIA FIBRA COM SUPORTE TÉCNICO, PARA ATENDER TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 25411/2023-SESP DO PROGRAMA VIGIA MAIS MT

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 047/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 047/2023

DATA ASSINATURA: 01 DE AGOSTO DE 2023

CREDOR: MARAVILHA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

VIGÊNCIA: 01 DE AGOSTO DE 2024

LICITAÇÃO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2022, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2022, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2022

VALOR: R$ 30.005,78 (TRINTA MIL E CINCO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SALGADOS ASSADOS E FRITOS, BOLOS, PÃES, SANDUICHES, PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT..

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 002/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO: Nº 002/2023 Nº. 2º. TERMO ADITIVO

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

DATA ASSINATURA: 11 DE JULHO DE 2023.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMIERA – ALTERAÇÃO: 1.1. Fica alterado o Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda do Contrato de Rateio – "Do Valor" – para o fim de aditivar em R$ 6.400,00 (três mil e duzentos reais), o valor da contribuição com a Manutenção das Despesas Administrativas, que deverá ser pago até a data de 07/08/2023.

1.1.1. O valor do presente aditivo refere-se ao custeio de despesas para realização de curso de servidores do município que atuam na gestão convênios federais por meio da Plataforma +Brasil, módulo de transferências voluntárias, no curso "TRANSFEREGOV.BR COMPLETO – SIGPAR", conforme definido na reunião de Secretários Municipais de Saúde de 27/07/2023.

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 295/2023

DATA: 04 DE AGOSTO DE 2023

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidor Municipal, para responder pela **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N° 048/2023** e demais aditivos, **ANDERSON PEÇANHA SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 042.849.751-96, RG nº 2306440-4 SSP-MT, ocupante do cargo de Chefe De Departamento De Análises De Projetos, matrícula nº 2506**, bem como pela **FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA** decorrente deste, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE REDE BAIXA TENSÃO E MONTAGENS DE ILUMINAÇÃO DE LED NOS POÇOS ARTESIANOS NO MUNICIPIO DE FELIZ NATAL – MT, Conforme Contrato.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO QUATRO DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2023.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 002/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO: Nº 002/2023 Nº. 3º. TERMO ADITIVO

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

DATA ASSINATURA: 02 DE AGOSTO DE 2023.

OBJETO: 1.1. Fica alterado o Parágrafo Sexto da Cláusula Segunda do Contrato de Rateio – "Do Valor" – para o fim de aditivar em R$ 300.000,00 (trezentos mil), o valor para Aquisição de Insumos Farmacêuticos através do Consorciante.

1.2. Fica alterado o Parágrafo Nono da Cláusula Segunda do Contrato – "Do Valor" – para o fim adequá-la ao novo programa e, no mesmo, ato aditivar R$ 36.460,39 (trinta e seis mil quatrocentos e sessenta reais e trinta e nove centavos) ao contrato, que passa a viger com a seguinte redação:

1.2.1. "Parágrafo Nono: R$ 36.460,39 (trinta e seis mil quatrocentos e sessenta reais e trinta e nove centavos) corresponde ao valor referente ao custeio da contrapartida do município para execução dos procedimentos propostos através do Programa Mais MT Cirurgias 2023 – Fila Zero, criado

pelo Decreto Estadual nº 241 de 19 de abril de 2023 e normatizado pela Portaria nº 372/2023/GBSES;"

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 104/2023

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 038/2023

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público o Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para ***fornecimento de material para o DEMAE*** conforme especificações do edital, no dia **16/08/2023 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 04 de agosto de 2023.

NEILLA F. DE SOUZA

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

ADESÃO Nº 06/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2023

RATIFICAÇÃO

RATIFICO, nos termos do artigo 22 do Decreto Federal Nº 7.892/2013, Decreto Municipal Nº 810/2019, a Adesão Nº 06/2023 - Processo Administrativo Nº 55/2023, cujo o mesmo originou-se da Ata de Registro de Preços nº 27/2022 - Pregão Presencial nº 017/2022, tendo como Órgão Gerenciador o Município de Nortelândia – MT, amparado pelo Parecer Jurídico favorável e bem como toda a documentação da empresa abaixo especificada que compõe este processo.

PROPONENTE: STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI.

CNPJ nº 08.710.871/0001-00

ADESÃO : Foram aderidos 100% dos Itens : 01 e 02, da Ata de Registro de Preços supra mencionada.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO : Menor Preço Por Item

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 27/2022, proveniente do Pregão Presencial nº 17/2022 – Prefeitura Municipal de Nortelândia / MT – Contratação de Empresa para fornecimento de Notebooks, para atender a demanda das Secretarias Municipais e seus respectivos Departamentos de Glória D'Oeste – MT.

Glória D´Oeste – MT, 04 de Agosto de 2023.

Gheysa Maria Bonfim Borgato

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT - PORTARIA Nº 016 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O senhor **NILTON DOS SANTOS**, Presidente da Câmara Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º da Lei Ordinária nº 008 de 27/01/1993; na alínea ***b***, inciso II art. 14 do Regimento Interno da Câmara Municipal; e no art. 55, inciso II da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Artigo 1º - **Exonerar** o senhor **ROGÉRIO PEREIRA DE AZEVEDO**, portador da Cédula de Identidade sob o n.º 2215291-1 SSP/MT e CPF n.º 052.305.791-10, do Cargo de Assessor Legislativo, nível CC-2, da Câmara Municipal de Glória D'Oeste.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -Fica revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 014 de 01 de junho de 2023.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpre-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, ao 01º dia do mês de Agosto de 2023.

NILTON DOS SANTOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT - PORTARIA N.º 018 DE 03 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **Nilton dos Santos, Presidente** da Câmara Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º – Constituir a Comissão Permanente de Licitação, para receber, examinar e julgar todos os documentos de habilitação, proposta e cadastramento de licitantes e demais procedimentos relativos a licitações, conforme inciso L do art. 6º da Lei Federal 14133/21, no âmbito desta Câmara Municipal, como segue:

Presidente: ROGÉRIO PEREIRA DE AZEVEDO

Secretário: JAIR RODRIGUES DA SILVA

Membro: EDIMAR TEIXEIRA RAMOS

Suplente: RIZIÉLE LORRAYNE COSTA LOURENÇO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 002 de 03 de Janeiro de 2023. Registra-se, Publique-se, Cumpre-se.

Edifício da Câmara Municipal de Glória D'Oeste, Estado Mato Grosso, em 03 de agosto de 2023.

NILTON DOS SANTOS

Presidente

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2022

Processo: Carta Convite nº 05/2022

Objeto: Prorrogação de prazo de execução de serviços

Contratante: Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste – MT

Contratada: CVI CONSTRUTORA LTDA

Fundamento Legal: Artigo 57, Inc. II da Lei nº 8.666/93

Vigência: Até 29/12/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT - PORTARIA Nº 017 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSOR LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O senhor **NILTON DOS SANTOS**, Presidente da Câmara Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, da Lei Ordinária nº 008 de 27/01/1993; na alínea ***b***, inciso II, art. 14 do Regimento Interno da Câmara Municipal; e no art. 55, inciso II, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a senhora **RIZIÉLE LORRAYNE COSTA LOURENÇO**, portadora da Cédula de Identidade sob o n.º 2502857-0 SESP/MT e CPF n.º 051.772.911-38, para exercer o Cargo de Assessor Legislativo, nível CC-2, da Câmara Municipal de Glória D'Oeste.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -Fica revogada as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpre-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, ao 01 dia do mês de Agosto de 2023.

NILTON DOS SANTOS

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 193/2023

PORTARIA N° 193/2023

SÚMULA: "Exonera Conselheiro Tutelar do Município de Itanhangá – MT, e dá outras providências".

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pela Lei Ordinária Municipal nº 358/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora TATIANE ALVES DOS SATNOS, matricula 1509, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, a pedido da mesma a partir de 01 de agosto de 2023.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 01 de agosto de 2023.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 04 de agosto de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2023

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

EMERSON SABATINE

Secretário de Finanças e Planejamento

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 03/2023 CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 03/2023

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2023

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal, Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Concurso Público Municipal 001/2023, homologado em 12 de junho de 2023, CONVOCA os candidatos aprovados para preenchimento da vaga disponibilizada em face de necessidade, conforme a relação nominal constante abaixo:

CARGO			
AGENTE ADMINISTRATIVO I 40H			
NOME	NASCIMENTO	N° INSC.	CLAS.
GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA	11/12/1993	1886	2°

CARGO			
ENFERMEIRO 40H			
NOME	NASCIMENTO	N° INSC.	CLAS.
MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA	27/02/1993	1714	1°

CARGO			
MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR 40H (EDUCAÇÃO)			
NOME	NASCIMENTO	N° INSC.	CLAS.
UENDI MERELES VIEIRA	05/08/1992	2105	3°

CARGO			
TÉCNICO DE ENFERMAGEM			
NOME	NASCIMENTO	N° INSC.	CLAS.
LUIS GUILHERME DE CARVALHO	26/12/2001	3281	1°

O candidato deverá se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Avenida Santa Catarina, Centro, 314, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas, para apresentar os documentos e habilitações exigidas do cargo e agendar Avaliação Médica Pericial conforme Anexo I, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público.

O prazo para entrega de toda a documentação prevista no Anexo I é de 30 dias corridos a contar da data da publicação deste Edital no diário oficial do Município de Itanhangá.

A nomeação, posse e exercício dar-se-ão, após parecer favorável a admissão do Controle Interno.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação do candidato para o respectivo cargo.

ITANHANGÁ - MT, 03 DE AGOSTO DE 2023.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ANEXO I

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento/Certidão de Casamento/Declaração de União Estável;

4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos (dependente comprovante);

5. Caderneta de vacinação ou equivalente dos filhos, ou equiparados de até 6 anos de idade (para salário família).

6. Comprovação de frequência escolar dos filhos ou equiparados de 7 a 14 anos de idade (para salário família).

7. Diploma na área de atuação exigida no Edital do Concurso Público, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação;

8. Histórico Escolar da Escolaridade exigida no Edital do Concurso Público;

9. Registro no respectivo Conselho de Classe, exigida no Edital do Concurso Público.

10. Título de eleitor;

11. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

12. CTPS (Carteira de Trabalho);

13. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

14. CPF dos dependentes;

15. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

16. Certificado de Alistamento Militar;

17. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo;

18. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

19. 01 (uma) FOTO 3X4 (atual, colorida);

20. Consulta Situação Cadastra CPF

21. Qualificação Cadastral E-Social Dados Corretos.

22. Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional.

23. Certidão de Distribuição de Primeiro e Segundo Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Comarca do endereço cadastrado da ficha de inscrição do presente concurso;

24. Certidão de Distribuição Primeiro e Segundo Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Federal conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

25. Certidão de Quitação Eleitoral da Justiça Eleitoral Tribunal Superior Eleitoral;

26. Certidão Negativa do Poder Judiciário Justiça Militar da União de Ações Criminais (masculino);

27. Certidão Negativa de Débitos Municipais do Município de Itanhangá – CNDM;

28. Certidão de Vínculo Funcional Municipal do domicílio do candidato.

29. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública (anexo II);

30. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda Ano Calendário – 2022 (anexo III);

31. Declaração de Dependentes para Imposto de Renda Retido na Fonte e Salário Família (anexo IV);

32. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público (anexo V);

33. Declaração de Numero de Telefone e E-mail.

34. Certificado de Sanidade e Capacidade Física - CSCF, conforme Decreto 039/2021 composto pelos seguintes exames e avaliações.

Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.
1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 4. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides); 5. Eletrocardiograma(E.C.G)com laudo;

6.Raio-X do tórax P.A e perfil com laudo OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultra- sonografia (ecografia); 7. Raios-X da coluna total (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente); 8. Avaliação de médico ortopedista quanto a saúde física de membros superiores, inferiores e coluna vertebral total (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total); 9. Audiometria Tonal com laudo. OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista; 10. Atestado de acuidade visual; 11. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 12. Ultrassonografia de ombros com laudo; 13. Ultrassonografia de mãos e punhos com laudo.
Exigido para ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior.
15.Escala de Personalidade Resiliência - EPR (Avaliação Psicológica)

ANEXO II

DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____, na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

a. ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011. b. ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior) Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente. Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	
Nome:	
Matricula:	Lotação:
Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo	
CPF:	RG:
Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____ _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____ UF: _____ Telefone comercial: _____ Telefone residencial: _____	

Nome do Dependente	Nº CPF	Sexo	Código do Dependente	Data de Nascimento	É portador de necessidade especial ou estudante
Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Data: _____/_____/_____ _____ Assinatura					
CÓDIGO DE DEPENDENTES: C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe					

Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI) Inclusão na folha de pagamento de _____/_____. Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, **DECLARO** para o fim específico de ingresso no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo público.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2023 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2023

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2023

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal, Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Público 001/2023, homologado em 12 de junho de 2023, CONVOCA os candidatos aprovados para preenchimento da vaga disponibilizada em face de necessidade, conforme a relação nominal constante abaixo:

CARGO			
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40H			
NOME	NASCIMENTO	N° INSC.	CLAS.
SIRLEI DA PALMA PASTENE MOREIRA	22/12/1981	2648	1°

CARGO			
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS 40H			
NOME	NASCIMENTO	N° INSC.	CLAS.
EDUARDO PEDROSO CARDOSO	27/11/1992	1678	1°

O candidato deverá se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Avenida Santa Catarina, Centro, 314, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas, para apresentar os documentos e habilitações exigidas do cargo e agendar Avaliação Médica Pericial conforme Anexo I, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público.

O prazo para entrega de toda a documentação prevista no Anexo I é de 30 dias corridos a contar da data da publicação deste Edital no diário oficial do Município de Itanhangá.

A nomeação, posse e exercício dar-se-ão, após parecer favorável a admissão do Controle Interno.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação do candidato para o respectivo cargo.

ITANHANGÁ - MT, 03 DE AGOSTO DE 2023.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ANEXO I

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento/Certidão de Casamento/Declaração de União Estável;

4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos (dependente comprovante);

5. Caderneta de vacinação ou equivalente dos filhos, ou equiparados de até 6 anos de idade (para salário família).

6. Comprovação de frequência escolar dos filhos ou equiparados de 7 a 14 anos de idade (para salário família).

7. Diploma na área de atuação exigida no Edital do Concurso Público, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação;

8. Histórico Escolar da Escolaridade exigida no Edital do Concurso Público;

9. Registro no respectivo Conselho de Classe, exigida no Edital do Concurso Público.

10. Título de eleitor;

11. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

12. CTPS (Carteira de Trabalho);

13. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

14. CPF dos dependentes;

15. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

16. Certificado de Alistamento Militar;

17. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo;

18. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

19. 01 (uma) FOTO 3X4 (atual, colorida);

20. Consulta Situação Cadastra CPF

21. Qualificação Cadastral E-Social Dados Corretos.

22. Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional.

23. Certidão de Distribuição de Primeiro e Segundo Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Comarca do endereço cadastrado da ficha de inscrição do presente concurso;

24. Certidão de Distribuição Primeiro e Segundo Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Federal conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

25. Certidão de Quitação Eleitoral da Justiça Eleitoral Tribunal Superior Eleitoral;

26. Certidão Negativa do Poder Judiciário Justiça Militar da União de Ações Criminais (masculino);

27. Certidão Negativa de Débitos Municipais do Município de Itanhangá – CNDM;

28. Certidão de Vínculo Funcional Municipal do domicílio do candidato.

29. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública (anexo II);

30. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda Ano Calendário – 2022 (anexo III);

31. Declaração de Dependentes para Imposto de Renda Retido na Fonte e Salário Família (anexo IV);

32. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público (anexo V);

33. Declaração de Numero de Telefone e E-mail.

34. Certificado de Sanidade e Capacidade Física - CSCF, conforme Decreto 039/2021 e 130/2023 composto pelos seguintes exames e avaliações.

Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.
1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 4. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides); 5. Eletrocardiograma(E.C.G)com laudo; 6.Raio-X do tórax P.A e perfil com laudo OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultra- sonografia (ecografia); 7. Raios-X da coluna total (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente); 8. Avaliação de médico ortopedista quanto a saúde física de membros superiores, inferiores e coluna vertebral total (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total); 9. Audiometria Tonal com laudo. OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista; 10. Atestado de acuidade visual; 11. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 12. Ultrassonografia de ombros com laudo; 13. Ultrassonografia de mãos e punhos com laudo.
Exigido para ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior.
15.Escala de Personalidade Resiliência - EPR (Avaliação Psicológica)

ANEXO II

DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e

XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____, na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

a. ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011. b. ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior) Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente. Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR					
Nome:					
Matricula:	Lotação:				
Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo					
CPF:	RG:				
Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____ UF: _____ Telefone comercial: _____ Telefone residencial: _____					
Nome do Dependente	Nº CPF	Sexo	Código do Dependente	Data de Nascimento	É portador de necessidade especial ou estudante
Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Data: _____/_____/_____ _____ Assinatura					
CÓDIGO DE DEPENDENTES: C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe					

Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI) Inclusão na folha de pagamento de _____/_____. _____ Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, **DECLARO** para o fim específico de ingresso no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo público.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 27/2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 27/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2022

ITANHANGÁ - MT, 03 DE AGOSTO DE 2023

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2022 homologado em 26 de dezembro de 2022. CONVOCA os candidatos classificados para contratação por tempo determinado, conforme a relação nominal constante no Anexo I.

Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Avenida Santa Catarina, Centro, 314, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, 13:00 horas as 17:00, no prazo de 03 dias, após a data de publicação deste Edital no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/, munidos dos documentos que refere o ANEXO II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público. A contratação será conforme regulamenta a Lei Municipal 267/2011.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ANEXO I

Auxiliar de Serviços Gerais 40h		
Secretarias Municipais em Geral (exceto Educação)		
NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLAS
SABRINA CAMILA MACEDO MARTINS	178	1°
NIELSON NATANAEL DE PINHO	216	2°

Guarda de Patrimônio 40h		
Secretarias Municipais em Geral (exceto Educação)		
NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLAS
FRANCISCO SILVA DOS SANTOS	235	1°

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ITEM II

DOCUMENTOS PARA A ADMISSÃO

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependente comprovante);

5. Caderneta de vacinação ou equivalente dos filhos, ou equiparados de até 6 anos de idade (para salário família).

6. Comprovação de frequência escolar dos filhos ou equiparados de 7 a 14 anos de idade (para salário família).

7. Diploma Registrado no Órgão Competente;

8. Histórico Escolar;

9. Título de eleitor;

10. Certificado de Alistamento Militar

11. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

12. CTPS (Carteira de Trabalho);

13. Registro no respectivo Conselho de Classe, exigido no Edital do Processo Seletivo 001/2022.

14. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

15. CPF dos dependentes;

16. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

17. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo;

18. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

19. FOTO 3X4 (atual, colorida);

20. Consulta Situação Cadastral CPF;

21. Qualificação Cadastral E-Social Dados Corretos

22. Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional. 23. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente Processo Seletivo;

24. Certidão de Quitação Eleitoral;

25. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM (do município de Itanhangá – MT);

26. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

27. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda atualizado;

28. Declaração para IRFF e salário família

29. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público;

30. Exame médico Admissional.

ITEM III

DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

ITEM IV

DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

a. ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011.

b. ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior)

Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências previstas na legislação vigente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura

ITEM V

DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR					
Nome:					
Matricula:	Lotação:				
Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo					
CPF:	RG:				
Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____ UF: Telefone comercial: _____Telefone residencial: _____					
Nome do Dependente	Nº. CPF	Sexo	Cód. Depe.	Data de Nascimento	É portador de necessidade especial ou estudante
Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Data: _____/_____/_____ _____ Assinatura					
CÓDIGO DE DEPENDENTES: C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe					

Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI) Inclusão na folha de pagamento de _____/_____. _____ Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão

ITEM VI

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO para o fim específico de ingresso no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo publico.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura

CONTABILIDADE
DECRETOS CONTABILIDADE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - www. itanhanga.mt.gov.br

DECRETO Nº 120/2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de ITANHANGÁ, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 645/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 433.156,41 (quatrocentos e trinta e três mil cento e cinqüenta e seis reais e quarenta e um centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos consignadas no Orçamento vigente:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMININISTRATIVO DO GABINETE

Superávit financeiro

Cód. red.: 25	02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.39.2.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos		80,00
		Sub-Total:	**80,00**

Órgão: 03 - SEC. FINANCAS E PLANEJAMENTO
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA

Superávit financeiro

Cód. red.: 46	03.001.04.123.0002.2005.3.3.90.39.2.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos		193,00
		Sub-Total:	**193,00**

Órgão: 04 - SEC. EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Superávit financeiro

Cód. red.: 80	04.001.12.361.0003.1004.3.3.90.30.2.500.1001000 Material de Consumo Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		14.589,68
		Sub-Total:	**14.589,68**

Órgão: 05 - SEC. SAUDE
Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE ATENCAO BASICA

Superávit financeiro

Cód. red.: 210	05.003.10.301.0005.1032.4.4.90.52.2.621.0000000 Equipamentos e Material Permanente Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		8.251,00
Cód. red.: 222	05.003.10.301.0010.2022.3.3.90.30.2.500.0000000 Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos		234,87
Cód. red.: 222	05.003.10.301.0010.2022.3.3.90.30.2.600.3110000 Material de Consumo Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais		63,12
Cód. red.: 222	05.003.10.301.0010.2022.3.3.90.30.2.631.0000000 Material de Consumo Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		4.573,50
Cód. red.: 229	05.003.10.301.0010.2022.3.3.90.39.2.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos		264,00
Cód. red.: 229	05.003.10.301.0010.2022.3.3.90.39.2.600.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.154,00
		Sub-Total:	**14.540,49**

Órgão: 05 - SEC. SAUDE
Unidade: 004 - DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA EM SAUDE

Superávit financeiro

Cód. red.: 255	05.004.10.305.0013.2023.3.3.90.30.2.600.0000000 Material de Consumo Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		130,00
Cód. red.: 261	05.004.10.305.0013.2023.4.4.90.52.2.621.0000000 Equipamentos e Material Permanente Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		3.499,90
		Sub-Total:	**3.629,90**

Órgão: 05 - SEC. SAUDE
Unidade: 005 - DEPARTAMENTO DE MEDIA COMPLEXIDADE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - www. itanhanga.mt.gov.br

Superávit financeiro

Cód. red.: 279	05.005.10.302.0011.2024.3.3.90.39.2.621.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		2.640,00
		Sub-Total:	**2.640,00**

Órgão: 06 - SEC. AGRICULTURA, INDUSTR.,COMERC. E MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Superávit financeiro

Cód. red.: 302	06.001.04.122.0002.2018.3.3.90.39.2.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos		136,00
Cód. red.: 302	06.001.04.122.0002.2018.3.3.90.39.2.501.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Outros Recursos não Vinculados		68,00
		Sub-Total:	**204,00**

Órgão: 08 - SEC. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Assistência Social

Superávit financeiro

Cód. red.: 382	08.002.08.244.0016.2030.3.3.90.30.2.660.0000000 Material de Consumo Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		641,53
		Sub-Total:	**641,53**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE OBRAS

Superávit financeiro

Cód. red.: 423	09.001.04.122.0002.2014.3.3.90.39.2.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos		57,00
Cód. red.: 433	09.001.04.122.0019.1023.4.4.90.52.2.500.0000000 Equipamentos e Material Permanente Recursos não Vinculados de Impostos		798,00
		Sub-Total:	**855,00**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA URBANA

Superávit financeiro

Cód. red.: 441	09.002.15.451.0003.1013.4.4.90.51.2.500.0000000 Obras e Instalações Recursos não Vinculados de Impostos		89.990,76
Cód. red.: 441	09.002.15.451.0003.1013.4.4.90.51.2.501.0000000 Obras e Instalações Outros Recursos não Vinculados		37.754,32
Cód. red.: 441	09.002.15.451.0003.1013.4.4.90.51.2.700.0000000 Obras e Instalações Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		200.172,08
Cód. red.: 441	09.002.15.451.0003.1013.4.4.90.51.2.718.0000000 Obras e Instalações Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022		37.597,36
Cód. red.: 441	09.002.15.451.0003.1013.4.4.90.51.2.755.0000000 Obras e Instalações Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta		11.129,09
Cód. red.: 461	09.002.25.752.0005.2017.3.3.90.30.2.751.0000000 Material de Consumo Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		10.185,33
Cód. red.: 463	09.002.25.752.0005.2017.3.3.90.39.2.751.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		3.300,87
Cód. red.: 465	09.002.25.752.0005.2017.4.4.90.52.2.751.0000000 Equipamentos e Material Permanente Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		5.000,00
		Sub-Total:	**395.129,81**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE OFICINA E MANUTENCAO

Superávit financeiro

Cód. red.: 474	09.003.26.782.0019.2055.3.3.90.39.2.501.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Outros Recursos não Vinculados		68,00
		Sub-Total:	**68,00**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 005 - DEPARTAMENTO DE ARBORIZACAO, JARDINAGEM E LIMPEZA

Superávit financeiro

Cód. red.: 482	09.005.15.451.0003.1037.3.3.90.30.2.500.0000000 Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos		292,50
Cód. red.: 488	09.005.15.452.0002.2016.3.3.90.30.2.500.0000000 Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos		292,50
		Sub-Total:	**585,00**
		Total Parcial Suplementado:	**433.156,41**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - www. itanhanga.mt.gov.br

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior nos termos do inciso I parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

ITANHANGÁ - MT, 3 de julho de 2023

EDU LAUDI PASCOSKI
CPF: 411.269.551-91
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - www. itanhanga.mt.gov.br

DECRETO Nº 121/2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de ITANHANGÁ, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 645/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 681.483,25 (seiscentos e oitenta e um mil quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMININISTRATIVO DO GABINETE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 20	02.001.04.122.0002.2002.3.1.90.94.1.501.0000000 Indenizações e Restituições Trabalhistas Outros Recursos não Vinculados	1.297,42
	Sub-Total:	**1.297,42**

Órgão: 03 - SEC. FINANCAS E PLANEJAMENTO
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 46	03.001.04.123.0002.2005.3.3.90.39.1.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos	8.660,48
Cód. red.: 47	03.001.04.123.0002.2005.3.3.90.39.1.501.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Outros Recursos não Vinculados	6.634,63
	Sub-Total:	**15.295,11**

Órgão: 04 - SEC. EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 57	04.001.12.122.0004.2008.3.1.90.94.1.500.1001000 Indenizações e Restituições Trabalhistas Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	202,37
Cód. red.: 90	04.001.12.361.0004.2010.3.1.90.94.1.540.1070000 Indenizações e Restituições Trabalhistas Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	12.123,77
Cód. red.: 101	04.001.12.361.0004.2034.4.4.90.52.1.550.0000000 Equipamentos e Material Permanente Transferência do Salário Educação	7.447,38
Cód. red.: 104	04.001.12.361.0004.2044.3.3.90.39.1.500.1001000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.983,17
Cód. red.: 130	04.001.12.365.0004.2035.3.1.90.94.1.540.1070000 Indenizações e Restituições Trabalhistas Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	14.039,19
Cód. red.: 150	04.001.12.365.0004.2059.3.1.90.94.1.540.1070000 Indenizações e Restituições Trabalhistas Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	6.357,80
	Sub-Total:	**48.153,68**

Órgão: 05 - SEC. SAUDE
Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE ATENCAO BASICA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 220	05.003.10.301.0010.2022.3.1.90.94.1.600.0000600 Indenizações e Restituições Trabalhistas Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica	2.825,00
Cód. red.: 220	05.003.10.301.0010.2022.3.1.90.94.1.604.0000000 Indenizações e Restituições Trabalhistas Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	994,72
Cód. red.: 228	05.003.10.301.0010.2022.3.3.90.37.1.500.1002000 Locação de Mão-de-obra Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.623,52
Cód. red.: 229	05.003.10.301.0010.2022.3.3.90.39.1.500.1002000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	7.012,50
Cód. red.: 236	05.003.10.301.0010.2048.4.4.71.70.01.1.600.0000600 PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica	35.000,00
	Sub-Total:	**51.455,74**

Órgão: 05 - SEC. SAUDE
Unidade: 004 - DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA EM SAUDE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - www. itanhanga.mt.gov.br

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 247	05.004.10.305.0013.2023.3.1.90.11.1.500.1002000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		7.472,90
Cód. red.: 250	05.004.10.305.0013.2023.3.1.90.13.1.500.1002000 Obrigações Patronais Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		2.552,99
Cód. red.: 253	05.004.10.305.0013.2023.3.1.90.94.1.500.1002000 Indenizações e Restituições Trabalhistas Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		405,70
Cód. red.: 255	05.004.10.305.0013.2023.3.3.90.30.1.600.0000605 Material de Consumo Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde		197,60
		Sub-Total:	**10.629,19**

Órgão: 05 - SEC. SAUDE
Unidade: 005 - DEPARTAMENTO DE MEDIA COMPLEXIDADE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 271	05.005.10.302.0011.2024.3.1.90.94.1.500.1002000 Indenizações e Restituições Trabalhistas Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		5.240,00
Cód. red.: 273	05.005.10.302.0011.2024.3.3.90.30.1.500.0000750 Material de Consumo Recursos de emendas parlamentares municipais		7.809,78
		Sub-Total:	**13.049,78**

Órgão: 07 - SEC. ADMINISTRACAO
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO E CONTROLE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 322	07.001.04.122.0002.2015.3.3.90.14.1.500.0000000 Diárias - Civil Recursos não Vinculados de Impostos		300,00
		Sub-Total:	**300,00**

Órgão: 08 - SEC. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Assistência Social

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 367	08.002.08.244.0016.2026.3.1.90.11.1.660.0000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		10.378,74
Cód. red.: 368	08.002.08.244.0016.2026.3.1.90.13.1.660.0000000 Obrigações Patronais Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		2.179,52
Cód. red.: 373	08.002.08.244.0016.2026.3.3.90.33.1.661.0000000 Passagens e Despesas com Locomoção Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		1.727,80
Cód. red.: 394	08.002.08.244.0018.2028.4.4.90.52.1.660.0000000 Equipamentos e Material Permanente Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		430,00
		Sub-Total:	**14.716,06**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE OBRAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 433	09.001.04.122.0019.1023.4.4.90.52.1.500.0000000 Equipamentos e Material Permanente Recursos não Vinculados de Impostos		49.587,71
		Sub-Total:	**49.587,71**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA URBANA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 439	09.002.15.451.0003.1013.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos		34.790,50
Cód. red.: 440	09.002.15.451.0003.1013.3.3.90.39.1.711.0000804 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020)		6.123,00
Cód. red.: 441	09.002.15.451.0003.1013.4.4.90.51.1.500.0000000 Obras e Instalações Recursos não Vinculados de Impostos		372.491,58
Cód. red.: 467	09.002.26.782.0003.1015.4.4.90.51.1.500.0000000 Obras e Instalações Recursos não Vinculados de Impostos		63.590,48
		Sub-Total:	**476.995,56**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE OFICINA E MANUTENCAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 469	09.003.26.782.0019.2055.3.3.90.30.1.500.0000750 Material de Consumo Recursos de emendas parlamentares municipais		1,00
		Sub-Total:	**1,00**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 004 - DPTO DE ESTRADAS VICINAIS E SERVICOS RURAIS

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - www. itanhanga.mt.gov.br

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	477	09.004.26.782.0019.1002.3.3.90.30.1.711.0000000 Material de Consumo Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	1,00
Cód. red.:	478	09.004.26.782.0019.1002.3.3.90.39.1.711.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	1,00
		Sub-Total:	**2,00**
		Total Parcial Suplementado:	**681.483,25**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

Órgão: 05 - SEC. SAUDE
Unidade: 004 - DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA EM SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	246	05.004.10.305.0013.2023.3.1.90.04.1.500.1002000 Contratação por Tempo Determinado Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.000,00
		Sub-Total:	**10.000,00**

Órgão: 05 - SEC. SAUDE
Unidade: 005 - DEPARTAMENTO DE MEDIA COMPLEXIDADE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	273	05.005.10.302.0011.2024.3.3.90.30.1.500.1002000 Material de Consumo Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	68.577,09
		Sub-Total:	**68.577,09**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE OFICINA E MANUTENCAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	469	09.003.26.782.0019.2055.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos	433.455,74
Cód. red.:	470	09.003.26.782.0019.2055.3.3.90.30.1.501.0000000 Material de Consumo Outros Recursos não Vinculados	169.450,42
		Sub-Total:	**602.906,16**
		Total Parcial Reduzido:	**681.483,25**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

ITANHANGÁ - MT, 3 de julho de 2023

EDU LAUDI PASCOSKI
CPF: 411.269.551-91
Prefeito Municipal

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ: 07.209.225/0001-00
Gestão 2021/2024

DECRETO N° 123/2023

SÚMULA: "Dispõe sobre o cancelamento do valor de Restos a Pagar Inscritos Não Processados em exercícios anteriores, e dá outras Providencias."

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal:

Considerando que os Restos a Pagar Insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo e ainda que o não cancelamento de restos a pagar não processados no encerramento do exercício subsequente constitui desrespeito ao art. 68 do Decreto n° 93.872/86, bem como a exigência do artigo 62 e 63 da Lei 4.320/64;

Considerando que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação da liquidez do Município durante todo o Exercício;

Considerando as disposições legais sobre o cancelamento de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores, a administração Municipal de Itanhangá;

DECRETA:

Art. 1° - Fica a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, autorizada a proceder ao cancelamento parcial ou total do saldo do Restos a Pagar Não Processados conforme relação contida no **ANEXO I** parte integrante deste decreto.

Parágrafo Único: O cancelamento citado no artigo 1°, será do saldo remanescente dos empenhos conforme anexo I no valor de R$ **57.373,05** (Cinquenta e Sete Mil Trezentos e Setenta e Três Reais e Cinco Centavos), em virtude da não prestação do serviço e não entrega dos produtos.

Art. 2° - Os empenhos de restos a pagar cancelados poderão

Avenida Santa Catarina, 314 - fone/fax: (66) 3578-2500 - CEP: 78.579.000 - Itanhangá - Mato Grosso.
www.itanhanga.mt.gov.br e-mail: rh@itanhanga.mt.gov.br

ser re-empenhados à conta do orçamento vigente de 2023, caso seja reconhecida e comprovada a entrega do material ou a prestação de serviços, constante do respectivo processo de cancelamento.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.
Itanhangá-MT, 11 julho de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine
Secretário de Finanças e Planejamento

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - www. itanhanga.mt.gov.br

RELAÇÃO DE CANCELAMENTOS DE EMPENHOS DE RESTOS A PAGAR
Exercício de: 2022 até 2022
No período de: 01/07/2023 e 31/07/2023

Exercício: 2022
Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA URBANA

Empenho	Data Empenho	Data Cancelamento	Código Geral	Credor	Valor do Empenho	Valor Pago	Valor Cancelado
1821/2022 - Global	21/03/2022	11/07/2023	09.002.15.451.0003.1013.4.4.90.51.1.500.0000000	LZ CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA EPP	250.033,38	230.312,51	19.720,87
5020/2022 - Global	08/07/2022	11/07/2023	09.002.15.451.0003.1013.4.4.90.51.1.500.0000000	LZ CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA EPP	1.575.889,88	1.538.237,70	37.652,18
				Total da Unidade:	1.825.923,26	1.768.550,21	57.373,05
				Total do Órgão:	1.825.923,26	1.768.550,21	57.373,05
				Total do Exercício:	1.825.923,26	1.768.550,21	57.373,05
				Total do Geral:	1.825.923,26	1.768.550,21	57.373,05

ITANHANGÁ - MT, 3 de agosto de 2023

Data: 03/08/2023 17:45:24 Página: 1 de 1
Data da emissão: 03/08/2023 17:45:24 ÁGIL|B|ue Contabilidade - Ágili Software Brasil Emitido por: MARC|LENE RODR|GUES PAD|LHA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 192/2023

PORTARIA N° 192/2023

SÚMULA: "*Prorroga o prazo da Portaria 112/2023 e da outras providencias.*"

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo Artigo 50 da Lei Complementar Municipal Nº 072/2015 e Lei Complementar Municipal nº 081/2017**.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, contados da citação do acusado, o prazo para conclusão do processo de sindicância instaurado pela Portaria 112/2023.

Art. 2° As demais disposições constantes na Portaria 112/2023 permanecem inalteradas.

Art. 3° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação**.**

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 04 de agosto de 2023

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2023

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 131/2023

DECRETO N° 131/2023

SÚMULA: "Altera o Decreto 096/2023 e da outras providencias"

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Complementar Municipal 072/2015.

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeada a servidora municipal abaixo, em substituição a servidora Jocilene Oliveira da Silva, para compor a Comissão Municipal de Sindicância Administrativa para os procedimentos relacionados a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de acordo com a Lei Complementar Municipal 072/2015, Art. 22 I, qual seja:

Matricula	Representante Titular	Secretaria de Lotação
1139	Raquel Garcia Barbosa Gomes de Souza	Secretaria Municipal de Educação e cultura

Art. 2° As demais disposições contidas no Decreto 096/2023 permanecem inalteradas.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 04 de agosto de 2023

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2023

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

CONTABILIDADE
TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - www. itanhanga.mt.gov.br

TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 005/2023

SÚMULA: "Dispõe sobre a realização de remanejamento orçamentário, através de realocação de valores entre fontes de recursos de dotação orçamentária" .

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de ITANHANGÁ, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 645/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

Considerando a necessidade de realocação de recursos orçamentários, com vistas variações do recebimento dos recursos e suas destinações;

Considerando a necessidade de inclusão no orçamento em vigor, de Fonte/Detalhamento de Recurso específica, em consonância com os Comunicados APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que as realocações de saldos entre fontes de recursos não alteram os saldos das respectivas dotações orçamentárias, mas apenas alterações de valores entre as fontes a elas vinculadas;

Considerando que o Art. 2 da Lei Municipal nº 645 de 17 de outubro de 2022, autoriza a transpor, remanejar e transferir orçamentária entre Fontes de Recursos, o qual consiste na realocação entre fontes de recursos numa mesma dotação orçamentária

Art. 1º - Fica Autorizado o efetivo remanejamento orçamentário no valor de R$ 175.530,94 (cento e setenta e cinco mil quinhentos e trinta reais e noventa e quatro centavos) entre fontes de recursos da mesma dotação orçamentária nas seguintes Dotações e Fontes/Detalhamentos de Recursos:

Órgão: 05 - SEC. SAUDE
Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE ATENCAO BASICA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 224	05.003.10.301.0010.2022.3.3.90.30.1.600.0000600 Material de Consumo Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica		50.000,00
Cód. red.: 231	05.003.10.301.0010.2022.3.3.90.39.1.600.0000600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica		30.918,52
Cód. red.: 234	05.003.10.301.0010.2048.3.3.71.70.1.600.0000600 Rateio pela Participação em Consórcio Público Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica		61.527,72
		Sub-Total:	**142.446,24**

Órgão: 08 - SEC. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Assistência Social

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 383	08.002.08.244.0016.2030.3.3.90.30.1.660.0000000 Material de Consumo Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		754,30
		Sub-Total:	**754,30**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE OBRAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 423	09.001.04.122.0002.2014.3.3.90.39.1.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos		20.332,95
		Sub-Total:	**20.332,95**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA URBANA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 467	09.002.26.782.0003.1015.4.4.90.51.1.500.0000000 Obras e Instalações Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
		Sub-Total:	**2.000,00**

Órgão: 09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO
Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE OFICINA E MANUTENCAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 469	09.003.26.782.0019.2055.3.3.90.30.1.500.0000750 Material de Consumo Recursos de emendas parlamentares municipais		9.997,45
		Sub-Total:	**9.997,45**
		Total Parcial Suplementado:	**175.530,94**

Art. 2º - Para efetivação através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - www. itanhanga.mt.gov.br

Órgão:	**05 - SEC. SAUDE**		
Unidade:	**003 - DEPARTAMENTO DE ATENCAO BASICA**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 222	05.003.10.301.0010.2022.3.3.90.30.1.500.1002000 Material de Consumo Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		50.000,00
Cód. red.: 230	05.003.10.301.0010.2022.3.3.90.39.1.621.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		30.918,52
Cód. red.: 232	05.003.10.301.0010.2048.3.3.71.70.1.500.1002000 Rateio pela Participação em Consórcio Público Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		61.527,72
		Sub-Total:	**142.446,24**
Órgão:	**08 - SEC. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**		
Unidade:	**002 - Fundo Municipal de Assistência Social**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 382	08.002.08.244.0016.2030.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos		754,30
		Sub-Total:	**754,30**
Órgão:	**09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO**		
Unidade:	**001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE OBRAS**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 425	09.001.04.122.0002.2014.3.3.90.39.1.704.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		20.332,95
		Sub-Total:	**20.332,95**
Órgão:	**09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO**		
Unidade:	**002 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA URBANA**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 468	09.002.26.782.0003.1015.4.4.90.51.1.701.0000000 Obras e Instalações Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		2.000,00
		Sub-Total:	**2.000,00**
Órgão:	**09 - SEC. TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO**		
Unidade:	**003 - DEPARTAMENTO DE OFICINA E MANUTENCAO**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 469	09.003.26.782.0019.2055.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos		9.997,45
		Sub-Total:	**9.997,45**
		Total Parcial Reduzido:	**175.530,94**

Art. 3º - As realocações que se referem os artigos 1º e 2º se dará através de Alteração de Fonte entre dotações autorizado pela Lei Municipal 645/2022.

Art. 4º - Este termo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

ITANHANGÁ - MT, 3 de julho de 2023

EDU LAUDI PASCOSKI
CPF: 411.269.551-91
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 097/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: AGRIMAQ MANUTENÇÃO EM MÁQUINAS E USINAGEM INDUSTRIAL LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob n° 07.274.813/0001-19

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar a vigência do contrato, em decorrência da necessidade de continuação da prestação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e corretiva em caminhões, micro-ônibus, ônibus e máquinas pesadas, alterando a cláusula quarta do Contrato nº 097/2022.

DATA DE ASSINATURA: 04 de agosto de 2023.

VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2023 até a data 04 de agosto de 2024.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 185/2023

PORTARIA N°185/2023

SÚMULA: "Nomeia servidor ao cargo em comissão que menciona e da outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pela Lei Complementar 121/2022, em seu Art. 33.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora, MARLENE GONCALVES RODRIGUES, portadora do CPF nº. 787.***.***.42, ao cargo em comissão de Encarregado de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá-MT.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 01 de agosto de 2023.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de agosto de 2023.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2023

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 190/2023

PORTARIA N°190/2023

SÚMULA: "Altera Secretaria de Lotação do Servidor que menciona e da outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pela Lei Complementar 119/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a secretaria de lotação da servidora **SOLANGE MARIA DA SILVA, matricula** 1113, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 40H**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itanhangá-MT, a qual passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá MT.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 01 de agosto de 2023.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de agosto de 2023.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2023

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 191/2023

PORTARIA N°191/2023

SÚMULA: "Exonera Servidor que menciona e da outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo Art. 43, II da Lei Complementar 119/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **TATIANE GONCALVES DA SILVA,** matricula 1766, do cargo em comissão de Gerente de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Administração do Município de Itanhangá-MT.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 04 de agosto de 2023.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2023

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 130/2023

DECRETO N° 130/2023

SÚMULA: "Dispõe Sobre Alteração do Decreto 039/2021 e dá Outras Providencias. "

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pela Lei Orgânica Municipal e,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º do Decreto 039/2021 que passa a constar com a seguinte redação:

***"Art. 1º** Este decreto disciplina os procedimentos de inspeções médicas periciais necessários para o ingresso de candidatos convocados em Concurso público para cargo efetivo e Processo Seletivo Público para cargos permanentes na Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Itanhangá."*

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 01 de julho de 2023.

Art.3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 03 de agosto de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 129/2023

DECRETO N° 129/2023

SÚMULA: "Dispõe Sobre a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 001/2023, da Prefeitura Municipal de Itanhangá Estado de Mato Grosso e dá Outras Providencias. "

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Depois de transcorridos os prazos estabelecidos para o exercício do direito de recurso contra as listagens de aprovação e classificação final de todos os cargos referentes ao Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2023, publicados no Jornal Oficial dos Municípios e no site Oficial da Prefeitura Municipal, FICA HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2023.

§ 1º - O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2023 é de 02 (dois) anos, contado da data de publicação do presente Decreto de Homologação, podendo ser prorrogado por igual período, conforme possibilita o Inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal.

Art. **2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 03 de agosto de 2023

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2023

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

RESULTADO DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº 005/2023

A Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público o RESULTADO do julgamento do **Convite nº 005/2023**, cujo objeto é **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria, consultoria, monitoramento, alimentação de sistemas para formalização de convênios e elaboração de projetos de engenharia para captação de recursos para o município de Itaúba/MT**. Sagrou-se vencedora do certame licitatório a empresa **SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº 07.123.969/0001-07 com valor total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Itaúba/MT, em 04 de agosto de 2023.

ELEMAR HACK

Presidente da CPL

Publique-se

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 119/2022

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAÚBA/MT

Contratada: VIRTUAL SERVICE ASSESSORIA, CONSULTORIA, COMÉRCIO DE COMPONENTES FERNANDES LTDA - ME

Objeto: Execução da Obra de Fornecimento e Instalação de Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, Conectada à Rede, do Tipo On-Grid, para Atender as necessidades de consumo da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT.

Fica acrescentada a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO do Contrato Original, com acréscimo no valor de R$ 154.274,14 (cento e cinquenta e quatro mil duzentos e setenta e quatro reais e quatorze centavos) relativo a reprogramação "ASBUILT" dos serviços executados, perfazendo um novo valor global de R$ 3.700.006,46 (Três milhões setecentos mil e seis reais quarenta e seis centavos).

PRORROGAR PRAZO DE EXECUÇÃO: Fica acrescentada a Cláusula Quarta - Do prazo de execução do Contrato Original, o acréscimo de 60 (sessenta) dias, com início em 29 de julho de 2023 e término em 26 de setembro de 2023.

PRORROGAR PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica acrescentada a Cláusula Quinta - Do prazo de vigência do Contrato Original, o acréscimo de 60 (sessenta) dias, com início em 30 de julho de 2023 e término em 27 de setembro de 2023.

Data de assinatura: 14/07/2023

MAURO BATISTA DOS SANTOS

FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 0486/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT, através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE DE VACA IN NATURA E PÃES DO TIPO FRANCÊS E HOT DOG PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/ e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **17 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 09H00 - Horário de Brasília/DF**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: pregao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, em 04 de agosto de 2023.

Juliane Presotto

Pregoeira

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 088/2023

Dispõe sobre o afastamento de Servidor do Poder Legislativo de Itiquira e, dá outras providências.

JOSÉ CARLOS BATISTA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a lei,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor Comissionado, **GILSON BATISTA VIDOTTI**, Secretário de Finanças, Matricula 439, afastamento de suas atividades laborais, devido a período pós operatório, a partir de 01/08/2023 a 15/08/2023, com retorno previsto para dia 16/08/2023.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

Itiquira-MT, 04 de Agosto de 2023

_____

Jose Carlos Batista

Presidente

Gestão 2023-2024

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2023

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preços nº 221/2022

Pregão Eletrônico nº 063/2022

Processo Licitatório de Guarantã do Norte/MT

O Prefeito do Município Itiquira/MT, o qual subscreve, juntamente com o Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna público que aderiu a Ata de Registro de Preços nº 221/2022, Pregão Eletrônico nº 063/2022, Processo Licitatório do Poder Executivo Municipal de Guarantã do Norte/MT, contratando a empresa **SANCRISTO – COLETA DE RESIDUOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.147.098/0001-19**, para CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM COLETA, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** no valor total de**R$ 135.000,00** (cento e trinta e cinco mil reais), nos termos do art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Itiquira/MT, 04 de agosto de 2023.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

FLÁVIO ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 089/2023

Dispõe sobre designação de Servidor do Poder Legislativo de Itiquira e, dá outras providências.

JOSÉ CARLOS BATISTA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a lei,

Considerando o afastamento da titular do cargo para tratamento pós-operatório, conforme atestado médico apresentado.

Considerando o que dispõe o art. 37 da Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1º. **DESIGNAR** a Servidora **VEGMA FABIANA SOARES FRAGA,** servidora comissionada, Matrícula 443, para exercer interinamente o cargo de Secretária de Finanças, entre os dias 07/08/2023 a 15/08/2023.

Art. 2º. Conforme Art. 45, IV, Alínea A, da Lei Municipal 1186/2022, são atribuições do cargo**:** promover a gestão do Sistema APLIC-TCE/MT; auxiliar nos registros contábeis, orçamentários, patrimoniais e financeiros, sintético e analítico; auxiliar na elaboração dos documentos contábeis; manter atualizados e organizados os registros e livros do controle interno; organizar e auxiliar na elaboração dos balanços e balancetes; preparar relatórios sobre movimento sintético e analítico da receita, despesa e demais informes estatísticos sobre as atividades da Câmara Municipal; responsabilizar-se por todos os serviços precípuos da tesouraria; programar, controlar e analisar os compromissos de pagamento da Câmara Municipal; proceder à análise das despesas e sua evolução, assim como estudos e execução; efetuar a apuração de gastos de todo gênero e seus limites; observar no exercício das atividades as disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal; auxiliar na emissão de empenhos, anulações, inscrição, liquidação e controle da despesa; receber, guardar e movimentar valores; receber, guardar e devolver cauções e fiança; receber e conferir os repasses financeiros recebidos pela Câmara Municipal; manter o registro e controle das contas e depósitos bancários; efetuar e controlar todos os pagamentos da Câmara Municipal; fazer contatos com entidades bancárias e dar manutenção nas contas bancárias; conferir prestações de contas; efetuar análises financeiras e preparar movimentos diários de caixa; fazer previsões de prioridade para o desembolso de recursos; auxiliar na divulgação dos dados contábeis por todos os meios; auxiliar as atividades correlatas ao controle interno, contábil e financeiro; manter cópias de segurança dos dados, especialmente por meio eletrônico; alertar para possíveis riscos e tendências financeiras; promover as auditorias internas e permanentes e executar as decisões da Mesa Diretora e da Presidência.

Art. 3º A servidora receberá a remuneração do cargo de nomeação, conforme Portaria Legislativa 015/2023, reeditada pela Portaria 027/2023.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

Itiquira-MT, 04 de agosto de 2023

_____

Jose Carlos Batista

Presidente

Gestão 2023-2024

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT, através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA,** cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis

nos endereços: https://bllcompras.com/ e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **23 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 09H00 - Horário de Brasília/DF**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: pregao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, em 04 de agosto de 2023.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT, através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DO RELATÓRIO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/ e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **18 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 09H00 - Horário de Brasília/DF**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: pregao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, em 04 de agosto de 2023.

Juliane Presotto

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 030/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: BEM VIVER CLINICA LTDA; OBJETO: "Contratação de clínica para prestação de serviços técnicos profissionais especializados em tratamento de dependências químicas, e ou, que atuem também no modelo de comunidade terapêutica, para prestação de cuidados terapêuticos específicos para usuários de álcool e drogas em situação de risco grave".** PRAZO: 06 (seis) meses; **VALOR GLOBAL**: **R$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais**).**ASSINATURA:** 12/07/2023.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 024/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: DANIELY PEREIRA CAMPOS LTDA; OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara-MT".** PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL**: R$ 52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais)**. ASSINATURA:** 01/07/2023.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 025/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: MK SAÚDE LTDA; OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara-MT".** PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL**: R$ 272.000,00 (Duzentos e setenta dois mil reais)**. ASSINATURA:** 04/07/2023.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 028/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: CLINICA MÉDICA SCHUCH EIRELI; OBJETO: "credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara-MT".** PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL**: R$ 59.714,40 (Cinquenta e nove mil , setecentos e quatorze reais e quarenta centavos).**ASSINATURA:** 11/07/2023.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 023/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS EIRELI; OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara-MT".** PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL**: R$ 52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais)**. ASSINATURA:** 01/07/2023.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 027/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: FOBRS COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA; OBJETO: "Credenciamento de empresas especializadas para a contratação de serviços técnicos de engenharia, arquitetura nas atividades de elaboração de projetos executivos, para edifícios educacionais, administrativos, hospitalares e saúde, projeto de infraestrutura (pavimentação e restauração), projeto de parques, praças e quadras, laudo de sondagem SPT, projeto de obras de artes especiais, projeto de paisagismo e urbanismo, projeto de terraplenagem, levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, no âmbito do Município de Jaciara/MT".** PRAZO: 07/10/2023; **VALOR GLOBAL**: R$ 385.280,00 (Trezentos e oitenta cinco mil, duzentos e oitenta reais). **ASSINATURA:** 10/07/2023.

VANDERLEI SILVA OLIVEIRA

Secretário Municipal de Planejamento de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 029/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE VARZEA GRANDE LTDA; OBJETO: "credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara-MT".** PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL**: R$ 671.200,00 (Seiscentos e setenta um mil e duzentos reais).**ASSINATURA:** 11/07/2023.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 026/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: ALINE LETICIA ALVES PEDROSA LTDA; OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara-MT".** PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL**: R$ 56.000,10 (Cinquenta e seis mil reais e dez centavos). **ASSINATURA:** 06/07/2023.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário Municipal de Saúde de Jaciara-MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 003/2023 AO CONTRATO N.º 016/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI;** OBJETO:**ACRÉSCIMO DE VALOR - AMPLIAÇÃO META fica acrescido o** valor de R$ 1.337. 998,68 (Um milhão, trezentos e trinta e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos). Permanecem inalteradas e em plena vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 016/2022; **ASSINATURA**: 02/08/2023.

Leomar Rodrigues Souza

Secretário Municipal de Infraestrutura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DO CONSELHO TUTELAR DE JANGADA/MT – QUADRIÊNIO 2024/2028.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2023/CMDCA.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DE JANGADA/MT, Sra.Juliete Marcia da Silva, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal N°630/2015 de 10 de Junho de 2015.,. Súmula: "Atualiza As Regras para Composição e Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Conselho Tutelar (do Município de Jangada, Estado de Mato Grosso e dá outras providências", torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO para o Processo de Escolha Unificado do Conselho Tutelar de Jangada – MT, destinado a eleger Conselheiros Tutelares para quadriênio 2024/2028, aprovado pela Resolução nº 001/2023/ do CMDCA Prefeitura Municipal de Jangada - MT.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

1.1. O Processo de Escolha do Conselho Tutelar em Data Unificada é disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, Lei Municipal N° 630, de 10 de Junho de 2015, bem como as Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jangada/MT, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público.

1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de 01 de outubro de 2023, sendo que a posse ocorrerá no dia **10 de janeiro de 2024.**

1.3. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e dar ampla visibilidade ao Processo de Escolha em data Unificada para membros do Conselho Tutelar de Jangada/MT para o quadriênio 2024/2028 **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, nos seguintes termos:

2. DO CONSELHO TUTELAR:

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. único, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191, 194 da Lei nº 8.069/90, na Lei nº 14.344 de 24 de maio de 2022, assim como pela Lei Municipal N° 630, de 10 DE Junho de 2015.observados os deveres e vedações estabelecidos.

2.3.O presente Processo de Escolha Unificado dos membros do Conselho Tutelar do Município de Jangada/MT visa eleger as 05 (cinco) vagas existentes, assim como para seus respectivos suplentes que formará lista na forma prevista no art. 06 da Lei Municipal 630/2015.

. **2.4.** Por força do disposto no art. 16 da Lei Municipal nº 630/2015 e art. 5º, inciso II, da Resolução nº 231/2022, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 14, da Lei Municipal Nº 630/2015 e com relação os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Reconhecida idoneidade moral, apresentando:

I - Certidões negativas dos distribuidores civis e criminais da justiça comum estadual de 1º e 2º grau, podendo ser emitida pelo site www.tjmt.jus.br e federal pelo site www.trf1.jus.

II - Se já foi conselheiro tutelar, certidão negativa fornecida pelo Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de não ter sido penalizado no exercício da função de conselheiro tutelar.

b) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos, que deverá ser demonstrado por meio da apresentação de documento pessoal original com foto.

c) Residir no município de Jangada/MT há pelo menos 02 (dois) anos.

d) Comprovar domicílio eleitoral no município de Jangada/MT, fornecendo cópia do título de eleitor e/ou E-Titulo.

e) Estar quite com as obrigações eleitorais e no gozo de seus direitos políticos, fornecendo certidão de quitação eleitoral.

f) Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos.

g) Ter concluído no mínimo o Ensino Médio.

h) Não exercer cargo ou mandato público eletivo.

i) Não ocupar cargo efetivo ou em comissão, na data da posse, caso eleito.

j) Frequentar, antes da posse, curso de capacitação sobre o direito da criança e do adolescente, organizado pelo CMDCA com frequência mínima de 90% (noventa por cento), desde que as faltas sejam motivadas por situação de relevância, cabendo a Comissão Eleitoral analisar as justificativas apresentadas.

L)Participar de processo seletivo promovido pelo CMDCA onde deverá alcançar 50% ou mais da prova objetiva.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

M) Ser aprovado com nota 5,5 em prova escrita que contemplará conhecimentos em Língua Portuguesa, Informática Básica, História do Estado de Mato Grosso e do Município de Jangada, Raciocínio Logico Quantitativo, conhecimentos específicos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Legislação (Lei Municipal nº 630/2015 e Lei Nacional nº 14.344/2022) conforme critérios e pontuações mínimas estabelecidos neste edital de processo de seleção elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

n) Ser declarado apto na avaliação psicológica.

I. A avaliação psicológica será de caráter eliminatório **e** classificatório.

o) Não exercer atividades político-partidárias, função em órgão de partido político ou direção de entidades sindicais.

p) Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

o) Não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2. Com exceção dos itens “i”, “j”, “k”, e “p” deste artigo, o preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art: 08 da Lei Municipal Nº630 de 10 de Junho de 2015 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão.

4.1.1 Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

4.1.2 O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

4.1.3 Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

4.1.4 Todos os membros do Conselho Tutelar estarão sujeitos a regime de dedicação integral.

4.2. O exercício efetivo da função de Conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme a Lei Municipal nº 630/2015, é assegurado o direito a remuneração composta por:

I; Licença Maternidade

II-. Licença para tratamento de Saúde

III-. Cobertura previdenciária

IV O valor do vencimento é de: R$: 1.500,00 (Mil e quinhentos reais);

4.2,1 Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais, fora do seu município, participarem de eventos de formação, seminários, conferencias, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do conselho tutelar

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA – MT

5. DOS IMPEDIMENTOS:

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homo afetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90, art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA e art. 70 da Lei Municipal nº 630/2015.

5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar, considerar-se-á suplente/eleito aquele que tiver maior votação.

5.3. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.

6. DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO DE ESCOLHA:

6.1. A Comissão Organizadora do Processo de Escolha, de composição paritária para a organização e condução do presente Processo de Escolha, formada por no mínimo

12(doze) membros, será composta dos seguintes membros:

I.– Cristiane de Morais Governamental;

II.– Hellen Fatima Silva de Arruda Governamental;

III.– Andressa Vitória de Figueiredo de França Sociedade Civil;

IV. – Joel de Campos Mialha Sociedade Civil

6.2. Compete à Comissão Organizadora do Processo de Escolha:

a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos.

b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante.

c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local.

f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação.

h) Divulgar os locais de votação.

i) Divulgar imediatamente após a apuração dos votos o resultado oficial da votação.

j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado.

k) Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

l) Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito.

m) Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar e Guarda Municipal, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança nos locais do processo de escolha e apuração.

n) Resolver os casos omissos.

6.3. Das decisões da Comissão Organizadora do Processo de Escolha caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará as seguintes etapas eliminatórias:

7.1.1 - **1ª ETAPA: INSCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS**

a) Inscrições e entrega de documentos.

b) Análise da documentação exigida.

c) Publicação do resultado da análise.

d) Impugnação/recursos ao resultado da análise.

e) Análise das impugnações/recursos.

f) Publicação dos nomes dos pré-candidatos.

7.1.2 - **2ª ETAPA – PROVA OBJETIVA**

a) Prova de conhecimentos gerais e conhecimento especifico dos Direitos da Criança e do Adolescente.

b) Divulgação do resultado da prova.

c) Impugnação/recursos ao resultado da prova.

d) Análise das impugnações/recursos.

e) Resultado final da avaliação de conhecimentos específicos

7.1.3 - 3ª ETAPA – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

a) Avaliação psicológica.

b) Divulgação do resultado da avaliação.

c) Impugnação/recursos ao resultado da análise.

d) Análise das impugnações/recursos.

e) Resultado final dos candidatos aptos a participar do processo eleitoral;

7.1.4 - 4ª ETAPA – ESCOLHA

a) Eleição direta.

b) Publicação do resultado da Eleição.

c) Impugnação ao resultado da Eleição.

d) Análise das impugnações/recursos.

e) Resultado final do Processo Eleitoral.

f) Posse

8. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

8.1. Será admitido impugnação quanto:

a) Ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato;

b) Do resultado preliminar da prova de conhecimentos específicos e avaliação psicológica;

c) A campanha do Processo de Escolha.

d) Ao resultado final.

8.2. Será admitido recurso quanto:

a) Ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato.

b) Do resultado preliminar da prova de conhecimentos específicos e avaliação psicológica.

c) A campanha do Processo de Escolha.

d) Ao resultado final.

8.3. O prazo para interposição de impugnação e recurso será de até 2 (dois) dias após a concretização do evento que lhes disser respeito (publicação do indeferimento da inscrição, publicação do resultado da prova de conhecimentos específicos e avaliação psicológica, eleição dos candidatos, publicação do resultado final).

8.3.1 O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

8.3.2 considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

8.4. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido em cada uma das deste Edital, devidamente fundamentado.

8.5. Os recursos e impugnações deverão ser entregues na sala dos conselhos da Secretaria de Assistência Social do Município de Jangada/MT, localizado na rua Laurindo Machado, protocolado junto à Comissão Organizadora do Processo de Escolha, observado os dias e horários de funcionamento do órgão, de segunda-feira à sexta-feira, das 07h às 13h.

8.6. As defesas e recursos interpostos fora do respectivo prazo e horário de funcionamento do órgão serão considerados intempestivo e não será admitido.

8.7. Não serão aceitas defesas ou recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

8.8. Os candidatos deverão protocolar recursos ou defesas em 02 (duas) vias (original e cópia).

8.9. Afim de evitar incompreensões que venham a prejudicar o candidato, recomenda-se que a Defesa/Recurso seja entregue necessariamente digitado.

8.10. Sob pena de não ser conhecido, o recurso deverá estar devidamente identificado com o nome completo do candidato, número do CPF, número da inscrição, telefone para contato, devidamente fundamentado, datado e assinado.

8.11. Cabe à Comissão Organizadora do Processo de Escolha decidir, por maioria simples dos seus membros, com a devida fundamentação, sobre as Impugnações no prazo de 2(dois) dias do protocolo.

8.12. Da decisão da Comissão Organizadora do Processo de Escolha, caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá, com a devida fundamentação, em igual prazo tendo como quórum a maioria simples dos membros Titulares do CMDCA.

8.13. As decisões dos recursos serão divulgadas aos candidatos por meio de publicação na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e no site da Prefeitura Municipal de Jangada/MT.

9. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

9.1. A participação no presente Processo de Escolha iniciar-se-á pela inscrição gratuita por meio de requerimento impresso, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2. As inscrições dos candidatos serão efetuadas pessoalmente junto na sala dos conselhos da Secretaria Municipal de Assistência Social de jangada, sito Rua Laurindo Machado S/Nº, nesta cidade, telefone (65)

999085870 /WhatsApp das 08h às 13h , de segunda a sexta-feira, entre os dias 03 de abril de 2023 a 28 DE Abril 2023.

A –Leia-se

9.2.1 As inscrições dos candidatos serão efetuadas pessoalmente junto na sala dos conselhos da Secretaria Municipal de Assistência Social de jangada, sito Rua Laurindo Machado S/Nº, nesta cidade, telefone (65) 999085870 /WhatsApp das 08h às 13h , de segunda a sexta-feira, entre os dias 03 de abril de 2023 a 05 de Maio de 2023.

9.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade (RG) ou documento equivalente com foto.

b) Título de eleitor/E-Título e certidão de quitação obtida junto a justiça eleitoral para comprovação de estar em dia com as obrigações eleitorais.

c) Certidões negativas dos distribuidores civis e criminais da justiça comum estadual de 1ºe 2º grau, podendo ser emitida pelo site www.tjmt.jus.br e federal pelo sitewww.trf1.jus.br.

d) Diploma, certificado ou declaração de conclusão de no mínimo o Ensino Médio.

e) Se já foi conselheiro tutelar, certidão negativa fornecida pelo Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de não ter sido penalizado no exercício da função.

f) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares.

g) Comprovante de residência que será demonstrada através da juntada de faturas da Energisa, Departamento de água e esgoto de Jangada/MT ou de outros documentos que assim atestem que poderão ser supridas por declarações assinadas por testemunhas.

9.4. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital.

9.5. Os documentos deverão ser entregues em **duas vias para fé e contrafé.**

9.6. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente comunicados ao CMDCA e ao Ministério Público.

9.7. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

10. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

10.1.Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha designada pelo CMDCA efetuará, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos.

10.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência após a publicação referida no item anterior.

11. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

11.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 05(cinco) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos após a fase de recursos, em petição devidamente fundamentada.

11.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados do teor da impugnação, começando, a partir de então, a correr o prazo para apresentar sua defesa.

11.3. A Comissão Organizadora do Processo de Escolha analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos e realizar diligências, conforme art. 11, § 3º, I e II da Resolução nº 170, de10 de dezembro de 2014 do CONANDA..

11.4. A Comissão Organizadora do Processo de Escolha terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação.

11.5. As decisões da Comissão Organizadora do Processo de Escolha serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital.

11.6. Das decisões da Comissão Organizadora do Processo de Escolha caberá recurso à Plenária do CMDCA, em prazo contado da data da publicação do edital referido no item anterior.

11.7. Esgotada a fase recursal, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público.

11.8. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

12. DA PROVA OBJETIVA

12.1. A prova objetiva ocorrerá no dia 16 de julho de 2023 (domingo) na Escola Municipal Felismino Francisco de Almeida, com início às 8h e encerramento às 12h e consistirá em prova de caráter eliminatório, devendo ser realizada dentro do tempo total de prova, conforme indicado neste item 12.1.

a) A prova versará conhecimentos em Língua Portuguesa, Informática Básica, História do Estado de Mato Grosso e do Município de Jangada, Raciocínio Logico Quantitativo, conhecimentos específicos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Legislação (Lei Municipal nº 630/2015 e Lei Nacional nº 14344/2022)

A- Leia-se

12.2 1

a.1) A prova versará conhecimentos específicos Lei Federal nº8.069 de julho de 1990-ECA e alterações posteriores, Noções de Informática básica, noções documentos-relatórios, ofícios, ata, comunicados e requerimentos.

b) A Prova Objetiva será constituída de questões de múltipla escolha.

c) Cada questão terá 4 (quatro) alternativas, sendo apenas uma correta.

d) Cada candidato receberá um caderno de questões e um único cartão de respostas que não poderá ser rasurado, amassado ou manchado.

e) O candidato deverá seguir atentamente as recomendações contidas na capa de seu caderno de questões e em seu cartão de respostas.

f) As instruções que constam no caderno de questões da prova objetiva de múltipla escolha e no cartão de respostas, bem como as orientações e instruções expedidas pela Comissão Organizadora durante a realização das provas complementam este Edital e deverão ser observadas e seguidas pelo candidato.

g) Será aprovado o candidato que obtiver média mínima igual a 5,5 (cinco e meio).

h) O resultado preliminar do exame será publicado até o 17/07/2023.

i) Do resultado caberá impugnação à Comissão Organizadora.

j) Da decisão da Comissão Organizadora caberá recurso ao CMDCA.

k) Analisados recursos e impugnações, o resultado final do exame e consequentemente a lista definitiva dos candidatos aprovados a passar por avaliação psicológica será divulgado até o dia 28/07/2023.

13. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

13.1.O candidato aprovado na Prova Objetiva deverá passar por Avaliação Psicológica que ocorrerá no dia 06/08/2023 (Domingo) com início às 8h da

manhã na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social de Jangada/MT, sito Rua Laurindo Machado S/Nº Centro.

LEIA-SE

13.1.1 O candidato aprovado na Prova Objetiva deverá passar por Avaliação Psicológica que ocorrerá no dia 11/08/2023 (SEXTA-FEIRA) com início às 8h da manhã na sede do Cras (Centro de Referencia de Assistência Social) de Jangada/MT, sito Rua Ramiro Mendes S/Nº Centro.

a) A Avaliação Psicológica, terá caráter eliminatório e classificatório.

b) Todas as fases da Avaliação Psicológica serão realizadas no Município de Jangada/MT.

c) O processo de avaliação psicológica, consistirá na aplicação de instrumentos que explicitem de forma inequívoca as características emocionais, motivacionais e de personalidade, considerando as necessidades, exigências e peculiaridades da área de atuação.

d) A referida avaliação será dividida em três fases, que são: Aplicação da bateria de testes psicológicos (Personalidade, Atenção e Inventário), dinâmica de grupo e a entrevista individual.

e) A entrevista individual será realizada por Psicólogo com um candidato por vez. Na dinâmica de grupo, a condição será feita por um Psicólogo e um observador auxiliar;

f) Ao final da avaliação psicológica, será considerado INDICADO/APTO, o candidato que demonstrar o perfil estabelecido neste edital, após participar de todas as fases de tal avaliação.

g) A resposta à entrevista devolutiva será fornecida em data e horário designado pela Comissão , para que os interessados possam ter acesso às informações sobre os instrumentos utilizados nos testes que resultaram no motivo da contra indicação;

h) Antes da divulgação do resultado, o candidato poderá ser chamado para ser submetido a procedimento complementar de avaliação.

i) A contraindicação na avaliação psicológica, não pressupõe a existência de transtornos mentais. Indica, tão-somente, que o candidato avaliado não atende o perfil exigido para as funções de Conselheiro Tutelar.

. j) Não se realizará qualquer teste ou etapa da avaliação psicológica fora dos espaços físicos estabelecidos para os testes e entrevistas bem como não será dado nenhum tratamento privilegiado, nem será levada em consideração qualquer alteração, psicológica ou fisiológica passageira, na realização dos testes, na data estabelecida para realização da avaliação psicológica.

k) Não haverá segunda chamada, independente do motivo alegado pelo candidato.

l) O candidato aprovado na prova objetiva deverá apresentar-se na avaliação psicológica munido de documento de identidade, cartão de inscrição.

m) Não serão aceitos testes psicológicos e laudos realizados por outro psicólogo que não seja credenciado pela Comissão Organizadora para este processo de avaliação psicológica.

13.2. O resultado da avaliação psicológica será publicado até o dia 22/08/2023.

a) Do resultado caberá impugnação/recurso junto a banca.

b) Analisados recursos e impugnações, o resultado definitivo do exame e consequentemente a lista dos candidatos aptos a serem votados será divulgado até o dia 22/08/2023.

14. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

14.1. O candidato apto na Avaliação Psicológica formalizará sua candidatura junto a Comissão Organizadora no dia 25/08/2023 às 09 h, na sala dos conselhos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Jangada, sito Rua Laurindo Machado S/Nº nesta cidade.

14.2. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

14.3. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

14.4. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item 13. 2, “b” deste Edital;

14.5. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

14.6. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular

14.7. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselheiro Tutelar;

14.8. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Organizadora do Processo de Escolha designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

14.9.Cabe à Comissão Organizadora do Processo de Escolha supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

14.10. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

14.11. É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

14.12. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da **ESCOLHA,** em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

14.13.A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa

15. DAS CONDUTAS VEDADAS AOS CANDIDATOS E RESPECTIVOS FISCAIS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA

15.1 A campanha dos candidatos a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos candidatos habilitados no Processo de Escolha e será encerrada à meia-noite da véspera do dia da votação.

15.2 Serão consideradas condutas vedadas aos candidatos devidamente habilitados ao Processo de Escolha Unificado dos membros do Conselho Tutelar de Jangada/MT, quadriênio 2024/2028 e aos seus prepostos e apoiadores aquelas previstas neste edital, na Lei Municipal n. 630/2015, na Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), com especial destaque ao seu art. 8º e na

Resolução que Regulamenta a Campanha do Processo de Escolha Unificado.

15.3 O desrespeito às regras apontadas no item 15.2 deste edital poderá caracterizar inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inc. I, da Lei Federal n.8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

15.4 Qualquer cidadão ou candidato poderá representar à Comissão Organizadora contra aquele que infringir as normas estabelecidas no edital, na Resolução n. 231/2022 do CONANDA, na Lei Municipal n.630/2015, e na Resolução do CMDCA que Regulamenta a Campanha do Processo de Escolha Unificado, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

15.5 Cabe à Comissão Organizadora do Processo de Escolha registrar e fornecer protocolo ao representante, para acompanhamento do procedimento instaurado.

15.6 Serão admitidas denúncias anônimas, desde que acompanhada de elementos mínimos de prova ou com indicação da forma que a Comissão Organizadora pode acessá-la.

15.7 Caso o denunciante assim solicite, a Comissão Organizadora pode decretar, havendo fundamentos legítimos, o sigilo de seu nome, facultando acesso apenas ao Ministério Público e à autoridade judiciária, caso solicitado.

15.8 As denúncias poderão ser encaminhadas pessoalmente à Comissão Organizadora, na sala do Conselhos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Jangada/MT, sito Rua Laurindo Machado S/Nº Centro nesta cidade, observado os dias e horários de funcionamento do órgão, de **segunda-feira à sexta-feira, das 07h às 13h.**

15.9 As denúncias poderão também ser encaminhadas por telefone para o número (65) 999085870/WhatsApp.

15.10 Caso qualquer membro do CMDCA tome conhecimento da prática de conduta vedada, por qualquer meio, deverá imediatamente comunicar o fato e as provas a que teve acesso à Comissão Organizadora, para instauração, de ofício, do respectivo procedimento administrativo.

15.11 O Ministério Público será cientificado da instauração de todo e qualquer procedimento instaurado pela Comissão Organizadora.

15.12 No prazo de 1 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração as condutas vedadas previstas neste Edital, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, § 3o, inc. I, da Resolução n.231/2022 do Conanda).

15.13 Havendo motivo relevante e comprovado o perigo na demora do julgamento, a Comissão poderá determinar, fundamentadamente em medida liminar, a retirada imediata ou a suspensão da propaganda e o recolhimento do material de campanha considerado irregular.

15.14 A Comissão poderá, no prazo de 2 (dois) dias do término do prazo da defesa.

a) arquivar o procedimento administrativo, se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso.

b) determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 2 (dois) dias contados. do decurso do prazo previsto no caput (art. 11, § 3o, inc. I, da Resolução n. 231/2022 do Conanda).

c) No caso do item. b, o representante e o representado serão intimados a, querendo, comparecerem à reunião designada e efetuarem perguntas para as testemunhas ouvidas.

d) Eventual ausência do representante ou do representado não impede a realização da reunião a que se refere o item. b, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

e) As partes poderão ser representadas, durante todas as etapas do procedimento, por advogado, desde que junte procuração nos autos, porém a ausência de defesa técnica

15.15 Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Organizadora decidirá, fundamentadamente, em até 2 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 5o, da Resolução n. 231/2022 do Conanda)não acarretará nenhum tipo de nulidade.

a) A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 2 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 5o, da Resolução n. 231/2022 do Conanda)

b) No julgamento do recurso não será admitida reabertura da instrução, porém será facultada a sustentação oral aos envolvidos de até 10 (dez) minutos por parte, sendo dispensável a intimação destas para o julgamento.

15.16 Os nomes dos candidatos cassados deverão permanecer nas cédulas ou inseminados nas urnas eletrônicas

a) Os votos atribuídos ao candidato cassado serão considerados nulos.

15.17 O representante do Ministério Público, tal como determina o art. 11, § 7o,da Resolução n.231/2022 do Conanda, deverá ser cientificado de todas as reuniões da Comissão Especial e do CMDCA, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas), bem como de todas as decisões destes órgãos, no prazo de 2 (dois) dias de sua prolação.

16. DA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

16.1. A ESCOLHA para os membros do Conselho Tutelar de Jangada/MT, previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 231/2022, do CONANDA e art. 14Lei Municipal nº630/2015 realizar-se-á no dia 01 de outubro de 2023, das 7h às 17h nas escolas municipais abaixo relacionadas:

a) Escola Municipal Felismino Francisco de Almeida.

b) Escola Municipal Severiano Vieira da Silva

c) Escola Estadual Benedita Augusta Lemes

16.2. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado Mato Grosso;

16.3. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão Organizadora, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

16.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar

16.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

16.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

16.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

16.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidato terá direito a uma única cédula de votação se a urna for de tradicional de lona;

16.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da ESCOLHA;

16.10. Será também considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado.

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação.

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial.

d) que tiver o sigilo violado.

16.11. Efetuada a apuração será formada a lista de suplentes pela ordem de votação.

16.12. Na hipótese de ocorrer empate na votação, será utilizado como critério de desempate a ordem estabelecida na Resolução 001/2023,

17. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

17.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, relatório de votação por candidato, para formação da lista de suplentes, em ordem decrescente.

18. DA FORMAÇÃO

18.1. Todos os candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar que obtiverem votos válidos serão classificados como suplentes e como tal deverão participar do processo de capacitação/formação continuada relativa à legislação específica às atribuições do cargo e dos demais aspectos da função, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, estando a posse condicionada à frequência de no mínimo 90% (noventa por cento).

18.2. O conselheiro que não atingir a frequência mínima ou não participar do processo de capacitação, não poderá tomar posse, devendo ser substituído pelo suplente eleito que tenha participado da capacitação/formação continuada, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.

18.3. O conselheiro reeleito ou que já tenha exercido a função de conselheiro tutelar em outros mandatos, também fica obrigado a participar do processo de capacitação/formação continuada, considerando a importância do aprimoramento continuado e da atualização da legislação e dos processos de trabalho.

19. DA POSSE:

19.1. A diplomação dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA e a posse pelo Prefeito Municipal, tão logo ocorra a conclusão do curso de formação previsto no item 18.1 deste edital

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

20.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Organizadora do Processo de Escolha dele decorrente no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Jangada/MT, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal e Estadual, bem como nos demais órgãos da rede de apoio e proteção. E correntes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no site.

20.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 630/2015 de 10 de Junho de 2015 .

20.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar.

20.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Organizadora do Processo de Escolha, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração.

20.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame.

20.6. Os trabalhos da Comissão Organizadora do Processo de Escolha se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA.

20.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA – MT

ANEXO 1

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO QUADRIENIO 2024/2028 DO CONSELHO TUTELAR DE JANGADA/MT.

	DATA	ATIVIDADES
01	30/03/2023	Elaboração e aprovação do Edital nº 01/2023 do Processo de Escolha Unificado Quadriênio 2024/2028 para o Conselho Tutelar de Jangada/MT.
02	31/03/2023	Envio do Edital para o Ministério Público.
03	30/03/2023	PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 02/2023 do Processo de Escolha Unificado Quadriênio 2024/2028 para o Conselho Tutelar em diário Oficial, site do município, redes sociais, etc.
04	03/04/2023 á 28/04/2023	Período de inscrição das 08h do dia 03/04/2023 as 13h do dia 28/04/2023 (Horários de inscrição de segunda-feira à sexta-feira das 08h às 13h.
05	05/05/2023	Análise dos requerimentos de inscrição e documentos pela Comissão Organizadora.
06	12/05/2023	Publicação das inscrições deferidas e indeferidas.
07	15/05/2023.	Inicio do prazo de 02 (dias) dias para interpor recurso sobre a análise dos requerimentos de inscrição e documentos
08	16/05/2023	Encerramento do prazo de 02 (dois) dias para interpor recurso sobre a análise dos requerimentos de inscrição e documentos.
09	22 a 26/05	Notificação dos Impugnados
10	29/05 a 02/06	Defesa Dos impugnados
11	06/06/2023	Analise dos recursos pela Comissão Organizadora.
12	06/06/2023	Divulgação do resultado dos recursos pela Comissão Organizadora.
13	07/06/2023	Inicio do prazo de 02 (dois) para interpor recurso ao CMDCA da decisão da Comissão Organizadora
14	08/06/2023	Encerramento do prazo de 02 (dois) para interpor recurso ao CMDCA da decisão da Comissão Organizadora.
15	09/06/2023	Julgamento dos recursos pela Plenária do CMDCA
16	09/06/2023	Inicio do prazo de 05 (cinco) dias para impugnação da candidatura por qualquer cidadão.
18	13/06/2023	Encerramento do prazo de 05 (cinco) dias para impugnação da candidatura por qualquer cidadão
19	19/06/2023	Notificação dos candidatos e ciência do MP.
20	20/06/2023	Inicio do prazo de 02 (dois) dias para interpor recurso junto a Comissão Organizadora
21	21/06/2023	Encerramento do prazo de 02 (dois) dias para interpor recuso junto a Comissão Organizadora
22	22/06/2023	Analise dos recursos pela Comissão Organizadora
23	22/06/2023	Divulgação do resultado dos recursos pela Comissão Organizadora
24	23/06/2023	Inicio do prazo de 02 (dois) para interpor recurso ao CMDCA da decisão da Comissão Eleitoral.
25	26/06/2023	Encerramento do prazo de 02 (dois) para interpor recurso ao CMDCA da decisão da Comissão Eleitoral
26	27/06/2023	Julgamento dos recursos pela Plenária do CMDCA.
27	28/06/2023	Divulgação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida e locais de prova.
28	**16/07/2023**	**PROVA OBJETIVA**

29	17/07/2023	Divulgação do Gabarito
30	17/07/2023	Resultado preliminar da avaliação objetiva.
31	20/07/2023	Inicio do prazo de 02 (dois) dias para impugnação ao resultado da avaliação objetiva junto a Comissão Organizadora
32	21/07/2023	Encerramento do prazo de 02 (dois) dias para impugnação ao resultado da avaliação objetiva junto a Comissão Organizadora.
33	24/07/2023	Analise do Resultado da impugnação da avaliação objetiva
34	24/07/2023	Divulgação do Resultado da impugnação da avaliação objetiva.
35	25/07/2023	Inicio do Prazo para recurso ao CMDCA da decisão da Comissão Especial.
36	26/07/2023	Encerramento do Prazo para recurso ao CMDCA da decisão da Comissão Especial.
37	27/07/2023	Julgamento dos recursos pelo CMDCA
38	28/07/2023	Divulgação da lista definitiva dos candidatos aprovados na avaliação objetiva.
39	**06/08/2023**	**AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**
40	14/08/2023	Resultado preliminar da avaliação psicológica
41	15/08/2023	Inicio do prazo de 02 (dois) dias para entrar com recurso junto a banca
42	16/08/2023	Encerramento do prazo de 02(dois) dias para entrar com recurso junto a banca.
43	22/08/2023	Julgamento dos Recursos pela banca.
44	22/08/2023	Divulgação da lista definitiva dos candidatos aprovados na avaliação psicológica e aptos a serem votados.
45	**22/08/2023**	**REGULAMENTAÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL**
46	25/08/2023	Formalização da Candidatura.
47	28/08/2023	Início da Campanha Eleitoral.
48	29//09/2023	Fim da Campanha Eleitoral.
49	**01/10/2023**	**DIA DA ESCOLHA**
50	01/10/2023	Apuração dos votos
51	02/10/2023	Publicação preliminar dos candidatos eleitos em ordem de colocação no Processo de Escolha para o Conselho Tutelar.
52	03/10/2023	Inicio do prazo de 02 (dois) dias para requerer impugnação ao resultado preliminar da escolha
53	09/10/2023	Encerramento do prazo de 02 (dois) dias para requerer impugnação ao resultado preliminar da escolha.
54	10/10/2023	Divulgação e Publicação da relação dos candidatos que tiveram o resultado da escolha impugnados.
55	11/10/2023	Analise da impugnação pelo CMDCA
56	12/10/2023	Publicação oficial dos candidatos eleitos no Processo de Escolha para o Conselho Tutelar.
57	10/01/2024	Posse dos membros do Conselho Tutelar (titulares e suplentes) para o quadriênio 2024/2028.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA – MT

ANEXO 2

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA O CONSELHO TUTELAR DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT QUADRIENIO 2024/2028
INSCRIÇÃO Nº
NOME:
NOME SOCIAL:
SEXO: ( ) F ( ) M DATA DE NASCIMENTO: IDADE
NATURALIDADE
NACIONALIDADE:
ESTADO CIVIL:
RG: ÓRGÃO EXPEDIDOR
CPF:
TÍTULO DE ELEITOR:
CONTATO:
ENDEREÇO:
MUNICÍPIO: BAIRRO: UF:
NOME DA MÃE:
NOME DO PAI:
ESCOLARIDADE:
E-MAIL
POSSUI DEFICIÊNCIA: ( ) SIM ( ) NÃO QUAL:

Eu, _____, acima qualificado solicito a minha Inscrição para participar do Processo de Escolha Unificado do Conselho Tutelar do Município de jangada/MT quadriênio 2024/2028 e declaro ainda para efeitos legais ter ciência das Leis Municipais mencionada no respectivo Edital nº 001/2023 do Processo de Escolha do CMDCA tendo juntado a minha inscrição os documentos necessários.

JANGADA /MT, _____de _____de 2023

---------- ----------

Assinatura do (a) candidato (a) Responsável pela inscrição.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOADOLESCENTE JANGADA – MT

ANEXO 3

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA O CONSELHO TUTELAR QUADRIÊNIO - 2024/2028

INSCRIÇÃO N
NOME:

JANGADA /MT, ____ de _____ ,de 2023.

_____

Responsável pela Inscrição

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA – MT

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DO CANDIDATO DE QUE NÃO FOI PENALIZADO COM A DESTITUIÇÃO DA FUNÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR

DECLARAÇÃO

Eu, _____, declaro para os devidos fins, sob pena de responsabilidade, que não fui penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão de verdade, firmo o presente.

JANGADA /MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura do Candidato

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

ANEXO 5

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, portador (a) do RG_____, CPF n°_____, natural _____, estado civil_____, profissão_____, título de eleitor n°_____, seção_____, zona eleitoral_____, residente e domiciliado à _____ Bairro_____, no município de Jangada, Estado do Mato Grosso, CONFIRMO que tenho disponibilidade para cumprir a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, sendo o horário de funcionamento do Conselho Tutelar das 7h às 17h ininterrupto, e previsão de regime de plantões e sobre aviso rotativos.

É a expressão de verdade e fé.

Jangada/MT, ____ de _____ de 2023.

_____

DECLARANTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

ANEXO 6

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Eu _____ CPF _____ RG_____ Residente e domiciliado_____ para os fins de cumprimento do exigido pelo EDITAL Nº. 001/ 2023 DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DO CONSELHO TUTELAR DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT QUADRIÊNIO 2024/2028, - DECLARO que tenho pleno conhecimento do referido Edital e seus Anexos, bem como, que recebi uma cópia do edital e as informações necessárias no ato da inscrição, declarando por fim, que aceita e se submete a todas as condições estabelecidas no referido Edital e anexo.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

_____

Assinatura do Candidato

Jangada/MT, ____ de _____ , de 2023

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

ANEXO 7

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

ENSINO MÉDIO CONSELHEIRO TUTELAR			
Disciplinas	**Quantidade de questões**	**Valor de cada questão**	**Pontuação máxima**
Noções documentais, relatórios ,ofícios, atas, comunicados e requerimentos	05	0.3	9
Historia de Mato Grosso	4	0.3	9
Informática Básica	05	0.2	6
Legislação Lei 14.344/2022.	5	0.4	20
Conhecimentos Específicos (ECA)	8	0.4	32
TOTAIS	**30**		**100**

LEGISLAÇÕES PERTINENTES A ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE a) Constituição Federal de 1988, em especial os arts. 204, 226 a 228; b) Declaração Universal dos Direito Humanos; c) Declaração Universal dos Direitos da Criança; d) Lei Federal nº 8.069, de 13 julho de 1990 – ECA, e suas alterações; e) Lei Federal nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 (Lei de Convivência Familiar), e suas alterações; f) Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e suas alterações, em especial os artigos 1º, 2, 4, 6, 20 a 24; g) Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE), e suas alterações; h) Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância); i) Lei Federal nº 13. 431, de 4 de abril de 2017 (Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência); j) Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Institui o Código Civil); k) Lei Federal nº 12.318, de 26 de agosto de 2010 (Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990); l) Lei Municipal nº 900, 12 de maio de 2015 (Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, reformula o Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares e o Fundo Municipal dos Direitos da criança e do adolescente, e dá outras providências); m) Resolução nº 17 de 28 de junho de 2021 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (dispõe do Regimento Interno dos Conselhos Tutelares Região I e II); n) Resolução nº 22 de 20 de abril de 2022 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (estabelece recomendações e parâmetros complementares com vistas à efetiva implantação e implementação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA e dá outras providências.) o) Resolução Conjunta CNAS e CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009, que aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes bem como o documento de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes; p) Resolução Conjunta CNAS e CONANDA nº 1, de 7 de junho de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Políticas e Metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da Política de Assistência Social. q) Resolução CONANDA nº 113, de 19 de abril de 2006 (Parâmetros para a Instucionalização e Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente); r) Resolução CONANDA nº 231 de 28 de dezembro de 2022 (Altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar); s) Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprovou a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; t) Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

ANEXO 8

DO REQUERIMENTO DE RECURSOS DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE JANGADA - MTNome:_____ _____ CPF:_____ RG: _____ Inscrição nº: _____ Recurso referente: ( ) Inscrição ( ) Prova Escrita ( ) Avaliação Psicológica ( ) Resultado da Escolha

Justificativa do Candidato: _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____Referência Bibliográfica e/ou Fonte: _____ _____ _____ _____

Peço deferimento: _____

Assinatura do Candidato

Jangada/MT, ____ de _____ ,de 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

ANEXO 9

DO PROTOCOLO DO REQUERIMENTO DE RECURSOS DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE JANGADA– MT

Requerimento de Inscrição nº:_____(Preenchimento Exclusivo COPE) Nome:_____ __

Recurso referente: ( ) Inscrição ( ) Prova Escrita ( ) Resultado da Escolha

Solicito (a) ao CMDCA a revisão do Gabarito Oficial Preliminar da Prova Objetiva, questões nº:

_____
_____ .

Jangada/MT, ____ de _____ ,de 2023.

_____

Assinatura do Candidato

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

ANEXO 10

DO REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO CANDIDATO INSCRITO NO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE JANGADA- MT

Requerente:_____
_ CPF:_____ RG:_____ Requerimento nº: _____ Solicito Impugnação do Candidato:_____ Justificativa do Requerente:_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Jangada /MT, ____ de _____ ,de 2023

_____

Assinatura do Requerente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

ANEXO 11

DO PROTOCOLO DO REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO CANDIDATO INSCRITO DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE Jangada – MT

Solicito Impugnação do Candidato:_____
_____
_____

Requerente:_____ Nº do Requerimento de Impugnação:_____

Jangada /MT, ____ de _____ ,de 2023

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

ANEXO 12

DO REQUERIMENTO DE REPRESENTATIVIDADE PARA FISCALIZAÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE Jangada - MT

Requerimento de Inscrição nº:_____(Preenchimento Exclusivo COPE) Nome do requerente:_____
_____
CPF:_____RG:_____Telefone: _____ Nome do fiscal:_____
_____ CPF:_____
RG:_____ data de Nasc.:____/____/_____ Telefone: _____ Assinatura do Requerente/Fiscal: _____

Jangada/MT, ____ de _____ ,de 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

ANEXO 13

DO PROTOCOLO DE REQUERIMENTO DE REPRESENTATIVIDADE PARA FISCALIZAÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE Jangada- MT

Requerimento de Inscrição nº:_____(Preenchimento Exclusivo COPE)

Nome do requerente:_____

Nome do Fiscal:_____

Assinatura do Requerente/Fiscal: _____

Jangada /MT, ____ de _____ , de 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANGADA– MT

ANEXO 14

DECISÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

A inscrição foi: ( ) Deferida ( ) Indeferida

Motivos do indeferimento:

_____
_____
_____
_____
_____
_____

Jangada/MT, ____ de _____ ,de 2023.

_____

ASSINATURA

Presidente da Comissão Organizadora

Jangada/MT, __03__ de __Abril__ ,de 2023.

Publique-se

Encaminhem-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmaras Municipais e locais.

_____

Juliete Marcia da Silva

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ERRATA DE ADITIVO AO CONTRATO Nº005/2003

ONDE SE LÊ CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 049/2023, LEIA SE CONTRATO DE SERVIÇO TEMPORARIO 005/2023.

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 28/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: RF DE FREITAS FUNERÁRIA – Microempreendedor

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNERÁRIOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE BENEFÍCIO EVENTUAL (AUXILIO FUNERAL), QUE SE ENCONTRA LEGALMENTE DISPOSTO NO ART. 11, INSC. I E II DA LEI ORDINÁRIA Nº826 DE 05 DE ABRIL DE 2019.**

VIGÊNCIA: 04 DE AGOSTO DE 2023 ATÉ 05 DE MAIO DE 2024.

VALOR: R$ 19.698,00 (dezenove mil seiscentos e noventa e oito reais).

DECRETO Nº143/2023 DE 04 DE AGOSTO DE 2023

EFETIVA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE JAURU, CONCURSADO EM 29 DE SETEMBRO DE 2019,

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Em conformidade com o art. 41 da Constituição Federal e Art. 85 da Lei Orgânica Municipal, cumpridas as exigências e formalidades legais para declaração de estabilidade no serviço público municipal, em virtude de aprovação em estágio probatório oriundo da aprovação no Concurso Público Municipal nº001/2019, realizado em 29 de setembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estável no serviço público municipal o servidor público abaixo relacionado:

SEM RESTIÇÕES

NOME	CARGO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO	DATA DE POSSE
LUIZ ANTONIO DOS SANTOS	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	PORTARIA 185/2020	04/08/2020

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “José Perez, em Jauru/MT, 04 de agosto de 2023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - PROCESSO SEL 001/2022

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: VINDILINA MARIA DE OLIVEIRA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 009/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 08/08/2023 a 20/12/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°070/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 070/2023 DE 04 DE AGOSTO DE 2023 REFERENTE AO PROCESSO ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS Nº002/2023, CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 4.194 DO DIA 16/03/2023.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Análise de Currículo/Contagem de Pontos n°002/2023, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Análise de Currículo/Contagem de Pontos n° 002/2023, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LICENCIATURA PEDAGOGIA

ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA

Item	Nome	Classificação
01	LUCICLEIA DE LIMA	08°
02	MARCIO HORBEM DE LACERDA	09°
03	LEYDILAINE DA SILVA CLEMENTE BARROS	10°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Juara-MT, 04 de Agosto de 2023

Patrícia Alves da Silva

Coordenadora da Divisão

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO ADESÃO

AVISO DE RESULTADO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 061/2023 PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO ELETRONICO N.º 021/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH/MT, ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO N.º 009/2023/SECAD

A **PREFEITURA MUNICIPA**L, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, torna público para conhecimento dos interessados, que **ADERIU** a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 061/2023 PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO ELETRONICO N.º 021/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH/MT**, através do Processo Administrativo de Adesão n.º 009/2023/SECAD, cujo objeto é o **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL S-500 E OLEO DIESEL S-10) NOS LIMITES DO MUNICIPIO DE TAPURAH/MT, EM ATENDIMENTO A FROTA MUNICIPAL/ VEICULOS OFICIAIS E/OU LOCADOS,** em Atendimento as Diversas Secretarias, cujo fornecedor registrado é a empresa: **AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 33.659.863/0002-05, sendo vencedora com valor global de **R$ 425.630,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil seiscentos e trinta reais).**

Juara –MT 04 de agosto de 2023

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO ÓRGÃO MUNICIPAL

A Divisão Municipal de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Juara, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, torna públicas as seguintes licenças emitidas por este órgão de meio ambiente.

Processo	N.º Licença	Nome/Razão Social	CPF/ CNPJ	Atividade Licenciada
140/ 2023	L.O. PROVISÓRIA n.º 094/2023	MTSUL CONSTRUÇÕES LTDA	06.232.484/ 0001-80	Extração de cascalho
141/ 2023	LP N.º 095/ 2023 LI Nº 095/ 2023	AMPLA – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	30.253.890/ 0001-04	Loteamento urbano horizontal, para fins residenciais
169/ 2023	LP n.º 096/ 2023 LI n.º 096/ 2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA	15.072.663/ 0001-99	Picador Móvel Florestal

Licenças

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº008/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 098/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº008/ 2023

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 008/2023, Processo Administrativo n° 098/2023,** INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TREINAMENTO REFERENTE AO CURSO DE PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DAS CONTRATAÇOES CONFORME A LEI 14.133/21 NO FORMATO PRESENCIAL PARA OS MEMBROS/SERVIDORES DA PREFEITURA DE JURUENA –MT

Amparado pela **Lei 8.666/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena – MT, 04 de Agosto de 2023.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 13/2023

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 13/2023 - O MUNICIPIO DE JURUENA TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO - 13/2023 TENDO COMO OBJETO 'A futura e eventual aquisição de tecidos tem a finalidade de atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde - Hospital Municipal de Juruena Renilda de Fatima de Moraes, e a Secretária Municipal de Educação. Periodicamente surge a necessidade de reposição de lençóis, campos cirúrgicos e camisolas hospitalares, com a possibilidade da aquisição de tecidos, podem ser confeccionados e dessa forma o estoque de rouparia hospitalar não figue desabastecido. Ressalvamos que a Secretaria Municipal de Educação tem em seu Projeto de Trabalho Anual diversos eventos e atividades a serem desenvolvidas com educandos para com a comunidade escolar, eventos estes onde educandos das Unidades Escolares através da escola e atividades extracurriculares apresentam coreografias de danças, teatros dentre outros, estimulando assim o desenvolvimento do equilíbrio, noção de espaço, memória, estimulando a disciplina, a criatividade, a musicalidade; Oportunizando ao educando se conhecer e se “aventurar” por novos ritmos e sons. A dança também permite trabalhar a coordenação motora por meio dos passos coreografados e repetidos. Assim, para as apresentações são confeccionadas roupas com objetivo de abrilhantar as apresentações, de garantirmos o direito da igualdade entre todos. Observamos ainda que alguns tecidos serão utilizados para confeccionar cortinas às escolas, com finalidade de controlar a temperatura e Luminosidade das Unidades Escolares, bem como tornar o ambiente agradável e aconchegante, estimulando de forma significativa a assiduidade as escolas, refletindo o aprender dos mesmos. Diante do exposto acima, para não desabastecer o estoque de rouparia do Hospital Municipal, e também oferecer aos educandos do Município de Juruena – MT, uma educação de qualidade, ambientes atrativos, solicitamos a abertura de licitação para aquisição de tecidos para suprir as necessidades das Secretarias. ' CONFORME A SEGUIR, empresas vencedoras **MARIA JOSE DOS REIS NETO CNPJ/CPF Nº 10.226.940/0001-57** ITENS VENCEDORA - 45775 - R$ 5,00, - 45843 - R$ 58,34, - 45803 - R$ 71,00, - 45778 - R$ 9,37, - 45810 - R$ 23,90, - 45780 - R$ 7,99, - 45779 - R$ 12,34, - 45786 - R$ 18,56, - 45788 - R$ 899,89, - 45789 - R$ 8,28, - 45812 - R$ 20,48, - 45790 - R$ 12,91, - 45791 - R$ 39,22, - 45793 - R$ 20,90, - 45794 - R$ 19,73, - 45795 - R$ 25,00, - 45800 - R$ 7,04, - 45796 - R$ 30,40, - 45798 - R$ 21,90, - 45801 - R$ 35,89, - 39964 - R$ 40,00, - 45802 - R$ 30,10, - 45808 - R$ 7,40, - 45811 - R$ 7,40, - 30995 - R$ 9,90, - 45792 - R$ 35,33, - 45784 - R$ 18,30, - 45804 - R$ 16,70, **VALOR TOTAL R$ R$ 77.548,40 CAROLINE DISTRIB DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA CNPJ/CPF Nº 19.496.182/0001-61** ITENS VENCEDORA - 45776 - R$ 32,66, - 45805 - R$ 26,99, - 45782 - R$ 26,75, - 45809 - R$ 21,99, - 45799 - R$ 11,10, **VALOR TOTAL R$ R$ 17.525,00 RACA & DANCIN CONFECCOES LTDA CNPJ/CPF Nº 17.119.770/ 0001-50** ITENS VENCEDORA - 45806 - R$ 26,60, - 45807 - R$ 40,00, **VALOR TOTAL R$ R$ 6.660,00 MOTTIVA COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA CNPJ/CPF Nº 49.105.589/0001-81** ITENS VENCEDORA - 45777 - R$ 30,00, - 45787 - R$ 14,00, - 45783 - R$ 23,50, - 45797 - R$ 24,50, **VALOR TOTAL R$ R$ 7.040,00 VALENTINO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF Nº 47.101.938/0001-61** ITENS VENCEDORA - 45781 - R$ 19,77, - 35317 - R$ 23,99, **VALOR TOTAL R$ R$ 6.353,00 SIMONE KACIANO DE ARAUJO CNPJ/CPF Nº 11.234.029/0001-54** ITENS VENCEDORA - 45785 - R$ 24,90, **VALOR TOTAL R$ R$ 1.992,00** ROBSON GOMES DIAS **VALOR TOTAL GERAL R$ 117.118,40**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Modalidade:	Pregão Eletrônico		
Número/Ano:	11/2023	Data de abertura:	10/05/2023
Data adjudicação:	04/08/2023	Data homologação:	04/08/2023
Tipo de avaliação:	Por item	Critério de avaliação:	Menor preço
Modo de disputa:	Fechado-Aberto	Condição de pagamento:	30 DIAS

Credenciamento:	Não	Chamamento:	Não	Registro de preço:	Sim		

Objeto da licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO MATERIAL DE CONSUMO DO TIPO MATERIAL PARA MINISTRAR AULAS DE KARATÉ PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JURUENA – MT CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA Nº 018/2023/SME, ANEXO

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
MELIM COMERCIAL LTDA	49.608.132/0001-90	R$ 6.774,99
NACIONAL BORRACHAS LTDA	31.389.383/0001-65	R$ 7.656,00
Total:		R$ 14.430,99

NACIONAL BORRACHAS LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
45662	TATAME EMBORRACHADO MOVEL,MEDINDO 1M X 1M X 3 CM, EM PLACAS ENCAIXAVEIS, CORES VERMELHO E AZUL.	un	88,0000	R$ 87,0000	R$ 7.656,00

Valor Total: R$ 7.656,00

MELIM COMERCIAL LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
45664	EQUIPAMENTO DE TREINAMENTO - DO TIPO APARADOR DE CHUTE, GRANDE, PARA ARTES MARCIAIS, MATERIAL: COURO SINTETICO DE ALTA RESISTENCIA, ALTA ABSORCAO DE GOLPES E IMPACTO, ENCAIXE ANATOMICO EM VELCRO, ,ENCHIMENTO DE ESPUMA ALTA DENSIDADE-EVA, TAM.41X21X11	un	15,0000	R$ 290,0000	R$ 4.350,00
45665	SACO DE PANCADA - COURO, 20 KG	un	2,0000	R$ 310,0000	R$ 620,00
45666	SACO DE PANCADA - SACO PARA BOXE,PESANDO MINIMO 35 KG	un	1,0000	R$ 94,9900	R$ 94,99
45845	EQUIPAMENTO DE TREINAMENTO - DO TIPO APARADOR DE SOCO ESTILO LUVA, CONTENDO 01 PAR, FABRICADA EM COURO SINTETICO, ENCHIMENTO DE ESPUMA + BORRACHA DE EVA DE 4MM, DIMENSOES APROX: LARGURA 20CM, ALTURA:25CM, ESPESSURA:5CM.	un	15,0000	R$ 114,0000	R$ 1.710,00
Valor Total: R$ 6.774,99					

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 098/2023.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/ MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 48/2022, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 25 Inc. II da Lei 8.666/93, realiza a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 008/2023, Processo Administrativo n° 098/2023.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TREINAMENTO REFERENTE AO CURSO DE PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DAS CONTRATAÇOES CONFORME A LEI 14.133/21 NO FORMATO PRESENCIAL PARA OS MEMBROS/ SERVIDORES DA PREFEITURA DE JURUENA –MT

Fornecedor:

AVANTE INSTITUTO DE CAPACITACAO E EVOLUCAO HUMANA LTDA

CNPJ: 44.448.585/0001-82

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais)

Juruena – MT, 04 de Agosto de 2023.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO NÚMERO/ANO: 13/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

┌──┐

│ PROCESSO ADMINISTRATIVO 64/2023 │

│ Modalidade: │

│ Pregão Eletrônico │

│ Número/Ano: 13/2023 Data de abertura: 23/06/2023 │

│ Data 03/08/2023 Data homologação: 03/08/2023 │

│ adjudicação: │

│ Tipo de Por item Critério de avaliação: Menor preço │

│ avaliação: │

│ Modo de Fechado-Aberto Condição de pagamento: 30 DIAS │

│ disputa: │

│ Credenciament Não Chamamento Não Registro de Sim │

│ o: : preço: │

│ Objeto da licit │

│ REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO │

│ FORNECIMENTO MATERIAL DE CONSUMO DO TIPO TECIDOS E OUTROS PARA SECRETARIA │

│ MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA Nº 022/2023/SME, ANEXO │

└──┘

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas

alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por

Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro, levando em consideração a

abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os

requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada

, que tem como vencedor(es) abaixo

┌──┬──────────────────┬──────────────────┐

│Licitante │ CNPJ/CPF │Total do vencedor│

├──┼──────────────────┼──────────────────┤

│CAROLINE DISTRIB DE ARTIGOS DO │ 19.496.182/0001-61 │ R$ 17.525,00 │

│VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA │ │ │

├──┼──────────────────┼──────────────────┤

│MARIA JOSE DOS REIS NETO │ 10.226.940/0001-57 │ R$ 77.548,40 │

├──┼──────────────────┼──────────────────┤

│MOTTIVA COMERCIO DE MATERIAIS DE │ 49.105.589/0001-81 │ R$ 7.040,00 │

│ESCRITORIO LTDA │ │ │

├──┼──────────────────┼──────────────────┤

│RACA & DANCIN CONFECCOES LTDA │ 17.119.770/0001-50 │ R$ 6.660,00 │

├──┼──────────────────┼──────────────────┤

│SIMONE KACIANO DE ARAUJO │ 11.234.029/0001-54 │ R$ 1.992,00 │

├──┼──────────────────┼──────────────────┤

│VALENTINO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA │ 47.101.938/0001-61 │ R$ 6.353,00 │

├──┼──────────────────┼──────────────────┤

Total:	R$ 117.118,40

JURUENA, 3 de agosto de 2023

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 64/2023
Modalidade:
Pregão Eletrônico
Número/Ano: 13/2023 Data de abertura: 23/06/2023
Data 03/08/2023 Data homologação: 03/08/2023
adjudicação:
Tipo de Por item Critério de avaliação: Menor preço
avaliação:
Modo de Fechado-Aberto Condição de pagamento: 30 DIAS
disputa:
Credenciament Não Chamamento Não Registro de Sim
o: : preço:
Objeto da licit
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO
FORNECIMENTO MATERIAL DE CONSUMO DO TIPO TECIDOS E OUTROS PARA SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA Nº 022/2023/SME, ANEXO

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas

alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por

Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro, levando em consideração a

abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os

requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada

, que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
CAROLINE DISTRIB DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA	19.496.182/0001-61	R$ 17.525,00
MARIA JOSE DOS REIS NETO	10.226.940/0001-57	R$ 77.548,40
MOTTIVA COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA	49.105.589/0001-81	R$ 7.040,00
RACA & DANCIN CONFECCOES LTDA	17.119.770/0001-50	R$ 6.660,00
SIMONE KACIANO DE ARAUJO	11.234.029/0001-54	R$ 1.992,00
VALENTINO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	47.101.938/0001-61	R$ 6.353,00
Total:	R$ 117.118,40	

JURUENA, 3 de agosto de 2023

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 11/2023

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 11/2023 - O MUNICIPIO DE JURUENA TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO - 11/2023 TENDO COMO OBJETO 'A contratação de Empresa especializada no fornecimento de material de consumo para ministrar as aulas de Karaté oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação aos Educandos da Rede Municipal de Ensino como atividade complementar faz-se necessário com intuito de oferecer segurança, conforto e eficácia na aplicação das aulas. O karatê contribui para a socialização de crianças e adolescentes porque visa principalmente a formação do caráter do aprendiz. Entende-se ainda que a prática do karatê na infância e adolescência, favorece o desenvolvimento da autoconfiança, bem como habilidades necessárias ao processo de socialização. O uso pedagógico da prática do karatê como meio de socialização pode contribuir significativamente para encaminhar os educandos ao domínio do ímpeto agressivo, exatamente porque direciona suas energias de forma saudável à cooperação e à socialização, criando um bem estar para todos. O karatê se apresenta para o aluno como um meio canalizador dos sentimentos hostis para fins úteis, evidenciando o instinto de vida, do qual o aprendiz se livra dos impulsos agressivos, lançando-os no ambiente de forma construtiva e valorizada. Conclui-se que o Karatê além da formação do caráter, contribui para a socialização dos seus praticantes oportunizando assim melhor convivência entre eles dentro e fora da aula Sendo assim, a Secretaria de Educação, vem se empenhando para ofertar aos educandos da rede Municipal de Ensino diversas atividades extra curriculares, com intuito de aprimorar a qualidade de ensino e promover aos educandos igualdade e oportunidades. Sendo assim, diante do exposto acima, solicitamos abertura de licitação para contratação de empresa especializada no fornecimento de material de consumo para ministrar as aulas de Karaté conforme especificações contidas no Termo de Referência. ' CONFORME A SEGUIR, empresas vencedoras **MELIM COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF Nº**

49.608.132/0001-90 ITENS VENCEDORA - 45664 - R$ 290,00, - 45845 - R$ 114,00, - 45665 - R$ 310,00, - 45666 - R$ 94,99, **VALOR TOTAL R$ R$ 6.774,99 NACIONAL BORRACHAS LTDA CNPJ/CPF Nº 31.389.383/0001-65** ITENS VENCEDORA - 45662 - R$ 87,00, **VALOR TOTAL R$ R$ 7.656,00** ROBSON GOMES DIAS **VALOR TOTAL GERAL R$ 14.430,99**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 003/2023 PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 090/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO : N° 170/2023

CONTRATO Nº 003/2023

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 090/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO : N° 170/2023

VALIDADE: 04 (quatro) meses, contados a partir da data de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Manoel Gontijo de Carvalho**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 621.452, e do CPF 621.452741-91 residente e domiciliado na cidade de Juruena/MT resolve registrar os preços da empresa **ERIVELTON ZIGER SILVEIRA LTDA CNPJ: 30.911.540/0001-98**, neste ato representada legalmente pelo Sr. **ERIVELTON ZIGER SILVEIRA,** nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta contrato de credenciamento, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA NAS ÁREAS ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRA CONTÁBIL ADMINISTRATIVA PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA POR UM PERÍODO DE 04 (QUATRO) MESES.

1.2 A contratação será regida pela Lei 14.133/21 e suas disposições, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital, pelo período de 04 (quatro) meses.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 04 (quatro) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através da Superintendência de Aquisição, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

1.1 DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA NAS ÁREAS ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRA CONTÁBIL ADMINISTRATIVA PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA POR UM PERÍODO DE 04 (QUATRO) MESES.

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Mensal (R$)	Valor Total (R$)
Atender as consultas (ilimitadas) nas áreas contábil, financeira, administrativa e patrimonial, orientação de servidores nas seguintes áreas: patrimonial, compras e almoxarifado, execução orçamentária, procedimentos de rotinas trabalhistas, procedimentos de tesouraria, trabalhista e procedimentos contábeis; manter o contratante atualizado no tocante as edições de normas legais. Emissão de notas técnicas para alertar ou esclarecer duvidas e corrigir eventuais falhas detectadas nas visitas, bem como atender uma vez ao mês, eventuais chamadas extraordinárias (visitas, reuniões, palestras, audiências). Acompanhamento de Convênios Estaduais e Federais, desde a sua assinatura até a devida Execução.	Mensal	**04** meses	7.800,00	31.200,000

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Juruena, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela Prefeitura Municipal de Juruena, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização) dentro do prazo de validade;

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso no fornecimento do objeto deste edital, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos e/ou materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta ata;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7. DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto e/ou material entregue.

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da contrato de credenciamento;

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da contrato na execução da mesma. 8.1.2 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo. 8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 8.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações. 8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis. 8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação. 8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro. 8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas a data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabela oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido. 8.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originalmente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 8.11 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço Máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a contrato de credenciamento, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade. 8.12 Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na contrato de credenciamento, ao qual estarão as empresas vinculadas. 8.13 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da contratto proceder nova licitação para aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

9.1. A presente contrato de credenciamento poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta contrato de credenciamento;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente contrato.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento),

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Juruena/MT e poderá cu-

mular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas.

a) Advertência por escrito

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade,

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Juruena, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 14.133/21 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização do edital.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam ainda às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente contrato de credenciamento.

II. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Cotriguaçu/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE.

Juruena – MT, 01 DE Agosto DE 2023.

_____ MANOEL GONTIJO DE CARVALHO PREFEITO MUNICIPAL DE JURUENA

_____ ERIVELTON ZIGER SILVEIRA LTDA

CNPJ: 30.911.540/0001-98

TESTEMUNHAS:

1:_____ 2: _____

CPF: CPF:

ANEXO III

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 093/2023.

TERMO DE CONTRATO – CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI Nº 14.133/21)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2023, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JURUENA/MT, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA

Município de Juruena/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº **24.950.461/0001-93**, com sede na Avenida 04 de julho, n°. 360, Cidade de Juruena, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **MANOEL GONTIJO DE CARVALHO**, doravante denominado “CONTRATANTE” e a empresa **MONDARI & CRUZ ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **38.949.868/0001-05**, sediada na **R ANNGELA NADAL POLETTO**, nº **449** , Bairro **MODULO II**, município de **JUINA-MT** doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por **BIANCA BERGAMIN MONDADORI**, portadora da Carteira de Identidade nº **1573878-7**, inscrito no CPF sob nº **010.569.711-77**, doravante denominada “CONTRATADA”, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *da Dispensa de Licitação nº 171/2023*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços continuados para orientação, supervisão e apoio administrativo para atender às demandas do Município junto às suas Secretarias e Gabinete do(a) Prefeito(a), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição dos produtos/serviços	Unid	Quant	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	Prestação de serviços continuados voltados à orientação e supervisão na elaboração de Defesas Administrativas do Município perante os Orgãos de Controles Externo e Interno, nas esferas Municipal, Estadual e Federal, além de orientação e apoio administrativo de natureza intelectual e técnico-jurídica, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, a fim de subsidiar os trabalhos de gestão e administração do Município junto às suas Secretarias e Gabinete do(a) Prefeito(a), conforme demanda, “in loco” ou por meio remoto (telefone/internet).	MENSAL	06	R$ 6. 900,00	R$ 41. 400,00

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. **PREÇO**

5.1.1. O valor total da contratação é de R$ 41.400,00 (quarenta e um ml e quatrocentos reais)

5.1.2. Sendo pago mensalmente um valor de R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais).

5.1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

5.2. **FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. **PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do órgão contratante; d) o período respectivo de execução do contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa*, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;*

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/07/2023.

6.2. Após o interregno de um ano, se solicitado pelo Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante, além das já expressas no Termo de Referência:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratadodo valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência e demais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, sem prejuízos de outras legalmente instituídas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 01% (um porcento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) compensatória de 10% (dez porcento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

(3) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concreto; c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para o Contratante; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14133/2021 e demais previsões legais, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.1. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do orçamento do CONTRATANTE, na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Cod. Red.	Un. Orç.	Funcional	Elemento de Despesa
040	03001	0412200052004	339039000000

13.2. Em caso da vigência do Contrato se estender ao exercício seguinte, as despesas correrão a conta dos créditos próprios consignados no orçamento do CONTRATANTE e no plano plurianual de investimento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco porcento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco porcento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Cotriguaçu/MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Juruena/MT, 01 de Agosto de 2023.

_____

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL DE JURUENA

_____

BIANCA BERGAMIN MONDADORI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____

CPF:

2- _____

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

ATA DA SESSÃO Nº 002/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA SA SESSÃO PÚBLICA DO PROCESSAMENTO DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO 2º COLOCADO, REFERENTE AO EDITAL PREGÃO Nº 002/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2023, COM OBJETO "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT", CONFORME ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS EM EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.

Aos três dias do mês de Agosto do ano de 2.023 (03/08/2023) às 8:00 (oito horas), na Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210, Bairro Cajus, Cep: 78.810-000, Juscimeira/MT, reuniram-se a Pregoeira Diva Maria Santos Trindade, e Equipe de Apoio, composta pelos servidores: André Nunes Da Silva, Nelson Taveira Filho e Enilton Leitão De Almeida, designados pelo Prefeito Municipal Sr. Moisés dos Santos, através da Portaria de nº 040/2022, de 11/01/2022, para procederem à abertura da Sessão Pública do processamento dos envelope nº 02 Documentos de Habilitação , referente ao Pregão Presencial nº 002/2023 – Processo Administrativo nº 018/2023, Tipo Menor Preços Por Item, conforme objeto acima descrito, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/2002 e suas alterações, bem como dispositivos legais que regem a matéria. Esteve presente para realização da Sessão Pública a seguinte empresa: **GAMA – CONSULTORIA EM GESTÃO PUBLICA LTDA – ME – CNPJ: 36.466.626/0001-35,** neste ato representada pelo Sr. Gleiton Fabricio Claudiano Costa, portador do RG nº 1897762-6 SSP/MT e do CPF nº 029.467.071-80. Na sequencia a Pregoeira informa que o aviso de convocação do 2º (segundo) colocado da referida licitação, fora publicado no site oficial da Prefeitura através do Portal de Transparência, e também através de publicação no Jornal Oficial Eletrônico Dos Municípios Do Estado De Mato Grosso, na data de 21/07/2023, pag. 518, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 018/2023. Iniciando os trabalhos a Pregoeira informa que o licitante vencedor, **MÉTODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA – CNPJ: 22.817.081/0001-50,** foi inabilitada pelo motivo de chegar ao município que a licitante acima qualificada, é alvo, juntamente com outras pessoas, de busca e apreensão no âmbito da "Operação Ápate", deflagrada pela Polícia Civil do Estado, em que investiga – ao que tudo indica com elementos concreto de prova – suposto esquema de venda de resultados envolvendo a citada empresa no concurso público de outro município. Em face de tais circunstâncias foi preciso refletir com profundidade acerca do tema, sopesando o interesse publico e a necessidade de transparência os atos administrativos. Em ato continuo foi convocado o 2º (segundo) colocado para apresentação e abertura do Envelope de nº 02 (dois) Documentos de Habilitação, da empresa **GAMA – CONSULTORIA EM GESTÃO PUBLICA LTDA – ME,** com o objetivo da licitação trata-se de um serviço essencial para o bom andamento do Poder Executivo. Após verificação da documentação, a Pregoeira em seguida apresentou toda documentação às vistas dos presentes e rubricado pela mesma e equipe de apoio. Nada mais havendo a tratar, a Pregoeira encerrou os trabalhos e lavrou a presente Ata, que após lida por todos, foi achada justa e conforme, sendo aprovada por unanimidade. Assim, vai por mim assinada e pelo representante da empresa, para que seja dada continuidade ao trâmite para a devida adjudicação e homologação.

JUSCIMEIRA/MT, 03 DE AGOSTO 2.023

DIVA MARIA SANTOS TRINDADE

Pregoeira

ANDRÉ NUNES DA SILVA

Equipe De Apoio

NELSON TAVEIRA FILHO

Equipe De Apoio

ANILTON LEITÃO DE ALMEIDA

Equipe De Apoio

GAMA – CONSULTORIA EM GESTÃO PUBLICA LTDA – ME

CNPJ: 36.466.626/0001-35

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2023

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, situada a Avenida Joaquim Miguel Dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus – JUSCIMEIRA – MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitações modalidade Pregão, torna público para conhecimento dos interessados, conforme Lei n° 8.666/93 o RESULTADO do Processo Licitatório Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**", conforme proposta da qual foi vencedora a empresa; **GAMA – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – ME – CNPJ: 36.466.626/0001-35,** com o item 45190, no valor de R$ 13.990,00 (Treze Mil, Novecentos Noventa Reais).

JUSCIMEIRA/ MT, 04 DE AGOSTO 2.023

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2022

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2022

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO COM MICRORREVESTIMENTO EM RUAS DO PERÍMETRO URBANO DE LAMBARI D'OESTE – MT, EM CONFORMIDADE COM OS CRONOGRAMAS FÍSICO FINANCEIRO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E DEMAIS PEÇAS QUE SÃO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO.

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: BALSAMO CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ: 25.220.650/0001-73

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 3 (TRÊS) MESES E 7 (SETE) DIAS, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE JULHO DE 2023 ATÉ 11 DE NOVEMBRO DE 2023.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 19 DE JULHO DE 2023.

PORTARIA Nº 161/2023, DE 03 DE AGOSTO DE 2023

PORTARIA Nº 161/2023, DE 03 DE AGOSTO DE 2023

"Concede Licença-Saúde a Servidora Pública Municipal e, dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

Considerando que a servidora trouxe o atestado na data de hoje ao Departamento de Recursos Humanos.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica.

ROSELI MERQUIDES DE ALENCAR, PROFESSORA CONTRATADA 20 h/aulas e 08 h/atividades, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período de 60 (SESSENTA) dias, do dia 28/07/2023 a 25/09/2023, conforme consta no atestado Médico.

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos no dia vinte e oito de julho de 2023. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/2020

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/2020

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: K3 COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICACOES LTDA

CNPJ: 10.676.614/0001-41

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, PARA DIVULGAR OS ATOS OFICIAIS E MATÉRIAS DE INTERESSE DESTE MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 13 DE JULHO DE 2023 ATÉ 13 DE JULHO DE 2024.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 10 DE JULHO DE 2023.

PORTARIA Nº 162/2023, DE 03 DE AGOSTO DE 2023

PORTARIA Nº 162/2023, DE 03 DE AGOSTO DE 2023

"Concede Licença-Saúde ao Servidor Público Municipal e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica.

MARIA RODRIGUES DE SOUZA, TECNICO EM ENFERMAGEM Nível "06", Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 90 (NOVENTA) dias, do dia 31/07/2023 a 28/10/2023, conforme consta em atestado Médico.

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos no dia trinta e um de julho de 2023. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 013/2022

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 013/2022

TIPO: DE PRAZO E VALOR

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO N°04/2021

CONTRATADA: MC TERRAPLANAGEM TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA-ME

CNPJ: 09.356.670/0001-10

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM DRENAGEM, PASSEIO PÚBLICO E SINALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DE LAMBARI D'OESTE – MT, ATRAVÉS DE FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL (ABERTURA DE CRÉDITO Nº 40/00018-4) E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS PEÇAS QUE SÃO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DE 06 DE JULHO DE 2023 ATÉ 02 DE JANEIRO DE 2024 E ACRÉSCIMO DE APROXIMADAMENTE 11,72% SOBRE O VALOR DO CONTRATO.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II E ARTIGO 65 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 20 DE JULHO DE 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 075/2023

EXTRATO DO CONTRATO N.º 075/2023

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº 07/2023

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: LUCILENE SILVA DO NASCIMENTO LTDA

CNPJ: 37.900.581/0001-28

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO DISTRITO BOA UNIÃO DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 929075/2022/MDR/CAIXA

VIGÊNCIA: DE 03 DE AGOSTO DE 2023 ATÉ 03 DE AGOSTO DE 2024

VALOR GLOBAL: R$ 482.234,40 (QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO E CIÊNCIA DA CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE-MT, 03 DE AGOSTO DE 2023.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2021

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2021

LICITAÇÃO: CARONA Nº 10/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OPERADORA DE CARTÕES MAGNÉTICOS VIA WEB OU SISTEMA INFORMATIZADO VIA WEB, PARA O GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECÂNICA ESPECIALIZADA, ELÉTRICA, ARREFECIMENTO, REFRIGERAÇÃO, FUNILARIA, LANTERNAGEM, VIDRAÇARIA, CARROCERIA, TAPEÇARIA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ACESSÓRIOS, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MOTOCICLETAS, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM VEÍCULOS TRANSFORMADOS, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CAMBAGEM, TROCA DE ÓLEO, TROCA DE FLUIDOS, FILTROS, RETIFICAS, BOMBAS INJETORAS EM GERAL, GUINCHOS, CAPOTARIA, ACESSÓRIOS, REVISÕES ELETRÔNICAS, REGULAGENS ELETRÔNICAS E PINTURA EM GERAL), BEM COMO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO.

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: VOLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA

CNPJ: 03.817.702/0001-50

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 21 DE JULHO DE 2023 ATÉ 21 DE JULHO DE 2024.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 18 DE JULHO DE 2023.

PORTARIA Nº 015/2023, DE 31 DE JULHO DE 2023 - CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 015/2023, DE 31 DE JULHO DE 2023

"Concede férias ao Servidor Efetivo **CELSO PEREIRA DOS SANTOS**, e dá outras providências"

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 29, inciso II da Lei Orgânica do Município c/c o art. 28, inciso XX do Regimento Interno; e

Considerando Requerimento protocolizado nesta Casa de Leis sob o nº 065, de 28/07/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo ao servidor público municipal, como segue:

Servidor: **CELSO PEREIRA DOS SANTOS**

Órgão: Câmara Municipal de Lambari D'Oeste

Função: Motorista

Período aquisitivo: 04/09/2021 à 03/09/2022

Período de gozo: 12/08/2023 à 31/08/2023

Período trabalhado e remunerado: 02/08/2023 à 11/08/2023

Art. 2º Caberá ao Departamento Administrativo e Financeiro desta Casa as providências requeridas, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDEMARCIO PEREIRA LOPES

Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 014/2023, DE 26 DE JULHO DE 2023 - CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 014/2023, DE 26 DE JULHO DE 2023

"Dispõe sobre o calendário das Sessões Ordinárias do ano de 2023 da Câmara Municipal, referente ao 2º semestre e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art.28, inciso XIV do Regimento Interno desta Casa de Leis, e;

Considerando o que dispõe o art. 13, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelece o calendário das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste/MT, referente ao segundo semestre da Sessão Legislativa do ano de 2023, na forma que segue:

Nº Ordem	Mês/Ano	Data/horário
13	AGOSTO/2023	07/08/2023 - SEGUNDA-FEIRA: 17h:00min
14	AGOSTO/2023	21/08/2023 - SEGUNDA-FEIRA: 17h:00min
15	SETEMBRO/2023	04/09/2023 - SEGUNDA-FEIRA: 17h:00min
16	SETEMBRO/2023	18/09/2023 - SEGUNDA-FEIRA: 17h:00min
17	OUTUBRO/2023	02/10/2023 - SEGUNDA-FEIRA: 17h:00min
18	OUTUBRO/2023	16/10/2023 - SEGUNDA-FEIRA: 17h:00min
19	OUTUBRO/2023	30/10/2023 - SEGUNDA-FEIRA: 17h:00min
20	NOVEMBRO/2023	13/11/2023 - SEGUNDA-FEIRA: 17h:00min
21	NOVEMBRO/2023	27/11/2023 - SEGUNDA-FEIRA: 17h:00min
22	DEZEMBRO/2023	12/12/2023 - **TERÇA-FEIRA**: 17h:00min

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDEMARCIO PEREIRA LOPES

Presidente da Câmara

EXTRATO DO CONTRATO N.º 071/2023

EXTRATO DO CONTRATO N.º 071/2023

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: CLAUDIA MARIA ROSA 04484862107

CNPJ: 28.491.420/0001-37

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SALDO REMANESCENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2022, PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DO TIPO MARMITEX, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LAMBARI D´OESTE – MT.

VIGÊNCIA: DE 21 DE JULHO DE 2023 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023, OU ATÉ A FINALIZAÇÃO DO SALDO.

VALOR GLOBAL: R$ 18.963.45 (DEZOITO MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS, E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE - MT, 21 DE JULHO DE 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N. º 01/2023 - CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N. º 01/2023

EXTRATO DO CONTRATO N. º 01/2023

LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 01/2023

CONTRATADA: FRANCISCO CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA

CNPJ Nº: 10.553.737/0001-95

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE/MT

VIGÊNCIA: 05 DE julho DE 2023 A 04 DE AGOSTO DE 2023

VALOR GLOBAL: 11.000,00 ONZE MIL REAIS

CÂMARA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE-MT, 05 DE julho DE 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 072/2023

EXTRATO DO CONTRATO N.º 072/2023

LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 018/2023

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: L. R. ZANELLA

CNPJ: 49.206.447/0001-00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEDICINA DO TRABALHO, COM FORNECIMENTO DE PROGRAMAS, LAUDOS, CONSULTORIA, TREINAMENTOS, RELATÓRIOS, GESTÃO E ENVIO DOS EVENTOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO DA 4ª FASE DO E-SOCIAL.

VIGÊNCIA: DE 21 DE JULHO DE 2023 ATÉ 21 DE JULHO DE 2024.

VALOR GLOBAL: R$ 36.500,00 (TRINTA E SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE - MT, 21 DE JULHO DE 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 073/2023

EXTRATO DO CONTRATO N.º 073/2023

LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 017/2023

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: FABIO GALDINO DO NASCIMENTO 71047077191

CNPJ: 19.448.226/0001-88

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CADEIRAS, MESAS PLÁSTICAS E TENDAS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VIGÊNCIA: DE 21 DE JULHO DE 2023 ATÉ 21 DE JULHO DE 2024.

VALOR GLOBAL: R$ 49.130,00 (QUARENTA E NOVE MIL, CENTO E TRINTA REAIS)

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE - MT, 21 DE JULHO DE 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2023

LICITAÇÃO: CARONA Nº 10/2023

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: FM SERVIÇOS COMBINADOS LTDA

CNPJ: 39.928.631/0001-00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

VIGÊNCIA: DE 24/07/2023 ATÉ 24/07/2024.

VALOR GLOBAL: R$ 496.555,90 (QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE - MT, 24 DE JULHO DE 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2023

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE Nº 02/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO – MICRO-ÔNIBUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO, LAZER E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D´OESTE – MT.

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: W. DA SILVA OLIVEIRA

CNPJ: 22.524.134/0001-44

OBJETO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO ORIGINAL, QUE TRATA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO.

NAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE A LETRA [I] PASSA A CONTAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

i) ARCAR COM AS DESPESAS DECORRENTES DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES.

NAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ACRESCENTA-SE A LETRA [J], QUE CONTERÁ A SEGUINTE REDAÇÃO:

j) ARCAR COM AS DESPESAS DECORRENTES DE PAGAMENTO DE MOTORISTA, VERBAS TRABALHISTAS, INDENIZAÇÕES EM CASO DE ACIDENTES EM SERVIÇO, MULTAS DE TRÂNSITO.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 65 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 19 DE JULHO DE 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 020/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 020/2023

PROCESSO: 019/2023

PREGÃO ELETRÔNICO: 006/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR REGISTRADO:

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME, CNPJ nº 20. 081.724/0001-14

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE ESPECIALIZADA EM SAÚDE ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 14127. 128000/1220-08, VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT

VALOR: R$1.183,98 (um mil e cento e oitenta e três reais e noventa e oito centavos).

VIGÊNCIA: 02/08/2023 a 02/08/2024

Luciara-MT, em 08 de agosto de 2023

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

REFERÊNCIA: Processo Administrativo 024/2023 | Dispensa de Licitação nº 004/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA REALIZAÇÃO DE PASSEIO TURÍSTICO COM IDOSOS UTILIZANDO ÔNIBUS ADEQUADO E SEGURO, VISANDO PROMOVER LAZER, INTEGRAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL PARA IDOSOS DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT.

PROPONENTE: **RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA**

CNPJ: **36.909.380/0001-29**

VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentado no Art. 24, inciso II da Lei n° 8. 666/93.

Na qualidade de Prefeito do Município de Luciara – MT, em observância às minhas atribuições, torna público para conhecimento de todos os interessados que:

1) **RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 004/2023, no bojo do Processo Administrativo nº 024/2023, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8. 666/93 e alterações posteriores.**

2) **HOMOLOGO** os atos praticados e autorizo ao departamento contábil realizar o processamento normal da despesa oriunda deste ato em conformidade com a Lei Federal n° 4.320/64, cujo ônus correrá à conta de dotação orçamentária constante no orçamento vigente.

DESPACHO

Proceda-se à convocação do proponente para assinar o contrato.

Registrar-se. Publique-se o necessário.

Proceda-se ao processamento normal da despesa em conformidade com a legislação pátria.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, 04 de agosto de 2023

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

Prefeito Municipal de Luciara

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 019/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 019/2023

PROCESSO: 012/2023

PREGÃO ELETRÔNICO: 003/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR REGISTRADO:

GO ATACADISTA LTDA inscrita no CNPJ nº 44.060.520/0001-65

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR VISANDO ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT.

VALOR: R$ 91.399,45 (noventa e um mil e trezentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 31/07/2023 a 31/07/2024

Luciara-MT, em 31 de Julho de 2023

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 017/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 017/2023

PROCESSO: 007/2023

PREGÃO ELETRÔNICO: 002/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR REGISTRADO:

MARIMAX COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E VETERINÁRIA EIRELI ME

CNPJ nº 20.339.865/0001-94

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamento ANALISADOR DE IONS SELETIVO AUTOMÁTICO para atender a Secretaria de Saúde do Município de Luciara-MT

VALOR: R$ 18.499,00 (dezoito mil e quatrocentos e noventa e nove reais).

VIGÊNCIA: 11/04/2023 a 11/04/2024

Luciara-MT, em 11 de Abril de 2023

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 141/2023 DE 04 DE AGOSTO DE 2023 "DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N. 141/2023

DE 04 DE AGOSTO DE 2023

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITA, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeados os novos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar nos termos da legislação vigente, que passará a vigorar com a seguinte composição:

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL Titular: BRUNA RAFAELA RODRIGUES DA SILVA Suplente: LUCIANO CARVALHO DO NASCIMENTO **REPRESENTANTE DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO** Titular: ARLETE FERREIRA DA CRUZ MARTINS Titular: JAMIL TAVERNY SALES Suplente: MARIA JOSE FERREIRA SOUZA Suplente: GLEIDIANE FERREIRA DA CRUZ **REPRESENTANTE DOS PAIS DAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO** Titular: DEIZE COSTA DO CARMO Suplente: SUNAMITA LIMA GALVÃO **REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL** Titular: MARCILENE MEDEIROS DA SILVA Titular: IRAN SOARES DA SILVA Suplente: MARIA MILVANICE LEMOS DA SILVA LUZ Suplente: JOEMY SILVA LUZ **Art. 2º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, 04 de Agosto de 2023.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 024/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 024/2023

PROCESSO: 019/2023

PREGÃO ELETRÔNICO: 006/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR REGISTRADO:

PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI, CNPJ nº 29.700.587/0001-23

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE ESPECIALIZADA EM SAÚDE ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 14127.128000/1220-08, VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT

VALOR: R$6.913,97 (seis mil e novecentos e treze reais e noventa e sete centavos).

VIGÊNCIA: 02/08/2023 a 02/08/2024

Luciara-MT, em 02 de agosto de 2023

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 023/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 023/2023

PROCESSO: 019/2023

PREGÃO ELETRÔNICO: 006/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR REGISTRADO:

I.L.MENDES JUNIOR EIRELI ME, CNPJ nº 17.184.211/0001-24

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE ESPECIALIZADA EM SAÚDE ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 14127.128000/1220-08, VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT

VALOR: R$ 4.290,00 (quatro mil e duzentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: 02/08/2023 a 02/08/2024

Luciara-MT, em 02 de agosto de 2023

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 022/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 022/2023

PROCESSO: 019/2023

PREGÃO ELETRÔNICO: 006/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR REGISTRADO:

KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, CNPJ nº 21.971.041/0001-03

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE ESPECIALIZADA EM SAÚDE ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 14127.128000/1220-08, VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT

VALOR: R$ 994,00 (novecentos e noventa e quatro reais).

VIGÊNCIA: 02/08/2023 a 02/08/2024

Luciara-MT, em 02 de agosto de 2023

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 021/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 021/2023

PROCESSO: 019/2023

PREGÃO ELETRÔNICO: 006/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR REGISTRADO:

DK INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 48.373.392/0001-60

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE ESPECIALIZADA EM SAÚDE ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 14127.128000/1220-08, VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT

VALOR: R$ 3.520,00 (três mil e quinhentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: 02/08/2023 a 02/08/2024

Luciara-MT, em 02 de agosto de 2023

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2023

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **Pregão Presencial**, com data de abertura prevista para o **dia 17 de agosto de 2023, às 15:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o **Contratação de empresa para a organização de eventos para atender as diversas secretarias do Município de Marcelândia/MT.**O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua Dos Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, 04 de agosto de 2023.

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Substituta

LEI MUNICIPAL Nº 1.129/2023

Autoria: Poder Executivo LEI MUNICIPAL Nº 1.129/2023

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR TERMO DE DOAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA DA QUADRA DA ANTIGA ESCOLA SANTA TEREZINHA PARA A ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARCELANDIA - APAE "

Á CAMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CELSO LUIZ PADOVANI** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, sanciono a seguinte Lei:

Considerando, a desativação da Escola Municipal Santa Terezinha, em decorrência do incêndio ocorrido no ano de 2022 e;

Considerando que a cobertura da estrutura da quadra esportiva não foi comprometida pelo incêndio;

Art. 1º. – Fica autorizada a doação da ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA DA QUADRA DA ANTIGA ESCOLA SANTA TEREZINHA E A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA NECESSÁRIA PARA GARANTIR A SEGURANÇA DA ESTRUTURA, **a ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARCELANDIA – APAE**, de CNPJ n. 03.175.200/0001-73, com sede na R. Domingos Martins n. 540, Jardim Andressa, Marcelândia – MT, mediante assinatura de Termo.

Parágrafo 1 – Será doado para uso próprio no atendimento aos alunos:

"a" – **1.100 M² DE ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA DA QUADRA DA ANTIGA ESCOLA SANTA TEREZINHA**, de acordo com ANEXO I da presente lei.

Art. 2º. – Fica o executivo municipal autorizado a doar o bem constante da presente lei discriminado no parágrafo 1 do art. 1, e a realizar a manutenção preventiva necessária para garantir a segurança e instalação correta da estrutura no local designado pela **Associação de pais e amigos dos excepcionais de Marcelândia – APAE**.

Art. 3º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 2023.

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2023

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou **o** DISPENSA DE LICITAÇÃO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE URBANISMO E PAISAGISMO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ - MT, onde o imóvel será Locado do Sr. Gleyson Dhionata Sbardelotto – inscrito no CPF sob o n° 021.907.861-00,com valor total de R$ 78. 000,00. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 04 de agosto de 2023. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 166/ 2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DEDIRETOR CLINICO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** conforme descrição dos serviços que constam no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 086/2023 do respectivo **Pregão Presencial nº 033/2023.**

CONTRATADA: ODAIR J. DE ALMEIDA

Valor/Global: O preço global para os serviços a serem realizados, será de **R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).**

Assinatura: 03/08/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4729 DE 04 DE AGOSTO DE 2023

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 004/ 2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 21/12/ 2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situado a Rua 05, nº 102B Qd Nec, Bairro - União, Matupá – MT, fone: (66) 3595-1210, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Qualificação Cadastral através do Site: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

17- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

18- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

19- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

20- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

21- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

22- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

23- Declaração de Bens;

24- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

25- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

26- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

27- Número para contato*;*

28- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

29- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: EDUCADOR (CREAS) - ZONA URBANA

NOME	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
JOAO LUIS SILVA NASCIMENTO	25	3º	**Classificado(a)**

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 165/2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 80.000 KM COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO ÔNIBUS EXECUTIVO VOLARE W-L PLACA RRL8D40 EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM**",de acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva **Dispensa de Licitação 044/2023.**

CONTRATADA: MACROPEÇAS MULTIMARCAS COMÉRCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA

Valor/Global: O preço global para os serviços a serem realizados, será de **R$ 3.514,23 (Três mil, quinhentos e quatorze reais e vinte e três centavos).**

Assinatura: 02/08/2023.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13284 DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

"Conceder FÉRIAS aos Servidores e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder férias** aos servidores lotados na Secretaria Municipal de **Governo**:

MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
7546	VERONICA CHIODI	CONTROLADOR INTERNO	02/08/2023 a 19/08/2023

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 02 de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13283 DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr.***VALMIR ZANELLA*** a exercer o cargo de ***SECRETARIO ADJUNTO,*** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** o qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 02 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13282 DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra.***MARLENE ESTER STELGER*** a exercer o cargo de ***SECRETARIO ADJUNTO,*** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** a qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 02 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 177/2023

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador da RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº 2611, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **DALLABRIDA AVALIAÇÕES, PERÍCIAS E PROJETOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 26.104.739/0001-37, com sede na Av. Desembargador Vitor Lima, nº 260, Sala 908, Bairro Trindade, na Cidade de Cuiabá/MT, CEP 88.040-400, Telefone (48) 3239-0705 / (48) 9 8403-1750, e-mail dallabridaprojetos@yahoo.com, neste ato representada pela Sra. **TEREZINHA APARECIDA DALABRIDA**, inscrita no CPF nº 798.602.229-91, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decretos Municipais 1136/2009 e 4075/2022 e no Decreto Federal nº 10.024/2019:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SONDAGEM DE SOLO PARA ESTUDO GEOTÉCNICOS E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE MATUPÁ-MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 024/2023.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.4 - As adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Planejamento.

4 – DOS SERVIÇOS

a. **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos/serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quant.	Vlr. Unitário	Total
378573	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL EM DIVERSAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ LOCALIZADOS ATÉ 10 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO.	METRO QUADRADO	60000	1,21	72. 600,00
378575	SERVIÇO TOPOGRÁFICO DE DEMARCAÇÃO COM PIQUETES EM DIVERSAS ÁREA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ PERÍMETRO URBANO - LOCALIZADOS ATÉ 15 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO.	METRO QUADRADO	60000	1,18	70. 800,00

Total Fornecedor R$ 143.400,00

4.2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.2.1 - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOES DE ESTUDO GEOTECNICO – SUBLEITO E JAZIDA

4.2.1.1 - Os estudos geotécnicos no subleito deverão ser feitos conformes normas técnicas e leis vigentes atuais.

4.2.1.2 - Nos relatórios dos estudos realizados deverá ser informando a massa especifica aparente seca máxima, a umidade ótima, curva de compactação, ISC, expansão das amostras estudadas, coordenadas dos pontos e croqui de locação.

4.2.1.3 - A localização dos furos será indicada pelo Departamento de engenharia e Projetos do Município de Matupá, com profundidade de um metro do perfil natural da área que terá intervenção.

4.2.1.4 - A contratada ficará a cargo de equipamentos, maquinas, ferramentas, água, energia e mão de obra necessário para execução dos estudos.

4.2.2 - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOES DE ESTUDO GEOTECNICO - SPT

4.2.2.1 - Os serviços terão que ser executados de acordo com as normas técnicas da ABNT, leis vigentes e das normas que regulamentem qualquer atividade a ser prestada, em sua versão mais recente.

4.2.2.2 - A mobilização e desmobilização dos equipamentos e equipe, compreendendo os custos inerentes a hospedagem, alimentação, transporte, carga e descarga, impostos montagem e desmontagem dos equipamentos e outros inerentes à prestação dos serviços, deverá apresentar laudo técnico contendo as seguintes informações técnicas:

¾ Endereço do local das sondagens; ¾ Data e hora de início e fim dos testes; ¾ Planta do local dos furos; ¾ Perfil individual de cada sondagem e/ou seção do subsolo, indicando a resistência do solo a cada metro perfurado; ¾ Tipo de espessura do material e as posições dos níveis d'água, quando encontrados durante a perfuração; ¾ Responsável técnico; ¾ Metodologia de trabalho; ¾ Indicação das camadas de Solo com profundidades; ¾ Número de golpes; ¾ Gráfico de resistência à penetração; ¾ Perfil geotécnico de cada camada; ¾ Classificação do material por camada; ¾ Descrição geral dos resultados de cada furo; ¾ Nível de água; ¾ Croqui de locação dos furos na área; ¾ Outras informações colhidas durante a execução da sondagem, se julgadas de interesse; ¾ Manifestação conclusiva sobre cada camada de solo.

4.2.2.3 - Os furos de sondagem terão sua locação e quantidades indicados pelo Departamento de engenharia e projetos da prefeitura Municipal de Matupá.

4.2.2.4 - Todo os estudos geotécnicos deverão ser entregues em mídia digital assinadas com assinatura eletrônica e físicas com assinaturas à mão, contendo metodologia empregada (normas, procedimentos, equipamentos, ensaios e resultados) acompanhadas de anotação de responsabilidade técnica.

4.2.3 - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA

4.2.3.1 - Os serviços terão que ser executados de acordo com as normas, regulamentos e leis aplicáveis aos levantamentos topográficos, tanto federais quanto municipais;

4.2.3.2 - Os locais a serem realizados os levantamentos e/ou demarcação com piquetes serão indicados pelo Departamento de engenharia e projetos no ato da emissão das Ordens de Serviços, sendo agendada visita técnica entre as partes;

4.2.3.3 - Os serviços topográficos deverão ser executados utilizando equipamento como par de receptores GNSS com RTK (Real Time Kinematic), esta medida visa precisão e agilidade na entrega.

4.2.3.4 - Serão solicitados serviços como: Curva de nível de metro a metro; medições e conferencia em campo de serviços executados; medições e conferencia das informações contidas em matrículas de terrenos frente as situações reais, inclusive elaboração de projeto de retificação; plantas e memorial descritivos de áreas; medição e planilhas de cálculo de volumes de escavação em solo ou rocha e aterros; demarcações com estacas de madeiras e/ou concreto. Podendo ser solicitados serviços semelhantes.

4.2.3.4 - Os custos relativos à mobilização e desmobilização da equipe e equipamentos ao local do serviço, e a manutenção em geral de aparelhagem será de responsabilidade do contratado.

4.2.3.5 Os serviços deverão ser entregues em meio digital e editáveis (DWG, WORD, PDF, XLM), e de forma impressa quando solicitado, ambas devidamente assinadas pelo responsável técnico acompanhada de anotação de responsabilidade técnica (ART) contemplando o período de realização e especificação de cada serviço executado.

4.2.3.5 - A qualquer tempo deverá ser esclarecido sobre o trabalho em andamento e/ou realizado.

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – Os serviços deverão ser executados em até 10 (dez) dias, após o recebimento da autorização, de acordo com as Normas Técnicas reconhecidas e aprovadas.

5.2 - Os serviços serão prestados por empresa especializada com pessoal habilitado no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrão de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência e compreendem em trabalhos de campo, de escritório e/ou laboratório.

5.3 - A empresa deverá possuir os devidos equipamentos necessários para a realização dos serviços contratados e demais materiais de suporte, como veículos para transporte de equipe e equipamento.

5.4 - As empresas interessadas deverão comprovar sua qualificação técnica na prestação dos serviços que deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes. Tal qualificação deverá ser comprovada por atestado de capacidade técnica com registro no conselho de classe do profissional

5.5 - Para qualificação técnica deverá ser apresentado profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de registro na entidade profissional competente e atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes; Certidão ou atestado emitidos pelo conselho profissional competente que comprove capacidade na execução dos serviços similares; Indicação do pessoal técnico e qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizara pelo trabalho.

5.6 - A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.7 - Os serviços deverão ser executados conforme solicitação do setor competente, cumprindo todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e se responsabilizar por todo prejuízo decorrente de infrações a que houver dado causa, assumindo todos os impostos e taxas oriundo do objeto a ser contratado. Além de ressarcir prejuízo de qualquer natureza causado ao patrimônio da contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do objeto.

5.8 - Não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato.

5.9 - Selecionar rigorosamente os prestadores que executarão os serviços contratados.

5.10 - Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.

5.11 - Assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.

5.12 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação.

5.13 - Instruir a mão de obra quanto às necessidades de acatar as orientações do preposto da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança e medicina do trabalho.

5.14 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros.

5.15 - Os serviços deverão ser realizados nos locais indicados quando dada a ordem de serviço.

5.16 - Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços.

5.17 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

5.18 - Os serviços deverão ser executados em até 10 (dez) dias, após o recebimento da autorização, de acordo com as Normas Técnicas reconhecidas e aprovadas.

5.19 - Os executores dos serviços cederão ao Município de Matupá os direitos autorais e de propriedade intelectual dos projetos/serviços desenvolvidos, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que haja autorização expressa do Município de Matupá, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5.20 - Somente poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços e coordenação os profissionais constantes na lista de profissionais entregue pela licitante na qualificação técnica ou profissional que, apresentado posteriormente à adjudicação, for aprovado pela Fiscalização.

5.21 - O projeto/serviço deverá ser submetido à aprovação do setor de engenharia desta Prefeitura, sendo que a Fiscalização poderá solicitar quaisquer alterações que julgar necessárias.

5.22 - Os serviços serão realizados em perímetro urbano e rural, conforme necessidade das secretarias.

5.23 - Caso haja necessidade de realizar correções a proponente deverá fazê-lo sem custo adicional.

5.24 - O contratado deverá entregar à Fiscalização desta Prefeitura, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) da execução dos projetos e orçamentos, de todos os profissionais envolvidos.

5.25 - Será obrigação da Empresa Contratada observar todas as leis, regulamentos e posturas referentes ao conjunto dos serviços.

5.26 - O recebimento dos projetos/serviços por parte da Prefeitura Municipal de Matupá não transfere a responsabilidade técnica e nem libera da obrigação pelas revisões decorrentes de falhas do próprio projeto/serviço, interferências de concessionárias de serviços públicos e problemas verificados na análise dos serviços. A Licitante vencedora, então Contratada e responsável técnica pelo projeto/serviço, respondem solidariamente administrativa, cível e penalmente pelos prejuízos causados por falhas no projeto/serviço ou pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.

5.27 - É obrigação da Empresa Contratada reexecutar serviços considerados não satisfatórios, sempre que solicitado pela Fiscalização, inclusive quando os projetos/serviços que forem enviados para aprovação em Órgãos Públicos como o Cartório, entre outros. Essas alterações deverão ser realizadas em 10 (dez) dias;

5.28 - O profissional designado pela empresa Licitante vencedora como Responsável Técnico pelos PROJETOS/SERVIÇOS deverá ter disponibilidade para ser convocado a qualquer instante dentro do horário comercial para prestar esclarecimentos, recebimento de novas instruções ou discutir interferências.

5.29 - Caberá à empresa vencedora fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos serviços prestados.

5.30 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.31 - A empresa contratada deverá substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

5.32 - Recebimento Dos Serviços:

5.32.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.32.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços serão realizados por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.32.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos/serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos/serviços por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos/serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Bradesco Agência nº 2186-5 Conta Corrente nº 50.254-5 em nome de DALLABRIDA AVALIAÇÕES, PERÍCIAS E PROJETOS LTDA.

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos/serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos/serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos/serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.121.0004.20078 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 33.90.39.00 – PESSOA JURIDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Planejamento	João Luiz da Silva Sobrinho	11217/2022

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 024/2023** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 04 de agosto de 2023.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

DALLABRIDA AVALIAÇÕES, PERÍCIAS E PROJETOS LTDA

CNPJ nº. 26.104.739/0001-37

TEREZINHA APARECIDA DALABRIDA

CPF nº. 798.602.229-91

Contratada

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13281 DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra.***ANA MARIA RAMOS*** a exercer o cargo de ***CHEFE DE DEPARTAMENTO,*** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** a qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 02 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 176/2023

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador da RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº 2611, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **FERNANDO SILVA DE SOUZA LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 24.277.123/0001-32, Inscrição Estadual nº 13.772.925-1, com sede na Rua dos Trabalhadores, nº 740, Bairro Jardim Santa Isabel, na Cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.035-070, Telefone (65) 9 8107-5100, e-mail fernandosilvadesouza@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. **FERNANDO SILVA DE SOUZA**, inscrito no CPF nº 019.512.961-09, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decretos Municipais 1136/2009 e 4075/2022 e no Decreto Federal nº 10.024/2019:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SONDAGEM DE SOLO PARA ESTUDO GEOTÉCNICOS E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE MATUPÁ-MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 024/2023.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.4 - As adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Planejamento.

4 – DOS SERVIÇOS

a. - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos/serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quant.	Vlr. Unitário	Total
378226	ESTUDO GEOTÉCNICO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL: ENSAIO DE PERMEABILIDADE, ENSAIO DE PERCOLAÇÃO, ENSAIO DE INFILTRAÇÃO COM LAUDO TÉCNICO, ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA. ENSAIOS EM CONFORMIDADE COM NORMAS VIGENTES. INCLUSO MOBILIZAÇÃO E/OU DESLOCAMENTO DAS EQUIPES E DOS EQUIPAMENTOS USADOS NO ENSAIO, LOCALIZADOS ATÉ 15 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO.	UNIDADE	6	530,00	3.180,00
378224	ESTUDO GEOTÉCNICO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL: SONDAGEM SPT (À PERCUSSÃO), LAUDO TÉCNICO DA SONDAGEM, ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA. SONDAGEM CONFORME NORMAS VIGENTES. INCLUSO MOBILIZAÇÃO E/OU DESLOCAMENTO DAS EQUIPES E EQUIPAMENTOS ATÉ 10KM DA SEDE DO MUNICÍPIO.	UNIDADE	6	1.500,00	9.000,00
378225	ESTUDO GEOTÉCNICO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL: SONDAGEM SPT (À PERCUSSÃO), LAUDO TÉCNICO DA SONDAGEM, ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA. SONDAGEM CONFORME NORMAS VIGENTES. INCLUSO MOBILIZAÇÃO E/OU DESLOCAMENTO DAS EQUIPES E EQUIPAMENTOS DE 10KM A 40 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO.	UNIDADE	2	1.380,00	2.760,00
378223	ESTUDO GEOTÉCNICOS PARA JAZIDA: SONDAGEM NAS JAZIDAS COM NO MÍNIMO DE 9 (NOVE) FUROS. BOLETIM DE SONDAGEM, CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DE JAZIDA, ESTUDO ESTATÍSTICO, QUADRO RESUMO DE SONDAGEM; ENSAIO DE JAZIDA: ANALISE GRANULOMETRICA, LIMITE DE LIQUIDEZ, LIMITE DE PLASTICIDADE, COMPACTAÇÃO, CBR - ÍNDICE DE SUPORTE CALIFÓRNIA, CARACTERIZAÇÃO DO SOLO IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS FUROS.	UNIDADE	4	600,00	2.400,00
378222	ESTUDO GEOTÉCNICOS PARA SUBLEITO: SONDAGEM DE SUBLEITO COM PROFUNDIDADE DE 1,00 METRO ABAIXO DO GREIDE, BOLETIM DE SONDAGEM, ESTUDO ESTATÍSTICO, QUADRO RESUMO DE SONDAGEM; ENSAIO DE SUBLEITO: ANALISE GRANULOMETRICA, LIMITE DE LIQUIDEZ, LIMITE DE PLASTICIDADE, COMPACTAÇÃO, CBR - ÍNDICE DE SUPORTE CALIFÓRNIA, CARACTERIZAÇÃO DO SOLO, IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS FUROS.	UNIDADE	12	440,00	5.280,00

Total Fornecedor R$22.620,00

4.2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.2.1 - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOES DE ESTUDO GEOTECNICO – SUBLEITO E JAZIDA

4.2.1.1 - Os estudos geotécnicos no subleito deverão ser feitos conformes normas técnicas e leis vigentes atuais.

4.2.1.2 - Nos relatórios dos estudos realizados deverá ser informando a massa especifica aparente seca máxima, a umidade ótima, curva de compactação, ISC, expansão das amostras estudadas, coordenadas dos pontos e croqui de locação.

4.2.1.3 - A localização dos furos será indicada pelo Departamento de engenharia e Projetos do Município de Matupá, com profundidade de um metro do perfil natural da área que terá intervenção.

4.2.1.4 - A contratada ficará a cargo de equipamentos, maquinas, ferramentas, água, energia e mão de obra necessário para execução dos estudos.

4.2.2 - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOES DE ESTUDO GEOTECNICO - SPT

4.2.2.1 - Os serviços terão que ser executados de acordo com as normas técnicas da ABNT, leis vigentes e das normas que regulamentem qualquer atividade a ser prestada, em sua versão mais recente.

4.2.2.2 - A mobilização e desmobilização dos equipamentos e equipe, compreendendo os custos inerentes a hospedagem, alimentação, transporte, carga e descarga, impostos montagem e desmontagem dos equipamentos e outros inerentes à prestação dos serviços, deverá apresentar laudo técnico contendo as seguintes informações técnicas:

¾ Endereço do local das sondagens; ¾ Data e hora de início e fim dos testes; ¾ Planta do local dos furos; ¾ Perfil individual de cada sondagem e/ou seção do subsolo, indicando a resistência do solo a cada metro perfurado; ¾ Tipo de espessura do material e as posições dos níveis d'água, quando encontrados durante a perfuração; ¾ Responsável técnico; ¾ Metodologia de trabalho; ¾ Indicação das camadas de Solo com profundidades; ¾ Número de golpes; ¾ Gráfico de resistência à penetração; ¾ Perfil geotécnico de cada camada; ¾ Classificação do material por camada; ¾ Descrição geral dos resultados de cada furo; ¾ Nível de água; ¾ Croqui de locação dos furos na área; ¾ Outras informações colhidas durante a execução da sondagem, se julgadas de interesse; ¾ Manifestação conclusiva sobre cada camada de solo.

4.2.2.3 - Os furos de sondagem terão sua locação e quantidades indicados pelo Departamento de engenharia e projetos da prefeitura Municipal de Matupá.

4.2.2.4 - Todo os estudos geotécnicos deverão ser entregues em mídia digital assinadas com assinatura eletrônica e físicas com assinaturas à mão, contendo metodologia empregada (normas, procedimentos, equipamentos, ensaios e resultados) acompanhadas de anotação de responsabilidade técnica.

4.2.3 - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA

4.2.3.1 - Os serviços terão que ser executados de acordo com as normas, regulamentos e leis aplicáveis aos levantamentos topográficos, tanto federais quanto municipais;

4.2.3.2 - Os locais a serem realizados os levantamentos e/ou demarcação com piquetes serão indicados pelo Departamento de engenharia e projetos no ato da emissão das Ordens de Serviços, sendo agendada visita técnica entre as partes;

4.2.3.3 - Os serviços topográficos deverão ser executados utilizando equipamento como par de receptores GNSS com RTK (Real Time Kinematic), esta medida visa precisão e agilidade na entrega.

4.2.3.4 - Serão solicitados serviços como: Curva de nível de metro a metro; medições e conferencia em campo de serviços executados; medições e conferencia das informações contidas em matrículas de terrenos frente as situações reais, inclusive elaboração de projeto de retificação; plantas e memorial descritivos de áreas; medição e planilhas de cálculo de volumes de escavação em solo ou rocha e aterros; demarcações com estacas de madeiras e/ou concreto. Podendo ser solicitados serviços semelhantes.

4.2.3.4 - Os custos relativos à mobilização e desmobilização da equipe e equipamentos ao local do serviço, e a manutenção em geral de aparelhagem será de responsabilidade do contratado.

4.2.3.5 Os serviços deverão ser entregues em meio digital e editáveis (DWG, WORD, PDF, XLM), e de forma impressa quando solicitado, ambas devidamente assinadas pelo responsável técnico acompanhada de anotação de responsabilidade técnica (ART) contemplando o período de realização e especificação de cada serviço executado.

4.2.3.5 - A qualquer tempo deverá ser esclarecido sobre o trabalho em andamento e/ou realizado.

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – Os serviços deverão ser executados em até 10 (dez) dias, após o recebimento da autorização, de acordo com as Normas Técnicas reconhecidas e aprovadas.

5.2 - Os serviços serão prestados por empresa especializada com pessoal habilitado no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrão de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência e compreendem em trabalhos de campo, de escritório e/ou laboratório.

5.3 - A empresa deverá possuir os devidos equipamentos necessários para a realização dos serviços contratados e demais materiais de suporte, como veículos para transporte de equipe e equipamento.

5.4 - As empresas interessadas deverão comprovar sua qualificação técnica na prestação dos serviços que deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes. Tal qualificação deverá ser comprovada por atestado de capacidade técnica com registro no conselho de classe do profissional

5.5 - Para qualificação técnica deverá ser apresentado profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de registro na entidade profissional competente e atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes; Certidão ou atestado emitidos pelo conselho profissional competente que comprove capacidade na execução dos serviços similares; Indicação do pessoal técnico e qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizara pelo trabalho.

5.6 - A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.7 - Os serviços deverão ser executados conforme solicitação do setor competente, cumprindo todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e se responsabilizar por todo prejuízo decorrente de infrações a que houver dado causa, assumindo todos os impostos e taxas oriundo do objeto a ser contratado. Além de ressarcir prejuízo de qualquer natureza causado ao patrimônio da contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do objeto.

5.8 - Não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato.

5.9 - Selecionar rigorosamente os prestadores que executarão os serviços contratados.

5.10 - Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.

5.11 - Assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.

5.12 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação.

5.13 - Instruir a mão de obra quanto às necessidades de acatar as orientações do preposto da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança e medicina do trabalho.

5.14 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros.

5.15 - Os serviços deverão ser realizados nos locais indicados quando dada a ordem de serviço.

5.16 - Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços.

5.17 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

5.18 - Os serviços deverão ser executados em até 10 (dez) dias, após o recebimento da autorização, de acordo com as Normas Técnicas reconhecidas e aprovadas.

5.19 - Os executores dos serviços cederão ao Município de Matupá os direitos autorais e de propriedade intelectual dos projetos/serviços desenvolvidos, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que haja autorização expressa do Município de Matupá, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5.20 - Somente poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços e coordenação os profissionais constantes na lista de profissionais entregue pela licitante na qualificação técnica ou profissional que, apresentado posteriormente à adjudicação, for aprovado pela Fiscalização.

5.21 - O projeto/serviço deverá ser submetido à aprovação do setor de engenharia desta Prefeitura, sendo que a Fiscalização poderá solicitar quaisquer alterações que julgar necessárias.

5.22 - Os serviços serão realizados em perímetro urbano e rural, conforme necessidade das secretarias.

5.23 - Caso haja necessidade de realizar correções a proponente deverá fazê-lo sem custo adicional.

5.24 - O contratado deverá entregar à Fiscalização desta Prefeitura, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) da execução dos projetos e orçamentos, de todos os profissionais envolvidos.

5.25 - Será obrigação da Empresa Contratada observar todas as leis, regulamentos e posturas referentes ao conjunto dos serviços.

5.26 - O recebimento dos projetos/serviços por parte da Prefeitura Municipal de Matupá não transfere a responsabilidade técnica e nem libera da obrigação pelas revisões decorrentes de falhas do próprio projeto/serviço, interferências de concessionárias de serviços públicos e problemas verificados na análise dos serviços. A Licitante vencedora, então Contratada e responsável técnica pelo projeto/serviço, respondem solidariamente administrativa, cível e penalmente pelos prejuízos causados por falhas no projeto/serviço ou pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.

5.27 - É obrigação da Empresa Contratada reexecutar serviços considerados não satisfatórios, sempre que solicitado pela Fiscalização, inclusive quando os projetos/serviços que forem enviados para aprovação em Órgãos Públicos como o Cartório, entre outros. Essas alterações deverão ser realizadas em 10 (dez) dias;

5.28 - O profissional designado pela empresa Licitante vencedora como Responsável Técnico pelos PROJETOS/SERVIÇOS deverá ter disponibilidade para ser convocado a qualquer instante dentro do horário comercial para prestar esclarecimentos, recebimento de novas instruções ou discutir interferências.

5.29 - Caberá à empresa vencedora fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos serviços prestados.

5.30 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.31 - A empresa contratada deverá substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

5.32 - Recebimento Dos Serviços:

5.32.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.32.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços serão realizados por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.32.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos/serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos/serviços por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos/serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Sicoob Agência nº 4425 Conta Corrente nº 229075 em nome de FERNANDO SILVA DE SOUZA LTDA.

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos/serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos/serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos/serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.121.0004.20078 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 33.90.39.00 – PESSOA JURIDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Planejamento	João Luiz da Silva Sobrinho	11217/2022

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 024/2023** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 04 de agosto de 2023.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

FERNANDO SILVA DE SOUZA LTDA

CNPJ nº. 24.277.123/0001-32

FERNANDO SILVA DE SOUZA

CPF nº. 019.512.961-09

Contratada

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13280 DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

*"*Concede **RETORNO DE *LICENÇA SAÚDE INSS*** a servidora ***SIMONE MICHELE SCHIMITT DE AGUIAR,*** no cargo de ***MANUTENÇÃO E LIMPEZA*** e dá outras providências*".*

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **RETORNO DE *LICENÇA SAÚDE INSS*** a servidora ***SIMONE MICHELE SCHIMITT DE AGUIAR,*** matrícula nº 8950, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, a partir do dia 02 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 02 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13279 DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

*"*Concede ***RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE*** a servidora ***ESTEFANY PEREIRA LIMA DE SOUZA,*** no cargo de ***NUTRICIONISTA*** e dá outras providências*".*

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ***RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE*** a servidora ***ESTEFANY PEREIRA LIMA DE SOUZA,*** no cargo de ***NUTRICIONISTA,*** **sob matrícula nº 8790, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir do dia 02 de agosto de 2023.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 02 **de agosto** do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13277 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA DO (A) SERVIDOR (A) EFETIVO (A), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar ***FUNÇÃO GRATIFICADA (FG-07 – R$ 300,00)***, conforme Anexo VI do PCCV, do servidor ***CLAUDERSON DE JESUS PEREIRA, Agente Administrativo,*** junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de agosto, revogando as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13276 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"***Dispõe sobre Transferência de Servidor, e dá outras providências***".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica devidamente transferido a servidora **JANAINA DOS SANTOS**, matrícula nº 8751, para exercer sua função junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E PAISAGISMO.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de agosto do ano corrente, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13275 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. ***STEFANIA LIMA DOS SANTOS,*** para desempenhar suas funções junto a Agência Municipal de Trânsito de Matupá-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13274 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra.***STEFANIA LIMA DOS SANTOS*** a exercer o cargo de ***COORDENADOR DE DEPARTAMENTO,*** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** a qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13273 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra.***LETICIA FONSECA MENDES*** a exercer o cargo de ***ENFERMEIRO COORDENADOR CCIH,*** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** a qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13272 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr.***JOELMIR PEREIRA*** a exercer o cargo de ***ADJUNTO IMEDIATO,*** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE** o qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13271 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra.***CRISTIANE MACHADO ROMEIRO*** a exercer o cargo de ***SUPERVISOR DE ALMOXARIFADO,*** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** a qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13270 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra.***CELIA PEREIRA BUENO DA SILVA*** a exercer o cargo de ***GESTOR DE CONVÊNIOS,*** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** a qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13269 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Dispõe sobre ***Exoneração***do (a) **Servidor** (a), conforme Art. 43, Lei Complementar 081/2013, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE*:*

Art. 1º - **Exonerar** o Sr. ***VALMIR ZANELLA***, do quadro de servidores do Município de Matupá - MT, com a matricula nº 8149, no qual exercia o cargo de ***ADJUNTO IMEDIATO,*** revogando a Portaria nº 10533 de **01** de setembro de **2021.**

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13268 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Dispõe sobre ***Exoneração***do (a) **Servidor** (a), conforme Art. 43, Lei Complementar 081/2013, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE*:*

Art. 1º - **Exonerar** a Sra. ***MARLENE ESTER STELGER***, **do quadro de servidores do Município de Matupá** - MT, com a matricula nº 8272, no qual exercia o cargo de ***GESTOR DE CONVÊNIOS,*** revogando a Portaria nº 10966 de **01** de fevereiro de **2022.**

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13267 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Conceder vacância de cargo público decorrente de APOSENTADORIA por Tempo de Contribuição Especial de Professor a Sra. ELAINE FASSINA e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a vacância do cargo público decorrente da Aposentadoria da Sra. ***ELAINE FASSINA,*** efetiva no cargo de ***Professora****,* aprovada no Concurso Público Municipal nº 001/1998, inscrita no CPF nº ***.408.921-**, devido processo de aposentadoria concedido pela PREVI-MUNI conforme Portaria nº 015 do mês de julho de 2023, homologada na mesma data por este Poder Executivo.

Art.2º - Confere a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista na Lei Complementar nº 013/2003, Art. 33, Inc. V.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de agosto do ano corrente, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13266 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

*"*Concede **RETORNO DE *LICENÇA SAÚDE INSS*** a servidora ***ELIANE DE FATIMA CZECHVSKI,*** no cargo de ***MANUTENÇÃO E LIMPEZA*** e dá outras providências*"*.

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **RETORNO DE *LICENÇA SAÚDE INSS*** a servidora ***ELIANE DE FATIMA CZECHVSKI,*** matrícula nº 8159, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, a partir do dia 01 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13265 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

*"*Concede ***RETORNO DE LICENÇA SAÚDE*** a servidora ***DHEGUE LOPES SILVA,*** no cargo de ***COZINHEIRO*** e dá outras providências*"*.

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ***RETORNO DE LICENÇA SAÚDE*** a servidora ***DHEGUE LOPES SILVA,*** matrícula nº 6500, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir do dia 01 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13264 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Conceder LICENÇA PRÊMIO em pecúnia ao Servidor (a), e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 81/2013, Art. 121, § 1º.;

RESOLVE;

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA** para o seguinte servidor (a):

Matricula	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Secretaria de Lotação
5707	MARCELA DIAS DOS SANTOS	01/11/2012 a 31/10/2017	01/08/2023 a 30/08/2023	Educação e Desporto

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de agosto, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13263 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Conceder LICENÇA PRÊMIO em pecúnia ao Servidor (a), e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 81/2013, Art. 121, § 1º.;

RESOLVE;

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA** para o seguinte servidor (a):

Matricula	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Secretaria de Lotação
2080	JOAO FERREIRA DA SILVA	04/01/2011 a 03/01/2016	01/08/2023 a 30/08/2023	Urbanismo e Paisagismo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de agosto, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13262 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Conceder LICENÇA PRÊMIO em pecúnia ao Servidor (a), e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 81/2013, Art. 121, § 1º.;

RESOLVE;

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA** para o seguinte servidor (a):

Matricula	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Secretaria de Lotação
7131	ERIKA NOBRE CARNEIRO DA LUZ	04/09/2017 a 03/09/2022	01/08/2023 a 30/08/2023	Assistência Social

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de agosto, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13261 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Conceder LICENÇA PRÊMIO em pecúnia ao Servidor (a), e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 81/2013, Art. 121, § 1º.;

RESOLVE;

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA** para o seguinte servidor (a):

Matricula	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Secretaria de Lotação
032	ELIANE PANASSOL	17/05/2014 a 16/05/2019	01/08/2023 a 30/08/2023	Saúde

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de agosto, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13260 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Conceder LICENÇA PRÊMIO em pecúnia ao Servidor (a), e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 81/2013, Art. 121, § 1º.;

RESOLVE;

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA** para o seguinte servidor (a):

Matricula	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Secretaria de Lotação
6966	CLENECI DE FATIMA DA SILVA FERREIRA	25/05/2016 a 24/05/2021	01/08/2023 a 30/08/2023	Saúde

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de agosto, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13259 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Conceder LICENÇA PRÊMIO aos Servidores, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 81/2013, Art. 121, § 1º.;

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para os seguintes servidores (a):

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	SECRETARIA DE LOTAÇÃO
7288	DIVINO DE ABREU LEAL	13/04/2018 - 12/04/2023	01/08/2023 - 29/09/2023	Educação
5698	MARIA DE LOURDES DA SILVA MORAES	03/09/2017 - 02/09/2022	01/08/2023 - 29/09/2023	Educação

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13258 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

*"Concede **LICENÇA MATERNIDADE,** aservidora **TATIANE RAMOS RIBEIRO,** no cargo de **MANUTENÇÃO E LIMPEZA** e dá outras providências".*

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ***LICENÇA MATERNIDADE,*** a servidora ***TATIANE RAMOS RIBEIRO,*** no cargo de ***MANUTENÇÃO E LIMPEZA,***matrícula nº 8951 a partir do dia 25 de julho de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 **de agosto** do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13257 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Conceder FÉRIAS aos Servidores e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder férias** aos servidores lotados na Secretaria Municipal de **Urbanismo e Paisagismo**:

MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
8587	ELVIS JOSE DOS SANTOS	MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS	01/08/2023 a 30/08/2023

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13256 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Conceder FÉRIAS aos Servidores e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder férias** aos servidores lotados na Secretaria Municipal de **Obras, Infraestrutura e Transporte**:

MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
6503	REGIVAN MACEDO DA SILVA	MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS	01/08/2023 a 30/08/2023

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13255 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"Conceder FÉRIAS aos Servidores e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder férias** aos servidores lotados na Secretaria Municipal de **Finanças**:

MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
6403	EDNA ZANETTE GIUSTI	SECRETARIO MUNICIPAL	01/08/2023 a 30/08/2023

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13254 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE CARGO EMCOMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria n° 12808 de 03 de fevereiro de 2023, a qual nomeava a Sra. ***CRISTIANE MACHADO ROMEIRO***a exercer o cargo de **SECRETARIO ADJUNTO** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13253 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE CARGO EMCOMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria n° 10036 de 01 de junho de 2021, a qual nomeava a Sra. ***CELIA PEREIRA BUENO DA SILVA***a exercer o cargo de **ASSESSOR EXECUTIVO** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13252 DE 31 DE JULHO DE 2023.

"Dispõe sobre ***Exoneração***a pedido do (a) *Servidor* (a), conforme Art. 43, Lei Complementar 081/2013, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE*:*

Art. 1º - **Exonerar** a pedido da Sra. ***ROSELI REGINA ETGES WENDLAND***, **do quadro de servidores do Município de Matupá** - MT, com a matricula nº 9181, no qual exercia o cargo de ***TECNICO EM NIVEL SUPERIOR,*** revogando a Portaria nº 13238 de **13** de julho de **2023.**

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de 31 de julho do ano de dois mil e vinte e três.

Gabinete do Prefeito, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 030/2023

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou por meio do site www.bllcompras.org.br "**PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**", aonde consagrou-se vencedor o Licitante **O. M. DA SILVA LTDAcom valor total de R$54.000,00.**Matupá/MT, 04 de agosto 2023.ALEXSANDRA TOSTA BATISTA- Pregoeira Oficial –

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 165/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "**PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA (ZONA URBANA), RÁDIO (ZONA RURAL) E FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 089/2022 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 037/2022**.

CONTRATADA: J NUNES CABRAL

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quinta Sexta, Oitava e Nona do Contrato Original que passam a vigorar com as seguintes redações:

Cláusula Quinta - Do Valor e Pagamento - O valor total estimado no contrato é de **R$69.930,70 (Sessenta e nove mil, novecentos e trinta reais e setenta centavos),** ficando **ADITIVADO** o valor de **R$129,90 (Cento e vinte e nove reais e noventa centavos),** passando o valor total do contrato para **R$70.060,60 (Setenta mil, sessenta reais e sessenta centavos).**

Cláusula Sexta - Dos Serviços/Produtos – *Fica acrescentado:* ***LOTE 01 – INTERNET FIBRA o valor de 129,90***

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.	Valor Unitário	Total do Aditivo
375556	FORNECIMENTO DE INTERNET VIA FIBRA SEM REDUCAO COM LARGURA MÍNIMA DE BANDA DE DOWN 100MB E UP 50MB PONTO DE ATENDIMENTO: SECRETARIA DE URBANISMO E PAISAGISMO	MÊS	1	129,90	129,90
Total Geral >>>>					**R$129,90**

Cláusula Oitava – Dotação Orçamentária – **8.1** – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos oriundos do orçamento do Município, à conta das seguintes rubricas orçamentárias, quais sejam:

CÓDIGO GERAL: **10.001.04.122.0004.20015**– MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – **33.90.40.00 -** SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA - **FONTE 1.5.00.0000000 – R$ 129,90.** ***Cláusula Nona – Prazos –*** O início de vigência deste aditivo será a partir de **01/08/2023** até a vigência do contrato em **01/09/2023,** prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

Assinatura: 01/08/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

RH
PORTARIA Nº 536/2023

PORTARIA Nº 536 DE 04 DE AGOSTO DE 2023

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE PARA SERVIDOR QUE ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Secretario Municipal de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, de acordo com o Artigo 159 da Lei Complementar n. 157/2016, bem como o que dispõe o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 05 (cinco) dias de **LICENÇA PATERNIDADE**, para o servidor **ROBSON DOS REIS SILVA,** lotado no Gabinete do Prefeito, no cargo de **ASSESSOR JURÍDICO,** a partir de 31/07/2023, conforme protocolo e certidão de nascimento.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31/07/2023.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho", em 04 de agosto de 2023.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretário de Administração

JKO/pcm

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 31/2023. OBJETO: Aquisição de equipamentos eletrônicos e de purificação e filtragem de água. EMPRESA VENCEDORA: **FELIPE DANTAS ROMACHELLI**. CNPJ: 32.XXX.XXX/0001-45. Itens: 6 e 7. Valor total: R$ 4.994,40 (quatro mil novecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos). Os demais itens do processo licitatório foram resultaram desertos pela ausência de propostas ou fracassados pelo valor acima do orçado. O processo foi **HOMOLOGADO em 04/08/2023.** WELLINGTON ROCHA DIAS. **Pregoeiro.** Mirassol d'Oeste, 07/08/2023.

RH
EDITAL Nº 39/2023

EDITAL Nº 39/2023

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.171/2022 DE 10/02/2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo de Seleção de Estagiário conforme Decreto 4.171/2022.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único deverão comparecer à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310, em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 04 de Agosto de 2023.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.171/2022 DE 10/02/2022.

ANEXO ÚNICO

BACHARELADO EM DIREITO
NOME
LAYRA VYTORYA CESARIO TAVARES

Mirassol D'Oeste, 04 de Agosto de 2023.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
DECRETO Nº 4.570 04 DE AGOSTO DE 2023

DECRETO Nº 4.570 04 DE AGOSTO DE 2023

Altera o Decreto nº 4.458 de 06 de março de 2023 que dispõe sobre a criação de Banco de Currículos para estágio remunerado.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e em consonância com o que dispõe a Lei nº 1.409 de 11 de maio de 2017 e a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o Decreto nº 4.458/2023 às mudanças ocorridas na estrutura educacional do Município, tendo em vista que o processo de municipalização retirou da grade de disciplinas oferecidas na rede municipal as disciplinas de Licenciatura em Educação Física, Letras e Matemática.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 4.458/2023 que dispõe sobre o rol de disciplinas acadêmicas, com a seguinte composição:

Art. 1º. (...)

Parágrafo Único. O banco de currículos abrangerá as seguintes disciplinas acadêmicas:

I – Administração;

II - Administração Pública;

III - Arquitetura e Urbanismo ;

IV - Ciências Contábeis ;

V – Direito;

VI - Engenharia Civil;

VII - Ciência de Computação;

VIII – Psicologia;

IX - Serviço Social;

X - Licenciatura em Pedagogia.

Art. 2º. Fica revogado o inciso XI, XIII e XIV do parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 4.458/2023, excluindo-se os cursos de Licenciatura em Educação Física, Letras e Matemática do rol de disciplinas acadêmicas abrangidas pelo banco de currículos.

Art. 3º. Os demais dispositivos do Decreto nº 4.458/2023 permanecem inalterados.

Art. 4º. Os estudantes previamente inscritos nos cursos de Licenciatura em Educação Física, Letras e Matemática serão mantidos no banco de currículos para eventuais oportunidades futuras, em respeito à sua manifestação de interesse.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" 04 de agosto de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 17 DE 04 DE AGOSTO DE 2023 NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

PORTARIA Nº 17 DE 04 DE AGOSTO DE 2023

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

LÍRIA SIMONE ESSI, brasileira, portadora do RG no 1086802-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob n° 763.384.441-87, residente e Domiciliada na Rua Antônio Martins da Costa n° 1.041, Bairro Centro, Cidade Mirassol D'Oeste - MT**,** PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Municipal 127/2013(Lei criação Fundação);

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 117 da Nova Lei de Licitações (14.133/2021);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora JENIFFER LARANJA, matricula n° 60, CPF n° 892.269.332-00 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução dos **Contratos nº 005/2023, 006/2023, 007/2023, 008/2023, 009/2023, 010/2023, 011/2023 e 012/2023** celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE e as empresas e pessoas jurídicas participantes do Chamamento Público nº 003/2023.

I – Designar a servidora MARINA TEREZA BEZERRA, assistente administrativo, matricula n° 29, CPF n° 989.417.511-00 para acompanhar e fiscalizar, como suplente o referido contrato.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, n° 3.563, bairro centro, em 02 de junho de 2022.

LÍRIA SIMONE ESSI

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
PORTARIA Nº 535 DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE MEMBRO SUPLENTE DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTRATUALIZAÇÃO -(CAC) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

HÉCTOR ALVARES BEZERRA Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando CI/SMS de 03 de agosto de 2023, que solicita a substituição de membro suplente, este, representado pelo Conselho Municipal de Saúde, para compor a Comissão de Acompanhamento de Contratualização - CAC;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a composição de membro da Comissão de Acompanhamento de Contratualização - CAC nomeados pelas portarias 253/2022 que passa a vigorar em sua totalidade conforme segue abaixo:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Vera Lúcia Pereira Mandarino CPF: 119.474.028-62.

Suplente: Rafael Alves Moura, CPF: 029.367.811-16.

II – REPRESENTANTES DO ÓRGÃO COLEGIADO QUE REPRESENTA OS USUÁRIOS SUS

Conselho Municipal de Saúde

Titular: Lázaro Lucas de Souza, CPF: 411.593.221-04.

Suplente: Priscila Valeriano Cardoso, CPF: 056.150.641-88**.**

III – REPRESENTANTES DA INSTITUIÇÃO CONTRATADA

Titular: Fabiana Pereira de Souza Lopes, CPF: 905.251.671-53

Suplente: Marina Tereza Bezerra, CPF. 979.417.511-00

Art. 2º- As atribuições da CAC ora formado são as constantes no Contrato de Gestão 061/2021.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria 253/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 04 de agosto de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL E PRORROGAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE EDITAL E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 26/2023 – Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA. O Município de Mirassol d'Oeste informa que procedeu à RETIFICAÇÃO DO EDITAL para alteração da sequência numérica dos itens e inclusão de informações nas condições gerais do termo de referência, em virtude do julgamento de impugnação apresentada por potencial licitante.Fica designada a data de 18/08/2023, às 9h (Horário de Brasília)**, para abertura da sessão.** O edital retificado está disponível no site do Município e na Plataforma Licitanet. Mirassol d'Oeste, 07/08/23. Luismar da Silva Martins - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PORTARIA Nº. 331/2023

PORTARIA Nº. 331/2023

"Dispõe sobre a Concessão de Licença Remunerada por Guarda Judicial ou Adoção ao ***Sr. Guilherme Matias Magalhães****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Conceder ao ***Sr. Guilherme Matias Magalhães***, portador do RG nº. 0893666700 SSP/BA, devidamente cadastrado no CPF nº 026.744. 025-12, Licença Remunerada por Guarda Judicial ou Adoção, de 60 (sessenta) dias, conforme Lei Municipal 992/2006, art. 83.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 03/07/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 31 de julho de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

DECRETO Nº 088/2023

DECRETO Nº 088/2023

"Dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades do Poder Executivo, e dá outras providências".

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOBRES/MT**, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Nobres/MT.

CONSIDERANDO o disposto no Carta Magna, art. 158, inciso I, o qual preconiza que pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CONSIDERANDO a recente decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1. 293.453 e na Ação Cível Originária nº 2897;

CONSIDERANDO o disposto na legislação tributária federal no que concerne à retenção de tributos, em especial o disposto na Lei Federal nº 9. 430, de 27 de dezembro de 1996 e respectivos regulamentos;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, que altera a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta e indireta e demais pessoas jurídicas que menciona pelo fornecimento de bens e serviços;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações a Receita Federal do Brasil e a Receita do Município de Nobres/MT.

DECRETA:

Art. 1º. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas deverá observar o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023.

Art. 2º. Os Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município e a Câmara Municipal de Nobres, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

§ 1º. As retenções serão efetuadas a partir do primeiro dia útil da publicação deste decreto, sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

§ 2º. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º, da Instrução Normativa RFB Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme anexo II – deste decreto.

§ 3º. As instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei Nº 9.532 de 1997, as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 e as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, deve-

rão apresentar aos órgãos e entidades contratantes, respectivamente, as declarações constantes nos anexos III, IV ou V, como for o caso, para fins de não retenção do IR na fonte.

§ 4º. As entidades referidas no caput não farão retenção de PIS, COFINS e CSLL, ressalvadas as hipóteses de celebração de convênio com a Receita Federal do Brasil nos termos do art. 33 da Lei Federal Nº 10.833, de 2003.

Art. 3º. A obrigação de retenção do IR alcançará todos os contratos e relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 1º, inclusive convênios com o terceiro setor.

Parágrafo único. Em relação às novas contratações, a partir da vigência deste Decreto, os órgãos e entidades mencionados no art. 2º, devem adequar os editais e minutas-padrão dos contratos administrativos.

Art. 4º. Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto emitir notas fiscais, faturas ou recibos com observância as regras de retenção disposta na Instrução Normativa RFB n 1.234/2012, em especial às disposições que se referem às retenções na fonte de IR, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos mencionados nos incisos do art. 3º, deste Decreto Municipal.

Parágrafo único. Os documentos fiscais emitidos em desacordo com o previsto no caput deste artigo, caso não seja possível a substituição a retificação por meio de carta de correção para fins exclusivos de indicar a retenção, igualmente incorrerão na retenção do Imposto de Renda, na forma prevista neste Decreto Municipal.

Art. 5º. Em obediência ao princípio da simetria, aplicam-se aos pagamentos de rendimentos efetuados pelos órgãos e entidades municipais as alíquotas do IR estabelecidas no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/96 e da IN/RFB Nº 1.234/2012.

Parágrafo único. O IR deverá ser retido considerando as alíquotas estabelecidas no Anexo I da IN/RFB Nº 1.234/2012, em conformidade com o Anexo I deste Decreto.

Art. 6º. As retenções efetuadas na forma estabelecida por este decreto deverão ser informadas na DIRF - Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, com o código de receita 6256, com o objetivo estabelecidas por ato normativo da Secretaria da Receita Federal:

I. Os rendimentos pagos a pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no País, inclusive os isentos e não tributáveis nas condições em que a legislação federal específica;

II. O valor do imposto sobre a renda e/ou contribuições retidos na fonte, dos rendimentos pagos ou creditados para seus beneficiários;

III. O pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa a residentes ou domiciliados no exterior, ainda que não tenha havido a retenção do imposto, inclusive nos casos de isenção ou alíquota zero;

IV. Os pagamentos a planos de assistência à saúde – coletivo empresarial, no caso de beneficiário pessoa física;

V. Os valores relativos a deduções, no caso de trabalho assalariado.

Art. 7º. É de responsabilidade da Divisão de Recursos Humanos a retenção, elaboração e envio da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – DIRF, referente aos pagamentos relativos ao trabalho assalariados, de pessoas físicas prestadoras de serviço e em ações judiciais trabalhistas.

Art. 8º. É de responsabilidade do Departamento Municipal de Finanças, Tesouraria e Contabilidade a retenção, elaboração e envio da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – DIRF, referente aos pagamentos relativos a contratos com pessoa jurídica.

Art. 9º. Aplicam-se as normas federais e da Receita Federal do Brasil pertinentes a arrecadação, retenção e Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – DIRF, ao imposto que trata o inciso I, do artigo 158, da Constituição Federal.

Art. 10º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Nobres/MT, 27 de julho de 2023.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ANEXO I – TABELA RETENÇÃO

NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO (IN/RFB nº 1.234/2012)	ALÍQUOTAS IR (%)
● Alimentação; ● Energia elétrica; ● Serviços prestados com emprego de materiais; ● Construção Civil por empreitada com emprego de materiais; ● Serviços hospitalares de que trata o art. 30; (Art. 30. Para os fins previstos nesta Instrução Normativa, são considerados serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, da Anvisa (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1540, de 05 de janeiro de 2015) Parágrafo único. São também considerados serviços hospitalares, para fins desta Instrução Normativa, aqueles efetuados pelas pessoas jurídicas: I - prestadoras de serviços pré-hospitalares, na área de urgência, realizados por meio de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) móvel instalada em ambulâncias de suporte avançado (Tipo "D") ou em aeronave de suporte médico (Tipo "E"); e II - prestadoras de serviços de emergências médicas, realizados por meio de UTI móvel, instalada em ambulâncias classificadas nos Tipos "A", "B", "C" e "F", que possuam médicos e equipamentos que possibilitem oferecer ao paciente suporte avançado de vida) ● Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31; (Art. 31. Nos pagamentos efetuados, a partir de 1º de janeiro de 2009, às pessoas jurídicas prestadoras de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que as prestadoras desses serviços sejam organizadas sob a forma de sociedade empresária e atendam às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), será devida a retenção do IR, da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, no percentual de 5,85% (cinco inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento)) ● Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767; (Código 8767 - Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais) ● Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767; (código 8767 - Produtos de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas) ● Mercadorias e bens em geral.	1,2
● Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19; ● Álcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20; ● Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21.	0,24
● Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas; ● Álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista; ● Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas; ● Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	0,24

● Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais; ● Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; ● Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas; ● Produtos a que se refere o § 2º do art. 22; (Nos pagamentos efetuados às pessoas jurídicas que procedam à industrialização, à importação, à distribuição e à venda a varejo de produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, será devida a retenção do IR, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins) ● Produtos de que tratam as alíneas "c" a "k"do inciso I do art. 5º; ((c) pela aquisição no mercado interno dos seguintes produtos, conforme disposto nos incisos III, V e VI do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004: 1. de produtos hortícolas e frutas, classificados nos Capítulos 7 e 8, e ovos, classificados na posição 04.07, todos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi); 2. de semens e embriões da posição 05.11 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM); e 3. de livros, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; d) pela aquisição a varejo, na forma do art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, dos seguintes produtos: 1. de unidades de processamento digital classificada no código 8471.50.10 da Tipi, acompanhadas de teclado (unidade de entrada) classificado no código 8471.60.52, e de mouse (unidade de entrada) classificado no código 8471.60.53, até o valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), no caso do conjunto completo, e até o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), somente para a unidade de processamento; 2. de máquinas automáticas para processamento de dados, digitais, portáteis, de peso inferior a 3,5Kg (três quilos e meio), com tela (écran) de área superior a 140cm2 (cento e quarenta centímetros quadrados), classificadas nos códigos 8471.30.12, 8471.30.19 ou 8471.30.90 da Tipi, até o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais); e 3. de máquinas automáticas de processamento de dados, apresentadas sob a forma de sistemas, do código 8471.49 da Tipi, até o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), contendo exclusivamente uma unidade de processamento digital classificada no código 8471.50.10; um monitor (unidade de saída por vídeo) classificado no código 8471.60.7; um teclado (unidade de entrada) classificado no código 8471.60.52; e um mouse (unidade de entrada) classificado no código 8471.60.53 da Tipi;	1,2
e) pela aquisição no mercado interno dos seguintes produtos, de que tratam os incisos IV e X do art. 28 da Lei nº 10.865, de 2004, e os arts. 6º, 6º-A e 6º-B do Decreto nº 5.171, de 6 de agosto de 2004: 1. de aeronaves classificadas na posição 88.02 da Tipi, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos; e 2. de materiais e equipamentos, inclusive partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas ou pré-registradas no REB; f) pela aquisição de veículos e embarcações destinados ao transporte escolar para a educação básica nas redes estadual, municipal e distrital, quando adquiridos pela União, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, na forma dos incisos VIII e IX do art 28 da Lei nº 10.865, de 2004, e do Decreto nº 6.644, de 18 de novembro de 2008, a seguir: 1. veículos novos montados sobre chassis, com capacidade para 23 (vinte e três) a 44 (quarenta e quatro) pessoas, classificados nos códigos 8702.10.00 Ex 02 e 8702.90.90 Ex 02 da Tipi; e 2. embarcações novas, com capacidade para 20 (vinte) a 35 (trinta e cinco) pessoas, classificadas no código 8901.90.00 da Tipi; g) pela aquisição no mercado interno dos seguintes produtos, de que tratam os incisos XI, XII e XIV do art. 28 da Lei nº 10.865, de 2004: 1. de veículos e carros blindados de combate, novos, armados ou não, e suas partes, produzidos no Brasil, com peso bruto total até 30t (trinta toneladas), classificados na posição 8710.00.00 da Tipi, destinados ao uso das Forças Armadas ou órgãos de segurança pública brasileiros, quando adquiridos por órgãos e por entidades da administração pública direta, na forma a ser estabelecida em regulamento; 2. de material de defesa, classificado nas posições 87.10.00.00 e 89.06.10.00 da Tipi, além de partes, peças, componentes, ferramentais, insumos, equipamentos e matérias-primas a serem empregados na sua industrialização, montagem, manutenção, modernização e conversão; e 3. de produtos classificados na posição 87.13 da NCM;	
h) pela aquisição dos produtos a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e o art. 1º do Decreto nº 5.630, de 22 de dezembro de 2005, a seguir: 1. sementes e mudas destinadas à semeadura e plantio, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e produtos de natureza biológica utilizados em sua produção; 2. corretivo de solo de origem mineral classificado no Capítulo 25 da NCM; 3. feijões comuns (Phaseolus vulgaris), classificados nos códigos 0713.33.19, 0713.33.29 e 0713.33.99 da NCM, arroz descascado (arroz "cargo" ou castanho), classificado no código 1006.20 da NCM, arroz semibranqueado ou branqueado, mesmo polido ou brunido (glaceado), classificado no código 1006.30 da NCM e farinhas classificadas no código 1106.20 da NCM; 4. inoculantes agrícolas produzidos a partir de bactérias fixadoras de nitrogênio, classificados no código 3002.90.99 da NCM; 5. vacinas para medicina veterinária classificadas no Código 3002.30 da NCM; 6. farinha, grumos e sêmolas, grãos de milho, esmagados ou em flocos, classificados, respectivamente, nos códigos 1102.20, 1103.13 e 1104.19, todos da Tipi; 7. pintos de 1 (um) dia classificados no código 0105.11 da Tipi; 8. leite fluido pasteurizado ou industrializado, na forma de ultrapasteurizado, destinado ao consumo humano; 9. leite em pó, integral ou desnatado, destinado ao consumo humano; 10. leite em pó semidesnatado, leite fermentado, bebidas e compostos lácteos e fórmulas infantis, assim definidas conforme previsão legal específica, destinados ao consumo humano ou utilizados na industrialização de produtos que se destinam ao consumo humano; 11. queijos tipo mozarela, minas, prato, coalho, ricota, requeijão, provolone, parmesão e queijo fresco não maturado; 12. soro de leite fluido a ser empregado na industrialização de produtos destinados ao consumo humano; 13. farinha de trigo classificada no código 1101.00.10 da Tipi, adquirida até 31 de dezembro de 2011; 14. trigo classificado na posição 10.01 da Tipi, adquirido até 31 de dezembro de 2011; 15. pré-misturas próprias para fabricação de pão comum e pão comum classificados, respectivamente, nos códigos 1901.20.00 Ex 01 e 1905.90.90 Ex 01 da Tipi, adquiridos até 31 de dezembro de 2011; e 16. massas alimentícias classificadas na posição 19.02 da Tipi, adquiridas até 30 de junho de 2012; i) pela aquisição de comerciantes atacadistas e varejistas, conforme disposto no art. 58-B e 58-V da Lei nº 10.833, de 2003, e no art. 21 do Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, dos produtos classificados nos seguintes códigos e posições da Tipi: 1. nos códigos 21.06.90.10 Ex 02; 2. nas posições 22.01, 22.02, exclusivamente em relação aos produtos: água e refrigerantes, refrescos, cerveja sem álcool, repositores hidroeletrolíticos e compostos líquidos prontos para o consumo, que contenham como ingrediente principal inositol, glucoronolactona, taurina ou cafeína, exceto os Ex 01 e Ex 02 do código 22.02.90.00; e 3. na posição 22.03, todos da Tipi; j) pela aquisição no mercado interno, conforme disposto no § 11 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, e no Decreto nº 6.426, de 7 de abril de 2008, dos produtos classificados: 1. no Capítulo 29 da NCM, relacionados no Anexo I ao Decreto nº 6.426, de 2008; e 2. nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18 da NCM, relacionados no Anexo III ao Decreto. nº 6.426, de 2008, destinados ao uso em hospitais e campanhas de saúde realizadas pelo poder público; k) pela aquisição de comerciantes atacadistas e varejistas, conforme disposto no § 2º do art. 3º e no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, dos seguintes produtos: 1. de máquinas e veículos, exclusivamente autopropulsados, classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, e dos demais produtos classificados nos códigos 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, de que trata o caput do art. 1º da Lei nº 10.485, de 2002, exceto quando adquiridos de empresa comercial atacadista adquirente dos produtos resultantes da industrialização por encomenda, a que se refere o § 5º do art. 17 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001; 2. dos produtos relacionados nos Anexos I e II à Lei nº 10.485, de 2002, tratados no seu art. 3º; e 3. dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras de ar de borracha) da Tipi de que trata o art. 5º da Lei nº 10.485, de 2002, pela aquisição de outros produtos ou serviços não listados nas alíneas de "a" a "j" que vierem a ser amparados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º;) ● Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º. (§ 5º Para fins do § 3º, as pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadra-	

mento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço)	
● Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850. (Código 8850 Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais)	2,4
● Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.	2,4
● Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas.	0
● Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; ● Seguro saúde.	2,4
● Serviços de abastecimento de água; ● Telefone; ● Correio e telégrafos; ● Vigilância; ● Limpeza; ● Locação de mão de obra; ● Intermediação de negócios; ● Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; ● Factoring; ● Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal; ● Demais serviços.	4,8

ANEXO II

DAS HIPÓTESES EM QUE NÃO HAVERÁ RETENÇÃO

(ART. 4º IN 1234/2012)

I - templos de qualquer culto;

II - partidos políticos;

III - instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;

IV - instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997;

V - sindicatos, federações e confederações de empregados;

VI - serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei;

VII - conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas;

VIII - fundações de direito privado e a fundações públicas instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

IX - condomínios edilícios;

X - Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as Organizações Estaduais de Cooperativas previstas no caput e no § 1º do art. 105 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

XI - pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias;

XII - pessoas jurídicas exclusivamente distribuidoras de jornais e revistas;

XIII - Itaipu binacional;

XIV - empresas estrangeiras de transportes marítimos, aéreos e terrestres, relativos ao transporte internacional de cargas ou passageiros, nos termos do disposto no art. 176 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda (RIR/1999), e no inciso V do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;

XV - órgãos da administração direta, autarquias e fundações do Governo Federal, Estadual ou Municipal, observado, no que se refere às autarquias e fundações, os termos dos §§ 2º e 3º do art. 150 da Constituição Federal;

XVI - no caso das entidades previstas no art. 34 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a título de adiantamentos efetuados a empregados para despesas miúdas de pronto pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos;

XVII - título de prestações relativas à aquisição de bem financiado por instituição financeira;

XVIII - entidades fechadas de previdência complementar, nos termos do art. 32 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002;

XIX - título de aquisição de petróleo, gasolina, gás natural, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação, demais derivados de petróleo, gás natural, álcool, biodiesel e demais biocombustíveis efetuados pelas pessoas jurídicas dispostas nos incisos IV a VI do caput do art. 2º, conforme disposto no parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.833, de 2003; e

XIX - título de aquisição de petróleo, gasolina, gás natural, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação, demais derivados de petróleo, gás natural, álcool, biodiesel e demais biocombustíveis efetuados pelas pessoas jurídicas dispostas nos incisos IV a VI do caput do art. 2º, conforme disposto no parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.833, de 2003; (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012)

XX - título de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores.

XX - título de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores; e (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012)

XXI - título de suprimentos de fundos de que tratam os arts. 45 a 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012)

XXII - título de Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública cobrada nas faturas de consumo de energia elétrica emitidas por distribuidoras de energia elétrica com base em convênios firmados com os Municípios ou com o Distrito Federal. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1540, de 05 de janeiro de 2015)

A dispensa da retenção em relação às entidades previstas nos incisos III e IV do caput é restrita aos resultados relacionados com as finalidades essenciais das referidas entidades, não se aplicando ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1540, de 05 de janeiro de 2015)

A imunidade ou a isenção das entidades previstas nos incisos III e IV é restrita aos serviços para os quais tenham sido instituídas, observado o disposto nos arts. 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016)

A condição de imunidade e isenção de que trata o §1º será declarada pela entidade mediante os anexos III, IV ou V.

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

(Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016)

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

(Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), que não está sujeita à retenção, na fonte, do IRPJ, da CSLL, da Cofins e da Contribuição para

o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, por se enquadrar em uma das

situações abaixo:

I - INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO:

( ) Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, por cumprir os requisitos previstos no art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

( ) Entidade de ensino superior, em gozo regular da isenção prevista no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, por ter aderido ao Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, conforme Termo de Adesão vigente no período da prestação do serviço ou do fornecimento do bem (doc. Anexo).

II - ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

( ) Instituição educacional em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério da Educação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

( ) Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério de sua área de atuação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009.

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do art. 1º da Lei nº 8. 137, de 27 de dezembro de 1990, e para fins do art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, que:

é representante legal da entidade e assume o compromisso de informar, imediatamente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao órgão ou à entidade contratante, qualquer alteração na situação acima declarada;

os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

(Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016)

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

(Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IR, da CSLL, da Cofins, e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos de caráter ....., a que se refere o art 15 da Lei nº9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) é entidade sem fins lucrativos;

b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;

c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;

d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;

e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

g) apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), quando se encontra na condição de obrigado e em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

h) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

II - o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO

(Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012)

Ilmo. Sr. (pessoa jurídica pagadora) (Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a)conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO P.E 27/2023

Pregão Eletrônico SRP Nº 27/2023

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 26/2023, torna público aos interessados, que no **PREGÃO ELETRONICO SRP N° 27/2023**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL (CARGA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOBRES/MT**,** cuja abertura ocorreu no dia 03/08/2023 às 9h (Brasília), sagrou-se vencedora a empresa OXIGENIO MODELO INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES LTDA, inscrita no CNPJ n° 27.479.311/0001-31, com o valor global de R$ R$ 123.535,00 (cento e vinte e três mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

Nobres, 04 de agosto de 2023.

Hemily Natalye Alves Pereira

PREGOEIRA

PORTARIA Nº. 337/2023

PORTARIA Nº. 337/2023

"Dispõesobre a Exoneração à pedido da Sra. ***Wanderleia de Souza Rocha,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar à pedido a Sra. ***Wanderleia de Souza Rocha,*** portadora do RG nº 621138 SSP/MT devidamente cadastrada no CPF nº. 772.062. 401-78, do cargo Efetivo de Professor 30 hrs.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/08/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 02 de Agosto de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO P.E 24/2023

Pregão Eletrônico SRP Nº 24/2023

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 26/2023, torna público aos interessados, que no **PREGÃO ELETRONICO SRP N° 24/2023**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MEDICAMENTOS MANIPULADOS E INSUMOS PARA ATENDER A DEMANDA JUDICIAL DO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT**,** cuja abertura ocorreu no dia 26/07/2023 às 9h (Brasília), sagraram-se vencedoras as empresas ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ n° 00.802.002/0001-02, com o valor global de R$ 2.848,00 (dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais); CBA FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 07.944.844/0001-30, com o valor global de R$ 41.529,60 (quarenta e um mil, quinhentos e vinte e nove reais com sessenta centavos); ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ n° 27.455.068/0001-11, com o valor global de R$ 25.062,00 (vinte e cinco mil, sessenta e dois reais); FARMACIA BOM PRECO LTDA inscrita no CNPJ n° 11.504.314/0001-48, com o valor global de R$ 25.520,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e vinte reais); FERREIRA MENDES COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ n° 12.843.492/0001-66, com o valor global de R$ 24.712,00 (vinte e quatro mil, setecentos e doze reais); MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ n° 09. 034.672/0001-92, com o valor global de R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais); MARTINS BONFIM COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ n° 26. 169.121/0001-55, com o valor global de R$ 46.102,10 (quarenta e seis mil, cento e dois reais com dez centavos); PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ n° 81.706.251/0001-98, com o valor global de R$ 334,40 (trezentos e trinta e quatro reais com quarenta centavos).

Nobres, 04 de agosto de 2023.

Hemily Natalye Alves Pereira

PREGOEIRA

PORTARIA Nº. 336/2023

PORTARIA Nº. 336/2023

"Dispõe sobre a realocação dafuncionária abaixo mencionada ,e dá

outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Realocar a funcionária de acordo com as secretarias abaixo mencionados:

MAT	NOME	DE	PARA
1333	Dirce Tomasia Santana da Silva	Secretaria Municipal de Administração e Gestão	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01/08/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 31 de julho de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 332/2023

PORTARIA Nº. 332/2023

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora ***Eliane Ferreira da Silva****.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.197/2011, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora Eliane Ferreira da Silva, portadora do RG nº. 924.579 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº. 615.541.111-53, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir do dia 03/07/2023, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 28 de julho de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

EXTRATO CONTRATO Nº 059/2023

CONTRATO Nº 059/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERADOR DE MAQUINA PESADAS PARA A SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT,, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA 50159055 JOSE DANIEL FERREIRA,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 1931/2023. AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

É objeto do presente Contratação de empresa especializada em prestação de Serviço de operador de maquina pesadas para a Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, *conforme o Termo de Referencia 055/2023*,Dispensa de Licitação Nº 047/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº001931/2023.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 O presente contrato terá validade de 05 (cinco) meses, contados a partir de sua assinatura.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOSO preço, a quantidade e a especificação dos serviços registrados neste Contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Contratação de empresa especializada em operador de maquina pesadas	Serviço	5 meses	R$ 3.000,00	R$ 15.000,00
TOTAL R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais)					

Nossa Senhora do Livramento – MT, 04 de Agosto de 2023

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA50159055 JOSE DANIEL FERREIRA

EXTRATO CONTRATO Nº 60/2023

CONTRATO Nº 60/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DO '' BOLA CIDADÃ'',, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA 50.249.574 JAQUELINE LETICIA DE ARRUDA,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2023 , PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 1703/2023.. AS CLAUSULAS A SEGUIR:

O OBJETO

É objeto do presente do presente contrato a Contratação de Empresa Especializada para execução do **''Projeto: Educando pelo esporte''**, *conforme o Termo de Referencia 94/2023* ,Dispensa de Licitação Nº048/2023 , PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 1703/2023

DA VIGÊNCIA DO CONTRATOO presente contrato terá validade de 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço, a quantidade e a especificação dos serviços registrados neste Contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	IDENTIFICAÇÃO APLIC	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUNT	*VALOR UNIT*	*VALOR TOTAL*
01	293860-0	Contratação de Empresa Especializada para a execução do '' Projeto: Bola cidadã''	**Mês (Cód:1092)**	**06 Meses ----**	**R$ 2. 800,00**	**R$ 16.800,00**
R$ 16.800,00 (Dezeseis mll Oitocentos)						

Nossa Senhora do Livramento – MT, 04 de Agosto de 2023

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA **50.249.574 JAQUELINE LETICIA DE ARRUDA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 049/2023 PREGÃO PRESENCIAL N°. 064/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO Nº. 089/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO,**brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ. 09.176.226/0002-01, situada na Av. Jose Francisco Otênio, n° 1343, na cidade de Nova Bandeirantes-MT, neste ato representado pelo Sr. **RAFAEL SANTOS SILVA**, portador do RG n°. 1486151-8 e inscrito sob o CPF n° 005.553.051-63, residente e domiciliada situada na Rua 06 de Agosto, n°. 145, na cidade de Alta Floresta-MT, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por menor valor por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 064/2023 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013, suas alterações Decreto nº 9.488/2018 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, ÓLEO S-10, GASOLINA, GASOLINA ADITIVADA E ETANOL, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,*** conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I).

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI

CNPJ: 09.176.226/0002-01

ENDEREÇO: Av. Jose Francisco Otênio, Nova Bandeirantes-MT

TELEFONE: (66) 3572-1252/ (66) 98413-1570

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S10 UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	LTS	203.000	R$6,87	R$1.394.610,00

Nova Bandeirantes

Valor total do fornecedor R$1.394.610,00 (Um milhão trezentos e noventa e quatro mil e seiscentos e dez reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entregar os produtos conforme estabelecido no Termo de Referência deste Edital. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

5.2 Os produtos deverão ser fornecidos conforme estabelecidos neste edital e demais Legislação em vigor;

5.3. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

5.4. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

5.4.1 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes nesta Ata, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

5.6. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.8. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.9. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.12. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.13. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

5.15. Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

18 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

19 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

5.16 Notificar, por escrito, a contratante sobre eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando a contratante, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

5.17. Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Contratante poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

5.18. Colocar à disposição da contratante, na data de início da vigência do contrato, o pessoal necessário à execução dos serviços;

5.19 A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93.

5.20 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

6.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos serviços;

6.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

6.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

6.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

6.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

6.3. Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

6.4. Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

6.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

6.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e ata de registro de preço homologada;

6.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

6.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

6.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO E FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. A PREFEITURA aceitara os produtos fornecidos pela CONTRATADA da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.2. O recebimento definitivo dos produtos, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.3 O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2 O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5 – O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**.

8.6. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 243/2023, Servidora **LORRANI LOURENCO PEREIRA**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE: 001 – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 034 – GESTÃO PARA RESULTADOS
PROJETO/ATIVIDADE:2002 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO
29 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
UNIDADE: 001- ADM GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
SUB - FUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0003 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 005 – MANUTENÇÃO DO GABINETE SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
67 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 001- GABINETE DA SECRETARIA
FUNÇÃO:12 – EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 012 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
144 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 001- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO:12 – EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 014 – MANUTENÇÃO DA QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
153 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12-EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 110 - TRANSPORTE ESCOLAR - SEDUC
165 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 116 - TRANSPORTE ESCOLAR - RECURSOS PROPRIOS
168 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 117 - MANUTENÇÃO DO PNATE
171 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 149 – TRANSPORTE ESCOLAR FETABH
174 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 001 – FMS – GESTÃO DO SUS

FUNÇÃO:10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 301-ATENÇAO BASICA
PROGRAMA: 0005- ATENÇÃO À SAÚDE PUBLICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
260 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 002 – FMS – ATENÇÃO BASICA
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA: 0020 - ATENÇÃO À SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 122 – CUSTEIO – ATENÇÃO BÁSICA
284 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 302 - ASSITENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
PROGRAMA: 0021 - ATENÇÃO À SAÚDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
325 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 305 – VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
PROGRAMA: 0022 - ATENÇÃO À SAÚDE – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 124 – CUSTEIO VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
366 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 304 – VIGILANCIA SANITARIA
PROGRAMA: 0022 - ATENÇÃO À SAÚDE – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 1246– CUSTEIO VIGILANCIA SANITARIA
357 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 001 – ADM GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
FUNÇÃO: 20 - AGRICULTURA
SUB - FUNÇÃO: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
PROGRAMA: 0007 - AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
387 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
FUNÇÃO: 17 - SANEAMENTO
SUB - FUNÇÃO: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
PROGRAMA: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO. SANEAMENTO
424 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
SUB - FUNÇÃO: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
PROGRAMA: 0004 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
435 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
FUNÇÃO: 26 – TRANSPORTES
SUBFUNÇÃO: 782 – TRANSPORTES RODOVIARIO
PROGRAMA: 0013 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 073 - MANUTENÇÃO E ENGARGOS DA INFRAESTRUTURA
488 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
FUNÇÃO: 15 – URBANISMO
SUBFUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0032 – ADMINISTRAÇÃO COM RECURSOS DO FETHAB
PROJETO/ATIVIDADE: 2 146 - MANUTENÇÃO DO FETHAB
474 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
524 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 038 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
509 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 003 – FMAS – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 140 – CUSTEIO DAS AÇÕES DO CRAS
550 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:10 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE IND. COMERCIO
FUNÇÃO: 23 – COMERCIO E SERVIÇOS
SUBFUNÇÃO: 695 - TURISMO
PROGRAMA: 0034 – GESTÃO PARA RESULTADOS
PROJETO/ATIVIDADE: 2 103 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
612 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:11 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIO DE GOVERNO
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0003 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 100 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE GOVERNO
621 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER
FUNÇÃO: 27 - DESPORTO E LAZER
SUBFUNÇÃO: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
PROGRAMA: 0009 - ESPORTES PARA TODOS
PROJETO/ATIVIDADE: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
671 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 001 – ADM. DA SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 217 – MANUTENÇÃO DA SEC. DE URBANISMO E CIDADES
705 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 001 – ADM. DA SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 008 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
713 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 003 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 219 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E CIDADES
733 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 064/2023,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 04 DE AGOSTO DE 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI

CNPJ: 09.176.226/0002-01

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2023

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: Nº. 092/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2023

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE POSTE GALVANIZADO CIRCULAR DE AÇO E POSTE DE CONCRETO COM ASSESSÓRIOS, QUE SERÃO UTILIZADOS NA INSTALAÇÃO DAS CÂMERAS DO PROGRAMA "VIGIA MAIS MT" E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, conforme termo de referência - Anexo I.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 18 (dezoito) de Agosto de 2023 às 13:30 horas.

SERÁ UTILIZADO PARA CONFECCIONAR A PROPOSTA DE ACORDO COM SOFTWARE MEDIADOR) - A SER SOLICITADO ATRAVÉS DO EMAIL: licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br: ou www.novabandeirantes.mt.gov.br

LOCAL: Sala de Reunião/Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes-MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 07:00 às 11:00 – 13:00 às 17:00, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: **licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br**

Nova Bandeirantes/MT, 04 de Agosto de 2023.

_____

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 045/2021)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 049/2023 PREGÃO PRESENCIAL N°. 064/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO Nº. 089/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO,**brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **BANDEIRANTES COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ. 14.932.036/0001-18, situada na Av. Jose Francisco Otênio, n° 1054, na cidade de Nova Bandeirantes-MT, neste ato representado pelo Sr. **IRINEU DA ROCHA**, portador do RG n°. 1010599 e inscrito sob o CPF n°. 550.604.551-49, residente e domiciliada situada na Av. Jose Francisco Otênio, n°. S/N, na cidade de Nova Bandeirantes-MT, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por menor valor por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 064/2023 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013, suas alterações Decreto nº 9.488/2018 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, ÓLEO S-10, GASOLINA, GASOLINA ADITIVADA E ETANOL, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT*****,*** conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I).

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: BANDEIRANTES COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI

CNPJ: 14.932.036/0001-18

ENDEREÇO: Av. Jose Francisco Otênio, Nova Bandeirantes-MT

TELEFONE: (66) 3572-1452/ (66) 98411-0040

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	COMBUSTIVEL - OLEO DIESEL, CLASSIFICACAO COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	LTS	411.000	R$6,77	R$2.782.470,00

Nova Bandeirantes

Valor total do fornecedor R$2.782.470,00 (Dois milhões setecentos e oitenta e dois mil quatrocentos e setenta reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entregar os produtos conforme estabelecido no Termo de Referência deste Edital. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

5.2 Os produtos deverão ser fornecidos conforme estabelecidos neste edital e demais Legislação em vigor;

5.3. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

5.4. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

5.4.1 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes nesta Ata, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

5.6. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.8. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.9. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.12. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.13. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

5.15. Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

18 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

19 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

5.16 Notificar, por escrito, a contratante sobre eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando a contratante, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

5.17. Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Contratante poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

5.18. Colocar à disposição da contratante, na data de início da vigência do contrato, o pessoal necessário à execução dos serviços;

5.19 A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93.

5.20 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

6.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos serviços;

6.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

6.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

6.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

6.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

6.3. Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

6.4. Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

6.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

6.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e ata de registro de preço homologada;

6.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

6.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

6.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO E FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. A PREFEITURA aceitara os produtos fornecidos pela CONTRATADA da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.2. O recebimento definitivo dos produtos, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.3 O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2 O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5 – O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**.

8.6. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 243/2023, Servidora **LORRANI LOURENCO PEREIRA**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE: 001 – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 034 – GESTÃO PARA RESULTADOS
PROJETO/ATIVIDADE:2002 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO
29 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
UNIDADE: 001- ADM GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
SUB - FUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0003 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 005 – MANUTENÇÃO DO GABINETE SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
67 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 001- GABINETE DA SECRETARIA
FUNÇÃO:12 – EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 012 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
144 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 001- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO:12 – EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 014 – MANUTENÇÃO DA QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
153 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12-EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 110 - TRANSPORTE ESCOLAR - SEDUC
165 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 116 - TRANSPORTE ESCOLAR - RECURSOS PROPRIOS
168 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 117 - MANUTENÇÃO DO PNATE
171 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 149 – TRANSPORTE ESCOLAR FETABH
174 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 001 – FMS – GESTÃO DO SUS
FUNÇÃO:10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 301-ATENÇAO BASICA
PROGRAMA: 0005- ATENÇÃO À SAÚDE PUBLICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
260 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 002 – FMS – ATENÇÃO BASICA
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA: 0020 - ATENÇÃO À SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 122 – CUSTEIO – ATENÇÃO BÁSICA
284 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 302 - ASSITENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
PROGRAMA: 0021 - ATENÇÃO À SAÚDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
325 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 305 – VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
PROGRAMA: 0022 - ATENÇÃO À SAÚDE – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 124 – CUSTEIO VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
366 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 304 – VIGILANCIA SANITARIA
PROGRAMA: 0022 - ATENÇÃO À SAÚDE – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 1246– CUSTEIO VIGILANCIA SANITARIA
357 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 001 – ADM GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
FUNÇÃO: 20 - AGRICULTURA
SUB - FUNÇÃO: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
PROGRAMA: 0007 - AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
387 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
FUNÇÃO: 17 - SANEAMENTO
SUB - FUNÇÃO: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
PROGRAMA: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO. SANEAMENTO
424 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
SUB - FUNÇÃO: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
PROGRAMA: 0004 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
435 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
FUNÇÃO: 26 – TRANSPORTES
SUBFUNÇÃO: 782 – TRANSPORTES RODOVIARIO
PROGRAMA: 0013 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 073 - MANUTENÇÃO E ENGARGOS DA INFRAESTRUTURA
488 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
FUNÇÃO: 15 – URBANISMO

SUBFUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0032 – ADMINISTRAÇÃO COM RECURSOS DO FETHAB
PROJETO/ATIVIDADE: 2 146 - MANUTENÇÃO DO FETHAB
474 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
524 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 038 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
509 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 003 – FMAS – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 140 – CUSTEIO DAS AÇÕES DO CRAS
550 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:10 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE IND. COMERCIO
FUNÇÃO: 23 – COMERCIO E SERVIÇOS
SUBFUNÇÃO: 695 - TURISMO
PROGRAMA: 0034 – GESTÃO PARA RESULTADOS
PROJETO/ATIVIDADE: 2 103 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
612 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:11 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIO DE GOVERNO
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0003 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 100 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE GOVERNO
621 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER
FUNÇÃO: 27 - DESPORTO E LAZER
SUBFUNÇÃO: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
PROGRAMA: 0009 - ESPORTES PARA TODOS
PROJETO/ATIVIDADE: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
671 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 001 – ADM. DA SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 217 – MANUTENÇÃO DA SEC. DE URBANISMO E CIDADES
705 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 001 – ADM. DA SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 008 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
713 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 003 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 219 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E CIDADES
733 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 064/2023,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 04 DE AGOSTO DE 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

BANDEIRANTES COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI

CNPJ: 14.932.036/0001-18

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 049/2023 PREGÃO PRESENCIAL N°. 064/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO Nº. 089/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO,**brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **J. SOARES TEIXEIRA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ. 37.150.518/0001-11, situada na Av. Dom Chavier, n° S/N, na cidade de Nova Bandeirantes-MT, neste ato representado pelo Sr. **JOAO SOARES TEIXEIRA**, portador do RG n°. 11446981 e inscrito sob o CPF n°. 811.876.611-04, residente e domiciliada situada na Av. Lídia Rosa Dalignol, S/N, na cidade de Nova Bandeirantes-MT , nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por menor valor por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 064/2023 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013, suas alterações Decreto nº 9.488/2018 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, ÓLEO S-10, GASOLINA, GASOLINA ADITIVADA E ETANOL, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT*****,*** conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I).

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: J. SOARES TEIXEIRA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

CNPJ: 37.150.518/0001-11

ENDEREÇO: Av. Dom Chavier, Nova Bandeirantes-MT

TELEFONE: (66) 98414-1357

Japuranã

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ALCOOL HIDRATADO UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	LTS	2.400	R$4,22	R$10.128,00
02	COMBUSTIVEL - OLEO DIESEL, CLASSIFICACAO COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	LTS	77.100	R$5,97	R$460.287,00
03	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S10 UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	LTS	31.100	R$6,14	R$190.954,00
04	COMBUSTIVEL - GASOLINA, COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	LTS	9.700	R$6,29	R$61.013,00

Valor total do fornecedor R$722.382,00 (Setecentos e vinte e dois mil trezentos e oitenta e dois reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entregar os produtos conforme estabelecido no Termo de Referência deste Edital. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

5.2 Os produtos deverão ser fornecidos conforme estabelecidos neste edital e demais Legislação em vigor;

5.3. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

5.4. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

5.4.1 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes nesta Ata, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

5.6. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.8. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.9. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.12. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.13. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

5.15. Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

18 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

19 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

5.16 Notificar, por escrito, a contratante sobre eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando a contratante, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

5.17. Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Contratante poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

5.18. Colocar à disposição da contratante, na data de início da vigência do contrato, o pessoal necessário à execução dos serviços;

5.19 A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93.

5.20 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

6.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos serviços;

6.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

6.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

6.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

6.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

6.3. Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

6.4. Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

6.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

6.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e ata de registro de preço homologada;

6.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

6.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

6.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO E FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. A PREFEITURA aceitara os produtos fornecidos pela CONTRATADA da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.2. O recebimento definitivo dos produtos, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.3 O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2 O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5 – O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**.

8.6. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 243/2023, Servidora **LORRANI LOURENCO PEREIRA**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE: 001 – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 034 – GESTÃO PARA RESULTADOS
PROJETO/ATIVIDADE:2002 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO
29 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
UNIDADE: 001- ADM GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
SUB - FUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0003 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 005 – MANUTENÇÃO DO GABINETE SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
67 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 001- GABINETE DA SECRETARIA
FUNÇÃO:12 – EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 012 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
144 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 001- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO:12 – EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 014 – MANUTENÇÃO DA QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
153 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12-EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 110 - TRANSPORTE ESCOLAR - SEDUC
165 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 116 - TRANSPORTE ESCOLAR - RECURSOS PROPRIOS
168 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 117 - MANUTENÇÃO DO PNATE
171 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 149 – TRANSPORTE ESCOLAR FETABH
174 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 001 – FMS – GESTÃO DO SUS
FUNÇÃO:10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 301-ATENÇAO BASICA
PROGRAMA: 0005- ATENÇÃO À SAÚDE PUBLICA

PROJETO/ATIVIDADE: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
260 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 002 – FMS – ATENÇÃO BASICA
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA: 0020 - ATENÇÃO À SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 122 – CUSTEIO – ATENÇÃO BÁSICA
284 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 302 - ASSITENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
PROGRAMA: 0021 - ATENÇÃO À SAÚDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
325 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 305 – VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
PROGRAMA: 0022 - ATENÇÃO À SAÚDE – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 124 – CUSTEIO VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
366 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 304 – VIGILANCIA SANITARIA
PROGRAMA: 0022 - ATENÇÃO À SAÚDE – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 1246– CUSTEIO VIGILANCIA SANITARIA
357 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 001 – ADM GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
FUNÇÃO: 20 - AGRICULTURA
SUB - FUNÇÃO: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
PROGRAMA: 0007 - AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
387 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
FUNÇÃO: 17 - SANEAMENTO
SUB - FUNÇÃO: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
PROGRAMA: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO. SANEAMENTO
424 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
SUB - FUNÇÃO: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
PROGRAMA: 0004 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
435 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
FUNÇÃO: 26 – TRANSPORTES
SUBFUNÇÃO: 782 – TRANSPORTES RODOVIARIO
PROGRAMA: 0013 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 073 - MANUTENÇÃO E ENGARGOS DA INFRAESTRUTURA
488 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
FUNÇÃO: 15 – URBANISMO
SUBFUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0032 – ADMINISTRAÇÃO COM RECURSOS DO FETHAB
PROJETO/ATIVIDADE: 2 146 - MANUTENÇÃO DO FETHAB
474 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA

PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
524 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 038 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
509 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 003 – FMAS – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 140 – CUSTEIO DAS AÇÕES DO CRAS
550 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:10 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE IND. COMERCIO
FUNÇÃO: 23 – COMERCIO E SERVIÇOS
SUBFUNÇÃO: 695 - TURISMO
PROGRAMA: 0034 – GESTÃO PARA RESULTADOS
PROJETO/ATIVIDADE: 2 103 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
612 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:11 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIO DE GOVERNO
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0003 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 100 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE GOVERNO
621 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER
FUNÇÃO: 27 - DESPORTO E LAZER
SUBFUNÇÃO: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
PROGRAMA: 0009 - ESPORTES PARA TODOS
PROJETO/ATIVIDADE: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
671 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 001 – ADM. DA SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 217 – MANUTENÇÃO DA SEC. DE URBANISMO E CIDADES
705 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 001 – ADM. DA SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 008 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
713 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 003 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 219 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E CIDADES
733 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 064/2023,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 04 DE AGOSTO DE 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

J. SOARES TEIXEIRA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

CNPJ: 37.150.518/0001-11

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 049/2023 PREGÃO PRESENCIAL N°. 064/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO Nº. 089/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO,**brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **RENATO MICHAEL ZANELLA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ.30.263.780/0001-23, situada na Av. Jose Francisco Otênio, n° 1505, na cidade de Nova Bandeirantes-MT, neste ato representado pelo Sr. **RENATO MICHAEL ZANELLA**, portador do RG n°. 9.806.893-7 e inscrito sob o CPF n°. 053.610.169-85, residente e domiciliada situada na Av. Mato Grosso, n°. S/N, na cidade de Nova Bandeirantes-MT, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por menor valor por

ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 064/2023 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013, suas alterações Decreto nº 9. 488/2018 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, ÓLEO S-10, GASOLINA, GASOLINA ADITIVADA E ETANOL, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT*****,*** conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I).

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: RENATO MICHAEL ZANELLA LTDA

CNPJ: 30.263.780/0001-23

ENDEREÇO: Av. Jose Francisco Otênio, Nova Bandeirantes-MT

TELEFONE: (66) 98413-7844

Nova Bandeirantes

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ALCOOL HIDRATADO UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	LTS	8.500	R$4,37	R$37. 145,00
02	COMBUSTIVEL - GASOLINA, CLASSIFICACAO ADITIVADA, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	LTS	42.600	R$6,47	R$275. 622,00
05	COMBUSTIVEL - GASOLINA, COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	LTS	15.200	R$6,67	R$101. 384,00

Valor total do fornecedor R$414.151,00 (Quatrocentos e quatorze mil cento e ciqnuenta e um reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entregar os produtos conforme estabelecido no Termo de Referência deste Edital. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

5.2 Os produtos deverão ser fornecidos conforme estabelecidos neste edital e demais Legislação em vigor;

5.3. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

5.4. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

5.4.1 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes nesta Ata, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

5.6. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.8. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.9. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.12. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.13. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

5.15. Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

18 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

19 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

5.16 Notificar, por escrito, a contratante sobre eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando a contratante, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

5.17. Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Contratante poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

5.18. Colocar à disposição da contratante, na data de início da vigência do contrato, o pessoal necessário à execução dos serviços;

5.19 A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93.

5.20 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

6.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos serviços;

6.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

6.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

6.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

6.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

6.3. Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

6.4. Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

6.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

6.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e ata de registro de preço homologada;

6.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

6.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

6.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO E FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. A PREFEITURA aceitara os produtos fornecidos pela CONTRATADA da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.2. O recebimento definitivo dos produtos, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.3 O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2 O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5 – O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**.

8.6. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 243/2023, Servidora **LORRANI LOURENCO PEREIRA**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE: 001 – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 034 – GESTÃO PARA RESULTADOS
PROJETO/ATIVIDADE:2002 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO
29 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
UNIDADE: 001- ADM GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
SUB - FUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0003 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 005 – MANUTENÇÃO DO GABINETE SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
67 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 001- GABINETE DA SECRETARIA
FUNÇÃO:12 – EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 012 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
144 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 001- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO:12 – EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 014 – MANUTENÇÃO DA QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
153 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12-EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 110 - TRANSPORTE ESCOLAR - SEDUC
165 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 116 - TRANSPORTE ESCOLAR - RECURSOS PROPRIOS
168 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 117 - MANUTENÇÃO DO PNATE
171 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
UNIDADE: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO
SUB - FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 149 – TRANSPORTE ESCOLAR FETABH
174 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 001 – FMS – GESTÃO DO SUS
FUNÇÃO:10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 301-ATENÇAO BASICA
PROGRAMA: 0005- ATENÇÃO À SAÚDE PUBLICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
260 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 002 – FMS – ATENÇÃO BASICA
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA: 0020 - ATENÇÃO À SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 122 – CUSTEIO – ATENÇÃO BÁSICA
284 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE

SUB-FUNÇÃO: 302 - ASSITENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
PROGRAMA: 0021 - ATENÇÃO À SAÚDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
325 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 305 – VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
PROGRAMA: 0022 - ATENÇÃO À SAÚDE – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 124 – CUSTEIO VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
366 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 304 – VIGILANCIA SANITARIA
PROGRAMA: 0022 - ATENÇÃO À SAÚDE – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 1246– CUSTEIO VIGILANCIA SANITARIA
357 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 001 – ADM GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
FUNÇÃO: 20 - AGRICULTURA
SUB - FUNÇÃO: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
PROGRAMA: 0007 - AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
387 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
FUNÇÃO: 17 - SANEAMENTO
SUB - FUNÇÃO: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
PROGRAMA: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO. SANEAMENTO
424 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO
SUB - FUNÇÃO: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
PROGRAMA: 0004 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
435 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
FUNÇÃO: 26 – TRANSPORTES
SUBFUNÇÃO: 782 – TRANSPORTES RODOVIARIO
PROGRAMA: 0013 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 073 - MANUTENÇÃO E ENGARGOS DA INFRAESTRUTURA
488 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
FUNÇÃO: 15 – URBANISMO
SUBFUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0032 – ADMINISTRAÇÃO COM RECURSOS DO FETHAB
PROJETO/ATIVIDADE: 2 146 - MANUTENÇÃO DO FETHAB
474 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
524 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 038 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
509 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 003 – FMAS – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA

FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 140 – CUSTEIO DAS AÇÕES DO CRAS
550 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:10 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE IND. COMERCIO
FUNÇÃO: 23 – COMERCIO E SERVIÇOS
SUBFUNÇÃO: 695 - TURISMO
PROGRAMA: 0034 – GESTÃO PARA RESULTADOS
PROJETO/ATIVIDADE: 2 103 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
612 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:11 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIO DE GOVERNO
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0003 – MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 100 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE GOVERNO
621 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 001 – ADM. GERAL DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER
FUNÇÃO: 27 - DESPORTO E LAZER
SUBFUNÇÃO: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
PROGRAMA: 0009 - ESPORTES PARA TODOS
PROJETO/ATIVIDADE: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
671 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 001 – ADM. DA SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 217 – MANUTENÇÃO DA SEC. DE URBANISMO E CIDADES
705 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 001 – ADM. DA SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 008 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
713 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 003 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO E CIDADES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 219 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E CIDADES
733 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9030.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 064/2023,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 04 DE AGOSTO DE 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

RENATO MICHAEL ZANELLA LTDA

CNPJ: 30.263.780/0001-23

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

CAMARA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 007/2023 TIPO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 007/2023

TIPO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O CÂMARA DE NOVA BANDEIRANTES/MT E DO OUTRO LADO A EMPRESA I.J.M PRIBE LTDA**.**

A CÂMARA DE NOVA BANDEIRANTES/MT, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.798/0001-72, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 447, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pelo Presidente a **Sr. Valdir Pinheiro de Sousa,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº º257789 SSP/MT, e do CIC/CPF nº, 283.994.631-91, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa I.J.M. PRIBE LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ nº 24.995. 842/0001-99, estabelecida na Av. José Francisco Otênio na cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, representada neste ato pelo Senhor Italo Jose Machado Pribe,portador do RG nº 34297790 SSP/MT e do CPF nº 024.122.232-03, residente no endereço Av. José Franciso Otênio, na cidade de Nova Bandeirantes-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e demais disposições, e a homologação do Processo Licitatório nº 002/2023 e Dispensa de Licitação 001/2023 tem justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO

1.1- O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviços de publicidade em agenciamento de vinculação em espaços publicitário em Painel de Led Indoor e Radio Web local/regional,

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor global do presente contrato e de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), que serão pagos em 08 (oito) parcelas mensais no valor de R$: 900,00 (novecentos reais).

3.1.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilida-

de do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

3.2. Deverá conter na Nota Fiscal número da **CONTA CORRENTE 88. 283-6, AGENCIA 3271, BANCO SICOOB,** indicada pela contratada no setor de Finanças, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-**5-2**, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

3.3. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição da prestação de serviço entregue, de acordo com o especificado no contrato;

3.3.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.3.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.4. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

3.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.6 – O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 – O prazo de vigência do presente contrato terá inicio a assinatura do presente instrumento, pelo período de 08 (oito) meses.

4.1.1 O prazo de execução dos serviços e de 08 (oito) meses, a contar da Ordem Serviço/ Ordens de Compra (NAD).

4.1.1 – Os serviços deverão ser fixados previamente pelo **CONTRATANTE** em cada caso e serão permanentemente acompanhadas pelo **CONTRATANTE** por intermédio da Secretaria de Administração.

4.2 – O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o **CONTRATANTE**, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.2.1 – O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do **CONTRATANTE**, nos termos do item 4.2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

4.3 O preço contratado será fixo e irreajustável até a conclusão do objeto do contrato, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

4.4 Na ocorrência de situação prevista no item anterior, o valor deste contrato será reajustado com base no índice IGP/M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, acumulado no período dos últimos 12 (doze) meses, de acordo com a Lei n. 9.069/95 e suas atualizações.

4.5 Caso ocorram alterações na legislação que rege a política econômica do País, o valor deste contrato será reajustado mediante aplicação de índices oficiais, independente do estabelecido no item anterior

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

5.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação

ÓRGÃO: 01 – CAMARA MUNICIPAL
UNIDADE: 001 – CÂMARA MUNICIPAL
FUNÇÃO: 01 - LEGISLTIVO
SUB - FUNÇÃO: 001 – AÇAÕ LEGISLATIVO
PROGRAMA: 0001 – LEGISLATIVO EM AÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE: 2 076 – DESPESAS COM PUBLICIDADE
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA

5.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.1 Prestar os serviços de acordo com o determinado no presente edital, assumindo inteira responsabilidade pelos mesmos;

6.2 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

6.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.4 aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.5 apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços devidamente aprovadas pelo setor responsável;

6.6 suspender o atendimento das solicitações do CONTRATANTE quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 09 (noventa) dias.

6.6.1 Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.8. Comunicar imediatamente a Câmara Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.10 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Câmara;

6.11 Indenizar terceiros e/ou à própria Câmara em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.12 A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o li-

mite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.13 Executar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.14. Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

6.15. Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.16. A CONTRATADA DEVERÁ AINDA:

a) A CONTRATADA deverá obedecer às normas regulamentadoras vigentes (ABNT, NR), legislação trabalhistas, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de segurança do trabalho, entre outras, inclusive deverá fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para a perfeita prestação dos serviços.

6.17 SÃO DE RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE OS SEGUINTES:

6.18 aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do CONTRATADO;

6.19 intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

6.20 homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

6.21 cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

6.22 fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Administração;

6.23 cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

6.24 efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

6.25 aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

6.26 efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

6.27 modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

7.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2 – A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3 – As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência constatado pelo **CONTRATANTE**;

c) 2% (dois por cento) do valor contratual na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa do **CONTRATADO**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - MT por prazo não superior a dois anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4 – De qualquer sanção imposta o **CONTRATADO** poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao **CONTRATANTE**, devidamente fundamentado.

7.5 – As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

7.7 – O **CONTRATADO** não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindo qualquer tempo, por qualquer das partes, sem nenhum ônus, mediante previa comunicação por escrito a outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8.2 - A rescisão contratual poderá ser rescindida ainda nas seguintes situações:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será está ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

d) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

9.1 – O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo de Licitação Modalidade Dispensa de Licitação 001-2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – Aplica-se a Lei nº 8.666/93 ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

11.1 – O **CONTRATADO** deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A Câmara promoverá, através do servidor designado pelo Gabinete do Presidente, Servidor Joaquim Schmoeller, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos serviços, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Presidente da Câmara Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

12.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

12.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O **CONTRATANTE** só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

13.2 – O (a) **CONTRATADO (A)** não poderá em hipótese alguma subcontratar total ou parcialmente a execução dos serviços objeto desse contrato.

13.3 – Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa, e exclusiva, do acordo entre elas celebrado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Nova Monte Verde – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões pertinentes a este Instrumento Particular, que por ventura não forem resolvidas pelos meios administrativos.

14.2 – E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** e, **CONTRATADO (A)**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor, e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes, isso para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Nova Bandeirantes/MT, 06 de julho de 2023.

Valdir Pinheiro de Sousa

Presidente Municipal

I.J.M PRIBE LTDA

Italo Jose Machado Pribe

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Andreia Cristina da Silva Della Rosa Maraisa Lopes dos Santos

CPF: 916.214.701-30 CPF: 008.909.851-03

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PORTARIA MUNICIPAL Nº 243/2023

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA A ATA DE REGISTRO DE PREÇO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Ata de Registro de Preço** os servidores:

LORRANI LOURENCO PEREIRA, Chefe Departamento de Almoxarifado, portadora do CPF 064.713.481-00, matricula 5881.

De acordo com preceitua na **Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,** para acompanhar e fiscalizar a execução da ata de registro de preço **Nº 049/2023**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e as empresas: **BANDEIRANTES COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI, G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI, RENATO MICHAEL ZANELLA LTDA E J. SOARES TEIXEIRA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA**, tendo como objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, ÓLEO S-10, GASOLINA, GASOLINA ADITIVADA E ETANOL, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 003/2022.

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

GREISSON MARTINS DE ARAUJO, Chefe Departamento de Patrimônio, portador do CPF 046.869.371.83, matricula 5169.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente ciente de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 003/2022;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 04 de agosto de 2023.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em	Assinatura	Nome por extenso

Suplente

Ciente em	Assinatura	Nome por extenso

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 007/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 007/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 093/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES (MT)

CONTRATADO: **GOLFAO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA**

CNPJ Nº.:10.975.972/0001-55

VALOR TOTAL DE **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM DUPLA SERTANEJA (ZE RICARDO & THIAGO) NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2023, NA REALIZAÇÃO DA EXPOBAND 2023, CONFORME PROPOSTA Nº 1116/2023 JUNTO A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER – SECEL, EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - MT,** nas condições e especificações contidas no termo de referência.

FUNDAMENTAÇÃO: **Art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93.**

Nova Bandeirantes - MT, 04 de agosto de 2023.

_____

Andressa Cristine F. Moreira

Presidente CLP (Portaria nº 001/2023).

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 021/2023

PORTARIA Nº 021/2023

Ementa: Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Celebrado com a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1 º - Designar Servidor Joaquim Schmoeller, para acompanhar e fiscalizar a execuçãodo objeto constante no Contrato Nº 007/2023, firmado com a empresa I.J.M PRIBE LTDA, CNPJ24.995.842/0001-99**,** no qual a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT, é a Contratante, e que, será substituída em suas ausências e em seus impedimentos, pelo Servidor Francisco Vieira de Araújo.

Art. 2 º - Determinar que o fiscal ora designada, ou na ausência desta, o fiscal substituto, deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento para pagamento.

Art. 3 º - Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se.

Nova Bandeirantes-MT, 18 de julho de 2023

Valdir Pinheiro de Sousa

Presidente

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 008/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 094/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES (MT)

CONTRATADO: **ULISSES FLAVIO SAMANIEGO DE JESUS**

CNPJ Nº.:27.088.395/0001-82

VALOR TOTAL DE **R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOWS REGIONAIS, ENTRE OS DIAS 10 A 13 DE AGOSTO DE 2023, NA REALIZAÇÃO DA EXPOBAND 2023, CONFORME PROPOSTA Nº 1116/2023 JUNTO A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER – SECEL, EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - MT,** nas condições e especificações contidas no termo de referência.

FUNDAMENTAÇÃO: **Art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93.**

Nova Bandeirantes - MT, 04 de agosto de 2023.

_____

Andressa Cristine F. Moreira

Presidente CLP (Portaria nº 001/2023).

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2023

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: Nº. 091/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2023

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO, COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO NOS PONTOS DE INSTALAÇÕES DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA "VIGIA MAIS MT", conforme Termo de Referência - Anexo I.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 18 (dezoito) de Agosto de 2023 às 08:00 horas.

SERÁ UTILIZADO PARA CONFECCIONAR A PROPOSTA DE ACORDO COM SOFTWARE MEDIADOR) - A SER SOLICITADO ATRAVÉS DO EMAIL: licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br: ou www.novabandeirantes.mt.gov.br

LOCAL: Sala de Reunião/Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes-MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 07:00 às 11:00 – 13:00 às 17:00, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: **licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br**

Nova Bandeirantes/MT, 04 de Agosto de 2023.

_____

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 045/2021)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PREVBRAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDUCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 041/2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2022, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, do **dia 04/08/2023 ao dia 03/09/2023, no horário das 07h00min às 17h00min, portando os documentos originais e fotocópia abaixo relacionados**:

1. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

7. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

8. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

9. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

10. 02 (Duas) fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

11. Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

12. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

13. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

14. Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

15. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

16. Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT (caso resida fora desta), bem como das Polícias Civil e Federal;

17. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

18. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

19. Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

20. Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

21. Conta Corrente (Banco Sicredi) Cópia do cartão;

22. Laudo médico favorável, fornecido por profissional ou junta médica devidamente designada pelo Município de Nova Brasilândia/MT.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 04 de agosto 2023

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

ANEXO CONVOCADO

Cargo: **TECNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL - EDUCAÇÃO**		
Candidato	Inscrição	Colocação
KESIA FERREIRA BRAGA	141	2ª
RAISSY ARIELLY M DA SILVA RAIZEL	154	3ª
SANDRA MARIA CARDOSO	081	4ª

PREVBRAS
RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

DIVULGAÇÃO DAS RESPOSTAS AS IMPUGNAÇÕES DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2023

MARILZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de Nova Brasilândia , Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 279, de 26 de julho de 2023, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, que **NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Brasilândia /MT, 03 de agostoo de 2023

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREVBRAS
PORTARIA 280 CONTRATAÇÃO

PORTARIA N° 280/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DA SENHORA FABIOLA RODRIGUES SAMPAIO ".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas, Seletivo Simplificado nº 002/2022, e Edital de Convocação nº 038/2023 de 21 de julho de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a Senhora **FABIOLA RODRIGUES SAMPAIO,** sob o RG: 244.365.6-9/SSP/MT e CPF: 049.148.341-46, para exercer a função

de Agente de Limpeza Pública, na Secretaria Municipal de Infraestrutura a partir de 01 de agosto de 2023

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de agosto de 2023.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

WIGNY CESAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 237/2023

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

EXTRATO DO PROCESSO:Nº.036/2023 PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA/MT

EXTRATO DO PROCESSO:Nº.036/2023 PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA/MT - ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.013/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº.013/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

CNPJ:15.023.963.0001-88

CONTRATADO: **PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA**

CNPJ: Nº. 18.009.87/0001-31

OBJETO: Ata de Registro de Preço nº 013/2023 REFERENTE AO Pregão Presencial nº 013/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE COMPRA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO, VIA SISTEMA VIA WEB INFORMATIZADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNCÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR TOTAL: R$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais).

DATA DA ADESAO: 04/08/2023

ORGÃO GERENCIADOR DA ATA: O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO /MT

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/2002.

Nova Brasilândia/MT, 04 de agosto de 2023.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

PREVBRAS
PORTARIA TRANSFERENCIA

PORTARIA N° 282/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"*DISPÕE SOBRE TRANSFERENCIA DE SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto por Lei.

RESOLVE

Artigo 1º Transferir os Servidores abaixo da **Secretaria Municipal de Educação e Desporto para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo,** a partir de 01 de agosto de 2023:

ELAINE QUEIROZ GONÇALVES

MARIA RITA GOMES DE SOUZA

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de agosto de 2023.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

WIGNY CESAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 237/2023

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº.003/2023

PROCESSO Nº. 030/2023

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REMANESCENTE DA OBRA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº. TC/PAC – 0324/07 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE FUNASA,** Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo.

Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob Lei n°. 8.666/93, Lei Complementar federal 123/2006 **alterada pela Lei 147, de 07/08/2014**, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado.

ADJUDICADO: Em **04/08/2023** pela Comissão Permanente de Licitação, conforme a lei nº.8.666/93.

HOMOLOGO o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: **URBAN CONSTRUÇÕES LTDA,**inscrita **CNPJ: Nº. 29.533.589/0001-75**, vencedora com o valor Global de **R$ 1.511.143,43** (Um Milhão, Quinhentos e Onze Mil, Cento e Quarenta e Três Reais e Quarenta e Três Centavos).

Nova Brasilândia/MT, 04 de agosto de 2023.

_____

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2023**

TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

PROCESSO Nº. 031/2023

TIPO: **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, os itens com valor até R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) serão EXCLUSIVAMENTE para interessados qualificados como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.**

A Comissão Permanente de Pregão da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, torna – se público aos interessados que o Pregão Presencial/

Registro de Preço N°. 001/2023, **Objeto:** Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Lava Jato e Serviços de Borracharia para atender à necessidade das Secretarias Municipais deste Município, na expectativa das quantidades contidas no ANEXO I deste Edital, cuja abertura ocorreu no dia **27 de julho 2023, as 08:00,** sagrou – se vencedora as empresas:empresa **NELO UHDE 23008318134** inscrita no CNPJ: n**°.13.234.296/0001-57** venceu os itens: : **01, 02, 03, 04, 05, 11,12, 13 e 14** no Valor global de: **R$ 153.301,00** (Cento e Cinquenta e Três Mil, Trezentos e Um Reais) e a empresa **ALISSON ALEXANDRE DOS SANTOS 06048097190** inscrita no **CNPJ: n°.23.396.692/0001-34** venceu os Itens: **06, 07,08, 09, 10 15, 16, 17,18 e 19, 20 e 21,** sendo ovalor global de **R$ 522.007,00 (Quinhentos e Vinte e Dois Mil e Sete Reais).**

Totalizando o Valor Global: **657.308,00 (Seiscentos e Cinquenta e Sete Mil e Trezentos Reais).**

Nova Brasilândia – MT, 03 de agosto de 2023.

_____

Cíntia Karine Carvalho dos Santos Souza

Pregoeira

Portaria: nº.019/2023

PREVBRAS
PORTARIA DE READAPTAÇAO

PORTARIA N° 286/2023, DE 01 DE AGOSTO 2023.

Readaptar a Servidora Contratada Srª EDIVANIA MUNIS DE OLIVEIRA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Readaptar a Servidora Contratada Srª **EDIVANIA MUNIS DE OLIVEIRA –Agente de Limpeza Pública, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, que se encontrava de Licença Medica, a partir de 01de agosto de 2023.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de agosto de 2023.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

WIGNY CESAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 237/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2023.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **MADEIREIRA FENIX LTDA.**

CNPJ: **10.921.408/0001-50.**

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE MADEIRAS (CAIBRO, RIPÃO, PRANCHAS, VIGAS, TÁBUAS, MOURÃO E POSTES), PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA BRASILÂNDIA - MT.**

Valor Total R$ 184.010,14 (Cento e Oitenta e Quatro Mil, Quarenta Reais e Quatorze Centavos).

ASSINATURA: **25 de julho de 2023.**

VIGÊNCIA: **26 de julho de 2023 até 26 de julho de 2024.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREVBRAS
PORTARIA EXONERAÇÃO

PORTARIA N° 285/2023, DE 05 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SENHOR CRISTIANO BADER ".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Senhor **CRISTIANO BADER**,sob o RG: 102.319.13-3/SSP/PR e CPF: 076.314.179-89, da função de Operador de Motoniveladora, na Secretaria Municipal de Infraestrutura a partir de 05 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de agosto de 2023.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

WIGNY CESAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 237/2023

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

PREVBRAS
PORTARIA 281 CONTRATAÇÃO

PORTARIA N° 281/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DA SENHORA ELIZAINE PAULA MARQUES GOUVEIA ".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas, Seletivo Simplificado nº 001/2022, e Edital de Convocação nº 040/2023 de 28 de julho de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a Senhora **ELIZAINE PAULA MARQUES GOUVEIA,** sob o RG: 156.481.0-9/SSP/MT e CPF: 008.106.151-00, para exercer a função de Agente de Limpeza Escolar, na Secretaria Municipal de Educação e Desporto a partir de 01 de agosto de 2023

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de agosto de 2023.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

WIGNY CESAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 237/2023

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

EXTRATO DO PROCESSO:Nº.036/2023 PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA/MT

EXTRATO DO PROCESSO:Nº.036/2023 PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA/MT - ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.013/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº.013/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

CNPJ:15.023.963.0001-88

CONTRATADO: **PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA**

CNPJ: Nº. 18.009.87/0001-31

OBJETO: Ata de Registro de Preço nº 013/2023 REFERENTE AO Pregão Presencial nº 013/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE COMPRA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO, VIA SISTEMA VIA WEB INFORMATIZADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNCÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR TOTAL: R$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais).

DATA DA ADESAO: 04/08/2023

ORGÃO GERENCIADOR DA ATA: O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO /MT

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/2002.

Nova Brasilândia/MT, 04 de agosto de 2023.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO Nº 023/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT

Contratado: Guilherme Buchemann Guerro

Rescisão de Contrato: Fica rescindido a pedido o contrato de prestação de serviços nº 003/2023/SMAF/PMNG, que expiraria em 18/01/2024, rescisão esta, motivada por interesses particulares e inadiáveis que o impede de dar continuidade ao desempenho da função.

Data: 04/08/2023.

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ARP Nº 29/2023/SMA/PMNG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2023

PROCESSO: 651/2023

TIPO: MENOR PREÇO/UNITÁRIO

SISTEMA: REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CONTRATADA: SOLUÇÕES ELETRICAS CLIMATIZAÇÃO E ENERGIA SOLAR LTDA

CNPJ: 06.284.443/0001-38

OBJETO: Registro de Preço para prestação de serviços de Instalação, Manutenção Preventiva e Corretiva em equipamentos de ar condicionado para atender as secretarias do município de Nova Guarita – MT.

VALOR: R$143.060,00 (cento e quarenta e três mil e sessenta reais)

DOTAÇÃO:

CÓD. 031 - 02.001.04.122.0001.2.006- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

CÓD. 050 - 03.001.04.122.0001.2.010- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

2.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

CÓD. 114- 04.001.08.244.0001.2.042- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

CÓD. 130 - 04.004.08.244.0001.2.021- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

1.6.60.000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Ass. Social - FNAS

1.6.61 .000000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Ass. Social

CÓD. 203 - 06.001.10.122.0011.2.019- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.100200 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde**

CÓD. 221 - 06.002.10.301.0011.2.027- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.100200 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde**

1.6.00.000600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo

Federal - Bloco de Manutenção

CÓD. 248 - 07.001.12.122.0013.2.013- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.100100 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolv. do ensino**

CÓD. 270 - 07.002.12.361.0013.2.026- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.100100 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolv. do ensino**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 354/2023/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado desta Prefeitura, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar o candidato abaixo, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 15 (quinze) dias

a contar da publicação desta Portaria, conforme disposição contida no Edital Complementar nº 004 referente ao Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 3.3 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 003/2022 e demais documentos conforme relação em anexo.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Camila Marks de Oliveira	37	Merendeira

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 354/2023/GP/PMNG

Cópia e Original para Autenticação

1) Original e Cópia da Carteira de Identidade;

2) Original e Cópia Título de Eleitor

3) Certidão de regularidade expedida pelo TRE no site http://www.tre-mt.jus.br;

4) Original e Cópia do CPF;

5) Comprovante de situação Cadastral do CPF emitida no site da receita federal (http://receita.economia.gov.br).

6) Original e Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

7) Comprovante de endereço atualizado;

8) Original e Cópia da Certidão de nascimento ou Comprovante do estado civil (casado), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

9) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP ou documento que comprove o número;

10) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (se tiver);

11) Original e Cópia do Diploma ou dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para a função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe se for o caso;

12) Carteira de habilitação (no caso de exigência da função)

13) **Exame toxicológico válido para os cargos que exigem CNH categoria C, D e E**;

14) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

15) Declaração de não acumulação remunerada ou não, de cargos, funções e empregos públicos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade de cargo, empregos ou funções e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

16) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função público, penalidades impeditivas de assumir função pública;

17) Certidão ou atestado atualizado, que comprovem estar apto ao exercício da função (expedido pelo órgão de classe respectivo – curso superior).

18) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze)anos, ou menores de 24 (vinte e quatro)anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

19) Cópia do CPF dos filhos declarados como dependentes;

20) Comprovante de conta salário no Banco Sicredi

21) Certidão da Justiça (civil e criminal de 1º e 2º grau), acessar o site: www.tjmt.jus.br e emitir a certidão no campo certidões.

22) 01 foto 3X4 colorida e recente

O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**, que terá decisão terminativa.

Informar no momento da Assinatura do contrato o número de telefone e email.

ADMINISTRAÇÃO
CERTIDÃO DE DESISTÊNCIA

CERTIFICO para os devidos fins e a quem de direito interessar possa que publicamos a convocação do (a) candidata (a)Emily Schmeling, aprovado no processo Seletivo Simplificado nº 001/2023 para o cargo de Auxiliar de Sala (Alunos com necessidades especiais), no diário oficial dos Municípios da AMM nº 4279, murais oficiais do município, enviamos a portaria de convocação via email e wattsapp, porém o candidato não se manifestou dentro do prazo previsto na portaria de convocação.

Nova Guarita - MT, 04 de agosto de 2023.

Idianês Teresinha Machado

Chefe de RH

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 355/2023/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado desta Prefeitura, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar os candidato abaixo, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação desta Portaria, conforme disposição contida no Edital Complementar nº 004 referente ao Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 3.3 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2023 e demais documentos conforme relação em anexo.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Renata Alves Teixeira Lieberknecht	29	Auxiliar de Sala (alunos com necessidades especiais)
Estella Renata Lima da Silva	109	Auxiliar de Sala (alunos com necessidades especiais)

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 355/2023/GP/PMNG

Cópia e Original para Autenticação

1) Original e Cópia da Carteira de Identidade;

2) Original e Cópia Título de Eleitor

3) Certidão de regularidade expedida pelo TRE no site http://www.tre-mt.jus.br;

4) Original e Cópia do CPF;

5) Comprovante de situação Cadastral do CPF emitida no site da receita federal (http://receita.economia.gov.br).

6) Original e Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

7) Comprovante de endereço atualizado;

8) Original e Cópia da Certidão de nascimento ou Comprovante do estado civil (casado), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

9) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP ou documento que comprove o número;

10) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (se tiver);

11) Original e Cópia do Diploma ou dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para a função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe se for o caso;

12) Carteira de habilitação (no caso de exigência da função)

13) **Exame toxicológico válido para os cargos que exigem CNH categoria C, D e E**;

14) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

15) Declaração de não acumulação remunerada ou não, de cargos, funções e empregos públicos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade de cargo, empregos ou funções e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

16) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função público, penalidades impeditivas de assumir função pública;

17) Certidão ou atestado atualizado, que comprovem estar apto ao exercício da função (expedido pelo órgão de classe respectivo – curso superior).

18) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze)anos, ou menores de 24 (vinte e quatro)anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

19) Cópia do CPF dos filhos declarados como dependentes;

20) Comprovante de conta salário no Banco Sicredi

21) Certidão da Justiça (civil e criminal de 1º e 2º grau), acessar o site: www.tjmt.jus.br e emitir a certidão no campo certidões.

22) 01 foto 3X4 colorida e recente

O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**, que terá decisão terminativa.

Informar no momento da Assinatura do contrato o número de telefone e email.

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO Nº 024/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT

Contratado: Claudi Ferreira Lucas

Rescisão de Contrato: Fica rescindido a pedido o contrato de prestação de serviços nº 026/2023/SMAF/PMNG, que expiraria em 05/05/2024, rescisão esta, motivada por interesses particulares e inadiáveis que o impede de dar continuidade ao desempenho da função.

Data: 04/08/2023.

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO N.º 040/2023/SMA/PMNG

PROCESSO N.º 811/2023

PRAZO: 01/08/2023 A 31/08/2023

CONTRATADO: **A. S. DE CASTRO NASCIMENTO**

CNPJ SOB O N.º 36.033.683/0001-20

OBJETO: Prestação de serviços técnicos para avaliação dos projetos de Engenharia, liberação de alvará de construção e fiscalização das obras em execução sobre a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT.

VALOR: R$ 2.500,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0006.2044.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
CONTRATO Nº 057/2023

CONTRATADO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

CONTRATANTE: A empresa **ANA PAULA DE OLIVEIRA & CIA LTDA**

1.1. O objeto do presente Contrato consisteaquisição de **MATERIAIS PARA DRENAGEM DE ÁGUAS FLUVIAIS E DRENAGEM SUPERFICIAL DAS RUAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO ATENDENDO A SECRETARIA DE OBRAS** - Conforme item licitado no Pregão Presencial 034/2022 e a Ata de Registro de Preço 033/2022 presentes no processo 065/2022

O valor global do referido contrato é de R$ 1.228.565,90 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos), conforme saldo restante dos itens da Ata de Registro de Preço 33/20221.1. Os itens serão comprados conforme a necessidade da Administração Pública, não a obrigando a ser vendido/adquirido todo o saldo contido nesse contrato.

Nova Lacerda MT, 07 de julho 2023

PROCURADORIA JURÍDICA
CONTRATO Nº 060/2023

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

CONTRATADA: A empresa **MARIA DE FÁTIMA PEREIRA**

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, MARCAÇÃO E REMARCAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS TERRESTRES INTERMUNICIPAIS NO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, FUNCIONÁRIOS E PACIENTES, NO AMBITO ESTADUAL, ATENDENDO AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA LACERDA-MT**- Conforme itens licitados no Pregão Presencial 036/2022 e a Ata de Registro de Preço 034/2022 presentes no processo 076/2022

O valor global do referido contrato é de **R$ 498.381,00 (quatrocentos e noventa e oito mil, trezentos e oitenta e um reais)**

Os itens serão comprados conforme a necessidade da Administração Pública, não sendo obrigado a adquirir todo o saldo contido nesse contrato

Nova Lacerda MT, 14 de julho 2023

PROCURADORIA JURÍDICA
CONTRATO Nº 059/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CONTRATADO: **RONI GABRIEL MARTINS DA SILVA 05420775158**

1.1. **SERVIÇO PROFISSIONAL DE MONITOR DE MUSICA PARA ATENDER AO PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO DO MUNICIPIO DE NOVA LACERDA-MT** - Conforme item licitado no Pregão Presencial 040/2022 e a Ata de Registro de Preço 038/2022 presentes no processo 080/2022

O valor global do referido contrato é de R$ 26.146,75 (vinte e seis mil, cento e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

1.1. Os itens serão comprados conforme a necessidade da Administração Pública, não a obrigando a ser vendido/adquirido todo o saldo contido nesse contrato.

Nova Lacerda MT, 28 de julho 2023

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023

Secretaria Municipal De Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização do Processo Seletivo Simplificado visando à contratação de pessoal para o cargo temporário de Médico, para a Secretaria Municipal De Saúde, em caráter excepcional, na forma do Artigo 37, IX da CFBR/88, mediante as condições estabelecidas neste Edital. O presente Processo Seletivo Simplificado justifica-se pela necessidade temporária de excepcional interesse público.

1. DAS DISPOSIÇOES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será organizado e executado pela Secretaria Municipal De Saúde.

1.1.2. O programa das provas de títulos neste Edital.

1.1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos a serem contratados, em caráter temporário, para o cadastro reserva.

1.1.4. Não serão fornecidas informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos, por telefone ou e-mail. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações**.**

1.1.5 É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar a publicação ou a divulgação dos atos pertinentes ao Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e aos que forem publicados durante a execução deste Processo.

1.1.6 O candidato que não observar o procedimento do item anterior poderá ser eliminado do certame.

2 NOMENCLATURA, CARGA HORÁRIA, VAGAS, VENCIMENTOS, TAXA DE INSCRIÇÃO, REQUISITOS E DEMAIS VANTAGENS.

Nomenclatura	C/H	Vagas	Vencimento (R$)	Requisitos Especiais
Médico	40	CR	22.222,48	Curso Superior em medicina e Registro no Conselho Competente

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão gratuitas e os candidatos interessados deverão efetuar sua Inscrição que serão realizadas no período de **09/08/2023 a 18/08/2023.**

3.2. As inscrições deverão ser realizadas e encaminhadas via email: saudenovalacerda.seletivo@hotmail.com, contendo todos os documentos solicitados nesse edital. Cada e-mail encaminhado será considerado uma inscrição realizada, após análise da comissão.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Lacerda - MT, 04 de agosto de 2023.

Rinaldo Miranda Constanci

Secretário Municipal de Saúde

ANA LUCIA ARAUJO DA SILVA

Presidente da Comissão examinadora processo seletivo 002/2023

Marina Gomes De Carvalho Poli Dilma Maria Pimenta Membro Membro

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 002/2023

ASSINALE COM "X"
Cargo de:
( ) Médico.
Títulos mínimos
I- Comprovação de exercício de cargos correspondentes - ( ) **II-** Certificado de curso na área relacionada ao cargo pleiteado, com carga horária mínima exigida, reconhecido pelo Ministério da Educação, Conselho Profissional competente ou Órgão Competente- ( ) **III-** Diplomas de cursos de nível superior e de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) reconhecido pelo Ministério da Educação MEC– ( )

DECLARO CONHECER AS DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 002/2023

Nova Lacerda -MT de de 2023. Assinatura do Candidato
HOMOLOGO A PRESENTE INSCRIÇÃO

Nova Lacerda -MT de de 2023
Assinatura do Presidente da comissão

PROCURADORIA JURÍDICA
CONTRATO Nº 058/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CONTRATADA: GURIZIN SERVIÇOS E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI

SERVIÇO PROFISSIONAL EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ATENDER AO PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO DO MUNICIPIO DE NOVA LACERDA-MT - Conforme item licitado no Pregão Presencial 040/2022 e a Ata de Registro de Preço 038/2022 presentes no processo 080/2022

O valor global do referido contrato é de R$ 15.172,95 (quinze mil, cento e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos)

Os itens serão comprados conforme a necessidade da Administração Pública, não a obrigando a ser vendido/adquirido todo o saldo contido nesse contrato

Nova Lacerda MT, 28 de julho 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 277/2023

PORTARIA MUNICIPAL Nº 277/2023

Data: 04 de Agosto de 2023

EMENTA:NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 086/2023, REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "**WILLIAM & BIDIKO**" PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL DENOMINADO "6ª EXPOMAR 2023" QUE ACONTECERÁ NO MÊS DE AGOSTO DE 2023 NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, CONFORME CONVÊNIO Nº 1234-2023 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER - SECEL.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **BASÍLIO DE ARRUDA JUNIOR** portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº. **16XXXX9-0 - SSP/MT e CPF n º 007. XXX.XXX-48**, ocupante do Cargo Comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**, lotadona Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 086/2023, REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "**WILLIAM & BIDIKO**" PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL DENOMINADO "6ª EXPOMAR 2023" QUE ACONTECERÁ NO MÊS DE AGOSTO DE 2023 NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, CONFORME CONVÊNIO Nº 1234-2023 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER - SECEL, tendo como **WB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA– CNPJ Nº 45.XXX.XXX/0001-72.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 04 dias do mês de Agosto do ano de 2023.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 279/2023

PORTARIA MUNICIPAL Nº 279/2023

Data: 04 de Agosto de 2023

EMENTA:NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 088/2023, REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 007/2023** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A CANTORA "MARIANA FAGUNDES" PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL DENOMINADO "6ª EXPOMAR 2023" QUE ACONTECERÁ NO MÊS AGOSTO DE 2023 NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, CONFORME CONVÊNIO N° 1234-2023 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER - SECEL.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **BASÍLIO DE ARRUDA JUNIOR** portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº. **16XXXX9-0 - SSP/MT e CPF n º 007. XXX.XXX-48**, ocupante do Cargo Comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**, lotadona Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 088/2023, REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 007/2023** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO **DE SHOW ARTÍSTICO COM A CANTORA "MARIANA FAGUNDES"** PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL DENOMINADO "6ª EXPOMAR 2023" QUE ACONTECERÁ NO MÊS AGOSTO DE 2023 **NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, CONFORME CONVÊNIO N° 1234-2023 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER - SECEL**, tendo como **MARIANA FAGUNDES PRODUÇÕES LTDA– CNPJ Nº 28.XXX.XXX/0001-44.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 04 dias do mês de Agosto do ano de 2023.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 278/2023

PORTARIA MUNICIPAL Nº 278/2023

Data: 04 de Agosto de 2023

EMENTA:NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 087/2023, REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 006/2023** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "ERRE SOM" PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL DENOMINADO "6ª EXPOMAR 2023" QUE ACONTECERÁ NO MÊS AGOSTO DE 2023 NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, CONFORME CONVÊNIO N° 1234-2023 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER – SECELL.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **BASÍLIO DE ARRUDA JUNIOR** portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº. **16XXXX9-0 - SSP/MT e CPF n º 007.XXX.XXX-48**, ocupante do Cargo Comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**, lotadona Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 087/2023, REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 006/2023** CUJO OBJETO É A **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "ERRE SOM"** PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL DENOMINADO "6ª EXPOMAR 2023" QUE ACONTECERÁ NO MÊS AGOSTO DE 2023 **NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, CONFORME CONVÊNIO N° 1234-2023 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER – SECEL**, tendo como **RONALDO SOARES DOS SANTOS– CNPJ Nº 30.XXX.XXX/0001-09.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 04 dias do mês de Agosto do ano de 2023.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 281/2023

PORTARIA MUNICIPAL Nº 281/2023

Data: 04 de Agosto de 2023.

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL RELACIONADOS ABAIXO**.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI MUNICIPAL Nº. 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO:

Art. 1º – Conceder férias as Servidoras Pública Municipal relacionadas abaixo, atendendo a requerimento de **FÉRIAS** que têm direito, em conformidade com o Art. 180 da Lei Nº 725/2016, alterada pela Lei Municipal Nº 782/2017.

NOME	CARGO	LOTAÇÃO/ SECRETARIA	FÉRIAS	
			INÍCIO	FIM
LENITA LINS DA LUZ	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	05/08/2023	03/09/2023
			(30 DIAS)	
VALDECI PEREIRA ALVES	ZELADORA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	07/08/2023	05/092023
			(30 DIAS)	

Art. 2º - Ao término do período concedido neste ato deverão as servidoras retornar às atividades concernentes aos seus cargos junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE TRÊS – 04/08/2023.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 280/2023

PORTARIA MUNICIPAL Nº 280/2023

Data: 04 de Agosto de 2023

EMENTA:NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 089/2023, REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 008/2023** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "NOVO SOM" PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL DENOMINADO "6ª EXPOMAR 2023" QUE ACONTECERÁ NO MÊS AGOSTO DE 2023 NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, CONFORME CONVÊNIO N° 1234-2023 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER - SECEL.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **BASÍLIO DE ARRUDA JUNIOR** portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº. **16XXXX9-0 - SSP/MT e CPF n º 007.XXX.XXX-48**, ocupante do Cargo Comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**, lotadona Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 089/2023, REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 008/2023** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "NOVO SOM" PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL DENOMINADO "6ª EXPOMAR 2023" QUE ACONTECERÁ NO MÊS AGOSTO DE 2023 NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, CONFORME CONVÊNIO N° 1234-2023 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER - SECEL, tendo como **E. P. EVENTOS LTDA– CNPJ Nº 46.XXX.XXX/0001-41.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 04 dias do mês de Agosto do ano de 2023.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

ERRATA – LEI N°. 1.208/2023

Na publicação da Lei n°. 1.208 na data de 02 de agosto de 2023, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 4. 290, na página 298.

ONDE SE LÊ: "LEI N°. 1.208 DE 02 DE JULHO DE 2023".

LEIA-SE: "LEI N°. 1.208 DE 02 DE AGOSTO DE 2023".

ONDE SE LÊ:

Art. 1. {...}

09.004.08.243.0006.2015 - Manutenção com o FMDCA

Art. 2. {...}

09.004.08.243.0006.2011 - Manutenção Prog. Criança Feliz

LEIA-SE:

Art. 1. {...}

09.004.08.243.0006.2135 - Manutenção com o FMDCA

Art. 2. {...}

09.004.08.243.0006.2111 - Manutenção Prog. Criança Feliz

EXTRATO CONVENIO 004/2023

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT E **VIVIANE SALMAZO.**

DO OBJETO — O presente Convênio tem por objeto o repasse de auxílio financeiro para pagamento de despesas destinadas à concessão de auxilio alimentação, transporte, moradia e fornecimento de água potável na modalidade de recurso pecuniário, nos termos do artigo 16 da Lei nº 4. 320/1964, artigo 26 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

SUPORTE LEGAL — Este Convênio se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/1993 e alterações posteriores, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº. 788/2014, com alteração da Lei Municipal n.º 817/2015, Termo de Adesão e compromisso firmado com o Ministério da Saúde referente ao Programa Mais Médicos e neste instrumento.

DO VALOR — O valor do auxílio financeiro, objeto do presente Convênio, importa em R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DO PRAZO – 5 (CINCO) MESES.

DATA DE ASSINATURA: 03/07/2023

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2023. DISPENSA DE LICITAÇÃO N°035/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA

CNPJ: 07.811.058/0001-64

VIGÊNCIA: 28/07/2023 a 28/10/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DE VEICULO CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.

VALOR TOTAL R$ 101.634,58 (cento e um mil e seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos)

FISCAL DO CONTRATO: CRISTIANE MARIA DE JESUS

SUPLENTE DE FISCAL: DEIBSON CLEI DE CAMPOS

PORTARIA 113/2023

PORTARIA Nº 113/2023

"Nomeia fiscais de tributos para receber Verba indenizatória do mês de agosto de 2023"

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, prefeita Municipal de Nova Maringá – MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto pelo art. 1º, da Lei Municipal nº 1.449 de 28 de abril de 2022;

RESOLVE

ART. 1º - NOMEAR os Fiscais de Tributos abaixo relacionados, para recebimento da Verba indenizatória, referente ao mês de agosto de 2023, de acordo com os valores definidos pelo art. 3º da lei 1.449 de 28 de abril de 2022.

Servidor	Dotação	C.P.F.	Matricula	Valor
17563 - Loriany Cassia Lordano	97	027.508. 611-95	2828	R$ 1. 500,00
2819 - Mayza da Silva Souza	97	053.856. 721-06	2628	R$ 1. 500,00
6690 - Vera Maria Padilha da Silva	97	634.141. 630-04	2724	R$ 1. 500,00
89 – João Batista Rodrigues	97	621.455. 411-87	2238	R$ 1. 500,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá – MT, em 04 de agosto de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE Nº 013/2023

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando que o PARECER JURÍDICO n° 196/2023 prevê a INEXIGIBILIDADE em conformidade ao disposto no Art. 74, V, da Lei Federal 14.133/2021, e que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, **RATIFICO** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2023.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMOVEL EM AREA DE EXPANSÃO URBANA COM 7.4596 HA (SETE HECTARES, QUARENTA E CINCO ARES E NOVENTA E SEIS CENTIARES), DENOMINADA CHÁCARA RECANTO DO CÉU NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA-MT.

PROPRIETARIA: CARMEM CORREIA DA SILVA, CPF n° 488.471. 511-04.

ADQUIRENTE: PREFEITURA DE NOVA MARINGA, CNPJ: 37.464.831/ 0001-24

Valor Total R$ 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil reais)

Publique-se, para os fins do art. 72, parágrafo único do mesmo diploma legal.

Nova Maringá – MT, 04 de Agosto de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE - Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2023. DISPENSA DE LICITAÇÃO N°034/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: LUIZ ZENKO ARAKAKI JUNIOR OFICINA MECANICA

CNPJ: 30.112.465/0001-03

VIGÊNCIA: 21/07/2023 a 21/09/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE AMBULANCIAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.

VALOR TOTAL R$ 37.041,00 (trinta e sete mil e quarenta e um reais)

FISCAL DO CONTRATO: CRISTIANE MARIA DE JESUS

SUPLENTE DE FISCAL: DEIBSON CLEI DE CAMPOS

PORTARIA 114/2023

PORTARIA Nº 114/2023

“Nomeia agentes políticos e cargos comissionados para receber Verba indenizatória do mês de agosto de 2023”

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, prefeita Municipal de Nova Maringá – MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto pelo art. 1º, Paragrafo Único da Lei Municipal nº 1.224 de 07 de fevereiro de 2022;

RESOLVE

ART. 1º - NOMEAR os agentes políticos e cargos comissionados abaixo relacionados, para recebimento da Verba indenizatória, referente ao mês de agosto de 2023, de acordo com os valores definidos pela portaria de nomeação de cada agente público na forma da lei 1.224 de 07 de fevereiro de 2022.

Agente politico / cargos Comissionados	dotação	Cargo	Portaria	Valor
4423 - Anderson Rafael Porta Montadon	29	Assessor Jurídico	58/ 2022	R$ 1. 200,00
928 - Jonas Máximo da Silva	16	Assessor de Gabinete	126/ 2022	R$ 1. 500,00
516 - Cristiane Maria de Jesus	16	Assessora Especial de segurança institucional	182/ 2022	R$ 1. 850,00
8215 - Paulo da Silva Pereira	63	Secretário de administração	51/ 2022	R$ 2. 500,00
65 - Cleverson Eduardo Allievi	97	Secretário de finanças	53/ 2022	R$ 2. 500,00
6121 - Simone da Cruz Montanha	136	Secretária de educação	215/ 2022	R$ 2. 500,00
1318 - Gerson Valentin Casari	402	Secretário de Obras	54/ 2022	R$ 2. 500,00
7786 - Nilceia Moraes Eugenio Ono	1092	Secretária Geral	47/ 2022	R$ 2. 500,00
3843 - Clovis Clair Cassol	818	Secretário de agricultura	55/ 2022	R$ 2. 500,00
821 - Edinete Alice da Silva	879	Secretária de assistência social	50/ 2022	R$ 1. 666,66
3416 - Ricardo Ono	1022	Secretário de planejamento	52/ 2022	R$ 2. 500,00
19530 - Renata Gisele Wahl de Alcântara	1052	Secretária de meio ambiente	48/ 2022	R$ 2. 500,00
16919 - Maryhelen Birkhahn e Silva Nascimento	528	Secretária de Saúde	115/ 2022	R$ 3. 500,00
Reginaldo Martins	594	Coordenador em Vigilância em Saúde	062/ 2023	R$ 3. 255,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá – MT, em 04 de agosto de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 039/2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 039/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2023, de 11 de julho de 2023, CONVOCA pelo presente Edital os candidatos para preenchimento de vagas existentes, conforme relação abaixo:

Classificação	Nome	Cargo
2º	Maria Aparecida F. Farias	Professor de Pedagogia
3º	Vanilza Spak da Silva	Professor de Pedagogia
4º	Urçulina de Santana Araújo	Professor de Pedagogia
5º	Gracieli da Silva Gonçalves	Professor de Pedagogia
6º	Edevaldo Trindade de Almeida	Professor de Pedagogia

Classificação	Nome	Cargo
1º	Ana Lígia Burin Arnaut Candido	Licenciatura em Pedagogia (Formador do Programa Alfabetiza)

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo até as 16:30:00 hs do dia 09/08/2023 para entregar a documentação.

O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado e trazer original e 01 (uma) cópia dos seguintes documentos:

RG (Frente e Verso)

CPF

Título de Eleitor

Comprovante da Última Eleição ou Certidão Da Justiça Eleitoral de que está quite com a mesma

Certidão De Casamento ou Certidão De Nascimento

Certificado De Escolaridade Ou Diploma Do Curso (Registrado No Órgão Competente)

Histórico Escolar

Carteira Profissional de acordo com o cargo

Pis/Pasep

Telefone para contato e E-mail

Comprovante de residência, em nome do candidato;

Carteira de trabalho frente e verso

Atestado de saúde ocupacional (exame admissional)

Declaração De Bens (Anexo I)

Declaração de não acúmulo de cargo (Anexo II)

Foto 3x4 (Atualizada)

Número da conta do Banco do Brasil.

Carteira De Reservista (Se Masculino);

Carteira de habilitação, de acordo com o cargo;

Cópia de documentos do cônjuge;

Certidão de nascimento e CPF de filhos menores de 21 (vinte e um) anos;

A falta de quaisquer documentos, bem como a não apresentação em conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 07 de agosto de 2023

Edemilson Marino dos Santos

Prefeito Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1) Bem... Valor

2) Bem... Valor

3) Bem... Valor

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

(assinatura)

OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

Assinatura

CAMARA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO INTEGRAL DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIA, SOLENES E ITINERANTES NAS MÍDIAS SOCIAIS OFICIAL DA CÂMARA DE NOVA MONTE VERDE E GESTÃO DE MARKETING DIGITAL, CONFORME A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT.

A Câmara Municipal de Nova Monte Verde, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, em cumprimento a Lei n° 8.666/93, torna público o resultado do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023, em que foi declarada vencedora a empresa:

2 – Elix Publicidade e Propaganda Ltda, CNPJ 32.624.627/0001-00, com valor total de R$ 32.460,00 (Trinta e dois mil quatrocentos e sessenta reais)

Nova Monte Verde-MT, 04 de agosto de 2023.

MARIA ESTELA NOETZOLD

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 183, DE 04 DE AGOSTO DE 2023. SÚMULA: NOMEIA ENGENHEIRO PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DO CONTRATO 59/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

PORTARIA Nº 183, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

SÚMULA: NOMEIA **ENGENHEIRO PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS** DO CONTRATO 59/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, pelo Art. 90, inciso VII da lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a resolução Normativa n°06/2008 do tribunal de contas do estado de Mato Grosso, que dispõe sobre a implantação do sistema GEOOBRAS, estabelece prazos e regras para remessa de informações via internet pelas unidades gestoras estaduais e municipais de Mato Grosso e dá outras providencias:

CONSIDERANDO a Resolução Normativa n°06/2011 do Tribunal de contas do estado de Mato Grosso, que dispõe sobre a aprovação da nova versão do sistema GEO-OBRAS, estabelece prazos e regras para remessa de informações via internet pelas unidades estaduais e municipais de Mato Grosso e dá outras providencias:

CONSIDERANDO a Resolução Normativa n°20/2015 do Tribunal de contas do estado de Mato Grosso, que altera o Anexo I da Resolução Normativa n° 06/2011 e dá outras providencias:

CONSIDERANDO a necessidade do engenheiro municipal responsável pela fiscalização de obras e serviços, objetos de convênios, para de recomendação da equipe técnica do TCE/MT, para inserção de documentos no sistema GEO-OBRAS;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear para exercer a fiscalização da **COBERTURA DO PÁTIO DA ESCOLA DOM JOÃO VI – NOVA MONTE VERDE-MT**, **oriunda da Dispensa de Licitação 45/2023, n° do contrato 59/2023**, o senhor: ALEX OSCAR DE SOUSA, brasileiro, divorciado, portador da carteira de identidade/RG nº 13339893 SEJUSP MT, inscrito no CPF: 903.848. 651-00, CREA/PR 141259/D, residente e domiciliado na Rua Guiomar Guimarães Ribeiro, s/n° Bairro Centro, CEP: 78548-000, no município de Nova Santa Helena – MT.

ARTIGO 2°- O serviço de fiscalização deverá ser exercido em conformidade com as normas do TCE/MT.

ARTIGO 3°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 04 de agosto de 2023.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 184/2023 SÚMULA: CONCEDE A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA. LOURDES APARECIDA SPLETOZER GARBIN, LICENÇA PRÊMIO.

PORTARIA Nº 184, DE 04 DE AGOSTO DE 2023

SÚMULA: CONCEDE A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA. **LOURDES APARECIDA SPLETOZER GARBIN,** LICENÇA PRÊMIO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o art. 84 e seguintes da Lei Municipal nº 335/2007, bem como o requerimento da servidora pública protocolado em 30 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidora pública efetiva **LOURDES APARECIDA SPLETOZER GARBIN,** cargo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, por 30 (trinta) dias consecutivos a partir de 07 de agosto de 2023, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 04 de agosto de 2023

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023 RETIFICAÇÃO AO EDITAL 038/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

RETIFICAÇÃO AO EDITAL 038/2023

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado 001/2023, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o Edital de Retificação ao Edital 038/2023 de 04/08/2023, publicado no Jornal Oficial dos Municípios em 04/08/2023

ONDE SE LÊ:

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo até as 16:30:00 hs do dia **06/08/2023** para entregar a documentação.

LEIA-SE

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo até as 16:30:00 hs do dia **08/08/2023** para entregar a documentação.

Publique-se, Registra-se, Cumpra-se.

Nova Monte Verde-MT, 04 de agosto de 2023

ANGELA S. CITADIN

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Decreto N° 065/2023

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 119, DE 04 DE AGOSTO DE 2023. SÚMULA: NOMEAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

DECRETO Nº 119, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

SÚMULA: NOMEAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS-FUNDEB.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando a Lei nº 14.113/2020 e a Portaria nº 808, de 29 de dezembro de 2022 que regulamenta a criação, composição, funcionamento e cadastramento dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-Fundeb.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para representar e compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), os seguintes representantes relacionados:

I- Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Luciano Rogério Cordeiro

Suplente: Alice Bolduan do Nascimento

Titular: Valdirene Aparecida Ferreira da Cruz

Suplente: Neide Dias de Melo

II- Representantes dos Professores da Educação Básica Pública

Titular: Mariangela Morgan Feitosa

Suplente: Patrícia Bley

III- Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: Vânia Aparecida Taucher Cassarotti

Suplente: Evânia Zanfrili Moreira da Silva

IV- Representantes dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Rozeli Oliveira dos Santos Pereira

Suplente: Lourdes Aparecida Spletozer Garbin

V- Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Titular: Edinalva de Jesus Lima

Suplente: José Alberto Lira

Titular: Alexandre Aparecido Corna

Suplente: Alan Simões Pato

VI- Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Cirene Aparecida da Rosa

Suplente: Zenaide Sanches Batista da Silva

VII- Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Angela Harmatiuk Campos

Suplente: Geisiane Silva Pimenta

VIII- Representantes de Organizações da Sociedade Civil

Titular: Lilian Cristine Boing

Suplente: Luciana Brustolin Pereira

Titular: Dadylene Freitas Barbosa

Suplente: Ricardo Gomes Martins

IX- Representantes das Escolas do Campo

Titular: Aparecido Marques da Costa Junior

Suplente: Camila Oliveira Santos de Souza

Art. 2º O mandato dos membros titulares e suplentes dos CACS-Fundeb será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, nos termos do § 9º do art. 34 da Lei nº 14.113/2020.

Art. 3º O mandato dos conselheiros municipais do Fundeb iniciar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2023 com término em 31 de dezembro de 2026, e, assim, sucessivamente, observada a vigência de 4 (quatro) anos e o impedimento de recondução para mandato seguinte.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 04 de agosto de 2023.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2023

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2023

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 118/2023/PMNMV/GAB de 03 de agosto de 2023, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 42/2023, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **17/08/2023 às 08:30 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGENS PARA ATENDER AO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.***

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis a matéria e do Decreto Municipal nº. 52/2022.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br no seguinte caminho: **Publicações – Licitações**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 04 de agosto de 2023.

ROSINALVA DE SOUZA FRAÇA

Presidente da CPL

Decreto nº 118/2023

Publique-se.

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N° 002/2023

A Presidente da Licitação, torna público a retificação no item 11.5.1 do referido processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços n° 002/2023, que tem objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, CONECTADA À REDE, DO TIPO ON-GRID, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE CONSUMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT.**

Fica alterado onde se lê: em nome da licitante.

Passa a ler: em nome da filial ou subcontratada.

O Edital retificado completo poderá ser obtido pelos interessados em participar da licitação junto a Câmara Municipal de Monte Verde/MT no setor de Licitações, durante o horário normal de expediente.

Maiores informações poderão ser obtidas na Câmara Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3597-1145/1448

Nova Monte Verde-MT, 04 de agosto de 2.023.

MARIA ESTELA NOETZOLD

Presidente CPL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 120/2023, SÚMULA: EXONERA A PEDIDO A SRA. MARIA CASSIANA DOS SANTOS, DO CARGO DE FACILITADOR DE OFICINAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS/FLAUTA

DECRETO Nº 120, DE 04 DE AGOSTO DE 2023

SÚMULA: EXONERA A PEDIDO A Sra. MARIA CASSIANA DOS SANTOS, DO CARGO DE FACILITADOR DE OFICINAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS/FLAUTA, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Exonera a pedido a Sr.ª **Maria Cassiana dos Santos**, do cargo de Facilitador de Oficinas Artísticas e Culturais/Flauta, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 04 de agosto de 2023

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 006/2023/CMDCA/NMV

EDITAL DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 006/2023/CMDCA/NMV

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde, órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controlador das ações, em todos os níveis de implementação desta mesma política e responsável por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da Comissão Especial instituida através da Resolução nº 001/2023/CMDCA/NMV e em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), Lei Municicpal nº 708/2014, torna público o edital de retificação do Edital nº 006/2023/CMDCA/NMV, publicado no Jornal oficial dos Municípios em 04 de agosto de 2023, fazendo constar a seguinte classificação, em ordem alfabética.

NOME	Resultado
Adriele Alves de Lima Lopes	Apto
Ana Paula Pereira	Apto
Cristiane da Silva Lima	Apto
Daniel dos Santos Soares	Inapto
Geisiane da Silva Pimenta	Apto
Heloisa Nantes Pereira Fernandes	Apto
Hugo Pereira de Carvalho	Desclassificado
Mariana Clementino Cordioli	Apto
Selma Aparecida de Azevedo	Inapto
Sônia Freitas Firme	Apto
Vanessa de Figueiredo Romero	Desclassificado

Nova Monte Verde/MT, 04 de agosto de 2023.

MARTA BATISTA DE JESUS

Presidente do CMDCA

Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Nova Monte Verde/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 132/2023/PMNO,

REF: AO PREGÃO ELETRONICO 027/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 069/2023/PMNO. CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT, inscrito no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30. **CONTRATADA: EDSON LUIZ CHIARELLI 20675712149**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.xxx.xxx/0001-xx. **VALOR:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVI-**

ÇOS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, A SEREM EXECUTADOS NO SISTEMA DE MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA CFTV (CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA/MT. DOTAÇAO ORÇAMENTARIA:03030010412200032021339039000015000000000 **VIGÊNCIA: 04/08/2023 ATÉ 04/08/2024.**

Nova Olímpia – MT, 04 de agosto de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA SESSAO DO PREGÃO ELETRONICO- SRP Nº. 033/2023/PMNO.

PLATAFORMA ELETRONICA: LICITANET

ORGÃO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DA SESSÃO: 28/07/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARAFUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇAO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIODE NOVA OLIMPIA/MT

LICITANTE (s) VENCEDOR (s): TECKI9 ENERGIA LTDA-10.782.960/0001-04- Valor Global=R$ 156.454,35 (cento e cinquenta e cinquenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)** MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA-44.873.952/0001-95-Valor Global= R$ 2.979,00 (dois mil novecentos e setenta e nove reais) ****ART COLOR SERVICOS LTDA-19.409.914/0001-3913** Valor Global= R$ 4.902,22 (quatro mil novecentos e dois reais e vinte e dois centavos)**DELVALLE MATERIAIS ELETRICOSEIRELI-37.227.550/0001-58. Valor Global= R$ 1.436,54 (mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) ** **3**E COMERCIO E SERVICOS LTDA-29.516.527/0001-55 Valor Global= R$1.695,41 (mil seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos) ** F LUZ ATACADISTA MATERIAL LTDA -48.687.778/0001-47 Valor Global= R$ 344,96 (trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Nova Olímpia/MT, 03 de agosto de 2023.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Portaria nº 168/2023

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12000027/2023/PMNO,

REF: AO PREGÃO ELETRONICO 027/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 069/2023/PMNO. ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT, inscrito no CNPJ Nº 03.xxx.xxx/0001-xx. **FORNECEDOR REGISTRADO: EDSON LUIZ CHIARELLI 20675712149**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.xxx.xxx/0001-xx. **VALOR:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, A SEREM EXECUTADOS NO SISTEMA DE MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA CFTV (CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA/MT. DOTAÇAO ORÇAMENTARIA:**03030010412200032021339039000015000000000 **VIGÊNCIA: 04/08/2023 ATÉ 04/08/2024.**

NOVA OLIMPIA – MT, de 04 de agosto de 2023.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA

PORTARIA MUNICIPAL N. º 262 DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

“QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL”

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O

Designar os servidores para acompanhamento e Fiscalização da **Ata de registro de Preços nº 12000027/2023/PMNO, Contrato 132/2023/PMNO,** referente ao **Pregão Eletrônico Nº 027/2023/PMNO,** conforme despacho exarado no **Processo Administrativo Nº 069/2023/PMNO** do município de NOVA OLIMPIA-MT.

Art. 1º -. Designar o servidor, **NATHAN RENNER DE AZEVEDO**, CPF: 704.249.051-75, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 12000027/2023/PMNO, CONTRATO 132/2023/PMNO,** referente ao **Pregão Eletrônico Nº 027/2023/PMNO,** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA MT e a empresa **EDSON LUIZ CHIARELLI 20675712149**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.594.842/0001-35, que tem por objeto: **: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, A SEREM EXECUTADOS NO SISTEMA DE MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA CFTV (CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

Art.2º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 04 de agosto de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume.

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA 032/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2023

O Prefeito Municipal do Município de Nova Santa Helena/MT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Inciso I, do Art. 75 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, RATIFICAR e AUTORIZAR a execu-

ção do objeto do Processo Administrativo nº 086/2023, de Dispensa de Licitação nº 032/2023, nas conformidades do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14. 133/2021 e em consonância Parágrafo Único do Art. 72 da Lei mencionada anteriormente, DETERMINAR a publicação em sítio eletrônico oficial.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de obras e engenharia para ampliação da iluminação do parque de exposição do Município de Nova Santa Helena– MT.

EMPRESA VENCEDORA: CENTROESTE CONSTRUÇÕES ELETRICA LTDA, inscrita no CNPJ: 01.089.243/0001-00.

VALOR TOTAL: R$ 112.036,50 (cento e doze mil trinta e seis reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: a partir da assinatura do Contrato até 29 de setembro de 2023.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS UTILIZADAS:

Código: 343

Órgão: 09 - Secretaria Mun. de Agricultura, Meio Amb. e Turismo - SAMATUR

Unidade: 001 - Gabinete da Secretaria

Projeto/Atividade: 2063 – Manutenção/Estruturação Parque Exposição

Elemento de Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: LENZ E LENZ LTDA.

OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Aguas Pluviais na Rua Pirajuí, totalizando 13.435,48m² no Município de Nova Santa Helena/MT.

TERMO ADITIVADO: Prazo de Execução.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 04/08/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 041/2023

DATA: 04 de agosto de 2023

SÚMULA: Decreta Luto Oficial de três dias em todo território do Município de Nova Santa Helena.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o falecimento do Servidor Público deste município, o Senhor Edmundo Getúlio Ribeiro;

Considerando o consternamento geral da comunidade santahelenense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão exemplar e de ilibado espírito público;

Considerando, finalmente, que é dever do Poder Público santahelenense render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial os dias 04, 05 e 06 de agosto, em todo território do Município de Nova Santa Helena, em homenagem póstuma ao senhor Edmundo Getúlio Ribeiro.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT

PARTE CONTRATADA: SO BANDEIRAS – DISTRIBUIDORA DE BANDEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.342.293/0001-60

OBJETO: Contratação de Empresa para aquisição de conjuntos de Bandeiras, sendo do Brasil, do Estado do Mato Grosso e do município de Nova Santa Helena/MT para hasteamento nos arredores do Paço Municipal

VALOR: R$ 14.400,00 (Quatorze Mil e Quatrocentos Reais)

VIGÊNCIA: 04/08/2023 ATÉ 30/09/2023

DATA DE ASSINATURA: 04/08/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023 EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023

EDITAL

A Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo do Município de Nova Ubiratã, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e:

Considerando o permissivo previsto na Lei Complementar nº 061/2013 – Estatuto de Servidor Público do Município de Nova Ubiratã – Art. 180 e seguintes;

Considerando o previsto no art. 95 da Lei Complementar nº 086/2016, que refere-se a contratação temporária de profissionais da educação;

Considerando a Lei Complementar nº 139/2022;

Considerando a Lei Municipal nº 656/2014 que trata do Regime Jurídico – Administrativo para a Contratação Temporária por Tempo de determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a demanda de diversas secretarias para contratação de pessoal;

CONSIDERANDO a necessidade de se implantar a referida seleção, primando pelos princípios da administração pública da publicidade, transparência e a formalidade que a seleção impõe.

Considerando o permissivo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária do exercício de 2023.

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO, que encontra - se aberto Processo Seletivo Simplificado para as vagas descritas abaixo e conforme as condições impostas pelo seguinte Edital:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão composta por cinco servidores, designados através da Portaria nº. 314/2023.

1.2. O Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2023 e os demais atos e decisões inerentes ao Processo Seletivo Simplificado serão publicados por meio de afixação no Mural da Prefeitura, no site: www.novaubirata.mt.gov.br e Jornal Oficial para publicações do Município de Nova Ubiratã - Site: www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

1.3. É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do Processo Seletivo Simplificado.

1.4. O Processo Seletivo Simplificado disciplinado por este edital destina-se à contratação de cargos vagos para:

A - Substituição de Ausências e outros afastamentos legais nas diversas unidades e secretarias; **B** – Atender regência de classes e cumprimento do calendário escolar de aula disponíveis para o ano letivo de 2023 e 2024; **C –** Contratação de Cargos de Professores da Educação Básica, Técnicos Administrativos Educacionais e Equipe de Apoio Educacional para Secretaria de Educação; **D –** Dar continuidade a atividade estatal não podendo a população ser prejudicada por falta de pessoal para atender o serviço público Municipal.

1.5. Serão contratados professores e outros cargos na medida da necessidade e de acordo com a disponibilidade orçamentária da Administração Pública Municipal.

1.6. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento dos cargos vagos, dos que virem a vagar ou forem criados, em razão das situações previstas no Item 1.4, no prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, nas vagas previstas no ANEXO I.

1.7. O processo seletivo simplificado nº. 001/2023 atenderá os prazos dispostos no Cronograma Estimado previsto no Anexo III, sendo que qualquer alteração ocorrida nos prazos será divulgada através de Edital de Retificação e/ou Edital Complementar.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas nos dias **10 de Agosto de 2023 a 17 de Agosto de 2023** das **07:00h às 11:00 horas e das 13:00h às 15:00 horas** dos dias acima mencionados:

a) Na Biblioteca Pública Municipal, situada na Rua das Palmeiras nº 280 - Centro / Nova Ubiratã - Mato Grosso - Telefone - (66) 3579 -1736.

2.2. As inscrições serão efetivadas pessoalmente, por meio de Procuração Pública ou particular com firma reconhecida em cartório ou via internet no site da https://www.novaubirata.mt.gov.br/

2.3. Só poderão inscrever-se os interessados que preencham os seguintes requisitos:

a) Ter idade igual ou superior a 18 anos;

b) Ter a escolaridade compatível com o cargo pretendido.

2.4. Não haverá cobrança de taxa de inscrição para este Processo Seletivo Simplificado 001/2023 portanto as inscrições serão gratuitas.

2.5. A ficha de inscrição que se encontra no ANEXO IV deste edital, deverá ser preenchida corretamente todos os campos, pelos responsáveis no ato da mesma e após, entregue na Biblioteca Pública Municipal, acompanhada da cópia do RG, CPF (legível), comprovante de escolaridade para o cargo pretendido, e-mail e telefone do candidato.

2.6. Ao realizar a inscrição o candidato receberá protocolo de inscrição conforme ANEXO V.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA PNE

3.1. No momento da inscrição os candidatos Portadores de Necessidades Especiais deverão informar que são PNE e preencher o quadro previsto no Anexo IV e anexar:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID.

b) Solicitação de prova especial, mediante requerimento, se necessário.

3.2. A não solicitação de prova especial eximirá a comissão de qualquer providência.

3.3. Aos candidatos Portadores de Necessidades Especiais será aplicada a Lei Complementar nº 114/2002, do Estado de Mato Grosso, que assim dispõe:

Art. 21 - Fica assegurado à pessoa portadora de necessidades especiais o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo ou emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de 10% (dez por cento) em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO

4.1. Compete ao candidato:

a) Acompanhar todas as publicações feitas no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios através do site www.**diario**municipal.com.br/amm-mtbem como, no Mural do Paço Municipal, no mural da Secretaria Municipal de Educação, e no site da Prefeitura Municipal www.novaubirata.mt.gov.br.

b) Conferir, nas listas a serem divulgadas, os seguintes dados pessoais: nome, função para qual se inscreveu e local da realização da prova. Caso haja inexatidão nas informações, o candidato deverá entrar em contato, através de oficio com a Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado no prazo estipulado para interposição de recurso, conforme Anexo III.

c) O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

5. DAS PROVAS

5.1. O Processo Seletivo Simplificado, objeto deste Edital consistirá na realização de prova objetiva, para todos os cargos.

5.2. Somente para os cargos de Operador de Máquinas, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira/Pá Carregadeira e Operador de Máquinas Pesadas, haverá a realização da Prova Prática, conforme disposto no Anexo VII.

5.3. As provas escritas realizar-se-ão no dia **03 de setembro de 2023**das **08h** às **11h** nasdependências da **Escola Municipal Tancredo Neves na Av. Tancredo Neves, n° 1701, Nova Ubiratã – MT.**

5.4. A duração das provas será de até "3" (três) horas e o candidato deverá comparecer ao local da prova, com antecedência mínima de 30 minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente, de documento de identificação com foto, protocolo de inscrição e caneta esferográfica azul ou preta.

5.5. Ao chegar ao local de realização das provas, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela.

5.6. Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

5.7. Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados.

5.8. A ausência do candidato implicará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

5.9. Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 60 (sessenta) minutos do seu início.

6.0. O Candidato que tiver o interesse em levar sua prova, deverá permanecer na sala em silêncio, até o decorrer de 120 (cento e vinte) minutos do seu início.

6.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se ao Fiscal da sala do Processo Seletivo designado e identificado com crachá, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer outros critérios para resguardar a execução individual e correta das provas.

6.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança. Esta sendo acompanhada por um fiscal designado.

6.3. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala, a fim de assinar o lacre do envelope das folhas de respostas juntamente com os dois fiscais da sala, sendo liberados quando todos(as) tiverem concluído.

6.4. O presente Processo Seletivo Simplificado terá 02 etapas, sendo:

I Primeira Etapa: composta por prova objetiva, que será avaliada de “0” a “10”.

II Segunda Etapa: composta por prova prática, somente para os cargos de Operador de Máquinas, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira/Pá Carregadeira e Operador de Máquinas Pesadas.

6.5. A nota final será a nota obtida na prova objetiva.

6.6. A nota final para os cargos citados no item 6.4, será a somatória da nota da prova objetiva com a nota da prova prática, dividida por 02 (dois).

7. DA PONTUAÇÃO DAS PROVAS:

7.1. Cada questão objetiva aplicada terá e valerá peso de 0,50 pontos, sendo que ao todo serão aplicadas 20 questões, totalizando 10 pontos no máximo.

TIPO DE PROVA	NÚMERO DE QUESTÕES	TOTAL DE PONTOS
Prova objetiva: *Língua Portuguesa	06	0,50
*Matemática	06	0,50
*Conhecimentos Gerais e Específicos	08	0,50

7.2. A Prova Prática levará em consideração e compreenderá as atividades que se destinam e totalizando 10 pontos no máximo.

7.3. Os itens a serem avaliados serão: manobras; conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; manutenção do veículo; direção e operação veicular; regras de trânsito, sinalização, legislação.

7.4. Os pontos correspondentes às questões por ventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente da formulação de recursos.

7.5. Não serão computadas, tornando-se nulas as questões não respondidas, que contenham rasuras, que tenham sido respondidas a lápis, ou que contenham mais de uma alternativa assinalada.

7.6. Após o término das provas os candidatos não poderão permanecer nas dependências do prédio.

7.7. Os candidatos aos cargos de Operador de Máquinas, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira/Pá Carregadeira e Operador de Máquinas Pesadas ao término da prova objetiva no dia 03/09/2023, deverão dirigir-se às dependências do pátio da Garagem Municipal situada na Rua Pedro Duarte, para a realização da prova prática até as 11:30.

7.8. Os conteúdos programáticos estão dispostos no ANEXO II.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de notas.

8.2. Ocorrendo empate quanto ao total de pontos obtidos, os critérios de desempate para os cargos serão e seguirão a seguinte ordem:

a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais e Específicos;

b) Maior número de acertos na prova de Português;

c) Maior número de acertos na prova de Matemática;

d) Maior Idade.

9. DA REPROVAÇÃO

9.1. Será considerado reprovado:

9.1.1 o candidato a cargo de nível superior que: não alcançar 5,0 (cinco pontos) do total de pontos das provas.

9.1.2 o candidato a cargo de nível médio que: não alcançar 3,0 (três pontos) do total de pontos das provas.

9.1.3 o candidato a cargo de nível fundamental e alfabetizado que: não alcançar 1,0 (um ponto) do total de pontos das provas.

10. DO RESULTADO

10.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será afixado nos locais de publicação especificados no item 4.1, “a”.

11. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

11.1. Do resultado das Inscrições Provisórias caberá recurso escrito para a Comissão de Elaboração e Aplicação deste Teste Seletivo Simplificado, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da data de sua publicação.

11.2. Do resultado provisório da Prova objetiva caberá recurso escrito para a Comissão de Elaboração e Aplicação deste Teste Seletivo Simplificado, no prazo de 01 (um) dia útil, contados a partir da data de sua publicação.

11.3. Os recursos deverão ser feitos pelo candidato, conforme modelo de Recurso constante no Anexo VI por escrito e protocolados na Biblioteca Municipal ou na **Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, mencionada no item 2.1 “a”, direcionado a Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, cujo funcionamento serão respectivamente, de segunda-feira a sexta-feira das 07:00h ás 11:00 e das 13:00 as 15:00 horas e de segunda-feira a sexta-feira das 07:00h ás 13:00 horas, não sendo consideradas reclamações verbais.**

11.4. O parecer emitido pela Comissão Elaboração e Aplicação do teste seletivo, referente ao recurso interposto, deverá ser publicado em prazo de até 02 (dois) dias úteis do recebimento do pedido do candidato.

11.5. Não serão aceitos os recursos interpostos fora do prazo aqui estabelecido, sendo considerada para tanto, a data em que foi protocolado.

11.6. Não serão aceitos os recursos interpostos que não estiverem fundamentados e sem os dados necessários à identificação do candidato.

12. DO PRAZO DE VALIDADE.

12.1. O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade até 31 de Dezembro de 2023.

13. DO REGIME JURÍDICO

13.1. Os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado serão contratados pelo Regime Jurídico Administrativo Contratual.

14. DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

14.1. Os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado serão segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, em conformidade com o que dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

15. DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

15.1. O provimento das vagas ocorrerá a partir da homologação do presente teste seletivo.

15.2. Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, à medida que as vagas surgirem.

15.3. A contratação de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado será de caráter temporário, com prazo determinado estabelecido no momento do contrato conforme necessidade da secretaria, podendo ser rescindido a qualquer tempo por ambas às partes.

15.4. A aprovação do candidato no cargo para o qual se habilitou, não garante a contratação imediata, tendo em vista que sua convocação está condicionada à necessidade da Administração Municipal e das respectivas Secretarias vinculadas.

15.5. No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderá haver convocação para contratação pelo tempo remanescente, os candidatos classificados sendo observada a ordem classificatória.

15.6. Os candidatos aprovados e convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 07h00min ás 13h00min, munidos com a seguinte documentação para efetivar sua contratação:

a) 01 foto 3x4 recente.

b) Cópias:

I. CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de reservista para o sexo masculino.

II. Certidão de Nascimento ou Casamento.

III. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

IV. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (certificado ou declaração de conclusão, devidamente contendo o carimbo e assinatura da instituição).

V. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos.

VI. Carteira de Trabalho e PIS/PASEP.

VII. Cartão de conta corrente no Banco Brasil;

VIII. Certidão de quitação eleitoral, civil e criminal.

IX. Comprovante de Residência em nome do Candidato.

X. Carteira Nacional de Habilitação, para o cargo solicitado.

XI. Carteira do Registro de inscrição no Conselho Regional para o cargo solicitado.

c) Originais:

I. Declaração de bens contendo também: número de telefone, e-mail do candidato.

II. Declaração de não acúmulo de cargo público.

III. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

15.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, bem como o número do telefone para contato.

15.8. O não atendimento dentro do prazo estipulado na convocação ou a manifestação por escrito de desistência implicará a exclusão definitiva do candidato deste Teste Seletivo, sem qualquer alegação de direitos futuros.

15.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de caráter público.

Nova Ubiratã- MT, 03 de Agosto de 2023.

Edegar José Bernardi

Prefeito Municipal

Claudia Regina Poletto

Presidente da Comissão de Elaboração do Teste Seletivo

ANEXO I - DAS VAGAS

Nº	FUNÇÃO	VG	LOCAL	C. H.	SAL. BASE	ESCOLARIDADE
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
1	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	1	Cemei Dois Pinheiros	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo
2	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	CR	Cemei Dois Pinheiros	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo
3	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	Cemei Eugênio José Antônio Pinesso	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia
4	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	2	Cemei Eugênio José Antônio Pinesso	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo
5	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	Cemei Eugênio José Antônio Pinesso	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo
6	TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO	CR	Cemei Eugênio José Antônio Pinesso	40	R$ 2.398,72	Ensino Médio Completo
7	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	CR	Cemei Pequeno Anjo	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo
8	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	Cemei Pequeno Anjo	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo

9	TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO	CR	Cemei Pequeno Anjo	40	R$ 2.398,72	Ensino Médio Completo
10	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	E.M. Água Limpa	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia
11	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	E.M. Água Limpa	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licen. Plena em Letras
12	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	CR	E.M. Água Limpa	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo
13	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	CR	E.M. Água Limpa	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo
14	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	CR	E.M. Água Limpa	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo
15	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	E.M. Água Limpa	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo
16	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	E.M. Água Limpa	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E
17	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	E.M. Cachoeira do Ronuro	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia
18	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	CR	E.M. Cachoeira do Ronuro	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo
19	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	1	E.M. Entre Rios	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo
20	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	2	E.M. Entre Rios	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo
21	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	1	E.M. Entre Rios	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo
22	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	1	E.M. Entre Rios	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo
23	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	E.M. Entre Rios	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E
24	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	Escola Municipal Getúlio Vargas	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Geografia
25	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	Escola Municipal Getúlio Vargas	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia
26	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	Escola Municipal Getúlio Vargas	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licen. Plena Matemática
27	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	CR	Escola Municipal Getúlio Vargas	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo
28	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	1	Escola Municipal Getúlio Vargas	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo
29	TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO	1	Escola Municipal Getúlio Vargas	40	R$ 2.398,72	Ensino Médio Completo
30	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	Escola Municipal Getúlio Vargas	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E
31	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	1	Escola Municipal Getúlio Vargas	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo
32	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	E.M. Lorindo Pedro Basso	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia
33	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	1	E.M. Lorindo Pedro Basso	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo
34	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	1	E. M. Pedro Álvares Cabral	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia
35	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	CR	E. M. Pedro Álvares Cabral	40	R$ 1.774,31	Ensino Fundamental completo
36	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	E. M. Pedro Álvares Cabral	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E
37	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	CR	E. M. Pedro Álvares Cabral	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo
38	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	1	E. M. Pedro Álvares Cabral	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo
39	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	CR	E. M. Pedro Álvares Cabral	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo
40	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	CR	E. M. Tancredo Neves	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo
41	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	E. M. Tancredo Neves	40	R$ 2.263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E
42	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	E. M. Profª Vera Lúcia Schmidt	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia
43	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	2	E. M. Profª Vera Lúcia Schmidt	20	R$ 1.320,00	Ensino Médio Completo
44	ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	E. M. Profª Vera Lúcia Schmidt	40	R$ 1.670,57	Ensino Fundamental completo
45	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	1	E. M. Profª Vera Lúcia Schmidt	40	R$ 1.682,06	Ensino Fundamental completo
46	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	CR	E. M. 13 de Maio	30	R$ 4.770,42	Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia

47	PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA	1	E. M. 13 de Maio	30	R$ 4. 770,42	Ensino Superior Licen. Plena Matemática
48	TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC	CR	E. M. 13 de Maio	20	R$ 1. 320,00	Ensino Médio Completo
49	ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL	1	E. M. 13 de Maio	40	R$ 1. 774,31	Ensino Fundamental completo
50	ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL	1	E. M. 13 de Maio	40	R$ 1. 682,06	Ensino Fundamental completo
51	TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO	CR	E. M. 13 de Maio	40	R$ 2. 398,72	Ensino Médio Completo
52	ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL	CR	E. M. 13 de Maio	40	R$ 2. 263,59	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E
	SECRETARIA MUNICIPAL DE: FINANÇAS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, OBRAS, SAÚDE, AGRICULTURA, MEIO-AMBIENTE, ADMINISTRAÇÃO, INDUSTRIA E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE, ESPORTES.					
53	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CR	Sede	40	R$ 1. 556,26	Alfabetizado
54	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CR	Distrito Parque Água Limpa	40	R$ 1. 556,26	Alfabetizado
55	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CR	Distrito Entre Rios	40	R$ 1. 556,26	Alfabetizado
56	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CR	Distrito Piratininga	40	R$ 1. 556,26	Alfabetizado
57	ENCANADOR	CR	Sede	40	R$ 1. 641,61	Alfabetizado
58	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	CR	Sede	40	R$ 1. 641,61	Ensino Médio Completo
59	MECANICO DE MAQUINAS E VEICULOS PESADOS	CR	Sede	40	R$ 3. 214,43	Alfabetizado
60	MEDICO VETERINARIO 40HS/SEM	CR	Sede	40	R$ 5. 182,45	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe
61	MOTORISTA	CR	Sede	40	R$ 2. 084,61	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E
62	MOTORISTA	CR	Sede	40	R$ 2. 084,61	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria E
63	MOTORISTA	CR	Distrito Parque Água Limpa	40	R$ 2. 084,61	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E
64	MOTORISTA	CR	Distrito Entre Rios	40	R$ 2. 084,61	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E
65	MOTORISTA	CR	Distrito Piratininga	40	R$ 2. 084,61	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E
66	OPERADOR DE MAQUINAS	CR	Sede	40	R$ 1. 961,70	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B
67	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	CR	Sede	40	R$ 2. 451,00	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B
68	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	CR	Distrito Entre Rios	40	R$ 2. 451,00	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B
69	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	CR	Distrito Piratininga	40	R$ 2. 451,00	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B
70	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	CR	Distrito Entre Rios	40	R$ 2. 591,21	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B
71	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	CR	Distrito Piratininga	40	R$ 2. 591,21	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B
72	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA/PA CARREGADEIRA	CR	Distrito Piratininga	40	R$ 2. 643,03	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B
73	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA/PA CARREGADEIRA	CR	Distrito Entre Rios	40	R$ 2. 643,03	Alfabetizado/Prova Prática/Habilitação B
74	PSICOLOGO 40HS/SEM	CR	Sede	40	R$ 5. 182,45	Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe
75	VIGIA	CR	Distrito Entre Rios	40	R$ 1. 641,61	Alfabetizado
76	ZELADORA	CR	Sede	40	R$ 1. 556,26	Alfabetizado

***OBS: CR= CADASTRO RESERVA**

ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2023

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PROGRAMAS DAS PROVAS ESCRITA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

ALFABETIZADO

CARGO/FUNÇÃO:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ENCANADOR OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS OPERADOR DE MÁQUINAS OPERADOR DE MOTONIVELADORA OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA/PA CARREGADEIRA VIGIA ZELADOR

I - LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos; Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados; Conhecimento da língua: a) ortografia, b) acentuação gráfica, c) pontuação, d) masculino e feminino, e) antônimo e sinônimo, f) diminutivo e au-

mentativo. Fonologia: Conceito /Encontros vocálicos /Dígrafos/ Divisão Silábica /Prosódia-Acentuação/ Ortografia. Morfologia: Estrutura e formação das palavras /Classes de Palavras. Sintaxe: Termos de Oração/ Período Composto/Conceito e classificação das orações/Concordância verbal e nominal/ Regência verbal e nominal/Crase/Pontuação. - Semântica: A significação das palavras no texto. Interpretação de Texto.

II – MATEMÁTICA: Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Adição, subtração, divisão e multiplicação de números inteiros e fracionários. Números: Sequência numérica e operações (adição / subtração / multiplicação / divisão). Grandezas e suas medidas (tempo, comprimento, massa). Unidades de medida: comprimento (metro e seus múltiplos e submúltiplos); massa (tonelada, quilograma, grama); capacidade (litro e mililitro); tempo (horas, minutos e segundos). Formas Geométricas: reconhecimento de regiões planas (quadradas, retangulares, triangulares e circulares) e seus contornos (quadrado, retângulo, triangulo e circunferência); reconhecimento de figuras espaciais (esfera, cilindro, prisma, pirâmide, cone, cubo, paralelepípedo ou bloco retangular). Frações "ordinárias" e decimais: operações (adição, multiplicação, subtração e divisão).

III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS: Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente.Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades compatíveis com as atividades diárias do cargo.

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO:

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO (MERENDEIRA); APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA (ZELADORA); APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGILÂNCIA (VIGIA); APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR; MOTORISTA

I - LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos; Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados; Conhecimento da língua: a) ortografia, b) acentuação gráfica, c) pontuação, d) masculino e feminino, e) antônimo e sinônimo, f) diminutivo e aumentativo. Fonologia: Conceito /Encontros vocálicos /Dígrafos/ Divisão Silábica /Prosódia-Acentuação/ Ortografia. Morfologia: Estrutura e formação das palavras /Classes de Palavras. Sintaxe: Termos de Oração/ Período Composto/Conceito e classificação das orações/Concordância verbal e nominal/ Regência verbal e nominal/Crase/Pontuação. - Semântica: A significação das palavras no texto. Interpretação de Texto.

II – MATEMÁTICA: Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Adição, subtração, divisão e multiplicação de números inteiros e fracionários. Números: Sequência numérica e operações (adição / subtração / multiplicação / divisão). Grandezas e suas medidas (tempo, comprimento, massa). Unidades de medida: comprimento (metro e seus múltiplos e submúltiplos); massa (tonelada, quilograma, grama); capacidade (litro e mililitro); tempo (horas, minutos e segundos). Formas Geométricas: reconhecimento de regiões planas (quadradas, retangulares, triangulares e circulares) e seus contornos (quadrado, retângulo, triangulo e circunferência); reconhecimento de figuras espaciais (esfera, cilindro, prisma, pirâmide, cone, cubo, paralelepípedo ou bloco retangular). Frações "ordinárias" e decimais: operações (adição, multiplicação, subtração e divisão).

III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS: Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente.Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades compatíveis com as atividades diárias do cargo.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO:

TECNICO E/OU AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL; TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL SECRETARIA ESCOLAR; FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

I - LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e interpretação de texto. FONOLOGIA: Fonema; Encontros vocálicos; Encontros consonantais; Sílaba; Ortografia; Notações Léxicas; Sinais de pontuação. Acentuação gráfica. MORFOLOGIA: Elementos Estruturais; Processos de Formação da palavra; Classes Gramaticais (Conceito, identificação, classificação, flexão e emprego das dez classes de palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição; Pronome (Emprego dos pronomes; Contração dos pronomes oblíquos); Verbo (Tempo verbal, Correlação entre os tempos verbais; Modo verbal; Conjugações verbais; Vozes do verbo; Verbo principal e Verbo auxiliar); Advérbio (Locução adverbial; Palavras e locuções denotativas). Preposição (Locução prepositiva; Relações estabelecidas pelas preposições); Interjeição (A interjeição e o contexto). SINTAXE: Frase, Oração (Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Orações reduzidas.) e Período

(Período Simples. Período composto por coordenação; Período composto por subordinação; Período composto por coordenação e subordinação); Estudo complementar do período composto; Crase (Conceito e emprego). SEMÂNTICA: Sinônimos; Antônimos; Homônimos; Parônimos.

II – MATEMÁTICA: Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Conjunto dos números naturais (N): Operações (adição / subtração / multiplicação / divisão / potenciação / radiciação). Expressões numéricas; Teoria dos números: pares/ ímpares/ múltiplos/ divisores/ primos/ compostos/ fatoração/ divisibilidade/MMC e MDC. Conjunto dos números racionais relativos (Q): Frações ordinárias e decimais; Operações: adição/ subtração/ multiplicação / divisão / potenciação / radiciação / simplificação / ordem. Sistema de medidas e mudanças de unidade (comprimento, massa, volume, capacidade e áreas de superfícies). Conjunto dos números inteiros relativos (Z); Propriedades Comparação; Operações: adição/subtração/multiplicação/divisão/potenciação. Cálculo das áreas das figuras geométricas planas (quadrado, retângulo, paralelogramo e triangulo). Cálculo do volume de sólidos geométricos (cubo e paralelepípedo). Função polinomial real. Função do 1º e 2º graus. Equação do 1º e 2º graus. Expressões numéricas: valor numérico, produtos notáveis, simplificação, fatoração. Inequações do 1º e 2º graus e Sistemas de equações. Matemática financeira: Razão, proporção, divisão proporcional. Regra de três simples e composta. Porcentagem e juros.

III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS: Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente. História e Geografia do Brasil, Mato Grosso e Nova Ubiratã, Ciências, Atualidades na Política Nacional e o Mundial, Economia, Artes, Cultura e Esportes. Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades compatíveis com as atividades diárias do cargo.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA COM LICENCIATURA PLENA; PSICÓLOGO. MÉDICO VETERINÁRIO

I - LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e interpretação de texto. FONOLOGIA: Fonema; Encontros vocálicos; Encontros consonantais; Sílaba; Ortografia; Notações Léxicas; Sinais de pontuação. Acentuação gráfica. Morfologia: Elementos Estruturais; Processos de Formação da palavra; Classes Gramaticais (Conceito, identificação, classificação, flexão e emprego das dez classes de palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição; Pronome (Emprego dos pronomes; Contração dos pronomes oblíquos); Verbo (Tempo verbal, Correlação entre os tempos verbais; Modo verbal; Conjugações verbais; Vozes do verbo; Verbo principal e Verbo auxiliar); Advérbio (Locução adverbial; Palavras e locuções denotativas). Preposição (Locução prepositiva; Relações estabelecidas pelas preposições); Interjeição (A interjeição e o contexto). Sintaxe: Frase, Oração (Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Orações reduzidas.) e Período (Período Simples. Período composto por coordenação; Período composto por subordinação; Período composto por coordenação e subordinação); Estudo complementar do período composto; Crase (Conceito e emprego). Semântica: Sinônimos; Antônimos; Homônimos; Parônimos.

II – MATEMÁTICA: Avaliação da habilidade do candidato em entender a estrutura lógica de relações entre pessoas, lugares, coisas ou eventos, deduzir novas informações e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. As questões da prova poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas; lógica de argumentação; diagramas lógicos; aritmética; álgebra e geometria básica.

III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS: Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente. História e Geografia do Brasil, Mato Grosso e Nova Ubiratã, Ciências, Atualidades na Política Nacional e o Mundial, Economia, Artes, Cultura e Esportes.Filosofia da Educação: Concepções liberais e progressistas da educação: contribuições e limites; Pedagogia tradicional, construtivista e tecnicista. Sociologia da Educação: a democratização da escola; educação e sociedade. Psicologia da Educação: Teoria do desenvolvimento humano, suas distintas concepções; História da Educação: da primeira república ao advento da nova república; O pensamento pedagógico brasileiro. Currículo e Avaliação. Política e Organização da Educação Básica Estrutura: Organização da educação brasileira; Legislação educacional (LDB nº 9394/96); Políticas educacionais; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); Descentralização: avaliação, currículo, legislação; Plano Nacional de Educação. Lei nº 9.394/96/LDB: antecedentes históricos da LDB.Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades técnicas compatíveis com as atividades diárias do cargo.

ANEXO III

CRONOGRAMA ESTIMADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

ESPECIFICAÇÃO	***DATAS E PERÍODOS***
Publicação do edital	***04/08/2023***
Período de inscrições	***10/08 a 17/08/2023***

Publicação do edital de inscrições deferida e indeferidas	***21/08/2023***
Interposição de recursos	***22/08/2023***
Publicação do resultado de interposição de recursos e Publicação do edital de homologação das inscrições	***24/08/2023***
Realização das provas	***03/09/2023***
Divulgação do gabarito	***04/09/2023***
Publicação do edital provisório, contendo Classificação dos candidatos	***11/09/2023***
Interposição de recursos referente ao edital Provisório referente a prova escrita e classificação.	***12/09/2023***
Publicação do resultado da avaliação dos recursos	***14/09/2023***
Publicação do edital contendo o resultado definitivo as provas	***18/09/2023***
Publicação e homologação do Processo Seletivo Simplificado	***19/09/2023***

*As publicações serão feitas no diário oficial da AMM, da Prefeitura Municipal e por afixação no Paço Municipal.

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Data de Nascimento: _____/_____/_____ Telefone: _____

Nome da Mãe: _____

Nome do Pai: _____

Cargo Pretendido: _____

Local/Distrito:_____

Número do Cargo Pretendido:_____

E-mail do(a) Candidato(a):_____

Número do PIS/PASEP:_____

Quadro a ser preenchido exclusivamente para candidato PNE:
PNE: ( ) SIM ( ) NÃO Tipo: _____
Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário).
[ ] NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL
[ ] NECESSITA DE PROVA ESPECIAL/ TIPO DE PROVA: _____
(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

Campo a ser preenchido pela Comissão do Teste Seletivo de Nova Ubiratã / MT
Número da Inscrição: _____
Recebido por: _____Data: _____/_____/_____

Declaro que tomei conhecimento do Edital do Processo Seletivo Simplificado **001/2023** e que as declarações acima são verdadeiras.

_____

Assinatura do Candidato

ANEXO V

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO
Teste Seletivo Simplificado nº. 001/2023

Candidato (a): _____
Inscrição Nº: _____Local:_____
RG: _____ CPF: _____
Cargo pretendido:_____
Escolaridade: _____
Assinatura do candidato:_____
Responsável pela conferência:_____

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO
Teste Seletivo Simplificado nº. 001/2023

Candidato (a): _____
Inscrição Nº: _____Local:_____
RG: _____ CPF: _____
Cargo pretendido:_____
Escolaridade: _____
Assinatura do candidato:_____
Responsável pela conferência:_____

ANEXO VI

RECURSO ADMINISTRATIVO

Á Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado nº. 001/2023

Nova Ubiratã/MT.

Nome do Candidato: _____

Número da Inscrição: _____ Concorrido a: _____

Marque abaixo o tipo de recurso:

1. ( ) Erro na grafia do nome ou endereço.

2. ( ) Gabarito Oficial: questão(ões) nº _____.

3. ( ) Erro ou omissões nos cadernos de provas de múltipla escolha.

4. ( ) Resultado das provas de múltipla escolha.

5. ( ) Erro ou omissão na classificação final.

6. ( ) Outros.

Letras de Forma, Digitar ou datilografar a justificativa do recurso, de forma objetiva, com embasamento.

Nova Ubiratã, MT/_____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura do candidato

Outros:_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

ANEXO VII

Das Condições e Normativas para Prova Prática

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS, OPERADOR DE MOTONIVELADORA, OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA/PÁ CARREGADEIRA E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**.**

1. DA PROVA PRÁTICA

1.1.A avaliação consistirá de uma prova prática que terá a duração máxima de 15 (quinze) minutos, sendo que se o candidato não apresentar documento de habilitação, correspondente ao cargo, no momento da realização da prova, será automaticamente reprovado. Não serão aceitos protocolos de aprovação ou de confecção de CNH.

1.2. A prova prática será feita em veículos de propriedade do Município obedecendo aos critérios determinados pela Comissão de Avaliação do Teste Seletivo;

1.3. No exame prático de direção veicular, o candidato será avaliado nos seguintes critérios:

a) Faltas Graves;

b) Faltas Médias;

c) Faltas Leves.

1.4.A prova prática será realizada no dia 03/09/2023, logo após o candidato se retirar da sala, ou seja, ao término da prova objetiva, tendo em vista o art. 7.7. Tendo como local o pátio da Secretaria Municipal de Obras, devendo o candidato antes de iniciar a prova apresentar a carteira de habilitação;

1.5.O candidato *deverá chegar* ao local do início da *prova15 (quinze) minutos antes, sob pena de não poder* fazer a prova e *estar* automaticamente eliminado;

1.6.A prova terá início no pátio da Secretaria de Obras e prosseguirá com um trajeto de rua sendo finalizada na própria Secretaria de Obras.

1.7A prova prática será avaliada por dois membros da comissão de avaliação e equipe de apoio caso houver necessidade, sendo que a nota consistira em uma média aritmética das duas notas atribuídas.

1.8O candidato iniciará o teste prático com um total de 10 (dez pontos), porém no desenvolvimento do mesmo serão descontados pontos conforme o tipo e quantidade de faltas que cometer considerando os seguintes critérios:

a) Faltas Graves: Serão descontados 2,0 (dois) pontos por cada infração cometida.

Tipos de Infração:

- Avançar sobre o meio fio;

- Não colocar o veículo em área balizada;

- Avançar a via preferencial;

- Exceder a velocidade regulamentada para a via;

- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave ou gravíssima;

- Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção;

- Não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo ou ainda quando o pedestre não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;

- Manter a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o percurso da prova ou parte de dele;

- Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;

- Não usar devidamente o cinto de segurança;

b) Faltas Médias: Será descontado 1,0 (um) ponto por cada infração cometida.

Tipos de Infração:

- Executar o percurso da prova, no todo ou em parte, sem estar o freio de mão inteiramente livre;

- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova;

- Fazer conversão incorretamente;

- Usar a buzina sem necessidade ou em local proibido;

- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal de freio nas frenagens;

- Entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro;

- Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso;

- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

c) Faltas Leves: Será descontado 0,5 (meio) ponto por cada infração cometida.

Tipos de Infração:

- Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor;

- Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;

- Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento;

- Utilizar ou interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo;

- Dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada;

- Tentar movimentar o veículo com o sistema de engrenagem de tração em ponto neutro;

- Provocar movimentos irregulares no veículo sem motivos justificados;

- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza leve.

A Nota Final do Candidato aos Cargos acimas mencionados, serão calculados através da pontuação obtida, descontado os pontos referente às faltas cometidas.

A soma final das notas dos candidatos aos cargos acima mencionados, será a soma das duas notas Prova Objetiva e Prova Prática, dividido por 02 (dois).

A Prova Objetiva vale 10 (dez) pontos e a Prova Prática 10 (dez) pontos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.341, DE 3 DE AGOSTO DE 2023.

DECRETO Nº 5.341, DE 3 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre atualização da Unidade Padrão Fiscal do município de Nova Xavantina e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe a Lei Municipal n.º 921, de 21 de dezembro de 2001, *Código Tributário Municipal – CTM*, alterada através da Lei Municipal n.º 1.976, de 29 de dezembro de 2016, que *altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 921/2.001, e dá outras providências;* e demais legislação que trata da matéria;

- Considerando a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado no período de abril/2023 – 0,53%, maio/2023 – 0,36% e junho/2023 – -0,10%; **Decreta:**

Art. 1º Fica atualizado o valor da *Unidade Padrão Fiscal de Nova Xavantina – UPF/NX*, em 0,79% (zero vírgula setenta e nove sete por cento) referente ao INPC do período de 4/2023 a 6/2023, de R$ 41,78 (quarenta e um reais e setenta e oito centavos) para R$ 42,11 (quarenta e dois reais e onze centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de agosto de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 001/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 001/2023

O **MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 15.024.045/0001-73, com endereço na Avenida Expedição Roncador Xingu, n.º 249, Setor Xavantina, **NOTIFICA** os contribuintes que estiverem em débito com a Fazenda Pública Municipal e inscritos em Dívida Ativa, relativos ao IPTU, ISSQN, ALVARÁ E TAXAS dos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, para que no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste

Edital, regularizarem seus débitos, sob pena de cobrança judicial por meio de Ação de Execução Fiscal ou por outros meios alternativos extrajudiciais de cobrança.

Nova Xavantina – MT, 03 de agosto de 2023.

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

CONTRIBUINTE	VALOR DA DÍVIDA
ADALTO RODRIGUES DA SILVA	R$ 423,01
A L HEMMING	R$ 2.870,55
A. C. AGUIAR DA SILVA	R$ 2.827,34
ABDEL HALIM MUHD ABDEL HAMID AYYUD	R$ 3.429,08
ADAO EURIPEDES DA SILVA	R$ 4.130,88
ADAO MARTINS RIBEIRO DA ROCHA - ESPOLIO	R$ 1.325,97
ADAO PEREIRA DE ABREU	R$ 12.426,84
ADELIA MORAES DOS SANTOS	R$ 2.929,01
ADEMIR CAETANO DE OLIVEIRA	R$ 2.146,37
ADENILVA TRINDADE CARDOSO	R$ 1.848,73
ADIVAIR MARIA DAS CHAGAS	R$ 8.118,39
ADRIANA MARIA LUIZA BARBOSA	R$ 1.013,66
AIRTON OTAVIO CORTEZ	R$ 6.852,34
ALAOR DA SILVA LEITE	R$ 1.619,43
ALDELUCIA DIAS DE SOUZA	R$ 4.132,96al
ALDO DUNCK	R$ 1.224,26
ALFREDO ARNILDO KINSEL	R$ 793,23
ALISSON MARTINS DE SOUSA EIRELI	R$ 4.009,40
ALISSON MARTINS DE SOUSA EIRELI	R$ 4.009,40
ALVINO LOPES DA SILVA E OUTRA	R$ 1.977,74
ALZIRA CARNEIRO SILVA	R$ 2.479,22
AMANDA GERVAZONI CHACON	R$ 2.523,74
ANA PEREIRA BARBOSA	R$ 2.464,96
ANILZA ANGELO DA SILVA	R$ 1.662,28
ANTONIA AUGUSTA TENORIO	R$ 1.356,36
ANTONIO CARLOS BARROS GARBOGGINI	R$ 1.065,92
ANTONIO CARLOS BARROS GARBOGGINI	R$ 1.066,18
ANTONIO JOSE DA SILVA	R$ 669,19
ANTONIO MARCOS MENEGAT	R$ 748,08
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	R$ 4.356,33
APARECIDA ELIAS PONTES	R$ 1.415,28
APARECIDO FIDELIS FILHO	R$ 926,71
ARGIZIO ROMARIO DOS SANTOS	R$ 1.605,98
ARIANE KASPARY GOTZ	R$ 990,37
ARTHUR AIRES GARCIA DE AMORIM	R$ 2.258,29
AURELIO TRICHES	R$ 1.048,08
AURO VIANA XAVIER	R$ 843,09
BEATRIZ SCHWANTES MARIMON	R$ 2.875,79
BELMIRO BAVARESCO	R$ 5.138,94
BENEDITO VERISSIMO DUARTE	R$ 3.084,03
BERNARDETE SOKOLOSKI	R$ 5.547,41
CARLINHOS RABELO LEITE	R$ 2.052,78
CARLOS ALBERTO DE SOUZA ROCHA	R$ 1.680,88
CARMOSINA PEREIRA GONCALVES	R$ 2.063,41
CARRIJO & ANDRADE LIMITADA	R$ 4.673,39
CELESTE BARATTO	R$ 1.606,02
CELIA MARIA DA SILVA FERREIRA	R$ 4.241,92
CHRISTINE HEERDT	R$ 2.711,98
CLARI KLEIN	R$ 827,22
CLAUDIA FERNANDA DE SOUZA	R$ 1.263,91
CLAUDIANA TEREZINHA DOS SANTOS	R$ 2.606,92
CLAUDIO LUIZ CIRINO DE SOUZA	R$ 1.817,40
CLEITON PEREIRA SANTOS	R$ 1.440,07
CLERIA MARIA SCHEIN	R$ 916,04
CLEUDILEI DE SOUZA DIAS	R$ 1.008,74
CLODOMIRO LUIS COELHO	R$ 4.578,64
CLOVIS ALVES DE MELO	R$ 703,80
CORECO TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI	R$ 1.463,58
DEBGAIL SANTANA RODRIGUES DA SILVA	R$ 3.086,89
DIVALDO DIAS DE PAULA FILHO LTDA	R$ 1.317,53
DOMINGAS ANTONIO DA COSTA	R$ 1.421,69
DOMINGAS DOS SANTOS SOUZA - ESPOLIO	R$ 2.474,04
E F DE ARAUJO EIRELI - ME	R$ 7.138,20
E F DE ARAUJO EIRELI - ME	R$ 8.906,27
EDIVANIA PEDROSA MENDANHA	R$ 7.889,54
EDNA FERREIRA BORGES	R$ 2.229,73
EDSON P. COSTA JUNIOR AUTO PECAS	R$ 5.932,90
EDUARDO RAFAEL DE ALMEIDA LOBIANCO	R$ 2.424,86
ELCIMAR MARTINS VIEIRA	R$ 2.262,73
ELIANE BARREIRA BARBOSA	R$ 956,47
ELIANE RODRIGUES DA SILVA	R$ 775,95
ELTON CLEI BORGES SALES	R$ 669,59
ELVIS MARQUES DE SOUTO	R$ 2.616,80
EMILENE APARECIDA FERREIRA PERES	R$ 522,64
EPITACIO ANDRADE DA SILVA	R$ 1.589,33
ERIKA VIVIANE SANTOS BRANQUINHO	R$ 4.575,63
EURIPEDES FERREIRA SANTOS	R$ 1.276,87
EUTERPINA BARROS PEREIRA	R$ 2.568,10
EVERALDO DE OLIVEIRA COSTA	R$ 738,44
EVILSON FERREIRA AZEVEDO	R$ 10.377,47
F. DE Q. DALZOTO	R$ 2.324,18
FABIO FORSTHOFER ENGENHARIA	R$ 1.022,83
FABIO SILVA SANTOS	R$ 10.110,72
FABIO SILVA SANTOS	R$ 6.077,17
FERNANDA DE OLIVEIRA MAGNO	R$ 4.719,30
FLORACY RODRIGUES DA SILVA	R$ 778,69
FUNERARIA XAVANTINA LTDA	R$ 5.222,84
H. B. GRAFF	R$ 7.951,08
IRIS DIAS DE PAULA NETO	R$ 2.775,20
JACINTO FRANCA BARBOSA	R$ 3.205,01
JASTUENY MOURA LEAL	R$ 3.553,02
JOAO BATISTA LOPES DA SILVA	R$ 6.481,88
JOAO BOSCO PIRES DA SILVA	R$ 2.701,62
JOAO BOSCO VITAL DA SILVA	R$ 6.344,08
JOAO EURIPEDES ALVES DE SILVA	R$ 1.988,40
JOAO LOPES DA SILVA	R$ 1.524,20
JOAO RODRIGUES DA SILVA	R$ 1.222,81
JOAQUIM FONSECA DE OLIVEIRA	R$ 2.024,14
JOAQUIM PAIS RIBEIRO	R$ 1.041,73
JOEL DA MOTA RIBEIRO	R$ 1.602,70
JORGE DE CAMPOS NETO	R$ 1.821,12
JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA	R$ 2.357,01
JOSE IRONALDO ARAUJO PINTO	R$ 727,13
JOSE R. REZENDE	R$ 8.179,52
JOSINA ROSA DA SILVA	R$ 1.515,76
JULIA CARLOS DE SOUZA	R$ 1.544,85
JUNIOR CESAR EDUARDO DE OLIVEIRA	R$ 1.682,30
KATIA LARISSA HONOSTÓRIO PRICINOTE	R$ 1.385,94
KLERYO ANTONIO SANTOS CAMARA	R$ 9.167,30
KLEYSON FERREIRA DA SILVA EIRELI	R$ 6.121,05
LAURA CARVALHO DA SILVA	R$ 1.479,34
LAZARO PROCOPIO DA SILVA	R$ 686,09
LECI DA CRUZ	R$ 731,45
LEILA ZIGROSSI GARCIA	R$ 2.606,49
LEOPOLDO JERONIMO DOS SANTOS	R$ 1.942,21
LINDENILSON CORDEIRO BORGES METALURGICA	R$ 2.674,82
LIQUEFARM AGROPECUARIA SUIA MISSU S/A	R$ 7.450,18
LIZIANE FRIES	R$ 3.266,07
LOURIVAL SOARES DE LIMA	R$ 767,67
LUCAS MONTEIRO SOARES	R$ 3.648,43
LUCIENE MOREIRA DA SILVA	R$ 1.236,46
LUCIENE PEDRO DA SILVA	R$ 3.932,92
LUCIMAR RIBEIRO DA FONSECA	R$ 1.326,10
LUCIO AUGUSTO COELHO	R$ 1.664,31
LUIZ CARLOS ROSSI	R$ 2.776,90
LUZIANO ALVES DA SILVA	R$ 2.469,10
MANOEL BRAZ DE LIMA	R$ 1.489,73
MANOEL EROMA DE GODOY	R$ 633,20
MARA LUCIA RODRIGUES DE FIGUEIREDO SILVA	R$ 744,27
MARCIA DA SILVA	R$ 914,07
MARCIO CARLOS PEREIRA	R$ 613,04
MARCOS VINICIUS COSTA	R$ 2.392,51
MARIA ABADIA FREITAS BARBOSA	R$ 1.677,54
MARIA CARDOSO DA SILVA	R$ 690,04
MARIA DA GUIA DE SOUZA	R$ 3.710,27
MARIA DAS DORES P. DE MIRANDA	R$ 1.860,04
MARIA DAS GRACAS FERREIRA DE ARAUJO	R$ 736,81
MARIA DE ANGELO SOCORRO	R$ 1.413,94
MARIA DE LOURDES DE JESUS DOS SANTOS	R$ 1.071,31
MARIA DORACI FERREIRA DOS SANTOS	R$ 1.469,34
MARIA FIRMINA DA ROCHA CARDOSO	R$ 4.036,97
MARIA HELENA SOUZA NASCIMENTO	R$ 6.524,97
MARIA IZABEL DA CRUZ	R$ 1.201,23
MARIA JOSE MONTEL	R$ 488,82
MARIA LUCIA RODRIGUES BATISTA	R$ 1.247,37
MARIA LUCIA VIEIRA GOMES DIAZ	R$ 4.976,32

MARIA MADALENA DA SILVA	R$ 1.589,33
MARIA NONATO MAIA	R$ 1.769,83
MARIA NONATO MAIA	R$ 1.769,83
MARIA PEREIRA PASSOS	R$ 1.816,48
MARIA SELVINA PEREIRA LUKASZESKI	R$ 6.404,43
MARIANA GOMES BERNARDES	R$ 1.901,71
MARILENE DA SILVA SOUZA - ESPOLIO	R$ 1.805,10
MARINALVA ALVES BARBOSA FARIAS	R$ 1.700,08
MARIO EDUARDO DE CICO	R$ 2.053,29
MARIO MACARI	R$ 9.783,94
MARIZETE BATISTA	R$ 2.835,24
MARLI MADALENA RAUBER DA ROSA	R$ 2.365,22
MARLI MARTINS DE SOUZA	R$ 1.471,16
MATHEUS CORREIA PONTES	R$ 11.808,69
MAURICIO DE SIQUEIRA	R$ 23.337,09
NEIDE PEREIRA DA SILVA	R$ 4.609,99
NELSON PEREIRA DA SILVA	R$ 1.166,28
NERINA TAVARES MARTINS	R$ 3.313,37
ORLANDO FERNANDES DE SOUZA	R$ 1.428,00
ORLINDO QUINTILIANO DE MOURA	R$ 2.842,36
OSVALDO BRIGIDO DOS SANTOS	R$ 6.217,84
PEDRO LERIAS DOS SANTOS	R$ 8.748,46
REGINALDO SOARES DA SILVA	R$ 377,95
REINALDO CORREIA DA SILVA	R$ 1.060,77
RENATO LOPES TORRES	R$ 2.043,75
ROMEU GRESPON - ESPOLIO	R$ 23.376,70
ROMILDA SILVA ANDRADE	R$ 10.210,36
ROMILDA SILVA ANDRADE	R$ 10.215,47
ROSILENE COUTRINS DA SILVA	R$ 1.993,43
S. T. PIMENTEL - COMERCIO	R$ 940,33
SALVADOR MOREIRA DOS SANTOS	R$ 4.508,96
SANTINA ALVES DE MENEZES	R$ 4.002,40
SERGIO DE ALMEIDA JESUS	R$ 24.448,20
SERGIO LUIS DOS SANTOS	R$ 3.587,99
SERGIO LUIZ STURMER	R$ 6.797,70
SHALON TRANSPORTES E LOGISTICAS LTDA	R$ 625,00
SILVIA HELENA CONCEICAO DA MAIA	R$ 5.607,05
SIRLENE ALMEIDA MARTINS	R$ 6.560,85
SONIA MARIA DOSSENA GRANADO	R$ 5.823,51
SUELMA FERREIRA DOS SANTOS	R$ 3.820,07
VALTER BERNARDES DA SILVA	R$ 10.166,53
VANDERLEI AUGUSTO DE SOUZA	R$ 836,57
VEIGA, FINATTI & CIA LTDA - EPP	R$ 936,05
VINICIUS CAMATI PIZA PIMENTEL	R$ 11.634,24
VINICIUS JOSE ACADROLLI	R$ 704,44
VINICIUS MOREIRA SOUSA	R$ 1.271,13
VINICIUS MOREIRA SOUSA	R$ 1.271,13
WAGNER CARLOS RUSSO	R$ 2.947,98
WANDE ALVES DINIZ	R$ 9.181,42
WANDERSON PEREIRA LEMOS	R$ 772,87
WEBER RODRIGUES DE ALMEIDA	R$ 6.017,23
WELINGTON MENDES PEREIRA DOS SANTOS	R$ 578,64
WILLIAN PEREIRA DOS SANTOS	R$ 1.299,34
ZUFFO ENGENHARIA LTDA	R$ 972,92

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.345, DE 4 DE AGOSTO DE 2023.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

Decreto Nº 5345, de 4 de agosto de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2481/2022, de 23 de dezembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 5.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$5.000,00
1.708.0000000 Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$5.000,00
1.708.0000000 Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 4 de agosto de 2023.

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: MarceloGFerreira. Emissão: 04/08/2023, às 12:24:38. Protocolo: 7f8ca784-4d31-4e6f-b58c-c39fac9a26a1

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.344, DE 4 DE AGOSTO DE 2023.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

Decreto Nº 5344, de 4 de agosto de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2481/2022, de 23 de dezembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 40.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$20.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 20.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$20.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$20.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 20.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$20.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 4 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA Nº 208/2023

PORTARIA Nº 208/2023

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, Sr. Silvano Pereira Neves, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º- Nos termos dos arts. 73 e 84 da Lei nº 429/98 de 15 de dezembro de 1998 – que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Novo Horizonte do Norte autorizo a partir de 04/08/2023, o retorno do servidor **Valdinei Moreira da Silva** aocargo de **Motorista II**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que se encontrava em Licença sem Remuneração por um período de 02 (dois) anos.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 04 de agosto de 2023.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA Nº 210/2023

PORTARIA 210/2023

"DESIGNA OS SERVIDORES PARA A FUNÇÃO DE FISCAL DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições que Confere-lhe o Art.45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Designar a Sra. **ANA CRISTINA DE LIMA,** portadora da matrícula nº637, conforme a Portaria de nomeação nº084/2009, e o servidor **DEIVID DILEMBURG,** portador da matrícula nº1008, conforme a Portaria de nomeação nº113/2025, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio, para exercerem as atribuições da função temporária de **FISCAL DE INSPENÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL, conforme a LEI MUNICIPAL Nº 1.338, DE 10 DE AGOSTO DE 2021.**

ARTIGO 2º- Os servidores assumem compromisso de fielmente cumprir com deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeram se a observar o Código de Ética profissional, e a Lei Orgânica do Município e a atual Lei Municipal nº1.338/2021 de Fiscal de Inspeção Sanitária e Industrial do Município de Novo Horizonte do Norte-MT.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 04 de agosto de 2023.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA Nº209/2023

PORTARIA Nº209/2023

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR EFETIVO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, Sr**. SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO que o servidor público **Valdinei Moreira da Silva,** matrícula nº635, no cargo **Motorista II,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde**,** solicitou por requerimento a sua exoneração do cargo efetivo deste Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar o Servidor Público Municipal **VALDINEI MOREIRA DA SILVA,**brasileiro, maior, portador da matrícula nº635, do cargo efetivo de **Motorista II,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 04 de agosto de 2023.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL - SESSÃO SOLENE DE POSSE DO PREFEITO MUNICIPAL SR. SILVANO PEREIRA NEVES

SESSÃO SOLENE DE POSSE DO PREFEITO MUNICIPAL SR. SILVANO PEREIRA NEVES.

Ao 1º (primeiro) dia do Mês de Agosto de 2023 (Dois mil e vinte e três), às 08:00 (oito horas), no Gabinete do Prefeito Municipal, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT, juntamente com os demais presentes, para Empossar o Sr. Silvano Pereira Neves no Cargo de Prefeito Municipal, onde o mesmo se encontrava Licenciado para tratamento de saúde conforme Requerimento de Licença Médica do dia 13/06/2023 até 31/07/2023, com retorno a partir de 01/08/2023. Durante esse período de Licença assumiu o Cargo de Prefeito Municipal o Sr. Felipinho Honório de Oliveira. Prosseguindo com o Ato de Posse, Declaramos empossado o Prefeito Municipal Sr. Silvano Pereira Neves, Portador do RG n.º 06259162 SSP MT e do CPF n.º 503.521.641 – 15, residente e domiciliado na Avenida Amadeu Ribeiro Borges n.º 684 – Centro, neste Município, conforme assinaturas abaixo relacionadas. Não havendo mais nada a se tratar, declaramos encerrado o Ato de Posse.

Novo Horizonte do Norte – MT., em 01 de Agosto de 2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - SRP 011/2023

Processo Licitatório 014/2023

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em operação de sistema de cartões, para manutenção preventiva, corretiva, peças, lubrificantes, aditivos e óleos, operada através de sistema via web próprio da contratada, compreendendo o orçamento do objeto através das redes de lojas credenciadas, para atender as necessidades das secretarias municipais da

prefeitura municipal de Novo Horizonte do Norte – MT, conforme especificado no anexo I – Termo de Referência do edital.

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – Estado de Mato Grosso,** neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **Silvano Pereira Neves** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público à vista do resultado conclusivo emitido pelo pregoeiro que fez a adjudicação do processo como vencedora a empresa **Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.**, inscrita no **CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30,** com proposta no percentual de **3,30%,** sendo –16,70% de taxa administrativa e 20,00% de taxa a ser cobrada do credenciado, com base nos elementos constantes do processo correspondente. Diante do exposto, **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e **HOMOLOGO** a presente licitação nos termos do edital de licitação, seus anexos e proposta da empresa vencedora.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 04 de agosto de 2023.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2023

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	***EMPRESA R. B. CONSULTORIA LTDA***, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com sede na Av Curitiba, n. ° 2734, Centro, CEP 78.890-000, inscrita no CNPJ n.° 32. 584.569/001-38, neste ato representada pelo senhor **JEAN FELIPE BOSA**, empresário, portador do RG n.° 7***2, DRT,MT SSP/MT e CPF n.° 038.***.***-74, têm entre si justo e acertado o que contém nas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos e obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com o Processo Licitatório 061/2023 Dispensa 021/2023 da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores, as quais as partes se sujeitam, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas
Objeto	**CONTRATAÇÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA NA ÁREA PREVIDENCIÁRIA A FIM DE AVALIAR, REVISAR E ORIENTAR A SISTEMÁTICA APLICADA NA ATUALIZAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 453/ 2018 QUE DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNCIPIO DE NOVO MUNDO -MT.**
Valor	O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 17. 000,00(dezessete mil).
Prazo de Vigência e	O prazo para a execução e entrega do objeto deste CONTRATO é de **03 (tres) meses (21/06/2023 a 21/09/2023).**
Dotação Orçamentaria	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2023, na classificação abaixo: **0092.03.001.04.122.0002.2015.3390.39.00.00.00**
	Dispensa 021/2023.

Novo Mundo/MT, 04 de agosto 2023.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22-A/2023 ATÉ 22-F/2023 REFERENTES AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 – SRP

Interessado: Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Processo nº. 72/2023

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USF (UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR) NOVO MUNDO, CATARINA ZIN MAFINI E DORICO PEREIRA DE ARAUJO, CONFORME EMENDA Nº 39620003 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT.**

Prazo: 12 (doze) meses, a partir desta data.

Registro de Preço da empresa **SUPER UTIL COMERCIAL LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 15.392.562/0001-03 localizada na Av. Natalino João Brescansin Bairro Centro cidade de Sorriso – MT CEP 78.890-000 representada pelo seu sócio senhor **EDINO GNOATTO** CPF nº ***.515.169-** RG sob o nº *.**0.53*-* residente e domiciliado na Av. Curitiba Bairro Centro município de Sorriso – MT.

CÓD.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
237642	2	TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL, COM TRIPÉ RETRÁTIL MANUAL, TELA COM SUPERFICIE DE PROJEÇÃO TIPO MATTE WHITE OU SIMILAR QUE PERMITA GRANHO DE BRILHO, COM BORDAS PRETAS PARA ENQUADRAMENTO, COM TAMANHO APROXIMADO DA ÁREA VISUAL DE NO MÍNIMO DE 1.78 X 1.78, COM ESTOJO EM ALUMÍNIO COM PINTURA ELETROSTÁTICA RESISTENTE A RISCOS E CORROSÕES.	Multilaser	695,00	1.390,00
237649	1	ELETROCARDIÓGRAFO DIGITAL DE 12 CANAIS, COMUNICAÇÃO COM O COMPUTADOR DIRETAMENTE PELO CONSOLE, IMPRESSÃO DIRETA NO EQUIPAMENTO EM FORMATO A4, COM BATERIA RECARREGÁVEL E CONEXÃO À REDE ELÉTRICA BIVOLT (110/220V) AUTOMÁTICO.	Bionet	8. 149,50	8.149,50
VALOR TOTAL					9. 539,50

Registro de Preço da empresa **QUICKBUM E-COMMERCE EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 30.323.616/0001-64 localizada na Rua Garrincha do Mato Grosso Bairro Jardim Vale das Pessoas cidade de Arapongas – PR CEP 86.709-742 representada pelo seu sócio senhor **VALDIR DA SILVA COSTA** CPF nº ***.814.419-** RG sob o nº *.*17.49*-* SSP/PR residente e domiciliado na Rua Francelho Bairro Jardim Vale das Perobas cidade de Arapongas – PR.

CÓD.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
237646	2	SELADORA TIPO MANUAL, COM APLICAÇÃO EM GRAU-CIRÚRGICO.	Agir-Protect Seal Junior 21 cm	280,00	560,00

Registro de Preço da empresa **CIRURGICA AURORA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 37.721.018/0001-92 localizada na Av. Alice Abib Sahao Bairro Jardim Vale Azul cidade de Londrina CEP 86.041-750 representada pelo seu sócio senhor **BRUNO VINICIO DE OLIVEIRA PRADO** CPF nº 37.721.018/0001-92 RG sob o nº **.079.2**-* residente e domiciliado na Bairro Jardim Vale Azul cidade de Londrina – PR.

CÓD.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
237644	3	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL COM ILUMINAÇÃO EM LED, HASTE DO TIPO FLEXÍVEL.	RENASCER RN14026	245,00	735,00

237645	1	MESA DE EXAMES ESTRUTURADA COM ARMÁRIO PARA ARMAZENAMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, CONFECCIONADA EM MADEIRA MDF.	RENASCER RN08017	1. 899,00	1. 899,00
		VALOR TOTAL			2. 634,00

– Registro de Preço da empresa **INOVA TECH INFORMATICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 28.706.488/0001-96 localizada na Av. Juscelino K. de Oliveira Bairro Seminário cidade de Taio CEP 89.190-000 representada pela sócia senhora **FRANCIELI BAGATOLI** CPF nº ***.220.449-** RG sob o nº ***73836*** residente e domiciliado na Rua Alois Peiker cidade de Taió – SC.

CÓD.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
237643	2	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW) DEVE ESTAR EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE, COM CONEXÕES 01 (UMA) VGA E 01 (UMA) HDMI, CAPACIDADE DE BRILHO MÍNIMA DE 3. 000 LUMENS, CONTRASTE MÍNIMO DE 10000:1, RESOLUÇÃO MÍNIMA NATIVA DE 1920X1080, TECNOLOGIA LCD OU DLP, ALTO-FALANTE INTEGRADO NO PROJETOR, ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA 110-220V OU 220-240V, CONTROLE REMOTO, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CABO VGA, SUPORTE A EXIBIÇÃO DE ARQUIVOS A PARTIR DE PEN-DRIVE DIRETO NO PROJETOR (SEM USO DE COMPUTADOR).	MULTILASER PJ005	1. 499,76	2. 999,52

Registro de Preço da empresa **RGLMED COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 50.867. 070/0001-10 localizada na Rua Silverio Manoel da Silva Bairro Vila Princesa Izabel cidade de Cachoeirinha CEP 94.940-243 representada pelo seu sócio senhor **MARCELO DE ALMEIDA TELES** CPF nº ***.879.450-** RG sob o nº ***76267** residente e domiciliado na Rua Silverio Manoel da Silva Bairro Vila Princesa Izabel cidade de Cachoeirinha – RS.

CÓD.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
237647	1	DERMATOSCÓPIO COM AMPLIAÇÃO DE ATÉ 10 VEZES LIVRE DE DISTORÇÃO E ILUMINAÇÃO EM LED.	MIKATOS LED	999,99	999,99
237650	1	ALTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA COM CAPACIDADE PARA ATÉ 75 LITROS COM MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL.	ALT 12LT	3. 849,99	3.849,99
VALOR TOTAL					4. 849,98

Registro de Preço da empresa **K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 21.971.041/0001-03 localizada na Rua Mascarenhas de Moraes Bairro Parque Industrial cidade de Araçatuba – SP CEP 16.075-370 representada pela sócia senhora **VERA ROMANAZZI** CPF nº ***.687.128-** RG sob o nº *.*82.70*-* residente e domiciliado na Rua Doutor Raposo de Melo Bairro Jardim Dona Amélia cidade de Araçatuba – SP.

CÓD.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
237648	1	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO, COM MODO DE OPERAÇÃO MECÂNICA, RÉGUA ANTROPOMÉTRICA DE COM VISOR DIGITAL DE 5 DÍGITOS, COM RÉGUA METROS, CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 150KG.	LIDER P150C	1. 350,00	1. 350,00

Novo Mundo, 28 de julho de 2023.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2023

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa *, CNPJ nº.GRATT INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA,* com sede na *rua Antonio Pelegrine*, nº 45, bairro Jardim da Serra, neste Município Capinzal/SC neste ato representado pelo seu sócio MARCON ROBERT FORMEHL DO NASCIMENTO , portador da CI/RG 3****57 e CPF/MF nº. 006.***. ***-74, residente e domiciliado na Avenida XV de Novembro, nº 380, centro de Capinzal estado de Santa Catarina, doravante designada **CONTRATADA**; resolvem celebrar o presente termo de CONTRATO, que tem por finalidade estabelecer os direito e obrigações das partes na execução dos serviços mencionados na Cláusula Primeira deste instrumento, conforme **Processo Licitatório n.º 036/CPL/2023 na Modalidade Tomada de Preços n.º 002/2023**, na forma prevista no presente contrato, e nas disposições das Leis 8.666/93 e suas alterações, e submetendo-se os contratantes às seguintes Cláusulas e condições;
Objeto	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DO RAMO DA ENGENHARIA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO, FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E PRÉ-OPERAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA COMPACTA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA COMPACTA, MODULAR, FABRICADA EM AÇO CARBONO, FORMATO RETANGULAR ABERTA, COM CLARIFICAÇÃO POR DECANTAÇÃO. O SISTEMA DEVERÁ CONTEMPLAR A VAZÃO TOTAL DE 60 M³/H (16,67 L/S). OS PADRÕES DE POTABILIDADE CONSIDERADOS DEVERÃO**
	ATENDER À EXIGÊNCIA DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 888, DE 04 DE MAIO DE 2021 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.
Valor	O preço global deste CONTRATO é de **R$ 1.300.000,00(um milhão e trezentos mil reais)**, referente ao valor total dos serviços mencionados na CLÁUSULA PRIMEIRA, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Quarta.
Prazo de Vigência e	O prazo para a execução e entrega do objeto deste CONTRATO é de **90 (noventa) dias corridos, conforme cronograma físico financeiro(21/06/2023 a 19/09/2023)** e a vigência do contrato é de 150 dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela PREFEITURA., podendo ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE nos termos da legislação pertinentes às licitações e contratos públicos, bem como podendo ser justificadamente renovado, mediante Termo Aditivo, assinado entre as partes, dentro das limitações previstas na Lei n. 8.666/93. Art. 65, se houverem razões de interesse público devidamente justificado.
Dotação Orçamentaria	Os recursos para pagamento dos serviços objeto do presente contrato correrão à conta das seguintes classificações Funcional Programática, consignada no Orçamento Vigente. **0745.09.005.17.512.0010.1125.4490.51.00.00.00** **Fonte de Recursos:**
	Tomada de Preços 002/2023.

Novo Mundo/MT, 04 de agosto 2023.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2023 – A, 20/2023 – B E 20/2023 – C REFERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023 – SRP

Interessado: Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Processo nº. 067/2023

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNILARIA, ESTOFARIA E SISTEMA DE FREIOS A AR, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ATENDIMENTO A FROTA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO – MT.**

Prazo: 12 (doze) meses, a partir desta data.

Registro de Preço da empresa **VICENTE VALVULAS E PECAS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 35.159.677/0001-51 localizada na Rua das Laranjeiras Bairro Cristo Rei cidade de Guarantã do Norte CEP 78.520-000 representada pela sócia senhora **ANTONIA VANIA MARTINS FERREIRA** CPF nº 014.611.432-92 RG sob o nº 1154190 SSDC RO residente e domiciliado na Rua Salvador Bairro Jardim Vitória cidade Guarantã do Norte – MT.

CÓD.	FORN.	QUANT.	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERTOS DE FREIO A AR	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
235713	HORA	550	SERVICO DE MONTAGEM DE TODOS OS SISTEMAS DE FREIO A AR DE CAMINHOES, ONIBUS E MAQUINAS PESADAS	311,81	171.495,50
235714	HORA	380	SERVICO DE MANUTENCAO E SUBSTITUICAO DE TODOS OS TIPOS DE VALVULAS A AR DE FREIO DE CAMINHOES, ONIBUS E MAQUINAS PESADAS. MODELOS: KNORR, WABCO, VARGAS, ADER	301,98	114.752,40
235715	HORA	380	SERVICO DE MANUTENCAO DE TODOS OS TIPOS DE COMPRESSORES DE AR DE FREIO DE CAMINHOES, ONIBUS E MAQUINAS PESADAS. MODELOS: KNORR, VARGA, CUMMINS, WABCO, HOLSET, CATERPILLA	321,65	122.227,00
235716	HORA	350	SERVICO DE MANUTENCAO E SUBSTITUICAO DE TODOS OS TIPOS DE CUICAS DE FREIO A AR. CUICAS TAMANHOS: 16X16, 16X24,24X24, 24X30, CUICA TRISTOP BLINDADA DE TODOS OS MODELOS E TAMANHOS.	227,21	79.525,08
VALOR TOTAL					487.999,98

Registro de Preço da empresa **JADONIAS CONCEICAO COSTA SOUZA 91391431120** inscrita no CNPJ sob o nº 28.747.0006/0001-46 localizada na Rua das Marumas Bairro Cidade Nova cidade de Guarantã do Norte – MT CEP 78.520-000 representada pelo seu sócio senhor **JADONIAS CONCEICAO COSTA SOUSA** CPF nº 913.914.311-20 RG sob o nº 13207148 SSP MT residente e domiciliado Rua das Marumas Bairro Cidade Nova cidade de Guarantã do Norte.

CÓD.	FORN.	QUANT.	ESTOFARIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
34975	HORA	600	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO ESTOFAMENTO EM GERAL DO(S) BANCO(S) DE VEICULOS DO TIPO MEDIO PORTE	237,60	142.560,00

Registro de Preço da empresa **FERRARI SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 09.218.753/0001-42 localizada na Avenida Ayrton Senna Bairro Centro cidade de Novo Mundo – MT CEP 78.528-000 representada pelo seu sócio senhor **MARCOS DE OLIVEIRA** CPF nº 011.364.151-65 RG sob o nº 15414663 SSP MT residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna Bairro Centro cidade Novo Mundo – MT.

CÓD.	FORN.	QUANT.	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FUNILARIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
34972	HORA	500	SERVICO DE MANUTENCAO - FUNILARIA E PINTURA – ÔNIBUS E MICRO ÔNIBUS	191,58	95.790,00
34973	HORA	550	SERVICO DE MANUTENCAO - FUNILARIA E PINTURA LINHA LEVE	178,57	98.213,50
34974	HORA	200	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO MANUTENCAO EM GERAL EM VEICULOS DE FUNILARIA, PINTURA E CHAPEACAO DO TIPO DE GRANDE PORTE	179,98	35.996,50
VALOR TOTAL					230.000,00

Novo Mundo, 25 de julho de 2023.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO EXTRATO CONTRATO Nº 036/2023

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa **ISABELLE SODRE DE ARRUDA COMERCIO E LOCAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALAR,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 42.383.212/0001-45, com sede na cidade de Cuiaba/MT, daqui por diante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela senhora Isabelle Sodre de Arruda, portador da Carteira de Identidade RG nº 2050394-6 SSP/MT, inscrito no CPF nº 013.288.281-74, residente e domiciliado, na Rua Lua Nova, têm, entre si, justo e avençado, e celebram à vista do que consta no Processo Administrativo nº 054/2023, por força deste instrumento, o presente **AQUISIÇÃO DE INSUMOS REAGENTES E CALIBRADORES PARA USO EXCLUSIVO DO APARELHO DE BÍOQUÍMICA INIVISTAR – 300,** em atendimento ao laboratório da Secretaria de Municipal de Saúde do Município de Novo Mundo, com sujeição às disposições do art. 565 e seguintes do Código Civil Brasileiro, às normas ditadas pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, pela Lei complementar 123 e pela Lei Federal 10.520, bem como vinculado ao Processo Licitatório tipo INEXIGIBILIDADE nº 003/2023, homologado em 13/06/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:
Objeto	**AQUISIÇÃO DE INSUMOS REAGENTES E CALIBRADORES PARA USO EXCLUSIVO DO APARELHO DE BÍOQUÍMICA INIVISTAR – 300,** em atendimento ao laboratório da Secretaria de Municipal de Saúde do Município de Novo Mundo.
Valor	CONTRATADA o VALOR TOTAL GERAL de R$ 204.479,65(duzentos e quatro mil quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e cinco reais), a ser pago conforme fornecimento.
Prazo de Vigência e	A Contratação para aquisição dos itens abaixo elencados, para um período 12 (doze) meses a ser realizado No Município de Novo Mundo - MT:

Dotação Orçamentaria	As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, alocados na dotação orçamentária: **375-06.002.10.301.0016.2040.3390.30.00.00.00**
	INEXIGIBILIDADE 003/2023

Novo Mundo/MT, 04 de agosto 2023.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2023

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa **CUNHA PNEUS LUBRIFICANTES E LAVA JATO EIRELI,** , doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** com sede na Avenida Ayrton Senna, n. °44A, Centro, CEP 78.528-000, inscrita no CNPJ n.º 39.791.575/0001-05 **e** neste ato representada pelo senhor **ELIEZER PINHEIRO FEITOSA GOMES representante da empresa**, têm entre si justo e acertado o que contém nas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos e obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com o Edital de Pregão Presencial n.º 015/2022 e dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, as quais as partes se sujeitam, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:
Objeto	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CÂMARAS E PROTETORES DE CÂMARA DE AR, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO DE PNEUS (BORRACHARIA, RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO), PARA ATENDER A DEMANDA DE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINAS PESADAS PERTENCENTE A FROTA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO – MT.**
Valor	O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 70.513,00 (setenta mil quinhentos e treze reais).
Prazo de Vigência e	O prazo para a execução e entrega do objeto deste CONTRATO é de **06 (seis) meses (21/06/2023 a 21/12/2023).**
Dotação Orçamentaria	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2023, na classificação abaixo: 02.001.04.122.0002.2003.3390.00.00.00 02.001.04.122.0002.2003.3390.30.00.00 03.001.04.122.0002.2015.3390.39.00.00 03.001.04.122.0002.2015.3390.30.00.00 04.001.04.122.0002.2018.3390.39.00.00 04.001.04.122.0002.2018.3390.30.00.00 05.001.12.361.0003.2026.3390.39.00.00 05.001.12.361.0003.2026.3390.30.00.00 05.003.12.361.0006.2028.3390.39.00.00 05.003.12.361.0006.2023.3390.30.00.00 06.002.10.301.0016.2040.3390.30.00.00 06.002.10.301.0016.2040.3390.39.00.00 07.002.08.244.0014.2093.3390.30.00.00
	07.002.08.244.0014.2093.3390.39.00.00 08.001.20.122.0004.2085.3390.30.00.00 08.001.20.122.0004.2065.3390.39.00.00 09.002.26.782.0012.2129.3390.30.00.00 09.002.26.782.0012.2129.3390.39.00.00
	Pregão Presencial n.º 015/2022

Novo Mundo/MT, 04 de agosto 2023.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 080/2023

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, através de sua Pregoeira torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo "**MENOR PREÇO**". O critério de julgamento **Menor Preço por item**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO CILINDROS E RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.** Em conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O Credenciamento será realizado das 08h: 00mim até às 08h: 30 min do dia **18 de Agosto de 2023**. Na Avenida 29 de setembro, nº 244 - Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 08h: 30 min, (horário de Brasília) na mesma data e local". O Edital completo está à disposição dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, no horário das 07:00 min as 12:00min horas e também disponibilizado pelo site ***www.novosantoantonio.mt.gov.br*** ou através do e-mail ***licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br***, demais esclarecimentos pelo telefone (66)3548-1140.

Novo Santo Antônio – MT, 07 de Agosto de 2023.

Eva Rodrigues Brito

Pregoeira Oficial

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2023.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2023.

No dia 04 de Agosto **do ano de 2023**, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT , Estado de MATOGROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.199.966/0001-50 com sede à Avenida 29 de Setembro nº 244, Centro, Novo Santo Antônio - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, , neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-9, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 016/2023, Processo Licitatório nº. 056/2023** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E MARMITEX, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT** Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da empresa	Itens
	JAILSON PEREIRA DA SILVA	**1**

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a

seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
JAILSON PEREIRA DA SILVA	51.046.017/0001-10	JAILSON PEREIRA DA SILVA	011.682.362-31

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E MARMITEX, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: JAILSON PEREIRA DA SILVA

Item	Especificação	Unid	Quantidade	Preço unit.	Preço total
1	REFEICAO PREPARADA - DO TIPO MARMITEX (116826)	UN	1.760	R$ 30,00	R$ 52.800,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DEPREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados,

obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de serviços, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou ordem de serviço ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder executar os serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos serviços será estabelecido em cada ordem de serviço, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 02 (duas)horas da data de recebimento ordem de serviço ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de serviço.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à execução dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais de serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até 10 (dez) dias do mês subsequente a execução dos serviços e, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8. 666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida;

8.4. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.5. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.6. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.7. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.8. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

NOVO SANTO ANTONIO-MT 04 DE AGOSTO DE 2023

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JAILSON PEREIRA DA SILVA

CNPJ: 51.046.017/0001-10

CONTRATADA

JAILSON PEREIRA DA SILVA

CPF: 011.682.362-31

RESPONSAVEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2023

Processo nº 072/2023

Pregão Eletrônico nº 012/2023

Validade: 12(doze) meses.

Às 9 : 00 horas do dia 21 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **BRAVA SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 42.418.039/00001-73 , , situada na rua jair batista de oliveira , nº. 34, Bairro cidade industrial , cidade de Curitiba , estado de Pr , CEP 81170-540 , denominada **CONTRATADA** representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a) MARCOS JEFERSON BORGES DOS SANTOS , portador(a) da RG nº 9799900-7 CPF nº 054.732. 249-62, residente e domiciliado(a) na cidade de Curitiba , estado Pr , CEP 81170-540, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do **Processo Licitatório n° 072/2023**, realizado na modalidade de **Pregão Eletrônico nº. 012/2023** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições

constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada às fls. ..... e HOMOLOGADA às fls. ....., ambas referente ao **Pregão Eletrônico nº 012/2023**, nas condições em que segue:

1. DO OBJETO E PREÇOS 1.1. Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA O USO NA UNIDADE DE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

NOME: **BRAVA SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO LTDA**	
CNPJ: **42.418.039/00001-73**	
ENDEREÇO: **RUA JAIR BATISTA DE OLIVEIRA**	
CEP: **81170-540**	CIDADE/UF: **CURITIBA-PR**
TELEFONES:**(41)9675-4533**	E-MAIL: **COMERCIAL@BRAVASUL.COM.BR**
REPRESENTANTE LEGAL: **MARCOS JEFERSON BORGES DOS SANTOS**	
RG: **9799900-7**	CPF: **054.732.249-62**
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS	

1. Item	Código	Descrição	Quant	Unidade	MARCA	Valor Unit R$	Valor Total R$
2. 2	333134253	BICICLETA ERGOMETRICA - SPINNING, RESISTENCIA MAGNETICO, PESO MAXIMO SUPORTADO 150 KG, PESO DO VOLANTE DE INERCIA 11 KG, COM COMPUTADOR E FUNCOES: CALORIAS, DISTANCIA, PULSO, TEMPO, VELOCIDADE COM ASSENTO AJUSTAVEL, SISTEMA DE TRANSMISSAO CORREIA, NO MINIMO 15 NIVEIS DE RESISTENCIA, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	2	UND	WCT FITNESS	R$ 2.909,10	R$ 5.818,20
3. 5	333134256	ESTEIRA - ELETRICA, PARA CORRIDA, PARA SUPORTAR IMPACTO DE ATE 150 KG, , , PAINEL COM PAINEL DIGITAL COM INDICADOR DE TEMPO E DISTANCIA, CALORIAS PERDIDAS, COM POTENCIA DE 2 HP (WEG), NA VOLTAGEM DE 110/220V BIVOLT, COMPATIVEL OU SUPERIOR	2	UND	EVOLUNTION	R$8.499,90	R$16.999,80

Qtde de Itens	**2**
Total Geral R$	**R$ 22.818,00**

01. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **02. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os itens, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações de cada Secretaria Municipal, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal de Saúde**, do Município Novo Santo Antônio-MT , sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 05 (cinco) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados.

E4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da CONTRATANTE:

4.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

4.1.2. Disponibilizar o local de entrega e a Comissão responsável pelo recebimento;

4.1.3. Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital.

4.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Edital;

4.1.5. Comunicar à CONTRATADA até o 5° dia útil, após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento, dos produtos adquiridos;

4.1.6. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

4.1.7. Efetuar o pagamento da(s) CONTRATADA(s) no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. Fornecer o objeto deste Contrato, nas condições estipuladas neste Edital, na Proposta aprovada, na Nota de Empenho e quando for o caso, ordens de fornecimento, isentos de defeitos de fabricação;

5.1.2. Entregar os produtos na presença do(s) servidor(es) devidamente designado(s) na conformidade do § 8° do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, no local informado no Contrato, acompanhados da Nota Fiscal preenchida contendo a especificação e quantidade correta dos produtos;

5.1.3. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, ainda que seja transporte especial quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

5.1.4. Fornecer o nome e o endereço do fabricante com o telefone do serviço de atendimento ao consumidor;

5.1.5. Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência decorrente de qualquer evento (problemas de transporte, defeito de fabricação ou de armazenagem, reprovado pela CONTRATANTE, e outros), providenciando sua substituição, quando for o caso, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, improrrogáveis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

5.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

5.1.7. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo que sua inadimplência, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

5.1.8. Comunicar a SMS/NSA no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento;

5.1.9. Manter a garantia e qualidade dos produtos dos produtos de acordo com as especificações definidas no Edital e seus anexos e o contrato;

5.1.10. Manter as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no edital do pregão;

5.1.11. Cumprir com a legislação vigente inerente ao objeto, inclusive com todos os encargos tributários, fiscais, trabalhista, devendo arcar ainda, com todas as despesas e custo necessários ao cumprimento do objeto.

06. DA CONTRATAÇÃO 6.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do **Pregão Eletrônico nº 012/2023**, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **7. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. **7.3.** Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.4.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.5.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.6.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.7.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.7.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 8. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

8.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante

a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **9. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

10.1.2 A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

10.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** Advertência por escrito; **b)** Alicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1. As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do **Pregão Eletrônico nº. 012/2023** e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do **Pregão Eletrônico nº 012/2023**, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 21 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal. **12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da

Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antônio -MT 21 de julho de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

BRAVA SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO LTDA

CPNJ: 42.418.039/00001-73

CONTRATADA

MARCOS JEFERSON BORGES DOS SANTOS

Cpf: 054.732.249-62

Responsável

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2023

Processo nº 072/2023

Pregão Eletrônico nº 012/2023

Validade: 12(doze) meses.

Às 9 :00 horas do dia 21 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **LICITAFISIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de **direito privado, inscrita no CNPJ nº 43.235.370/0001-10 , Inscrição estadual nº 029/0685540,** situada na rua professora viero, nº.1340 , Bairro Madureira, cidade de Caxias do sul , estado de Rs, CEP 95040-520 , denominada **CONTRATADA** representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). EDER LUIS POSSAMAI DA SILVA , portador(a) da RG nº 075145/0-5 CPF nº 618.4888.830-72 , residente e domiciliado(a) na cidade de CAXIAS DO SUL, estado RS, CEP 95040-520, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do **Processo Licitatório n° 072/2023**, realizado na modalidade de **Pregão Eletrônico nº. 012/2023** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada às fls. ..... e HOMOLOGADA às fls. ....., ambas referente ao **Pregão Eletrônico nº 012/2023**, nas condições em que segue:

1. DO OBJETO E PREÇOS 1.1. Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA O USO NA UNIDADE DE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

NOME: **LICITAFISIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**	
CNPJ: **43.235.370/0001-10**	INSCRIÇÃO: **029/0685540**
ENDEREÇO: **RUA PROFESSORA VIERO**	
CEP: **95040-520**	CIDADE/UF: **CAXIAS DO SUL-RS**
TELEFONES: **(54)3227-7600**	E-MAIL: **PROSAUDEPRODUTOS@YAHOO.COM.BR**
REPRESENTANTE LEGAL: **EDER LUIS POSSAMAI DA SILVA**	
RG: **075145/0-5**	CPF: **618.4888.830-72**
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS	

1. Item	Código	Descrição	Quant	Unidade	marca	Valor Unit R$	Valor Total R$
2. 1	333134252	APARELHO DE RAIOS INFRAVERMELHO P/ FISIOTERAPIA - COM FLEXIBILIDADE DA PARTE SUPERIOR DO PEDESTAL. POTENCIA MAXIMA DA LAMPADA 150W. POSSUINDO DIMERIZACAO, RODIZIOS. COM ALIMENTACAO ELETRICA 220V, 60HZ. GARANTIA MINIMA DE 01 ANO, COM TREINAMENTO PARA OPERACAO, E ACESSORIOS PARA FUNCIONAMENTO, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	3	UND	VAGALUMY	490,00	1.470,00
3. 3	333134254	NEURODYN III PARA FISIOTERAPIA - NEURODYN III (TENS/ FES), EMISSÃO DE LASER, ANTIINFLAMATORIO, 4 CANAIS DE ENTRADA DE FIOS, ACOMPANHADO ELETRODOS, 220 OU BIVOLT COMPATIVEL OU SUPERIOR.	1	UND	IBRAMED	630,00	630,00
4. 4	333134255	AGULHA PARA ACUPUNTURA AURICULAR - PONTO AURICULAR PARA UTILIZAÇÃO EM TECNICAS DE PONTOS REFLEXS COM 60 ADESIVOS, CARTELA PLÁSTICA ANTIADERENTE COM AGULHAS PROPRIA PARA AURICULOTERAPIA MEDINDO 1,8 MM COM MICROPORE COMPATIVEL OU SUPERIOR.	40	CR	COMPLEMENTAR	29,00	1.160,00
5. 6	333134257	FAIXA ELASTICA PARA FISIOTERAPIA - EM ELASTICO ATOXICO, COM COMPRESSAO MEDIA,COR PODE SER VARIADA ,27,5X3CM, FORMATO CIRCULAR,PARA EXERCICIOS DE FISIOTERAPIA, MINI BAND COMPATIVEL OU SUPERIOR.	6	UND	ACTE	41,79	250,74
6. 7	333134258	FAIXA ELASTICA PARA FISIOTERAPIA - EM ELASTICO ATOXICO, COM COMPRESSAO FORTE,COR PODE SER VARIADA ,27,5X3CM, FORMATO CIRCU-	6	UND	ACTE	26,10	156,60

		LAR,PARA EXERCICIOS DE FISIOTERAPIA, MINI BAND COMPATIVEL OU SUPERIOR.						
7. 8	333134259	TAPETE - EM EVA DO TIPO TATAME, MEDINDO 1M X 1M, ESPESSURA DE 40MM. COR PRETA COMPATIVEL OU SUPERIOR.	12	UND	MUNDO DA BORRACHA	89,00	1.068,00
9	333134260	BOLSA TERMICA - EM PLÁSTICO, PARA COMPRESSA (QUENTE / FRIA), NO TAMANHO GRANDE, CONTENDO GEL COMPATIVEL OU SUPERIOR.	3	UND	KESTAL	27,70	83,10
10	333134261	"BOLSA TERMICA - EM PLÁSTICO, PARA COMPRESSA (QUENTE / FRIA), NO TAMANHO PEQUENO, CONTENDO GEL COMPATIVEL OU SUPERIOR.	3	UND	KESTAL	24,36	73,08
11	333134838	MASSAGEADOR PARA FISIOTERAPIA, PISTOLA PARA MUSCULATURA; POTENCIA 2400MAh, FREQUENCIA 60hz COM CABO FONTE DE ALIMENTAÇAO BIVOLT; COM MALETA E ACESSORIOS E AS 6 PONTEIRAS EM FORMATOS DE BOLA, PA ESPERIAL, U, PLANA, E POLEGAR; COM PAINEL DE LED INDICATIVO, TOUCHSCREEN, DISPALY LCD, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	2	UND	SUPERMEDY	670,00	1.340,00
12	333134839	ESCADA - DE INOX TUBULAR, COM 2 DEGRAUS EM MADEIRA, PISO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	2	UND	BEST PRO	165,00	330,00
13	333134840	LASER PARA ACUMPUNTURA E FISIOTERAPIA - TIPO LASERPULSE (IBRAMED) - APARELHO PARA TRATAMENTO FISIOTERAPEUTICO,MICROCONTROLADO DE LASER TERAPEUTICO DE BAIXA POTENCIA,CONSTITUIDO DE 02 (DUAS) CANETAS SENDO 01 (UMA) DE 830NM DE DIODO CONTINUO E PULSADO (PROFUNDO) E 01 (UMA) DE 660NM DE DIODO CONTINUO E PULSADO (SUPERFICIAL),ALIMENTACAO 220V-60HZ,ACOMPANHAM 01 (UM) CABO DE FORCA, 01 (UMA) CANETA 830NM, 01 (UMA) CANETA 660NM E 02 (DOIS) OCULOS, SENDO UM PARA CADA CANETA,MANUAIS, GARANTIA, ASSISTENCIA TECNICA LOCAL, TREINAMENTO, INSTALACAO, VOLTAGEM 220 BIVOLT, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	1	UND	IBRAMED	2.800,00	2.800,00
14	333134841	APARELHO DIATERMIA, ONDAS CURTAS, MODO EMISSAO CONTINUO E PULSADO, MICROPROCESSADO, CONTINUO 180W, PULSADO 250W, PAR ELETRODOS, CABO, 220 V, 45 A 400 HZ, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	1	UND	IBRAMED	6.300,00	6.300,00
15	333134842	ROLO DE POSICIONAMENTO - PARA EXERCICIOS DE FISIOTERAPIA - TAMANHO PEQUENO, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	2	UND	SO ESPUMAS	140,00	280,00
16	333134843	ELETRODO - DE SILICONE,PARA USO EM EQUIPAMENTO DE FISIOTERAPIA TENS, FES,MARCA IBRAMED MODELO NEURODYN II,CONDUTOR, COMPOE A INTERFACE QUE TRANSMITE A CORRENTE ELETRICA ATRAVES DA PELE AO PACIENTE NAS SESSOES DE FISIOTERAPIA, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	12	UND	CARCI	52,80	633,60
19	333134846	MESA ORTOSTATICA - EM MADEIRA (PARAPODIUM), REVESTIDA EM FORMICA, ALTURA MAXIMA 1,20 METROS, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	1	UND	VANZETTI	4.690,00	4.690,00
20	333134847	ANDADOR - EM ALUMINIO, EM DOBRAVEL, COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO, COM RETANGULAR (INFANTIL), COM DOBRAVEL E REGULAVEL NA ALTURA, COM PES DOTADOS C/PONTEIRAS DE BORRACHA ANTI-DERRAPANTE, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	2	UND	AG	223,33	446,66
21	333134848	MULETA - DE ALUMINIO, TIPO AXILAR, COM REGULAGEM VARIAVEL, COM PONTEIRA DE BORRACHA ANTI-DERRAPANTE, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	6	UND	INDAIA	153,00	918,00
22	333134849	ULTRASSOM CONTINUO PULSATIL 1 E 3MHZ FISIOTERAPIA- SONOPULSE III IBRAMED - APARELHO DE ULTRASSOM DE 1 E 3 MHZ SONOPULSE III IBRAMED - APARELHO DE ULTRASSOM DE 1 E 3 MHZ;TECNOLOGIA DE OPERAÇÃO MICROCONTROLADA;TELA: DISPLAY GRAFICO DE LCD;ULTRASSOM 1 E 3 MHZ;POTÊNCIA: 21 W;ERA: 7 CM²: MODO: CONTÍNUO E PULSADO;CICLO DE TRABALHO: 20 E 50%;FREQUÊNCIA DE PULSO: COM 100HZ, 48HZ E 16 HZ;TIMER: 1 A 30 MIN;46 PRÉ-PROGRAMADOS E 20 PROTOCOLOS PARTICULARES;ENTRADA PARA TERAPIA COMBINADA;SENSOR TÉRMICO DE DESLIGAMENTO AUTOMATICO AO ULTRAPASSAR 41°;POTÊNCIA DE ENTRADA , 220V OU BIVOLT, COMPATIVEL OU SUPERIOR.	1	UND	IBRAMED	1.200,00	1.200,00
	Qtde de Itens Total Geral R$							18 **R$ 23.829,78**

01. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **02. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os itens, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações de cada Secretaria Municipal, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal de Saúde**, do Município Novo Santo Antônio-MT , sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 05 (cinco) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e

sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados.

E4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da CONTRATANTE:

4.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

4.1.2. Disponibilizar o local de entrega e a Comissão responsável pelo recebimento;

4.1.3. Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital.

4.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Edital;

4.1.5. Comunicar à CONTRATADA até o 5° dia útil, após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento, dos produtos adquiridos;

4.1.6. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

4.1.7. Efetuar o pagamento da(s) CONTRATADA(s) no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. Fornecer o objeto deste Contrato, nas condições estipuladas neste Edital, na Proposta aprovada, na Nota de Empenho e quando for o caso, ordens de fornecimento, isentos de defeitos de fabricação;

5.1.2. Entregar os produtos na presença do(s) servidor(es) devidamente designado(s) na conformidade do § 8° do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, no local informado no Contrato, acompanhados da Nota Fiscal preenchida contendo a especificação e quantidade correta dos produtos;

5.1.3. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, ainda que seja transporte especial quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

5.1.4. Fornecer o nome e o endereço do fabricante com o telefone do serviço de atendimento ao consumidor;

5.1.5. Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência decorrente de qualquer evento (problemas de transporte, defeito de fabricação ou de armazenagem, reprovado pela CONTRATANTE, e outros), providenciando sua substituição, quando for o caso, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, improrrogáveis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

5.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

5.1.7. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo que sua inadimplência, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

5.1.8. Comunicar a SMS/NSA no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento;

5.1.9. Manter a garantia e qualidade dos produtos dos produtos de acordo com as especificações definidas no Edital e seus anexos e o contrato;

5.1.10. Manter as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no edital do pregão;

5.1.11. Cumprir com a legislação vigente inerente ao objeto, inclusive com todos os encargos tributários, fiscais, trabalhista, devendo arcar ainda, com todas as despesas e custo necessários ao cumprimento do objeto.

06. DA CONTRATAÇÃO 6.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do **Pregão Eletrônico nº 012/2023**, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **7. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. **7.3.** Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.4.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.5.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.6.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.7.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.7.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre

a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 8. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

8.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **9. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

10.1.2 A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

10.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** Advertência por escrito; **b)** Alicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1. As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do **Pregão Eletrônico nº. 012/2023** e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do **Pregão Eletrônico nº 012/2023**, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 21 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal. **12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antônio - MT 21 de julho de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

LICITAFISIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDACPNJ:

Cnpj:43.235.370/0001-10

CONTRATADA

EDER LUIS POSSAMAI DA SILVA

Cpf: 618.4888.830-72

Responsável

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 079/2023

MODO DE DISPUTA ABERTO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: durante os dias **08 a 17 de Agosto de 2023**, período integral do expediente, sendo que excepcionalmente, no dia 17 de Agosto de 2023 as propostas poderão ser encaminhadas até às 09h00, horário de Brasília. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 09h00. Inicio da sessão da disputa: às 09h00 (Brasília) do dia **17 de Agosto de 2023.** Objeto da licitação na modalidade pregão eletrônico: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS (HOSPITALARES, ONDONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS) PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e seus anexos. **LOCAL DA DISPUTA**: Site da Licitanet - Licitações On-line www.licitanet.com.br. **RETIRADA DO EDITAL:** site: www.novosantoantonio.mt.gov.br. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas deverão providenciar o cadastro no Licitanet - Licitações On-line, conforme edital de chamamento. **CONTATO:** (0**66)3548-1140 ou e-mail: licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br .

Novo Santo Antônio-MT, 07 de Agosto de 2023.

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO E RESPECTIVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 74/2023 - INEXIGIBILIDADE Nº 10/2023

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente Inexigibilidade de Licitação enquadrada no Inciso III, do Art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM ***O CANTOR "JUNIOR MARQUES"***, PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO ***"FESTIVAL DE PESCA 2023"*** QUE SERÁ REALIZADO NO PERÍODO DE 07 À 09/09/2023 NO DISTRITO DE CACHOEIRA DA FUMAÇA NESTE MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM, com a empresa **MARQUES CAVALCANTE OLIVEIRA - ME**, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 36.639.178/0001-24 no valor global de R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), correndo tal despesa a conta específica constante da Lei Orçamentária do Município de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2023.

Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim - MT, em 04 de agosto de 2023.

LEONARDO FARIA ZAMPA - Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2023

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP COM TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EMPRESAS REGIONAIS CONFORME LEIS 147/14 – 123/06 E DECRETO MUNICIPAL 08/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT**,** torna público licitação **às 08h00 horas (Brasília) do dia 17/08/2023,** na Sala de Licitações. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS) PARA USO NA REALIZAÇÃO DO EVENTO 16º FESTIVAL DE PESCA QUE SERÁ REALIZADO NO DISTRITO DE CACHOEIRA DA FUMAÇA DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM**.** Edital disponível nositio: **https://www.novosaojoaquim.mt.gov.br/Transparencia...**. **INFORMAÇÕES:** Informações pelo fone (0**66)3479-1158 e Email: licitacao@novosaojoaquim.mt.gov.br.

Novo São Joaquim - MT, 04 de agosto de 2023.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2023

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP COM TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EMPRESAS REGIONAIS CONFORME LEIS 147/14 – 123/06 E DECRETO MUNICIPAL 08/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT**,** torna público licitação **às 14h00 horas (Brasília) do dia 17/08/2023,** na Sala de Licitações. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET DO TIPO COFFE BREAK (CAFÉ DA MANHÃ) COM DECORAÇÃO DO AMBIENTE E SERIVÇOS DE CAMARIM DO TIPO DECORAÇÃO COM MOBILIA E FORNECIMENTO DE BUFFET ATENDENDO A DEMANDA DAS FESTIVIDADES DO MUNICIPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM - MT**.** Edital disponível no sitio: **https://www.novosaojoaquim.mt.gov.br/Transparencia...**. **INFORMAÇÕES:** Informações pelo fone (0**66)3479-1158 e Email: licitacao@novosaojoaquim.mt.gov.br.

Novo São Joaquim - MT, 04 de agosto de 2023.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023

A Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT através de sua **Comissão Permanente de Licitação** nomeada pela **Portaria nº 024/2020**, torna Público aos interessados que realizará no dia **21 de setembro de 2023**, às **08:00h (horário de Mato Grosso) Chamamento Público do** Tipo **MELHOR TECNICA**, para seleção e futura **contratação de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social na área de atuação de Hospital Geral com Perfil de Média e Alta Complexidade no âmbito do HOSPITAL MUNICIPAL IRMÃ THEODORA, localizado no município de Paranatinga-MT para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde, conforme este Edital e seus Anexos de acordo com as especificações, quantitativos, regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde e demais obrigações**, com fulcro no o art. 199 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Medida Provisória nº 1.167/2023, Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 8.080/1990, Decreto Estadual nº 7.508/2011, Portarias de Consolidação n° 1 e n° 2, de 28 de setembro de 2017, e ainda pelos princípios norteadores da Administração Pública, em consonância com as disposições deste instrumento, em atendimento a Secretaria de Saúde do Município de Paranatinga/MT. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga, localizada à Avenida Brasil n° 1.900, Centro – Paranatinga /MT ou Telefone 66 3573-1329/1756. Paranatinga-MT, 04 de Agosto de 2023. Devenilson da Silva, Presidente da CPL.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 335 DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

PORTARIA N° 335 DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais e;

RESOLVE:

I – Reconduzir a pedido, a servidora**Sra. ELZA ARAÚJO DOS SANTOS**, Matrícula 5386, ocupante do Cargo Efetivo de "**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir do dia 07 de agosto de 2023.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 04 de agosto de 2023.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
DISPENSA 22/2023

Dispensa de Licitação nº 22/2023.

RATIFICAÇÃO:

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Manutenção, Hospedagem e Suporte Técnico de Website Institucional da Prefeitura de Paranatinga-MT. Em atendimento a Secretaria de Gabinete do Prefeito.

Fundamento Legal: com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93 93 alterada pelo Decreto Nº 9.412/2018.

Fornecedor: 23895 – MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI

CNPJ: 14.728.004/0001-03

Total: 17.070,00

Dispensa de Licitação nº 22/2023.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pela ilustre Secretária Municipal Chefe de Gabinete a Senhora **Arlinda Barbosa Vian**,que resultou na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT, 04 de agosto de 2023.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 334 DE 04 DE AGOSTO DE 2023

PORTARIA N° 334 DE 04 DE AGOSTO DE 2023

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **Sr. MARIA SOUZA ARAUJO**, inscrita no CPF sob o número 883.970.171-00 e portadora do RG de número 11287322 SJ-MT, ocupante do Cargo Efetivo de "**AAEI- MERENDEIRA"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para responder pelo Cargo de **Apoio Administrativo Educacional-TDI,** nos termos do Artigo 3º, inciso IX, do

Decreto n. 1771/2020**,** da Junta Médica Oficial do Município, nomeada pela Portaria n. 334/2023.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 04 de agosto de 2023.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 298/2023 DE 17 DE JULHO DE 2023.

PORTARIA N° 298/2023 DE 17 DE JULHO DE 2023.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

1 – Promover o(a) servidor (a) **ROSALINA MARTINS DE SOUZA –** AAE I - AG SERV GERAIS,**da**Classe B5 para B6;

2 – Promover o(a) servidor (a) **ALINY FERRAZ FERREIRA SILVA –** ASSISTENTE SOCIAL**,** daClasse C5 para C6;

3 – Promover o(a) servidor (a) **RODRIGO SHUENQUENER BONFIM –** AAE I - VIGIA**,** daClasse B4 para B5;

4 – Promover o(a) servidor (a) **CRISTIANNY DOS PASSOS BITTENCOURT BORILLE –** AAE I - VIGIA**, da**Classe B4 para B5;

5 - Promover o(a) servidor (a) **WILSON VAGNER VIDORI –** AAE I - VIGIA**,** daClasse B4 para B5;

6 - Promover o(a) servidor (a) **SANDRELI DE SOUZA BARBOSA TEODORO –** AAE I - VIGIA**,** daClasse B4 para B5;

.

7 - Promover o(a) servidor (a) **ALINE LIMA DA SILVA –** AAE I - VIGIA**,** daClasse B4 para B5;

8 - Promover o(a) servidor (a) **MAURICIO MENEGUZZI –** AAE I - VIGIA**, da**Classe B4 para B5;

9 - Promover o(a) servidor (a) **GEISSY APARECIDA PEIXOTO DE SOUZA –** RECEPCIONISTA**, da**Classe C4 para C5;

10 - Promover o(a) servidor (a) **NAIARA ROSA NOGUEIRA DA SILVA –** RECEPCIONISTA**, da**Classe C4 para C5;

11 - Promover o(a) servidor (a) **SUMAYA MAHIBA FARHAT BORGES –** CIRURGIAO DENTISTA**,** daClasse C5 para C6;

12 - Promover o(a) servidor (a) **TEREZA CRISTINA PEREIRA –** AG SERVICOS GERAIS**,** daClasse C4 para C5;

13 - Promover o(a) servidor (a) **ELIAS DE SOUSA PINTO –** VIGIA**, da**Classe C4 para C5;

14 - Conceder conforme o Estatuto do Servidor Público Lei n° 24/97 Licença Maternidade para a servidora **GISELE THALITA FIGUEIREDO -** PROFESSOR B (CONTRATADO) **-** a partir de 18/07/2023.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 17 de julho de 2023.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 17 de julho de 2023.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 09/2023

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01

“SERVIÇOS MEDICOS”

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA** representado pela **PREFEITURA MUNICIPAL,** através do Fundo Municipal de Saúde, Gestora do Sistema Único de Saúde e através da Comissão Permanente de Licitação designado pela Portaria nº 024/2020 de 17 de Janeiro de 2020, CONVOCA todas as empresas/instituições Prestadores de Serviços da Área da Saúde vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde (SUS), que compõem a rede filantrópica, com ou sem fins lucrativos e privada, que tenham interesse em prestar atendimento aos usuários do SUS em Média e Alta Complexidade, a apresentarem seu “**CREDENCIAMENTO”** nos termos do Edital, que se subordinam às normas gerais das Leis Federais n° 8.080/90, Lei Federal n° 8.666/93 e Portaria n° 1.034/10 do Ministério da Saúde. **Objeto**: Constitui objeto deste Edital de **Credenciamento** a contrataçãode empresa habilitada para **Prestação de Serviços Médicos** para atender as necessidades do Sistema Único de Saúde, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga - MT, de acordo com as especificações contidas no Anexo I e Termo de referência do Edital.

FORNECEDOR: CHRISTIELLE F. A. GALLO LDTA - CNPJ: 29.307.080/0001-04

Valor Total do Fornecedor: R$ 260.800,00 (duzentos e sessenta mil e oitocentos reais).

Data da contratação: 04/08/2023.

Paranatinga – MT., 04 de agosto de 2023.

Departamento de Licitações e Contratos.

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial

Nº 33/2023

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro ***Devenilson da Silva,*** nomeado pela portaria 025/2020, torna público a suspensão da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2023,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto**: Constitui objeto da presente licitação a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Assessoria na área administrativa em organização e realização de concurso público e na reestruturação do organograma da administração pública, com revisão e alteração da legislação específica existente nas diversas áreas definidas**, em atendimento da secretaria de Administração e planejamento de Paranatinga/MT. Conforme especificações contidas no termo de Referência do respectivo Edital e seus anexos. Informações pelo e-mail: **licitacao@paranatinga.mt.gov.br** ou - Telefone 66 3573-1329/1756. Paranatinga-MT, 04 de agosto de 2023. Devenilson da silva Pregoeiro Portaria 025/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 390, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR JHONATAN LUIZ DE SOUZA.

DE 4 DE AGOSTO DE 2023

Concede férias regulares ao servidor Jhonatan Luiz de Souza.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **5/10/2021 à 5/4/2022.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Jhonatan Luiz de Souza,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico de radiologia, a serem usufruídas no período de **6/8/2023 a 4/9/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 4 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 146, DE 4 DE AGOSTO DE 2023
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022 realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

AGENTE DE VIGILÂNCIA– ADMINISTRAÇÃO GERAL

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0009310	ANDRESSA SKARLAT DE OLIVEIRA	8º

Justificativa: 01 vaga para vigilância noturna do almoxarifado central em substituição ao término do contrato do senhor Fábio de Carvalho Dias.

Pedra Preta, 4 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 147, DE 4 DE AGOSTO DE 2023
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 117/2023/SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS.

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022 realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

MOTORISTA (CAMINHÃO CAÇAMBA)

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0008780	AMAURI DE OLIVEIRA GONÇALVES	9º

Justificativa: 01 vaga para desenvolver suas funções junto a Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas, convocado anteriormente não compareceu.

Pedra Preta, 4 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 148, DE 4 DE AGOSTO DE 2023
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 634/2023/SME

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022 realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5ºANO

SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0007460	LUANA LEITONAS FRANÇA	67º

Justificativa: 01 vaga para a EM Ivonne Tramarim de Oliveira, em virtude de substituir a professora Maria Lucia de Melo Cunha, a qual está de licença prêmio entre 24/7/2023 a 21/10/2023, convocado anterior não compareceu no prazo estabelecido, convocada anteriormente desistiu da vaga.

Pedra Preta, 4 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 388, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR VAÍLSON ALEXANDRE FRANCISCO.

DE 4 DE AGOSTO DE 2023

Concede férias regulares ao servidor Vaílson Alexandre Francisco.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de 16**/8/2021 à 16/8/2022.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Vaílson Alexandre Francisco,** lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas, ocupante do cargo de Gari, a serem usufruídas no período de **7/8/2023 a 5/9/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 4 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 389, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA MARIA RITA CARDOSO.

DE 4 DE AGOSTO DE 2023

Concede férias regulares a servidora Maria Rita Cardoso.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **17/1/2022 à 17/1/2023.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Maria Rita Cardoso,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, a serem usufruídas no período de **4/8/2023 a 2/9/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 4 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 391, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA ROSIMEIRE PEREIRA DA SILVA

DE 4 DE AGOSTO DE 2023

Concede férias regulares a servidora Rosimeire Pereira da Silva

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **17/3/2022 à 17/3/2023.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Rosimeire Pereira da Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de auxiliar de Enfermagem, a serem usufruídas no período de **3/8/2023 a 1/9/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos à 3/8/2023.

Pedra Preta, 4 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EXTRATO DO CONTRATO N° 178/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **50.902.547 ARTHUR GABRIEL DOS SANTOS CARDOSO**.

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES E RECREATIVO, NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS".**

1 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:

1.1 - A vigência do presente contrato será até **03/07/2024** contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e desde que haja condições vantajosas para o CONTRATANTE.

2 CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

2.1 - O valor global deste contrato é de **R$ 50.236,44 (Cinquenta mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de julho de 2023.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 086/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **ORGANIZAÇÃO AMIGOS DO MEIO AMBIENTE E DO SER HUMANO – OAMASH.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 079/2021,** cujo objeto é a **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DA SENHORA ALZIRA DOS SANTOS CAVALCANTE NA AMASH ORGANIZAÇÃO AMIGOS DO MEIO AMBIENTE A SER HUMANO NO MUNICÍPIO DE TAPURAH/MT EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".**

Pelo presente instrumento fica alterada a seguinte Cláusula do Contrato nº 086/2022:

1 – Fica alterada a **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**: Fica aditivado o prazo de vigência do contrato, contados a partir da data do seu vencimento, expirando em **28/01/2024.**

2 – Fica alterado a **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO DOS SERVIÇOS:** Fica acrescentado o valor bruto de **R$ 13.380,00 (Treze mil, trezentos e oitenta reais)**, divididos em **06 (seis) parcelas**, sendo o valor de cada parcela de **R$ 2.230,00 (dois mil, duzentos e trinta reais)**.

Peixoto de Azevedo-MT, 24 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1456 DE 17 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **JOÃO HENRIQUE LIMA CORREIA MORAES,** matrícula **Nº 8982 (fiscal titular) e NÁDIA MOHIEDDINE,** matrícula **Nº 8613 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Agricultura, para atuarem como fiscais do Contrato de nº **197/2023**, referente a contratação da empresa: **ANDREA IORIS CONSRUÇÕES EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ sob o Nº **35.086.825/0001-55**, localizada na Avenida Nove de Maio. Nº 620, sala 01, lote 01, quadra 03, modulo 01, no município de Juína – MT**,** vencedora da **Tomada de Preços nº 002/2023**, que tem como objeto o "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CÍVEL PARA CONSTRUÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR PARA COMERCIO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 897650/2020/MDR/CAIXA NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 17 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **COPLAN – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI – EPP.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 079/2021,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR, DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO -MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL".**

Pelo presente Instrumento fica alterada as seguintes cláusulas do **Contrato de Prestação de Serviços nº 079/2021:**

1 - **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.**

1.1 - O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até **29/02/2024,** conforme o máximo previsto em Lei**.**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1460 DE 17 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores **UELEN PELISSARI,** matrícula **Nº 8445 (fiscal titular) e MAURA PEDROSO MARINHO,** matrícula **Nº 2858 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Assistência Social, para atuarem como fiscais do Contrato nº **198/2023**, referente a contratação da empresa: **CITYPLAN-CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA,** localizada na Rua John Kennedy, Nº 283, Bairro Alvorada, na cidade de Cuiabá - MT, CNPJ nº **17.610.399/0001-25**, doravante denominado **CONTRATADO**, em conformidade com a dispensa de licitação n.º **020/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT", EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".**

ART. 2º - Constitui atribuições do profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais; II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias; III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 17

de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 157/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **IDEAL AGÊNCIA DE PUBLICIDADES EIRELI – ME.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 157/2021,** cujo objeto é a **CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, CORRESPONDENTES AO ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEITUAÇÃO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, INTERMEDIAÇÃO E SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA, A DISTRIBUIÇÃO**

DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT. DIFUNDIR IDEIAS INFORMANDO E CONSCIENTIZANDO O PÚBLICO EM GERAL; ELABORAÇÃO E REGISTRO DE MARCAS, EXPRESSÕES DE PROPAGANDA, LOGOTIPOS E DE OUTROS ELEMENTOS IDENTIFICADORES, BEM COMO PROGRAMAÇÃO VISUAL; EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES AOS TRABALHOS ESPECIALIZADOS PERTINENTES: I – PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO DE PESQUISAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO, GERAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O PÚBLICO-ALVO, DOS MEIOS DE DIVULGAÇÃO NOS QUAIS SERÃO DIFUNDIDAS AS PEÇAS E AÇÕES PUBLICITÁRIAS OU SOBRE OS RESULTADOS DAS CAMPANHAS REALIZADAS; II – PRODUÇÃO, EXECUÇÃO TÉCNICA DAS PEÇAS E DE PROJETOS PUBLICITÁRIOS CRIADOS; III - CRIAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DE FORMAS INOVADORAS DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA, EM CONSONÂNCIA COM NOVAS TECNOLOGIAS, VISANDO À EXPANSÃO DOS EFEITOS DAS MENSAGENS E DAS AÇÕES PUBLICITÁRIAS; E DEMAIS SERVIÇOS INERENTES À ATIVIDADE PUBLICITÁRIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, CONFORME TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021.

Pelo presente instrumento fica alterada a seguinte Cláusula do Contrato nº 157/2021:

1 – Fica alterada a **CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA:** O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até **30/07/2024**, prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

2 - Fica alterada a **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Fica estipulado entre as partes a renovação do contrato no valor de **R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)**, que serão pagos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela administração.

Peixoto de Azevedo-MT, 07 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1461 DE 17 DE JULHO DE 2023.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

Considerando a necessidade da continuidade do serviço público, bem como o interesse público;

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **LUCIANE DE OLIVEIRA**,matrícula nº **9013 (fiscal suplente)**, representante da Secretaria de Saúde, para atuar como fiscal suplente, no âmbito da Administração Pública, ao contrato **046/2023,** acompanhando a execução dos mesmos e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais.

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 17 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 155/2021,** cujo objeto é a **ADESÃO "ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2021 DO PREGÃO ELETRÔNICO N°038/2021 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA VIA SISTEMA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT.**

Pelo presente Instrumento fica alterada as seguintes cláusulas do **Contrato de nº 155/2021:**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até **29/07/2024,** prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei**.**

2 - CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O valor global deste Contrato é de **R$ 12.078.066,00 (Doze milhões, setenta e oito mil, sessenta e seis reais)**.

Peixoto de Azevedo-MT, 12 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1462 DE 18 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores **ROSIE IREDE VIANA VITOR,** matrícula **Nº 4915 (fiscal titular) e RAIMUNDA BARBOSA DA SILVA,** matrícula **Nº 2927 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Educação, para atuarem como fiscais do Contrato nº **199/2023**, referente a contratação da empresa: **LIBERDADE AGENCIA DE NEGÓCIOS LTDA,** localizada na Rod. PA 160, Nº 2009, KM 03 Anexo Administrativo Atacadão Macre, Bairro Mineiros, na cidade de Parauapebas - PA, CNPJ nº **30.301.082/**

0001-75, doravante denominado **CONTRATADO**, em conformidade com a dispensa de licitação nº **021/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRODUÇÃO MUSICAL E NA COMERCIALIZAÇÃO DE SHOW ARTISTICOS DA DUPLA MAIK E CIEL".**

ART. 2º - Constitui atribuições do profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais; II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias; III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 18

de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **KAPP INCORPORADORA LTDA EPP.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 226/2022,** cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA – SAE, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO E PLANILHAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE PEIXOTO DE AZEVEDO".**

Pelo presente Instrumento ficam alteradas as seguintes cláusulas do **Contrato nº 226/2022:**

1. Fica alterado a **CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES:** O novo prazo de vigência e execução do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento sendo assim, fica estabelecido o novo prazo de vigência expirando em **23/01/2024** e o prazo de execução expirando em **23/12/2023**.

Peixoto de Azevedo-MT, 12 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1521 DE 25 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **EDER LUCAS CASSIANO,** matrícula **Nº 8975 (fiscal titular) e MADSON LOPES FONTOURA,** matrícula **Nº 6649 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Assistência Social, para atuarem como fiscais do Contrato nº **200/2023**, referente a contratação das empresas vencedoras do **PREGÃO ELETRONICO - SRP Nº 023/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMIONETE PICK-UP EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA E CONSELHO TUTELAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 25 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **DAVI CAETANO DE SOUZA & CIA LTDA.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 184/2022,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DE PUBLICAÇÕES DIÁRIAS EM DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (JUSTÇ, TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª E 2ª INSTANCIA) TRIBUNAIS SUPERIORES (DIÁRIO DE JUSTIÇA DA UNIÃO, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO) ALÉM DO SERVIÇO DE ABA INTIMAÇÕES ELETRÔNICAS EM ATENDIMENTO A PROCURADORIA JURÍDICA, GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT".**

Pelo presente instrumento fica alterada a seguinte Cláusula do Contrato nº 184/2022:

1 – Fica alterada a **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**: Fica aditivado o prazo de vigência do contrato, contados a partir da data do seu vencimento, expirando em **10/08/2024.**

2 – Fica alterado a **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO DOS SERVIÇOS:** Fica acrescentado o valor bruto de **R$ 5.833,80 (Cinco mil oitocentos e trinta e três reais e oitenta centavos),** divididos em **12 (doze) parcelas**, sendo o valor de cada parcela de **R$ 486,15 (Quatrocentos e oitenta e seis reais e quinze centavos)**.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de julho de 2023.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **IDEAL AGÊNCIA DE PUBLICIDADES EIRELI – ME.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 162/2022,** cujo objeto é a **"FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS".**

Pelo presente instrumento fica alterada a seguinte Cláusula do Contrato nº 162/2022:

1 – Fica alterada a **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO:** O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até **20/07/2024**, prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

2 - Fica alterada a **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** Fica estipulado entre as partes a renovação do contrato no valor de **R$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais)**, que serão pagos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela administração.

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1523 DE 25 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **CARLOS ROGERIO NERES DE SOUSA,** matrícula **Nº 8434 (fiscal titular) ISAIAS REINALDO BEZERRA,** matrícula **Nº 1718 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Obras, para atuarem como fiscais do Contrato de nº **201/2023**, referente a contratação da empresa: **EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita noCNPJ sob o n° **04.420.916/0003-13**, localizada Rodovia dos Imigrantes, KM 8,6, Capela do Pissarrão – S/N, Varzea Grande – MT, CEP 78.132-400,referente a **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº143/2023, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFALTICA TIPO RR2C, CM 30, RL1C E CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO – CAP 30/45 EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT.**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 25 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **MULTITECNET LTDA.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 156/2022,** cujo objeto é a "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO Á INTERNET (VIA RADIO, BANDA LARGA COM IP PÚBLICO E FIXO) VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ECUCAÇÃO E CULTURA (DISTRITO UNIÃO DO NORTE) DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA".**

Pelo presente Instrumento fica alterada as seguintes cláusulas do **Contrato de nº 156/2022:**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

1.1. O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até **26/07/2024,** prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei**.**

2 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor global da renovação deste contrato é de **R$ 43.068,00 (quarenta e três mil e sessenta e oito reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 26 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1455 DE 14 DE JULHO DE 2023.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

Considerando o pedido de substituição do Servidor **MARCOS ANTONIO DE SOUSA SOARES**, **Matrícula: 7843.**

Considerando a necessidade da continuidade do serviço público, bem como o interesse público;

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores **MARCOS ALVES OLIVEIRA**,matrícula nº **7564 (fiscal titular)**, representante da Secretaria de Administração, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, a todos os contratos que antes eram fiscalizados pelo Servidor **Marcos Antonio de Sousa Soares,** acompanhando a execução dos mesmos e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais.

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 14 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 154/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **ANDERSON VIDAL ASSESSORIA E RELAÇÕES PÚBLICAS EIRELI.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 154/2022,** cujo objeto é a **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 014/2021 ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022 DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE – MT**.

Pelo presente Instrumento fica alterada as seguintes cláusulas do **Contrato de nº 154/2022:**

1 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DA ESPECIFICAÇÃO

1.1. O valor global da renovação deste contrato é de **R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais),** e será pago em 12 (doze) parcelas de **4.000,00 (Quatro mil reais).**

2 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até **20/07/2024,** prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei**.**

Peixoto de Azevedo-MT, 17 de julho de 2023.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **CENTRO DE IMAGEM BERTINETTI LTDA.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 128/2021,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS".**

Pelo presente Instrumento fica alterada as seguintes cláusulas do **Contrato de Prestação de Serviços nº 128/2021:**

1 – CLAUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

1.1. Este aditivo terá validade por **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei, e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante.

2 CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

2.1 Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor bruto de **R$ 318.130,00 (Trezentos e dezoito mil, cento e trinta reais).**

2.2 - **As despesas para o exercício atual serão alocadas em dotação orçamentáriaprópria do exercício de 2023, consignado pela Lei Orçamentária Anual, sendo o valor estimado em: R$ 169.310,00 (Cento e sessenta e nove mil, cento e trinta reais).**

2.3 - As despesas para o exercício atual serão alocadas em dotação orçamentáriaprópria do exercício de 2024, consignado pela Lei Orçamentária Anual, sendo o valor estimado em: **R$ 148.820,00 (Cento e quarenta e oito mil, oitocentos e vinte reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 04 de julho de 2023.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **ANDREA IORIS CONSRUÇÕES EIRELI – ME.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 133/2022,** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL LUCIENE CARDOSO DE OLIVEIRA PELO CONVENIO Nº 0901-2020.**

Pelo presente Instrumento ficam alteradas as seguintes cláusulas do **Contrato nº 133/2022:**

1 – Fica alterado a **CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO:** Fica acrescentado ao valor inicial, o valor de **R$ 82.585,72 (Oitenta e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos),** assim, o contrato passa ao valor total de **R$ 6.051.426,97 (Seis milhões, cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e sete centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 14 de julho de 2023.

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO – COOPSERV´S.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 079/2019,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS PARA ATENDER AS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA",**

Pelo presente Instrumento fica alterada a seguinte cláusula do **Contrato nº 078/2019.**

1 – Fica alterado a **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:** Fica aditivado o prazo em 07 (sete) meses, contados a partir do final da vigência, expirando em **29/02/2024.**

2 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O VALOR TOTAL DESTE ADITIVO É DE **R$ 2.578.710,90 (Dois milhões, quinhentos e setenta e oito mil, setecentos e dez reais e noventa centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 11 de julho de 2023.

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 092/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO – COOPSERV´S.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 079/2019,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO DE NATUREZA CONTÍNUA EM REGIME DE HORAS PARA ATENDER AS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO".**

Pelo presente Instrumento fica alterada a seguinte cláusula do **Contrato nº 092/2019.**

1 – Fica alterado a **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:** O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até **29/02/2024,** prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei**.**

2 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O VALOR TOTAL DESTE ADITIVO É DE R$ R$ 1.551.891,60 (Um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e um reais e sessenta centavos).

Peixoto de Azevedo-MT, 11 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1450 DE 12 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **ROSIE IREDE VIANA VITOR,** matrícula **Nº 4915 (fiscal titular) e RAIMUNDA BARBOSA DA SILVA,** matrícula **Nº 2927 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Educação, para atuarem como fiscais do Contrato nº **196/2023**, referente a contratação da empresa: **ZANDRE EDSON LANCI ME,** localizada na Rua Tiago Magalhaes Nunes Nº 637, Bairro Centro, no Município de Peixoto de Azevedo - MT, CNPJ nº **03.191.277/0001-37**, doravante denominado **CONTRATADO**, em conformidade com a dispensa de licitação n.º **017/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BOLO GELADO REFERENTE A COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE QUE ACONTECE NO DIA 20 DE JULHO DE 2023, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO".**

ART. 2º - Constitui atribuições do profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais; II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias; III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 12 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM GUARANTA LTDA.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 127/2021,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS".**

Pelo presente Instrumento fica alterada as seguintes cláusulas do **Contrato de Prestação de Serviços nº 127/2021:**

1 – CLAUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

1.1. Este aditivo terá validade por **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei, e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante.

2 CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

2.1 Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor bruto de **R$ 333.130,00 (Trezentos e trinta e três mil, cento e trinta reais).**

2.2. - As despesas para o exercício atual serão alocadas em dotação orçamentáriaprópria do exercício de 2023, consignado pela Lei Orçamentária Anual, sendo o valor estimado em: **R$ 177.310,00 (Cento e setenta e sete mil, trezentos e dez reais).**

2.3. As despesas para o exercício atual serão alocadas em dotação orçamentáriaprópria do exercício de 2024, consignado pela Lei Orçamentária Anual, sendo o valor estimado em: **R$ 155.820,00 (Cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e vinte reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 04 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 179/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **50.717.880 EDER OLIVEIRA DE JESUS**.

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES E RECREATIVO, NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS".**

1 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:

1.1 - A vigência do presente contrato será até **03/07/2024** contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e desde que haja condições vantajosas para o CONTRATANTE.

2 CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

2.1 - O valor global deste contrato é de **R$ 50.236,44 (Cinquenta mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1449 DE 11 DE JULHO DE 2023.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

Considerando o pedido de substituição do Servidor **JOSE CARLOS DA SILVA**, **Matrícula: 5465 e CLEIZE TAVARES DE BARROS, Matrícula: 6884.**

Considerando a necessidade da continuidade do serviço público, bem como o interesse público;

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores **ROSIE IREDE VIANA VITOR**,matrícula nº **4915 (fiscal titular) RAIMUNDA BARBOSA DA SILVA**, matrícula nº **2927**, representantes da Secretaria de Educação, para atuar como fiscais, no âmbito da Administração Pública, a todos os contratos que antes eram fiscalizados pelos Servidores **JOSE CARLOS DA SILVA e CLEIZE TAVARES DE BARROS,** a fiscalização ocorreráno período em que os mesmos estiverem de férias**,** devendo estaracompanhando a execução dos mesmos e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as clausulas do instrumento e disposições legais.

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ***com efeitos retroativos a 01 de julho de 2023 até 31 de julho de 2023***, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 11 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO DO CONTRATO N° 181/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **JOYCE PEREIRA RAMOS 02946725162**.

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES E RECREATIVO, NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS".**

1 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:

1.1 - A vigência do presente contrato será até **03/07/2024** contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e desde que haja condições vantajosas para o CONTRATANTE.

2 CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

2.1 - O valor global deste contrato é de **R$ 69.224,88 (Sessenta e nove mil, duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 182/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **50.762.587 LUZINEIDE DE CARVALHO DA SILVA**.

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES E RECREATIVO, NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS".**

1 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:

1.1 - A vigência do presente contrato será até **03/07/2024** contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e desde que haja condições vantajosas para o CONTRATANTE.

2 CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

2.1 - O valor global deste contrato é de **R$ 34.612,44 (Trinta e quatro mil, seiscentos e doze reais e quarenta e quatro centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 183/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **50.813.556 OTAVIO AUGUSTO RECH VALIATI**.

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES E RECREATIVO, NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS".**

1 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:

1.1 - A vigência do presente contrato será até **03/07/2024** contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e desde que haja condições vantajosas para o CONTRATANTE.

2 CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

2.1 - O valor global deste contrato é de **R$ 34.612,44 (Trinta e quatro mil, seiscentos e doze reais e quarenta e quatro centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 200/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **AUTOCAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA**.

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMIONETE PICK-UP EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA E CONSELHO TUTELAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 – **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**.

2.1. O valor total deste contrato é de **R$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1435 DE 10 DE JULHO DE 2023.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

Considerando o pedido de substituição do Servidor **JOSE CARLOS DA SILVA**, **Matrícula: 5465 e CLEIZE TAVARES DE BARROS, Matrícula: 6884.**

Considerando a necessidade da continuidade do serviço público, bem como o interesse público;

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores **ROSIE IREDE VIANA VITOR**,matrícula nº **4915 (fiscal titular) RAIMUNDA BARBOSA DA SILVA**, matrícula nº **2927**, representantes da Secretaria de Educação, para atuar como fiscais, no âmbito da Administração Pública, dos contratos **142/2023, 140/2023, 147/2023, 149/2023, 148/2023, 151/2023 e 150/2023,** a fiscalização ocorreráno período em que os mesmos estiverem de férias**,** devendo estaracompanhando a execução dos mesmos e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as clausulas do instrumento e disposições legais.

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ***com efeitos retroativos a 01 de julho até 31 de julho de 2023,*** revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 10 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM___/___/___
Resp._____

EXTRATO DO CONTRATO N° 184/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **M. A. DA S. SOUSA – ME**.

O presente Contrato é para: **"ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2022, ORIUNDOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022, DO MUNICIPIO DE MATUPA –MT, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS". PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE". (ATENÇÃO BÁSICA). "**

1 - **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** 1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei. 2 – **CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS** 2.1. Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor bruto de **R$ 345.000,00 (Trezentos e quarenta e cinco mil reais),** do qual se descontará na fonte o ISS e o Imposto de Renda.

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1422 DE 10 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **LENILTON MARDINE NETO,** matrícula **Nº 8480 (fiscal titular) e GLEYVIA SILVINO DA SILVA,** matrícula **Nº 7572 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Esporte, para atuarem como fiscais dos Contratos nº **192 a 195/2023**, referente a contratação das empresas vencedoras do **PREGÃO ELETRONICO - SRP Nº 020/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, CONFORME CONVÊNIO Nº 0854/2021, PROCESSO Nº 471120/2021, RECURSO DO FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DO MATO GROSSO – FUNDED/MT EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 10 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO DO CONTRATO N° 185/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **D B A ROZANTI**.

O presente Contrato é para: **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE UMA PLACA DE OBRA EM MATALON REFERENTE AOS CONVÊNIOS 0502/2020 E 0437/2023 PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS".**

1 - **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.**

1.1. O presente Contrato terá validade de **60 (Sessenta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

2.1. O valor total deste contrato é de **7.250,00 (Sete mil, duzentos e cinquenta reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 186/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **LABINBRAZ COMERCIAL LTDA**.

O presente Contrato é para: **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO APARELHO DE BIOQUÍMICA MARCA (WIENER LAB MODELO CM200) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO".**

1 - CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS E VALOR.

1.1. O valor global do presente instrumento contratual será de **R$ 4.944,73 (Quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e três centavos)**. **2. CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

2.1. O Contrato terá sua vigência de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, na forma da lei;

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1421 DE 10 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **AMANDA CAROLINE FARIAS DE SOUSA,** matrícula **Nº 8487 (fiscal titular) e MARCELO HENRIQUE LIMA CORREA,** matrícula **Nº 1392 (fiscal suplente)** representantes do Gabinete do Prefeito, **PAULO CHAVES NASCIMENTO JUNIOR,** matrícula **Nº 9001 (fiscal titular) e AROLDO BERNARDO DE SOUZA,** matrícula **Nº 8956 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Governo, **TAYNARA CRISTINA CARVALHO DUARTE,** matrícula **Nº 7562 (fiscal titular) e BRUNO CENCI SILVA,** matrícula **Nº 8784 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Administração, **GRASIELA BAGNARA DE BORJA SANTOS,** matrícula **Nº 8435 (fiscal titular) e HALEM HENRIQUE SILVA CAVALCANTE,** matrícula **Nº 7793 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Planejamento e Fazenda, **JOSE CARLOS DOS SANTOS,** matrícula **Nº 5464 (fiscal titular) e CLEIZE MARIA DE BARROS TAVARES,** matrícula **Nº 6884 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Educação, **LUCIANE DE OLIVEIRA,** matrícula **Nº 8509 (fiscal titular) e CREUSA DE ALMEIDA AMARAL,** matrícula **Nº 7441 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Saúde, **MAURA PEDROSO MARINHO,** matrícula **Nº 2858 (fiscal titular) e UELEN PELISSARI,** matrícula **Nº 8445 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Assistência Social, **CELSO JOSE DALL'ACQUA,** matrícula **Nº 5496 (fiscal titular) e CLEITON FRANCISCO MOHR,** matrícula **Nº 7571 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Agricultura**, JACSON MACIEL DA SILVA,** matrícula **Nº 8457 (fiscal titular) e WICTOR HIAGO DE FREITAS,** matrícula **Nº 8964 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Meio Ambiente, **CARLOS ROGÉRIO NERES DE SOUSA,** matrícula **Nº 8434 (fiscal titular) e ISAIAS REINALDO BEZERRA,** matrícula **Nº 1718 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Obras, **JOSE MANOEL DA SILVA,** matrícula **Nº 8489 (fiscal titular) e ADRIANO ANDRADE LIMA,** matrícula **Nº 8971 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Transporte, **LENILTON MARDINE NETO,** matrícula **Nº 8480 (fiscal titular) e GLEYVIA SILVINO DA SILVA,** matrícula **Nº 7572 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Esporte, para atuarem como fiscais do Contrato nº **191/2023**, referente a contratação das empresas vencedoras do **PREGÃO ELETRONICO - SRP Nº 021/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PAPEL SULFITE BRANCO FORMATO A4 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 10 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 1420 DE 10 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **IVAN LUIZ SILVA RIBEIRO,** matrícula **Nº 7759 (fiscal titular) JACSON MACIEL DA SILVA,** matrícula **Nº 8457 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Meio Ambiente, para atuarem como fiscais do Contrato de nº **190/2023**, referente a contratação da empresa: **ARTH BIM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita noCNPJ sob o n**° 13.418.722/0001-02**, localizada Avenida Tancredo de Almeida Neves nº. 127, QD 08, Lote 39, Sala 01, Bairro Campos Elisius, Cidade/Estado: Cuiabá - MT,**referente a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004/2023 ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL 004/2023 DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ANÁLISE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS, REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E ESTUDOS TÉCNICOS TARIFÁRIOS PARA O SISTEMA DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO.**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 10 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO DO CONTRATO N° 187/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **IDALVINA ESPINDOLA MAAS**.

O presente Contrato é para: **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 06 QUADROS DE FOTO AÉREAS MEDINDO 120X50CM E ACABAMENTO EM ALUMÍNIO, EM ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO".**

1 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

1.1. O valor global deste Contrato é de **R$ 9.996,00 (nove mil, novecentos e noventa e seis reais)** refere-se a este item.

2 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO:

2.1. Este contrato terá validade de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura.

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 199/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **LIBERDADE AGENCIA DE NEGÓCIOS LTDA**.

O presente Contrato é para: **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRODUÇÃO MUSICAL E NA COMERCIALIZAÇÃO DE SHOW ARTISTICOS DA DUPLA MAIK E CIEL".**

1 – CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DURAÇÃO DO CONTRATO.

1.1. O presente contrato terá prazo de vigência de 60 (sessenta) dias, contados da data da **sua assinatura.**

2 - CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O valor global dos serviços é R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), que serão pagos **com recursos próprios da Secretária Municipal de Educação Cultura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 18 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 188/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **D B A ROZANTI**.

O presente Contrato é para: **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PAINEL DE ESTRUTURA METÁLICA COM LETRAS CAIXA EM ACM "CAPELA MORTUÁRIA" EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".**

1 - **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.**

1.1. O presente Contrato terá validade de **60 (Sessenta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

2.1. O valor total deste contrato é de **R$ 15.385,78 (quinze mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e oito centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 189/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA**.

O presente Contrato é para: **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRA DE CONJUNTO MOTOBOMBA E ACESSÓRIO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS".**

1 - **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.**

1.1. O presente Contrato terá validade de **60 (Sessenta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 **CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

2.1. O valor total deste contrato é de **R$ 16.050,98 (Dezesseis mil, cinquenta reais e noventa e oito centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1419 DE 10 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores **CARLOS ROGERIO NERES DE SOUSA,** matrícula **Nº 8434 (fiscal titular) e ISAIAS REINALDO BEZERRA,** matrícula **Nº 8468 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Obras, para atuarem como fiscais do Contrato nº **189/2023**, referente a contratação da empresa: **CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA,** localizada na Rua Lauro Leite, Nº 82, Bairro Centro Antigo, Peixoto de Azevedo – MT, CEP 78530-000 , CNPJ nº **73.008.682/0001-52**, doravante denominado **CONTRATADO**, em conformidade com a dispensa de licitação n.º **014/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRA DE CONJUNTO MOTOBOMBA E ACESSÓRIO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS".**

ART. 2º - Constitui atribuições do profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais; II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias; III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 10 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PUBLICADO
EM ___/___/___
Resp._____

EXTRATO DO CONTRATO N° 198/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **CITYPLAN-CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**.

O presente Contrato é para: **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT", EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".**

1 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

1.1. O valor global deste Contrato é de **R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais)** refere-se à prestação de serviço.

2 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

2.1. Este contrato terá validade por **30 (Trinta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

Peixoto de Azevedo-MT, 17 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 190/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ARTH BIM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME**.

O presente Contrato é para: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004/2023 ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL 004/2023 DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ANÁLISE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS, REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E ESTUDOS TÉCNICOS TARIFÁRIOS PARA O SISTEMA DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO.**

1 - **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** 1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 **CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor bruto de **R$ 552.480,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais)**, do qual se descontará na fonte o ISS e o Imposto de Renda.

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1418 DE 10 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **UELEN PELISSARI,** matrícula **Nº 8445 (fiscal titular) e MAURA PEDROSO MARINHO,** matrícula **Nº 2858 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Assistência Social, para atuarem como fiscais do Contrato nº **188/2023**, referente a contratação da empresa: **D B A ROZANTI,** localizada na Avenida Lions Internacional, nº 605, Loja, Bairro Nova Esperança, CEP 78.530-000, Peixoto de Azevedo – MT, CNPJ nº **09.123.098/0001-49**, doravante denominado **CONTRATADO**, em conformidade com a dispensa de licitação n.º **019/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PAINEL DE ESTRUTURA METÁLICA COM LETRAS CAIXA EM ACM "CAPELA MORTUÁRIA" EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".**

ART. 2º - Constitui atribuições do profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais; II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias; III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 10 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO DO CONTRATO N° 191/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MARIA ALICE DA SILVA LTDA**.

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PAPEL SULFITE BRANCO FORMATO A4 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.** 1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 743.480,00 (Setecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1417 DE 10 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **ADELANE DOS SANTOS SOUZA,** matrícula **Nº 8552 (fiscal titular) AMANDA CAROLINE FARIAS DE SOUSA,** matrícula **Nº 8487 (fiscal suplente)** representantes do Gabinete do Prefeito, para atuarem como fiscais do Contrato nº **187/2023**, referente a contratação da empresa: **IDALVINA ESPINDOLA MAAS,** localizada na AV das Perobas Nº 343, Bairro São Jose Operário, no Município de Santa Izabel do Oeste - PR, CNPJ nº **11.419.119/0001-10**, doravante denominado **CONTRATADO**, em conformidade com a dispensa de licitação n. º **018/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 06 QUADROS DE FOTO AÉREAS MEDINDO 120X50CM E ACABAMENTO EM ALUMÍNIO, EM ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO".**

ART. 2º - Constitui atribuições do profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais; II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias; III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 10 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO DO CONTRATO N° 192/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ARAGAO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**.

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, CONFORME CONVÊNIO Nº 0854/2021, PROCESSO Nº 471120/2021, RECURSO DO FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DO MATO GROSSO – FUNDED/MT EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 33.966,00 (Trinta e três mil, novecentos e sessenta e seis reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1416 DE 10 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores **ZAIDA CASTRO DE SIQUEIRA,** matrícula **Nº 5584 (fiscal titular) e ELIANE MARIA DINIZ,** matrícula **Nº 8468 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Saúde, para atuarem como fiscais do Contrato nº **186/2023**, referente a contratação da empresa: **LABINBRAZ COMERCIAL LTDA,** localizada na Avenida Guido Caloi Nº 1935, Térreo – Blocos A/B – Jardim São Luiz, cidade de São Paulo - SP, CNPJ nº **73.008.682/0001-52**, doravante denominado **CONTRATADO**, em conformidade com a dispensa de licitação n.º **016/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO APARELHO DE BIOQUÍMICA MARCA (WIENER LAB MODELO CM200) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO".**

ART. 2º - Constitui atribuições do profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais; II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias; III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 10 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO DO CONTRATO N° 193/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **G. T. N. DA SILVA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO**.

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, CONFORME CONVÊNIO Nº 0854/2021, PROCESSO Nº 471120/2021, RECURSO DO FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DO MATO GROSSO – FUNDED/MT EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 2.610,00 (Dois mil, seiscentos e dez reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 194/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **SPORTHAUS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**.

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, CONFORME CONVÊNIO Nº 0854/2021, PROCESSO Nº 471120/2021, RECURSO DO FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DO MATO GROSSO – FUNDED/MT EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 1.098,43 (Mil, noventa e oito reais e quarenta e três centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 195/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **GERACAO 2000 CALCADOS, CONFECCOES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA**.

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, CONFORME CONVÊNIO Nº 0854/2021, PROCESSO Nº 471120/2021, RECURSO DO FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DO MATO GROSSO – FUNDED/MT EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor total deste contrato é de**R$ 9.086,00 (Nove mil e oitenta e seis reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1374 DE 03 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **ERICA LETICIA RODRIGUES PEREIRA,** matrícula **Nº 6927 (fiscal titular) LUIZ CARLOS SANTANA,** matrícula **Nº 8569 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Saúde, para atuarem como fiscais do Contrato de nº **184/2023**, referente a contratação da empresa: **M. A. DA S. SOUSA – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita noCNPJ sob o n**° 08.781.187/0001-10**, localizada Rua Amendoeiras Nº 722, Bairro Centro, Guarantã do Norte – MT, CEP 78.520-000,**referente a "ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2022, ORIUNDOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022, DO MUNICIPIO DE MATUPA –MT, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS". PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE". (ATENÇÃO BÁSICA).**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 03 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 1373 DE 03 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **LENILTON MARDINE NETO,** matrícula **Nº 8480 (fiscal titular) e GLEYVIA SILVINO DA SILVA,** matrícula **Nº 7572 (fiscal suplente)** representante da Secretaria de Esporte, para atuarem como fiscais do Contrato nº **178 a 183/2023**, referente a contratação das empresas credenciadas**,** em conformidade com o processo de **Chamada Pública 002/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto "**CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM TREINAMENTOS DE MODALIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO, DESTINADAS A ATENDER PROJETOS ESPORTIVOS N VILA OLÍMPICA, ESTÁDIO MORADA DO OURO, GINÁSIO MÃO DE DEUS, CAMPO SINTÉTICO, ESCOLAS MUNICIPAIS, PRAÇA DOS TRÊS PODERES, E GINÁSIO DO DISTRITO DE UNIÃO DO NORTE DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT".**

ART. 2º - Constitui atribuições do profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais; II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias; III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 03 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO DO CONTRATO N° 197/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ANDREA IORIS CONSRUÇÕES EIRELI – ME**.

O presente Contrato é para: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CÍVEL PARA CONSTRUÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR PARA COMERCIO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 897650/2020/MDR/CAIXA NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO".**

1 – CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO.

1.1. O valor estimado do presente Contrato, a preços iniciais, é de **R$ 1.855.847,60 (um milhão oitocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos)**.

2 - CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES.

2.1. O prazo de vigência do contrato é de **210 (duzentos e dez) dias** e o prazo para a execução dos serviços da obra definida na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **180 (cento e oitenta) dias**. Estes prazos serão contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, exclusive, observados, durante a sua execução, os prazos de etapas conforme previsto no cronograma físico que constitui parte integrante deste Contrato.

Peixoto de Azevedo-MT, 17 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 1415 DE 10 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **CARLOS ROGÉRIO NERES DE SOUSA,** matrícula **Nº 8434 (fiscal titular) e ISAIAS REINALDO BEZERRA,** matrícula **Nº 1718 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Obras, para atuarem como fiscais do Contrato nº **185/2023**, referente a contratação da empresa: **D B A ROZANTI,** localizada na Avenida Lions Internacional, nº 605, Loja, Bairro Nova Esperança, CEP 78.530-000, Peixoto de Azevedo – MT, CNPJ nº **09.123.098/0001-49**, doravante denominado **CONTRATADO**, em conformidade com a dispensa de licitação n.º **015/2023**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE UMA PLACA DE OBRA EM MATALON REFERENTE AOS CONVÊNIOS 0502/2020 E 0437/2023 PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS".**

ART. 2º - Constitui atribuições do profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais; II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias; III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 10 de julho de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO DO CONTRATO N° 196/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ZANDRE EDSON LANCI ME**.

O presente Contrato é para: **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BOLO GELADO REFERENTE A COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE QUE ACONTECE NO DIA 20 DE JULHO DE 2023, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO".**

1 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

1.1. O valor global deste Contrato é de **R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)** refere-se a este item.

2 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO:

2.1. Este contrato terá validade por **02 (Dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

Peixoto de Azevedo-MT, 12 de julho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 180/2023

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ELVES SANTOS DE PINHO 02880439108**.

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES E RECREATIVO, NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS".**

1 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:

1.1 - A vigência do presente contrato será até **03/07/2024** contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e desde que haja condições vantajosas para o CONTRATANTE.

2 CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

2.1 - O valor global deste contrato é de **R$ 50.236,44 (Cinquenta mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de julho de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 004/2023.

A prorrogação promovida pelo Termo Aditivo se deve pela necessidade dos serviços e de acordo com o interesse da contratante conforme previsto no **artigo 106, da Lei nº 14.133/2021 e na CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA,** constantes no termo contratual celebrado entre as partes. **PRORROGA-SE** o período de vigência contratual de **10/08/2023** para mais **02** (dois) meses, passando a estabelecer o fim da vigência em **10/10/2023. CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra- MT. **CONTRATADA**: Eurico Cotrins da Silva**, CNPJ nº** 26.791.153/0001-98**.** Data de assinatura do termo: **01/08/2023.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2023 - PROCESSO Nº 032/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

AVISO DE RESULTADO- PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2023 - PROCESSO Nº 032/2023.

O Município de P. da Serra- MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que dando seguimento a sessão do dia **04/07/2023,** bem como considerando o principio da instrumentalidade das formas e o conteúdo do **Parecer Jurídico 109/2023/PGN/PMPS** analisamos a documentação de habilitação da segunda colocada, restando constatada que a certidão da receita federal e certidão negativa de falência estão com prazo de validade vencidos. Assim, evitando-se possíveis nulidades confere-se o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para eventual recurso. **CLÁUDIA MÁRCIA SAMPAIO RODRIGUES-PREGOEIRA.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PR SRP Nº 017/2023. PROCESSO Nº 056/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PR SRP Nº 017/2023. PROCESSO Nº 056/2023.

O setor de licitações, no uso de suas atribuições, torna público a todos os interessados a retificação do Edital, do Anexo I-A e demais anexos, redesignando-se a sessão para o dia **17/08/2023,** ás 08:00 HORAS **(horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados gratuitamente, na Prefeitura e no Site:** www.planaltodaserra.mt.gov.br **Comissão de pregão, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT,** Tel: **(66) 3328-6101. ANNIELY OLIVEIRA DOS SANTOS MARQUES** - PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2023

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 12/2023, de 13/01/2023, torna público para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA APARECIDA DO CHUMBO DISTRITO DE POCONE-MT CONFORME PROJETO E PLANILHA EM ANEXO. são:	
Vencedores:	
Licitante	**CNPJ/CPF**
ALIANCA CONSTRUTORA E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	**17.982.134/0001-58**
POCONÉ, 28 de Julho de 2023	
Erasmo Paulo de Lima **Presidente**	

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE REVOGAÇÃO DA PUBLICAÇÃO NO JORNAL DA AMM

REVOGAÇÃO DA PUBLICAÇÃO NO JORNAL DA AMM

JORNAL Nº 4.239 - DATA: 23/05/2023 – Página: 548 – TERMO DE FOMENTO Nº 3/2023

FICA REVOGADA A PUBLICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2023 NO JORNAL DA AMM, nos termos da súmula 473 do STF.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO VIGÉSSIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 08/2020

VIGÉSSIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 08/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA - ME

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 14 de agosto de 2023 a 14 de outubro de 2023.

Poconé/MT, 04 de agosto de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 2571/2023

DECRETO Nº 2571/2023 DE 04 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre a composição da Comissão de Transporte Escolar do Município de Pontal do Araguaia e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia/MT em exercício, **Sr. LUCIANO NAPOLIS COSTA**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial o disposto no artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e considerando a Instrução Normativa nº 012/2017/GS/SEDUC/MT – Art. 11, Parágrafos 1º e 2º;

D E C R E T A:

Art. 1º - A Comissão de Transporte Escolar do Município de Pontal do Araguaia/MT fica composto pelos membros abaixo relacionados:

Representante do Conselho do FUNDEB

Titular: Israelita Francisco Veloso

Suplente: Deusiney Pereira S. Martins

Representante dos Professores de Escolas Municipais

Titular: Elaine Cintia de Souza

Suplente: Sirlania Pereira Neves

Representante dos Professores de Escolas Estaduais

Titular: Adair de Mota Nunes

Suplente: Genilson Oliveira Santos

Representante de Pais de Alunos

Titular: Raimunda Alves Oliveira

Suplente: Jucélia Souza Nunes

Representante de Alunos

Titular: Geovanna Lima Oliveira

Suplente: Marianna Rodrigues Valadão

Representante da Assessoria Pedagógica

Titular: Feliciane Luiza dos Reis

Suplente: Lais Gomes

Representante do Poder Executivo

Titular: Antônia Parreira de Almeida

Suplente: Hirôsshi Oda Goes

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia - MT, 04 de Agosto de 2023.

LUCIANO NAPOLIS COSTA

Prefeito Municipal Em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1068/2023 DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITOS NA LEI MUNICIPAL Nº 1042/2022,

LEI Nº 1068/2023

04/08/2023

SUMULA: "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITOS NA LEI MUNICIPAL Nº 1042/2022, QUE TRATA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023, e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte - MT. Sr. **DANIEL ROSA DO LAGO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1042/2022, no valor de **R$ 1.286.000,00 (Um Milhão e Duzentos e Oitenta e Seis Mil Reais)**a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	07	SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS	
Unidade	004	DEP. INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORT	
Função	26	TRANSPORTE	
Sub-Função	782	TRANSPORTE RODOVIARIO	
Programa	0013	INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIDADE	
Atividade	1.113	AQUISICAO DE VEICULOS E MAQUINARIOS	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente – Red. 759	1.755.0000000	976.000,00

ÓRGÃO	04	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO	
Unidade	008	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Função	13	CULTURA	
Sub-Função	392	DIFUSAO CULTURAL	
Programa	0005	CULTURA EM DESENVOLVIMENTO	
Atividade	1.048	AQUISICAO DE EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE CULTU	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente – Red. 317	1.755.0000000	250.000,00
ÓRGÃO	04	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO	
Unidade	007	FUNDO MUNICIPAL DO DESPORTO E LAZER	
Função	27	DESPORTO E LAZER	
Sub-Função	812	DESPORTO COMUNITARIO	
Programa	0004	ESPORTE PARA TODOS	
Atividade	1.147	CONST. DE ACADEMIAS DE SAUDE PISTA DE ATLETISMO	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente – Red. 272	1.755.0000000	60.000,00

Art. 2º Para amparar o crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no Art. 43, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes de Excesso de Arrecadação oriundos de Alienação de Bens.

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1016/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023 - LDO, e na Lei Municipal nº. 975/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte – MT, em 04 de Agosto de 2023.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 081/2023

Dispensa de Licitação nº 030/2023

Processo Administrativo nº 081/2023

Respaldado no inciso **II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGEM DO TIPO DUPLAGEM DOS PNEUS DO TRATOR AGRALLE*, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.* Favorecido: AM VULCANIZADORA DE PNEUS LTDA Inscrito no CNPJ nº 49.776.157/0001-00, VALOR R$ 17.460,00 (Dezessete Mil Quatrocentos e Sessenta Reais)**.

Porto Alegre do Norte – MT, 04 de Agosto de 2023.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1067/ 2023 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA

LEI Nº 1067/ 2023

04/08/2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento na Modalidade Apoio Financeiro, destinado a aplicação em Despesa de Capital e a oferecer garantias, e dá outras providências.

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso – MT, no uso de suas atribuições legais faz saber que a **Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte - MT** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a contratar e garantir financiamentos na linha de crédito do FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Modalidade Apoio Financeiro destinado à aplicação em Despesa de Capital junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de **R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)**, nos termos da Resolução CMN nº 4589/2017 e posteriores alterações e observadas as disposições legais em vigor para contratação de operação de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal para a operação.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento/Despesa de Capital vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia da operação de crédito de que trata esta lei, as cotas de repartição constitucional, do Imposto de Circulação de Mercadorias – ICMS e/ou Fundo de Participação dos Municípios – FPM até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos decorrentes desta lei ou autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo “pro solvendo”, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b”, “d” e “e” complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no *caput* deste artigo, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados.

§ 2º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no *caput*, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da CAIXA, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§ 4º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados, provenientes do FINISA/Despesa de Capital, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por Decreto créditos especiais ou suplementares no orçamento vigente à época da contratação e/ou liberação dos recursos, conforme artigo 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64, até o limite fixado no art. 1º, de modo a atender as receitas e despesas provenientes da operação a ser contratada, em especial criar no PPA-2022-2025 - Lei n° 975/2021, e na LDO – 2023 - Lei 1016/2022, na Secretaria de Viação e Obras Públicas; e suplementar as dotações que forem necessárias no valor de **R$ 8.000.000,00 (oito milhões)** e, promover alterações necessárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual vigentes.

Art. 6º O recurso previsto no artigo 1º será aplicado da seguinte forma:

I – R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para drenagem do Bairro Aeroporto;

II – R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) destinados ao pagamento de mão de obra que será utilizada na execução da pavimentação asfáltica do Bairro Aeroporto.

Art. 7ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre do Norte - MT, 04 de Agosto de 2023.

DANIEL ROSA DO LAGO Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 1066/2023. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR PERMUTA DE IMÓVEIS SETOR UNIVERSITÁRIO

LEI N° 1066/2023.

04/08/2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR PERMUTA DE IMÓVEIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso – MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a permutar as áreas de terras de propriedade do município conforme descritos abaixo:

I. Uma área de terra denominada de Lote n° 02 da Quadra n° 37 do Loteamento Universitário com área de 311,44 m² (trezentos e onze metros quadrados e virgula quarenta e quatro decímetro quadrados), situado na zona urbana da cidade e comarca de Porto Alegre do Norte, com perímetro de 75,65 m e descrição conforme matrícula n° 27.152 do Livro n° 02 – Registro Geral do CRI de Porto Alegre do Norte/MT; **II.** Uma área de terra denominada de Lote n° 03 da Quadra n° 37 do Loteamento Universitário com área de 330,03 m² (trezentos e trinta metros quadrados e três decímetros quadrados), situado na zona urbana da cidade e comarca de Porto Alegre do Norte, com perímetro de 79,15 m e descrição conforme matrícula n° 27.153 do Livro n° 02 – Registro Geral do CRI de Porto Alegre do Norte/MT; **III.** Uma área de terra denominada de Lote n° 04 da Quadra n° 37 do Loteamento Universitário com área de 353,02 m² (trezentos e cinquenta e três metros quadrados e dois decímetros quadrados), situado na zona urbana da cidade e comarca de Porto Alegre do Norte, com perímetro de 82,99 m e descrição conforme matrícula n° 27.154 do Livro n° 02 – Registro Geral do CRI de Porto Alegre do Norte/MT;

Parágrafo Único: O imóvel de permuta descrito no inciso I, II e III do caput deste artigo, será permutado com o imóvel denominado de *Área Remanescente 11*, com área de 895,18 m² e perímetro de 219,41 m e descrição

conforme matrícula n° 22.375 do Livro n° 02 – Registro Geral do CRI de Porto Alegre do Norte/MT.

Art. 2°. Atribui o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para cada imóvel descrito no inciso I, II e III do art. 1° dessa lei,e R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil) para o imóvel descrito, no parágrafo primeiro do art. 1° desta lei.

Art. 3°.A permuta se dará de igual para igual, não podendo ser cobrados ou pagos eventuais diferença de valores dos imóveis permutados.

Art. 4°. As despesas decorrentes da execução desta Lei, lavratura e registro da escritura de permuta correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5°. Cada parte é responsável por quaisquer ônus/obrigações, sobre o(os) imóvel(eis) de sua respectiva propriedade, de qualquer natureza, incidentes ou que venham a ser constatadas por fato gerador anterior à lavratura da escritura de permuta, devendo cada parte transmitir à outra os imóveis permutados livres de quaisquer ônus ou gravames.

Art. 6°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte, 04 de Agosto de 2023.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 021/2023. TORNA-SE PÚBLICO AS LEIS 1066,1067 E 1068/2023

EDITAL Nº 021/2023.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 04 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte **TORNA-SE PÚBLICO AS LEIS 1066,1067 E 1068/2023. LEI 1066/2023 sumula: "**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR PERMUTA DE IMÓVEIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**", E LEI 1067/2023 SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa FINISA** – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento na Modalidade Apoio Financeiro, destinado a aplicação em Despesa de Capital e **a oferecer garantias, e dá outras providências" E LEI 1068/2023 SUMULA:** "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITOS NA LEI MUNICIPAL Nº 1042/2022, QUE TRATA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023, e dá outras providencias".

.

AS LEIS 1066, 1067 E 1068/2023, ficarão a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

PORTARIA N° 160/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

PORTARIA N° 160/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe Sobre Concessão de Licença Prêmio a Servidora Efetiva do Município de Porto Esperidião/MT.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER,** a partir de **01 DE AGOSTO DE 2023**, **Licença Prêmio**, a ser gozada, nos seguintes meses de agosto, setembro e novembro de 2023, para servidora a seguir;

TEREZINHA RAMOS SILVA, matricula 11379, período aquisitivo de; 13/03/2010 A 12/03/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a sua publicação, 01 de junho de 2023.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2023.Martins Dias de Oliveira.**Prefeito.**

PORTARIA N° 158/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

PORTARIA N° 158/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a Concessão de Férias e a Conversão de 10 Dias em Abono Pecuniário para Servidores.

Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 102, § 1º da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER,** 20 dias de férias, a partir de **01 DE AGOSTO DE 2023** e converter 10 dias em abono pecuniário aos (as) servidores (as) relacionados abaixo;

MARIA MAURA FERREIRA DA SILVA – Matricula 03, Período Aquisitivo de 13/03/2020 A 12/03/2021.

RONEY BATISTA CARDOSO - matricula 254, período aquisitivo de 01/02/2018 A 31/01/2019.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2023.Martins Dias De Oliveira.**Prefeito.**

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 43/2023

EXTRATO DO CONTRATO 43/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO VAN SPRINTER, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LUGARES PARA TRANSPORTE DE PACIENTES, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

VIGÊNCIA: 03 de agosto de 2023

VALIDADE: 03 de agosto de 2024

VALOR TOTAL: R$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.

CONTRATADA: BOSSOLANI CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA – CNPJ: 44.515.725/0001-98.

Porto Esperidião – MT, 04 de agosto de 2023. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA – PREFEITO.

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00005, DE 04 DE AGOSTO DE 2023

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
SEBASTIAO LOPES FORTES (ESPÓLIO DE)	159.112.098-53	9875/00059/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: Luiz Henrique Rauber

Matrícula: 00011274

Cargo: Fiscal de Tributos / 1302017

Assinatura:

Data de afixação:04/08/2023

Data de desafixação:19/08/2023

PORTARIA N° 157/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

PORTARIA N° 157/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe Sobre Concessão De Férias Para Servidores Do Município De Porto Esperidião/MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, Art. 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir de **01 DE AGOSTO DE 2023**, 30 dias de férias aos servidores (as) abaixo relacionados.

ADILSON BALBINO VIEIRA - matricula 059, período aquisitivo de 10/08/2020 A 09/08/2021.

ALVELINA MARIA DE JESUS - matricula 11500-1, período aquisitivo de 01/04/2019 A 31/03/2020.

ANTONIO PIRELLI - matricula 1044, período aquisitivo de 01/03/2020 A 29/02/2021.

CARLA MAGALHÃES MEDEIROS - matricula 105-1, período aquisitivo de 27/05/2021 A 26/05/2022.

CENAIDE MUQUISSAI TOSSUÉ - matricula 213, período aquisitivo de 01/04/2017 A 31/03/2018.

CLEBERSON MARIANO - matricula 1230, período aquisitivo de 13/04/2014 A 12/04/2015.

CRISTIA MELISA ALMEIDA DE SOUZA - matricula 965, período aquisitivo de 13/02/2020 A 12/02/2021.

CRISTIENE JORGE - matricula 11592, período aquisitivo de 14/10/2021 A 13/10/2022.

DINÉIA SERAFIM DOS SANTOS - matricula 11501, período aquisitivo de 08/03/2020 A 07/03/2021.

EDNO MUWUISSAI - matricula 227, período aquisitivo de 01/03/2020 A 28/02/2021.

ENILMA DOS SANTOS BACHEGA - matricula 1039, período aquisitivo de 08/03/2021 A 07/03/2022.

EVANIL LEMES MIRANDA - matricula 11539-1, período aquisitivo de 13/03/2020 A 12/03/2021.

FLAVIA MARIA ANTUNES QUAREZEMIN - matricula 11501, período aquisitivo de 08/03/2020 A 07/03/2021.

FRANCISCO GARCIA LIMA - matricula 1029, período aquisitivo de 02/03/2018 A 01/03/2019.

GREGORIO MASSAI –matricula 1153-1, período aquisitivo de

HELTON SILVEIRA FARIAS - matricula 11368-1, período aquisitivo de 13/03/2019 A 12/03/2020.

JERRY ADRIANO TEIXEIRA - matricula 11965-2, período aquisitivo de 02/02/2018 A 01/02/2019.

LUIZA APARECIDA ESCOLA DE OLIVEIRA - matricula 26-1, período aquisitivo de 13/03/2017 A 12/03/2018.

MOISES CASSIANO - matricula 11781, período aquisitivo de 30/04/2020 A 29/04/2021.

ROBER LUCAS DE ALMEIDA SILVA - matricula 12630, período aquisitivo de 01/09/2020 A 31/08/2021.

ROSALY AGUILAR DE SOUZA - matricula 60-1, período aquisitivo de 12/011/2021 A 11/11/2022.

ROSIANE SANTOS PAULA - matricula 5464, período aquisitivo de 31/12/2017 A 30/12/2018.

ROSINILDO ROCHA MENDES - matricula 11506-1, período aquisitivo de 10/09/2018 A 09/08/2019.

SEBASTIÃO NEVES - matricula 870, período aquisitivo de 02/08/2018 A 01/08/2019.

SIRLENE TRAVA - matricula 11415-1, período aquisitivo de 13/03/2017 A 12/03/2018.

SUZIMEIRE DA FONSECA ARES – Matricula 244-1, Período Aquisitivo de 01/07/2018 A 30/06/2019.

UGLEISSON PEREIRA DA SILVA - matricula 5781, período aquisitivo de 01/02/2021 A 31/01/2022.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2023.MARTINS DIAS DE OLIVEIRA.**Prefeito.**

PORTARIA N° 159/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

PORTARIA N° 159/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe Sobre Concessão de Licença Prêmio a Servidora Efetiva do Município de Porto Esperidião/MT.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER,** a partir de **01 DE AGOSTO DE 2023**, **Licença Prêmio**, a ser gozada, nos seguintes meses de agosto, setembro e novembro de 2023, para servidora a seguir;

EDILENE SOARES FLORES, matricula 11435, período aquisitivo de; 13/03/2015 A 13/03/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2023.Martins Dias de Oliveira.**Prefeito.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

LEI Nº 1099/2023

DE 04 de Agosto de 2023

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências"

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial, com inclusão de fonte de recursos, no valor total de R$ 57.805,48 (Cinquenta e sete mil oitocentos e cinco reais e quarenta e oito centavos), no orçamento vigente da prefeitura municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa..... 16

UNIDADE: Departamento de Cultura..... 002

FUNÇÃO Comercio e Serviços..... 23

SUB FUNÇÃO: Turismo..... 695

PROGRAMA: Turismo Legal é Sustentável..... 0048

PROJ/ATIV: Realização de Festival de pesca convênio..... 3627

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros serviços de Terceiros – Pessoa jurídica 3390.39.00.00.00..... ..... R$ 34.738,82

Fonte: 1.701.000000 – Outras transf. de Convênios ou Instrum. Cong. Estados..... R$ 34.738,82

ORGÃO: Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa..... 16

UNIDADE: Departamento de Cultura..... 002

FUNÇÃO Comercio e Serviços..... 23

SUB FUNÇÃO: Turismo..... 695

PROGRAMA: Turismo Legal é Sustentável..... 0048

PROJ/ATIV: Realização de Festival de pesca convênio..... 3627

ELEMENTO DE DESPESA:

Equipamentos e Material permanente 4490.52.00.00.00..... ..... R$ 23.066,66

Fonte: 1.701.000000 – Outras transf. de Convênios ou Instrum. Cong. Estados..... R$ 23.066,66

TOTAL ADICIONADO..... ..... R$ 57.805,48

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, na forma do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme dotações a baixo.

ANULA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa..... 16

UNIDADE: Departamento de Cultura..... 002

FUNÇÃO Comercio e Serviços..... 23

SUB FUNÇÃO: Turismo..... 695

PROGRAMA: Turismo Legal é Sustentável..... 0048

PROJ/ATIV: Realização de Festival de pesca..... 2528

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros serviços de Terceiros – Pessoa jurídica 3390.39.00.00.00 Red.: 879..... R$ 57.805,48

Fonte: 1.500.000000 – Recursos não Vinculados de Impostos..... ..... R$ 57.805,48

TOTAL ANULADO..... ..... R$ 57.805,48

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1042/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 04 de agosto de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 084/2023

DE 04 de Agosto de 2023

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências”

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64 e a Lei Municipal nº 1099/2023;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial, com inclusão de fonte de recursos, no valor total de R$ 57.805,48 (Cinquenta e sete mil oitocentos e cinco reais e quarenta e oito centavos), no orçamento vigente da prefeitura municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa..... 16

UNIDADE: Departamento de Cultura..... 002

FUNÇÃO Comercio e Serviços..... 23

SUB FUNÇÃO: Turismo..... 695

PROGRAMA: Turismo Legal é Sustentável..... 0048

PROJ/ATIV: Realização de Festival de pesca convênio..... 3627

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros serviços de Terceiros – Pessoa jurídica 3390.39.00.00.00..... R$ 34.738,82

Fonte: 1.701.000000 – Outras transf. de Convênios ou Instrum. Cong. Estados..... R$ 34.738,82

ORGÃO: Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa..... 16

UNIDADE: Departamento de Cultura..... 002

FUNÇÃO Comercio e Serviços..... 23

SUB FUNÇÃO: Turismo..... 695

PROGRAMA: Turismo Legal é Sustentável..... 0048

PROJ/ATIV: Realização de Festival de pesca convênio..... 3627

ELEMENTO DE DESPESA:

Equipamentos e Material permanente 4490.52.00.00.00..... R$ 23.066,66

Fonte: 1.701.000000 – Outras transf. de Convênios ou Instrum. Cong. Estados..... R$ 23.066,66

TOTAL ADICIONADO..... R$ 57.805,48

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, na forma do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme dotações a baixo.

ANULA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa..... 16

UNIDADE: Departamento de Cultura..... 002

FUNÇÃO Comercio e Serviços..... 23

SUB FUNÇÃO: Turismo..... 695

PROGRAMA: Turismo Legal é Sustentável..... 0048

PROJ/ATIV: Realização de Festival de pesca..... 2528

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros serviços de Terceiros – Pessoa jurídica 3390.39.00.00.00 Red.: 879..... R$ 57.805,48

Fonte: 1.500.000000 – Recursos não Vinculados de Impostos..... R$ 57.805,48

TOTAL ANULADO..... R$ 57.805,48

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1042/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 04 de agosto de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 012/2023 - PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 012/2023

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2023

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2023, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 27/03/2023, homologado em 27/03/2023, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2023, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Cruzeiro (No Centro Comunitário) - Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

24. CNH – conforme categoria exigida no processo seletivo

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

PROFESSOR PEDAGOGO (Sede)

Classificação	Nome	CPF
10º	Rozenilda Soares dos Santos	020.XXX.XXX-16

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 04 de agosto de 2023.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 015/2023 - INEXIGIBILIDADE N.º 002/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 009/2023

INEXIGIBILIDADE N.º 002/2023

CREDENCIAMENTO N° 001/2023

RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 015/2023

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento dos documentos de habilitação, referente ao Credenciamento nº 001/2023, credenciamento de pessoas jurídicas para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT durante o período de 12 meses, após a convocação. No dia 28/07/2023 as 08:00h (oito horas) a Comissão Permanente de Licitação instituída pela portaria 254 de 18 de abril de 2023, reuniram-se na Sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, na Sala de Licitação à Avenida Cruzeiro, S/N, Vila Cruzeiro, com o objetivo de receber e julgar. Após análise detalhada de todas as exigências do edital, a Comissão de Licitação, DECIDE HABILITAR os participantes, conforme segue: **1 – 51.442.924 LINDALVO PERES DE MORAES, portador do CNPJ Nº: 51.442.924/0001-89, Ocupação: LIMPEZA PREDIAL,** e-mail: lindalvopm23@gmail.com, telefone: (66) 994xxxx90, Endereço: Rua Teresina, n° 5, Bairro Jardim Poxoréu, Poxoréu/MT, CEP 78800-000. **2 – 51.537.676 IZAEL CAVALCANTE DE OLIVEIRA**, portador do CNPJ Nº: 51.537.676/0001-50, Ocupação: LIMPEZA PREDIAL, e-mail: izaloliver7@gmail.com, telefone: (66) 996xxxx01, Endereço: Rua Tocantins, n° 29-B, Bairro Jardim Poxoréu, Poxoréu/MT, CEP 78800-000. **3 – 51.529.466 FRANCISCA DENILZA BRANDAO**, portador do CNPJ Nº: 51.529.466/0001-10, Ocupação: LIMPEZA PREDIAL, e-mail: denilzabrandao1987@gmail.com, telefone: (66) 999xxxx11, Endereço: Rua F, n° 39, Bairro Lagoa II, Poxoréu/MT, CEP 78800-000. **4– WENDER DE PAULA DA SILVA 10253055156**, portador do CNPJ Nº: 44.671.457/0001-01, Ocupação: LIMPEZA PREDIAL, e-mail: rosienebatista4@hotmail.com, telefone: (66) 996xxxx55, Endereço: Rua Sem Denominação, s/n, Bairro Maria Sabina, Poxoréu/MT, CEP 78800-000. 5 – KELLEN FABRICIA ALVES MUNDIM 01055328190, portador do CNPJ Nº: 47.544.894/0001-44, Ocupação: LIMPEZA PREDIAL, e-mail: kellenfabricia59@gmail.com, telefone: (66) 992xxxx55, Endereço: Rua Canarana, n° 10, Bairro Lagoa II, Poxoréu/MT, CEP 78800-000.Todas as documentações apresentadas estiveram de acordo com o Edital de Credenciamento. Concluído os trabalhos a Presidente determinou a publicação do presente no quadro do mural, no SITE oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para ciência dos interessados. Nada mais requerido nem a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a Ata que será assinada pelos presentes. Em Poxoréu-MT, 04 de agosto de 2023.

Tatianne Pereira da Silva Santos Daniele Medeiros da Silva Ângela Cristina Gomes Rabelo **Presidente da CPL Secretário da CPL Membro da CPL**

RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 029 - INEXIGIBILIDADE N.º 014/ 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 091/2022

INEXIGIBILIDADE N.º 014/2022

CREDENCIAMENTO N° 003/2022

RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 029

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento dos documentos de habilitação, referente ao Credenciamento nº 003/2022, credenciamento de pessoas jurídicas para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT durante o período de 12 meses, após a convocação. No dia 21/07/2023 as 09:00h (nove horas) a Comissão Permanente de Licitação instituída pela portaria 254 de 18 de abril de 2023, reuniram-se na Sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, na Sala de Licitação à Avenida Cruzeiro, S/N,

Vila Cruzeiro, com o objetivo de receber e julgar. Após análise detalhada de todas as exigências do edital, a Comissão de Licitação, DECIDE HABILITAR os participantes, conforme segue: **1 – 48.466.606 RODOLFO ALVES BATISTA,** portador do CNPJ N.º 48.466.606/0001-43, Ocupação: SERVENTE PEDREIRO, email: rodolfoiuri1997@gmail.com, telefone: (66) 999xxxx37, Endereço: Rua Erico Verissimo, S/N, Bairro Novo Horizonte, Poxoréu/MT, CEP 78800.000. Todas as documentações apresentadas estiveram de acordo com o Edital de Credenciamento. Concluído os trabalhos a Presidente determinou a publicação do presente no quadro do mural, no SITE oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para ciência dos interessados. Nada mais requerido nem a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a Ata que será assinada pelos presentes. Em Poxoréu-MT, 04 de agosto de 2023.

Tatianne Pereira da Silva Santos Daniele Medeiros da Silva Ângela Cristina Gomes Rabelo **Presidente da CPL Secretario da CPL Membro da CPL**

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2023

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2023

REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALAR E EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA ATENDE A DEMANDA DO PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE POXOREU, PSFS E LABORATÓRIO MUNICIPAL, HAJA VISTO A NECESSIDADE DOS EQUIPAMENTO NO TRATAMENTO DE PACIENTES DO SUS.

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida provisoriamente na Av. Cruzeiro, s/n, Bairro Vila Cruzeiro, na Cidade de Poxoréu-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada através Portaria n.º 242 de 01 de abril de 2023, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que:

CONSIDERANDO as impugnações apresentadas pelas empresas:

1 - ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI EPP

2 - K. C. R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP

3 - HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

Decido **SUSPENDER** o certame, em virtude de Pedido de Impugnação do Edital, (publicadas no Portal do Município). Tendo em vista que as mesmas se encontram em análise até a presente data. Tão logo, o edital retificado, e nova data será marcada e comunicada por meio de publicação na imprensa Oficial e no Portal do Município, ou pode ser solicitado informações pelo e-mail licitacao@poxoreu.mt.gov.br.

Poxoreu-MT, 04 de agosto de 2023.

Ângela Cristina Gomes Rabelo

Pregoeira Oficial

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023

LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 70/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT torna-se público aos interessados, que no PREGÃO ELETRONICO 037/2023, tendo como Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAPARA FORNECIMENTO DE MARMITEX E SELF SERVICE EM PRIMAVERA DO LESTE PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, que na sessão pública do Pregão em epígrafe, realizada ás 09:00 horas do dia 04 de agosto de 2023.

Sagram-se vencedoras deste certame as empresas:

1- **JANAINA ALVES FONSECA, inscrita no CNPJ: 31.561.837/0001-33, no valor global de R$ 45.004,00**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 04 de agosto de 2023.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

AVISO DE ADESÃO Nº 12/2023

AVISO DE ADESÃO Nº 12/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2023

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT

A Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna público que por meio do processo administrativo nº. 74/2023**,** que fará *Adesão à Ata de Registro de Preço nº 25/2023, Pregão "Presencial 17/2023 do Município de Canarana – MT, que tem como objeto a Contratação de empresa para execução de Serviços de Manutenção e Conservação de Rodovias Vicinais não pavimentadas"* ***conforme proposta de convenio nº 941700/2023 junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária***

Fornecedor: CONSÓRCIO AGROESTRADAS - CNPJ 50.953.858/0001-49

Para efeito orçamentário o valor global estimado para esta contratação é de R$16.212.375,43 (Dezesseis milhões duzentos e doze mil, trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

Querência MT, 01 de agosto de 2023.

_____

Fernando Gorgen

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

ao Contrato nº 23/2022,celebrado

entre a Prefeitura Municipal De Reserva Do Cabaçal e a empresa WP CONSTRUTORA LTDA ME, que tem por objeto Contratação de empresa que, sob demanda, prestará serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, para atender todas Secretarias Municipais da PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL.

A **Prefeitura Municipal**, por intermédio do **seu gestor, JONAS CAMPOS VIEIRA**, em observância ao que consta no Processo De Adesão N° 05/2022, resolve apostilar o Contrato nº 23/2022 mediante a seguinte condição:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração do item 7.1 da cláusula sétima do contrato 23/2022, onde se diz "Da Dotação Orçamentária". **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO** 2.1. Onde se lê:

02 - Gabinete do Prefeito 001 - Gabinete do Prefeito	Red.28 - 04.122.0002. 2003 3.3.90.39 fonte 1.1.500
03 – Secretaria Mun. De Adm. e Planejamento 001 - Gabinete do Secretario	Red.55 - 04.122.0002. 2013 3.3.90.39 fonte 1.1.500
05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.93 - 04.122.0002. 2022 3.3.90.39 fonte

	1.1.500
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.145 - 17.512.0010. 2067 3.3.90.39 fonte 1.1.500
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.180 - 12.122.0006. 2029 3.3.90.39 fonte 1.1.500 Red.195 - 12.365.0008. 2032 3.3.90.39 fonte 1.1.550 Red.205 - 12.365.0008. 2043 3.3.90.39 fonte 1.1.500
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.266 - 10.391.0009. 2055 3.3.90.39 fonte 1.1.500 Red.284 - 10.391.0015. 2057 3.3.90.39 fonte 1.1.600

	Red.285 - 10.391.0015. 2057 3.3.90.39 fonte 1.1.621 Red.299 - 10.391.0015. 2059 3.3.90.39 fonte 1.1.600 Red.300 - 10.391.0015. 2059 3.3.90.39 fonte 1.1.621 Red.333 - 10.394.0021. 2064 3.3.90.39 fonte 1.1.600 Red.337 - 10.395.0021. 2066 3.3.90.39 fonte 1.1.600
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.370 - 08.244.0011. 2074 3.3.90.39 fonte 1.1.500 Red.376 - 08.244.0011. 2094 3.3.90.39 fonte 1.1.660 Red.381 - 08.244.0011. 2101 3.3.90.39 fonte 1.1.660 Red.385 - 08.244.0011. 2104 3.3.90.39 fonte 1.1.660 Red.394 - 08.244.0022. 2070 3.3.90.39 fonte 1.1.660 Red.401 - 08.244.0022. 2100 3.3.90.39 fonte 1.1.660 Red.406 - 08.244.0022. 2120 3.3.90.39 fonte 1.1.661
09 - Secretaria Mun. de Esporte 001 – Diretoria de Esportes	Red. 422 – 27.812.0017. 2087 3.3.90.39 fonte 1.1.500
10 - Secretaria Mun. de Cultura e Lazer 001 – Gabinete do Secretário de Cultura e Lazer	Red. 436 – 23.695.0013. 2080 3.3.90.39 fonte 1.1.500
10 - Secretaria Mun. de Cultura e Lazer 002 – Divisão de Cultura	Red. 444 – 13.392.0016. 2084 3.3.90.39 fonte 1.1.500
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.474 - 20.606.0014. 2083 3.3.90.39 fonte 1.1.500
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.492 - 15.542.0018. 2116 3.3.90.39 fonte 1.1.500

Agora se lê:

02 - Gabinete do Prefeito 001 - Gabinete do Prefeito	Red.28 - 04.122.0002. 2003 3.3.90.39 fonte 1.1.500
03 – Secretaria Mun. De Adm. e Planejamento 001 - Gabinete do Secretario	Red.55 - 04.122.0002. 2013 3.3.90.39 fonte 1.1.500
05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.93 - 04.122.0002. 2022 3.3.90.39 fonte 1.1.500
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.145 - 17.512.0010. 2067 3.3.90.39 fonte 1.1.500
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.180 - 12.122.0006. 2029 3.3.90.39 fonte 1.1.500 Red.195 - 12.365.0008. 2032 3.3.90.39 fonte 1.1.550 Red.205 - 12.365.0008. 2043 3.3.90.39 fonte 1.1.500
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.266 - 10.391.0009. 2055 3.3.90.39 fonte

	1.1.500 Red.284 - 10.391.0015. 2057 3.3.90.39 fonte 1.1.600

	Red.285 - 10.391.0015. 2057 3.3.90.39 fonte 1.1.621 Red.299 - 10.391.0015. 2059 3.3.90.39 fonte 1.1.600 Red.300 - 10.391.0015. 2059 3.3.90.39 fonte 1.1.621 Red.333 - 10.394.0021. 2064 3.3.90.39 fonte 1.1.600 Red.337 - 10.395.0021. 2066 3.3.90.39 fonte 1.1.600
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.370 - 08.244.0011. 2074 3.3.90.39 fonte 1.1.500 Red.376 - 08.244.0011. 2094 3.3.90.39 fonte 1.1.660 Red.381 - 08.244.0011. 2101 3.3.90.39 fonte 1.1.660 Red.385 - 08.244.0011. 2104 3.3.90.39 fonte 1.1.660 Red.394 - 08.244.0022. 2070 3.3.90.39 fonte 1.1.660 Red.401 - 08.244.0022. 2100 3.3.90.39 fonte 1.1.660 Red.406 - 08.244.0022. 2120 3.3.90.39 fonte 1.1.661
09 - Secretaria Mun. de Esporte 001 – Diretoria de Esportes	Red. 422 – 27.812.0017. 2087 3.3.90.39 fonte 1.1.500
10 - Secretaria Mun. de Cultura e Lazer 001 – Gabinete do Secretário de Cultura e Lazer	Red. 436 – 23.695.0013. 2080 3.3.90.39 fonte 1.1.500
10 - Secretaria Mun. de Cultura e Lazer 002 – Divisão de Cultura	Red. 444 – 13.392.0016. 2084 3.3.90.39 fonte 1.1.500
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.474 - 20.606.0014. 2083 3.3.90.39 fonte 1.1.500
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.492 - 15.542.0018. 2116 3.3.90.39 fonte 1.1.500
12 – Sec. Mun. De Esporte 020901 – Diretoria de Esportes	Red.622 – 27.812.0017. 2136 4.4.90.51 fonte 1.1. 755

3-CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO 3.1 - Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original que por este Apostilamento não foram alteradas e ou modificadas.

Reserva do Cabaçal, 04 de Agosto De 2023.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº.199 /2023 DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SENHOR ADAILSON-BRITO DA SILVA DO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT".

O Prefeito Municipal Jonas Campos Vieira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido do servidor Adailson Brito da Silva, portador do RG XXX5712XXX SSP/BA, inscrito no CPF nº XXX.588.27X-XX, do cargo de Agente de Serviços Gerais Masculino, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Reserva do Cabaçal-MT, conforme o art. 95, Inciso I, da Lei Complementar Nº 60 de 26 de Outubro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Estado de Mato Grosso, 03 de Agosto de 2023.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objetos:	***ALUGUEL DE IMÓVEL POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL***
Favorecido:	**JOSÉ CARLOS REIS LEITE**, inscrito no CPF nº 162.300.001-72, *Valor global do Contrato: R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);*
Fundamento Legal	Artigo 24, inciso X e Art. 26 parágrafo único da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo de Dispensa nº **09/2023**.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer Jurídico constantes do Processo de Dispensa n.º 09/2023, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira-MT, 02 de agosto de 2023

_____

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 131/2023 DATA: 02 DE AGOSTO DE 2023 "NOMEIA FISCAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA Nº 131/2023

DATA: 02 DE AGOSTO DE 2023

"NOMEIA FISCAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia o Senhor **ADALTON MARTINS DOS REIS**, portador da cédula de identidade RG de nº 20288816 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 029.761.911-07, residente e domiciliado na Rua Dona Eugênia, s/nº - Centro, nesta cidade de Ribeirão Cascalheira/MT, para exercer, subsidiariamente, a função de **FISCAL DO MEIO AMBIENTE**. Sem remuneração.

Art. 2° - Esta Portaria entra vigor no dia 01 de agosto de 2023, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 02 DE AGOSTO DE 2023.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2023

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 **INTELBRAS S/A – Industria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira,** inscrita no CNPJ sob o nº 82.901.000/0014-41.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO, SENDO CÂMARAS DO TIPO BULLET, SWITCH, NOBREAK, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.**

ASSINAM: LUZIA NUNES BRANDÃO – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa física SUSANA AURORA BROCKVELD

VALOR R$: R$ 10.570 (dez mil, quinhentos e setenta reais).

VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2023

Ribeirão Cascalheira – MT**,** 01 de Agosto de 2023.

LUZIA NUNES BRANDÃO

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTOS
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)
DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003 MUNICÍPIO - RIO BRANCO - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00002, de 04 de Agosto de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
JOSE MARIA DE ALMEIDA MELO (ESPÓLIO DE)	173.582.059-87	8995/00023/2023

Data de afixação: 04/08/2023

Data de desafixação:19/08/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0598-2023 EXONERA-CARLITO TANDERESEG ZORO

PORTARIA Nº 0598/GAB/PMR/23

DE 03 DE julho DE 2023

***Exonera- CARLITO TANDATSEREG ZORO** do cargo em comissão DE ASSESSOR NÍVEL III -CDS-1*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar – CARLITO TANDATSEREG ZORO do cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III CDS-1 de Junto ao GABINETE DO PREFEITO .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0596-2023 EXONERA-VITORIA LORRAYNE PEREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 0596/GAB/PMR/23

DE 03 DE Julho DE 2023

Exonera*- Vitória Lorrayne Pereira Da Silva do cargo em comissão de Chefe de Seção do Conselho de Alimentação Escolar CDS-3.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar– ***VITÓRIA LORRAYNE PEREIRA DA SILVA*****,** do cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR -CDS-3 de junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 051/2023

(Inc. II do Art. 75 da Lei 14.133/2021)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Agente de Contratação nomeada através do Decreto nº 167/GAB/PMR de 15 de Setembro de 2022, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 051/2023**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 435/2023, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, objetivando a **Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de Fornecimento de Passagens Aéreas em todo Território Brasileiro com informações sobre Voo, Reservas, Marcação e ou/Remarcação, Emissão e entrega dos respectivos e – Tickes, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito**. A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: *licitacao.rondolandia@gmail.com* no período de até 03 (três) dias úteis da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 04 de Agosto de 2023.

_____

Keila Taiane Nascimento Freire

Agente de Contratação

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO ELETRÔNICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 15/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira oficial nomeada através do Decreto nº 192/GAB/PMR de 17 de Janeiro de 2023, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 015/2023**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 378/2023, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do ***MENOR PREÇO POR ITEM***, objetivando: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS MATERIAIS DE CONSUMO COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CRAS, ATIVIDADES DO SCFV, ATENDENDO ASSIM AS DEMANDAS DO GRUPO.**

O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página LICITANET - licitações on - line – www.licitanet.com.br

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital;

Do encerramento do recebimento das propostas: 22/08/2023 às 09:00 horas (Horário de Brasília - DF);

Início da disputa: 22/08/2023, às 09:01 horas (Horário de Brasília - DF);

Endereço eletrônico da disputa: www.licitanet.com.br

A integra deste edital e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br; maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia – MT, 04 de Agosto de 2023.

Keila Taiane

Pregoeira Oficial

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de nº. 439/2023.

Requisitante: Gabinete do Prefeito.

Inexigibilidade de Licitação nº 012/2023

Base Legal: Artigo 25, inciso II, da Lei 8.666/93

OBJETO "*Contratação de Empresa para Prestação de Serviço para Participação do 4º Congresso Brasileiro de Compras Públicas nos dias 07 À 10 de Agosto de 2023 em Foz do Iguaçu*/PR."

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, torna público aos interessados que a Inexigibilidade de Licitação de nº 012/2023 realizada no dia 04/08/2023, ficou contratada a proponente: **Empresa: Instituto Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP – LTDA - ME, CNPJ: 10. 498.974/0002-81, Endereço: Av. José Maria de Brito, Bairro: Jardim das Nações, n º 1707, CEP: 85.864-320, Foz do Iguaçu/PR, com valor**

global de R$ 32.394,00 (Trinta e dois mil trezentos e noventa e quatro reais)

Rondolândia – MT 04 de Agosto de 2023.

_____

Keila Taiane Nascimento Freire

Presidente da CPLMS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 067- 2023- PROC. Nº 053-2017- LICENÇA PREMIO ADEMIR PEDROSO

ATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2023/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº0053/2017.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) ADEMIR PEDROSO, no Cargo efetivo de ***VIGIA,*** Matricula ***nº465.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) **ADEMIR PEDROSO**, ocupante do Cargo efetivo de ***VIGIA***, Matricula nº 465, referente ao período de aquisição compreendido entre 30/06/2017-30/06/2022, gozados consecutivamente **JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2023.**

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 04 de AGOSTO de 2023.

JOSE GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE PREFEITO
DECRETO NO 224/GAB/PMR/2023, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

PODER EXECUTIVO

Nomeia Comissão Especial destinada a promover alterações necessárias na Lei nº. 229/10 que trata do plano de cargos, carreira, vencimentos e remuneração dos profissionais da Educação básica pública municipal de Rondolândia/MT.

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado do Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e, especialmente ao disposto no art. 51 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações posteriores;

Considerando a necessidade por parte da Administração Pública em proferir as adequações de níveis e classe e inclusão de novos cargos ao plano de cargos, carreira, vencimentos e remuneração dos servidores públicos da Educação municipal de Rondolândia/MT.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial destinada a promover atos necessários para análise da Lei nº. 229 de 22 de julho de 2010, elaborar e sugerir alterações necessárias para sua reformulação, com a seguinte composição:

I - **LEANDRO DO NASCIMENTO SILVA – Sec. Educação – Presidente da Comissão.**

II - **ADRIANA RIBEIRO DE BRITO – Assessora Pedagógica;**

III - **VANDERLINO SOUSA LITTIG – Presidente SINTEP;**

IV - **JOSÉ ROBERTO DA SILVA LOPES – Professor;**

V - **NARAIEL PAITER SURUÍ – Professor;**

VI - **WANDERSON JONAS EDUARDO DA COSTA – Chefe de Educação Indígena; e**

VII – ELZA DOS SANTOS PINTO – Merendeira.

Art. 2º - A Comissão deverá proceder, instruindo os autos, na forma prevista na legislação em vigor aplicável.

Art. 3º - Fica autorizado ao Presidente da Comissão proceder à requisição dos documentos e informações necessárias diretamente dos servidores do Diretor do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 4º - A Comissão após concluir os trabalhos, encaminhará as solicitações de alteração a Procuradoria Municipal, para proceder a análise jurídica, vindo posteriormente remetê-los ao Gabinete do Prefeito, para envio ao poder legislativo.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondolândia-MT 04 de agosto de 2023.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0602-2023 NOMEIA FABIO WILES DO NASCIMENTO COELHO

PORTARIA Nº 0602/GAB/PMR/23

DE 03 DE JULHO DE 2023

Nomeia- Fabio Wiles do Nascimento Coelho *no cargo em comissão de Chefe de Seção de Agropecuária- CDS-3.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear– ***FABIO WILES DO NASCIMENTO COELHO*** no cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE AGROPECÚARIA, CDS-3 Junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0603-2023 NOMEIA RICARDO DE ASSIS ANDRADE

PORTARIA Nº 0603/GAB/PMR/23

DE 17 DE JULHO DE 2023

Nomeia*– RICARDO DE ASSIS ANDRADE no cargo em comissão de Assessor Nível III, Cds-1.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear– ***RICARDO DE ASSIS ANDRADE*** no cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III, CDS-1 junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE PREFEITO
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 005/2023

Proc. adm. nº 356/2023-SEMOSP, de 11/07/2023

Dispensa de Licitação nº. 047/2023

Contrato Adm. nº 066/2023-PGM-PMR

Contrato Matriz

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO, DELIMITAÇÃO DO TERRENO E LOCAÇÃO DE ELEMENTO EXISTENTES COM FORNECIMENTO DE CORTE E ATERRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS".

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, com sede na Avenida Joana Alves de Oliveira, s/n, na Cidade de Rondolândia/MT neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, fundamentando-se na licitação Concorrência nº. 001/2023 e em cumprimento ao contrato n° 063/2023-PGM, autoriza a empresa **BH EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - EPP,** CNPJ n.º *31.111.264/0001-46,*com sede na Rua Paraná, nº. 1427, bairro Jardim Esperança, Jaru/RO, CEP: 76.890-000, representada pelo seu gerente proprietário **Josias Braz dos Santos**, a iniciar as obras relativas ao Contrato 066/2023-PGM, em estrita observância às orientações e exigências das peças técnicas integrantes.

PRAZO: (03) TRÊS MESES.

VALOR R$ 54.950,77

Rondolândia/MT, 03 de agosto de 2023.

JOSÉ GUEDES DE SOUZA Prefeito Municipal	**BH EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL -LTDA - EPP** CONTRATADO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0604-2023 NOMEIA AGUINALDO ANDRADE

PORTARIA Nº 0604/GAB/PMR/23

DE 17 DE JULHO DE 2023

Nomeia *– AGUINALDO ANDRANDE No cargo em comissão de Chefe de Seção de Educação Rural, CDS-3.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear– ***AGUINALDO ANDRADE*** No cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE EDUCAÇÃO RURAL,CDS-3 junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0605-2023 NOMEIA CLEIDIANE FRAGOSO FERREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 0605/GAB/PMR/23

DE 17 DE JULHO DE 2023

Nomeia*– Cleidiane Fragoso Ferreira no cargo em comissão de Assessor Nível III,CDS-1.*

.

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear– ***CLEIDIANE FRAGOSO FERREIRA DA SILVA no*** cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III,CDS-1 junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0607-2023 NOMEIA ALESSANDRA LIMA DOS SANTOS PEGO

PORTARIA Nº 0607/GAB/PMR/23

DE 17 DE JULHO DE 2023

Nomeia*– Alessandra Lima Dos Santos Pego no cargo em comissão de Assessor Nível III,CDS-1.*

.

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear– ***ALESSANDRA LIMA DOS SANTOS PEGO*** *no* cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III,CDS-1 junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros ao dia 03/07/2023.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0608-2023 NOMEIA ELSON PAULO LAURETTE

PORTARIA Nº 0609/GAB/PMR/23

DE 17 DE JULHO DE 2023

Nomeia*– Geniffer Souza Borel no cargo em comissão de Assessor Nível III,CDS-1.*

.

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear– ***GENIFFER SOUZA BOREL*** *no* cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III,CDS-1 junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros ao dia 03/07/2023.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0609-2023 NOMEIA GENIFFER SOUZA BOREL

PORTARIA Nº 0609/GAB/PMR/23

DE 17 DE JULHO DE 2023

Nomeia– *Geniffer Souza Borel no cargo em comissão de Assessor Nível III,CDS-1.*

.

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear– ***GENIFFER SOUZA BOREL*** *no* cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III,CDS-1 junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros ao dia 03/07/2023.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0613-2023 NOMEIA FABIO CESAR DE CASTRO

PORTARIA Nº 0613/GAB/PMR/23

DE17 DE julho DE 2023

Nomeia– ***Fabio César De Castro*** *no cargo em comissão de Diretor de Departaemnto de Apoio a Agricultura, cds-6.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia– ***FABIO CESAR DE CASTRO*** No cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE APOIO A AGRICULTURA, CDS-6 junto a Secretaria Municipal De Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 12/06/2023.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0614-2023 NOMEIA CLAUDIO QUADROS GONÇALVES

PORTARIA Nº 0614/GAB/PMR/23

DE 17 DE julho DE 2023

Nomeia– ***Claudio Quadros Gonçalves*** *no cargo em comissão de Chefe De Seção De Serviços Gerais E Produção De Mudas,Cds-3.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear– ***CLAUDIO QUADROS GONÇALVES*** No cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS E PRODUÇÃO DE MUDAS junto a Secretaria Municipal De Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0615-2023 EXONERA ADNA SANTOS SOUZA

PORTARIA Nº 0615/GAB/PMR/23

DE 01 DE agosto DE 2023

Exonera a Pedido– ***Adna Santos Souza Silva*** *do cargo em comissão de Assessor Nível III, Cds-1.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido– ***ADNA SANTOS SOUZA SILVA*** do cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III, CDS-1 de junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0616-2023 EXONERA LUZIA PEREIRA VIANA

PORTARIA Nº 0616/GAB/PMR/23

DE 01 DE AGOSTO DE 2023

Exonera- ***Luzia Pereira Viana*** *do cargo em COMISSÃO DE ASSESSOR NÍVEL III -CDS-1.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar – LUZIA PEREIRA VIANA do cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III CDS-1 de Junto o GABINETE DO PREFEITO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0617-2023 EXONERA YAMINING MARIANA SURUI

PORTARIA Nº 0617/PMR/23

DE 01 DE AGOSTO 2023

Exonera *– Yaminig Mariana Surui Do cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III, CDS-1.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar– ***YAMINIG MARIANA SURUI*** do cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III,CDS-1 de junto o GABINETE DO PREFEITO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0618-2023 EXONERA JEOVANI PEREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 0618/GAB/PMR/23

DE 01 DE AGOSTO DE 2023

***Exonera a Pedido- JEOVANI PEREIRA DA SILVA** do Cargo em comissão Chefe de Seção de Recuperação de Pontes e Bueiros, CDS-3.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar– ***JEOVANI PEREIRA DA SILVA*** do cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PONTES E BUEIROS CDS-3, de junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0619-2023 REVOGA A CEDENCIA IRIS DAYANE DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0619/GAB/PMR/23

DE 01 DE agosto DE 2023

Revogar a cessão de cedência Do(a) servidora-IRIS DAYANE DE OLIVEIRA, matricula funcional nº 294.

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR A CESSÃO DE CEDÊNCIA DO(A)SERVIDORA MUNICIPAL – IRIS DAYANE DE OLIVEIRA AUDITOR(A) PÚBLICO INTERNO 40 HORAS SEMANAIS, MATRICULA FUNCIONAL Nº 294, Conf. Teor do ofício nº 174/GABPREF/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros ao dia 17/07/2023.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0620-2023 CONCEDE CEDENCIA IVONE ROCETTE

PORTARIA Nº 0620/GAB/PMR/23

DE 03 DE AGOSTO DE 2023

***Concede Cedencia** do(a) servidor(a) **Ivone Rocette** ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III ,CDs-1.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder Cedência do(a) servidor(a) **IVONE ROCETTE** ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III, CDS-1 para o cessionário, Câmara Municipal de Rondolandia-MT com ônus para a Prefeitura Municipal de Rondolândia-MT **de 15/05/2023 até 31/12/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE PREFEITO
RATIFICAÇÃO (LEI 8.666/93, ART. 25, II)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 012/2023

Processo Adm. nº 439/2023

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de capacitação profissional que se realizará pelo 4º Congresso Brasileiro de Compras Públicas que se realizará entre os dias 07-10 de agosto de 2023.

ASSUNTO: Ratificação do procedimento administrativo. Fundamento: Lei nº 8.666 de 1993, Art. 25, inciso II. Pronúncia quanto a regularidade.

RELATÓRIO.

Sobre os aspectos jurídicos e legais acerca dos procedimentos da Dispensa de Licitação, promovidos pela Comissão permanente de Licitação designada pelo Decreto nº 191 de 2023 (fls. 22), em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, art. 70, inciso XXX c/c Lei nº 8.666/93, art. 25, ressai que o processo de registro se encontra devidamente instruído com os documentos necessários juntados, parecer jurídico corroborado ao processo administrativo, opinado favoravelmente pela ratificação do procedimento de Dispensa de Licitação nº 012/2023, que, ratifico seus termos acompanhando-o.

A Lei nº 8.666/ 93, em seu artigo 25, inciso II, dispõe que:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Conforme Termo de Referência, confeccionado pelo Gabinete do Prefeito, foi justificada a presente modalidade de licitação, com a necessidade de contratação de empresa para prestação de serviços de capacitação profissional que será ministrado pelo 4º Congresso Brasileiro de Compras Públicas.

Destaca-se que o referido congresso é o único, no momento, capaz de atender as necessidades de capacitação profissional do Gabinete do Prefeito quanto ao tema de Compras Públicas.

Houve a coleta de preços junto ao fornecedor, e também foram realizadas as consultas no site do TCE-MT e radar de preços; o feito foi ainda instruído com cotações realizadas junto ao Banco de Preços, e se estabeleceu a média estimativa de preços.

Ocasião em que, fora aberto o referido processo de inexigibilidade de licitação, junto com dos meais documentos vieram a dotação orçamentária e a justificativa fundamentada pela pregoeira da inexigibilidade de procedimento licitatório, sendo inclusive justificado o preço (fls. 35-55).

O aviso de licitação foi publicado discriminando a inexigibilidade da licitação (fls. 57-60, ao passo em que idoneidade da empresa foi constatada e comprovada pelos documentos de fls. 61-89). O feito ainda veio instruído com ata de sessão de julgamento em fls. 90-91, e as certidões da empresa foram devidamente autenticadas às fls. 94-101.

Em fls. 108-111, veio o parecer jurídico favorável quanto a inexigibilidade licitatória em questão, vinculado a aquiescência deste Gestor.

O resultado do procedimento foi publicado em fls. 105-106.

DECISÃO.

O procedimento de Dispensa de Licitação encontra-se registrado sob nº 012/2023, regularmente processado e instruído com os documentos necessários ao registro adequado das despesas, cujos atos da Comissão de Licitação revelam condições favoráveis para a sua ratificação, uma vez que, foram obedecidos os princípios aplicáveis e os ditames da Legislação de Regência sendo, inclusive, no que confirma a opinião da Procuradoria Jurídica, conforme parecer juntado nos autos.

Desta feita RATIFICO, com fundamento na Lei 8.666/93, art. 25, inciso II, o procedimento de inexigibilidade de Licitação nº 012/2023 em favor do **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INP**, restou adjudicado no valor **global de R$ 32.394,00 (Trinta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais).**

Encaminhe para a Secretaria de fazenda para o devido empenho e, ato continuo, envie para a Procuradoria instrumentalizar o termo de contrato, ultimando as providências.

Publique para que surta seus efeitos.

Rondolândia - MT, 04 de agosto de 2023.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

Sandra Cristina dos Santos Bahia

Chefe do Gabinete

OAB/RO 6486

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0601-2023 NOMEIA JAQUELINE PEREIRA VIENO

PORTARIA Nº. 0601/GP/PMR/23

DE 03 JULHO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação do(a) candidato(a) suplente ***JAQUELINE PEREIRA VIENO*** *no Processo de Escolha de Conselheiro Tutelar do ano de 2019, para mandato de 2020-2023, e dá outras providencias.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, nos termos da Lei 155 de 27/03/2007, e Resolução nº 001/CMDCA/2015(Regimento Interno), para o mandato (2020-2023), o (a) candidato (a)conselheira suplente eleito (a) ***JAQUELINE PEREIRA VIENO para*** exercer o cargo de CONSELHEIRO (a) TUTELAR do Município de Rondolândia/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros ao dia 26/06/2023.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0600-2023 EXONERA A PEDIDO ARLEN GUILHERME

PORTARIA Nº 0600/GAB/PMR/23

DE 10 de julho DE 2023

Exonera a Pedido- ARLEN GUILHERME *Do Cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE MANUTENÇÃO EM GERAL,CDS-3*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido – ***ARLEN GUILHERME*** *do* cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE MANUTENÇÃO EM GERAL– *CDS-3 de* junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0599-2023 NOMEIA AILTON BUBU ZORO

PORTARIA Nº 0599/GAB/PMR/23

DE 03 DE julho DE 2023

Nomeia- Ailton Bubu Zoro *no cargo em comissão DE ASSESSOR NÍVEL III -CDS-1*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear – AILTON BUBU ZORO No cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III CDS-1 Junto ao GABINETE DO PREFEITO .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0597-2023 NOMEIA-ANTONELY SABRINA PONTES ADAM

PORTARIA Nº 0597/GAB/PMR/23

DE 03 DE julho DE 2023

Nomeia- Antonely Sabrina Pontes Adam *no cargo em Comissão de Chefe de Seção de Apoio A Criança e ao Adolescente -CDS-3.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear – ANTONELY SABRINA PONTES ADAM No cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE -CDS-3 Junto a Secretaria Municipal de Assistência Social .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 37/2023"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna públicos a todos interessados, que em Licitação na Moda-

lidade de Tomada de Preço nº 37/2023, tendo como objeto: "Reforma do laboratório da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Rondonópolis, localizado na Avenida dos Estudantes, anexo a Universidade Federal de Rondonópolis – Rondonópolis/MT, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico encaminhada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária/Infraestrutura anexo ao edital", que após a análise detalhada das documentações e proposta apresentada pela empresa participante, foi considerada habilitada, classificada e vencedora deste procedimento licitatório, a empresa: ERON CONSTRUÇÕES, apresentou o valor global de R$ 101.897,12 (cento e um mil oitocentos e noventa e sete reais e doze centavos). Sendo assim a Comissão abre o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis para manifestação de Recurso Administrativo.

Rondonópolis-MT, 04 de agosto de 2023.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 13/2023

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a concorrência pública em epígrafe às 09:00 horas do dia 06 de setembro de 2023, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "Construção da area de lazer com Centro Comunitário da Vila Naboreiro, no município de Rondonópolis-MT, conforme projeto básico/executivo, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica-financeira parte integrante do projeto básico/executivo encaminhado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer/Infraestrutura anexo ao edital". Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das *13:00 às 17:00 horas em dias úteis*, ou solicitar através dos e-mails licitacaorondonopolis@hotmail.com e licitacaorondonopolis@gmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 04 de agosto de 2023.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA PERÍCIA MÉDICA

Edital de convocação nº 026/2023

Convocação para Perícia médica dos servidores ativo

A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Art. 154, 155 e 156 da Lei municipal nº 1234/2011.

Art. 1º. Ficam convocados servidores abaixo relacionados para comparecerem junto ao ***PSF RURAL "Irmã Elisa",*** *na Rua Cel. Pedro Celestino, N 298º, Bairro Centro,* ***para realização de exame médico pericial (Perícia):***

Nome	Dia	Horário
FLAVIANA JACOB PINTO	10/08/2023	07 h 30m
WANDERLEIA DOS SANTOS	10/08/2023	07 h 30m
VALDILENE BENEDITA DE PAULA	10/08/2023	07 h 30m

Art. 2º. Os servidores convocados deverão apresentar no dia da perícia, **o Laudo, receitas médicas e Exames, que comprovem a sua incapacidade temporária ou definitiva para o trabalho**.

Art. 3º. Havendo a impossibilidade do servidor em comparecer no dia da perícia, o mesmo deverá apresentar a justificativa plausível comprovada com antecedência de 02 (dois) dias.

Art. 4º. O não comparecimento do servidor a convocação para pericia médica implicara no indeferimento do pedido de afastamento, conforme o Art. 156, §2º, da Lei Municipal nº 1.234/2011.

Atenciosamente

DOUGLAS BOTELHO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato 304/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR (A) FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). MARILENE TEREZA DA SILVA SANTANA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº 305/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). PAULO ROBERTO VIEIRA DE ASSIS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº 306/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRTATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). SOELI ANTONIA DE QUEIROZ FRANÇA PEREIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº 307/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRTATIVO EDUCACIONAL (MONITORA) FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A) ANDRESSA MARCILIO LEMES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº 308/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR (A) FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). WAGNER FERNANDO ROCHA SANTOS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº 309/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERADOR DE MAQUINA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). JOARI MANOEL DE JESUS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº 310/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERADOR DE MAQUINA FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). DAVI MANOEL DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

ROSÁRIO OESTE, 04/08/2023

DOUGLAS BOTELHO DA SILVA

SECRETÁRIO MUNCIPLA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO 015/2023

CONVOCAÇÃO 015/2023

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, com sede e administração na Rua Carlos Laet, n. 11, bairro: Cachoeira em Salto do Céu/MT, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. Mauto Teixeira Espíndola,** queno uso de suas atribuições legais, considerando a homologação por meio do Decreto nº 010/2023 de 17 de Fevereiro de 2023 do Processo Seletivo n. 001/2023, para contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento das vagas do quadro temporário da Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT.

Considerando, o item 12.1 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2023, o qual permite a convocação de aprovados, desde que respeitados rigorosamente a ordem de classificação.

RESOLVE:

Convocar, os candidatos cadastro reserva relacionados no Anexo I,II para que dentro do prazo de 05 dias de acordo com o disposto no item 12.3 do Edital de Abertura do Certame, compareça na sede de administração da Prefeitura de Salto do Céu, ou apresente justificativa da impossibilidade, para mediante apresentação de documentos relacionados no Anexo III, tome posse do Processo Seletivo n. 001/2023.

Cabe observar, que será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer até a data estabelecida.

ANEXO I -

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININOS

KAROLLYNE STEPHANNY SOARES BATISTA Recebi dia ___/___/____ Assinatura:_____

ANEXO II-

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Deverá ser apresentada as declarações no original e fotocópia dos documentos pessoais autenticados em cartório, que comprove o que segue abaixo:

1. Cédula de Identidade;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Cédula de Identidade e CPF do Conjunge (se for o caso);

5. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7. Cartão do PIS/PASEP;

8. Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Rio Branco-MT ou do domicílio do candidato, de que o mesmo não tenha condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de participar em concursos públicos de qualquer natureza;

11. Certidão Negativa de Débitos para como Município de Salto do Céu.

12. Atestado Médico de Aptidão Física e Mental;

13. Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Comprovante de Escolaridade;

16. Declaração contendo endereço residencial ou comprovante residencial;

17. Declaração negativa de acumulo de cargo público;

18. Declaração de Disponibilidade da Carga Horária do Cargo;

19. Declaração de não ter sido demitido, nos ultimos 05 (cinco) anos do serviço público por intermedio de Processo Administrativo Disciplinar com a nota *"a bem do serviço público".*

20. Declaração de Bens;

21. Não ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital;

22. Providênciar conta sálario no Banco Sicredi do Município e encaminhar o nº da mesma juntamente com os demais documentos ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura.

Salto do Céu - MT, 03 de Agosto de 2023.

_____

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º144/2023 DE 03 DE AGOSTO DE 2023

PORTARIA N.º144/2023 DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Institui á alteração dos membros do Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49 inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: á ATA número 001/2023 datada em 01 de agosto de 2023; CONSIDERANDO o Oficio nº49/2023-Comitê gestor municipal do programa ser família, protocolado em 02 de agosto de 2023;

RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º. - Instituir a alteração dos membros do Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família que terá a seguinte composição:

I-, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e **Leidiane Oliveira Poltronier Negrini,** como respectiva suplente;

II-, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Educação e **Vanuzia Paula Viana Da Silva** como respectiva Titular;

Art. 2º. - **Art. 2º** Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, pelo prazo estipulado na Portaria 048/2022 de 14 Fevereiro de 2022 de 24 (vinte e quatro) meses a contar da sua publicação.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 03 de Agosto de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2022 – Este contrato tem por objeto a Este contrato tem por objeto a Seleção de **MELHOR PROPOSTA** objetivando a contratação de empresa para Prestação de Serviços Especializados, sendo: **REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO FRANCISCO VILLANOVA** de Salto do Céu-MT, conforme anexos e Especificações Técnicas constantes da **Tomada de Preços nº 009/2022.** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do PRAZO DE EXECUÇÃO ao Contrato 048/2022, este estabelecido na cláusula quarta do contrato original. CONTRATADA: WP CONSTRUTORA EIRELI –ME CNPJ: 12.648.863/0001-59. Fica prorrogado por mais 300 (trezentos) dias.

Salto do Céu-MT, 01 de Junho de 2023.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2023

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO/ITEM.

OBJETO: Seleção de MELHOR PROPOSTA, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, para aquisição futura e fracionada de **ITENS E MATERIAIS DE PAPELARIA**, em Atendimento as Secretarias Municipais de Salto do Céu – MT, por um período de 12 meses, conforme especificação e descrição dos itens no Anexo I do Edital.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2023**, foi **ANULADA**.

Outras informações poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação e também no site desta prefeitura: **www.saltodoceu.mt.gov.br.**

Fone: (65) 3233-1211/1200 (dias úteis, das 07:00 às 11horas e das 13:00 as 16:00hs). Email: licitacao@saltodoceu.mt.gov.br.

Salto do Céu - MT, 04 de Agosto de 2023.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Pregoeira Oficial -

Portaria n° 020/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2022 –Este contrato tem por objeto a Seleção de **MELHOR PROPOSTA** objetivando a contratação de empresa para Prestação de Serviços Especializados, sendo: **REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SIMÃO BORORÓ (ANTIGO NEP)** de Salto do Céu-MT, conforme anexos e Especificações Técnicas constantes da **Tomada de Preços nº 008/2022.** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do PRAZO DE EXECUÇÃO ao Contrato 047/2022, este estabelecido na cláusula quarta do contrato original. CONTRATADA: WP CONSTRUTORA EIRELI –ME CNPJ: 12.648.863/0001-59. Fica prorrogado por mais 300 (trezentos) dias.

Salto do Céu-MT, 01 de Junho de 2023.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

EDITAL Nº 002/2023 ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM-MATO GROSSO

EDITAL Nº 002/2023 ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM-MATO GROSSO

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, juntamente com os demais membros da Comissão Especial Eleitoral, nomeada pela Resolução nº 001/2023 de 31 de março de 2023, no uso de suas atribuições legais, vem tornar público os procedimentos para a Eleição de Conselheiros para o Conselho Tutelar de Santa Carmem /MT, através de Processo Eletivo, em conformidade com o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990), na Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e Leis Municipais n. 936/2023 e 951/2023, demais disposições legais pertinentes e disposições contidas neste edital descritas abaixo:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1. O Processo Eletivo dos Membros dos Conselhos Tutelares de Santa Carmem é regido por este edital, aprovado pelo CMDCA, em conformidade com o disposto nas legislações e disposições legais atinentes à matéria. **1.2.** O Processo Eletivo se dividirá em 02 (duas) etapas, a saber: **1.2.1.** A primeira etapa, de caráter eliminatório, refere-se ao Processo Seletivo de Habilitação Eleitoral do pré- candidato, de responsabilidade do Município de Santa Carmem para a execução da 1ª Etapa. Etapa do Processo Eletivo, e compreenderá as seguintes fases: **1.2.2. Primeira Etapa:** a) Período de pedido de inscrição no Processo Seletivo de Habilitação Eleitoral, será presencial no CRAS do município de Santa Carmem que fica no endereço: Rua Carlos Gomes, nº 1032, centro Santa Carmem/MT CEP: 78.545-000. b) Prova objetiva de conhecimentos (específicos), com questões de múltipla escolha, de caráter classificatório e eliminatório. **1.3. Segunda Etapa**- A segunda etapa, de caráter classificatório e eliminatório, de responsabilidade do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Santa Carmem –CMDCA, refere-se ao Processo Eleitoral e compreenderá as seguintes fases: a) Inscrição para a Habilitação Eleitoral, com análise de documentação e currículo, de caráter eliminatório; b) Avaliação Psicológica; c) Registro da candidatura; d) Eleição; e) Proclamação dos eleitos; f) Formação dos Eleitos; **1.4 -** As fases “a” e "b", do subitem 1.2.1, referentes à primeira etapa do Processo Eletivo, serão executadas pelo Município de Santa Carmem.

O Processo Eletivo será coordenado pelo CMDCA, por meio de 01 (uma) Comissão Especial Eleitoral, instituída pela Resolução nº 001/2023 de 31 de março de 2023, com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Santa Carmem – MT.

1.4.1 -As competências da Comissão Especial Eleitoral encontram-se disciplinadas pela Resolução nº 001/2023 de 31 de março de 2023 **1.4.2 -** A composição da Comissão Especial Eleitoral está publicada no Diário Oficial do Município, por meio de Resolução do CMDCA. **1.4.3 -** O prazo para impugnação deste edital será de 01 (um) dia útil, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município. **1.4.3.1 -** As razões da impugnação deste edital deverão ser formalizadas, por escrito, e serem protocoladas exclusivamente de forma presencial no CRAS do município de Santa Carmem que fica no endereço: Rua Carlos Gomes, nº 1032, centro Santa Carmem/MT CEP: 78.545-000. **1.4.3.2 -** Não serão aceitas impugnações por outros meios. **1.4.3.3 –** A impugnação ao edital deverá vir acompanhada das justificativas e não será analisada em caso de descumprimento do presente item. **1.4.3.4 -** A análise e decisão sobre a impugnação do edital porventura interposta, caberá exclusivamente à Prefeitura do Município de Santa Carmem/MT **1.4.3.5 –** Não caberá recurso da decisão da Prefeitura do Município de Santa Carmem/MT que indeferir a impugnação do edital. **2. DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR 2.1.**

Atribuição: o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo atendimento da criança e do adolescente com direito ameaçado ou violado, cumprindo as atribuições previstas nas legislações federal e municipal que regem a matéria, com mandato de 04 (quatro) anos permitida à recondução mediante novo processo eletivo. **2.2. Vagas: no Município de Santa Carmem – MT existe 05 (cinco) Vagas para Conselheiro Titular e outras 05 (cinco) vagas para membros suplentes. 2.3.** Remuneração: o (a) conselheiro (a) tutelar eleito (a) fará jus a recebimento pecuniário mensal no valor de **R$2.100,00**(Dois mil e cem reais), com correção anual do RGA, tal como os demais servidores municipais, a partir da posse em 10 de janeiro de 2024. **2.4.** Carga Horária: Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticas aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual. **2.5.** A função pública de conselheiro (a) tutelar é de dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública. **2.6.** O exercício da função de conselheiro (a) tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o Município. **2.7.** É vedada a acumulação da função pública de conselheiro (a) tutelar com cargo, emprego ou outra função pública. **3. DA INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO DE HABILITAÇÃO ELEITORAL 3.1.** Período: **09/08/23 á 17/08/2023, das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, dias uteis.** Será presencial no CRAS do município de Santa Carmem que fica no endereço: Rua Carlos Gomes, nº 1032, centro Santa Carmem/MT CEP: 78.545-000, e só serão efetivadas, com a devida emissão do comprovante de inscrição no certame. **3.1.1.** O período de inscrições previsto no subitem 3.1 poderá ser prorrogado, a exclusivo critério da Comissão Especial Eleitoral, em decorrência de interesse público, conveniência administrativa ou por motivo de força maior, mediante publicação de edital complementar no Diário Oficial do Município.

3.1.2. Antes de efetuar a inscrição no Processo Seletivo de Habilitação Eleitoral, o (a) pré-candidato (a) deverá conhecer todo o teor do edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a candidatura à função pública de conselheiro (a) tutelar, através do site

do site da prefeitura, https://santacarmem.mt.gov.br.

3.2. Não será cobrada taxa de inscrição para participação no processo eletivo. **3.3.** As informações sobre o Processo Eletivo previsto neste edital serão prestadas através dos seguintes meios abaixo descritos: ü WhatsApp: (66) 99235-6587 em dias úteis, das 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h.

Caixa de texto: 4. PROCESSO SELETIVO DE HABILITAÇÃO ELEITORAL – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS (QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA)

4.1. As provas objetivas desenvolver-se-ão em forma de testes, através de questões de múltipla escolha, com

04 (quatro) alternativas cada uma (A, B, C e D). Cada questão terá apenas 01 (uma) alternativa correta. Será atribuída pontuação 0,0 (zero), às questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção, com rasuras ou preenchidas a lápis.

4.1.1. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos, e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independentes de recurso. **4.1.2.** Durante as provas não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie, utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos celulares deverão ser desligados na presença de um fiscal de sala, colocados em embalagens e lacradas; no caso de candidatos (as) que estiverem portando bolsas, estas serão alocadas em local apropriado. A empresa não se responsabiliza pelos pertences do candidato durante aprova. **4.1.3.** O candidato que, durante a realização da prova, for encontrado utilizando qualquer um dos objetos especificados acima, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo. **4.1.4.** É vedado o ingresso de candidato portando arma nos locais de realização da prova, exceto policiais em serviço. **4.1.5.** Será também eliminado do Processo Seletivo, o candidato que incorrer nas seguintes situações: Se recusar a permanecer até o término da realização das provas e fechamento do malote, em se tratando dos últimos três candidatos; deixar o local de realização da prova sem a devida autorização; tratar com falta de respeito os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes; proceder de forma a tumultuar a realização das provas; estabelecer comunicação com os outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio; usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros; deixar de atender as normas contidas no caderno de provas e as demais orientações expedidas pela organização do PROCESSO SELETIVO. **4.1.6.** A folha de respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção e deverá ser entregue no final da prova ao fiscal. **4.1.7.** Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que tenha mais de uma resposta, ainda que uma delas esteja correta. Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de resposta por erro do candidato. **4.1.8.** Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala. **4.1.9.** O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 1h (uma hora) do horário previsto para o início das mesmas e constantes do presente Edital, devendo entregar ao fiscal da sala a respectiva folha de respostas. Após realizar a entrega, o mesmo deve se retirar do local da prova. **4.1.10.** O candidato poderá levar o caderno de provas após decorridos 1h (uma hora) do início da prova; **4.1.11.** O candidato que se ausentar antes do prazo determinado no item anterior, não terá direito a reaver o caderno de provas. **4.2. DA PONTUAÇÃO NAS PROVAS OBJETIVAS (De caráter Classificatório e Eliminatório)**

4.2.1- **NOTA DE CORTE 50 pontos**

4.2.2. Etapa – prova objetiva com 30 questões

Matéria	Nº de Questões	Peso	Total
Língua Portuguesa	05	2	10
Informática	05	2	10
Conhecimentos Específicos	20	4	80
Total Geral			**100 Pontos**

CONTEÚDO PROGRÁMATICO

ü **Língua Portuguesa:** Interpretação de texto; Fonética; Sílaba; Tonicidade; Ortografia; Acentuação gráfica; Notações Léxicas, Morfologia: estrutura das palavras, formação das palavras; sufixos, prefixos, classificação e flexão das palavras, substantivos, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, conectivos; Semântica: significação das palavras; Sintaxe: análise sintática, termos essências da oração, termos integrantes da oração, termos acessórios da oração, período composto, orações coordenadas e independentes, orações principais e subordinadas, orações subordinadas substantivas, orações subordinadas adjetivas, orações subordinadas adverbiais, orações reduzidas; Sinais de pontuação; Estilística: figuras de linguagem, língua e arte literária ü **Noções de Informática:** Conhecimentos básicos de editor de Microsoft Word 2010/2013/2016/2019BR: criação de um novo documento, formatação e impressão. Microsoft Office2010/2013/2016/2019BR.Conhecimentos básicos de internet. Outlook: receber e enviar mensagens; anexos; catálogo de endereços; organização das mensagens. Microsoft Outlook 2010/2013/2016/2019BR e Microsoft Outlook Express. Conhecimentos básicos de arquivos e pastas (diretórios) Windows XP/7/8/8.1/10BR.Utilização do gerenciador de pastas e arquivos (Windows Explorer no XP): copiar, mover arquivos, criar diretórios. ü **Conhecimentos Específicos:** Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - Estatuto da Criança e do Adolescente, com as alterações

posteriormente introduzidas. Lei Municipal atualizada que dispõe sobre o Conselho Tutelar; Resoluções do CONANDA. **4.3.** As provas objetivas de conhecimentos serão aplicadas, no dia **27 de agosto de 2023** conforme o horário abaixo: **4.3.1. Início às 8h00min e término às 11h00min, com duração de 03 (três) horas.** a) O candidato deverá comparecer ao local da prova, com 30 (trinta) minutos de antecedência do seu início, munido de caneta esferográfica azul ou preta, de material transparente, de documento oficial de identificação, contendo fotografia e assinatura atualizadas, na data prevista no Cronograma do processo seletivo (Anexo I); b) O não comparecimento no dia da aplicação da prova objetiva de conhecimentos acarretará a eliminação do candidato do processo eletivo. c) Será considerado não eliminado na prova objetiva de conhecimentos, o pré-candidato que obtiver nota igual ou superior a 50% (cinquenta por cento). d) O candidato poderá recorrer do gabarito preliminar divulgado e do resultado preliminar da prova objetiva de conhecimentos nos prazos previstos no cronograma deste edital (Anexo I). Os recursos nesta fase serão analisados e julgados pela banca de elaboradores e não caberá recurso dessas decisões. e) O resultado final da prova objetiva de conhecimentos será o resultado final da 1ª. Etapa do Processo Eletivo. f) O resultado final dos pré-candidatos da 1ª. etapa do processo eletivo será divulgado, em ordem decrescente de pontos obtidos. **4.4.** Somente serão convocados para a 2ª. etapa do Processo Eletivo os candidatos não eliminados na 1ª. Etapa do Processo Eletivo.

SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO ELETIVO

5. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA 5.1. A Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório, será aplicada a todos os candidatos que forem classificados na prova objetiva. **5.2.** Para realização da Avaliação Psicológica os candidatos deverão estar munidos de documento de identificação com foto. **5.3.** A Avaliação Psicológica para fins de seleção de candidatos é um processo sistemático, de levantamento e síntese de informações com base em procedimentos científicos que permitem identificar aspectos psicológicos do candidato compatíveis com o desempenho das atividades e perfil psicológico para desempenho do cargo. **5.4.** O Exame Psicológico será realizado por profissionais da área de psicologia, regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia, cujos laudos enunciarão as condições de habilitação dos candidatos. **5.5.** A Avaliação Psicológica será realizada conforme as normas em vigor do Conselho Federal de Psicologia e nela serão utilizados instrumentos definidos a partir dos perfis psicológicos ocupacionais, baseados nas atribuições e atividades do cargo. **5.6.** Os requisitos mínimos, em termos quantitativos, serão o nível médio, quando comparados à amostra da população em geral, no que se refere às características do perfil profissiográfico: ü Atenção e concentração; ü Raciocínio Geral: capacidade para resolver problemas novos, relacionar ideias, induzir conceitos abstratos e compreender implicações; ü Velocidade de processamento: capacidade de manter a atenção e realizar atividades simples; ü Controle e tolerância ao estresse; ü Representação de si, dos outros e de relacionamentos de maneira realista, lógica e benigna; ü Pensamento lógico, coerente e flexível; ü Capacidade para perceber os fatos de modo objetivo e adequado, com poucas distorções subjetivas; ü Controle e adequação das expressões emocionais; ü Ausência de indicativos de depressão; ü Interesse pelas pessoas; ü Boa compreensão das situações; ü Ausência de indicadores de transtornos mentais e comportamentais; ü Capacidade de comunicação verbal e escrita. **5.7.** Serão incluídos nos instrumentos de avaliação, técnicas capazes de aferir minimamente habilidades específicas para o exercício do cargo concorrido e características de personalidade, por meio de métodos e técnicas psicológicas que contemplem as atribuições e as responsabilidades do cargo. Primar-se-á pela

identificação das características psicológicas necessárias e a identificação de características restritivas e/ou impeditivas para o desempenho do cargo. Serão utilizados testes psicológicos, além de entrevistas individuais.

5.8. As habilidades e aptidões específicas referem-se à capacidade potencial do indivíduo para realizar tipos específicos de atividades relativas ao cargo concorrido. **5.9.** O resultado terá um parecer de "APTO" ou "INAPTO" para ao cargo. **5.9.1.** O candidato será considerado APTO ao atender as condições adequadas ao cargo, conforme os critérios já referidos neste Edital. **5.9.2.** O candidato considerado INAPTO será eliminado do Processo Eletivo. **5.9.3.** Ser considerado INAPTO na Avaliação Psicológica não significará necessariamente a existência de transtornos cognitivos e/ou comportamentais, evidenciando apenas que o candidato não atendeu, à época da Avaliação, aos requisitos exigidos para o exercício do cargo ao qual concorreu. **5.9.4.** O não comparecimento do candidato em qualquer das etapas da avaliação psicológica (Teste Psicológico, Dinâmica de Grupo e Entrevista Individual), no dia, local e horário a ser determinado, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência e resultará em sua eliminação do Processo eletivo. **5.9.5.** Verificado que o candidato não possui condições físicas ou emocionais para a realização da Avaliação Psicológica, de forma a colocar em risco tanto equipamentos utilizados quanto a integridade física das pessoas envolvidas, poderá ser determinada a imediata interrupção da avaliação. **5.9.6.** Será eliminado do processo eletivo, mediante Termo de Infração o candidato que: 5.9.6.1. Comportar-se de forma descortês para com qualquer dos profissionais da área de psicologia, coordenadores, fiscais ou autoridades presentes. 5.9.6.2. Utilizar-se de equipamentos não permitidos, surpreendido, em ato flagrante, durante a realização do Exame Psicológico. 5.9.6.3. Utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, durante sua realização. **5.10. DA ENTREVISTA DEVOLUTIVA: 5.10.1.** A publicação do resultado da Avaliação Psicológica será feita por meio de relação nominal, constando os candidatos APTOS, no site da prefeitura, https://santacarmem.mt.gov.br e para os candidatos considerados INAPTOS o resultado será comunicado por e-mail pessoal do candidato. **5.10.2.** Será facultado ao candidato que receber parecer INAPTO, e somente a este, conhecer o resultado da sua Avaliação Psicológica, mediante Entrevista Devolutiva. **5.10.3.** A Entrevista de Devolução tem por objetivo detalhar os resultados obtidos na Avaliação Psicológica, não se revestindo com caráter de reaplicação ou de reavaliação do Exame Psicológico. **5.10.4.** A Entrevista de Devolução será exclusivamente de caráter informativo, não sendo considerada como recurso. As informações técnicas relativas ao perfil só poderão ser discutidas com o psicólogo contratado pelo candidato. Caso o candidato compareça sozinho à sessão de conhecimento das razões, tais aspectos técnicos não serão discutidos, bem como não será permitido o acesso aos testes realizados. **5.10.5.** Na Entrevista de Devolução o candidato deverá comparecer no dia e horário agendados, onde será aguardado pelo período máximo de 15 minutos (tolerância). **5.10.6.** O não comparecimento resultará no reconhecimento da desistência do candidato à Entrevista de Devolução, não mais podendo alegar desconhecimento ou interpor qualquer justificativa quanto ao eventual atraso a sessão, sendo vedado novo agendamento.

6. PRÉ-REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO ELEITORAL 6.1. Podem inscrever-se para concorrer à fase de habilitação eleitoral com vistas ao exercício da função pública de conselheiro (a) tutelar as pessoas que, até a data de encerramento do prazo de inscrição para o Processo Seletivo de Habilitação Eleitoral, atenda aos seguintes requisitos: a) Ter sido aprovado do Processo Seletivo e Apto da Avaliação Psicológica b) reconhecida idoneidade moral; c) idade superior a 21 (vinte e um) anos; d) residência no Município; e) conclusão do Ensino Médio; f) ser eleitor no município; g) Participação e aprovação em teste de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, sobre língua portuguesa e sobre informática básica, por meio de prova de caráter eliminatório, a ser formulada sob responsabilidade do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos; h) Não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial; I) Não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); J) Não ser, desde o momento da publicação do

edital, membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

k) não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

6.1.1. Verificado, a qualquer tempo, o descumprimento de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo, a inscrição do candidato, ainda que já deferida, e todos os atos dela decorrentes, inclusive de nomeação, serão cancelados. **6.1.2.** A idoneidade moral a que se refere a letra 'b"do subitem 6.1 deverá ser comprovada por: a) Certidões originais e atualizadas expedidas pelos foros civil e criminal da Justiça Federal e da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª Instâncias do Estado de Mato Grosso; b) Atestado de antecedentes criminais a serem emitidos pelos órgãos descritos no anexo VII do presente Edital. **6.1.3.** A comprovação de residência no Município de Santa Carmem, conforme estabelecido na letra d do subitem 6.1, será realizada mediante apresentação da Declaração constante no Anexo IV (modelo oficial); **6.2.** Em nenhuma hipótese será permitida mais de uma inscrição por pré-candidato (a), ainda que para complementação da documentação exigida para inscrição. **7. PARA HABILITAÇÃO ELEITORAL 7.1.** Caso o (a) candidato(a) seja classificado na 1ª. Etapa no Processo Eletivo, o mesmo passará à fase de Inscrição para Habilitação Eleitoral e deverá, através de convocação específica para esta fase, anexar de forma presencial no cras do município de Santa Carmem que fica no endereço: Rua Carlos Gomes, nº 1032, centro Santa Carmem/MT CEP: 78.545-000 os seguintes documentos: a) Requerimento de Inscrição, no modelo oficial constante no Anexo II deste Edital, no qual declare atender todas as condições exigidas para a inscrição e submeter-se às normas expressas neste edital; b) Fotocópia autenticada, de um dos seguintes documentos: Carteira de Identidade; Carteira Nacional de Habilitação; Carteira de Trabalho; Carteira Profissional; ou, Passaporte, no qual conste filiação, fotografia e assinatura. c) Currículo, no modelo oficial constante no Anexo III deste edital, contendo dados pessoais, profissionais e acadêmicos do (a) pré-candidato (a) e acompanhado de cópias simples dos documentos que comprovem todas as condições enumeradas no subitem 8.1 deste edital. **7.2.** Constatada a irregularidade ou ausência de quaisquer dos documentos exigidos para inscrição, será concedido ao (a) pré-candidato (a) o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para sua apresentação e/ou regularização, contado a partir do primeiro dia útil após a ciência da notificação pelo (a) pré-candidato (a). **7.3.** O acesso à íntegra do parecer proferido pela Prefeituda do Município de Santa Carmem/MT, referente à ausência ou irregularidade de quaisquer dos documentos exigidos para inscrição, somente será permitido ao (a) pré- candidato, exclusivamente presencial no CRAS do município de Santa Carmem que fica no endereço: Rua Carlos Gomes, nº 1032, centro Santa Carmem/MT CEP: 78.545-000. **7.4.** A qualquer tempo poderse-á anular a inscrição e demais habilitações em fases subsequentes do processo eletivo, bem como a nomeação e a posse, caso comprovada qualquer falsidade nas declarações e/ou qualquer irregularidade nos documentos apresentados e/ou na participação em quaisquer das fases da primeira e/ou da segunda etapas, devendo o (a) pré-candidato (a) /candidato (a) ser eliminado (a) do processo eletivo. 7.4.1. - Caberá recurso da decisão que eliminar o (a) pré-candidato/candidato (a) do processo eletivo com fundamento neste edital, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil após a data da publicação da decisão no Diário Oficial do município. 7.4.2. Da decisão proferida pela Comissão Especial Eleitoral, não caberá à interposição de novo recurso. 7.4.3. - O acesso à íntegra da decisão que eliminar o (a) pré-candidato/candidato (a) do processo de escolha com fundamento no subitem 6.5 deste edital, somente será permitido ao (a) pré-candidato (a) ou a procurador

(a) legalmente habilitado (a), exclusivamente na sede do CMDCA, conforme subitem 3.2 e 3.3 deste edital.

7.5. - São impedidos de se candidatarem ao Conselho Tutelar da mesma circunscrição regional: ü Cônjuges, conviventes, companheiros (as), ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados (as), tio (a) e sobrinho (a), padrasto ou madrasta e enteado (a). **8. DA ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO E CURRÍCULO: 8.1.** - O currículo do (a) pré-candidato (a) será formado pelos documentos que comprovem os requisitos enumerados pelo subitem 6.1 deste edital, além dos dados pessoais, profissionais e acadêmicos do (a) pré- candidato (a). **8.2.** - Após a conferência da documentação, o currículo do (a) pré-candidato (a) será analisado e decidido sobre seu deferimento ou indeferimento da inscrição. **8.3.** A Comissão Especial Eleitoral poderá realizar diligências e/ou solicitar documentação complementar, no sentido de apurar a veracidade dos documentos e declarações apresentadas pelos (as) pré-candidatos (as). **8.4.** Será considerado aprovado na fase "a" da 2ª. Etapa, (análise de documentação e de currículo), o (a) pré- candidato (a) que obtiver o deferimento de sua inscrição, mediante a confirmação pela Comissão Especial Eleitoral da veracidade e procedência de todas as informações e de todos os documentos comprobatórios dos requisitos enumerados neste edital, observada a forma de sua apresentação, conforme especificado nos subitens. **9– DA COMPOSIÇÃO E DA REALIZAÇÃO DAS FASES DA 2ª ETAPA-PROCESSO ELEITORAL 9.1 – DO REGISTRO DA CANDIDATURA** 9.1.1 - O registro da candidatura constitui ato formal, lavrado em documento subscrito pelo CMDCA e será assegurado ao (a) pré-candidato (a) que obtiver respectivamente: a) O mínimo 50% (sessenta por cento) da pontuação total atribuída ao teste escrito de conhecimento e classificação à 2ª Etapa conforme edital. b) Aprovação na análise de documentação e currículo pela Comissão Especial Eleitoral. 9.1.2 - A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico. 9.1.3 - Após a expedição do registro, o (a) pré-candidato (a) estará apto a participar do Processo Eleitoral – 3ª. fase da 2ª. Etapa do Processo Eletivo. 9.1.4 - A lista contendo os nomes e os números dos (as) pré-candidatos (as) que obtiveram a expedição do registro de candidatura deferida será publicada no Diário Oficial do município, site da Prefeitura de Santa Carmem e afixada na sede do CMDCA e nas unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do município. **10 – DA PROPAGANDA ELEITORAL** 10.1. Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas para gerar inidoneidade moral do candidato: I – abuso do poder econômico na propaganda feita por veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9o, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as sucederem; II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor; III – propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público; III – a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas; IV – abuso do poder político-partidário assim entendido como a utilização da estrutura e financiamento das candidaturas pelos partidos políticos no processo de escolha; V – abuso do poder religioso, assim entendido como o financiamento das candidaturas pelas entidades religiosas no processo de escolha e veiculação de propaganda em templos de qualquer religião, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores; VI – favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal; VII – confecção e/ou distribuição de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário; VIII – propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa: a) considera-se grave perturbação à ordem propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana; b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor; c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conse-

lho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura. IX – propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como por faixas, letreiros e banners com fotos ou outras formas de propaganda de massa. X – abuso de propaganda na internet e em redes sociais, na forma de resolução a ser editada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. 10.1.2. É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito e garantida a igualdade de condições entre os candidatos. 10.1.3. É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, em benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de cassação do registro de candidatura e nulidade de todos os atos dela decorrentes. 10.1.4. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus apoiadores; 10.1.5. A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas. 10.1.6. A livre manifestação do pensamento do candidato e/ou do eleitor identificável na internet é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação dos fatos sabidamente inverídicos. 10.1.7. No dia da eleição, é vedado aos candidatos: a) utilização de espaço na mídia; b) transporte aos eleitores; c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata; d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor; e) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna". 10.1.8. É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos. 10.1.9. É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

10.1.10 O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

10.2.A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou diploma.

10.2.1. A inobservância do disposto no art. 9º sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

10.2.3. Compete à Comissão Especial do processo de escolha processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral e demais irregularidades, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma da resolução específica, comunicando o fato ao Ministério Público. 10.2.4. Os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Especial do processo de Escolha serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. 10.3. A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e por meio de curriculum vitae, admitindo-se ainda a realização de debates e entrevistas, com garantia de igualdade de condições entre todos os candidatos. 10.3.1. A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados. 10.3.2. É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos. 10.3.3. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar. 10.3.4. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular. 10.3.5. A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas: I- em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País; II- por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa; III- por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo. **11– DAS CONDUTAS VEDADAS E SEU PROCESSAMENTO** 11.1. A campanha dos candidatos a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos candidatos habilitados no Processo de Escolha e será encerrada à meia-noite da véspera do dia da votação. 11.2. Serão consideradas condutas vedadas aos candidatos devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Santa Carmem/MT e aos seus prepostos e apoiadores aquelas previstas no edital de abertura do certame, na Lei Municipal n. 936/2023 e na Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), com especial destaque ao seu art. 8º. 11.3. O desrespeito às regras apontadas no art. 2o desta Resolução poderá caracterizar inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inc. I, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 11.4. Qualquer cidadão ou candidato poderá representar à Comissão Especial contra aquele que infringir as normas estabelecidas no edital, na Resolução n. 231/2022 do Conanda ou na Lei Municipal n. 936/2023, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração. 11.4.1. Cabe à Comissão Especial registrar e fornecer protocolo ao representante, para acompanhamento do procedimento instaurado. 11.4.2. Serão admitidas denúncias anônimas, desde que acompanhada de elementos mínimos de prova ou com indicação da forma que a Comissão Especial pode acessá-la. 11.4.3. Caso o denunciante assim solicite, a Comissão Especial pode decretar, havendo fundamentos legítimos, o sigilo de seu nome, facultando acesso apenas ao Ministério Público e à autoridade judiciária, caso solicitado. 11.4.4. As denúncias poderão ser encaminhadas pessoalmente à Comissão Especial, que as receberá nos dias úteis na Rua Carlos Gomes, n. 1032, Centro, Santa Carmem/MT, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00h.

11.4.5 As denúncias poderão também ser encaminhadas por telefone para o número (66)99235-6587 (com WhatsApp) ou para o e-mail cmdca@santacarmem.mt.gov.br

11.4.5. Caso qualquer membro do CMDCA tome conhecimento da prática de conduta vedada, por qualquer meio, deverá imediatamente comunicar o fato e as provas a que teve acesso à Comissão Especial, para instauração, de ofício, do respectivo procedimento administrativo. 11.4.6. O Ministério Público será cientificado da instauração de todo e qualquer procedimento instaurado pela Comissão Especial. 11.5. No prazo de 1 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Especial deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, § 3o, inc. I, da Resolução n. 231/2022 do Conanda).

Parágrafo único. Havendo motivo relevante e comprovado o perigo na demora do julgamento, a Comissão poderá determinar, fundamentadamente em medida liminar, a retirada imediata ou a suspensão da propaganda e o recolhimento do material de campanha considerado irregular.

11.6. A Comissão Especial poderá, no prazo de 2 (dois) dias do término do prazo da defesa: I – arquivar o procedimento administrativo, se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso; II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 2 (dois) dias contados do decurso do prazo previsto no caput (art. 11, § 3o, inc. I, da Resolução n. 231/2022 do Conanda). 11.6.1. No caso do inc. II, o representante e o representado serão intimados a, querendo, comparecerem à reunião designada e efetuarem perguntas para as testemunhas ouvidas; 11.6.2. Eventual ausência do representante ou do representado não impede a realização da reunião a que se refere o inc. II, desde que tenham sido ambos notificados para o ato. 11.6.3. As partes poderão ser representadas, durante todas as etapas do procedimento, por advogado, desde que junte procuração nos autos, porém a ausência de defesa técnica não acarretará nenhum tipo de nulidade. 11.7. Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial decidirá, fundamentadamente, em até 2 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 5o, da Resolução n. 231/2022 do Conanda). 11.7. 1.A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 2 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 5o, da Resolução n. 231/2022 do Conanda);

11.7.2 No julgamento do recurso não será admitida reabertura da instrução, porém será facultada a sustentação oral aos envolvidos de até 10 (dez) minutos por parte, sendo dispensável a intimação destas para o julgamento.

11.8. Os nomes dos candidatos cassados deverão permanecer nas cédulas ou inseminados nas urnas eletrônicas.

Parágrafo único. Os votos atribuídos ao candidato cassado serão considerados nulos.

11.9. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município, no sítio eletrônico e nas redes sociais da administração municipal, bem como noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha.

11.10. A Comissão Especial fará reunião com todos os candidatos habilitados em 2 (dois) momentos do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar: a) tão logo seja publicada a relação final dos(as) candidatos(as) considerados(as) habilitados(as) b) na semana anterior ao dia da votação, com foco nas vedações específicas da votação, organização do pleito e participação de fiscais dos candidatos. 11.11. Em cada uma das solenidades será registrada ata da reunião, com a lista de presença dos candidatos e dos membros da Comissão Especial 11.11.1. Eventual ausência não isenta o candidato do cumprimento das regras do processo de escolha. 11.12. Os procedimentos administrativos de que tratam essa resolução poderão ser instaurados após a data da eleição, inclusive para apuração de condutas vedadas praticadas na data da votação e deverão ser concluídos antes da posse dos membros do Conselho Tutelar eleitos pela comunidade.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, as disposições desta resolução às eventuais irregularidades relativas à organização e condução do pleito em geral, cabendo à Comissão Especial processar e julgar as representações, com direito de recurso à Plenária do CMDCA.

12- DAS REGRAS DO PROCESSO DE ESCOLHA 12.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1o do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997 e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei. 12.2. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, uninominal, secreto e facultativo dos eleitores do município. 12.2.1. A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Resolução 231/2022 do CONANDA, ou na que vier a lhe substituir, e fiscalizada pelo Ministério Público. 12.2.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pela realização do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, deve buscar o apoio da Justiça Eleitoral; 12.2.3. Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial do processo de escolha e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação. 12.2.4. As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas. 12.2.5. O eleitor poderá votar em apenas um candidato. 12.3. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial do processo de escolha, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária. 12.3.1. A constituição e as atribuições da Comissão Especial do processo de escolha deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. 12.3.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar. 12.3.3. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá conferir ampla publicidade ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante publicação de Edital de Convocação do pleito no diário oficial do Município, ou meio equivalente, afixação em locais de amplo acesso ao público, chamadas na rádio, jornais, publicações em redes sociais e outros meios de divulgação; 12.3.4. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997. 12.3.5. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha a ser estabelecida em Lei Federal. 12.3.6. Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes da data da votação, ou na data estabelecida pela Justiça Eleitoral ou pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. 12.3.7. A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente à deflagração do processo de escolha, ou, em casos excepcionais, em até 30 dias da homologação do processo de escolha. 12.3.8. O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis. 12.3.9. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adoles-

cente devem se declarar impedidos de atuar em todo o processo de escolha quando registrar candidatura seu cônjuge ou companheiro, parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive. 12.4. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações. 12.4.1. O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição. 12.4.2. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

12.4.32. O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência do dia estabelecido para o certame; b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei n. 8.069/1990; c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei; d) composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha, já criada por Resolução própria; e) informações sobre a remuneração, jornada de trabalho, período de plantão e/ou sobreaviso, direitos e deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar; e f) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos candidatos suplentes.

12.4.4. O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela legislação local.

12.5. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados para cada Colegiado. 12.5.1. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas. 12.5.2. Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes. **13- DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DE VOTOS** 13.1. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial do processo de escolha e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo-se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes. 13.1.1. A votação dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em horário idêntico àquele estabelecido pela Justiça Eleitoral para as eleições gerais, ou seja, das 08h às 17h.

13.1.2 A Comissão Especial do processo de escolha poderá determinar o agrupamento de seções eleitorais para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto, às orientações da Justiça Eleitoral e às peculiaridades locais.

13.1. 3.O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente garantirá que o processo de escolha seja realizado em locais públicos de fácil acesso, observando os requisitos essenciais de acessibilidade, preferencialmente nos locais onde já se realizam as eleições regulares da Justiça Eleitoral. 13.2. A Comissão Especial do processo de escolha poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas e das listas de eleitores, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral. 13.2.1. Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas de lona e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente. 13.2.2. Será de responsabilidade da Comissão Especial do processo de escolha a confecção e a distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade, conforme modelo a ser aprovado, preferencialmente seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral. 13.3. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial do processo de escolha e comunicadas ao Ministério Público. 13.3.1. Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial do processo de escolha. 13.3.2. No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora. 13.3.3. Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial do processo de escolha nomeará representantes para essa finalidade. **14 – DAS MESAS DE VOTAÇÃO** 14.1. As mesas de votação serão compostas por 03 (três) membros e 01 (um) suplente, escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral. 14.2. A relação dos nomes que comporão as mesas de votação e suas respectivas sessões deverá ser informada oficialmente à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data de votação. 14.3. Não poderão participar da mesa de votação e como digitador, o (a) candidato (a) inscrito e seus parentes, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau ou o seu cônjuge, convivente ou companheiro (a). 14.4. Compete à mesa de votação: a) solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra na votação; b) lavrar ata de votação, anotando eventual ocorrência; c) realizar a apuração dos votos, lavrando ata específica e preenchendo o mapa respectivo; d) remeter a documentação referente à fase de votação à Comissão Especial Eleitoral. **15– DA PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO, NOMEAÇÃO E POSSE** 15.1. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição. 15.1.1 Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente, bem como no sítio eletrônico do Município e do CMDCA.

15.1. 2.Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando todos os demais candidatos habilitados como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

15.1. 3. O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

15.1.4. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

15.1. 5.Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

15.1.6. Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão. 15.1.7. Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar. 15.1.8. Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual recebe-

rá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

15.1.9 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

16. – DOS RECURSOS DA SEGUNDA ETAPA 16.1. Caberá recurso à Comissão Especial Eleitoral contra: a) indeferimento de candidatura; b) decisão da Comissão Especial Eleitoral que julgar procedente pedido de impugnação de candidatura; c) avaliação psicológica; d) resultado final do processo eleitoral. 16.2. Os recursos interpostos em face subitem 15.1 deverão ser protocolados via via presencial no CRAS do município de Santa Carmem que fica no endereço: Rua Carlos Gomes, nº 1032, centro Santa Carmem/MT CEP: 78.545-000, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas posteriores à publicação no Diário Oficial do município. 16.3. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá solicitar assessoramento técnico de especialista (s) que não seja (m) membro (s) do colegiado, para subsidiar a deliberação e decisão do Plenário. 16.4. O recurso interposto em face do resultado final do processo eleitoral deverá ser protocolado via presencial no CRAS do município de Santa Carmem que fica no endereço: Rua Carlos Gomes, nº 1032, centro Santa Carmem/MT CEP: 78.545-000 , no prazo de 48 (quarenta e oito) horas posteriores à publicação no Diário Oficial. 16.5. Os recursos previstos neste serão julgados pela Comissão Especial Eleitoral no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do primeiro dia útil após o término do prazo para interposição do respectivo recurso e publicados no Diário Oficial. 16.6. Os recursos deverão ser individual e devidamente fundamentados, com a indicação precisa daquilo em que o (a) candidato (a) se julgar prejudicado (a), sob pena de não conhecimento pela Comissão Especial Eleitoral e eliminação do (a) candidato (a) do Processo Eletivo, caso proceda de forma contrária. 16.7. Não serão aceitos recursos interpostos por qualquer outra forma contrária aos critérios previstos neste edital. 16.8. Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo decisão escrita em sentido contrário, proferida pela Comissão Especial Eleitoral. 16.9. Para fins de interposição dos recursos previstos no subitem 15.1 deste edital, o (a) candidato (a) poderá ter acesso a integra da decisão proferida pela Comissão Especial Eleitoral, a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial, mediante solicitação formalizada à Comissão Especial Eleitoral. 16.10. O acesso à íntegra da decisão proferida pela Comissão Especial Eleitoral, somente será permitida ao (a) pré-candidato (a) ou a procurador (a) legalmente habilitado. 16.11. Da decisão proferida pela Comissão Especial Eleitoral não caberá interposição de novo recurso. **17 – DISPOSIÇÕES FINAIS** 17.1 – Cabe ao Poder Executivo Municipal de Santa Carmem através da Secretaria Municipal de Assistência Social o custeio de todas as despesas decorrentes do Processo Eletivo dos membros do Conselho Tutelar. 17.2 - O CMDCA publicará no Diário Oficial do município os atos necessários ao cumprimento deste edital. 17.3 - Os casos omissos do Processo de Escolha serão resolvidos pelo CMDCA, através da Comissão Especial Eleitoral, e serão publicados no Diário Oficial do município. 17.4 - O Ministério Público do Estado de Mato Grosso é o órgão competente para fiscalizar o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de Santa Carmem, em conformidade com o disposto no artigo 139 da Lei Federal nº 8.069/1990.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Santa Carmem/MT, 04 de agosto de 2023.

FELIPE PELISSARI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO SELETIVO ELEITORAL 001/2023	
Data	**Eventos**
04/08/2023	Publicação Edital do Concurso
07/08/2023	Prazo para impugnação ao Edital
08/08/2023	Publicação das respostas as impugnações ao Edital
09 a 17/08/2023	Período das inscrições
18/08/2023	Publicação da Relação dos inscritos
21 e 22/08/2023	Prazo para recurso contra a relação dos inscritos
24/08/2023	Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos
24/08/2023	Publicação do Edital da Homologação das Inscrições
24/08/2023	Publicação do Edital Complementar – Local de provas
27/08/2023	**Prova Objetiva**
28/08/2023	Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva
29 e 30/08/2023	Prazo de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva
01/09/2023	Divulgação das respostas dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva
01/09/2023	Publicação do gabarito oficial da prova objetiva
01/09/2023	Divulgação do resultado dos classificados no Seletivo Eleitoral 001/2023 do Munícipio de Santa Carmem - MT
04/09/2023	REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DOS CANDIDATOS APROVADOS
06/09/2023	Divulgação do Resultado da Avaliação Psicológica
11/09/2023	Pedido de Devolutiva para os candidatos com resultado INAPTO
13/09/2023	Convocação para a Inscrição para a Habilitação Eleitoral
18 e 19/09/2023	Registro das candidaturas (entrega dos documentos e currículos pelos candidatos classificados no processo seletivo).
22/09/2023	Publicação dos candidatos deferidos e indeferidos
25 e 26/09/2023	Recurso à impugnação da candidatura dos candidatos indeferidos
27/09/2023	Resultado do pedido pelos candidatos indeferidos Publicação dos candidatos habilitados
28/09/2023	Reunião com os candidatos habilitados para firmar compromisso
28/09/2023	Liberação dos candidatos para campanha eleitoral
01/10/2023	**Eleições**
04 e 05/12/2023	**Formação com os Eleitos**

***Este Cronograma tem caráter orientativo, podendo suas datas ser alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT

Todos os atos inerentes ao prosseguimento do PROCESSO ELEITORAL serão objeto de publicação por editais afixados na Prefeitura Municipal de SANTA CARMEM/MT, publicado na internet, no diário oficial da AMM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2023 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2023 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

Pelo presente ficam convocadas as candidatas aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2023 da Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT, referente o Edital nº 001/2023, de 24 de maio de 2023, para devida contratação.

NO ATO DA CONTRATAÇÃO APRESENTAR:

a) Documentos Originais e Cópia RG – CPF – Título de Eleitor – Certidão de Nascimento dos filhos – Certidão de Casamento, se casado (a), e CPF do esposo (a), CPF do pai e da mãe.

b) Apresentar Carteira de Trabalho e Carteira de Habilitação (CNH) exigido para o cargo.

c) Declaração de Bens.

d) Declaração de não acumulo ilegal de cargo, emprego ou função pública.

e) Declaração que reponde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar.

f) Conta no Banco Bradesco.

g) Comprovante de escolaridade original e cópia e Registro no Conselho de Classe exigido para o cargo.

h) Prova de estar quite com as obrigações militares, no caso de ser sexo masculino.

i) Prova de estar quite com as obrigações eleitorais.

j) e-mail, nº de telefone, endereço.

Os Candidatos convocadas terão que comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste Edital, para efetuar sua contratação no referido cargo.

AGENTE DE MANUTENÇÃO URBANÍSTICA CONTRATADO 1	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Maria Aparecida de Sales
2º	Francisca da Silva Carvalho

AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Giovani Jefferson Vieira
2º	Alceu dos Santos Siqueira

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS CONTRATADO	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Vilma Garcia Simões Brandão
2º	Mirian Oliveira Leal
3º	Daniele Tabosa
4º	Rosa Aparecida Cardoso Bee

AGENTE DE VIGILÂNCIA E MANUTENÇÃO	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Regiane Aparecida Queiroz de Matos

APOIO EDUCACIONA E SERVIÇOS GERAIS ZELADORA	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Vanessa Alves de Oliveira
2º	Andreia Costa de Sousa
3º	Patrícia Rodrigues

APOIO EDUCACIONAL E NUTRIÇÃO MERENDEIRA	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Neri Prudente de Souza Flores

MOTORISTA DE VEÍCULO DE TRANSPORTE CARGAS E PASSAGEIROS	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Valentin de Bortolli Neto
2º	Raimundo da Costa Sousa
3º	Edilene Soares da Silva
4º	Angelo Marcio de Matos Lima
5º	Adriano Rodrigues Brandão
6º	Natalia Macedo Lopes
7º	Genilson Cabral de Souza

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Orlando Jesus Guimarães

RECEPCIONISTA	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Ana Laisla Felisberto Freire da Fortuna Gomes
2º	Taila Santos Oliveira

TÉCNICO DE ENFERMAGEM	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Juliana Cechinato
2º	Maristela Teresinha Vietmeier
3º	Simone Guedes da Silva Pandolfo
4º	Bruna Carolina Evas da Silva
5º	Patricia de Lurdes Bender

PSICOLOGO	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Vanessa Viecelli Sateles
2º	Sandra Regina Bordim

ENFERMEIRO	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Bernarda Costa dos Santos Neta Pereira

PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Maria Irene Moura
2º	Eliane Pereira dos Santos

PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Rozangela Rodrigues Daniel
2º	Luciana Pereira dos Santos
3º	Maria Jose Duarte de Paulo
4º	Edinalva Rosa de Franca

PROFESSORA ENS. FUNDAMENTAL II MATEMÁTICA	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Fabiana Carneiro Sandri

PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL II PORTUGUÊS/ INGLÊS	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Aline Cruz Landim
2º	Jorge Luiz Nascimento dos Santos

PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL II ARTE/FILOSOFIA	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Diane Patricia Sansolotti

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 01 MAICON MONTEIRO DE CASTRO MICROÁREA 04	
Ordem	Nome do Inscrito
1º	Disneylandia Nascimento de Paula

Publica-se, Registra-se, Cumpra-se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO,

EM 07 DE AGOSTO DE 2023

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DO DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69/2020

EXTRATO DO DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69/2020

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 69/2020.

Constitui objeto do presente termo a supressão ao contrato 69/2020, por motivo de desconto conforme folha do relógio ponto.

Contratado: S. R. TOZZINI ME

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM/MT

VALOR DO ADITIVO: R$ **1.474,67** (um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e sete centavos)

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ **784.492,98** (setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos).

Data de Assinatura: 02/08/2023.

Procurador Jurídico: Adriano Bulhões dos Santos.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2023

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2023

Processo Administrativo Licitatório Nº 278/2023

A Prefeitura Municipal de SANTA CARMEM, através da Pregoeira e equipe de apoio, nomeada através da portaria Nº 24/2023, torna público para conhecimento dos interessados, que na licitação modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL 36/2023 e SRP 43/2023,** cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS RESPECTIVOS PROGRAMAS.** Com abertura marcada para o dia 03/08/2023 e homologada no dia 03/08/2023, teve como vencedor a empresa:

CUIABA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP, cadastrada no CNPJ**21.058.617/0001-38,**por apresentar o valor de **R$ 20.184,74** (vinte mil, cento e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) **DELTA COMERCIO E SERVICOS LTDA,** cadastrada no CNPJ48.447.370/0001-06**,**por apresentar o valor de **R$ 62.405,49** (sessenta e dois mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e nove centavos) **EDINEIA SOUZA DE OLIVA ME,** cadastrada no CNPJ08.925.694/0001-80**,**por apresentar o valor de **R$ 87.738,77** (oitenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos) **MARIA JOSE DOS REIS NETO ME,** cadastrada no CNPJ10.226.940/0001-57**,**por apresentar o valor de **R$ 100.311,54** (cem mil, trezentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos) **RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA EPP,** cadastrada no CNPJ 47.169.415/0001-57**,**por apresentar o valor de **R$ 46.388,36** (quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos) **TREVO DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA,** cadastrada no CNPJ09.644.019/0001-45**,**por apresentar o valor de **R$ 15.794,30** (quinze mil, setecentos e noventa e quatro reais e trinta centavos) Santa Carmem, 03 de agosto de 2023.

MAITÊ SEHNEM

Pregoeira - Portaria nº 24/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
EXTRATO DO 13° DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 12-2017

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

EXTRATO DO 13° DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 12-2017

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: Construtora Juruena LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.292.274/0001-52 e Inscrição Estadual nº 13.199.235-0, Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação da vigência do contrato 012/201**7 que trata da** contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia na construção de Escola Rural de duas salas, padrão FNDE no PA Brasipaiva no Município de Santa Cruz do Xingu-MT. A vigência do presente Contrato terá seu prazo de execução prorrogado de 31 de Julho de 2023 até 29 de Setembro de 2023.

Joraildes Soares de Sousa

Prefeita Municipal

COORDENADOR DO APLIC
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 008/2023

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

Resultado de Licitação Tomada de Preços n° 008/2023

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT.** A Comissão Permanente de Licitação, vem á público divulgar o resultado da Tomada de Preços n° 008/2023. A sessão realizou-se às 09h00 minutos, do dia 03 de Agosto de 2023. Não havendo o comparecimento de interessados, e após cumprir os prazos legais, a Comissão declarou a licitação **DESERTA**, sendo encerrada a reunião às 09h30 minutos do mesmo dia. Santa Cruz do Xingu – MT, 03 de Agosto de 2023.

WANDERCIDES DIVINO PEREIRA RAMOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0416/2023

DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRª. RAICE DE ASSIS XAVIER NO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a Srª. **RAICE DE ASSIS XAVIER** portadora do RG nº 23****1 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-73, no cargo em Comissão de **COORDENADOR SOCIAL.**

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 04 DE AGOSTO DE 2023.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2023

Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MARMITEX (ALMOÇO E JANTA), NA COMUNIDADE PACOVAL A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.** A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no dia **18 de agosto de 2023,** estará recebendo propostas, para abertura às **14h00min,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 07 de agosto de 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO AO AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2023

O Município de Santa Rita do Trivelato - MT, através de seu Pregoeiro(a) nomeada pela Portaria 328/2023, torna público, nos autos do Processo de Licitação, CREDENCIAMENTO Nº. 002/2023, cujo objeto **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, PARA FINS DE ITBI, INCORPORAÇÃO DE BENS NO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, PERMUTAS, DAÇÃO EM PAGAMENTO, DESAPROPRIAÇÕES, LEILÕES, AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS E OUTROS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, Retificação do Aviso de Licitação Edital de Credenciamento, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM Ano XVIII, nº. 4.289 Pag. 624, datado em 02 de agosto de 2023.

Onde Le - sê:

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Flávio Luiz, n° 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, CEP: 78.453-000, inscrita no CNPJ 04.205.596/0001-17, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, torna Público para conhecimento os interessados, para conhecimento dos interessados que se encontram abertas as inscrições para o CREDENCIAMENTO N° 001/2023 cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, PARA FINS DE ITBI, INCORPORAÇÃO DE BENS NO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, PERMUTAS, DAÇÃO EM PAGAMENTO, DESAPROPRIAÇÕES, LEILÕES, AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS E OUTROS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, e informa que as inscrições ficarão abertas até às 16 horas do dia 28 de agosto de 2023, no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

1.1. LEIA-SE:

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Flávio Luiz, n° 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, CEP: 78.453-000, inscrita no CNPJ 04.205.596/0001-17, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, torna Público para conhecimento os interessados, para conhecimento dos interessados que se encontram abertas as inscrições para o CREDENCIAMENTO N° 002/2023 cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, PARA FINS DE ITBI, INCORPORAÇÃO DE BENS NO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, PERMUTAS, DAÇÃO EM PAGAMENTO, DESAPROPRIAÇÕES, LEILÕES, AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS E OUTROS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, e informa que as inscrições ficarão abertas até às 16 horas do dia 28 de agosto de 2023, no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

2. A presente retificação do aviso de Resultado será publicada nos órgãos oficiais, na forma de aviso, bem como disponibilizado junto ao site: http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br

3. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min as 11h00min das 13h00min às 17h00min. e ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato – MT, 04 de agosto de 2023.

JOYCE SUAELY AFONSO BARBOSA

Presidente C.P.L.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL N°014/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N°014/2023

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES EDUCACIONAIS E KIT BOMBEIRO MIRIM, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**,conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no dia **18 de agosto de 2022,** estará recebendo propostas, para abertura às **09h00min,** do Pregão Eletrônico, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 07 de agosto de 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 0417/2023 DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

PORTARIA N° 0417/2023

DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

SÚMULA: PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO PARA INVESTIGAR DENUNCIA DE CONDUTAS IRREGULARES EM DESFAVOR DO SR. OTONIEL RODRIGUES DE SOUZA - CARGO ENFERMEIRO.

.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO a instauração de Procedimento Administrativo, com a nomeação de Comissão Especial Sindicante, através da Portaria nº 0378/2023, de 17 de Julho de 2023, para investigar denuncia de condutas irregulares em desfavor do SR. OTONIEL RODRIGUES DE SOUZA - CARGO ENFERMEIRO;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado aos 04 dias do mês de agosto de 2023, em que o Presidente da Comissão de Sindicância, Sr. Thiago de Medereiros Deluqui , solicitou a prorrogação, por mais 30 (trinta) dias, do prazo para conclusão dos trabalhos;

RESOLVE:

Art. 1.º Prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos da Portaria nº 0378/2023, de 17 de julho/2023, para apuração dos fatos apontados na solicitação de sindicância Processo nº 002/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 04 DE AGOSTO DE 2023.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVO A APRESENTAÇÃO DA LDO 2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVO A APRESENTAÇÃO DA LDO 2022

O Exmoº. **Sr. EGON HOEPERS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso I, do parágrafo único, do art. 48 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da audiência pública da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato para discussão sobre metas e prioridades da Administração Pública, com finalidade de elaborar o Projeto de **Lei de Diretrizes Orçamentárias**, para viger durante o exercício financeiro de 2022, a audiência será feita na sede do município na data de ***19 de Agosto de 2021, a partir das 18:30h00min,*** no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato-MT, situada na Avenida Flavio Luiz, nº. 2060, Centro, Santa Rita do Trivelato-MT, e será transmitida online via Facebook na página oficial do município através do link: https://www.facebook.com/santaritadotrivelato.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, 05 de agosto de 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
VISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2023

Objeto:**AQUISIÇÃO DE SEMI REBOQUE "TIPO TANQUE" USADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO SETOR DE FROTAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.** A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no dia **17 de agosto de 2023,** estará recebendo propostas, para abertura às **09h00min,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 07 de agosto de 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0415/2023 DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

PORTARIA Nº 0415/2023

DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 070/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **BRUNNO APARECIDO DE SOUZA**, portador do RG nº 14****93 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 003.***.***-60, para **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 070/2023**, **Fornecedor - RICARDO CORTES GUIMARAES, CNPJ:33.494.772./0001-86,** OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROCESSO JUNTO À SEMA/MT, VISANDO A AUTORIZAÇÃO DE PERFURAÇÃO DE 01 POÇO TUBULAR, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, conforme processo de Dispensa de Licitação nº 030-2023 **CONTRATO 070-2023**. **VALOR**: R$ 2.000,00- VIGÊNCIA: 31/07/2023 ATÉ 30/07/2024

Art. 2º. Esta A presente Portaria retroage seus efeitos a data de 31 de julho de 2023.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE AGOSTO DE 2023.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO Nº 56/2023 PREGÃO PRESENCIAL 36/2023

AVISO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATORIO Nº 56/2023

PREGÃO PRESENCIAL 36/2023

O Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua 25, s/nº, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no C.N.P.J./MF sob o n° 15.031.669/0001-18, ADERE AO SISTEMA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 268/2023 PREGÃO ELETRONICO Nº 041/2023, realizado pela prefeitura municipal de SORRISO-MT. Cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE CAMINHÕES, TRATORES, EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA PRESTAR ASSISTENCIA AOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS ASSENTADOS DA CIDADE, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA INDUSTRIA E MEIO AMBIENTE DE SANTA TEREZINHA- MT Com a empresa **KTR BRASIL IMPORTAÇÃO COMERCIO E SERVIÇO LTDA, CNPJ/MF sob o n° 30.705.365/0001-82. ADERINDO AO item da referida ata conforme relatório do item constante no processo com valor total de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)** Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação será adjudicado e homologada as proponentes acima mencionada. licitacao@santaterezinha.mt.gov.br ,Santa Terezinha-MT, 04 de agosto de 2023.Admilson dos santos gomes- pregoeiro.

LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO Nº 55/2023 PREGÃO PRESENCIAL 35/2023

AVISO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATORIO Nº 55/2023

PREGÃO PRESENCIAL 35/2023

O Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua 25, s/nº, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no C.N.P.J./MF sob o n° 15.031.669/0001-18, ADERE AO SISTEMA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 51/2022 PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2022, PROCESSO LICITATÓRIO 116/2022 realizado pela prefeitura municipal de ROSARIO OESTE-MT. Cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, VIA SISTEMA INFORMATIZADO, DE GESTÃO ADMINISTRATIVA NA ÁREA DA SAÚDE, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA- MT Com a empresa PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ/MF sob o n° 18.009.871/0001-31 ADERINDO Os itens da referida ata conforme relatórios dos itens constante no processo com valor total de R$ 2.427.880,00 (dois milhões quatrocentos e vinte e sete mil oitocentos e oitenta reais)** Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação será adjudicado e homologada as proponentes acima mencionada. licitacao@santaterezinha.mt.gov.br ,Santa Terezinha-MT, 04 de agosto de 2023.Admilson dos santos gomes- pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PORTARIA Nº 176/GP/2023

PORTARIA Nº 176/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo de Diretor;

RESOLVE

Art. 1°. – Prorrogar a Portaria nº181/GP/2021, que designou a servidora efetiva CILCE GEORGINA DE MORAES, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela Função de Dedicação Exclusiva de Diretora de Unidade Escolar da EMEB do Pólo Pombinha Branca.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, a partir de 04 de agosto de 2023.

Registra-se, Publica-se,Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger-MT, 03 de agosto de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA

Prefeita Municipal

ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PORTARIA Nº 177/GP/2023

PORTARIA Nº 177/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 1.131/GP/2014 e Lei nº 1.388/2022.

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 028/GP/2023, que designou a servidora efetiva **EVA APARECIDA ROSA DA SILVA**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer,da função de Coordenadora Escolar da EMEB Pombinha Branca, a partir de 04 de agosto de 2023.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger-MT, 04 de agosto de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PORTARIA Nº 178/GP/2023

PORTARIA Nº 178/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 1.131/GP/2014 e Lei nº 1.388/2022.

RESOLVE:

Artigo 1º - Tornar sem efeito a Portaria nº 029/GP/2023 que concedeu 10 (dez) horas excedente a Srª. **EVA APARECIDA ROSA DA SILVA**, Professora, efetiva, na função de Coordenadora Escolar da EMEB Pombinha Branca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de agosto de 2023.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger-MT, 04 de agosto de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PORTARIA Nº 173/GP/2023

PORTARIA Nº 173/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo de Diretor;

RESOLVE

Art. 1°. – Prorrogar a Portaria nº 176/GP/2021, que designou a servidora efetiva ESTELA EDLAINE DE OLIVEIRA, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela Função de Dedicação Exclusiva de Diretora de Unidade Escolar da EMEB do Pólo Cisne Azul.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, a partir de 04 de agosto de 2023.

Registra-se, Publica-se,Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger-MT, 03 de agosto de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA

Prefeita Municipal

ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PORTARIA Nº 174/GP/2023

PORTARIA Nº 174/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo de Diretor;

RESOLVE

Art. 1°. – Prorrogar a Portaria nº177/GP/2021, que designou a servidora efetiva **ORLANDA MARIA DA SILVA**, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela Função de Dedicação Exclusiva de Diretora de Unidade Escolar da EMEB do Pólo José Ferreira da Silva.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, a partir de 04 de agosto de 2023.

Registra-se, Publica-se,Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antônio de Leverger-MT, 03 de agosto de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA

Prefeita Municipal

ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PORTARIA Nº 175/GP/2023

PORTARIA Nº 175/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo de Diretor;

RESOLVE

Art. 1°. – Prorrogar a Portaria nº180/GP/2021, que designou a servidora efetiva **ADILZA BENEDITA DOS SANTOS ARRUDA**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela Função de Dedicação Exclusiva de Diretora de Unidade Escolar da EMEB do Pólo Pingo de Ouro.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, a partir de 04 de agosto de 2023.

Registra-se, Publica-se,Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antônio de Leverger-MT, 03 de agosto de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA

Prefeita Municipal

ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PORTARIA Nº 171/GP/2023

PORTARIA Nº 171/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a classificação no Resultado Final do Processo Seletivo de Diretor para o biênio 2023/2024;

RESOLVE:

Art. 1°. – Prorrogar a Portaria nº144/GP/2022, que designou a servidora efetiva **ISANIRA AMORIM PEREIRA RODRIGUES MAGALHÃES**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela Função de Diretora de Unidade Escolar do Pólo BR.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, a partir de 10 de agosto de 2023.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antônio de Leverger-MT, 03 de agosto de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PORTARIA Nº 172/GP/2023

PORTARIA Nº 172/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo de Diretor;

RESOLVE

Art. 1°. – Prorrogar a Portarianº 174/GP/2021, que designou a servidora efetiva ANA APARECIDA DA COSTA, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para responder pela Função de Dedicação Exclusiva de Diretora de Unidade Escolar da EMEB do Polo Agrovila das Palmeiras.

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor, a partir de 04 de agosto de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antônio de Leverger-MT, 03 de agosto de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

JURÍDICO
DECRETO Nº 035/2023

DECRETO N.° 035/2023

DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

"Fixa os preços públicos pelo uso de Camarotes, Área Vip, Tendas da Praça de Alimentação, Estande para a 20° Festa de Rodeio EXPOSAL 2023"

O Sr. **JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES**, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a realização da 20ª Festa de Rodeio EXPOSAL 2023 que ocorrerá nos dias 31 de agosto, 01 e 02 de setembro do corrente ano;

CONSIDERANDO o Decreto 034/2023 que dispõe sobre a criação e designação de Comissão Organizadora da 20ª Festa de Rodeio EXPOSAL 2023 do município de Santo Antônio do leste - MT.

CONSIDERANDO o uso particular de logradouros públicos, em locais específicos e de acesso controlado, em razão do evento 20° Festa de Rodeio EXPOSAL2023,

CONSIDERANDO o cumprimento do art. 2º, inciso III e conforme ata de Reunião 001/2023 realizada pela Comissão Organizadora da 20ª Festa de Rodeio EXPOSAL 2023.

DECRETA:

Art. 1º São fixados os preços públicos para uso de Camarotes, Área Vip, Tendas da Praça de Alimentação, Estande e Porteiras instalados na 20° Festa de Rodeio EXPOSAL nos dias 31 de agosto, 01 e 02 de setembro de 2023, conforme relação contida no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único. A organização dos espaços, assim como os respectivos locais, será apresentada aos interessados pela Comissão Organizadora da 20ª Festa de Rodeio EXPOSAL 2023.

Art. 2º Os preços públicos previstos neste Decreto serão disponibilizados para venda mediante Chamamento Público através de processo de Credenciamento realizado pelo Setor de Licitações do Município.

Art. 3º O pagamento do preço público dar-se-á exclusivamente através de documento de arrecadação emitido pela Coordenadoria de Cadastro, Arrecadação e Tributos, a ser quitado na rede arrecadadora credenciada, confirmando o requerimento de reserva.

Parágrafo único. A ausência do pagamento, devidamente comprovado, acarretará o imediato cancelamento da reserva, liberando o espaço.

Art. 4º A aquisição do Camarote garante o respectivo uso durante os dias 31 de agosto, 01 e 02 de setembro de 2023.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Secretaria Municipal de Desporte e Lazer emitirá a Autorização de Uso do Camarote adquirido e disponibilizará ao adquirente pulseiras, que deverão permanecer na posse do responsável durante toda a realização do evento, e sem a qual o usuário não poderá utilizar o local.

Art. 5º A reserva e aquisição dos Camarotes, Área Vip, Tendas da Praça de Alimentação, Estande e Porteiras poderão ser realizados por pessoa física ou jurídica.

§ 1º As pessoas jurídicas serão recebidas através de um de seus representantes legais, conforme Contrato Social ou ato constitutivo.

§ 2º No momento da reserva, o adquirente ou representante legal deverá apresentar documento de identidade e CPF, comprovando ser civilmente capaz.

Art. 6º O adquirente dos Camarotes, Área Vip, Tendas da Praça de Alimentação, Estande e Porteiras, durante todo o evento, será responsável pelo espaço público, mantendo sua utilidade e conservação, assim como respondendo por eventuais danos, causados por ele ou por quaisquer terceiros que adentrarem no local reservado.

§ 1º Os Camarotes e Área Vip destinam-se exclusivamente à diversão de seus usuários para os festejos da 20° Festa de Rodeio EXPOSAL 2023.

§ 2º Cada Camarote deverá respeitar a lotação máxima de 10 pessoas prevista para o local.

§ 3º Nos Camarotes não serão admitidos atos que atentem contra a moral e os costumes.

Art. 7º Os preços pelo uso dos espaços fixados neste Decreto constituem-se em receitas para atenuar as despesas com a realização da 20° Festa de Rodeio EXPOSAL 2023.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO EM:

04 DE AGOSTO DE 2023

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 035/2023

Item	Qtde	Descrição	Valor
1	25 unid.	Camarotes	R$ 2.500,00
2	30 unid.	Área Vip (mesa para 4 pessoas)	R$ 250,00
3	10 unid.	Tendas da Praça de Alimentação	R$ 1.500,00
4	600 m²	Estande	R$100,00/m²
5	5 unid.	Porteiras	R$ 1.000,00

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇAO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2023

AVISO DE LICITAÇAO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2023

PROCESSO Nº 045/2023/CPL/PP

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório para **contratação de empresa para executar a instalação de bueiros celulares de concreto (aduelas) em estradas não pavimentadas do município de Santo Antônio do Leste – MT, conforme termo de convenio nº. 0815-2022 da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA.**

A abertura dos processos dar-se-á às ***08:00 horas do dia 22 de agosto de 2023***, na sede da Prefeitura, localizada na Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, Município de Santo Antônio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 07:00 as 11:00 h e das 13:00 as 17:00 h, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).**

Santo Antônio do Leste – MT, 04 de agosto de 2023.

_____

ERIKS MATOS DA SILVA

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 390/2023.

PORTARIA Nº. 390/2023.

DE: 04 DE AGOSTO DE 2023.

EXONERA, A SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA SRª SILVANA SANTOS CARDOSO DOS SANTOS, DO CARGO DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDEE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA

ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo1º- EXONERAR, a pedido, do Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a servidora pública efetiva SILVANA SANTOS CARDOSO DOS SANTOS.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 04 AGOSTO DE 2023.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2023

PROCESSO Nº 037/2023

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos das Leis 10.520 de 17/07/02 e 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório para **futura e eventual contratação de empresa**

especializada na prestação de serviço de manutenção em pneus do tipo remendo dos mais variados tipos com o fornecimento de materiais, troca de pneus, alinhamento e balanceamento, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste e suas Secretarias. Poderá participar do certame quaisquer interessados que atenda às exigências e condições devidamente estabelecidas no Edital e cuja atividade empresarial abranja o bem ou serviço desta licitação.

A abertura dos processos dar-se-á às ***08:00 horas do dia 17 de agosto de 2023***, na sede da Prefeitura, localizada na Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, Município de Santo Antônio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 07:00 horas ás 13:00 horas no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste situado a Av. Goiás, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br),** ou (www.santoantoniodoleste.mt.gov.br)**.**

Santo Antônio do Leste – MT, 04 de agosto de 2023.

ERIKS MATOS DA SILVA

PREGOEIRO

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 095/2022.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. José Arimateia Vieira Alves brasileiro casado portador do RG,nº 14428342-SSP/MT e inscrito no CPF nº 867.715.741-72 residente e domiciliado na rua Salgado Filho nº 137 , centro na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: A S CONSTRUTORA LTDA-ME, CNPJ: 22.618.893/0001-76, com sede a Rua Manoel Pereira Brito, s/n, quadra 37 lote 12, Setor Cristino Cortes, município de Barra do Garças – MT, Cep: 78.600-000, denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 095/2022 de 17/08/2022 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de execução dos serviços do Contrato original de nº 095/2022 à CLÁUSULA OITAVA ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica acrescentado à CLÁUSULA OITAVA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por 141(cento e quarenta e um) dias com término em 31 de dezembro de 2023.**

Fica acrescentado à CLÁUSULA OITAVA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 140(cento e quarenta) dias com término em 28 de dezembro de 2023.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Novembro de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito.

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de agosto de 2023.

PELA CONTRATANTE:

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

A S CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 22.618.893/0001-76

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DO CERTAME PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2023.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DO CERTAME

PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2023.

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade de **Pregão Presencial n.º 020/2023**. O critério de julgamento **menor preço por item**. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE **MÁRMORE**. Os envelopes contendo as Propostas e Documentações deverão ser entregues até as **09h00min do dia 16 de agosto de 2023,** na Avenida Araguaia nº. 248, no Paço Municipal. **A sessão terá início às 09h20min, (horário Oficial de Brasília)**, na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados por meio do e-mail: **pregaosfa@outlook.com** ou através do site **http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/** ou retirar na própria sede da prefeitura das 08h00min às 13h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel.: (66)3522-1606, Falar no Departamento de Licitações com Sra. THAYANE RAMOS BOTELHO ou JEAN FLÁVIO.

São Félix do Araguaia – MT, em 04 de julho de 2023.

THAYANE RAMOS BOTELHO

Pregoeira

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 285/2023

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 285/2023, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: URSULA PATRICIA ALVES DIAS DE SOUZA, Brasileira, Casada, Professora, inscrita no CPF sob o nº 013.953.081-95 e Identidade 8.542.356 - PC-PA, com residência e domicílio no seguinte endereço: Ave-

nida Araguaia, s/nº - Próximo à Rádio Conquista FM - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 285/2023

CONTRATO emitido em 19/04/2023, com VIGÊNCIA de 3 meses, iniciando em 19/04/2023 e terminando em 19/07/2023, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 20 (vinte) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 3.048,97 (três mil e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 19/07/2023

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 5 meses e 1 dia, de 19/07/2023 a 20/12/2023, totalizando 8 meses e 1 dia desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 20 (vinte) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 3.048,97 (três mil e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos)

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como EMEB ALBERTO NUNES DA SILVEIRA – Espigão do Leste

DOTAÇÃO: Mantida em 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura // 03 - Coordenadoria de Ensino Fundamental - FUNDEB // 2.045 - Educação Fundamental - FUNDEB 70% // 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO EXTRATO DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PUBLICO Nº03/2023

A Prefeitura Municipal de São Jose do Povo-MT, torna publico para o conhecimento dos interessados, que o chamamento publico nº 03/2023. Cujo objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR,** produzidos por fornecedores individuais.Para atender a secretaria de Educação programa PNAE/FNDE/MEC Venda de Gêneros alemnticíos da agricultura Familiar.

Sagrou-se vencedor a pessoa Física; JOÃO TEIXEIRA DA SILVA CPF **353.389.621**, brasileiro casado Agricultor familiar, residente e domiciliado no **SITIO SANTA LUZIA LOTE 77** P ASSENTAMENTO MÁRCIO PEREIRA, CEP **78773-000** NA CIDADE SÃO JOSE DO POVO-MT.

No Valor Total de R$ **28.016,80**(Vinte e Oito Mil, Dezesseis Reais e Oitenta Centavos)

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 04 de agosto de 2023.

Ivanildo Vilela da Silva

Prefeito Municipal

Maria Irandi Duarte

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº85/2022

ADESÃO N°11/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº85/2022–CELEBRADO EM 01 DE JULHO DE 2022, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E **W. V DOS REIS – ME**, As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente termo aditivo consiste em:

1.1.1 Prorrogação da vigência contratual por mais 07 (sete) meses, em conformidade com a Cláusula sétima do referido Contrato, que passará a ser até 01 de fevereiro de 2024.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES DO ADITIVO

2.1 O Valor total do presente aditivo:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VLR. UN.	VLR. TOTAL
1	07 meses	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.	R$ 15.000,00	R$ 105.000,00
2	07 meses	SUPORTE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS SIOPS, SIOPE, SICONFI e DCTF.	R$ 1.000,00	R$ 7.000,00
3	07 meses	ENVIO DO APLIC DAS CARGAS MENSAIS (CONTABILIDADE, FOLHA DE PAGAMENTO, CONTRATO E CONVENIO E PATRIMÔNIO ADMINISTRATIVO).	R$ 1.500,00	R$ 10.500,00
4	07 meses	ELABORAÇÃO DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO PPA, LDO e LOA.	R$ 1.500,00	R$ 10.500,00
6	07 meses	CONSULTORIA E ASSESSORIA MENSAL DO E-SOCIAL	R$ 3.630,00	R$ 25.410,00
VALOR TOTAL R$ 158.410,00				

2.2 O Valor total do presente aditivo total é de R$ 158.410,00 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dez reais).

3.CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

02.02-Prefeitura Municipal de São José do Povo

020203-Secretaria de Administração e Gestão

04.122.5020.2010.0000-Manter as Atividades da Secretaria

3.3.90.00.00-Aplicações Diretas

4.CLÁUSULA QUARTA– DA PUBLICAÇÃO

4.1 A publicação resumida deste instrumento será efetivada pelo município, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial da AMM/MT.

5. CLÁUSULA QUINTA DEMAIS INFORMAÇÕES

5.1 Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal não alcançadas pelo presente aditivo, sendo ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito, e, por estarem juntos e contratados, assinam as partes do presente, 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, também signatárias do presente instrumento.

São José do Povo – MT, 30 de junho de 2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 121/2023

PROCESSO Nº73/2023 INEXIGIBILIDADE N°10/2023

CONTRATO (A)SEGER SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SPE LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.250.332/0001-92

OBJETO –ParaPrestação de Serviços de **DESTINAÇÃO E DISPOSIÇÃO DOS RESIDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS CLASSE II**

GERADO NO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, EM ATERRO SANITÁRIO ATÉ O VOLUME DE 300 Toneladas, conforme proposta entregue no processo licitatório "INEXIGIBILIDADE" DISPENSA DE LICITAÇÃO n. º10/2023 e planilha com descrição e quantitativo.

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **59.334,00 (cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e quatro Reais).**

DA VIGÊNCIA- O prazo previsto para o presente contrato será de 12 meses, vigorando pelo período de 03 de agosto de 2023 a 03 de agosto de 2024.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº95/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 95/2022–CELEBRADO EM 01 DE AGOSTO DE 2022, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E CESAR DE SOUZA FREITAS,As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente termo aditivo consiste em:

1.1.2 Prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, em conformidade com a Cláusula Segunda do referido Contrato, que passará a ser até 01 de agosto de 2024.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

02.02-Prefeitura Municipal de São José do Povo

020205-Secretaria de Infraestrutura e Obras

04.122.7070.2017.0000-Manter as atividades da secretaria

3.1.90.00.00-Aplicações Diretas

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

3.1 A publicação resumida deste instrumento será efetivada pelo município, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial da AMM/MT.

4. CLÁUSULA QUARTA – DEMAIS INFORMAÇÕES

4.1 Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal não alcançadas pelo presente aditivo, sendo ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito, e, por estarem juntos e contratados, assinam as partes do presente, 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, também signatárias do presente instrumento.

São José do Povo – MT, 31 de julho de 2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº96/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 96/2022–CELEBRADO EM 02 DE AGOSTO DE 2022, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E MONICA VIANA DOS SANTOS FRASSON,As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente termo aditivo consiste em:

1.1.2 Prorrogação da vigência contratual, por mais 01 (um) mês, em conformidade com a Cláusula Segunda do referido Contrato, que passará a ser até 02 de setembro de 2023.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

02.02-Prefeitura Municipal de São José do Povo

020214-Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social

08.244.9260.2071.0000-Manter as atividades da secretaria de Prom. Social

3.1.90.00.00-Aplicações Diretas

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

3.1 A publicação resumida deste instrumento será efetivada pelo município, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial da AMM/MT.

4. CLÁUSULA QUARTA – DEMAIS INFORMAÇÕES

4.1 Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal não alcançadas pelo presente aditivo, sendo ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito, e, por estarem juntos e contratados, assinam as partes do presente, 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, também signatárias do presente instrumento.

São José do Povo – MT, 01 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 165/2023/SECAD, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 124, § 2º da Lei Municipal nº 991/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José do Rio Claro;

CONSIDERANDO o Laudo Médico Pericial emitido em 21/07/2023 pela Dra. Eliana Kawaguti, CRM-MT 3025, que defere a licença para tratamento de saúde.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal descrita abaixo, conforme disposto no art. 124, § 2º da Lei Municipal nº 991/2014.

MATRÍCULA	NOME	LICENÇA	PERÍODO
2666	Patrícia Moreira Ferraz	Licença para Tratamento de Saúde	Até 28/07/2023 Laudo Médico Pericial

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 21 de julho de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, 04 de agosto de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 160/2023/SECAD, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias Regulares aos servidores públicos municipais no mês de **julho/2023**, de acordo com as Leis nº 991/2014 e 1.193/2018, conforme descrito abaixo:

MATRICULA	NOME	CARGO
2371	ANTONIA DE CARVALHO ADÃO	CUIDADOR SOCIAL
1532	AULINA SOUZA DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM
2402	AZILA IARA DE ALMEIDA DOURADO	AGENTE ADMINISTRATIVO
660	EDERSON MARCIO SANTOS DA SILVA	SECRETARIO MUNICIPAL
1982	EDNA MARIA ZARDO PORTILHO	FISCAL DE TRIBUTOS
2560	ELENICE SOUZA ROCHA XAVIER	CONSELHEIRO TUTELAR
1890	FERNANDA UEMURA	ODONTOLOGO (A)
1203	JOSE DE FREITAS E SILVA FILHO	VIGIA
2500	LOURIVAL VITOR BARBOSA	OPERADOR DE MAQUINAS
1881	LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA CARNEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO
1992	ROBERTO RIVELINO SILVA	MOTORISTA
2276	ROSANGELA ALVES DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE
2399	TAIS CAROLINE SOARES KUHN	ENFERMEIRO (A)
1976	VALCIR DE MEIRELES ROSA	VIGIA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 04 de agosto de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 167/2023/SECAD, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 32 da Lei nº 991/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José do Rio Claro; e

CONSIDERANDO o Laudo Médico Pericial emitido em 21/07/2023 pela Dra. Eliana Kawaguti, CRM-MT 3025, que deferiu a manutenção da readaptação funcional.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a readaptação funcional da servidora pública municipal descrita abaixo, conforme disposto no art. 32, da Lei Municipal nº 991/2014, pelo período de 12 (doze) meses.

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO
818	Erenita Pereira da Silva	Início em 21/07/2023 Término em 19/07/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de julho de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 04 de agosto de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 161/2023/SECAD, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 124, § 2º da Lei Municipal nº 991/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José do Rio Claro;

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora, que recomenda a prorrogação de seu afastamento, por um período de 90 (noventa) dias, a partir de 10 de julho de 2023.

CONSIDERANDO o Laudo Médico Pericial emitido em 21/07/2023, pela Dra. Eliana Kawaguti, CRM-MT 3025, que defere a manutenção da licença para tratamento de saúde.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a concessão de licença para tratamento de saúde da servidora pública municipal descrita abaixo, conforme disposto no art. 124, § 2º da Lei Municipal nº 991/2014.

MATRÍCULA	NOME	LICENÇA	PERÍODO
2616	Danielle dos Santos Fialho Campos	Licença para Tratamento de Saúde	Até o dia 08/10/2023 Laudo Médico Pericial

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 21 de julho de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, 04 de agosto de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 159/2023/SECAD, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Art. 1º EXONERAR, a servidora **LUANA CORADINI CELONI**, matrícula funcional nº 2627, do cargo de provimento temporário de **PROFESSOR (CONTRATADO),** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir do dia **18 de julho de 2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 18 de julho de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 04 de agosto de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 101/2023

PREVIMUNI
PORTARIA N.º 025/2023

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI Nº 14.133/2021.

A **Diretora Executiva do PREVIMUNI -** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas conforme a Lei Municipal nº 963 de 27 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

PROCESSO	01/2023 -CONCORRÊNCIA PUBLICA	**CARGO**
CONTRATO	04/2023	
OBJETO	CONSTRUÇÃO DO PREDIO DO PREVIMUNI	
VIGENCIA	180 dias	
FISCAIS	ALBERTINO APARECIDO DA SILVA	MOTORISTA
	LEANDRO DE SOUZA CAETANO	FISCAL DE TRIBUTOS
	MEIRE REJANI DA SILVA RIZZATO	AGENTE ADMINISTRATIVO
	SUNELY MOREIRA DOS SANTOS	ASSISTENTE CONTÁBIL

Art. 2º -São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e suas clausulas;

2. Emitir relatórios/medições;

3.Comunicar formalmente as irregularidades constatadas a autoridade competente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José do Rio Claro, 24 de julho de 2023.

Cleide de Lima Silva

Diretora Executiva

onde le-se Portaria nº 025/2022

leia-se Portaria nº 025/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 164/2023/SECAD, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 124, § 2º da Lei Municipal nº 991/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José do Rio Claro;

CONSIDERANDO o Laudo Médico Pericial emitido em 21/07/2023 pela Dra. Eliana Kawaguti, CRM-MT 3025, que defere a licença para tratamento de saúde.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal descrita abaixo, conforme disposto no art. 124, § 2º da Lei Municipal nº 991/2014.

MATRÍCULA	NOME	LICENÇA	PERÍODO
1656	Lucimeire da Silva	Licença para Tratamento de Saúde	Até 23/08/2023 Laudo Médico Pericial

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 21 de julho de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, 04 de agosto de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 162/2023/SECAD, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 124, § 2º da Lei Municipal nº 991/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José do Rio Claro;

CONSIDERANDO o Laudo Médico Pericial emitido em 21/07/2023 pela Dra. Eliana Kawaguti, CRM-MT 3025, que defere a manutenção da licença para tratamento de saúde.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a concessão de licença para tratamento de saúde da servidora pública municipal descrita abaixo, conforme disposto no art. 124, § 2º da Lei Municipal nº 991/2014.

MATRÍCULA	NOME	LICENÇA	PERÍODO
2585	Michele Aparecida da Silva Salmazo	Licença para Tratamento de Saúde	Até 09/08/2023 Laudo Médico Pericial

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 21 de julho de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, 04 de agosto de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 101/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – LDO PARA 2024 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e vinte três, às nove horas, na Câmara Municipal, sito a Avenida Mato Grosso, nº. 38, Centro, São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, reunimos na Câmara Municipal dando início a audiência pública por volta das 9:04 para apresentação dos demonstrativos fiscais referente a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, sendo transmitida ao vivo pelo endereço eletrônico http://www.facebook.com/prefeiturasjrc.mt/. O ato estava publicado nos murais do Paço e Câmara Municipal, site da Prefeitura Municipal e Diário Oficial dos Municípios – AMM. A Secretária Municipal de Finanças, Angela Maria Alcanforado fez abertura da Audiência agradecendo a todos os presentes que participa da apresentação e aqueles que virtualmente assistem e acompanham no endereço eletrônico publicado para apresentação atendendo o art. 48 da Lei nº101 e Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei nº10.257/2021 – Estatutos das cidades art.44. A Secretaria fez uma explanação da Fundamentação Legal do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que tem como principal objetivo a "Diretrizes das contas públicas para execução do Orçamento Público – LOA" referente exercício financeiro de dois mil e vinte e quatro. Para que a sociedade tome conhecimento dos valores e índices planejados e que serão aplicados na Gestão Pública Municipal. Diante das explicações legais adentrou no assunto demonstrando as Metas de arrecadação das Receitas Consolidadas do Município que foram estimadas (previstas) no total de R$ 120.150.000,00, sendo assim distribuídas: Receitas Correntes estimada em R$ 109.252.699,00, as receitas oriundas de impostos tributários ficou previsto em R$16.872.099,00. As Receitas de Capital foram estimadas (previstas) em R$3.500.000,00. Receitas Correntes Intraorçamentárias ficou em R$ 7.397.301,00. Após deu ênfase as receitas por Entidade sendo, Prefeitura Municipal e Previdência dos Servidores Públicos de São José do Rio Claro, deu uma breve explicação em cada uma delas e mencionou sua importância na arrecadação municipal. Na sequência, explanou sobre a avaliação do cumprimento de Metas e prioridades das despesas públicas onde são elencadas por programas, produto, meta física e financeira, para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade e que serão fixados na Lei Orçamentária Anual (LOA), em R$ 120.150.000,00, atendendo ao Equilíbrio Fiscal, financeiro e orçamentário. A apresentação da despesa foi feita por entidade, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Previmuni. Demonstrou de forma sintética as os valores fixados das despesas por órgão subdivididos em programas e nestes as ações, separadas em custeio e investimento. Em Metas Fiscais o Resultado Primário onde indica se os níveis de gastos são compatíveis com a arrecadação e Resultado Nominal que representa a variação da dívida consolidada líquida do ano anterior em relação ao apurado no ano de referência também foi demonstrado. Essa é a metodologia recomendada pelo Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF. Por fim finalizou a apresentação dos valores propostos, em seguida passou o endereço eletrônico do Município onde ficará à disposição de toda comunidade rio-clarense o material explanado nesta Audiência pública sobre a Lei de Diretrizes orçamentárias a serem aplicadas no exercício financeiro de 2024. Nada mais para apresentar, agradeceu a todos a atenção dispensada e passou a palavra ao Prefeito Municipal Levi Ribeiro que agradeceu o esforço de toda equipe envolvida no processo, na sequencia passou a palavra ao Secretário de planejamento Adiran Celestino que fez uso da palavra sobre os investimentos aplicados no atual exercício, enfatizou que no seguinte,2024, a máquina pública precisará ainda mais da ajuda do Estado e União em relação a aportes em transferências de Convênios e liberação de emendas parlamentares para custeio e investimento para que o Município possa manter o nível de compra equiparada aos anos anteriores desta gestão, uma vez que a apresentação dos valores da receita tiveram um declínio considerável. Finalizou esta Audiência Pública, agradeceu a todos os presentes e participantes on-line. Após dei por encerrada a apresentação e nada mais havendo a relatar, eu Regiane Silva Santos secretariei a presente Ata na qual assino,

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 166/2023/SECAD, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 32 da Lei nº 991/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José do Rio Claro; e

CONSIDERANDO o Laudo Médico Pericial emitido em 30/11/2022, pela Dra. Eliana Kawaguti, CRM-MT 3025, que deferiu a manutenção da readaptação funcional.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a readaptação funcional da servidora pública municipal descrita abaixo, conforme disposto no art. 32, da Lei Municipal nº 991/2014.

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO
818	Erenita Pereira da Silva	Até o dia 31/05/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de novembro de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 04 de agosto de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 101/2023

PREVIMUNI
PORTARIA N.º 026/2023 DE 31 DE JULHO DE 2023.

PORTARIA N.º 026/2023

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL DE OBRA NA FORMA QUE ESTABELECE A LEI Nº 14.133/2021.

A **Diretora Executiva do PREVIMUNI -** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas conforme a Lei Municipal nº 963 de 27 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora abaixo elencada para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da obra abaixo discriminado:

PROCESSO	01/2023 -CONCORRÊNCIA	**CARGO**
CONTRATO	04/2023	
OBJETO	CONSTRUÇÃO DO PREDIO DO PREVIMUNI	
VIGENCIA	180 dias	
FISCAL	LUANA FERNANDES DA PAZ	ENGENHEIRA CIVIL

Art. 2º -São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da obra;

2. Emitir relatórios/medições;

3.Comunicar formalmente as irregularidades constatadas a autoridade competente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José do Rio Claro, 31 de julho de 2023.

Cleide de Lima Silva

Diretora Executiva

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 163/2023/SECAD, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 124, § 2º da Lei Municipal nº 991/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José do Rio Claro;

CONSIDERANDO o Laudo Médico Pericial emitido em 21/07/2023 pela Dra. Eliana Kawaguti, CRM-MT 3025, que defere a licença para tratamento de saúde.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal descrita abaixo, conforme disposto no art. 124, § 2º da Lei Municipal nº 991/2014.

MATRÍCULA	NOME	LICENÇA	PERÍODO
2372	Daniela Aparecida Sieber	Licença para Tratamento de Saúde	Até 07/09/2023 Laudo Médico Pericial

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 21 de julho de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, 04 de agosto de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 101/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	MODALIDADE	LP	MT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
283000117	VANESSA AZEVEDO DAS VIRGENS	04/03/2004	Ampla Concorrência	45,00	50,00	95,00	1º	Aprovado
283000072	ISANIL RIBEIRO LEITE	02/06/1983	Ampla Concorrência	40,00	50,00	90,00	2º	Aprovado
283000053	ANETE JACQUELINE SOMMERFELD	11/12/1968	Ampla Concorrência	40,00	45,00	85,00	3º	Aprovado
283000029	VALERIA PEREIRA MOTA SANTOS	23/11/1992	Ampla Concorrência	45,00	40,00	85,00	4º	Aprovado
283000027	BRUNO CARVALHO DE BARROS	17/08/1999	Ampla Concorrência	35,00	50,00	85,00	5º	Aprovado
283000026	MICHELLE RENATA MARIM CORDEIRO ALVES	27/04/1988	Ampla Concorrência	35,00	45,00	80,00	6º	Aprovado
283000049	DANIELA SIMÃO DE SOUZA	21/06/1991	Ampla Concorrência	35,00	45,00	80,00	7º	Aprovado
283000030	FABIANE AGUSTINI CHAVES	06/12/1991	Ampla Concorrência	35,00	45,00	80,00	8º	Aprovado
283000096	LAURA APARECIDA CASTRO MAGALHÃES DE OLIVEIRA	21/01/1992	Ampla Concorrência	40,00	40,00	80,00	9º	Cad.Reserva
283000127	MARCIA CRISTINA VIEIRA ROLON	07/07/1992	Ampla Concorrência	40,00	40,00	80,00	10º	Cad.Reserva
283000153	ROSENICE OLIVEIRA DE SOUZA MAXIMO	14/10/1981	Ampla Concorrência	30,00	45,00	75,00	11º	Cad.Reserva
283000105	SOLANGE SOUZA DA SILVA	02/02/1982	Ampla Concorrência	35,00	40,00	75,00	12º	Cad.Reserva
283000106	DANIELA REIS DE SOUSA	11/06/1986	Ampla Concorrência	40,00	35,00	75,00	13º	Cad.Reserva
283000088	ROSANA DA COSTA NOGUEIRA	22/02/1987	Ampla Concorrência	40,00	35,00	75,00	14º	Cad.Reserva
283000151	ANA VITÓRIA DE MIRANDA GOMES	18/02/2004	Ampla Concorrência	35,00	40,00	75,00	15º	Cad.Reserva
283000150	ROSA ODETE GUIRELLI	27/03/1979	Ampla Concorrência	35,00	35,00	70,00	16º	Cad.Reserva
283000078	ISABELA DA CRUZ FERNANDES	16/05/1996	Ampla Concorrência	25,00	45,00	70,00	17º	Cad.Reserva
283000108	JANAINA CAETANO CAMPOS	06/04/1998	Ampla Concorrência	30,00	40,00	70,00	18º	Cad.Reserva

283000126	ANA CAROLINA SANTANA DE PAULA	09/03/1999	Ampla Concorrência	30,00	40,00	70,00	19º	Cad.Reserva
283000136	CLAUDINEIA SANTOS DE SOUZA	23/11/1980	Ampla Concorrência	40,00	25,00	65,00	20º	Cad.Reserva
283000046	LIZ DAIANE CANUTO CHAVES	26/07/1996	Ampla Concorrência	40,00	25,00	65,00	21º	Cad.Reserva
283000145	DARLY MIRIELLI DOS ANJOS CAMARGO	15/01/1990	Ampla Concorrência	25,00	35,00	60,00	22º	Cad.Reserva
283000131	MÁRCIA GIMENEZ VIVEIROS	27/02/1979	Ampla Concorrência	30,00	25,00	55,00	23º	Cad.Reserva
283000035	LIDINÉIA DE SOUZA COSTA	20/01/1980	Ampla Concorrência	30,00	25,00	55,00	24º	Cad.Reserva
283000152	ELAINE APARECIDA BENTO DE SOUZA	09/11/1982	Ampla Concorrência	20,00	35,00	55,00	25º	Cad.Reserva
283000024	ELISANGELA DE OLIVEIRA DA SILVA	14/04/1983	Ampla Concorrência	35,00	20,00	55,00	26º	Cad.Reserva
283000135	IRACEMA BEDONI BARTELI	29/09/1973	Ampla Concorrência	25,00	25,00	50,00	27º	Cad.Reserva
283000051	RAQUEL DE ALMEIDA SANCHES	29/09/1973	Ampla Concorrência	30,00	20,00	50,00	28º	Cad.Reserva
283000118	VERA LUCIA RODRIGUES	23/08/1976	Ampla Concorrência	30,00	20,00	50,00	29º	Cad.Reserva
283000054	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	07/02/1984	Ampla Concorrência	35,00	15,00	50,00	30º	Cad.Reserva
283000123	SILVIA VAZ BORGES	04/07/1991	Ampla Concorrência	40,00	10,00	50,00	31º	Cad.Reserva
283000023	FLAVIA SALVIANI DA SILVA DOS SANTOS	31/03/1995	Ampla Concorrência	30,00	20,00	50,00	32º	Cad.Reserva
283000057	CLAUDINEIA MARIA DE SOUZA	05/11/1981	Ampla Concorrência	25,00	20,00	45,00	33º	Cad.Reserva
283000140	FABIANA BATISTA CEZARIO	20/09/1986	Ampla Concorrência	35,00	10,00	45,00	34º	Cad.Reserva
283000040	DORILEIDE SERAFIM SILVA	12/12/1986	Ampla Concorrência	25,00	20,00	45,00	35º	Cad.Reserva
283000090	SARA DE ALMEIDA	04/08/1991	Ampla Concorrência	30,00	15,00	45,00	36º	Cad.Reserva
283000050	MARIA JOSÉ PEREIRA DA CONCEIÇÃO ALMEIDA	26/09/1995	Ampla Concorrência	20,00	25,00	45,00	37º	Cad.Reserva
283000132	VANESSA AUGUSTO DA SILVA ROSA	18/01/1999	Ampla Concorrência	35,00	10,00	45,00	38º	Cad.Reserva
283000013	CLARA ELIANA BONAFE	12/09/1975	Ampla Concorrência	25,00	15,00	40,00	39º	Cad.Reserva
283000075	ANTONIA PEREIRA DA SILVA	13/06/1991	Ampla Concorrência	25,00	15,00	40,00	40º	Cad.Reserva
283000016	ROSELI AP DA SILVA PADILHA	12/11/1999	Ampla Concorrência	15,00	25,00	40,00	41º	Cad.Reserva
283000142	ELIANA APARECIDA REIS SOARES	30/10/1974	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	42º	Cad.Reserva
283000133	JANAINA CRISTINA DE LIMA BAGATIN	23/08/1982	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	43º	Cad.Reserva
283000128	CRISLAINE SANTOLIN DA CRUZ	24/05/1995	Ampla Concorrência	20,00	15,00	35,00	44º	Cad.Reserva
283000084	DERISMAR LOURENÇO DOS SANTOS	03/04/1996	Ampla Concorrência	10,00	25,00	35,00	45º	Cad.Reserva
283000130	MARCILENE VIEIRA ROLON	07/08/1996	Ampla Concorrência	20,00	15,00	35,00	46º	Cad.Reserva
283000019	DANIELI DOS SANTOS SANTANA	03/12/1996	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	47º	Cad.Reserva
283000028	NATALIA DE ARRUDA OLIVEIRA	02/01/2002	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	48º	Cad.Reserva
283000103	SELMIRA BAIOCO DE ATAIDE SOUZA	20/03/1982	Ampla Concorrência	15,00	10,00	25,00	-	Eliminado

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	MODALIDADE	LP	MT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
283000092	KENIA PEREIRA DA SILVA	14/02/1994	Ampla Concorrência	20,00	5,00	25,00	-	Eliminado
283000104	ROSELAINE LINO DOS SANTOS	21/02/1983	Ampla Concorrência	10,00	5,00	15,00	-	Eliminado

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	MODALIDADE	LP	RL	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
283000155	ROSINEI VIEIRA DOS SANTOS TEIXEIRA	18/04/1977	Ampla Concorrência	4,00	4,00	48,00	56,00	1º	Aprovado
283000091	NOELY SOARES VILASBOAS	15/02/1982	Ampla Concorrência	4,00	4,00	44,00	52,00	2º	Cad.Reserva
283000125	BRUNA RIGONI NIFOSSI	15/01/1990	Ampla Concorrência	2,00	2,00	40,00	44,00	3º	Cad.Reserva
283000008	ANDREIA APARECIDA AMBRÓSIO DA SILVA	30/10/1992	Ampla Concorrência	6,00	2,00	36,00	44,00	4º	Cad.Reserva

São José dos Quatro Marcos, 04 de Agosto 2023.

Jamis Silva Bolandim

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Espécie: Termo de Compromisso de Estágio Nº 47/2023. **Signatários:** pela **INTERVENIENTE,** IMPACTOS-INSTITUTO MATOGROSSENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO E SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA - IMPACTOS, pela **ESTAGIÁRIA**, **FABIANA BATISTA CEZARIO**, e pela **CONCEDENTE,** Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, **Objeto:** Estágio nas Dependências do Centro de Educação Infantil Roseli Cristina Valério. **Vigência até:** 21/03/2024. **Valor Mensal:** R$ 720,00. **Data de Assinatura:** 01/08/2023. **Jamis Silva Bolandin –** Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Espécie: Termo de Compromisso de Estágio Nº 49/2023. **Signatários:** pela **INTERVENIENTE,** IMPACTOS-INSTITUTO MATOGROSSENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO E SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA - IMPACTOS, pela **ESTAGIÁRIA**, **ELISANGELA IZIDORIO SOARES**, e pela **CONCEDENTE,** Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, **Objeto:** Estágio nas Dependências do Centro de Educação Infantil Roseli Cristina Valério. **Vigência até:** 21/03/2024. **Valor Mensal:** R$ 720,00. **Data de Assinatura:** 01/08/2023. **Jamis Silva Bolandin –** Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Espécie: Termo de Compromisso de Estágio Nº 53/2023. **Signatários:** pela **INTERVENIENTE,** FACULDADE ESTÁCIO DO PANTANAL, pela **ESTAGIÁRIA**, **MARCELA GABRIELY DE SOUZA RIBEIRO**, e pela **CONCEDENTE,** Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, **Objeto:** Estágio nas Dependências da Delegacia de Polícia Civil. **Vigência até:** 31/12/2023. **Valor Mensal:** R$ 720,00. **Data de Assinatura:** 01/08/2023. **Jamis Silva Bolandin –** Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Espécie: Termo de Compromisso de Estágio Nº 55/2023. **Signatários:** pela **INTERVENIENTE,** FACULDADE ESTÁCIO DO PANTANAL, pela **ESTAGIÁRIA**, **CAMILA GOMES EVANGELISTA**, e pela **CONCEDENTE,** Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, **Objeto:** Estágio nas Dependências do Secretaria Municipal de Saúde. **Vigência até:** 31/12/2023. **Valor Mensal:** R$ 720,00. **Data de Assinatura:** 01/08/2023. **Jamis Silva Bolandin –** Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Processo Licitatório nº 37/2023**. Credenciamento nº** 002/2023. **Contrato Nº** 46/2023. **Contratante:** Município de São José dos Quatro Marcos – MT. **CNPJ/MF:** 15.024.029/0001-80. **Contratado:** JOSECELLI KILDARE FRAGA GOMES**. CPF:** 551.109.405-68. **Objeto:** Credenciamento de leiloeiros oficiais para realização de leilões públicos em todas as suas fases, visando a alienação de bens móveis inservíveis (veículos, equipamentos diversos e outros bens inservíveis e obsoletos) que se encontram em bom estado de conservação, de propriedade da prefeitura municipal de São José dos Quatro Marcos, de acordo com o art. 328 do CTB. **Valor Global:** O leiloeiro perceberá a título de comissão o percentual de 5%, nos termos do parágrafo único do art. 24, do Decreto nº 21.981 de 1932, a ser paga pelo adquirente/arrematante, independente da natureza dos bens adquiridos/arrematados. **Vigência:** 12 (doze) meses**. Data de Assinatura:** 24 de Julho de 2023. **Fiscal do Contrato:** Claudecir Alves Feitosa. **Jamis Silva Bolandin** – Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESULTADO FINAL DA PROVA OBJETIVA

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	LP	MT	PONTOS	RESULTADO
283000117	VANESSA AZEVEDO DAS VIRGENS	Ampla Concorrência	45,00	50,00	95,00	Aprov.Obj
283000072	ISANIL RIBEIRO LEITE	Ampla Concorrência	40,00	50,00	90,00	Aprov.Obj
283000029	VALERIA PEREIRA MOTA SANTOS	Ampla Concorrência	45,00	40,00	85,00	Aprov.Obj
283000053	ANETE JACQUELINE SOMMERFELD	Ampla Concorrência	40,00	45,00	85,00	Aprov.Obj
283000027	BRUNO CARVALHO DE BARROS	Ampla Concorrência	35,00	50,00	85,00	Aprov.Obj
283000026	MICHELLE RENATA MARIM CORDEIRO ALVES	Ampla Concorrência	35,00	45,00	80,00	Aprov.Obj
283000030	FABIANE AGUSTINI CHAVES	Ampla Concorrência	35,00	45,00	80,00	Aprov.Obj
283000049	DANIELA SIMÃO DE SOUZA	Ampla Concorrência	35,00	45,00	80,00	Aprov.Obj
283000127	MARCIA CRISTINA VIEIRA ROLON	Ampla Concorrência	40,00	40,00	80,00	Aprov.Obj
283000096	LAURA APARECIDA CASTRO MAGALHÃES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	40,00	40,00	80,00	Aprov.Obj
283000151	ANA VITÓRIA DE MIRANDA GOMES	Ampla Concorrência	35,00	40,00	75,00	Aprov.Obj
283000105	SOLANGE SOUZA DA SILVA	Ampla Concorrência	35,00	40,00	75,00	Aprov.Obj
283000153	ROSENICE OLIVEIRA DE SOUZA MAXIMO	Ampla Concorrência	30,00	45,00	75,00	Aprov.Obj
283000088	ROSANA DA COSTA NOGUEIRA	Ampla Concorrência	40,00	35,00	75,00	Aprov.Obj
283000106	DANIELA REIS DE SOUSA	Ampla Concorrência	40,00	35,00	75,00	Aprov.Obj
283000126	ANA CAROLINA SANTANA DE PAULA	Ampla Concorrência	30,00	40,00	70,00	Aprov.Obj
283000078	ISABELA DA CRUZ FERNANDES	Ampla Concorrência	25,00	45,00	70,00	Aprov.Obj
283000108	JANAINA CAETANO CAMPOS	Ampla Concorrência	30,00	40,00	70,00	Aprov.Obj
283000150	ROSA ODETE GUIRELLI	Ampla Concorrência	35,00	35,00	70,00	Aprov.Obj
283000046	LIZ DAIANE CANUTO CHAVES	Ampla Concorrência	40,00	25,00	65,00	Aprov.Obj
283000136	CLAUDINEIA SANTOS DE SOUZA	Ampla Concorrência	40,00	25,00	65,00	Aprov.Obj
283000145	DARLY MIRIELLI DOS ANJOS CAMARGO	Ampla Concorrência	25,00	35,00	60,00	Aprov.Obj
283000035	LIDINÉIA DE SOUZA COSTA	Ampla Concorrência	30,00	25,00	55,00	Aprov.Obj
283000152	ELAINE APARECIDA BENTO DE SOUZA	Ampla Concorrência	20,00	35,00	55,00	Aprov.Obj
283000024	ELISANGELA DE OLIVEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	35,00	20,00	55,00	Aprov.Obj
283000131	MÁRCIA GIMENEZ VIVEIROS	Ampla Concorrência	30,00	25,00	55,00	Aprov.Obj
283000135	IRACEMA BEDONI BARTELI	Ampla Concorrência	25,00	25,00	50,00	Aprov.Obj
283000023	FLAVIA SALVIANI DA SILVA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	30,00	20,00	50,00	Aprov.Obj
283000118	VERA LUCIA RODRIGUES	Ampla Concorrência	30,00	20,00	50,00	Aprov.Obj
283000123	SILVIA VAZ BORGES	Ampla Concorrência	40,00	10,00	50,00	Aprov.Obj
283000054	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	35,00	15,00	50,00	Aprov.Obj
283000051	RAQUEL DE ALMEIDA SANCHES	Ampla Concorrência	30,00	20,00	50,00	Aprov.Obj
283000140	FABIANA BATISTA CEZARIO	Ampla Concorrência	35,00	10,00	45,00	Aprov.Obj
283000090	SARA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	30,00	15,00	45,00	Aprov.Obj
283000050	MARIA JOSÉ PEREIRA DA CONCEIÇÃO ALMEIDA	Ampla Concorrência	20,00	25,00	45,00	Aprov.Obj
283000057	CLAUDINEIA MARIA DE SOUZA	Ampla Concorrência	25,00	20,00	45,00	Aprov.Obj
283000132	VANESSA AUGUSTO DA SILVA ROSA	Ampla Concorrência	35,00	10,00	45,00	Aprov.Obj
283000040	DORILEIDE SERAFIM SILVA	Ampla Concorrência	25,00	20,00	45,00	Aprov.Obj

283000013	CLARA ELIANA BONAFE	Ampla Concorrência	25,00	15,00	40,00	Aprov.Obj
283000075	ANTONIA PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	25,00	15,00	40,00	Aprov.Obj
283000016	ROSELI AP DA SILVA PADILHA	Ampla Concorrência	15,00	25,00	40,00	Aprov.Obj
283000019	DANIELI DOS SANTOS SANTANA	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	Aprov.Obj
283000084	DERISMAR LOURENÇO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	10,00	25,00	35,00	Aprov.Obj
283000130	MARCILENE VIEIRA ROLON	Ampla Concorrência	20,00	15,00	35,00	Aprov.Obj
283000128	CRISLAINE SANTOLIN DA CRUZ	Ampla Concorrência	20,00	15,00	35,00	Aprov.Obj
283000133	JANAINA CRISTINA DE LIMA BAGATIN	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	Aprov.Obj
283000142	ELIANA APARECIDA REIS SOARES	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	Aprov.Obj
283000028	NATALIA DE ARRUDA OLIVEIRA	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	Aprov.Obj
283000103	SELMIRA BAIOCO DE ATAIDE SOUZA	Ampla Concorrência	15,00	10,00	25,00	Eliminado

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	LP	MT	PONTOS	RESULTADO
283000092	KENIA PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	20,00	5,00	25,00	Eliminado
283000104	ROSELAINE LINO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	10,00	5,00	15,00	Eliminado
283000121	CERILEIDE DE JESUS GUIMARÃES	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000014	CARLA DE ALMEIDA FERNANDES	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000012	LINDAMIR ABRAÃO DIAS	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000060	CLEIDE DA PENHA SOBRINHO RICCI	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000042	SOLIMAR APARECIDA DOS SANTOS SILVA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000033	MARENILCE VOLPI	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000148	VILMA SEVERO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000059	JEFFERSON LUIZ FONSECA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000009	JOINERY DA SILVA MORINIGA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000041	DAIANE MILA MARQUES DA SILVA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000045	POLIANA PINHO SILVA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000005	ADRIELE MENDES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000032	WANDERLEY CAMPOS PEREIRA JUNIOR	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000107	ISABELA RODRIGUES PEREIRA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000025	LAIANY MARIA DA SILVA LOPES RIBEIRO	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000010	KAMILA DODÔ GONÇALVES	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000039	GABRIELLI CRISTINA SOUZA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000017	SOPHIA MARIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	LP	RL	CE	PONTOS	RESULTADO
283000155	ROSINEI VIEIRA DOS SANTOS TEIXEIRA	Ampla Concorrência	4,00	4,00	48,00	56,00	Aprov.Obj
283000091	NOELY SOARES VILASBOAS	Ampla Concorrência	4,00	4,00	44,00	52,00	Aprov.Obj
283000008	ANDREIA APARECIDA AMBRÓSIO DA SILVA	Ampla Concorrência	6,00	2,00	36,00	44,00	Aprov.Obj
283000125	BRUNA RIGONI NIFOSSI	Ampla Concorrência	2,00	2,00	40,00	44,00	Aprov.Obj
283000065	APARECIDA DE FÁTIMA MOURÃO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	- - - - Ausente				
283000076	IVANILDA CORREA PINTO DE ARRUDA	Ampla Concorrência	- - - - Ausente				
283000102	SUELLEN ARIANE CRUZ SILVA	Ampla Concorrência	- - - - Ausente				

São José dos Quatro Marcos, 04 de Agosto 2023.

Jamis Silva Bolandim

Prefeito Municipal

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	LP	MT	PONTOS	RESULTADO
283000117	VANESSA AZEVEDO DAS VIRGENS	Ampla Concorrência	45,00	50,00	95,00	Aprov.Obj
283000072	ISANIL RIBEIRO LEITE	Ampla Concorrência	40,00	50,00	90,00	Aprov.Obj
283000029	VALERIA PEREIRA MOTA SANTOS	Ampla Concorrência	45,00	40,00	85,00	Aprov.Obj
283000053	ANETE JACQUELINE SOMMERFELD	Ampla Concorrência	40,00	45,00	85,00	Aprov.Obj
283000027	BRUNO CARVALHO DE BARROS	Ampla Concorrência	35,00	50,00	85,00	Aprov.Obj
283000026	MICHELLE RENATA MARIM CORDEIRO ALVES	Ampla Concorrência	35,00	45,00	80,00	Aprov.Obj
283000030	FABIANE AGUSTINI CHAVES	Ampla Concorrência	35,00	45,00	80,00	Aprov.Obj
283000049	DANIELA SIMÃO DE SOUZA	Ampla Concorrência	35,00	45,00	80,00	Aprov.Obj
283000127	MARCIA CRISTINA VIEIRA ROLON	Ampla Concorrência	40,00	40,00	80,00	Aprov.Obj
283000096	LAURA APARECIDA CASTRO MAGALHÃES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	40,00	40,00	80,00	Aprov.Obj
283000151	ANA VITÓRIA DE MIRANDA GOMES	Ampla Concorrência	35,00	40,00	75,00	Aprov.Obj
283000105	SOLANGE SOUZA DA SILVA	Ampla Concorrência	35,00	40,00	75,00	Aprov.Obj
283000153	ROSENICE OLIVEIRA DE SOUZA MAXIMO	Ampla Concorrência	30,00	45,00	75,00	Aprov.Obj
283000088	ROSANA DA COSTA NOGUEIRA	Ampla Concorrência	40,00	35,00	75,00	Aprov.Obj
283000106	DANIELA REIS DE SOUSA	Ampla Concorrência	40,00	35,00	75,00	Aprov.Obj
283000126	ANA CAROLINA SANTANA DE PAULA	Ampla Concorrência	30,00	40,00	70,00	Aprov.Obj
283000078	ISABELA DA CRUZ FERNANDES	Ampla Concorrência	25,00	45,00	70,00	Aprov.Obj
283000108	JANAINA CAETANO CAMPOS	Ampla Concorrência	30,00	40,00	70,00	Aprov.Obj
283000150	ROSA ODETE GUIRELLI	Ampla Concorrência	35,00	35,00	70,00	Aprov.Obj
283000046	LIZ DAIANE CANUTO CHAVES	Ampla Concorrência	40,00	25,00	65,00	Aprov.Obj
283000136	CLAUDINEIA SANTOS DE SOUZA	Ampla Concorrência	40,00	25,00	65,00	Aprov.Obj
283000145	DARLY MIRIELLI DOS ANJOS CAMARGO	Ampla Concorrência	25,00	35,00	60,00	Aprov.Obj
283000035	LIDINÉIA DE SOUZA COSTA	Ampla Concorrência	30,00	25,00	55,00	Aprov.Obj
283000152	ELAINE APARECIDA BENTO DE SOUZA	Ampla Concorrência	20,00	35,00	55,00	Aprov.Obj
283000024	ELISANGELA DE OLIVEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	35,00	20,00	55,00	Aprov.Obj
283000131	MÁRCIA GIMENEZ VIVEIROS	Ampla Concorrência	30,00	25,00	55,00	Aprov.Obj
283000135	IRACEMA BEDONI BARTELI	Ampla Concorrência	25,00	25,00	50,00	Aprov.Obj

283000023	FLAVIA SALVIANI DA SILVA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	30,00	20,00	50,00	Aprov.Obj
283000118	VERA LUCIA RODRIGUES	Ampla Concorrência	30,00	20,00	50,00	Aprov.Obj
283000123	SILVIA VAZ BORGES	Ampla Concorrência	40,00	10,00	50,00	Aprov.Obj
283000054	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	35,00	15,00	50,00	Aprov.Obj
283000051	RAQUEL DE ALMEIDA SANCHES	Ampla Concorrência	30,00	20,00	50,00	Aprov.Obj
283000140	FABIANA BATISTA CEZARIO	Ampla Concorrência	35,00	10,00	45,00	Aprov.Obj
283000090	SARA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	30,00	15,00	45,00	Aprov.Obj
283000050	MARIA JOSÉ PEREIRA DA CONCEIÇÃO ALMEIDA	Ampla Concorrência	20,00	25,00	45,00	Aprov.Obj
283000057	CLAUDINEIA MARIA DE SOUZA	Ampla Concorrência	25,00	20,00	45,00	Aprov.Obj
283000132	VANESSA AUGUSTO DA SILVA ROSA	Ampla Concorrência	35,00	10,00	45,00	Aprov.Obj
283000040	DORILEIDE SERAFIM SILVA	Ampla Concorrência	25,00	20,00	45,00	Aprov.Obj
283000013	CLARA ELIANA BONAFE	Ampla Concorrência	25,00	15,00	40,00	Aprov.Obj
283000075	ANTONIA PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	25,00	15,00	40,00	Aprov.Obj
283000016	ROSELI AP DA SILVA PADILHA	Ampla Concorrência	15,00	25,00	40,00	Aprov.Obj
283000019	DANIELI DOS SANTOS SANTANA	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	Aprov.Obj
283000084	DERISMAR LOURENÇO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	10,00	25,00	35,00	Aprov.Obj
283000130	MARCILENE VIEIRA ROLON	Ampla Concorrência	20,00	15,00	35,00	Aprov.Obj
283000128	CRISLAINE SANTOLIN DA CRUZ	Ampla Concorrência	20,00	15,00	35,00	Aprov.Obj
283000133	JANAINA CRISTINA DE LIMA BAGATIN	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	Aprov.Obj
283000142	ELIANA APARECIDA REIS SOARES	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	Aprov.Obj
283000028	NATALIA DE ARRUDA OLIVEIRA	Ampla Concorrência	25,00	10,00	35,00	Aprov.Obj
283000103	SELMIRA BAIOCO DE ATAIDE SOUZA	Ampla Concorrência	15,00	10,00	25,00	Eliminado

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	LP	MT	PONTOS	RESULTADO
283000092	KENIA PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	20,00	5,00	25,00	Eliminado
283000104	ROSELAINE LINO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	10,00	5,00	15,00	Eliminado
283000121	CERILEIDE DE JESUS GUIMARÃES	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000014	CARLA DE ALMEIDA FERNANDES	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000012	LINDAMIR ABRAÃO DIAS	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000060	CLEIDE DA PENHA SOBRINHO RICCI	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000042	SOLIMAR APARECIDA DOS SANTOS SILVA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000033	MARENILCE VOLPI	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000148	VILMA SEVERO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000059	JEFFERSON LUIZ FONSECA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000009	JOINERY DA SILVA MORINIGA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000041	DAIANE MILA MARQUES DA SILVA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000045	POLIANA PINHO SILVA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000005	ADRIELE MENDES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000032	WANDERLEY CAMPOS PEREIRA JUNIOR	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000107	ISABELA RODRIGUES PEREIRA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000025	LAIANY MARIA DA SILVA LOPES RIBEIRO	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000010	KAMILA DODÔ GONÇALVES	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000039	GABRIELLI CRISTINA SOUZA	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente
283000017	SOPHIA MARIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	-	-	-	Ausente

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	LP	RL	CE	PONTOS	RESULTADO
283000155	ROSINEI VIEIRA DOS SANTOS TEIXEIRA	Ampla Concorrência	4,00	4,00	48,00	56,00	Aprov.Obj
283000091	NOELY SOARES VILASBOAS	Ampla Concorrência	4,00	4,00	44,00	52,00	Aprov.Obj
283000008	ANDREIA APARECIDA AMBRÓSIO DA SILVA	Ampla Concorrência	6,00	2,00	36,00	44,00	Aprov.Obj
283000125	BRUNA RIGONI NIFOSSI	Ampla Concorrência	2,00	2,00	40,00	44,00	Aprov.Obj
283000065	APARECIDA DE FÁTIMA MOURÃO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	- - - - Ausente				
283000076	IVANILDA CORREA PINTO DE ARRUDA	Ampla Concorrência	- - - - Ausente				
283000102	SUELLEN ARIANE CRUZ SILVA	Ampla Concorrência	- - - - Ausente				

São José dos Quatro Marcos, 04 de Agosto 2023.

Jamis Silva Bolandim

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PREÇOS REALINHADOS

Processo Licitatório: nº 0021/2023 – Pregão Eletrônico nº 08/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°08.2023

Assinada em 28/03/2023

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos CNPJ: 15.024.029/0001-80

Fornecedor: AUTO POSTO TORINHO LTDA - CNPJ: 15.153.524/0001-90;

Objeto: **"AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS".**

Valores Unitários Realinhados Remanescentes a partir de 03 de agosto de 2023

LOTE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	VALOR (R$)
1	COMBUSTIVEL - ALCOOL, CLASSIFICACAO COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	LITRO	R$ 3,22
1	COMBUSTIVEL - OLEO DIESEL, CLASSIFICA-CAO COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	LITRO	R$ 4,83
1	GASOLINA - AUTOMOTIVA, COMUM (C), DE ACORDO COM PORTARIA TECNICA VIGENTE DA AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	LITRO	R$ 5,59
1	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10	LITRO	R$ 4,93

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 28 de março de 2023.

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Espécie: Termo de Compromisso de Estágio Nº 56/2023. **Signatários:** pela **INTERVENIENTE,** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT, pela **ESTAGIÁRIA**, **BIANCA AGUIAR TIMOTI**, e pela **CONCEDENTE,** Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, **Objeto:** Estágio nas Dependências da Delegacia de Polícia Civil. **Vigência até:** 31/12/2023. **Valor Mensal:** R$ 720,00. **Data de Assinatura:** 01/08/2023. **Jamis Silva Bolandin –** Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

JURIDICO
LEI Nº 758/2023-

LEI Nº 758 DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 1º, I DA LEI Nº 668/2021 QUE ESTABELECE SOBRE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. O inciso I do art. 1º da Lei Municipal nº 668 de 26 de Maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1°. (...)

I – O Lote de nº 01 da quadra 02, sendo: Frente 29,97m, Fundos 29,99m, Direito 43,79m, Esquerdo 43,71m. Área total: 1.311.5279m².

Art. 2°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em São Pedro da Cipa – MT, aos 03 dias do mês de Agosto de 2023.

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
LEI Nº 756/2023"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO MEDIANTE CONTRATO À EMPRESA RBR SOLUÇÕES ENGENHARIA LTDA, DE ÁREA LOCALIZADA NO DISTRITO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 756 DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO MEDIANTE CONTRATO À EMPRESA RBR SOLUÇÕES ENGENHARIA LTDA, DE ÁREA LOCALIZADA NO DISTRITO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA, COMPREENDIDA PELA QUADRA 01, LOTE: Nº 09, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Concessão de Direito Real de Uso, mediante contrato, de áreas localizadas no Distrito Industrial e Comercial do Município de São Pedro da Cipa-MT, compreendida pela Quadra 01, Lote: Nº 09, imóvel pertencentes ao Município de São Pedro da Cipa-MT, para a empresa **RBR SOLUÇÕES ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 43.529.653/0001-75, com endereço na Rua: Ceara nº 138, Rondonópolis-MT, CEP 78.705-172; representada por seu proprietário, Sr. Roberval Bastos da Rocha, brasileiro, casado,** empresário, inscrito no CPF nº. 718.790.481-91, e portador do RG nº. 14412969 SSP/MT, para instalação de empresa cujas atividades são voltadas para serviços de desenho técnico relacionados a arquitetura e engenharia, Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material, serviços de pintura e edifícios em geral, aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores, obras de alvenaria, serviços especializados para construção não especificados anteriormente.

Art. 2°. A empresa beneficiária fica obrigada a dar início às obras de construção civil do empreendimento sobre o imóvel concedido, após a formalização do Termo de Concessão de Uso, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** e **01 (um) ano** para iniciar as atividades industriais no local;

Parágrafo único. Poderá ser concedida prorrogação para início das obras de edificação em **60 (sessenta) dias**, desde que justificada pelo empreendedor por escrito, devendo ser aprovada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Art. 3º. O beneficiário deverá apresentar à Secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio os documentos relacionados a regularização e funcionamento do empreendimento/indústria.

Art. 4º. A presente concessão de uso terá vigência de **10 (dez) anos**, a contar da assinatura do termo de cessão de uso.

Art. 5º. A área objeto dessa concessão reverterá de pleno direito ao Município, independente de provocação judicial, com a sua imediata desocupação, incorporando-se as benfeitorias ao patrimônio público, independente de qualquer indenização, se:

I - Não forem cumpridos os prazos estabelecidos;

II - Por conveniência Administrativa, caso cessem as razões que justificaram a concessão;

III - Ao imóvel no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista;

IV - Não apresentação da documentação quanto a regularidade fiscal, capacidade patrimonial da empresa, projetos quanto a viabilidade econômica e capacidade de geração de empregos, que poderão ser exigidas por ato do Executivo a qualquer momento.

Art. 6°. O imóvel objeto da presente concessão de uso não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em partes.

Art. 7°. Todos os encargos financeiros para a concretização da presente concessão correrão por conta do beneficiário.

Art. 8º. Para receber a concessão de uso do imóvel descrito na presente Lei, a entidade deverá atender as seguintes disposições legais:

I – não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, bem como com a Fazenda Estadual, Federal e Dívida Ativa da União.

II – apresentar prova de que não está em débito com o Sistema de Seguridade Social (INSS e FGTS), conforme estabelece o § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para a contratação de seus funcionários, a empresa deverá dar preferência para o balcão de empregos do Município de São Pedro da Cipa-MT.

Art. 9°. Fica expressamente estabelecido que a concessão de uso do imóvel será revogada nas seguintes hipóteses:

I - não utilização do imóvel para as finalidades definidas no projeto apresentado nesta municipalidade;

II - não cumprimento dos prazos estipulados;

III - paralisação das atividades por período superior a **12 (doze) meses**;

IV - falência da empresa;

V - transferir, ceder, locar, sublocar o imóvel objeto da concessão ou autorizar seu uso por terceiros, sem prévia e expressa autorização do Município;

VI - utilizar o imóvel como moradia própria ou de terceiros;

VII – usar o imóvel para atividades amorais, político-partidárias ou religiosas;

VIII – colocar no imóvel placas, bandeiras, cartazes, inscrições ou sinais de conotação amoral, político-partidária ou religiosa; e

IX - mudar a destinação do imóvel, salvo com autorização escrita do Concedente.

§1°. A empresa enquadrada neste artigo deverá desocupar o imóvel, no prazo de **30 (trinta) dias**, sem direito a qualquer indenização, deixando a área como estava na ocasião do recebimento, sob pena de retenção das benfeitorias, também sem qualquer indenização, resguardando-se ainda o direito de perdas e danos por parte do Município na forma da Lei Civil.

§2°. Decorrido o prazo de **30 (trinta) dias** sem que o interessado retire as benfeitorias que tenha edificado, estas passam a integrar o imóvel para efeitos legais, sem direito a retenção ou indenização sob qualquer forma, revertendo-se como patrimônio do Município, inclusive perante o registro imobiliário competente.

§3º. Fica autorizado à concedente realizar vistorias de instalação e funcionamento nas dependências da empresa.

Art. 10. No caso de reversão do imóvel ao Município, observar-se-á a legislação então vigente à época.

Art. 11. Com a implantação do empreendimento sobre o imóvel que trata o artigo primeiro, inciso primeiro o mesmo deverá gerar **no mínimo 02 (dois)** novos postos de trabalho, sendo pelo menos 50% dos empregados moradores do Município de São Pedro da Cipa-MT.

Art. 12. O concessionário será responsável pelas perdas e danos causados a terceiros e ao patrimônio do concedente, na área de sua responsabilidade.

Art. 13. Durante a vigência da concessão, correrão por conta exclusiva do concessionário as despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, manutenção e limpeza da área física do imóvel.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em São Pedro da Cipa – MT, aos 03 dias do mês de Agosto de 2023.

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
LEI Nº. 755/2023-"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 1º. DA LEI Nº 723/2022 QUE ESTABELECE SOBRE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI Nº. 755 DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 1º. DA LEI Nº 723/2022 QUE ESTABELECE SOBRE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. O art. 1º da Lei Municipal nº 723 de 26 de Outubro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Concessão de Direito Real de Uso, mediante contrato, de áreas localizadas no Distrito Industrial e Comercial do Município de São Pedro da Cipa-MT, compreendida pela Quadra 01, Lote: Nº 10, imóvel pertencentes ao Município de São Pedro da Cipa-MT, para a empresa VAZ CAÇAMBAS, inscrita no CNPJ sob nº 43.025.269/0001-35, com endereço na Rua Fortaleza, Jardim Ceara, São Pedro da Cipa-MT, CEP 78.835-000; representada por seu proprietário, Sr. Carlos Henrique da Silva Furquim, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº. 051.390.571-58, e portador do RG nº. 22229906 SSP/MT, para instalação de empresa cujas atividades são voltadas para fabricação de Argamassa e Coletor de Resíduos Não-Perigosos Independente.

Art. 2°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em São Pedro da Cipa – MT, aos 03 dias do mês de Agosto de 2023.

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
LEI Nº 754/2023-"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO MEDIANTE CONTRATO À EMPRESA TORNEARIA WE, DE ÁREA LOCALIZADA NO DISTRITO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA

LEI Nº 754 DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO MEDIANTE CONTRATO À EMPRESA TORNEARIA WE, DE ÁREA LOCALIZADA NO DISTRITO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA, COMPREENDIDA PELA QUADRA 03, LOTE: Nº 02, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Concessão de Direito Real de Uso, mediante contrato, de áreas localizadas no Distrito Industrial e Comercial do Município de São Pedro da Cipa-MT, compreendida pela Quadra 03, Lote: Nº 02, imóvel pertencentes ao Município de São Pedro da Cipa-MT, para a empresa **TORNEARIA WE**, inscrita no CNPJ sob nº 45.526.763/0001-09, com endereço na rua: Caviúna nº 447 , Primavera do Leste-MT, CEP 78.850-000; representada por seu proprietário, Sr. Eurico Delfino Batista, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº. 569.547.601-10, e portador do RG nº. 892541 SSP/MT, para instalação de empresa cujas atividades são voltadas para serviços de usinagem, tornearia e solda, serão ofertados serviços de revisão e manutenção de sistema hidráulico de maquinas agrícolas e equipamentos em geral.

Art. 2°. A empresa beneficiária fica obrigada a dar início às obras de construção civil do empreendimento sobre o imóvel concedido, após a formalização do Termo de Concessão de Uso, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** e **01 (um) ano** para iniciar as atividades industriais no local;

Parágrafo único. Poderá ser concedida prorrogação para início das obras de edificação em **60 (sessenta) dias**, desde que justificada pelo empreendedor por escrito, devendo ser aprovada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Art. 3º. O beneficiário deverá apresentar à Secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio os documentos relacionados a regularização e funcionamento do empreendimento/indústria.

Art. 4º. A presente concessão de uso terá vigência de **10 (dez) anos**, a contar da assinatura do termo de cessão de uso.

Art. 5º. A área objeto dessa concessão reverterá de pleno direito ao Município, independente de provocação judicial, com a sua imediata desocupa-

ção, incorporando-se as benfeitorias ao patrimônio público, independente de qualquer indenização, se:

I - Não forem cumpridos os prazos estabelecidos;

II - Por conveniência Administrativa, caso cessem as razões que justificaram a concessão;

III - Ao imóvel no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista;

IV - Não apresentação da documentação quanto a regularidade fiscal, capacidade patrimonial da empresa, projetos quanto a viabilidade econômica e capacidade de geração de empregos, que poderão ser exigidas por ato do Executivo a qualquer momento.

Art. 6°. O imóvel objeto da presente concessão de uso não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em partes.

Art. 7°. Todos os encargos financeiros para a concretização da presente concessão correrão por conta do beneficiário.

Art. 8º. Para receber a concessão de uso do imóvel descrito na presente Lei, a entidade deverá atender as seguintes disposições legais:

I – não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, bem como com a Fazenda Estadual, Federal e Dívida Ativa da União.

II – apresentar prova de que não está em débito com o Sistema de Seguridade Social (INSS e FGTS), conforme estabelece o § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para a contratação de seus funcionários, a empresa deverá dar preferência para o balcão de empregos do Município de São Pedro da Cipa-MT.

Art. 9°. Fica expressamente estabelecido que a concessão de uso do imóvel será revogada nas seguintes hipóteses:

I - não utilização do imóvel para as finalidades definidas no projeto apresentado nesta municipalidade;

II - não cumprimento dos prazos estipulados;

III - paralisação das atividades por período superior a **12 (doze) meses**;

IV - falência da empresa;

V - transferir, ceder, locar, sublocar o imóvel objeto da concessão ou autorizar seu uso por terceiros, sem prévia e expressa autorização do Município;

VI - utilizar o imóvel como moradia própria ou de terceiros;

VII – usar o imóvel para atividades amorais, político-partidárias ou religiosas;

VIII – colocar no imóvel placas, bandeiras, cartazes, inscrições ou sinais de conotação amoral, político-partidária ou religiosa; e

IX - mudar a destinação do imóvel, salvo com autorização escrita do Concedente.

§1°. A empresa enquadrada neste artigo deverá desocupar o imóvel, no prazo de **30 (trinta) dias**, sem direito a qualquer indenização, deixando a área como estava na ocasião do recebimento, sob pena de retenção das benfeitorias, também sem qualquer indenização, resguardando-se ainda o direito de perdas e danos por parte do Município na forma da Lei Civil.

§2°. Decorrido o prazo de **30 (trinta) dias** sem que o interessado retire as benfeitorias que tenha edificado, estas passam a integrar o imóvel para efeitos legais, sem direito a retenção ou indenização sob qualquer forma, revertendo-se como patrimônio do Município, inclusive perante o registro imobiliário competente.

§3º. Fica autorizado à concedente realizar vistorias de instalação e funcionamento nas dependências da empresa.

Art. 10. No caso de reversão do imóvel ao Município, observar-se-á a legislação então vigente à época.

Art. 11. Com a implantação do empreendimento sobre o imóvel que trata o artigo primeiro, inciso primeiro o mesmo deverá gerar **no mínimo 02 (dois)** novos postos de trabalho, sendo pelo menos 50% dos empregados moradores do Município de São Pedro da Cipa-MT.

Art. 12. O concessionário será responsável pelas perdas e danos causados a terceiros e ao patrimônio do concedente, na área de sua responsabilidade.

Art. 13. Durante a vigência da concessão, correrão por conta exclusiva do concessionário as despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, manutenção e limpeza da área física do imóvel.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em São Pedro da Cipa – MT, aos 03 dias do mês de Agosto de 2023.

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022.

TERMO DE CANCELAMENTO

Referência: **Processo Licitatório nº 049/2022 - Pregão Presencial nº 013/2022.**

Objeto: **"Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviços de Locação de Sistema Administrativo de Auto Gestão Integrada para o Departamento de Frotas do Município de São Pedro da Cipa–MT."**

O Pregoeiro, em respeito aos princípios gerais de direito público, às prescrições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, procede, em nome do Município de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso e em defesa do interesse público, ao **Cancelamento do Processo Licitatório nº 049/2022, na modalidade de Pregão Presencial nº 013/2022**, considerando que o mesmo se encontra **suspenso**, conforme informado na introdução do Relatório Técnico Preliminar do TCE-MT, devidamente observado no Aviso publicado no Diário Oficial nº 28.318, de 29/08/2022 – pág. 128 e no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 4.055, Ano XVII – pág. 269, e ainda, verificado Portal de Transparência do Município de São Pedro da Cipa-MT.

Considerando que, não houve prejuízo para o erário público e não houve e nem haverá prejuízo para o interesse público. São Pedro da Cipa-MT, 02 de agosto de 2023. **MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO** - Pregoeiro

---

JURIDICO
LEI Nº 757/2023-"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 1º, DAS LEIS Nº 726/2022 E 736/2023 QUE ESTABELECE SOBRE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI Nº 757 DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 1º, DAS LEIS Nº 726/2022 E 736/2023 QUE ESTABELECE SOBRE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. O art. 1º das Leis Municipais nº 726/2022 e 736/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1°. (...)

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Concessão de Direito Real de Uso, mediante contrato, de áreas localizadas no Distrito Industrial e Comercial do Município de São Pedro da Cipa-MT, compreendida pela Quadra 02, Lote: Nº 02, imóvel pertencentes ao Município de São Pedro da Cipa-MT, para a empresa **TORNOFACCHI**, inscrita no CNPJ sob nº 37.152.190/0001-72, com endereço na AV. Presidente Dutra nº579 , São Pedro da Cipa-MT, CEP 78.835-000; representada por seu proprietário, Sr. Celio Lucio Fachiano, brasileiro, casado, empr**esário, inscrito no CPF nº. 621.200.261-49, e portador do RG nº. 936630 SSP/MT, para instalação de empresa cujas atividades são voltadas para serviços de usinagem, tornearia e solda, comércio e varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores.**

Art. 2°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em São Pedro da Cipa – MT, aos 03 dias do mês de Agosto de 2023.

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.918, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Revoga-se a Portaria nº 1406 de 13 de junho de 2023 que nomeou o servidor Dirceu Oberosler para exercer a função de Agente de Contratação e Pregoeiro, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1406 de 13 de junho de 2023, que nomeou o servidor Dirceu Oberosler, matrícula 104, para exercer a função de Agente de Contratação e Pregoeiro do município de Sorriso, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.929, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a não concessão da Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento a servidora que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

R E S O L V E:

Art. 1º Indeferir a concessão da Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento a servidora Lucilene Pereira de Lima dos Santos, matrícula 5616, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, por não preencher os requisitos previstos na Lei Complementar nº 139/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.928, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Concede Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 134/2011;

Considerando que os Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV são instrumentos de desenvolvimento e valorização do servidor, com vista à eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão dos processos de serviço dos quadros setoriais da administração;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento aos servidores vinculado ao PCCV 307/2019, abaixo mencionado:

MAT.	SERVIDOR	CARGO	CLASSE / NÍVEL ANTERIOR	CLASSE / NÍVEL ATUAL
5615	KATIA DA SILVA FRANCA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A – 03	A – 04
5613	MARCIA LUCAS DA ROCHA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	B – 03	B – 04
5611	TAYRA BENEDITA DE FIGUEIREDO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	C – 03	C – 04
5620	WERINTON NIKYSON RODRIGUES QUEIROS	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A – 03	A – 04
5608	WILLIAN GABRIEL DOS SANTOS DE LIMA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	B – 02	B – 03
5609	CLEMAIR TEREZINHA ANSELMO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A - 03	A - 04

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.927, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Concede Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento aos servidores que menciona e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 138/2011;

Considerando que os Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV são instrumentos de desenvolvimento e valorização do servidor, com vista à eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão dos processos de serviço dos quadros setoriais da administração;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento aos servidores vinculados ao PCCV 138/2011, abaixo mencionados:

MAT.	SERVIDOR	CARGO	CLASSE/ NÍVEL ANTERIOR	CLASSE/ NÍVEL ATUAL
5605	CAROLINE ALVES DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	C - 03	C - 04

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.926, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Concede Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 51 da Lei Complementar nº 139/2011;

Considerando que os Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV são instrumentos de desenvolvimento e valorização do servidor, com vista à eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão dos processos de serviço dos quadros setoriais da administração;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento, aos servidores vinculados ao PCCV 139/2011, abaixo mencionados:

MAT.	SERVIDOR	CARGO	CLASSE / NÍVEL ANTERIOR	CLASSE / NÍVEL ATUAL
4118	SOLANJE VON ANCKEN	PROF EDUC BASICA – PEDAGOGIA 20 HS	A - 03	A - 04

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 047/2023 – POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ACES - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SORRISO

FUNDAMENTO LEGAL: A presente parceria decorre do processo de Chamamento Público nº 002/2023, consoante previsão contida no artigo 23 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, e as prescrições contidas no Decreto Municipal nº 186/2017 e na Lei Municipal nº 3.335/2022 de 26/12/2022 e demais Normas vigentes.

OBJETO: O presente termo tem por objeto seleção de 01 (um) projeto que contemple a organização, promoção e execução da ornamentação no período pré-natalino para o desenvolvimento das festividades do Natal Luz 2023, no município de Sorriso-MT.

VALOR TOTAL: R$ 2.050.000,00 (dois milhões e cinquenta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22.001.23.695.0035.2145.337041.1190.1.5.00.000000– R$ 2.050.000,00

VIGÊNCIA: De 03 de agosto de 2023 à 30 de janeiro de 2024.

ASSINATURA: 03 de agosto de 2023.

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.925, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Concede Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 134/2011;

Considerando que os Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV são instrumentos de desenvolvimento e valorização do servidor, com vista à eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão dos processos de serviço dos quadros setoriais da administração;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento ao servidor vinculado ao PCCV 134/2011, abaixo mencionado:

MAT.	SERVIDOR	CARGO	CLASSE / NÍVEL ANTERIOR	CLASSE / NÍVEL ATUAL

68	ALAIR ALVES DE OLIVEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO I	D - 10	D - 11
4067	VANDERSON CUNHA DEL SENT	ARQUITETO	B - 02	B - 03

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.924, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Outorga retorno da Licença para tratar de Interesse Particular da servidora que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e;

R E S O L V E:

Art. 1º Outorgar o retorno da Licença para tratar de Interesse Particular concedida por meio da Portaria nº 521/2022 a servidora Denise Esteves Stellato, matrícula nº 2472, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Básica – Geografia 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 1º de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 04 de agosto de 2023.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.923, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Nomeia para o cargo em comissão de Assessor de Planejamento o servidor que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear Rodrigo Thibes Gonsalves, matrícula nº 12809, para o cargo em comissão de Assessor de Planejamento, lotado na Secretaria Municipal de Cidades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.922, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Exonera a pedido, o servidor que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor Rodrigo Thibes Gonsalves, matrícula nº 10882, do cargo em comissão de Coordenador de Departamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.921, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Exonera a pedido, servidora ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Stephania Susana Pratinha Delbone, matrícula nº 11212, do cargo efetivo de Professor Educação Básica Pedagogia 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 04 de agosto de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.920, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Nomeia Agente de Contratação e Pregoeiro para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear Vanderson Cunha Del Sent, matrícula 4067, para exercer a função de Agente de Contratação e Pregoeiro do município de Sorriso, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame é designado pregoeiro, com as mesmas atribuições e vedações do agente de contratação.

Art. 2º Caberá ao agente de contratação tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, com seguintes atribuições:

I - iniciar e conduzir a sessão pública da licitação e quando constatar irregularidades no edital da licitação e outros documentos produzidos na fase interna do certame, que possam prejudicar a sua condução ou acarretem alguma nulidade, suspender a licitação, com a devida justificativa, e informar à autoridade competente;

II - coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

III - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;

IV - receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;

V - receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;

VI - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

VII - coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;

VIII - verificar e julgar as condições de habilitação;

IX - conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;

X - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;

XI - receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

XII - proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;

XIII - indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;

XIV - indicar o vencedor do certame;

XV - no caso de licitação presencial, receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação, proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;

XVI - negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVII - elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;

XVIII - instruir e conduzir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta;

XIX - encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, à autoridade máxima para adjudicar o objeto e homologar a licitação;

XX - propor à autoridade máxima a revogação ou a anulação da licitação;

XXI - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XXII - manter sala apropriada para as licitações presenciais com equipamentos de áudio e vídeo em pleno funcionamento;

XXIII - inserir os dados referentes ao procedimento licitatório e/ou à contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Administração Pública na internet, e providenciar as publicações previstas em lei;

XXIV - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o Calendário Anual de Contratação, seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação, conforme inciso III, do art. 31 deste Decreto.

Parágrafo único. O agente de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução das suas funções.

Art. 3º É vedado ao agente de contratação:

I - integrar equipe de apoio em licitações em que esteja atuando na condição de agente de contratação;

II - no mesmo procedimento licitatório em que atuar nessa função, praticar atos da fase interna do certame ou outros que sejam de competência de outros agentes públicos, tais como a elaboração de termo de referência e plano de trabalho, elaboração de edital, emissão de relatório ou parecer técnico e jurídico, em respeito ao princípio da segregação de funções.

Art. 4º A função de agente de contratação terá simbologia remuneratória FG – 01, definida conforme Lei Complementar Municipal nº 134, de 28 de julho de 2011.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1° de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 046/2023 – POR INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2023

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL DE SORRISO – AES

FUNDAMENTO LEGAL A presente parceria decorre do processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 009/2023, consoante previsão contida no artigo 31, inciso II da Lei nº 13.019/2014, emenda parlamentar impositiva do vereador Mauricio Gomes - emenda nº 25, observada no orçamento público previsto na Lei Municipal nº 3.335/2022, vistas as normas e

disposições estabelecidas na Lei nº 13.019/2014 e as prescrições contidas no decreto Municipal nº 186/2017 e demais Normas vigentes.

OBJETO: O presente termo tem por objeto a realização de parceria para o repasse de recurso financeiro para ofertar cursos de capacitação com o intuito de qualificar jovens estudantes, visando a sua inserção e melhor desempenho no mercado de trabalho, lotados em deferentes setores da saúde do município, conforme detalhado no Plano de Trabalho que passa a ser parte integrante e indissociável do presente termo, conforme detalhado no Plano de Trabalho que passa a ser parte integrante e indissociável do presente termo.

VALOR TOTAL: R$ 92.500,00(noventa e dois mil e quinhentos reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.002.08.243.0038.1167.337041.10.76. 1.5.00.000000 – R$ 92.500,00 -E.I. 25

VIGÊNCIA: De 27 de julho de 2023 à 30 de janeiro de 2024.

ASSINATURA: 27 de julho de 2023.

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.930, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a não concessão da Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento a servidora que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

R E S O L V E:

Art. 1º Indeferir a concessão da Progressão Vertical por tempo de serviço e merecimento a servidora Sirley Nogueira da Cruz Moreira, matrícula 5610, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, por não preencher os requisitos previstos na Lei Complementar nº 139/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.919, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Revoga a função gratificada concedida ao servidor que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Função Gratificada FG-02, concedida ao servidor Vanderson Cunha Del Sent, matrícula nº 4067, efetivo no cargo de Arquiteto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/2023.

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/2023. A Presidente da CPL, nomeada pela Portaria nº 824/2023 de 20.04.2023, torna público que, por determinação da Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23. 01.2017, com base no Parecer Jurídico Referencial nº 409/PGM/2022**,** RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 6.165/2023. OBJETO: **CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS EM GARANTIA TÉCNICA 3ª REVISÃO POR QUILOMETRAGEM. VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FORNECIMENTO DE PEÇAS/MATERIAIS E LUBRIFICANTES DOS VEÍCULOS ÔNIBUS PLACA RRR 6J09 CHASSI 93PB82S36PC069149 RRS 5F68 CHASSI 93PB54M32PC069721, para atender demanda Secretaria Municipal de Educação, conforme previsão legal, com fulcro no art. 24 Inciso o inciso XVII da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993,através da empresa MACROPEÇAS MULTI. COMER. DE CAMINHÕES E ÔNIBUS EIRELI – CNPJ/MF nº 07.838.209/0001-78,** cujo valor total de **R$ R$ 9.212,58(nove mil duzentos e doze reais e cinquenta e oito centavos).**Tangará da Serra-MT, 04 de Agosto de 2023. **Tatiana Ávila Grigoletti – Presidente da CPL.**

SAMAE
AVISO DE ENCERRAMENTO - DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DE VALOR Nº 1005/2023/SAMAE

RATIFICO, o Procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1005/2023/SAMAE**, cujo teor e objeto é a **CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO MANUTENÇÃO DO MOTOR ELÉTRICO DE 50CV DA BOMBA DE RECALQUE DA VILA ALTA PARA O JARDIM DOS IPÊS,** pelo valor global de **R$ 5.329,00 (cinco mil, trezentos e vinte nove reais),** para o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará Da Serra - MT. Signatário do Procedimento: do **FIAT LUX ELETROTÉCNICA LTDA, inscrito no CNPJ: 45.979.649/0001-34;** Conforme consta dos pareceres da Comissão Permanente de Licitação, para que produza os desejados efeitos legais.

Tangará da Serra - MT, 04 de Agosto de 202

EDINÉIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO - SAMAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 041/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 041/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADON.º 002/2021

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor **Vander Alberto Masson,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 013/2021, publicado em 28/12/2021 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII nº. 3885 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 29/12/2021 ano 10 nº. 2357, prorrogado por meio do Edital Complementar 102/2022, publicado em 26/12/2022 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – ANO XVII nº. 4137 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 27/12/2022 ano 11 nº. 2777, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

Convoca os candidatos abaixo relacionados para que compareçam **no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP)**,vinculado a Secretaria Municipal de Educação, localizado no 1º Piso do Paço Administrativo sala 32, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho de acordo com a ordem de classificação e horário abaixo citado.**

1.1. Para Atribuição de local de trabalho: Dia 07/08/2023 as 08h00para atribuição de local de trabalho, para o cargo relacionado abaixo:

2. Após atribuição do local de trabalho os candidatos abaixo relacionados deverão comparecer **Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração,** situado no Paço Administrativo 1º Piso sala 26, localizado na Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, **para entrega dos documentos necessários para a contratação**:

CARGO: 578- AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL – ADI/AEE - ZONA URBANA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOC.	DATA DE NASCIMENTO	Nº DE ACERTOS	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
172	2904	MARCILEIA DE SOUZA MARTINS	31387829	12/02/1987	22	88	CLASSIFICADO
173	3079	PAULO ROBERTO GOMES DE LIMA	17976375	03/06/1987	22	88	CLASSIFICADO

660- PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA URBANA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	DATA DE NASCIMENTO	Nº DE ACERTOS	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
239	2824	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	20282079 SSP MT	26/04/1987	19	76	CLASSIFICADO
240	979	FERNANDA CRISTINA DOS SANTOS	18951066 SSP/MT	06/07/1987	19	76	CLASSIFICADO
241	1471	LUCINETE BENICIO ZANATTA	18627358 SSPMT	28/12/1987	19	76	CLASSIFICADO
242	2160	ROSEANE CRISTINA LEANDRO LAUERMANN	19260040	16/04/1988	19	76	CLASSIFICADO

3.O candidato deverá apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **07 e 08/08/2023**das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente**. **Documentos a serem entregues:**

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU:

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista – indígena e Motorista - zona rural:

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

i.5) Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

i.5.1) Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2022/Ano - Calendário 2021 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **https://www.receita.fazenda.gov.br/**;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

y) Foto 3X4;

3.1 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

3.2 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

3.2O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

3.4 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 3 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Agosto de 2023.

Vagner Constantino Guimarães

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 052/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022 O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT, POR MEIO DO PREFEITO SENHOR VANDER ALBERTO MASSON, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 052/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor **Vander Alberto Masson**, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 014/2022, publicado em 05/09/2022 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII nº. 4061 e Diário Oficial de Contas

de Mato Grosso em 05/09/2022 ano 11 nº. 2628, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Convoca os candidatos abaixo relacionados para comparecer na sala nº **26 do Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração,** situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT,conforme abaixo relacionados:

CARGO: 0879 – ENTREVISTADOR SOCIAL							
QTD.	**Nº INSCRIÇÃO**	**NOME DO INSCRITO**	**DOC.**	**DATA DE NASCIMENTO**	**Nº DE ACERTOS**	**TOTAL DE PONTOS**	**CLASSIFICAÇÃO**
5	177	GISELE NAIANE RIBEIRO CAMPOS LIMA	4476659	26/06/1985	17	68	CLASSIFICADO

2.Os candidatos deverão apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **07 e 08/08/2023**das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente**. **Documentos a serem entregues:**

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU:

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista – indígena e Motorista - zona rural:

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

i.5) Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

i.5.1) Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2021/Ano - Calendário 2020 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **https://www.receita.fazenda.gov.br/**;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

y) Foto 3X4;

3.1 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

3.2 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

3.2O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

3.4 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 2 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Agosto de 2023.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 349, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

DECRETO N.º 349, DE **01** DE **AGOSTO** DE **2023.**

REGULAMENTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT, A LEI FEDERAL Nº 12.305, DE 02 DE AGOSTO DE 2010, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 10.936 DE 12 DE JANEIRO DE 2022, QUE INSTITUIU A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

CONSIDERANDO o art. 63, do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;

CONSIDERANDO o §1º, do art. 23 da Lei Federal nº 12.305 de 2010 c.c art. 58 do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que determina a apresentação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS pelos Grandes Geradores no município, em periodicidade mínima de 12 meses;

DECRETA:

Art.1º Ficam regulamentados os arts. 13, 20 e 33, todos da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, quanto ao volume de resíduos sólidos gerados por Grandes Geradores, a responsabilidade pela coleta, tratamento e destinação final e disciplina o cadastramento de geradores de resíduos sólidos e a apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

§ 1º Para os fins do disposto neste Decreto, são considerados Grandes Geradores, os geradores de resíduos sólidos:

I – de saneamento básico, exceto os domiciliares e os de limpeza urbana – varrição;

II – resíduos industriais;

III – resíduos de serviços de saúde;

IV – resíduos de mineração;

V – estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos;

VI – estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos que, apesar de caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

VII – as empresas de construção civil e/ou reformas, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, que produzam mais de 50 (cinquenta) quilogramas diários de resíduos;

VIII – os responsáveis pelos terminais e outras instalações que gerem resíduos de serviços de transporte;

IX – os responsáveis por atividades agrossilvipastoris, se exigido pelo órgão competente do SISNAMA, do SNVS ou do SUASA;

X – todo e qualquer empreendimento que gere mais de 200 (duzentos) litros de resíduos por dia, mesmo que estes resíduos sejam comparados a resíduos domiciliares.

§ 2º Ficam dispensadas de apresentar o plano de gerenciamento de resíduos sólidos as microempresas e as empresas de pequeno porte a que se referem os incisos I e II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que gerem somente resíduos sólidos domiciliares ou, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 13 da Lei

nº 12.305, de 2010, que gerem resíduos sólidos equiparados aos resíduos sólidos domiciliares até o volume de duzentos litros por empreendimento por dia.

§ 3º Os resíduos resultantes das atividades dos Grandes Geradores são classificados como resíduos especiais.

§ 4º Ficam excluídos, no estabelecido do *caput* deste artigo, os geradores residenciais.

Art. 2º Os Grandes Geradores ficam obrigados a realizar o seu cadastramento junto às unidades administrativas municipais responsáveis pela atividade exercida, por meio do Sistema de Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS Digital.

§ 1º Para o cadastramento de que trata o *caput* deste artigo, o Grande Gerador deverá acessar o sistema disponível no sítio oficial do Município de Tangará da Serra e anexar os seguintes documentos:

I – Alvará de Localização e Funcionamento e/ou Sanitário;

II – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III – Cópia da cédula de identidade e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável legal;

IV – Cópia do Ato Constitutivo da Empresa;

V – Preencher o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e demais normas pertinentes, com Responsabilidade Técnica devidamente assinada e recolhida junto ao conselho profissional competente, quando houver;

VI – Cópia do contrato de prestação de serviços de gerenciamento de resíduos sólidos firmado entre o Grande Gerador com empresa prestadora devidamente habilitada para coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada;

VII – Licença de Operação (LO) da empresa responsável pela coleta, transporte e disposição final dos Resíduos Sólidos, quando aplicável.

VIII – Todas as informações solicitadas pelo Poder Público referente à natureza, ao tipo, às características e quantidades, ao gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos gerados, nos termos deste Decreto e demais normas regulamentares.

§ 2º O Grande Gerador deverá atualizar o cadastro a cada 12 (doze) meses ou quando houver alterações cadastrais e/ou nos volumes e tipos de resíduos.

Art. 3º Os Grandes Geradores deverão promover, de forma direta ou indireta, a coleta, o transporte e a destinação final ambientalmente adequada dos seus resíduos, buscando a redução na geração, nos termos da Lei nº 12.305 de 2010.

§1º Os Grandes Geradores deverão observar as regras de segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, destinação de resíduos sólidos e disposição final dos rejeitos estabelecidos pelo Poder Público, bem como dos Regulamentos Federais e Estaduais.

§2º As etapas de transbordo e tratamento se darão em conformidade com a metodologia de execução e plano de gerenciamento, em função das especificidades dos resíduos produzidos pelos Grandes Geradores.

§3ºO Grande Gerador tem corresponsabilidade pelos danos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos realizados pelas empresas prestadoras de serviço por si contratadas.

§4º É vedada a utilização da coleta seletiva municipal para o transporte de seus resíduos recicláveis, salvo termos de convênio, contrato ou similares previstos em legislação, mediante o preço público.

§5º É vedada a utilização de espaços públicos, como os ecopontos, para destinação final dos resíduos gerados por Grandes Geradores.

§6º Os materiais recicláveis segregados na origem deverão ser prioritariamente encaminhados a cooperativas ou associação de catadores devidamente reconhecidas pelo Poder Público Municipal e que atendam a legislação vigente.

Art.4° A elaboração, recepção, tramitação, análise e aprovação do PGRS será eletrônica, eliminando o atendimento presencial, por meio de plataforma para elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, o PGRS Digital.

§1º Será disponibilizado ao contribuinte e servidores públicos, no portal da prefeitura, um link para acesso ao sistema.

§2º As empresas deverão utilizar este link para elaborar o PGRS, o tipo de PGRS a ser elaborado será de acordo com o CNAE – Código Nacional de Atividade Econômica.

§3º Sob a análise do PGRS ensejará taxa de acordo com a Lei de Específica.

Art. 5º Serão emitidos e recepcionados 7 tipos de documentos de PGRS:

I – PGRS Agrossilvipastoris;

II – PGRS Comércio;

III – PGRS Construção Civil;

IV – PGRS Serviço;

V – PGRS Saúde;

VI – PGRS Indústria;

VII – PGRS Outros (associações, autarquias, autônomos, escolas, repartições públicas estaduais, federais, municipais e empresas públicas).

Art. 6º Os planos de gerenciamento de resíduos sólidos terão o seguinte conteúdo mínimo:

I – Descrição do empreendimento ou atividade;

II – Diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III – Explicitação dos responsáveis pelas etapas do gerenciamento de resíduos sólidos;

IV – Definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

V – Identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

VI – Ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VII – Metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos, reutilização e reciclagem;

VIII – Se houver, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IX – Medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

X – Relatório fotográfico de todos os setores do empreendimento em imagens coloridas com identificação (legenda);

XI – ART/RRT;

XII – MTR e CDR comprovando o transporte e destino final adequado dos resíduos, quando aplicável;

XIII – Periodicidade de sua revisão.

Art. 7° Os processos serão padronizados e distribuídos para análise entre os fiscais.

§ 1º – Os responsáveis pela recepção e análise dos PGRS serão:

I - Servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

II - Secretaria da Municipal de Saúde – Vigilância Sanitária;

III - Demais técnicos ou agentes públicos que contarem com autorização prévia e expressa da Chefia de Gabinete de cada Secretaria ou órgão equiparado na estrutura organizacional.

§ 2º Os servidores deverão efetuar o cadastramento na plataforma, informando o nome completo, CPF, e-mail e telefone para contato.

§3º Os servidores municipais serão informados por e-mail das tramitações, tanto internas (órgão da prefeitura), quanto externas (contribuintes), dos documentos de PGRS de sua exclusiva responsabilidade de análise.

§4º Competirá ao supervisor (titular ou suplente) nomeado em cada órgão, verificar e controlar, mensalmente, a realização das análises dos PGRS pelos técnicos designados.

§5º Os agentes públicos serão cadastrados pelos seus respectivos supervisores, para a realização de análise dos PGRS nos diversos setores e secretarias, bem como, por outros órgãos oficialmente autorizados pelo município.

Art. 8º O PGRS será um dos requisitos para a concessão e emissão do alvará de construção e/ou licenças ambientais dos empreendimentos com as atividades geradoras dos resíduos citados no §1° do Art 1° deste Decreto.

Parágrafo Único. A emissão de alvarás para execução de obras públicas fica condicionada à aprovação do PGRS.

Art. 9º O PGRS deverá atender ao disposto no PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, sem prejuízo a outras normas, resoluções e legislações pertinentes ao gerenciamento dos resíduos.

§1º Caberá aos responsáveis pelo PGRS manterem atualizadas e disponíveis ao órgão municipal responsável pela análise, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§2º O PGRS é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade, cabendo ao município ou ao órgão licenciador competente a aprovação do plano.

§3º Nos empreendimentos cujo licenciamento ocorrer nos níveis Estadual ou Federal, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

§4º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do PGRS caberá à autoridade municipal competente.

Art. 10 Nos casos em que for aplicável a apresentação do PGRS conforme regulamentado pela Lei, o uso do serviço de elaboração do PGRS por meio eletrônico passa a ser válido a partir da publicação deste Decreto.

Art. 11 Os empreendimentos comerciais com relação aos resíduos com logística reversa obrigatória, deverão em conjunto manter sistema de recebimento e destinação ambiental adequada para estes resíduos sem prejuízo ao poder público, que agirá apenas como parceiro e agente fiscalizador das ações.

§1º Os empreendimentos citados no caput deste artigo deverão enviar ao poder público municipal os seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

§2º Será atendido o disposto no Artigo 33 da Lei Federal nº 12.305/2010 sobre a logística reversa, o Capítulo III do Decreto 10.936 de 2022, que trata do Programa Nacional de Logística Reversa e o Decreto n° 112 de 2023, referente ao sistema de política reversa de embalagens em geral no Estado de Mato Grosso.

Art. 12 Todos os geradores, transportadores, receptores e órgãos públicos competentes deverão se enquadrar nos dispositivos deste Decreto obrigatoriamente a partir do exercício de 2024.

Art. 13 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **01** de **Agosto** de **2023**, **47º** aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 041/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 041/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADON.º 002/2021

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor **Vander Alberto Masson,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 013/2021, publicado em 28/12/2021 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII nº. 3885 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 29/12/2021 ano 10 nº. 2357, prorrogado por meio do Edital Complementar 102/2022, publicado em 26/12/2022 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – ANO XVII nº. 4137 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 27/12/2022 ano 11 nº. 2777, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

Convoca os candidatos abaixo relacionados para que compareçam **no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP)**,vinculado a Secretaria Municipal de Educação, localizado no 1º Piso do Paço Administrativo sala 32, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho de acordo com a ordem de classificação e horário abaixo citado.**

1.1. Para Atribuição de local de trabalho: Dia 07/08/2023 as 08h00para atribuição de local de trabalho, para o cargo relacionado abaixo:

2. Após atribuição do local de trabalho os candidatos abaixo relacionados deverão comparecer **Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração,** situado no Paço Administrativo 1º Piso sala 26, localizado na Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, **para entrega dos documentos necessários para a contratação**:

CARGO: 578- AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL – ADI/AEE - ZONA URBANA							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOC.	DATA DE NASCIMENTO	Nº DE ACERTOS	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO

172	2904	MARCILEIA DE SOUZA MARTINS	31387829	12/02/1987	22	88	CLASSIFICADO
173	3079	PAULO ROBERTO GOMES DE LIMA	17976375	03/06/1987	22	88	CLASSIFICADO

660- PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA URBANA							
QTD.	**NÚMERO DA INSCRIÇÃO**	**NOME DO INSCRITO**	**DOCUMENTO**	**DATA DE NASCIMENTO**	**Nº DE ACERTOS**	**TOTAL DE PONTOS**	**CLASSIFICAÇÃO**
239	2824	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	20282079 SSP MT	26/04/1987	19	76	CLASSIFICADO
240	979	FERNANDA CRISTINA DOS SANTOS	18951066 SSP/MT	06/07/1987	19	76	CLASSIFICADO
241	1471	LUCINETE BENICIO ZANATTA	18627358 SSPMT	28/12/1987	19	76	CLASSIFICADO
242	2160	ROSEANE CRISTINA LEANDRO LAUERMANN	19260040	16/04/1988	19	76	CLASSIFICADO

3.O candidato deverá apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **07 e 08/08/2023**das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente**. **Documentos a serem entregues:**

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU:

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista – indígena e Motorista - zona rural:

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

i.5) Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

i.5.1) Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2022/Ano - Calendário 2021 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **https://www.receita.fazenda.gov.br/**;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

y) Foto 3X4;

3.1 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

3.2 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

3.2O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

3.4 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 3 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Agosto de 2023.

Vagner Constantino Guimarães

Secretário Municipal de Educação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N° 085/2023

Retificação de publicação do AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N° 085/2023 - TIPO **MENOR PREÇO POR ITEM.** Objeto: **ONDE SE LÊ: REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, A FIM DE ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO, LEIA-SE:REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE EXTINTORES PREDIAIS E VEICULARES, MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização: 15 de agosto de 2023 às 09h00 horário oficial de Brasília**. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** através do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL – www.bll.org.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **03 de agosto de 2023,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4831/4897 Tangará da Serra-MT, **02 de agosto de 2023**. Joyce Keilly Gonçalves – Pregoeira – Portaria 824/GP/2023.

SINFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE TANGARÁ DA SERRA (SEMMEA) – LAC – LICENÇA AMBIENTAL POR ADESÃO E COMPROMISSO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA** – CNPJ 03.788.239/0001-66, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tangará da Serra (SEMMEA), a **LAC (Licença Ambiental por Adesão e Compromisso)** para **Projeto Executivo de Recuperação de Pavimento Asfáltico com Microrrevestimento à Frionas ruas12, 14, 15, 16, Clair Casa Nova (17), 18, "A", "B", "C", "D"e Travessa 18-A,** no bairro Jardim Esmeralda, no Município de Tangará da Serra – MT. Secretário Municipal de Infraestrutura MAGNO CÉSAR FERREIRA. Tangará da Serra – MT, 04 de Agosto de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 051/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 051/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor **Vander Alberto Masson**, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 014/2022, publicado em 05/09/2022 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII nº. 4061 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 05/09/2022 ano 11 nº. 2628, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário e

formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Convoca os candidatos abaixo relacionados para comparecer **Departamento de Recursos Humanos vinculado a Secretaria Municipal de Saúde,** situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT,conforme abaixo relacionados:

CARGO: 380 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM USF							
4	3	IANAEL BARBOSA RODRIGUES NUNES	23034963	21/05/1997	19	76	CLASSIFICADO

2.Os candidatos deverão apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **08/08/2023 e 09/08/2023** das 07h00 às 10h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente**. **Documentos a serem entregues:**

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU:

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista – indígena e Motorista - zona rural:

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

i.5) Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

i.5.1) Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2022/Ano - Calendário 2021 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **https://www.receita.fazenda.gov.br/**;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

y) Foto 3X4;

3.1 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

3.2 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

3.2O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

3.4 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 2 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Agosto de 2023

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Wellington Rossiter Bezerra

Secretário Municipal de Saúde

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PGE Nº 040/2023/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 040/2023/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MAIOR PREÇO UNITÁRIO,** tendo como objeto a **SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA OCUPAR E EXPLORAR, A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, A GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS PARA SERVIDORES DO SAMAE.** A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 17 de Agosto de 2023 (horário de Brasília - DF).** Endereço do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 04 de Agosto de 2023.

EDINÉIA G. DE S. VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

LEI ORDINÁRIA N.º 6.086, DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

LEI ORDINÁRIA N.º 6.086, DE **02** DE **AGOSTO DE 2023.**

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 6.056, DE 03 DE JULHO DE 2023.

O **PREFEITO MUNICIPAL:** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterada a Lei nº 6.056, de 03 de julho de 2023, passando a vigorar com a redação abaixo:

"Art.2º……

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO

0017 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

2320 – GESTÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL

4.4.90.00.00. 1.500.00000000 – Aplicações Diretas……R$ 50.000,00

Total da Abertura……..……R$ 50.000,00"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 02 de Agosto de 2023, 47º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

LEI ORDINÁRIA N.º 6.087, DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

LEI ORDINÁRIA N.º 6.087, DE **02** DE **AGOSTO DE 2023.**

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 6.061, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O **PREFEITO MUNICIPAL:** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterada a Lei nº 6.061, de 06 de julho de 2023, passando a vigorar com a redação abaixo:

"Art.2º……

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0015 – ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

2322 – MANUTENÇÃO DE ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.50.00.00. 1.500.00000000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos……R$ 121.000,00

Total da Abertura……..R$ 121. 000,00"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 02 de Agosto de 2023, 47º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 034/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2023

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 034/2023

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2023

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor **Vander Alberto Masson**, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos aprovados, conforme o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 013/2023, publicado em 05/06/2023 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVIII nº. 4.248 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 06/06/2023 ano 12 nº. 2993, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário do Município de Tangará da Serra-MT.

Convoca os candidatos abaixo relacionados para que compareçamno **Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração,** situado no Paço Administrativo 1º Piso sala 26, localizado na Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, **para entrega dos documentos necessários para a contratação**:

1151 - Ajudante de Serviços Gerais									
Colação	**Nº da Inscrição**	**Nome do Inscrito**	**Data de Nascimento**	**Nº de Acertos Português**	**Pontos Português**	**Nº de acertos Especifico**	**Pontos Específicos**	**Total de Pontos**	**Classificação**
32	219	SHIRLENE PEREIRA DE LUCENA	4/11/1989	9	27	13	65	92	CLASSIFICADO

2.Os candidatos deverão apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **07 e 08/08/2023**das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente**. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os documentos **(ORIGINAIS E CÓPIAS)** abaixo relacionados:

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU e SMS

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência, Curso de Transporte de Passageiro reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista e Operador de Maquinas

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência que contenha o nº do “CEP” atualizado;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2023/Ano - Calendário 2022 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **https://www.receita.fazenda.gov.br/**;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Foto 3X4;

3.1 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

3.2 Existindo desistência/eliminação do candidato ou criação de vagas, o Município promoverá tantas convocações e contratações quantas forem necessárias.

3.3 O candidato terá **02 (dois) dias de prazo**, nas datas e horários estipulados no Edital Complementar de Convocação para a entrega da documentação legal exigida no item 3, sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

3.4 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

4. Estará impedido de ser contratado o candidato que:

a) deixar de comprovar os requisitos especificados no subitem 2.;

b) tenha praticado qualquer ato desabonador da sua conduta, detectado por meio dos documentos apresentados para a contratação;

c) não comprovar compatibilidade de horários nos casos de acúmulo de cargos públicos de acordo com o artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal.

4.1 A prestação de informação falsa, falsificação ou a não entrega dos documentos eliminará o candidato do certame, a qualquer tempo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

4.2 O não comparecimento do candidato no prazo do edital de convocação e a não apresentação da documentação exigida no item 3. e alíneas no prazo legal acarretará a perda do direito à vaga.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Agosto de 2023.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 052/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022 O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT, POR MEIO DO PREFEITO SENHOR VANDER ALBERTO MASSON, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 052/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor **Vander Alberto Masson**, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 014/2022, publicado em 05/09/2022 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII nº. 4061 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 05/09/2022 ano 11 nº. 2628, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Convoca os candidatos abaixo relacionados para comparecer na sala nº **26 do Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração,** situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT,conforme abaixo relacionados:

CARGO: 0879 – ENTREVISTADOR SOCIAL							
QTD.	**Nº INSCRIÇÃO**	**NOME DO INSCRITO**	**DOC.**	**DATA DE NASCIMENTO**	**Nº DE ACERTOS**	**TOTAL DE PONTOS**	**CLASSIFICAÇÃO**
5	177	GISELE NAIANE RIBEIRO CAMPOS LIMA	4476659	26/06/1985	17	68	CLASSIFICADO

2.Os candidatos deverão apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **07 e 08/08/2023**das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente**. **Documentos a serem entregues:**

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU:

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista – indígena e Motorista - zona rural:

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

i.5) Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

i.5.1) Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2021/Ano - Calendário 2020 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **https://www.receita.fazenda.gov.br/**;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

y) Foto 3X4;

3.1 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

3.2 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

3.2O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

3.4 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 2 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Agosto de 2023.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PGE Nº 041/2023/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2023/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVA JATO, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS, IMPLEMENTOS E EQUIPAMENTOS DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.** A abertura do certame está prevista para as **09 horas do dia 18 de Agosto de 2023 (horário de Brasília - DF).** Endereço do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 04 de Agosto de 2023.

EDINEIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PGE Nº 043/2023/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2023/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR LOTE,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS EM AMOSTRAS DE ÁGUAS SUPERFICIAIS, ÁGUA TRATADA, ÁGUA DE POÇOS TUBULARES E EFLUENTES SANITÁRIOS, PARA CONTROLE DE QUALIDADE DO SAMAE, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** A abertura do certame está prevista para as **09 horas do dia 22 de Agosto de 2023 (horário de Brasília - DF). Endereço** do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 04 de Agosto de 2023.

EDINEIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

DECRETO N.º 346, DE 31 DE JULHO DE 2023.

DECRETO N.º 346,DE**31**DE**JULHO**DE **2023.**

DISPÕE SOBRE o CANCELAMENTO DE Empenho Da secretaria municipal de administração e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

CONSIDERANDO o teor do Memorando de n.º 25.104/23-1Doc, da Secretaria Municipal de Administração, solicitando o cancelamento do empenho informado neste Decreto, em razão da necessidade de Reempenho;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 36 em combinação com o Parágrafo Único do art. 92 da Lei Federal n.º 4320 de 1964, avaliando não ter ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização.

D E C R E T A:

Art. 1ºFica cancelado o seguinte empenho da Secretaria Municipal de Administração:

DATA	EMPENHO	EMPRESA	VALOR A CANCELAR R$
05/07/2022	12054	L C GUEDES EIRELI	**R$ 200,00**
TOTAL:			**R$ 200,00**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 31 de julho de 2023**, 47º** aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 070/2023.

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 070/2023. A Presidente da CPL, nomeada pela Portaria nº 824/2023 de 20.04.2023, torna público que, por determinação da Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico Referencial nº 409/PGM/2022**,** RATIFICA o Procedimento Administrativo nº6.206/2023. OBJETO: **CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃODE EMPRESAESPECIALIZADA PARAMANUTENÇÃO DEVEÍCULOS EMGARANTIA TÉCNICA1ªREVISÃO POR VENCIMENTO DEDATAS SENDO DE 06 MESES DE EMISSÃO DAS NOTASFISCAIS, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FORNECIMENTO DEPEÇAS/MATERIAIS ELUBRIFICANTES DOS VEÍCULOSÔNIBUS PLACARRP 0I91 CHASSI93PBC5P31PC070486 KM 7.449 RRO5G52 CHASSI 93PBC5P31PC070482 KM 14.096,RRX 9G37 CHASSI 93PBC5P31PC070479 KM 5.414 RRU 5I91 CHASSI93PBC5P31PC070473 KM 8.168, RRX 9G57 CHASSI 93PBC5P31PC070470 KM 7.660,para atender demanda Secretaria Municipal de Educação, conforme previsão legal, com fulcro no art. 24 Inciso o inciso XVII da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, a ser realizada pela empresa autorizada da fábrica A MACROPECAS MULTI. COMER. DE CAMINHÕES E ÔNIBUS EIRELI.** cujo valor total de **R$ 15. 163,55(quinze mil cento e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).**Tangará da Serra-MT, 04 de Agosto de 2023. **Tatiana Ávila Grigoletti – Presidente da CPL.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2023

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2023. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 068/2023, do objeto:**REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, PARA ATENDER PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SUPRIR NECESSIDADES DAS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 04.08.2023. Dalila Cristian F. Da Paz – Pregoeira - Portaria nº 824/GP/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2023.

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2023. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 072/2023, do objeto:**REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PORTADORES DE DIABETES MELLITUS INSULINO DEPENDENTE E PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE NAS UNIDADES DE FARMÁCIAS (DISTRIBUIÇÃO GRATUITA), UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA, HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, CENTRO DE SAÚDE DA MULHER, UNIDADE DE TRANSFUSÃO, SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E CENTRO DE TESTAGEM, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 04.08.2023. Janine Cristina Gruber Nogueira – Pregoeira - Portaria nº 824/GP/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 040/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 040/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADON.º 002/2021

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor **Vander Alberto Masson,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 013/2021, publicado em 28/12/2021 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII nº. 3885 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 29/12/2021 ano 10 nº. 2357, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário

na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Convoca os candidatos abaixo relacionados para comparecer **Departamento de Recursos Humanos vinculado a Secretaria Municipal de Saúde,** situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT,conforme abaixo relacionados:

CARGO: 707 – MÉDICO INTERVENCIONISTA - SAMU							
QTD.	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOCUMENTO	NASCIMENTO	ACERTOS	PROVA OBJETIVA	RESULTADO
4	138	EDOMIR MACIEL DUTRA	11451858 SESP/MT	11/05/1979	13	52	CLASSIFICADO

2.Os candidatos deverão apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **08/08/2023 e 09/08/2023** das 07h00 às 10h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente**. **Documentos a serem entregues:**

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU:

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista – indígena e Motorista - zona rural:

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

i.5) Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

i.5.1) Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2022/Ano - Calendário 2021 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **https://www.receita.fazenda.gov.br/**;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

y) Foto 3X4;

3.1 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

3.2 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

3.2O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

3.4 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 2 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Agosto de 2023**.**

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Wellington Rossiter Bezerra

Secretário Municipal de Saúde

Arielzo da Guia e Cruz

Secretario Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DE RESULTADO PP 041/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2023.

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADO PELA PORTARIA Nº. 23/2021 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO: 072/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VENCEDOR:

ANA PAULA O. WAWRZYNIAK

CNPJ: 32.510.417/0001-90

R$ 10.560,00

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 04 DE AGOSTO DE 2023.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

PREGOEIRO/OFICIAL

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DE RESULTADO PP 042/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2023.

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADO PELA PORTARIA Nº. 23/2021 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO: 073/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, TAIS COMO: SOM; PALCO; ILUMINAÇÃO E ARQUIBANCADAS; PARA REALIZAÇÃO DA EXPOTERRA- EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE TERRA NOVA DO NORTE-MT.

VENCEDOR:

CLEUSA CONRAD ROHDE OLIVEIRA EVENTOS

CNPJ: 38.827.359/0001-00

R$ 218.150,00

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 04 DE AGOSTO DE 2023.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

PREGOEIRO/OFICIAL

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DD 019/2023

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2023

OBJETO**: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISAO DE 300 HORAS DO VEICULO CAMINHÃO IVECO TECTOR 170E21, 22/23 DE COR BRANCA BANCHISA, COM PLACA RRX2D44, RENAVAN 1346916770 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.**

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos XVII da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: TORINO COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 02.416.362/0003-55

VALOR GLOBAL: R$ 2.234,89 (Dois mil duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e nove centavos)

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 04 de Agosto de 2023.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

AVISO DE ALTERAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS - Nº 001/2023

AVISO DE ALTERAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS - Nº 001/2023

A Pregoeira oficial e a Equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Torixoréu – MT tornam público com referência ao ADIAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS em virtude da necessária retificação do termo de referência e planilha do Edital de Tomada de Preços 001/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para realização de obra, consistente em iluminação pública da Avenida Dom Bosco e da pista de caminhada no contorno do quarteirão do ginásio Nilo Costa, para atender as demandas da secretaria municipal de viação e obras de Torixoréu-MT. A sessão está prevista para o dia 21 de agosto de 2023, às 08h30min horário de Brasília/DF), no Prédio da Prefeitura Municipal. O edital completo e seus anexos e retificações estão disponíveis no sítio: https://www.torixoreu.mt.gov.br/, esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail: licitacao@torixoreu.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021 das 07:00 às 13:00 (horário de Brasília/DF).

Torixoréu - MT, 02 de agosto de 2023.

GILVA MENDONÇA DE CARVALHO

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL
Fone/Fax: 66 3540-1283
Av. Curitiba, 94 – Centro – CEP: 78.543-000 – União do Sul – Mato Grosso

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Pelo presente termo, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ**, portador do RG nº ***3325-* SSP/PR e do CPF nº ***.082.539-**, denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Sra. **LUCINEIA BATISTA DO NASCIMENTO PEREIRA ROCHA**, brasileiro(a), maior, portador(a) do RG nº ***6635* SSP/MT e do CPF nº ***.581.531-**, contratada temporariamente ao cargo de ***Professora Graduada (Pedagoga)*** *– jornada de 20 horas/semanais*, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, denominada CONTRATADA, na forma do item 7 do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob N° 10/2022, firmado em 01 de fevereiro de 2022, e de conformidade com a Lei nº 437, de 27 de fevereiro de 2012;

R E S O L V E M:

I - Fica rescindido nesta data, a pedido da CONTRATADA, o Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 10/2022, assinado entre as partes supra-identificadas em 01 de fevereiro de 2022, e aditado pelo I Termo Aditivo firmado em 22 de dezembro de 2022.

II – A Contratada fará jus ao vencimento normal até a data da presente rescisão e às verbas rescisórias proporcionais previstas na Lei nº 437, de 27 de fevereiro de 2012.

Sendo assim, as partes subscrevem o presente Termo, em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo assinadas.

União do Sul, MT, 02 de agosto de 2023.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ - Prefeito Municipal

CONTRATANTE

_____

LUCINEIA BATISTA DO NASCIMENTO PEREIRA ROCHA

CONTRATADA

Testemunhas:

_____

R.G. nº.:

_____

R.G. nº.:

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL
Fone/Fax: 66 3540-1283
Av. Curitiba, 94 – Centro – CEP: 78.543-000 – União do Sul – Mato Grosso

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Pelo presente termo, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ**, portador do RG nº 57***25-0 SSP/PR e do CPF nº 784.***.***-72, denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Sra.Sr. **ANDERSON LÚCIO DO NASCIMENTO**, brasileiro(a), maior, portador(a) do RG nº 17***97-4 SSP/MT e do CPF nº 036.***.***-61, contratado temporariamente ao cargo de ***Condutor de Veículo Emergencial***, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, denominado CONTRATADO, na forma do item 7 do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob N° 16/2023, firmado em 08 de Fevereiro de 2023, e de conformidade com a Lei nº 437, de 27 de fevereiro de 2012;

R E S O L V E M:

I - Fica rescindido nesta data, a pedido do CONTRATADO, o Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 16/2023, assinado entre as partes supra-identificadas em 08 de fevereiro de 2023.

II – O Contratado fará jus ao vencimento normal até a data da presente rescisão e às verbas rescisórias proporcionais previstas na Lei nº 437, de 27 de fevereiro de 2012.

Sendo assim, as partes subscrevem o presente Termo, em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo assinadas.

União do Sul, MT, 01 de agosto de 2023.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ - Prefeito Municipal

CONTRATANTE

_____

ANDERSON LÚCIO DO NASCIMENTO

CONTRATADO

Testemunhas:

_____

R.G. nº.:

_____

R.G. nº.:

PORTARIA Nº 196/2023

PORTARIA Nº 196/2023

Data: 03/08/2023.

Dispõe sobre nomeação de candidata classificada em Concurso Público e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo disposto no inciso X, do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso I, do art. 18, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de União do Sul);

Considerando o Concurso Público referente ao Edital Nº 001/2019 de 23 de outubro de 2019, realizado nos dias 01 e 14 de dezembro de 2019, para provimento efetivo de cargos de carreira;

Considerando também a Homologação do mencionado concurso na data de 30 de dezembro de 2019;

Considerando ainda a existência de vaga nos Órgãos da Administração Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, em caráter efetivo, LUCINEIA BATISTA DO NASCIMENTO PEREIRA ROCHA, portadora do RG nº ***6635-* SSP/MT e do CPF nº ***.581.531-**, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PEDAGOGIA, com jornada de 20 horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com remuneração na forma da Lei nº 724, de 25 de setembro de 2019 e alterações posteriores.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 03 de agosto de 2023.

Registre-se e Publique-se:
União do Sul, ____/____/____
ERINEU DIESEL
Secretário de Governo

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Locação de Veículo.

Nº do Contrato: 036/2023.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: BRUNO DAROLD SPANHOLI 02135261157.

CNPJ: 44.851.578/0001-27

Objeto:O presente contrato tem como OBJETO a locação do veículo automotor de MARCA/MODELO M. BENZ/LS 1634, movido a diesel, categoria Aluguel, ano/modelo 2004-2004, cor branca, RENAVAM 00826058990, CHASSI 9BM6950524B374474, Placa ITL9H80/RS, de propriedade da **LOCADORA**, em conformidade com a descrição detalhada no contrato.

Valor Total: R$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais).

Cód. Dotações Orçamentárias:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SANEAMENTO E URBANISMO

08.002 – DIVISÃO DE TTRANSPORTE

(372) 26.782.0020.2.057–3390.39.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte: 1.5.00.000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

Vigência do Contrato: 270 dias contados da data de assinatura.

Data de assinatura: 04/08/2023.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

BRUNO DAROLD SPANHOLI

Pela Contratada.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023

A COMISSÃO DE TESTE SELETIVO da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, designada pela Portaria nº 164/2023 de 23 de junho de 2023, neste ato representada pela Presidente abaixo subscrita, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público a relação das inscrições deferidas ao Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2023.

I – A relação dos candidatos inscritos deferidos corresponde ao Anexo Único deste Edital Complementar.

II - Este Edital Complementar nº 02 ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2023 entra em vigor na data de sua publicação.

União do Sul – MT, 04 de agosto de 2023.

JOELMA VIANA DE SOUZA

Presidente da Comissão de Teste Seletivo

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023

ANEXO ÚNICO - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02/2023

RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS DEFERIDOS:

CARGO: CONDUTOR DE VEICULO EMERGENCIAL – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	113	ALAN JUNIOR FELICIANO DOS SANTOS	2854478-1 SSP/MT
002	127	ALBERTO VALTER DE SOUSA DA SILVA LIMA FILHO	240917920038 SSP/MT
003	144	CARLOS ALBERTO BARBOSA DOS SANTOS JUNIOR	16.172.954 PC/MG
004	159	FABIANO CÉSAR MONTEIRO DA SILVA	1378765-9 SSP/MT
005	162	CRISTIANE FERNANDES CAMPOS	1708647-7 SSP/MT
006	183	PETER LINCON PEREIRA GOMES	2321725-1 SSP/MT
007	188	CLAUDIMIR BOTAO DOS SANTOS	15862500 SSP/MT
008	199	EVERALDO ANTUNES DE OLIVEIRA	001002947 SSP/MS
009	206	LEONILSON MARCIO SILVA OLIVEIRA	20859740 SSP/MT
010	208	ADEMAR MARIANO	1916983-3 SSP/MT

CARGO: CONDUTOR DE VEICULO ESCOLAR – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	5	CATIANE DO LIVRAMENTO SILVA	16649412001-4 SSP/MA
002	10	JURANDIR MARTINS DOS SANTOS	315321 SSP/MS
003	16	ALYSON YAGO SIMPLICIO DE MORAES	50651947-8 SSP/SP
004	26	CLAUDINEI MIRANDA	563.858 SSP/RO
005	27	JANETE DE FATIMA DE ABREU DARSIE	3571222-8 SSP/MT
006	29	CLAUDIANO VENANCIO DE SOUZA	2418588-4 SSP/MT
007	33	VIMARIO TORQUATO GOMES	1027044-2 SS/MT
008	69	DOMINGOS FAGNER DA CONCEIÇÃO PEREIRA	031402632006-0 SSP/MA
009	80	ANANIAS MACEDO CARDOSO	1526687-7 SSP/MT
010	99	PAULO RICARDO RIBEIRO GUERINO	2350944-9 SSP/MT
011	100	ALCIDES RIBEIRO DA SILVA	1304186-0 SSP/MT
012	115	JULIO CESAR PALHAO	21479089 SSP/MT
013	117	ADILSON MINATI	1606739-8 SSP/MT
014	129	RONALDO VENANCIO DOS SANTOS	17545145 SSP/MT
015	137	CELIO DE ANDRADE	13042890 SSP/MT
016	158	WILLIAN TEIXEIRA GUIMARÃES	1918479-4 SSP/MT
017	161	ROBERTO GONÇALVES CARLOS	23509082 SSP/MT
018	195	JOAO CARLOS ALVES	1830416-8 SSP/MT
019	202	RAFAEL RIBEIRO DA SILVA	1985600-8 SSP/MT

CARGO: MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	19	SELMA MARIA GONÇALVES	3278318-3 SSP/MT
002	24	CARLA OSMILDA JAROSESKI	2450389-4 SSP/MT
003	41	JOSIANE APARECIDA DE SOUZA	21989762 SSP/MT
004	103	IGOR ANJO LEME	2655343-0 SSP/MT
005	123	LUIS ANTONIO SILVA BATISTA	24505749 SEJ/SP
006	163	JOSIELE CARDOSO PINTO	2191537-7 SSP/MT
007	185	NAICK DA SILVA DE OLIVEIRA	3507313-6 SSP/MT
008	194	MARLI APARECIDA BARBOSA	9928952.0 SSP/MT
009	197	CARLA CRISTINA DA SILVA SANTOS	3956578-5 SSP/MT
010	209	PAULA BEATRIZ NEPOMUCENA DA SILVA	15844048-2 SSP/PR

CARGO: MERENDEIRA – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	86	JACIELE MAIARA KLEM	7.594.993 SSP/SC
002	171	ELIANE APARECIDA MAGALHÃES	1605195-5 SSP/MT

CARGO: ZELADORA– Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	1	CREUZIMAR PINTO DE SOUSA	024037242003-2 SSP/MA
002	2	CRISTIANA SOARES ALEIXO	1793600-4 SSP/MT
003	4	ANA PAULA PIREZ ROCHA	2629193-2 SSP/MT
004	9	JESSICA VIANA DOS SANTOS	2450777-6 SSP/MT
005	40	FERNANDA LETICIA SILVA	4159259 SSP/PI
006	47	FLAVIANA BARROS MENDONÇA	029968992005-3 SSP/MA
007	58	ELAINE ROSA DOS SANTOS	1783467-8 SSP/MT
008	61	TATIANE CRISTINA DOS SANTOS SILVA OLIVEIRA	46.670.828.2 SSP/SP
009	63	ROSANGELA DORNEL	1897327-2 SSP/MT
010	72	SEBASTIANA APARECIDA ANJO LEMES	1238235-3 SSP/PR
011	84	LUANA CRISTINA XIMENDES SANTOS	2450664.8 SSP/MT
012	85	CLEUDIANE BRITO RIBEIRO	2782807-7 SSP/MT
013	90	VANESSA DOS SANTOS	2450525-0 SSP/MT
014	101	LEIDIANE OLIVEIRA DE JESUS DA SILVA	1034966 SSP/RO
015	111	IVANI FERREIRA ARAUJO	1925333-8 SSP/MT
016	130	ROSANA DA COSTA	1756801-3 SSP/MS
017	143	EDIVANIA PEREIRA GOMES	2450399-1 SSP/MT
018	145	MARLENE VIEIRA ALTENHOFEN	3290570-0 SSP/MT
019	155	JANIELE SILVA SOUSA	073691622021-7 SSP/MA
020	156	JESSICA PEREIRA SANTANA	2708900-2 SSP/MT
021	219	ALESSANDRA COSTA DE SOUZA	2107023-7 SSP/MT
022	221	ROSANA DOS ANJOS LEMES	1794735-9 SSP/MT

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	17	REBECA DOS SANTOS SILVA	3380990-9 SPP/MT
002	30	JULIANA MENDES TEIXEIRA	3510119-1 SSP/MT
003	75	ELISAMA DOS SANTOS	2353330-7 SSP/MT
004	104	DAIANA MIQUELE DE SOUZA	2450394-0 SSP/MT
005	148	TAINARA CANDIDO DE OLIVEIRA	2958803-0 SSP/MT
006	176	ALEXSANDER DAVID TOFOLO DOS SANTOS	13760691-7 SSP/MT

007	180	HELLEN CRISTINA BEDIN	2954163-8 SSP/MT
008	211	LUCIMARA BEMBEM MIRANDA	2066329-3 SSP/MT

CARGO: INSPETOR DE ALUNOS – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	44	RUAN PETRUS FIRINO FALCAO	3464014-2 SSP/MT
002	89	MARINEZ NOGUEIRA	1856228-0 SSP/MT
003	91	JOAO ERICK SANTOS DA SILVA	3591495-5 SSP/MT
004	92	JUREMA DE FATIMA KRAMER	1088164692 SSP/RS
005	97	DEMAIR PEREIRA SILVA	175456-3 SSP/MT
006	108	DINALDO APARECIDO ANJO LEMES	1202500-3 SSP/MT
007	124	ELIAS DA SILVA CORREA	969.365SSP/MT
008	125	MICHAEL VENANCIO DE SOUZA	2350904-0SSP/MT
009	133	LENYELSON HUGO LEITE DE SOUZA	1962945-1 SSP/MT
010	160	ALICE BEILKE	3080999778 SJS/RS
011	165	ANTONIA BIANCA DOS REIS ROCHA	044829732112-2 SSP/MA
012	187	MARIA ALICE DA CONCEIÇÃO SILVA	2703659-6 SSP/MT

CARGO: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE– Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	32	ELDA TEIXEIRA SILVA DE JESUS	755681 SSP/RO
002	43	MELISSA DA SILVA CORONIL	2803137-7 SSP/MT
003	73	IZAMARIA JORGE SOARES	023825432002-7 SSP/MA
004	96	CRISTIANE DE LOURDES DE ARAUJO	2045294-2 SSP/MT
005	102	GABRIEL VOSNIACK	3510117-2 SSP/MT
006	120	ZEQUIEL ALVES DA ROSA	1994946-4 SSP/MT
007	134	ALEX SOUSA SILVA	3.524.993 SSDS/PB
008	146	JEILANNE DA COSTA CAVALCANTE	19442157 SSP/MT
009	166	TATIANA GONÇALVES CARLOS DE LIMA	2292432-9 SSP/MT
010	172	JESSICA MARTINS ROSARIO	28031830 SSP/MT
011	177	JESSIKA MAYARA RODRIGUES ALVES DE SOUZA	2006682-1 SSP/MT
012	196	CLEIDIANA APARECIDA PEREIRA	2211222-7 SSP/MT
013	225	PATRICIA CLOTH FERREIRA	2450589-2 SSP/MT

CARGO: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS– Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	14	EDUARDO ARAUJO LOPES	2889331-0 SSP/MT
002	18	MARIA HELENA SOUSA DOS SANTOS	299616220106 SSP/MA
003	51	VALDIANO VENANCIO DE SOUZA	2184444-5 SSP/MT
004	62	WELLEN MARTINS MOTA	706.052.081.31 SSP/MT
005	65	ANDRESSA LORANY DE AGUIAR VIEIRA	3129795-1 SSP/MT
006	81	NATANAELLY PEREIRA DA SILVA ABREU	3543721-9 SSP/MT
007	88	SONIA DE FATIMA BIACO DIAS	1754507-2 SSP/MT
008	168	NATALIA NEPOMUCENA SILVA	2996310-9 SSP/MT
009	178	FATIMA LOPES DOS SANTOS	1830414-1 SSP/MT
010	192	DANIELE SILVA MAIA	2450514-5 SSP/MT
011	198	RHANYA KARLLA NUNES	3129814-1 SSP/MT
012	220	PAOLA FERNANDA DOS SANTOS PAIM	13930299-0 SESP/PR

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL– Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	007	JILVANA DE SOUZA SANTOS	2467015-4 SSP/MT
002	012	CAMILI VITORIA DA SILVA	3649224-8 SSP/MT
003	022	JEIKCIANE DA CRUZ DE OLIVEIRA	061813212017-4 SSP/MA
004	31	ROSILDA DA SILVA	1586256-9 SSP/MT
005	36	ANA PAULA MARTINS DE SOUZA	082.370.881.07
006	42	RUTE MIRIA DE JESUS DIAS	2889324-7 SSP/MT
007	45	ALINE DA SILVA	2419149-3 SSP/MT
008	46	DORALICE APARECIDA VIEIRA PINTO	1436613-4 SSP/MT
009	55	ALICE FEITOSA DE BARROS	3177829-1 SSP/MT
010	56	GABRIELA TAINA DE LIMA VAZ	2292319-5 SSP/MT
011	64	RAFAELA DORNEL SOARES	091.575.181.06 SSP/MT
012	68	AMANDA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA	6813656 SSP/MT
013	78	LETICIA DE OLIVEIRA DUTRA	3321381-0 SSP/MT
014	82	JAQUELINE ANGELA JARDIM	2450524-2 SSP/MT
015	93	AFIA GERUSA MELO DOS SANTOS RIBEIRO	003.199.894 SSP/RN
016	94	KAUANY SOARES DE MIRANDA	3542311-0 SSP/MT
017	106	BRUNA NOGUEIRA BARBOSA	2803292-6 SSP/MT
018	121	KARINA KELLY SILVERIO ARAUJO	2045276-4 SSP/MT
019	126	SUZIANE APARECIDA SANTANA	2836990-4 SSP/MT
020	136	VANIA FERRI ARAUJO	10.235.429-0 SSP/MT
021	140	LETICIA LOPES DOS SANTOS	3155776-7 SSP/MT
022	174	THALYTA VITORIA MAIA DA SILVA	3204948-0 SSP/MT
023	181	ANGELITA LIMA DA SILVA	040688782010-5 SSP/MA
024	190	MIRIAN CRUZ DOS SANTOS	3392822-3 SSP/MT
025	191	PATRICIA MARTINS FERREIRA	17933242 SSP/MT
026	224	CINTIA SANTOS GOMES	3001788-2 SSP/MT
027	226	LAISA FEITOSA BARROS	3177830-5 SSP/MT

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇAO ESPECIAL– Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	3	GABRIELLI NASCIMENTO MORELATO	3500994-2 SSP/MT
002	13	PATRICIA DA SILVA CORONIL	2629188-6 SSP/MT
003	15	ROSANGELA FERREIRA DE OLIVEIRA	2075369-1 SSP/MT
004	20	JANAINA DOS SANTOS SILVA	055763272015-5 SSP/MT
005	21	ANA SILVIA LIMA DA SILVA	2690707-0 SSP/MT
006	28	VANDERLEIA MARQUES FONSECA	2188162-6 SSP/MT
007	38	BRUNA DA SILVA BONTEMPO RAMOS LIMA	2255811-0 SSP/MT
008	49	OTAVIO DANIEL BRADAO CESAR	068.640.951.50 SSP/MT
009	59	ELAINE APARECIDA CANDIA	2143196-5 SSP/MT

010	67	GISELI LEAO DE LIMA	072.034.881.10 SSP/MT
011	71	DAIANE APARECIDA PEREIRA FERNANDES	2078769-3 SSP/MT
012	74	AMANDA SILVA SOUSA	3055116-1 SSP/MT
013	77	CRISTIANE DO LIVRAMENTO SILVA	1897264-0 SSP/MT
014	112	LUZIA MARQUES DE OLIVEIRA	2536914-8 SSP/MT
015	118	EMINNE LETICIA DA ROCHA DANTAS	061.251.551.61 SSP/MT
016	119	EMMANUELE LARISSA DA ROCHA JOVIO	3084023-6 SSP/MT
017	135	VICTOR MANUEL OLIVEIRA SANTOS	3063193-9 SSP/MT
018	153	LEILIANE XIMENDES BATISTA	2350949-0 SSP/MT
019	157	EDILENE CRISTINA MOREIRA FERREIRA	2783918-4 SSP/MT
020	164	CELINA XISTO BEZERRA	3052395-8 SSP/MT
021	182	JHEINIFER FERREIRA DA LUZ	3273010-1 SSP/MT
022	184	FABIANI FATIMA GARCEZ STIELER	1756798-0 SSP/MT
023	193	THAUANI ARAUJO DE MORAIS	3046662-8 SSP/MT
024	201	BEATRIZ TONIAL	3205371-1 SSP/MT
025	212	ERENILDA FERRAZ DE OLIVEIRA	2896913-8 SSP/MT
026	213	ANGELICA NUNES DOS SANTOS	2450528-5 SSP/MT
027	223	KAILANY LEMES BARBOZA	3129811-7 SSP/MT

CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	52	BRUNA SYCHOSKI BERNAR	15.189.562-0 SSP/PR
002	54	ROSANGELA DA SILVEIRA PAZ	2531803-9 SSP/MT
003	70	CAMILA DELGADO MELO	17291364 SSP/MT
004	76	FRANCIELI ANGELA JARDIM	046.289.091.05 SSP/MT
005	87	DANIELY CRSTINI DA SILVA MORAES	2908705-8 SSP/MT
006	210	LUCIMARA PORFILHO DOS SANTOS	2379536-0 SSP/MT

CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	53	ELEXANDRA SOUSA LIMA	862.654.312.34 SSP/MT
002	131	ANGELA DE SOUSA CUNHA	2350936-8 SSP/MT

CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	95	LUCAS LIMA SOARES	24186090 SEJSP/MT
002	132	CELIA IDALINA LAVARDA	1793245-9 SSP/MT

CARGO: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BASICA – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	6	RAFAELA LAZZERI	1624032-4 SSP/MT
002	8	PATRICIA RANDO DO NASCIMENTO	2819880-8 SSP/MT
003	11	JOILCE PARES	2421480-9 SSP/MT
004	23	ELIANE MARIA BARBIERI	007.536.921.47 SSP/MT
005	25	JOANA DARC BENTO DOS SANTOS	002.002.959 SSP/RN
006	34	MARIA APARECIDA DE CAMPOS DOS SANTOS	1170826-3 SSP/MT
007	35	VALDIVA APARECIDA DOS SANTOS	6.256.497.0 SSP/PR
008	37	LEONOR TEIXEIRA DAMIAN	0881656.5 SSP/MT
009	39	BENEDITA DE OLIVEIRA FERREIRA	12638292 SSP/PR
010	48	ROSELI BUENO RIBEIRO	3225642-6 SSP/MT
011	50	JESSICA BRADAO XAVIER	17545064 SSP/MT
012	66	ELAINE DA CRUZ SERENA	1584484-6 SSP/MT
013	79	ROSANI APARECIDA MACIEL	1730058-4 SSP/MT
014	98	JHON CLEITON RIBEIRO	2940816-4 SSP/MT
015	105	ANA CAROLINA VIEIRA DAMIAN	3256077-0 SSP/MT
016	107	FERNANDA CAMILA DE MARCH	2450621-4 SSP/MT
017	109	GRACIELI RAMOS DOS SANTOS BELLE	2282711-0 SSP/MT
018	116	FRANCIELI FERNANDA DE LIMA	5144396 SSP/MT
019	138	VERONICA FERRANTE	1650787-8 SSP/MT
020	139	ROSIANE APARECIDA PEREIRA DE LIMA	229221-3 SSP/MT
021	141	THELLER BAGATINI	1830379-0 SSP/MT
022	142	LUCINEIA BATISTA DO NASCIMENTO PEREIRA ROCHA	2306635-0 SSP MT
023	147	ADRIANA ALVES DE ABREU MOSCARDO	17570492 SSP/MT
024	149	LUCIMAR GOMES PAIÃO	3527213-9 SSP/MT
025	150	FABIANA HELFENSTEIN RAMOS	1754513-7 SSP/MT
026	151	DIRÇOM MARQUES DE OLIVEIRA	1429487-7 SSP/MT
027	152	GESSICA DANGLEI RODRIGUES BORBOSA	1694446-1 SSP/MT
028	154	CRISTIANE SARINHO GUERGOLETI	2990956-2 SSP/MT
029	167	MARLI APARECIDA CAMARGO	4.084.128-8 SSP/ PR
030	169	ROSINETE FERREIRA DA GUIA ALVES	1933119-3 SSP/MT
031	173	SILVANA MULLER	1660257-9 SSP/MT
032	175	SIMONI APARECIDA VIDAL BARBOSA	1401451-3SSP/MT
033	179	RAQUEL ALVES DE SOUZA BAGATINI	2330060-4 SSP/MT
034	186	GLAUCIA ANTONOW	1703499-0 SSP/MT
035	200	VALERIA DOS SANTOS PALHAO TONIAL	1989687-5 SSP/MT
036	203	LETICIA CAROLINE ZANIN MULLER	1989589-5 SSP/MT
037	207	REGINA JAROSESKI PENA VOLPATO	2075448-5 SSP/MT
038	214	FRANCIELE RANDO NASCIMENTO	2819895-6 SSP/MT
039	217	NAYARA CAROLINE ANDERLE	1850873-1 SSP/MT
040	218	LARIZA APARECIDA PIMENTEL	1531901-6 SSP/MT

CARGO: PSICOLOGO – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	189	DEBORA NOGUEIRA DA SILVA	1674454-3 SSP/MT

CARGO: ENFERMEIRO – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	60	AMABELE ALINE DE ALENCAR PEREIRA	2.687.480 SSP/MS
002	83	PATRICIA JACIANE GONÇALVES FEITOSA ALVES	3390966-0 SSP/MT
003	114	CINTHIA THAYNARA MAMORE DE ARRUDA	2020058-7 SSP/MT
004	122	JAQUELINE APARECIDA DA CRUZ	2887635-0 SSP/MT
005	204	POLIANA ARAUJO DA SILVA	036897182009-2 SSP/MA

006	205	NAYRANE PATRICIA DOS SANTOS LAURENTINO	16566084 SJSP/MT
007	215	LUIMAR ESTER TIS SIELSKI	6120875676 SSP/RS
008	216	GREGORI VINICIUS SOUZA PERONDI	2629232-7 SSP/MT

CARGO: ODONTÓLOGO– Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	128	MARIA ELENA ZANIN MORI UBALDINI	817146632 SSP/RS

CARGO:AUDITOR EM SAÚDE PÚBLICA– Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	170	LEOZIELLEN DE ARAUJO BARROS	20324952 SSP/MT

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	57	MAYSA TAYNA DE CARVALHO	2292341-1 SSP/MT
002	110	EUGISLAINE CARVALHO DE AGUIAR	1830380-3 SSP/MT

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL- Poder Executivo Municipal

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
001	227	LEILA NADINE SEGER	00064407-5 SSP/RO
002	228	EDER PINTO	4748279 DGPC/GO

Visto:

JOELMA VIANA DE SOUZA

Presidente da Comissão de Teste Seletivo

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL
Fone/Fax: 66 3540-1283
Av. Curitiba, 94 – Centro – CEP: 78.543-000 – União do Sul – Mato Grosso

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: 36/2023

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Fabiano Cesar Monteiro da Silva – CPF nº 003.***.***-30.

Cargo/função: Condutor de Veículo Emergencial, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base: R$ 1.754,37 por mês.

Prazo: Até 01/09/2023.

Data assinatura: 01/08/2023.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

FABIANO MONTEIRO DA SILVA

Contratado

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2023

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Proponente: ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ nº: 00.839.039/0001 - 05.

Endereço: Rua A, nº 23 – Bairro Morada do Ouro – Setor Centro Sul – CUIABÁ – MT.

Objeto: Contratação de empresa especializada em Assessoria Administrativa para **Elaboração de Provas objetivas para o** processo seletivo simplificado destinado à seleção de servidores com níveis de escolaridade de ensino fundamental incompleto, completo, ensino médio e superior, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário junto à administração no Âmbito do Poder Executivo Municipal de União do Sul – MT, conforme o Termo de Referência anexado.

Valor estimado da contratação: R$ 9.000,00 (nove mil reais), na forma do orçamento anexado.

Motivo da Dispensa de Licitação: Trata-se de Dispensa de Licitação para contratação direta da proponente acima identificada, fundamentada pelo disposto no inciso II, do art. 24, da Lei de Licitações nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018, para prestação dos serviços de Assessoria Administrativa para elaboração de provas para o processo seletivo, e por ser a proposta mais vantajosa dentre a cotação de preços realizada pela Comissão Permanente de Licitações, justifica-se esta dispensa de licitação para a contratação da proponente supra.

Razões da escolha da proponente: Por tratar-se de empresa proponente idônea, em dia com suas condições de habilitação perante a Administração Municipal, justifica-se a escolha da mesma.

Embasamento Legal: Inciso II, do art. 24, da Lei de Licitações nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018, MP n° 1.167/2023 e decretos Municipais n° 1.415/2023 e n°1.453/2023.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação sob nº 039/2023.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 04 de agosto de 2023.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

PORTARIA INTERNA Nº 14/2023.

Dispõe sobre as formas de atendimento do Projeto de Recuperação da Aprendizagem de estudantes dos anos iniciais nas turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, atribuído aos professores com aulas remanescentes no município de Vale de São Domingos para o segundo semestre do ano letivo de 2023.

Secretária Municipal de Educação de Vale de São Domingos-MT, Srª **JOSIANE MAYARA SANTOS FREITAS**,, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas e:

Considerando o direito à garantia de aprendizagem dos estudantes, nos termos da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996;

Considerando a Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021, em seu inc. IV do art. 1º, que dispõe sobre a realização de procedimento avaliativo diagnóstico sobre o padrão de aprendizagem, abrangendo estudantes por ano/série, de modo a organizar programas de recuperação, na forma remota e/ou presencial, com base nos resultados de avaliação diagnóstica;

RESOLVE

Art. 1º - A Secretaria Municipal da Educação, implementa na rede municipal de ensino o Projeto de Recuperação da Aprendizagem para estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Art. 2º - O Projeto de Recuperação da Aprendizagem tem por objetivo assegurar ao aluno o direito à recuperação contínua, de forma a garantir seu pleno desenvolvimento no processo de aprendizagem escolar.

Art. 3º - A recuperação contínua será desenvolvida no trabalho pedagógico da unidade escolar, e constituída por intervenções didáticas imediatas em horário regular do estudante, devendo:

I – Ser organizada em um planejamento bimestral, constando as ações didáticas previstas para os alunos que não atingiram os objetivos propostos, valendo-se dos relatórios pedagógicos, observação sistematizada e outros instrumentos de avaliação.

II – Os grupos serão organizados ofertando-se, no mínimo 2 (duas) horas-aula por semana para cada turma,

III – Cada agrupamento será formado por, no mínimo, 4 (quatro) estudantes, e no máximo 6 (seis) estudantes, e será organizado a partir dos resultados da avaliação diagnóstica.

Parágrafo único – a relação entre os professores titulares da classe e o professor de recuperação deverá ser pautada pelos princípios de igualdade, solidariedade, cooperação e respeito mútuo.

Art. 4 - O registro da recuperação será realizado pelo professor e ocorrerá por meio de e relatórios bimestrais.

Art. 5 – A inclusão, a continuidade ou a suspensão do estudante junto a recuperação será definida pela equipe da escola juntamente com assessora pedagógica, com base nas avaliações diagnostica.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação e Cultura de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

Josiane Mayara dos Santos Freitas

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SAO DOMINGOS
DECRETO Nº. 65/2023

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº ***GERALDO MARTINS DA SILVA***, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 07 de agosto de 2023 (segunda-feira) – em virtude do feriado municipal do padroeiro no dia 08 de agosto de 2023(terça-feira).

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Vale de São Domingos – MT, em 04 de agosto de 2023.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 45/2023

Objeto: : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO, PALCO, ILUMINAÇÃO E TENDAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT NO ENCERRAMENTO DO PROJETO BOMBEIROS DO FUTURO.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **JULIANO BALBINO DE OLIVEIRA-ME**

CNPJ: 19.457.748/0001-46

ITEM	COD SISTEMA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	002.004.209	SERVIÇO DE SOM, PRA APROXIMADAMENTE 1500 PESSOAS $¶	SV	1,00	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
2	002.004.210	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE PALCO COM MONTAGEM E DESMOTAGEM$¶	SV	1,00	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00
3	002.004.211	SERVIÇO DE ILUMIAÇÃO DE PALCO$¶	SV	1,00	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
4	002.004.212	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TENDAS 5X5$¶	SV	2,00	R$ 250,00	R$ 500,00
TOTAL						R$ 9. 500,00

VALOR : R$ 9.500,00 (Nove Mil e Quinhentos Reais).

Homologo a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta

Prefeitura Dr. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

.

Vale de São Domingos, MT, 04 de Agosto de 2023

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

PORTARIA INTERNA Nº 15/2023.

Secretária Municipal de Educação de Vale de São Domingos-MT, Srª **JOSIANE MAYARA DOS SANTOS FREITAS**, no uso de suas atribuições le-

gais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - Concedeu nos termos dos artigos 85,86,87 e 88 da Lei Municipal 703/2022, licença prêmio por assiduidade a **MARTA ARAÚJO DA SILVA ROSA**, Apoio Administrativo Educacional na função de manutenção de infraestrutura escolar da rede municipal de educação.

Art. 2º - Estabeleceu os três (03) meses de licença prêmio no período de 12 de maio de 2023 a 09 de agosto de 2023

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

_____

Josiane Mayara dos Santos Freitas

Secretária M. de Educação e Cultura

Gabinete do Secretário Municipal de Educação de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

PORTARIA INTERNA Nº 16/2023.

Secretária Municipal de Educação de Vale de São Domingos-MT, Srª JOSIANE MAYARA DOS SANTOS FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder nos termos dos artigos 85,86,87 e 88 da Lei Municipal 703/2022, licença prêmio por assiduidade a WISLEY RICARDO ROSA, Apoio Administrativo Educacional na função de transporte escolar da rede municipal de educação.

Art. 2º - Estabelece os três (03) meses de licença prêmio no período de 04 de agosto de 2023 a 01 de novembro de 2023

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

_____

Josiane Mayara Santos Freitas

Secretária M. de Educação e Cultura

Gabinete do Secretário Municipal de Educação de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, em 04 de agosto de 2023.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 45/2023

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO, PALCO, ILUMINAÇÃO E TENDAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT NO ENCERRAMENTO DO PROJETO BOMBEIROS DO FUTURO.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **JULIANO BALBINO DE OLIVEIRA-ME**

CNPJ: 19.457.748/0001-46

ITEM	COD SISTEMA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	002.004.209	SERVIÇO DE SOM, PRA APROXIMADAMENTE 1500 PESSOAS $¶	SV	1,00	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
2	002.004.210	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE PALCO COM MONTAGEM E DESMOTAGEM$¶	SV	1,00	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00
3	002.004.211	SERVIÇO DE ILUMIAÇÃO DE PALCO$¶	SV	1,00	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
4	002.004.212	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TENDAS 5X5$¶	SV	2,00	R$ 250,00	R$ 500,00
TOTAL						R$ 9.500,00

VALOR : R$ 9.500,00 (Nove Mil e Quinhentos Reais).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta Prefeitura DR. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

PUBLIQUE-SE ARQUIVE-SE

Vale de São Domingos, MT, 04 de Agosto de 2023.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 173,DE 04 DE AGOSTO DE 2.023.

Designar a Responsabilidade Técnicopelo CAPS III- Centro de Atenção Psicossocial Transtorno Mental, da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º - **Art. 1º**- Designar a Responsabilidade Técnica pelo CAPS III - Centro de Atenção Psicossocial III, a servidora**FRANCIELE BENTO DE MORAES** – Enfermeira COREN - MT507157.

Art. 2º- Esta Portaria produz efeito desde a data de 26julho de 2023.

Várzea Grande, 04 deagosto de 2.023.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 172, DE 04 DE AGOSTO DE 2.023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso L, da Lei Orgânica do Município resolve, que a Portaria nº 167, de 27 de julho de 2.023.

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria **–** Referente, a Designar a Responsabilidade pelo CAPSIII – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, da Secretaria Municipal de Saúde, publicada noJornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM/MT**,** no dia 28 de julho de 2023, pagina nº 1657,edição nº 4. 286.

Várzea Grande 04 de agostode 2023.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG/MT

ATO Nº248/2023

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Laura Cecilia de Toledo Barros, no cargo em Comissão de Coordenador DNS 4, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,a partir de 04 de agosto de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Agosto de 2023.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ADESÃO Nº 28/2023

Processo nº. 894576/2023. Adesão a Ata de Registro de Preços nº 213/2022, oriunda do Pregão Presencial nº 070/2022, que tem por objeto o Registro de preço para fornecimento de MATERIAL GRÁFICO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer conforme condições e quantitativos previstos neste Termo de Referência n.º 031/2023. A empresa proponente é a empresa FABRI GRÁFICA E CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ N.23.736.487/0001-70, o valor total de R$ 1.004.100,00 (um milhão e quatro mil e cem reais), o prazo de vigência vigorará por 12 (doze) meses. O presente documento encontra-se disponível no site http://www.varzeagrande.mt.gov.br/arquivos/100/3965. Várzea Grande-MT, 3 de agostode 2023. Silvio Aparecido Fidelis- Secretário de Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

ADESÃO Nº 27/2023

Processo nº. 898667/2023. Adesão a Ata de Registro de Preços nº 053/2022 proveniente do Pregão Presencial nº 039/2022, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual Contratação de Empresa para prestação de Serviços Especializados em Consultoria Orçamentaria, Contábil, Financeira, Patrimonial e Envio das Cargas Mensais de APLIC junto ao TCE-MT, para atender a demanda do Poder Executivo Junto ao Município de Santa Terezinha- MT, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT, Empresa **PUBLIC SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ 31.422.683/0001-07, com valor R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), o prazo de vigência vigorará por 12 (doze) meses. O presente documento encontra-se disponível no site http://www.varzeagrande.mt.gov.br/arquivos/100/3965. Várzea Grande-MT, 01 de agosto de 2023. **Silvio Aparecido Fidelis**- Secretário de Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE CHAMADA PUBLICA Nº. 06/2023–AGRICULTURA FAMILIAR

Processo n° 875684/2023. O Município de Várzea Grande-MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, com sede na Av. Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2.500 – CEP: 78.125-700 Várzea Grande/MT, representada neste ato pelo **Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**, o **Senhor Silvio Aparecido Fidelis**, torna público para conhecimento de todos os interessados que realizará **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** de **CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES, INTERESSADOS EM APRESENTAR PROPOSTA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ELABORAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/MT**, através da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº. 331/2023, conforme as especificações descritas no Edital e seus Anexos.**A** realização está prevista para o **dia 30 de agosto de 2023, às 09h30min** (horário local), no Auditório da Câmara Municipal de Várzea Grande, localizada na Avenida Alzira Santana, nº 1741, Bairro: Água Limpa - Várzea Grande – MT.O Edital completo está à disposição dos interessados na Superintendência de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Água Limpa, CEP 78.125-700, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos do interessado ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 02 de agosto de 2023.**Silvio Aparecido Fidelis,** Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

RESOLUÇÃO Nº.31/2023/CMDCA/VG-MT

Dispõe sobre a Convocação para

Membro Suplentedo Conselho Tutelar.

A **Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes de Várzea Grande - MT**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 4095/2015, faz publicar a presente Resolução para tornar público a Convocação de Membro Suplente eleita do Conselho Tutelar e,

Considerando o Pleito Eleitoral que elegeu os Conselheiros para a Gestão de 2020 a 2023;

Considerando o Ofício nº218/2023/SMAS/RH/VG – solicitando a convocação da Conselheira Suplente para substituir o Conselheiro Tutelar Titular **Vitor Francisco de Miranda Leite,** que requereu férias.

RESOLVE:

Art. 1º- Convocar para apresentação a Suplente do Conselho Tutelar nesta Municipalidade, a Conselheira Suplente eleita por ordem de classificação no dia03 de agostode 2023a22 de agosto de 2023:

JAIRA ANGELA DA SILVA

Art. 2º- Apresentação para entrega de documentos ao cargo de Conselheira Tutelar Suplente,acontecerá no setor de RH da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – Em caso de aConselheira Suplente desistir da vaga, deverá manifestar por escrito a desistência.

Art. 3º - EstaResolução entra em vigor no dia 03 de agosto de 2023.

Várzea Grande-MT03 de agostode 2023.

Diane Maria de Almeida Mendes

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

ATO Nº244/2023

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Celio dos Santos, do cargo em Comissão de Assessor Especial -DNS 3,da Secretaria Municipal de Governo,a partir de 01 de agosto de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Agosto de 2023.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº247/2023

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Marli de Jesus Arruda, na função de Diretor EMEB Emanuel Benedito de Arruda, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,a partir de 04 de agosto de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Agosto de 2023.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 165, DE 26 DE JULHO DE 2.023

Designa servidor para exercer a função Fiscal eSuplente de Fiscal ao Contrato nº 11/2020 e das outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora**,TAYANI DE CAMPOS RODRIGUES MARINHO**portadora da Cédula de Identidade RG n.1954630-0 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n. 042.935.701-01, como**FISCAL DE CONTRATO**em substituição a servidora **MARIANE MORAES**, e o servidora**ANELLA CAROLINE CAPELARI PEREZ**portadora da Cédula de Identidade RG n.17717990 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n. 045.868.711-13, como **SUPLENTE DE FISCAL**, em substituição ao servidor **ARTHUR ASSIS DE OLIVEIRA**para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº **11/2020**, cujo o objeto e a contratação da empresa **MENEGUETI E ZATTAR LTDA,** especializada para realização de audiometria e emissões otoacusticas, padronizadas pela tabela SIGTAP/SUS para atender a demanda de solicitações de toda a rede Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT.A partir do dia 01/06/2023.

Art. 2º - Caberá aos fiscais do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação.

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviçoe todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário.

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro.

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º -OSservidores ora designados declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data da assinatura do Contrato.

Várzea Grande, 26 de julho de 2023.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 220/2022

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a Senhor JOSIAS DOS SANTOS GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. 179762 SSP/ES e inscrito no CPF n. 317.521.107-06. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Aditivo encontra fundamentação legal no Artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93 e suas atualizações, ressaltando a sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei n. 8.245/91 alterada pela Lei n. 12.112/2009, Ato de Dispensa de Licitação n. 47/2022, no Termo de Contrato n. 220/2022, na devida justificativa exarada pela Secretaria, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 883584/2023. OBJETO: Este Termo tem por objeto aditar o

item 3.1 da CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, o item. 4.1 da CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, e o item 8.1 da CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, referente a locação de imóvel urbano comercial, destinado único e exclusivamente para alojar o Centro de Especialidades de Saúde – CES, e o Centro Especializado em Reabilitação – CER, no Município de Várzea Grande/MT. VALOR: O valor do aluguel mensal a ser pago pelo Locatário será de R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), importando assim, o valor global no montante de R$ 768.000,00 (setecentos e sessenta e oito mil reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 0150/01621. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento da efetivação deste Contrato ficará a cargo do LOCATÁRIO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE que, designa para este ato, como Fiscal a Senhora GESSICA FERNANDA COLNAGO DE LIMA, inscrita no CPF n. 041.297.711-75; e o Fiscal Suplente, a Senhora MARIA APARECIDA DE LIMA, inscrita no CPF n. 875.328.241-87.

DATA DE ASSINATURA: 26.07.2023

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal De Saúde

Locatário

JOSIAS DOS SANTOS GUIMARÃES

Locador

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 07/2023

Processo n° 838901/2022. Objeto: Seleção e contratação de empresas de engenharia para execuçãodo saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Rua DNER, s/nº, **Campo do Ponteio bairro: Mapim**, CEP: 78.142-661, Várzea Grande/MT, em regime de empreitada por preço global, **conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 7271/2013**.Após análise detida de todo o procedimento licitatório em apreço, bem como, de acordo com o Parecer Nº 533/2023, proferido pela Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande onde constatou-se não haver nenhuma ilegalidade, ou, desrespeito aos princípios norteadores das licitações públicas, eu, **Silvio Aparecido Fidelis**, autoridade competente da Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com base no do inciso VI do artigo 43 da lei 8666/93, **RESOLVOADJUDICAR E HOMOLOGAR** o procedimento licitatório referente a Tomada de Preços Nº. 07/2023, Processo Administrativo nº. 838901/2023, em favor da empresa: **R. GONÇALVES CARVALHO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 26.574.991/0001-00, **com o valor de R$ 2.741.538,48** (dois milhões, setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos),na forma do inciso VI do artigo 43 da lei 8666/93.Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referidaempresa.O presente documento encontra-se disponível no site: http://www.varzeagrande.mt.gov.br/arquivos/100/323... Grande – MT, 04 de agostode 2023. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

ATO Nº245/2023

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Joziane Maria da Silva, da função de Diretor EMEB Emanuel Benedito de Arruda,da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,a partir de 01 de agosto de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Agosto de 2023.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº246/2023

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Marli de Jesus Arruda, do cargo em Comissão de Coordenador DNS 4,da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,a partir de 03 de agosto de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Agosto de 2023.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO Nº 062/2023

“Abertura de crédito adicional suplementar para atender as necessidades do Poder Legislativo, com anulação de dotação no orçamento programa de 2023.”

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, na Lei Orgânica Municipal do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade e autorização contida na Lei Municipal nº. 1.523/2021.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício **Crédito Adicional Suplementar** de **R$ 400.000,00(Quatrocentos mil reais)**, para as seguintes dotações orçamentárias:

01–CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

031–LEGISLATIVO

1.000 CONSTRUÇÃO /AMPLIAÇÃO/REFORMA DA SEDE DO LEGISLATIVO

01.031.1020.2.001-3.3.90.00.00.00– 44.90.00 – Aplicações Diretas 200.000,00

2.000 FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS

31.90.00 Aplicações diretas 180.000,00

31.90.00 Aplicações diretas 20.000,00

Total Suplementação 400.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

99–RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99–RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99.999.1022.2.083-9.9.90.99.99.00– 2999 – Reserva de Contingência 400.000,00

Total Anulado 400.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vila Bela da SS. Trindade, 03 de Junho de 2023.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

PORTARIA N.392/2023

RETIFICA PORTARIA Nº 023 DE 29 DE JANEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a portaria nº. 023 de 29 de janeiro de 2020**.**

Onde se lê:

Art. 2º - A licença de que se trata o artigo anterior corresponde ao período aquisitivo de 01/04/2008 a 31/03/2013**,** tendo início **01/03/2020** e término em **31/04/2020**.

.

Ler-se-á:

Art. 2º - A licença de que se trata o artigo anterior corresponde ao período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/03/2018**,** tendo início **01/03/2020** e término em **31/04/2020**.

Art. 2º – Fica mantido os demais artigos da portaria 023/2020.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

AVISO DE CONCORRÊNCIA N. 003/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BUEIROS DUPLOS E TRIPLOS CELULARES DE CONCRETO NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, ATRAVÉS DO CONVÊNIO N°. 0917-2021 – SINFRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DE CÁLCULO E/OU DESCRITIVO, CRONOGRAMA E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS.

ABERTURA: 08:00 do dia 22/08/2023, na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT à rua Dr. Mário Corrêa, nº 452 - Centro.

Acesso ao Edital no site: https://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br... - Solicitar pelo e-mail: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA – Agente de Contratação.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 062/2021

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT** e a empresa **JAKELINE SUPEPI GEREMIAS - MEI**, na forma abaixo.

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, médico, inscrito no **CRM:** 2018 - MT, portador da Cédula de Identidade sob o RG 11xx29, SSP/MT, e do CPF 205.9xx.201-00, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, s/nº, Bairro: jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade-MT.

CONTRATADO: JAKELINE SUPEPI GEREMIAS - MEI, inscrita do CNPJ: 40.103.159/0001-56, sediada na Gleba Comunidade Nova Fortuna, s/n, zona rural da Cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT.

OBJETO: Aditivar o valor e o prazo de execução do contrato para realização de serviço de transporte Escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência e Pregão Presencial nº 062/2021**.** Fundamento: Art. 57, § 1, IV e art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula nona do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência até **08/08/2024**, nos termos da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA – Fica aditado ao **Contrato nº 062/2021** o valor de **R$ 159.120,00 (cento e cinquenta e nove mil e cento e vinte reais),** *como abaixo descrito:*

Lote	Item	DISCRIMINAÇÃO	Dias letivos	Km/ diário	Km/ total	Valor Un. R$	Valor Total R$
006	01	SERVICO DE TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL – 01 VEICULO ONIBUS COM CAPACIDADE MAXIMA DE 48 LUGARES, COM MOTORISTA, SEM AR CONDICIONADO, SEM MONITOR, INCLUSO GASTOS TRIBUTARIOS, COMBUSTIVEL E MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA; DESCRICÃO DA LINHA: SAINDO DA FAZENDA PESSOE X ESCOLA NOVA FORTUNA (IDA E VOLTA); PERCORRENDO UM TOTAL DE 136 KM DIARIOS (MATUTINO / VESPERTINO).	200	136	27.200	5.85	159.120,00
		TOTAL					**159.120,00**

CLAUSULA TERCEIRA- Para adequação do suporte orçamentário, as despesas com o presente termo aditivo, serão a seguinte:

05 – Secretaria Mun. De Educação

Unidade 03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.0166 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Ficha: 125 – 1.500/1.571/1.579

R$ 159.120,00

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor para um só fim, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, em 02 de agosto de 2023.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO CONTRATANTE	**JAKELINE SUPEPI GEREMIAS - MEI** CNPJ: 40.103.1xx/0001-56 **EMPRESA CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

ARNALDO MATUCARI SUPEPI CPF: 011.990.4xx-95 R.G: 16063xx-2 SSP/MT	ALESSANDRO S. DE SOUZA CPF: 972.790.9xx-49 R.G: 14.60xx-76 SSP/MT

PORTARIA N.394/2023

"AUTORIZA CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando os Artigos 102 a 105 da Lei Municipal 424/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão em pecúnia de **03 (três) meses** da licença-prêmio a que se faz jus ao servidor efetivo no cargo de Agente de Administrativo, **ARNALDO MATUCARI SUPEPI**,matrícula 4036, relativo ao período aquisitivo de **05/08/2017 a 04/08/2022**, com fulcro no artigo 102 e 105, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992. Com pagamento no mês de novembro, dezembro de 2023 e janeiro de 2024.

Artigo 2º – Caberá ao Departamento de Recursos Humanos consignar em folha de pagamento o valor da conversão de que trata o artigo anterior, sob a denominação **"Conversão em Pecúnia–Portaria n. 394/2023"**, observadas as formalidades e disposições legais em vigor.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 063/2021

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT** e a empresa **LAURIANO DE JESUS 02992591106**, na forma abaixo.

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, médico, inscrito no **CRM:** 2018 - MT, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116xx9, SSP/MT, e do CPF 205.977.2xx-00, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, s/nº, Bairro: jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade-MT.

CONTRATADO: LAURIANO DE JESUS 0299259xx06, inscrita do CNPJ: 21.120.390/0001-03, sediada na Rua Julião Francisco de Brito, 150, município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT.

OBJETO: Aditivar o valor e o prazo de execução do contrato para realização de serviço de transporte Escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência e Pregão Presencial nº 062/2021**.** Fundamento: Art. 57, § 1, IV e art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula nona do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência até **08/08/2024**, nos termos da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA – Fica aditado ao **Contrato nº 063/2021** o valor de **R$ R$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais),** como abaixo descrito:

Lote	Item	DISCRIMINAÇÃO	Dias letivos	Km/ diário	Km/ total	Valor Un. R$	Valor Total R$
007	01	SERVICO DE TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL – 01 VEICULO ONIBUS COM CAPACIDADE MAXIMA DE 48 LUGARES, COM MOTORISTA, SEM AR CONDICIONADO, SEM MONITOR, INCLUSO GASTOS TRIBUTARIOS, COMBUSTIVEL E MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA; DESCRIÇÃO DA LINHA: EM CARÁTER DE SUBSTITUIÇÃO, EM EVENTUAL QUEBRA DE ALGUM ÔNIBUS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT, INDEPENDENTE DA ROTA/LINHA E QUILOMETRAGEM.	200		30. 000	6,20	186. 000,00
		TOTAL					186. 000,00

CLAUSULA TERCEIRA- Para adequação do suporte orçamentário, as despesas com o presente termo aditivo, serão a seguinte:

05 – Secretaria Mun. De Educação

Unidade 03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.0166 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Ficha: 125 – 1.500/1.571/1.579

R$ 186.000,00

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor para um só fim, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, em 02 de agosto de 2023.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO CONTRATANTE	**LAURIANO DE JESUS 02992591106** CNPJ: 21.120.390/0001-03 **EMPRESA CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

ARNALDO MATUCARI SUPEPI CPF: 011.990.4xx-95 R.G: 16063xx-2 SSP/MT	ALESSANDRO S. DE SOUZA CPF: 972.790.9xx-49 R.G: 14.60xx-76 SSP/MT

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 064/2021

Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT e a empresa THIAGO FERREIRA DE SOUZA, na forma abaixo.

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, médico, inscrito no **CRM:** 2018 - MT, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116xx9, SSP/MT, e do CPF 205.977.2xx-00, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, s/nº, Bairro: jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade-MT.

CONTRATADO: THIAGO FERREIRA DE SOUZA, inscrita do CNPJ: **31.624.181/0001-50**, sediada na Rua Dr. Filó, n. 12, Vila Dermat, município de pontes e Lacerda/MT.

OBJETO: Aditivar o valor e o prazo de execução do contrato para realização de serviço de transporte Escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência e Pregão Presencial nº **062/2021.** Fundamento: Art. 57, § 1, IV e art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula nona do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência até **08/08/2024**, nos termos da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA – Fica aditado ao **Contrato nº 064/2021** o valor de ***R$* 1.169.532,00 (um milhão cento e sessenta e nove mil quinhentos e trinta e dois reais), como abaixo descrito:**

Lote	Item	DISCRIMINAÇÃO	Dias letivos	Km/ diário	Km/total	Valor Un. R$	Valor Total R$
04	01	SERVICO DE TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL – 01 VEICULO ONIBUS COM CAPACIDADE MAXIMA DE 48 LUGARES, COM MOTORISTA, SEM AR CONDICIONADO, SEM MONITOR, INCLUSO GASTOS TRIBUTARIOS, COMBUSTIVEL E MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA; DESCRIÇÃO DA LINHA: SAINDO DA FAZENDA DR. SEBASTIÃO X INDO A FAZENDA DO LUCIMAR X SITIO LUCIANO X ATÉ A “ESCOLA MUNICIPAL GLEBA GUAPORÉ”; PERCORRENDO UM TOTAL DE 168 KM DIARIOS (VESPERTINO).	200	168	33.600	6,20	208.320,00
04	02	SERVICO DE TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL – 01 VEICULO ONIBUS COM CAPACIDADE MAXIMA DE 48 LUGARES, COM MOTORISTA, SEM AR CONDICIONADO, SEM MONITOR, INCLUSO GASTOS TRIBUTARIOS, COMBUSTIVEL E MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA; DESCRIÇÃO DA LINHA: SAINDO DA FAZENDA DO SR. NEI X ZILCLÉIA X ATÉ A “ESCOLA MUNICIPAL GLEBA GUAPORÉ”; PERCORRENDO UM TOTAL DE 141 KM DIARIOS (VESPERTINO).	200	141	28.200	6,20	174.840,00
04	03	SERVICO DE TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL – 01 VEICULO ONIBUS COM CAPACIDADE MAXIMA DE 48 LUGARES, COM MOTORISTA, SEM AR CONDICIONADO, SEM MONITOR, INCLUSO GASTOS TRIBUTARIOS, COMBUSTIVEL E MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA; DESCRIÇÃO DA LINHA: SAINDO DA FAZENDA PALMITAL X FAZENDA SÃO JOSÉ X RETIRO LONGA VIRA X FINAL GLEBA CAMBARÁ X FAZENDA GAMELEIRA X “ESCOLA MUNICIPAL GLEBA GUAPORÉ”; PERCORRENDO UM TOTAL DE 158 KM DIARIOS (VESPERTINO).	200	158	31.600	6,20	195.920,00
04	04	SERVICO DE TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL – 01 VEICULO ONIBUS COM CAPACIDADE MAXIMA DE 48 LUGARES, COM MOTORISTA, SEM AR CONDICIONADO, SEM MONITOR, INCLUSO GASTOS TRIBUTARIOS, COMBUSTIVEL E MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA; DESCRIÇÃO DA LINHA: SAINDO DO ASSENTAMENTO KARLA PATRICIA X INDO AO ASSENTAMENTO MIURÁ X ATÉ A “ESCOLA MUNICIPAL CIRILA FRANCISCA DA SILVA” (PONTES E LACERDA-MT); PERCORRENDO UM TOTAL DE 150,2 KM DIARIOS (MATUTINO).	200	105,2	21.040	6,20	130.448,00
04	05	SERVICO DE TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL – 01 VEICULO ONIBUS COM CAPACIDADE MAXIMA DE 48 LUGARES, COM MOTORISTA, SEM AR CONDICIONADO, SEM MONITOR, INCLUSO GASTOS TRIBUTARIOS, COMBUSTIVEL E MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA; DESCRIÇÃO DA LINHA: SAINDO DA FAZ. BEIRA RIO ATÉ A “ESCOLA MUNICIPAL CIRILA FRANCISCA DA SILVA” (PONTES E LACERDA-MT); PERCORRENDO UM TOTAL DE 211 KM DIARIOS (VESPERTINO).	200	211	42.200	6,20	261.640,00
04	06	SERVICO DE TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL – 01 VEICULO ONIBUS COM CAPACIDADE MAXIMA DE 48 LUGARES, COM MOTORISTA, SEM AR CONDICIONADO, SEM MONITOR, INCLUSO GASTOS TRIBUTARIOS, COMBUSTIVEL E MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA; DESCRIÇÃO DA LINHA: SAINDO DA FAZ. ÁGUA DE PEÃO X PÉ DA SERRA X ATÉ A “ESCOLA MUNICIPAL CIRILA FRANCISCA DA SILVA” (PONTES E LACERDA-MT); PERCORRENDO UM TOTAL DE 175 KM DIARIOS (VESPERTINO).	200	175	35.000	6,20	217.000,00
08	01	SERVICO DE LOCACAO DE ONIBUS PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS (ZONA RURAL) - DO TIPO ONIBUS URBANO, COM MOTORISTA, COM CAPACIDADE PARA 43 PASSAGEIROS, SEM AR CONDICIONADO, INCLUSO GASTOS TRIBUTARIOS, COMBUSTIVEL E MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA; DESCRIÇÃO DA LINHA: SAINDO DA COMUNIDADE DE SÃO SIMÃO X DISTRITO DE SANTA CLARA DE MONTE CRISTO X SANTA LUZIA X ÁGUA NA BOCA X VILA BELA SS TRINDADE-MT; PERCORRENDO UM TOTAL DE 690 KM (IDA E VOLTA), UMA VEZ POR MÊS.	12	690	8.280,00	6,20	51.336,00

		TOTAL					**1.239.504,00**

CLAUSULA TERCEIRA - Para adequação do suporte orçamentário, as despesas com o presente termo aditivo, serão a seguinte:

05 – Secretaria Mun. De Educação

Unidade 03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.0166 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Ficha: 125 – 1.500/1.571/1.579

R$ 1.239.504,00

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor para um só fim, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, em 02 de agosto de 2023.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO CONTRATANTE	**THIAGO FERREIRA DE SOUZA** CNPJ: **31.624.181/0001-50** **EMPRESA CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

ARNALDO MATUCARI SUPEPI CPF: 011.990.4xx-95 R.G: 16063xx-2 SSP/MT	ALESSANDRO S. DE SOUZA CPF: 972.790.9xx-49 R.G: 14.60xx-76 SSP/MT

LEI COMPLEMENTAR Nº. 107, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

"CONCEDE AUMENTO REAL NO VENCIMENTO BASE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PERTENCENTES À CATEGORIA DA EDUCAÇÃO, VUNCULADOS AO PCCS ESTABELECIDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 066/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a aplicar aumento real no vencimento base dos servidores da Administração Pública Municipal pertencentes à categoria da educação, no seguinte percentual:

I – 7% (sete por cento) com aplicação imediata.

Art. 2º - Esta lei se aplica estritamente aos servidores de níveis fundamental, médio e superior vinculados ao Plano de Cargos, Carreira e Salários instituído pela Lei Complementar nº. 066/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução da lei serão apropriadas nas dotações constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL Nº. 072, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

"APLICA AUMENTO REAL NO VENCIMENTO BASE DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR DA PASTA EDUCACIONAL".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a aprovação da Lei Complementar Municipal nº. 107, de 04 de agosto de 2023, que autorizou a aplicação do presente aumento real no vencimento base dos servidores de nível fundamental, médio e superior, vinculados ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários instituído pela Lei Complementar Municipal nº. 066/2016;

CONSIDERANDO a máxima constante da presente Gestão em valorizar os profissionais efetivos municipais, em especial à categoria da Educação, tendo em vista sua preeminente necessidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado o aumento real no vencimento base dos servidores da Administração Pública Municipal vinculados ao PCCS instituído pela Lei Complementar Municipal nº. 066/2016, da seguinte forma:

I – 7% (sete por cento), com aplicação imediata, a todos os servidores de nível fundamental, médio e superior vinculados à Educação Municipal.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 071, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

"SUMULA: DESLIGAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (CMRF) NO ÂMBITO DESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o Decreto nº: 047, de 06 de junho de 2022 que nomeia os membros da Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana (CMRF).

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº: 13/2023/DGCL protocolada no dia 26/06/2023 à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda solicitando o desligamento do servidor Arnaldo Matucari Supepi da Comissão

Municipal de Regularização Fundiária Urbana (CMRF), conforme consta no Art. 1º, VI do Decreto Municipal 047/2022.

RESOLVE:

Art. 1º. **Deferir o pedido de desligamento do servidor** Arnaldo Matucari Supepi da Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana (CMRF).

Art. 5º.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vila da Bela da Santíssima Trindade – MT, 04 de agosto de 2023.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO MUNICIPAL

RREO 3º BIMESTRE 2023

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	184.694.700,00	184.694.700,00	13.983.432,22	7,57	42.769.671,97	23,16	141.925.028,03
RECEITAS CORRENTES	119.494.700,00	119.494.700,00	13.983.432,22	11,70	42.049.671,97	35,19	77.445.028,03
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	15.208.500,00	15.208.500,00	1.162.171,14	7,64	2.583.966,68	16,99	12.624.533,32
Impostos	14.987.000,00	14.987.000,00	1.073.084,45	7,16	2.338.153,39	15,60	12.648.846,61
Taxas	221.500,00	221.500,00	89.086,69	40,22	245.813,29	110,98	-24.313,29
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	4.901.000,00	4.901.000,00	208,11	0,00	61.240,29	1,25	4.839.759,71
Contribuições Sociais	3.651.000,00	3.651.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.651.000,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.250.000,00	1.250.000,00	208,11	0,02	61.240,29	4,90	1.188.759,71
RECEITA PATRIMONIAL	338.500,00	338.500,00	103.246,72	30,50	460.100,22	135,92	-121.600,22
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	338.500,00	338.500,00	103.246,72	30,50	460.100,22	135,92	-121.600,22
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	131.000,00	131.000,00	83.061,46	63,41	355.912,21	271,69	-224.912,21
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	26.000,00	26.000,00	83.061,46	319,47	355.912,21	1.368,89	-329.912,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	98.621.000,00	98.621.000,00	12.633.744,79	12,81	38.551.862,69	39,09	60.069.137,31
Transferências da União e de suas Entidades	38.813.000,00	38.813.000,00	3.711.203,50	9,56	14.197.888,09	36,58	24.615.111,91
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	36.689.000,00	36.689.000,00	5.075.382,60	13,83	14.036.318,03	38,26	22.652.681,97
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	23.119.000,00	23.119.000,00	3.847.158,69	16,64	10.317.656,57	44,63	12.801.343,43
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	294.700,00	294.700,00	1.000,00	0,34	36.589,88	12,42	258.110,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	236.000,00	236.000,00	1.000,00	0,42	36.589,88	15,50	199.410,12
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	48.700,00	48.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.700,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	65.200.000,00	65.200.000,00	0,00	0,00	720.000,00	1,10	64.480.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	64.200.000,00	64.200.000,00	0,00	0,00	720.000,00	1,12	63.480.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	32.070.000,00	32.070.000,00	0,00	0,00	720.000,00	2,25	31.350.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	32.130.000,00	32.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.130.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.201.000,00	5.201.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.201.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	189.895.700,00	189.895.700,00	13.983.432,22	7,36	42.769.671,97	22,52	147.126.028,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	189.895.700,00	189.895.700,00	13.983.432,22	7,36	42.769.671,97	22,52	147.126.028,03
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	189.895.700,00	189.895.700,00	13.983.432,22	7,36	42.769.671,97	22,52	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	184.943.700,00	197.985.402,34	22.612.531,15	64.381.232,21	133.604.170,13	14.422.009,22	41.927.896,41	156.057.505,93	37.070.425,54	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	102.112.000,00	105.677.126,61	14.353.355,27	51.578.856,21	54.098.270,40	13.831.260,29	40.997.332,75	64.679.793,86	36.424.218,70	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.655.500,00	51.696.960,00	7.319.331,45	20.696.768,79	31.000.191,21	7.318.251,45	20.694.785,79	31.002.174,21	20.458.878,17	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	500.000,00	0,00	100.000,00	400.000,00	0,00	156,00	499.844,00	156,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.956.500,00	53.480.166,61	7.034.023,82	30.782.087,42	22.698.079,19	6.513.008,84	20.302.390,96	33.177.775,65	15.965.184,53	
DESPESAS DE CAPITAL	78.695.000,00	88.432.985,73	8.259.175,88	12.802.376,00	75.630.609,73	590.748,93	930.563,66	87.502.422,07	646.206,84	
INVESTIMENTOS	78.015.000,00	87.813.485,73	8.259.175,88	12.622.376,00	75.191.109,73	568.958,86	817.927,50	86.995.558,23	533.570,68	
INVERSÕES FINANCEIRAS	100.000,00	39.500,00	0,00	0,00	39.500,00	0,00	0,00	39.500,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	580.000,00	580.000,00	0,00	180.000,00	400.000,00	21.790,07	112.636,16	467.363,84	112.636,16	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.136.700,00	3.875.290,00			3.875.290,00			3.875.290,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.952.000,00	4.998.300,00	759.458,44	2.091.784,78	2.906.515,22	759.458,44	2.091.784,78	2.906.515,22	1.701.788,85	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	189.895.700,00	202.983.702,34	23.371.989,59	66.473.016,99	136.510.685,35	15.181.467,66	44.019.681,19	158.964.021,15	38.772.214,39	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	189.895.700,00	202.983.702,34	23.371.989,59	66.473.016,99	136.510.685,35	15.181.467,66	44.019.681,19	158.964.021,15	38.772.214,39	
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		3.997.457,58	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	189.895.700,00	202.983.702,34	23.371.989,59	66.473.016,99		15.181.467,66	44.019.681,19		42.769.671,97	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.201.000,00	5.201.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.201.000,00
RECEITAS CORRENTES	5.201.000,00	5.201.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.201.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	5.201.000,00	5.201.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.201.000,00
Contribuições Sociais	5.201.000,00	5.201.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.201.000,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

Documento gerado em 02/08/2023 19:49:33

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.952.000,00	4.998.300,00	759.458,44	2.091.784,78	2.906.515,22	759.458,44	2.091.784,78	2.906.515,22	1.701.788,85	
DESPESAS CORRENTES	4.952.000,00	4.998.300,00	759.458,44	2.091.784,78	2.906.515,22	759.458,44	2.091.784,78	2.906.515,22	1.701.788,85	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.952.000,00	4.998.300,00	759.458,44	2.091.784,78	2.906.515,22	759.458,44	2.091.784,78	2.906.515,22	1.701.788,85	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa									
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	184.943.700,00	197.985.402,34	22.612.531,15	64.381.232,21	96,85	133.604.170,13	14.422.009,22	41.927.896,41	95,25	156.057.505,93	
Legislativa	3.921.000,00	3.921.000,00				3.921.000,00				3.921.000,00	
Ação Legislativa	3.921.000,00	3.921.000,00				3.921.000,00				3.921.000,00	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	20.920.400,00	20.482.650,00	3.897.609,25	12.157.382,92	18,29	8.325.267,08	2.957.542,57	8.554.091,34	19,43	11.928.558,66	
Planejamento e Orçamento	365.000,00	365.000,00	71.503,16	202.361,93	0,30	162.638,07	71.503,16	202.361,93	0,46	162.638,07	
FU04 - Administração Geral	19.698.400,00	19.550.350,00	3.826.106,09	11.946.620,99	17,97	7.603.729,01	2.886.039,41	8.343.329,41	18,95	11.207.020,59	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	150.000,00	70.000,00		8.400,00	0,01	61.600,00		8.400,00	0,02	61.600,00	
Administração de Receitas	657.000,00	477.300,00				477.300,00				477.300,00	
Administração de Concessões											
Comunicação Social	50.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	6.618.500,00	7.129.810,00	765.959,83	2.197.668,00	3,31	4.932.142,00	528.175,65	1.586.196,02	3,60	5.543.613,98	
Assistência ao Idoso	100.000,00	5.455,00				5.455,00				5.455,00	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.985.000,00	1.880.955,08	37.184,00	116.169,71	0,17	1.764.785,37	29.684,00	108.669,71	0,25	1.772.285,37	
Assistência Comunitária	4.533.500,00	5.243.399,92	728.775,83	2.081.498,29	3,13	3.161.901,63	498.491,65	1.477.526,31	3,36	3.765.873,61	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	5.885.000,00	5.885.000,00				5.885.000,00				5.885.000,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	5.885.000,00	5.885.000,00				5.885.000,00				5.885.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	30.670.000,00	31.135.400,00	3.902.446,11	15.131.012,91	22,76	16.004.387,09	3.961.471,35	11.168.546,11	25,37	19.966.853,89	
Atenção Básica	19.056.000,00	18.926.700,00	2.787.265,88	9.372.436,10	14,10	9.554.263,90	2.989.028,55	8.048.584,22	18,28	10.878.115,78	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.316.000,00	10.207.000,00	942.529,38	5.292.018,72	7,96	4.914.981,28	813.532,95	2.687.432,86	6,11	7.519.567,14	
Suporte Profilático e Terapêutico	455.000,00	455.000,00	73.052,00	116.687,00	0,18	338.313,00	59.311,00	82.657,94	0,19	372.342,06	
Vigilância Sanitária	495.000,00	454.700,00		39.955,00	0,06	414.745,00		39.955,00	0,09	414.745,00	
Vigilância Epidemiológica	583.000,00	593.000,00	95.815,83	273.462,26	0,41	319.537,74	95.815,83	273.462,26	0,62	319.537,74	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	739.000,00	493.000,00	3.783,02	36.453,83	0,05	456.546,17	3.783,02	36.453,83	0,08	456.546,17	
FU10 - Demais Subfunções	26.000,00	6.000,00				6.000,00				6.000,00	
Trabalho	950.000,00	950.000,00		950.000,00	1,43		135.122,53	419.094,65	0,95	530.905,35	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	950.000,00	950.000,00		950.000,00	1,43		135.122,53	419.094,65	0,95	530.905,35	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	37.484.000,00	45.124.000,00	12.096.232,34	22.283.165,54	33,52	22.840.834,46	5.179.022,14	14.103.274,25	32,04	31.020.725,75	
Ensino Fundamental	25.702.500,00	33.494.884,99	11.026.822,93	18.390.683,79	27,67	15.104.201,20	4.030.304,04	10.393.049,29	23,61	23.101.835,70	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	50.000,00										
Educação Infantil	11.436.500,00	11.332.478,85	1.056.270,91	3.763.196,83	5,66	7.569.282,02	1.129.829,19	3.595.301,72	8,17	7.737.177,13	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	295.000,00	296.636,16	13.138,50	129.284,92	0,19	167.351,24	18.888,91	114.923,24	0,26	181.712,92	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	9.022.100,00	13.877.152,34	432.508,09	854.446,45	1,29	13.022.705,89	342.722,13	712.397,33	1,62	13.164.755,01	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	9.022.100,00	13.871.152,34	432.508,09	848.446,45	1,28	13.022.705,89	342.722,13	706.397,33	1,60	13.164.755,01	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções		6.000,00		6.000,00	0,01			6.000,00	0,01		
Direitos da Cidadania	352.000,00	352.000,00	68.440,58	124.864,43	0,19	227.135,57	34.302,20	87.508,05	0,20	264.491,95	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	352.000,00	352.000,00	68.440,58	124.864,43	0,19	227.135,57	34.302,20	87.508,05	0,20	264.491,95	
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	19.886.000,00	19.340.500,00	52.010,21	3.462.008,47	5,21	15.878.491,53	93.688,37	493.332,22	1,12	18.847.167,78	
Infra-Estrutura Urbana	18.496.000,00	17.940.500,00	46.960,21	3.450.258,47	5,19	14.490.241,53	88.638,37	481.582,22	1,09	17.458.917,78	
Serviços Urbanos	1.390.000,00	1.400.000,00	5.050,00	11.750,00	0,02	1.388.250,00	5.050,00	11.750,00	0,03	1.388.250,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	2.087.000,00	2.357.100,00	125.793,30	312.649,81	0,47	2.044.450,19	73.458,82	139.766,82	0,32	2.217.333,18	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	2.087.000,00	2.357.100,00	125.793,30	312.649,81	0,47	2.044.450,19	73.458,82	139.766,82	0,32	2.217.333,18	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	11.155.000,00	10.926.250,00	216.672,08	930.109,57	1,40	9.996.140,43	238.473,98	699.801,08	1,59	10.226.448,92	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	11.155.000,00	10.926.250,00	216.672,08	930.109,57	1,40	9.996.140,43	238.473,98	699.801,08	1,59	10.226.448,92	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	881.000,00	886.000,00	107.034,71	358.090,23	0,54	527.909,77	56.232,11	275.909,76	0,63	610.090,24	
Preservação e Conservação Ambiental	881.000,00	886.000,00	107.034,71	358.090,23	0,54	527.909,77	56.232,11	275.909,76	0,63	610.090,24	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	9.560.500,00	9.650.500,00	246.834,03	1.876.266,58	2,82	7.774.233,42	302.445,78	742.981,62	1,69	8.907.518,38	
Abastecimento	7.435.000,00	7.641.696,34	141.971,78	1.438.325,86	2,16	6.203.370,48	166.233,53	369.640,95	0,84	7.272.055,39	
Extensão Rural											
Irrigação	660.000,00	650.000,00				650.000,00				650.000,00	
Promoção da Produção Agropecuária	515.000,00	415.000,00		183.750,00	0,28	231.250,00	31.350,00	119.149,95	0,27	295.850,05	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	950.500,00	943.803,66	104.862,25	254.190,72	0,38	689.612,94	104.862,25	254.190,72	0,58	689.612,94	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	185.000,00	180.000,00				180.000,00				180.000,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial	185.000,00	180.000,00				180.000,00				180.000,00	
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	2.050.000,00	2.051.000,00	48.581,66	134.005,36	0,20	1.916.994,64	50.901,66	129.880,36	0,30	1.921.119,64	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	2.050.000,00	2.051.000,00	48.581,66	134.005,36	0,20	1.916.994,64	50.901,66	129.880,36	0,30	1.921.119,64	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

Documento gerado em 02/08/2023 19:49:33

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	12.401.000,00	12.844.500,00		2.513.475,96	3,78	10.331.024,04	329.978,02	2.314.013,62	5,26	10.530.486,38	
Transporte Aéreo	1.100.000,00	1.100.000,00				1.100.000,00				1.100.000,00	
Transporte Rodoviário	11.201.000,00	11.644.500,00		2.513.475,96	3,78	9.131.024,04	329.978,02	2.314.013,62	5,26	9.330.486,38	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções	100.000,00	100.000,00				100.000,00				100.000,00	
Desporto e Lazer	5.978.500,00	6.217.250,00	652.408,96	1.096.085,98	1,65	5.121.164,02	138.471,91	501.103,18	1,14	5.716.146,82	
Desporto de Rendimento	20.000,00										
Desporto Comunitário	5.758.500,00	6.017.250,00	652.408,96	1.096.085,98	1,65	4.921.164,02	138.471,91	501.103,18	1,14	5.516.146,82	
Lazer	200.000,00	200.000,00				200.000,00				200.000,00	
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	800.000,00	800.000,00				800.000,00				800.000,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	800.000,00	800.000,00				800.000,00				800.000,00	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	4.136.700,00	3.875.290,00				3.875.290,00				3.875.290,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.952.000,00	4.998.300,00	759.458,44	2.091.784,78	3,15	2.906.515,22	759.458,44	2.091.784,78	4,75	2.906.515,22	
TOTAL (III) = (I + II)	189.895.700,00	202.983.702,34	23.371.989,59	66.473.016,99	100,00	136.510.685,35	15.181.467,66	44.019.681,19	100,00	158.964.021,15	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.952.000,00	4.998.300,00	759.458,44	2.091.784,78	3,15	2.906.515,22	759.458,44	2.091.784,78	4,75	2.906.515,22	
Legislativa	180.000,00	180.000,00				180.000,00				180.000,00	
Ação Legislativa	180.000,00	180.000,00				180.000,00				180.000,00	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	750.000,00	750.000,00	142.878,97	396.974,54	0,60	353.025,46	142.878,97	396.974,54	0,90	353.025,46	
Planejamento e Orçamento	35.000,00	35.000,00	6.572,58	19.346,43	0,03	15.653,57	6.572,58	19.346,43	0,04	15.653,57	
FU04 - Administração Geral	715.000,00	715.000,00	136.306,39	377.628,11	0,57	337.371,89	136.306,39	377.628,11	0,86	337.371,89	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	167.000,00	167.000,00	19.010,86	54.059,76	0,08	112.940,24	19.010,86	54.059,76	0,12	112.940,24	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária	167.000,00	167.000,00	19.010,86	54.059,76	0,08	112.940,24	19.010,86	54.059,76	0,12	112.940,24	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	1.114.000,00	1.133.500,00	225.967,70	631.332,65	0,95	502.167,35	225.967,70	631.332,65	1,43	502.167,35	
Atenção Básica	1.069.500,00	1.083.500,00	216.163,52	605.930,82	0,91	477.569,18	216.163,52	605.930,82	1,38	477.569,18	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	42.500,00	48.000,00	9.804,18	25.401,83	0,04	22.598,17	9.804,18	25.401,83	0,06	22.598,17	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	2.587.500,00	2.587.500,00	347.344,17	941.132,27	1,42	1.646.367,73	347.344,17	941.132,27	2,14	1.646.367,73	
Ensino Fundamental	1.922.500,00	1.922.500,00	218.373,93	586.259,28	0,88	1.336.240,72	218.373,93	586.259,28	1,33	1.336.240,72	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	660.000,00	660.000,00	128.970,24	354.872,99	0,53	305.127,01	128.970,24	354.872,99	0,81	305.127,01	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	10.000,00	11.800,00	3.762,14	11.611,04	0,02	188,96	3.762,14	11.611,04	0,03	188,96	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	10.000,00	11.800,00	3.762,14	11.611,04	0,02	188,96	3.762,14	11.611,04	0,03	188,96	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	60.000,00	60.000,00	10.445,11	29.121,37	0,04	30.878,63	10.445,11	29.121,37	0,07	30.878,63	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	60.000,00	60.000,00	10.445,11	29.121,37	0,04	30.878,63	10.445,11	29.121,37	0,07	30.878,63	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	25.000,00	25.000,00	1.730,56	5.197,52	0,01	19.802,48	1.730,56	5.197,52	0,01	19.802,48	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	25.000,00	25.000,00	1.730,56	5.197,52	0,01	19.802,48	1.730,56	5.197,52	0,01	19.802,48	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços		25.000,00	1.944,24	4.241,51	0,01	20.758,49	1.944,24	4.241,51	0,01	20.758,49	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral		25.000,00	1.944,24	4.241,51	0,01	20.758,49	1.944,24	4.241,51	0,01	20.758,49	
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	42.500,00	42.500,00	6.374,69	18.114,12	0,03	24.385,88	6.374,69	18.114,12	0,04	24.385,88	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	42.500,00	42.500,00	6.374,69	18.114,12	0,03	24.385,88	6.374,69	18.114,12	0,04	24.385,88	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2023
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	8,350,820.04	9,366,806.25	6,925,513.86	12,615,869.05	8,179,107.31	8,529,940.46	8,375,135.76	7,703,957.83	8,359,015.85	6,957,961.21	8,753,195.19	6,994,866.10	101,112,188.91	132,234,700.00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	724,276.71	1,321,597.39	210,274.54	824,794.85	767,082.32	637,209.85	559,965.21	163,284.32	407,640.84	290,905.17	487,321.50	674,849.64	7,069,202.34	15,208,500.00
IPTU	12,533.16	2,595.25	18,460.69	44,501.84	43,783.34	51,207.75	30,100.81	21,575.66	21,914.31	30,104.26	50,632.97	69,392.67	396,802.71	1,599,000.00
ISS	273,695.11	126,584.87	153,588.97	188,969.85	148,063.60	147,590.90	95,035.88	76,067.96	135,906.26	78,259.71	126,203.05	87,833.48	1,637,799.64	2,850,000.00
ITBI	234,049.31	865,964.97	9,369.25	517,313.95	504,267.10	8,171.37	418,890.32	3,666.29	125,734.48	148,778.16	214,773.94	419,344.41	3,470,323.55	7,838,000.00
IRRF	157,951.26	210,004.17	10,735.12	11,382.61	21,854.91	417,427.38	0.00	40,691.67	27,448.85	10,894.32	41,668.86	63,235.07	1,013,294.22	2,700,000.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	46,047.87	116,448.13	18,120.51	62,626.60	49,113.37	12,812.45	15,938.20	21,282.74	96,636.94	22,868.72	54,042.68	35,044.01	550,982.22	221,500.00
Contribuições	23,966.52	16,516.02	0.00	0.00	0.00	0.00	33,649.02	21,733.76	0.00	5,649.40	46.30	161.81	101,722.83	4,901,000.00
Receita Patrimonial	93,104.65	99,389.89	340.51	358.15	359.47	377.36	162,655.52	59,052.25	76,383.92	58,761.81	57,642.26	45,604.46	654,030.25	338,500.00
Rendimentos de Aplicação Financeira	93,104.65	99,389.89	340.51	358.15	359.47	377.36	162,655.52	59,052.25	76,383.92	58,761.81	57,642.26	45,604.46	654,030.25	338,500.00
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita de Serviços	108,806.29	853,278.05	0.00	0.00	0.00	272.08	53,925.63	66,197.78	99,180.66	53,546.68	73,276.11	9,785.35	1,318,268.63	131,000.00
Transferências Correntes	7,400,865.87	7,076,024.90	6,714,898.81	11,790,716.05	7,411,665.52	7,892,081.17	7,550,841.12	7,392,584.29	7,762,412.27	6,542,111.12	8,133,909.02	6,264,464.84	91,932,374.98	111,361,000.00
Cota-Parte do FPM	2,093,572.02	1,521,093.34	1,400,904.91	1,199,636.89	1,675,229.80	2,602,971.19	1,869,372.89	2,251,747.43	1,377,497.20	1,574,909.18	1,750,764.38	1,635,200.81	20,952,900.04	23,300,000.00
Cota-Parte do ICMS	2,254,577.35	2,322,223.24	2,229,011.65	2,093,747.10	2,100,574.00	1,987,723.82	2,240,005.98	2,030,257.89	2,157,261.03	1,937,594.53	2,528,177.38	2,195,025.83	26,076,179.80	32,000,000.00
Cota-Parte do IPVA	121,853.02	120,055.90	78,064.35	63,658.73	51,273.14	49,435.21	64,369.81	76,346.37	107,937.26	104,158.00	415,587.89	269,736.99	1,522,476.67	3,000,000.00
Cota-Parte do ITR	78,305.39	92,302.67	387,203.08	5,620,091.83	1,061,380.08	811,190.97	766,440.14	46,009.68	7,429.38	37,820.31	0.00	28,653.49	8,936,827.02	7,200,000.00
Transferências da LC nº 61/1989	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	200,000.00
Transferências do FUNDEB	1,659,018.03	1,741,034.04	1,623,882.57	1,782,761.94	1,666,059.98	1,634,244.07	1,693,065.82	1,694,754.71	1,573,293.54	1,509,383.81	2,067,146.76	1,780,011.93	20,424,657.20	23,119,000.00
Outras Transferências Correntes	1,193,340.06	1,279,315.71	995,832.25	1,030,819.56	857,148.52	806,515.91	917,586.48	1,293,468.21	2,538,993.86	1,378,245.29	1,372,232.61	355,835.79	14,019,334.25	22,542,000.00
Outras Receitas Correntes	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	14,099.26	1,105.43	13,398.16	6,987.03	1,000.00	0.00	36,589.88	294,700.00
DEDUÇÕES (II)	755,584.45	809,768.02	792,275.08	1,688,805.40	977,691.28	928,248.24	988,037.62	880,872.15	730,024.84	730,896.29	938,905.80	825,723.27	11,046,832.44	16,410,700.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	3,651,000.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdenciários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	8,700.00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	11,000.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	755,584.45	809,768.02	792,275.08	1,688,805.40	977,691.28	928,248.24	988,037.62	880,872.15	730,024.84	730,896.29	938,905.80	825,723.27	11,046,832.44	12,740,000.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	7,595,235.59	8,557,038.23	6,133,238.78	10,927,063.65	7,201,416.03	7,601,692.22	7,387,098.14	6,823,085.68	7,628,991.01	6,227,064.92	7,814,289.39	6,169,142.83	90,065,356.47	115,824,000.00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	7,595,235.59	8,557,038.23	6,133,238.78	10,927,063.65	7,201,416.03	7,601,692.22	7,387,098.14	6,823,085.68	7,628,991.01	6,227,064.92	7,814,289.39	6,169,142.83	90,065,356.47	115,824,000.00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	7,595,235.59	8,557,038.23	6,133,238.78	10,927,063.65	7,201,416.03	7,601,692.22	7,387,098.14	6,823,085.68	7,628,991.01	6,227,064.92	7,814,289.39	6,169,142.83	90,065,356.47	115,824,000.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	7.852.700,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	3.652.000,00	0,00
Ativo	3.572.000,00	0,00
Inativo	80.000,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	4.180.000,00	0,00
Ativo	4.180.000,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	11.000,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	11.000,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	9.700,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	8.700,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	7.852.700,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	5.160.000,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	4.030.000,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões por Morte	1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	5.000,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	5.000,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	5.165.000,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	2.687.700,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.924.143,82
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES	1.020.000,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	1.020.000,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	702.000,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes	694.000,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	18.000,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	720.000,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	300.000,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	500.915,46
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2023
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	115.823.000,00	42.049.671,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.208.500,00	2.583.966,68
IPTU	1.599.000,00	223.720,68
ISS	2.850.000,00	599.306,34
ITBI	7.838.000,00	1.331.187,60
IRRF	2.700.000,00	183.938,77
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	221.500,00	245.813,29
Contribuições	1.250.000,00	61.240,29
Receita Patrimonial	327.500,00	460.100,22
Aplicações Financeiras (II)	327.500,00	460.100,22
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	98.621.000,00	38.551.862,69
Cota-Parte do FPM	19.000.000,00	8.367.593,68
Cota-Parte do ICMS	25.600.000,00	10.470.658,24
Cota-Parte do IPVA	2.400.000,00	830.509,51
Cota-Parte do ITR	5.760.000,00	709.082,45
Transferências da LC nº 61/1989	200.000,00	0,00
Transferências do FUNDEB	23.119.000,00	10.317.656,57
Outras Transferências Correntes	22.542.000,00	7.856.362,24
Demais Receitas Correntes	416.000,00	392.502,09
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	416.000,00	392.502,09
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	115.495.500,00	41.589.571,75
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	8.861.700,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	11.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	65.200.000,00	720.000,00
Operações de Crédito (VIII)	1.000.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	64.200.000,00	720.000,00
Convênios	59.283.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	4.917.000,00	720.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	64.200.000,00	720.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	188.557.200,00	42.309.571,75
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	179.695.500,00	42.309.571,75

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2023					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	104.807.426,61	53.670.640,99	43.089.117,53	38.126.007,55	2.574.683,04	1.482.309,82	1.444.806,29
Pessoal e Encargos Sociais	51.522.260,00	22.788.553,57	22.786.570,57	22.160.667,02	352.069,11	2.410,00	2.410,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	500.000,00	100.000,00	156,00	156,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	52.785.166,61	30.782.087,42	20.302.390,96	15.965.184,53	2.222.613,93	1.479.899,82	1.442.396,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	104.307.426,61	53.570.640,99	43.088.961,53	38.125.851,55	2.574.683,04	1.482.309,82	1.444.806,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	5.868.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	88.414.985,73	12.802.376,00	930.563,66	646.206,84	493.213,38	1.308.161,64	1.308.161,64
Investimentos	87.795.485,73	12.622.376,00	817.927,50	533.570,68	493.213,38	1.308.161,64	1.308.161,64
Inversões Financeiras	39.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	39.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	580.000,00	180.000,00	112.636,16	112.636,16	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	87.834.985,73	12.622.376,00	817.927,50	533.570,68	493.213,38	1.308.161,64	1.308.161,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	888.590,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	198.917.002,34	66.193.016,99	43.906.889,03	38.659.422,23	3.067.896,42	2.790.471,46	2.752.967,93
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	193.031.002,34	66.193.016,99	43.906.889,03	38.659.422,23	3.067.896,42	2.790.471,46	2.752.967,93

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc))	-2.170.714,83
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc))	-2.170.714,83

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-2.119.668,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre / 2023
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	460.100,22
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	156,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-1.710.770,61

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2022 (a)	Até o Bimestre 2023 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.032.161,26	1.919.525,10
DEDUÇÕES (XL)	6.171.832,73	1.155.567,71
Disponibilidade de Caixa	6.171.832,73	1.155.567,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.236.805,09	4.375.332,98
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	9.590.005,77	555.936,16
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	474.966,59	2.663.829,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-4.139.671,47	763.957,39

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-4.903.628,86

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-9.034.069,61
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	12.226.927,86
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))	-1.710.770,61

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-2.170.714,83

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	108.994,61	3.195.853,21	2.779.149,29	595,50	525.103,03	854.822,63	7.969.846,70	2.790.471,46	2.752.967,93	38.137,68	6.033.563,72	6.558.666,75
PODER EXECUTIVO	108.994,61	3.195.853,21	2.779.149,29	595,50	525.103,03	854.822,63	7.969.846,70	2.790.471,46	2.752.967,93	38.137,68	6.033.563,72	6.558.666,75
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	10,81	292.257,25	288.747,13	3.230,72	290,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,21
TOTAL (III) = (I + II)	109.005,42	3.488.110,46	3.067.896,42	3.826,22	525.393,24	854.822,63	7.969.846,70	2.790.471,46	2.752.967,93	38.137,68	6.033.563,72	6.558.956,96

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	10,81	292.257,25	288.747,13	3.230,72	290,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,21
PODER EXECUTIVO	10,81	292.257,25	288.747,13	3.230,72	290,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,21
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	189.895.700,00
Previsão Atualizada	189.895.700,00
Receitas Realizadas	42.769.671,97
Déficit Orçamentário	1.250.009,22
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	189.895.700,00
Dotação Atualizada	202.983.702,34
Despesas Empenhadas	66.473.016,99
Despesas Liquidadas	44.019.681,19
Despesas Pagas	38.772.214,39
Superávit Orçamentário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	66.473.016,99
Despesas Liquidadas	44.019.681,19

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	90.065.356,47
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	90.065.356,47
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	90.065.356,47

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-2.119.668,00	-2.170.714,83	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-4.903.628,86	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.597.115,88	3.826,22	3.067.896,42	525.393,24
Poder Executivo	3.597.115,88	3.826,22	3.067.896,42	525.393,24
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	8.824.669,33	38.137,68	2.752.967,93	6.033.563,72
Poder Executivo	8.824.669,33	38.137,68	2.752.967,93	6.033.563,72
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	12.421.785,21	41.963,90	5.820.864,35	6.558.956,96

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	7.556.097,96	25,00	27,17
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	8.569.764,67	70,00	82,75
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	1.000.000,00
Despesa de Capital Líquida	12.802.376,00	75.630.609,73

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	7.595.524,82	15,00	27,31

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 3º bimestre

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Notas Explicativas	Valores 30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RGF 1ª SEMESTRE 2023

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3,752,046.16	3,616,866.56	3,694,321.08	4,045,614.44	3,768,269.75	9,634,171.12	3,701,209.78	3,460,244.19	3,678,875.95	3,868,530.76	3,892,377.33	4,185,332.56	51,297,859.68	0.00
Pessoal Ativo	3,752,046.16	3,616,866.56	3,694,321.08	4,045,614.44	3,768,269.75	5,173,627.93	3,701,209.78	3,460,244.19	3,678,875.95	3,868,530.76	3,892,377.33	4,185,332.56	46,837,316.49	0.00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3,312,407.49	3,173,338.14	3,240,465.86	3,592,259.97	3,323,918.45	4,470,151.02	3,279,964.22	3,039,620.45	3,224,340.48	3,398,636.99	3,370,149.59	3,651,192.87	41,076,445.53	0.00
Obrigações Patronais	439,638.67	443,528.42	453,855.22	453,354.47	444,351.30	703,476.91	421,245.56	420,623.74	454,535.47	469,893.77	522,227.74	534,139.69	5,760,870.96	0.00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4,460,543.19	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4,460,543.19	0.00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	3,697,528.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	3,697,528.02	0.00
Pensões	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	763,015.17	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	763,015.17	0.00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4,460,543.19	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4,460,543.19	0.00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4,460,543.19	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4,460,543.19	0.00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3,752,046.16	3,616,866.56	3,694,321.08	4,045,614.44	3,768,269.75	5,173,627.93	3,701,209.78	3,460,244.19	3,678,875.95	3,868,530.76	3,892,377.33	4,185,332.56	46,837,316.49	0.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	91.974.113,94	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	91.974.113,94	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	46.837.316,49	50,92
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	49.666.021,53	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	47.182.720,45	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	44.699.419,38	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (**IX**) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (**XII**) (%)	
Excedente em 2021 (**XIII**) = (**XII - IX**) (%)	
Redutor anual (**XIV**) = (0,10 x **XIII**) (%)	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.935.003,44	1.822.367,28	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.935.003,44	1.822.367,28	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	1.935.003,44	1.822.367,28	0,00
Internos	1.935.003,44	1.822.367,28	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.279.960,48	1.155.567,71	0,00
Disponibilidade de Caixa	3.279.960,48	1.155.567,71	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.197.883,24	4.375.332,98	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	3.597.115,88	555.936,16	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.320.806,88	2.663.829,11	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.344.957,04	666.799,57	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	93.717.309,97	91.974.113,94	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	93.717.309,97	91.974.113,94	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	2,06	1,98	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-1,44	0,72	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	112.460.771,96	110.368.936,73	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	101.214.694,77	99.332.043,06	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	77.286,37	77.286,37	0,00
RP Não-Processados	8.717.842,27	5.889.233,13	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 1º semestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	93.717.309,97	91.974.113,94	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	93.717.309,97	91.974.113,94	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	20.617.808,19	20.234.305,07	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	18.556.027,37	18.210.874,56	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)			
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)			

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	91.974.113,94	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	91.974.113,94	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	14.715.858,23	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	13.244.272,41	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.438.187,98	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	91.974.113,94
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	91.974.113,94
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	91.974.113,94

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	46.837.316,49	50,92
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	49.666.021,53	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	47.182.720,45	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	44.699.419,37	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	666.799,57	0,72
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	110.368.936,73	120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.234.305,07	22,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	14.715.858,23	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	6.438.187,98	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.615/2023, DE 04 DE AGOSTO DE 2023.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao BANCO DO BRASIL S.A., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**,** Estado do Mato Grosso, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BANCO DO BRASIL S.A., até o valor de R$ 3.392.976,61 (três milhões, trezentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e seis reais, sessenta e um centavos), nos termos da Resolução CMN n°4.995, de 24. 03.2022, e suas alterações, destinados à aquisição de ônibus escolares, observada à legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei n° 4.320/1964.

Art. 3º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar a conta corrente de titularidade do município, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do município, ou quaisquer outras contas, salvo as de destinação específica, mantida em sua agência, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1°, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º. Esta Lei terá conformidade com o art. 84, I DA LOM, (Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

_____

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.393/2023

"AUTORIZA CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando os Artigos 102 a 105 da Lei Municipal 424/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão em pecúnia de **03 (três) meses** da licença-prêmio a que se faz jus ao servidor efetivo no cargo de Operador de Estação, **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA**,matrícula 2123, relativo ao período aquisitivo de **30/07/2017 a 29/06/2022**, com fulcro no artigo 102 e 105, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992. Com pagamento no mês de novembro, dezembro de 2023 e janeiro de 2024.

Artigo 2º – Caberá ao Departamento de Recursos Humanos consignar em folha de pagamento o valor da conversão de que trata o artigo anterior, sob a denominação **"Conversão em Pecúnia–Portaria n. 393/2023"**, observadas as formalidades e disposições legais em vigor.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE ALTERAÇÃO DE MARCA COM A EMPRESA MILLENIUM PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA LTDA REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 073/2023

PRIMEIRO TERMO DE ALTERAÇÃO DE MARCA COM A EMPRESA MILLENIUM PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA LTDA REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 073/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023

DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a ALTERAÇÃO DE MARCA inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório n° 61/2023 na modalidade Pregão Eletrônico n° 026/2023 o qual passa a perfazer conforme segue: (Alteração da marca Arco Flash para Brilhante no item 30; da marca Bio Kriss para Politriz no item 35 e da marca Kra Kra para Minuano no item 40).

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

DATA: Vila Rica/MT, 04 de Agosto de 2023.

ASSINANTES:

ABMAEL DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

HELIENE MARIA DE OLIVEIRA- MILLENIUM PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA LTDA - (07.787.944/0001-08) - CONTRATADA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – EXERCÍCIO 2024

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, representada pelo Sr. ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhes são conferidas, **CONVOCA** a todos os interessados a participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, onde serão apresentadas e discutidas as propostas para **Lei Orçamentária Anual (LOA)** - Exercício 2024, que será realizada no dia 29 de agosto do corrente ano, às 15:00h, na Câmara Municipal, situada na Avenida Brasil, nº 15, Centro, em Vila Rica-MT.

Vila Rica – MT, 03 de agosto de 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 038/2023

EXTRATO DO CONTRATO N° 038/2023

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 132/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 076/2022

DO OBJETO: Aquisição de Diesel S-500 para atender a Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: O preço global deste Contrato é de R$ 26.261,16 (Vinte seis mil, duzentos e sessenta e um reais e dezesseis centavos) referentes ao valor global previsto na Cláusula Primeira. Será pago após a entrega, conferencia e atesto na nota Fiscal.

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência de 05 (cinco) meses, contados da assinatura do Contrato.

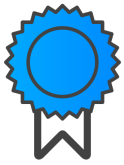
DATA: Vila Rica/MT, 04 de Agosto de 2023.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

BARBOSA & COELHO LTDA - (01.051.506/0001-92) **– Contratada.**

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Aug 06 22:35:25 UTC 2023
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)